



INTEGRAÇÃO E CONVERGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE INFORMAÇÃO E CULTURA

ORGANIZADORAS
ELISA CERVEIRA
ZENY DUARTE

INTEGRAÇÃO E CONVERGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE INFORMAÇÃO E CULTURA

ORGANIZADORAS

ELISA CERVEIRA

ZENY DUARTE



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



Este trabalho também resultou da parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e dos grupos de pesquisa: G-ACERVOS/CNPq/UFBA; LAPCI/CNPq/UFBA; GEPHIBES/CNPq/IFS.

Título: ***Integração e Convergência das Instituições de Informação e Cultura***

Organizadoras: Elisa Cerveira (FLUP-CITCEM; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6907-3126>),

Zeny Duarte (PPGCI/UFBA; CITCEM; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>)

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: Imagem de Freepik. Disponível em: Freepik

© 2024 Autores

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review*.

Refereres: Os textos desta obra foram avaliados por investigadores seniores nacionais e internacionais.

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* ([https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1925&sum=sim&n0=Edi%C3%A7%C3%B5es%20do%20CITCEM&n1=Integra%](https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1925&sum=sim&n0=Edi%C3%A7%C3%B5es%20do%20CITCEM&n1=Integra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Converg%C3%Aancia%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura)

[C3%A7%C3%A3o%20e%20Converg%C3%Aancia%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura](https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1925&sum=sim&n0=Edi%C3%A7%C3%B5es%20do%20CITCEM&n1=Integra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Converg%C3%Aancia%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cultura)) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



eISBN: 978-989-8970-70-1

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-70-1/int>

CERVEIRA, Elisa, e Zeny DUARTE, org., 2024. *Integração e Convergência das Instituições de Informação e Cultura*.

Porto: CITCEM. pp. 412. eISBN 978-989-8970-70-1.

Porto, junho de 2024 (1.ª edição)

Paginação: Amarelo Laranja Creative & Graphic Solutions | amarelolaranjacreative@gmail.com

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Informação, Comunicação e Cultura Digital» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI 10.54499/UIDB/04059/2020.



SUMÁRIO

Del humanismo a la transformación digital	7
José-Antonio Moreiro-González	
Competências futuras: do sincretismo à integração na organização do conhecimento em Arquivos, Bibliotecas e Museus	13
Ana Lúcia Terra	
Transversalidade do campo da informação nos encontros de arquivistas, bibliotecários e museólogos	29
Angelica Alves da Cunha Marques	
O declínio dos doutoramentos em Ciência da Informação em Portugal: um estudo de caso sobre bolsas de investigação de doutoramento FCT	43
Jaqueline Silva de Souza, Jolie Kelly Elias Leite do Amaral, Lucídio Lopes de Alencar	
Inovação em Unidades de Informação: uma proposta interdisciplinar para arquivistas, bibliotecários e museólogos	59
Rogério Aparecido Sá Ramalho, Aline Laureano Suave, Paulo George Miranda Martins	
Informações e políticas Decoloniais: Museus, Arquivos e Bibliotecas a serviço da sociedade	71
Maria Luisa Moita Marcondes da Silva, Adel Igor Pausini	
Aplicações de Inteligência Artificial na gestão documental: revisão sistemática na LISTA, <i>Emerald</i> e <i>Scopus</i>	85
Sânderson Lopes Dorneles	
A visão sistêmica e a abordagem holística da informação: uma proposta para a criação de um Serviço de Informação Local ao Cidadão (SILC) no município de Cantanhede	105
Natércia Maria Lopes da Conceição, Maria Beatriz Marques	
As parentas dos Orixás como evocadoras da memória e da tradição religiosa	125
Karina Ceci de Sousa Holmes, Marcilio Herculano da Costa, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	
Arquivo, Biblioteca e Documentação: um estudo de caso sobre custódia de documentos arquivísticos na PGE-RJ	141
Jamile Abreu Passalini Sousa, José Gustavo Moura Corrêa	
Entre Arquivos e Bibliotecas: considerações sobre a abordagem de acervos pessoais	155
Paulo Roberto Elian dos Santos, Bárbara Michelle de Melo Nóbrega, Karolyne Sousa Amaral	

De arquivo pessoal a uma Biblioteca e Museu itinerante: o caso do «Archivo Nómada» Angelly R. Arancibia Noriel	173
Biblioteca no pilotis: as Feiras de Arte no MAM Rio Reinaldo Bruno Batista Alves	193
Informação étnico-racial: a contribuição de Arquivos, Bibliotecas e Museus na Luta Antirracista Ana Cláudia dos Santos de Lima	199
Diálogos disciplinares e contribuições da Arquivologia para a gestão de dados de pesquisa: uma revisão da bibliografia espanhola Paulo Roberto Elian dos Santos, María Manuela Moro-Cabero	217
Acessibilidade arquitetônica em Arquivos e Bibliotecas públicos: aspectos teóricos e legais no contexto brasileiro Manoel Victor da Costa Carvalho, Tiago Braga da Silva	241
Contribuições da Arquivologia e da Biblioteconomia para a gestão de vestígios e materiais apreendidos na Superintendência da Polícia Federal na Paraíba Maria Amélia Teixeira da Silva	257
Da organização da informação à difusão: diálogo entre o acervo bibliográfico e as coleções etnográficas do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra Carolina Machado Costa, Liliana Isabel Esteves Gomes	273
Tendências em Organização da Informação e do Conhecimento na produção científica sobre unidades de informação: uma análise das publicações na Scopus Felipe Francisco Sacramento, Laís Cardoso Machado, Natanael Vitor Sobral	287
Dispositivos metodológicos de inter-relação na organização e representação da informação arquivística e bibliográfica da Coleção do Professor Frederico Edelweiss no espaço Lugares de Memória do SIBI/UFBA Maria Alice Santos Ribeiro, Hildenise Ferreira Novo, Ivana Aparecida Borges Lins	301
Centro de Memória do município de Miguel Calmon: uma reflexão teórica e metodológica Silvana Pereira da Silva, Tassila Oliveira Ramos, Rita de Cássia Machado	319
Espólio Francisco Tancredo Torres: pluralidade de um acervo Júccia Nathielle do Nascimento Oliveira, Edilson Targino de Melo Filho	333
LGPD e arquivos pessoais: em busca do equilíbrio entre o direito de acesso e o de privacidade Lenora de Beaufort da Silva Schwaitzer	347
Documentos da <i>performance art</i> e as necessárias convergências entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia Ana Cláudia Lara Coelho Aranha, Elisabete Gonçalves de Souza, Vitor Manoel Marques da Fonseca	365

Uma janela para o Antropoceno: um museu na educação climática	381
Leonardo dos Santos Gedraite, Daniela Franco Carvalho	
A preservação em Arquivos, Bibliotecas e Museus: integrações, interseções e particularidades disciplinares	397
Angelica Alves da Cunha Marques, Bruno Ferreira Leite Miranda Martins, Maria Luísa Ramos de Oliveira Soares	

DEL HUMANISMO A LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL

JOSÉ-ANTONIO MOREIRO-GONZÁLEZ*

El humanismo renacentista se caracterizó por reivindicar el pensamiento racional que habían enunciado las civilizaciones clásicas para explicar el mundo. La razón, que diferencia al ser humano de los demás seres, se convirtió durante el Renacimiento en la explicación crítica de la existencia y en la medida del conocimiento. En un proceso que duró cuatro siglos, el desarrollo racionalista dio al ser humano el protagonismo de la facultad democrática, que lo igualó en aptitud para el gobierno, pero sobre todo ante la vida. También sostuvo el avance de la ciencia en el curso de una larga carrera de demostración empírica y experimental.

A los humanistas, eruditos y divulgadores de las letras y la cultura clásicas, debemos el auge del pensamiento y el conocimiento, que habría sido imposible sin la intervención de una tecnología mecánica, la imprenta. Su invención, a mediados del siglo XV, desempeñó un papel esencial en la difusión del saber, ya que permitió la reproducción mecánica de textos. En la actualidad, otras tecnologías se han sumado a un amplio proceso en el que la inmaterialidad se ha convertido en el nuevo soporte de los textos, pero también de las imágenes y los sonidos. Buen ejemplo de ello son los libros impresos y las colecciones, un producto cerrado de uso inalienable y de tan largo éxito comercial, convertidos en restos invasivos ante un espacio ahora tan costoso y que acaban siendo engullidos por los aspiradores digitales. Es el caso de muchas bibliotecas universitarias cuyas colecciones de revistas han desaparecido y que incluso evitan adquirir monografías, ya que satisfacen las necesidades de sus usuarios con los omnipresentes soportes electrónicos.

Tal es la importancia de este hecho que la naturaleza digital ha llegado a exigir una denominación específica, objetos de contenido, para todo tipo de recursos digitales e incluso para la referencia a los mismos, pero también para las cosas de los museos y, por supuesto, objetos (cosas) en las ontologías. Y entre lo mucho que se puede representar, el concepto de documento perdió el foco hasta que fue reconocido en la ISO 25964-1 (2011) como: «No sólo materiales impresos y escritos en papel o en versión microforma (por ejemplo, libros convencionales, revistas, diagramas, mapas), sino también soportes no impresos, como registros legibles por máquina y digitalizados, recursos de *Internet* e *intranet*, películas, registros sonoros, personas y organizaciones como recursos de conocimiento, edificios, lugares, monumentos, objetos tridimensionales o reales; y colecciones de tales elementos o partes de los mismos». Así pues, los objetos de museo son tan cohe-

* Universidad Carlos III de Madrid; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8827-158X>; Email: jamore@bib.uc3m.es.

rentes como los temas reflejados en los textos. Por lo tanto, es posible incluir cualquier cosa o concepto que responda a las necesidades del conocimiento, así como a las del uso cotidiano de los usuarios e incluso de los clientes, siempre que se ajusten a los procesos de formalización de los programas informáticos y sus aplicaciones.

La importancia de los efectos de este enorme cambio es el resultado de una situación que, en el ámbito empresarial y comercial, se conoce como transformación digital por los efectos económicos y sociales que tiene. Esta asimilación inicial se ha reproducido rápidamente en otros sectores de actividad como la educación, la cultura, la salud, el trabajo, los retos sociales, el ocio y la vida personal. Y que, por lo tanto, afectó en particular a la comunicación, el intercambio y el consumo de bienes de conocimiento atendidos académica y técnicamente en la Ciencia de la Información y las bibliotecas.

Aunque en español los términos ingleses *digitisation* y *digitalisation* se traducen como digitalización, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) considera útil diferenciarlos para centrarse en el significado de la transformación digital. La primera es la conversión de datos y procesos analógicos a un formato legible por máquina. Lo analógico se convierte en digital. Afecta a los medios y soportes, incluidos los datos digitales nativos, pero no a los procesos. Mientras que la segunda es el uso de tecnologías y datos digitales, así como la interacción que da lugar a nuevas actividades o a cambios en las existentes: empleo uso de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en la gestión digital para mejorar el rendimiento en los procesos y procedimientos, especialmente en los sistemas y unidades de información con la finalidad de satisfacer la experiencia de usuario.

Ambos atributos de lo digital han generado:

- Que la información se comunique por la red y haya pasado a tener una influencia constante en la vida cotidiana.
- Nuevas necesidades de información de los ciudadanos.
- Un periodo de ruptura provocado por los rápidos avances de las TIC.

Se han establecido así las bases de la estrategia digital en torno a un usuario que puede aparecer en cualquier lugar a través de las redes sociales, las aplicaciones móviles y la circulación electrónica de la información. Lo que ha transformado los paradigmas, las prácticas y la ética profesional.

Aunque la digitalización ha propiciado un humanismo que pretende ser más igualitario, no puede ocultar las dificultades para evitar la exclusión digital que se produce entre las personas que no disponen de los equipos y soportes materiales adecuados que impiden cualquier acción posterior. Cuando no, por una insuficiente gestión de la información y la comunicación, que imposibilita la difusión, disponibilidad y accesibilidad digital. Y, lo más triste, debido a la falta de competencias y habilidades necesarias para

llevar a cabo actividades, especialmente a través de las TIC. Esto exige esfuerzos para que el acceso, la comprensión y el uso de la información sean equitativos.

Esa es la valiosa contribución de las páginas de este libro al conocimiento del humanismo digital en las instituciones de información y cultura, que las Universidades Federales de Bahía y de Oporto han debatido intensamente durante los días en que se celebró el II ABM (*Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração*), con viento y lluvia, pero con un excelente ambiente, buen nivel académico y actividades exitosas, actuales e interesantes. Ojalá llegue pronto el ABM III.

DO HUMANISMO À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O humanismo renascentista caracterizou-se pela reivindicação do pensamento racional que havia sido enunciado pelas civilizações clássicas para explicar o mundo. A razão, que diferencia os seres humanos de outros seres, tornou-se, durante o Renascimento, a explicação crítica da existência e a medida do conhecimento. Em um processo que durou quatro séculos, o desenvolvimento racionalista deu às pessoas o papel principal na faculdade democrática, o que as tornou iguais em termos de aptidão para o governo e para a vida. Também sustentou o avanço da ciência no decorrer de uma longa carreira de demonstração empírica e experimental.

Aos humanistas, estudiosos e divulgadores das letras e da cultura clássicas, devemos a ascensão do pensamento e do conhecimento que teria sido impossível sem a intervenção de uma tecnologia mecânica, a imprensa. Sua invenção, em meados do século XV, desempenhou um papel essencial na disseminação do conhecimento, pois possibilitou a reprodução mecânica de textos. Hoje, outras tecnologias se uniram em um amplo processo no qual a imaterialidade se tornou o novo canal para textos, mas também para imagens e sons. Um bom exemplo disso são os livros e coleções impressas, um produto fechado de uso inalienável e de tão longo sucesso comercial, que se transmudara em restos invasivos de um espaço hoje tão oneroso, e que acabam sendo engolidos pelos aspiradores digitais. Esse é o caso de muitas bibliotecas universitárias cujas coleções de periódicos desapareceram e que até evitam adquirir monografias, pois atendem às necessidades de seus usuários com mídia eletrônica onipresente.

Tal é a importância desse fato que a natureza digital da mídia exigiu um nome específico, objetos de conteúdo, para todo tipo de recursos digitais e a referência a eles, mas também coisas dos museus e, é claro, objetos (coisas) nas ontologias. E como quanto existe se pode representar, o conceito de documento perdeu o foco até ser reconhecido na norma ISO 25964-1 (2011) como: «Não só materiais impressos e escritos em versões em papel ou microformas (por exemplo, livros convencionais, revistas, diagramas, mapas), mas também suportes não impressos, tais como registros legíveis por máquina e digitalizados, recursos da *Internet* e da *intranet*, filmes, registros sonoros, pessoas e organizações

como recursos de conhecimento, edifícios, lugares, monumentos, objetos tridimensionais ou reais; e coleções de tais itens ou partes dos mesmos». Assim, os objetos dos museus são tão consistentes quanto os assuntos refletidos nos textos. Pelo que é possível incluir qualquer objeto que atenda às necessidades do conhecimento, bem como as de emprego diário dos usuários e até dos clientes, desde que estejam em conformidade com os processos de formalização no *software* e suas aplicações.

A importância dos efeitos desta enorme mudança é o resultado de uma situação que, nos negócios e no comércio, é conhecida como transformação digital pelos efeitos econômicos e sociais que tem. Assimilação inicial que foi replicada com prontidão em outros setores de atividade como educação, cultura, saúde, trabalho, desafios sociais, lazer e vida pessoal. E que, portanto, afetou em especial a comunicação, intercâmbio e consumo de bens de conhecimento atendidos acadêmica e tecnicamente na Ciência da Informação e nas bibliotecas.

Embora em português os termos ingleses *digitisation* e *digitalisation* se traduzem como digitalização, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entende que é útil diferenciá-los a fim de enfatizar o significado da transformação digital. Assim o primeiro é a conversão de dados e processos analógicos em um formato legível por máquina. O analógico se torna digital. Ele afeta a mídia e suportes, inclusive aos dados nativos digitais, mas não aos processos. Enquanto o segundo é o uso de tecnologias e dados digitais, assim como a interconexão que leva a novas atividades ou mudanças nas já existentes: uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na gestão digital para melhorar o desempenho em processos e procedimentos, particularmente em sistemas e unidades de informação para satisfazer a experiência de usuário.

Ambos os atributos do digital geraram:

- A Informação se comunica na *web*, com influência constante na vida cotidiana.
- Novas necessidades de informação dos cidadãos.
- Um período de ruptura causado pelos rápidos avanços das TIC.

E estabeleceu as bases da estratégia digital em torno de um usuário que pode aparecer em qualquer lugar através das redes sociais, os aplicativos móveis e a circulação eletrônica de informações. O que transformou paradigmas, práticas e ética profissional

Mesmo que a digitalização tenha trazido um humanismo que pretende ser mais igualitário, ela não pode esconder as dificuldades para evitar uma exclusão digital que ocorre entre as pessoas que não têm o equipamento adequado e os suportes materiais que impedem qualquer ação subsequente. Quando não, devido a um gerenciamento insuficiente da informação e da comunicação, tornando impossível a difusão digital, a disponibilidade e a acessibilidade. E, o mais triste de tudo, devido à falta de competências e habilidades necessárias para realizar atividades, especialmente por meio das TICs. Isso exige esforços para tornar equitativos: o acesso, a compreensão e o uso das informações.

Essa é a valiosa contribuição destas páginas para o conhecimento do humanismo digital em instituições de informação e cultura, que as Universidades Federal da Bahia e do Porto discutiram intensamente durante os dias em que o II ABM (*Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração*) foi realizado, com vento e chuva, mas com um excelente ambiente, bom nível acadêmico e atividades bem-sucedidas, atuais e interessantes. Que tenhamos um III ABM em breve.

COMPETÊNCIAS FUTURAS: DO SINCRETISMO À INTEGRAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

ANA LÚCIA TERRA*

INTRODUÇÃO

As mudanças propiciadas e intensificadas por um ambiente tecnológico fortemente conectado em rede promoveram a desintegração das fronteiras disciplinares e profissionais, nas quais as instituições e os profissionais de Arquivos, Bibliotecas e Museus (ABM) se encaixaram nos últimos séculos (Marty 2009).

Na verdade, a diferenciação funcional e organizacional entre bibliotecas, arquivos e museus é um fenómeno que remonta à Época Moderna e que se foi desenvolvendo como resposta às necessidades decorrentes da gestão de diferentes tipos de conjuntos documentais, que foram aumentando em volume e diversificando em termos de tipologias (Rayward 1998; Silva et al. 1998, pp. 45-100). Atualmente, apesar da erosão destas fronteiras, às bibliotecas ainda é atribuída a incumbência do tratamento e difusão dos impressos e similares, aos museus a responsabilidade por objetos com valor histórico e cultural e aos arquivos a guarda de documentos resultantes da atividade das organizações. A partir da Época Moderna, afirmaram-se e intensificaram-se as distinções entre estes diferentes tipos de instituição, tanto ao nível da filosofia organizacional, como das funções e das técnicas de trabalho, em resposta às exigências dos distintos formatos e meios de informação que custodiavam e disponibilizavam para acesso ao público. Poderemos notar que se foram construindo culturas profissionais específicas de arquivos, de bibliotecas e de museus, as quais tenderam a definir-se individualmente em oposição mútua. Esta interpretação é defendida por Rayward (1998) ao esclarecer que

Libraries, archives, and museums are agencies that represent institutionalized organizational practices that the different professional cultures have evolved and sanctioned. The key element around which the cultural differences have crystallized has been the different kinds of artifacts for which historically the different professional groups have assumed responsibility (Rayward 1998, pp. 223-224).

* Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>; Email: anaterra@fl.uc.pt.

Num estudo australiano de 2014, os profissionais de ABM consultados sobre as tendências que impactam este tipo de instituição elencaram um conjunto significativo de aspetos que induzem à modificação e ao reposicionamento dos serviços oferecidos e das abordagens de implementação (Mansfield et al. 2014). A alteração das expectativas dos consumidores inclui experiências personalizadas e prontidão nas respostas alinhadas com os desejos individuais de cada um, ainda que integrados em soluções massificadas. A utilização cada vez mais ubíqua e diversificada da *Internet* e dos serviços digitais móveis tem conduzido a uma mudança radical no envolvimento do público com os ABM e com os seus recursos. Um cada vez maior número de pessoas acede, utiliza e contribui com conteúdos informacionais e culturais *online*, independentemente de a origem ser um arquivo, uma biblioteca, um museu ou qualquer outro tipo de entidade. As redes sociais vieram permitir às pessoas interagir mais facilmente uns com os outros, comentar, partilhar e contribuir com informação e conteúdos. Esta situação tem desafiado as posições tradicionais de autoridade e exclusividade de ABM, que passam a coabitar, e mesmo a competir, com uma gama mais vasta de instituições fornecedoras de informação, conteúdos e serviços. Paralelamente, verifica-se uma estagnação ou diminuição do financiamento público destinado aos ABM, apesar de os custos em recursos humanos, manutenção de edifícios ou das coleções tenderem a aumentar progressivamente. As mudanças climáticas e o envelhecimento da população são também aspetos que fomentam o reposicionamento dos ABM.

Neste texto, partindo de uma reflexão sobre trabalhos que discutem esta colaboração e convergência entre ABM, iremos procurar evidenciar que a formação ao nível do ensino superior nestas áreas precisa de tender para alguma integração, apresentando-se a Ciência da Informação como um cenário propício a essa abordagem. Essa integração focada em teorias, conceitos, terminologia e competências partilhadas por arquivos, bibliotecas e museus, não omitindo as especificidades de cada contexto, ultrapassará o mero sincretismo, entendido como junção ou colagem artificial. Serão realçados os apelos e as propostas de alguns autores para alterações nos perfis de formação dos profissionais da informação vocacionados para ABM. Partindo desta contextualização, será abordado com maior detalhe o modo como a organização do conhecimento é apresentada e abordada em obras que têm servido como manuais para a área da organização do conhecimento em cursos de ensino superior da área da Ciência da Informação. O texto termina com considerações finais sintetizando alguns tópicos da convergência entre ABM, com especial enfoque para a organização do conhecimento.

O ponto de partida desta reflexão é a de que os ABM são atraídos por forças de convergência e, em simultâneo, têm de lidar com alguns dos vieses e problemas inerentes a esse posicionamento, pelo que iremos refletir sobre estes aspetos no tópico seguinte.

1. AS FORÇAS E OS VIESES DA CONVERGÊNCIA ENTRE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

De acordo com Choi (2020, p. 212), as instituições de memória, nas quais inclui arquivos, bibliotecas e museus, procuram através da colaboração e da cooperação, aumentar os seus públicos, receber o apoio da sociedade, preservar bens culturais e afirmar a sua relevância num ambiente em mudança.

Como forças motrizes da convergência poderemos distinguir aspetos de ordem epistemológica, complementados com a ideia de um regresso à «ordem original», aspetos decorrentes do ambiente digital, do emergir e vigência de usos indistintos, bem como de escolhas institucionais pragmáticas para enfrentar um ecossistema político e financeiro altamente concorrencial.

A convergência epistemológica radica na ideia de que os ABM «have been linked both philosophically and intellectually for thousands of years, and it is that connection that ultimately underpins and makes possible any idea of convergence» (Howard 2015, p. 100). Segundo Araújo (2020), ao longo do século XX, as evoluções teóricas da Arquivística, da Biblioteconomia e da Museologia, e também alguns desenvolvimentos no domínio da prática, contribuíram para diluir as fronteiras de cada uma e, simultaneamente, para promover a sua integração, no âmbito da Ciência da Informação. Given e McTavish (2010, p. 24) seguem a mesma linha de pensamento considerando que, embora isto não tenha sido feito de forma sistemática, a evolução da *Librarianship and Information Science* para a *Information Science* — com o foco na Ciência da Informação como um campo agregador para várias abordagens de recolha, gestão e acesso à cultura material — demonstra um grande potencial para uma convergência mais intensa e completa, tanto ao nível conceptual como empírico, oferecendo também uma base adequada para a componente educacional. Na perspetiva destes autores, tal convergência reflete de modo mais verdadeiro as práticas de informação na sociedade atual e oferece um arsenal teórico-metodológico mais robusto para lidar com essa realidade.

Esta convergência epistemológica também se alimenta de uma argumentação baseada num retorno à «origem primordial» de arquivos, bibliotecas e museus, nascidos há mais de 5000 anos, na Mesopotâmia, onde se desenvolveram «sistemas de informação» acoplados a templos e palácios que conservavam documentos com funções e índoles distintas (administrativa, religiosa, científica, artística, etc.) e objetos com relevância simbólica, misturando o que hoje distinguimos como recursos de arquivos, bibliotecas e museus. Esta visão e prática unitária encontrou um expoente máximo na Biblioteca de Alexandria e continuou, florescendo, no século XVI com os gabinetes de curiosidades (Howard 2015). Alguns autores enfatizam a visão una e sistémica destes gabinetes de curiosidades, típicos dos séculos XVII e XVIII, onde se juntavam

materiais de origens e tipologias diversas. Esse sentido é bem explicitado por Waibel e Erway (2009) ao referirem que

The cabinets of curiosities assembled by gentleman scholars in the seventeenth and eighteenth century did not differentiate materials into what we consider today's museum objects, library books, and archival papers. These early collections represent an undifferentiating passion for knowing the world and collecting the evidence of all natural and cultural production. The gentleman scholar's collecting activity explicitly aimed to unite the world's information under one roof although access to this body of information remained the exclusive pleasure of the leisure class (Waibel e Erway 2009, pp. 324-325).

No que respeita à convergência digital, vários autores realçam o facto de que a digitalização elimina as distinções físicas entre os diferentes tipos de documentos e, portanto, também desfaz em grande medida a necessidade de distinções entre as instituições que os gerem e custodiam. Por outro lado, no ambiente digital, os indivíduos podem criar, por vontade própria «ever-changing virtual “cabinets of curiosities” in which any kind of digitized document — text, image, or object — can be introduced and used» (Rayward 1998, p. 214). Esta diluição de fronteiras entre ABM também sobressai em aspetos que podem apresentar-se como problemáticos, a exemplo das questões de armazenamento, de preservação e de acesso continuado aos recursos eletrónicos. As coleções digitais esbatem os limites de quem possui que conteúdo já que o formato dos artefactos tradicionalmente recolhidos por cada tipo de instituição se torna menos específico. Como sublinha Howard (2015), as instituições partilham itens raros e preciosos através de imagens digitalizadas, as exposições de recursos digitais são objeto de curadoria *online* e os metadados são adicionados tanto por profissionais como por utilizadores através de indexação social (*social tagging*).

A convergência motivada por usos indistintos por parte dos utilizadores de ABM também é defendida por alguns autores ao enunciarem que os utilizadores não se prendem a essa diferenciação funcional e institucional porque o que pretendem é informação capaz de resolver as suas necessidades informacionais (Rayward 1998). Por norma, os utilizadores não se orientam pelas linhas escritas na areia que os profissionais dos ABM tendem a fixar no que respeita à sua formação académica e ao seu campo de atuação profissional (Given e McTavish 2010).

Por fim, a convergência pragmática decorre da constatação de que os ABM partilham, na essência, os mesmos desafios, ainda que os seus profissionais estejam frequentemente isolados e acantonados nas suas práticas profissionais. Esses desafios prendem-se com a necessidade de afirmação social e de relevância na tomada das decisões políticas que lhes dizem respeito. Importará que os ABM ganhem escala e capacidade de diálogo

com todos os *stakeholders* e com os decisores pela alocação de financiamento, tanto a nível nacional, local ou institucional. O imperativo de uma promoção coordenada dos ABM afirma-se, assim, como uma prioridade para os três sectores (Allen et al. 2017).

Nesta perspetiva de convergência, é necessário atender ao facto de que os ABM necessitam, primeiramente, de trabalhar as dinâmicas de colaboração internas para que possam colaborar com sucesso num âmbito mais alargado. Como bem explicitaram Waibel e Erway (2009), os ABM precisam de pensar global mas antes têm de agir ao nível local:

It seems unlikely that LAMs can successfully collaborate on the network level unless they have worked through issues of convergence in their own backyard. The groundwork for success on the network level is laid in local collaborations, such as creating cohesiveness among LAM belonging to the same organization (Waibel e Erway 2009, p. 325).

A proposta destes autores para idealizar a colaboração dos ABM como um *continuum* de atividades progressivamente mais complexas, com maiores exigências de investimento, sujeitas a riscos crescentes, mas também com resultados mais gratificantes é operacionalmente bastante significativa e produtiva (Figura 1).

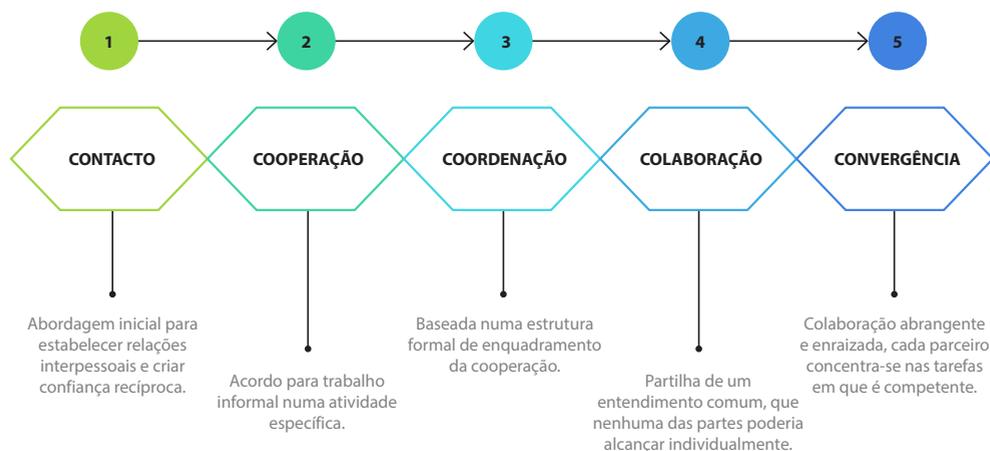


Fig. 1. O *continuum* da colaboração entre Arquivos, Bibliotecas e Museus
Fonte: Adaptado de Waibel e Erway (2009, p. 326)

Este processo em contínuo de colaboração entre ABM, inicia-se com uma primeira abordagem, muito focada no estabelecimento de relações interpessoais e na criação de confiança recíproca, base de qualquer colaboração bem-sucedida. Já a cooperação envol-

verá um acordo para trabalho, ainda que de modo informal, em algum tipo de atividade específica. Esta cooperação poderá evoluir para a coordenação, implicando já uma estrutura formal de enquadramento. Segue-se a colaboração, consistindo na partilha de um entendimento comum que permitirá às partes concretizar iniciativas e objetivos que não poderiam alcançar individualmente. Por fim, a convergência implica uma colaboração abrangente e enraizada, em que cada parceiro se concentra nas tarefas em que é competente, no âmbito de um projeto, parceria ou realização mais abrangente.

Allen et al. (2017, p. 7) também sublinham que pode ser mais vantajoso desenvolver pequenos grupos de interesse juntando áreas e a um nível mais local (por exemplo, um distrito, um município ou uma zona metropolitana) onde já há contactos de proximidade ou onde é possível fazer com maior facilidade uma ponte entre as divisões tradicionais do sector ABM.

Outra vertente de integração entre ABM situa-se no campo da formação, onde é necessário quebrar os clusters de ensino centrados em bibliotecas, arquivos e museus, que funcionam como silos. Given e McTavish (2010) enfatizam a importância da formação para diluir e quebrar as barreiras entre ABM, aludindo em específico à partilha de normas:

As long as librarians, archivists, and museologists (not to mention other information professionals) continue to be educated in isolation from one another — for example, with few standards that cross disciplinary boundaries in terms of organization, preservations, and user access — real boundaries to collection, management, and access of materials will remain (Given e McTavish 2010, p. 23).

Assim, os vieses da convergência dos ABM concretizam-se em abordagens parcelares de partilha centradas em aspetos particulares da prática profissional como a criação e implementação de modelos de metadados, a preservação e a conservação ou a adoção de CMS (*Content Management Systems*). Mansfield et al. (2014) apresentam um elenco de seis áreas onde os ABM podem colaborar proveitosamente pelas interseções que apresentam para cada uma das realidades, mas que não deixam de ser silos de colaboração, onde as áreas podem ficar acantonadas sem uma visão mais abrangente. Essas seis áreas incluem a digitalização e as questões de acesso, a preservação digital, a gestão de direitos de autor, as competências orientadas para a mudança organizacional, as infraestruturas partilhadas além da colaboração transdisciplinar, as Humanidades Digitais e *eResearch*.

Outro tipo de viés de integração identificável na literatura pauta-se pela ênfase numa das áreas da integração (arquivos, bibliotecas ou museus) e pela preocupação com a sua possível perda de visibilidade nesse processo. Este é o posicionamento de Bastian (2017, p. 331) ao referir a necessidade de foco nos arquivos num ambiente de convergência, sublinhando o papel que podem desempenhar nesse percurso. Na sua opinião, para os arquivistas, promover a cooperação e a paridade num ambiente unificador, em vez de se

contentarem com um papel secundário numa convergência igualitária, pode ser o maior desafio neste cenário.

Verifica-se ainda que as reflexões sobre a integração de ABM estão quase exclusivamente focadas e partem do campo das instituições de memória e serviços culturais, omitindo a gestão da informação e os serviços de gestão da informação. Como refere Bastian (2017) cada instituição interpreta a convergência segunda a perspectiva que melhor serve a sua própria cultura, recursos ou ambiente político global em que se enquadra.

Importa, por isso, abordar os ABM numa visão ampla, acolhendo vertentes complementares capazes de fomentar abordagens inovadoras, conjugando, por exemplo, a filosofia do acesso aberto, a descoberta federada, a geolocalização de informação dos ABM, a abertura aos contributos do público, a digitalização de recursos textuais, artefactos ou sons e vídeos, o acesso virtual a coleções físicas, ou a reinvenção de espaços físicos, por exemplo (Mansfield et al. 2014). Esta visão ampla não poderá concretizar-se sem perfis profissionais alinhados com perspectivas integradoras.

2. NOVOS PERFIS PROFISSIONAIS: DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO AO NÍVEL DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

A integração de ABM não pode fazer-se com profissionais com visões insulares e atomizadas destes serviços de informação, nesse sentido a formação tem de apontar para uma nova geração de profissionais capazes de uma visão integradora e integrada. Só assim será possível maximizar o acesso à informação por parte dos utilizadores, tal como enfatizou Howard (2015, p. 104): «The need to educate information professionals who can operate across these blurred cultural heritage boundaries is becoming paramount if we are to maximize the use of our rich collections of cultural heritage information».

Para o contexto norte-americano, em 2010, Given e McTavish, verificaram que existia uma divergência geral e uma separação entre os arquivos, bibliotecas e museus, enquanto campos de estudo, apesar do imperativo sobreposto de recolher, gerir, e proporcionar o acesso a várias formas de produção cultural e de conhecimento. Analisaram com detalhe os cursos de formação de bibliotecários acreditados pela ALA, notando que, havendo alguns cursos a oferecerem disciplinas de arquivística, de gestão da informação e áreas conexas, apenas uma das escolas oferecia um curso incluindo a palavra arquivo na designação. Adicionalmente, referem que no *site* da Society of American Archivists (SAA), os cursos de mestrado listados para formação de arquivistas se apresentam como um ramo de outras áreas, por exemplo da História, ou que estão integrados num curso de mestrado de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A mesma dinâmica de integração é verificada para os cursos de mestrado na área da Museologia.

Contudo, esta integração da formação de profissionais para ABM precisa de se apoiar em pesquisas que forneçam evidências dos conhecimentos e das competências que estes profissionais necessitam num cenário de convergência (Howard 2015).

Um exemplo de operacionalização desta abordagem, na área da Ciência da Informação, é descrito por Choi (2020) ao apresentar a reestruturação do Master of Science in Library and Information Science, com a criação de um ramo de especialização em Cultural Heritage Information Management. Este modelo designado de FROST (*Foundations – Resources – Organization – Services – Technology*) apresenta cinco áreas de competência (Figura 2).



Fig. 2. Modelo de competências FROST para ABM
Fonte: Adaptado de Choi (2020)

A área dos «Fundamentos históricos e contextuais (F)» representa o conhecimento e a compreensão da cultura, do contexto e das coleções de instituições culturais. Segue-se a área da «Gestão de recursos e curadoria digital (R)» que implica conhecimentos para o desenvolvimento, curadoria, gestão e avaliação de dados e recursos de informação em todos os formatos. Já a terceira área da «Organização da informação (O)» engloba a prática de descrição de recursos bem como a criação de estruturas de conteúdo orientadas para a descoberta de informação. A área do «Desenvolvimento de serviços de informação (S)» caracteriza as competências dos estudantes na análise das necessidades dos utilizadores, de modo a conceber e avaliar produtos e serviços para satisfazer essas necessidades e fazer avançar a missão e os valores da sua instituição. Por fim, a área da «Tecnologia digital (T)» implica a compreensão da utilidade de ferramentas tecnológicas para a criação de conteú-

dos e serviços, e competências para trabalhar com tecnologias de digitalização, de modo a criar e gerir representações digitais de recursos, servindo a missão das instituições do património cultural.

Considerando a área da organização do conhecimento e da informação, entendida em sentido lato, como uma área nuclear da integração da formação de futuros profissionais aptos para o trabalho em ABM, iremos ver de seguida as propostas de alguns manuais de Ciência da Informação nesta matéria.

3. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: UMA ABORDAGEM A MANUAIS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Uma visão integradora de arquivos, bibliotecas e museus precisa de focar-se em áreas onde essa amálgama de conceitos, teorias e práticas seja mais evidente ou natural. A organização do conhecimento, entendida num sentido estrito, tal como apresentada por Hjørland (2008) representa justamente um campo de encontro entre ABM pois:

In the narrow meaning Knowledge Organization (KO) is about activities such as document description, indexing and classification performed in libraries, bibliographical databases, archives and other kinds of “memory institutions” by librarians, archivists, information specialists, subject specialists, as well as by computer algorithms and laymen. KO as a field of study is concerned with the nature and quality of such knowledge organizing processes (KOP) as well as the knowledge organizing systems (KOS) used to organize documents, document representations, works and concepts (Hjørland 2008, p. 86).

As atividades, processos e sistemas direcionados para a organização de documentos são essenciais e transversais a estas instituições de memória, as quais integram arquivos e bibliotecas, mas onde, naturalmente, também cabem os museus, todas trabalhando com documentos, representações de documentos, obras e conceitos.

Um posicionamento integrador ou sincrético, relativamente à organização do conhecimento em arquivos, bibliotecas e museus, é assumido e materializado em alguns manuais dedicados à organização do conhecimento e à representação da informação destinados a professores e estudantes de cursos de ensino superior da área da Ciência da Informação.

Numa abordagem exploratória e com base na seleção de uma amostra por conveniência, iremos apresentar um levantamento do modo como é tratada a organização do conhecimento em três manuais ancorados na área da Ciência da Informação, e já com

algum sucesso editorial, o que entendemos como um sinal da sua aceitação por parte da comunidade acadêmica e profissional.

A obra *The organization of information* teve a sua primeira edição em 1999 e conta com três reedições, em 2004, 2009 e 2017. Para este texto, tomaremos como referência as edições de 2009 e 2018 (Joudrey, Taylor e Wisser 2018; Taylor e Joudrey 2009). O capítulo inicial dedica-se a apresentar uma panorâmica geral da área da organização de informação registada, elencando as áreas onde considera ocorrer essa organização, a saber bibliotecas, arquivos, museus, mas também a *Internet*, as bibliotecas e os arquivos digitais e a arquitetura da informação (Taylor e Joudrey 2009, pp. 15-22). Já na edição de 2018, estes últimos foram repensados e agregados sob a designação mais abrangente de contextos *online*, incluindo agora a *Internet*, *web* semântica e dados ligados, coleções digitais e arquitetura da informação (Joudrey, Taylor e Wisser 2018, pp. 30-40). Para cada contexto específico, são elencadas especificidades dos seus recursos de informação e normas sectoriais respeitadoras dessas particularidades e capazes de as representar, no intuito de facilitar a sua identificação e recuperação, em processos de busca da informação. Portanto, neste manual, prevalece uma visão integradora da organização da informação nos diferentes contextos, promovendo-se o conhecimento, das normas e procedimentos específicos, em simultâneo pelos profissionais de arquivos, bibliotecas e museus, mas não se questiona esta segmentação, nem a sua inoperacionalidade em certos contextos. Nessa perspectiva, compreende-se que nos capítulos seguintes sejam explanados com bastante detalhe esquemas de metadados para recursos bibliográficos, para documentos de arquivo e para obras de arte e suas representações. A estrutura dos capítulos 7 e 8 sobre metadados descritivos e metadados para pontos de acesso e controlo de autoridade reflete esta visão integradora fundamentada na partilha das mesmas necessidades ou problemas, como é referido, por exemplo, em relação à criação de pontos de acesso normalizados «libraries, archives, and museums came to the realization that there needs to be consistency and predictability in retrieval systems, something that goes beyond the luck of keyword searching» (Joudrey, Taylor e Wisser 2018, p. 257).

Já na obra *Information resource description: creating and managing metadata*, com edições de 2012 e de 2018, Philip Hider, usando uma abordagem descritiva e explicativa, propõe-se olhar «at how metadata works (or does not work) irrespective of the particular tradition from it emanates» (Hider 2018, p. xiv), abrangendo, assim, a descrição e organização de recursos de informação (*information resources*) independentemente de pertencerem a arquivos, bibliotecas ou museus. Nessa perspectiva, no capítulo 4, discorre sobre as fontes de metadados em arquivos, bibliotecas, museus ou editores. No capítulo 7, Hider apresenta uma síntese introdutória a um conjunto alargado de normas de metadados aplicáveis à publicação em ambientes *web*, às bibliotecas (analógicas e digitais), aos arquivos e à gestão da informação, aos museus, ao sector editorial, às bases de dados ou à pesquisa

e educação. Como refere Gartner (2016, p. 109): «Metadata is in many ways an attempt to develop a science for organizing ideas and so creating knowledge» e, nessa medida, tal como sublinhado por Mayernik (2020), algumas das abordagens à organização do conhecimento, nomeadamente sistemas de classificação, análise facetada, recuperação de informação, abordagens bibliométricas e a análise de domínios, propostas por Hjørland (2008), envolvem ou são a manifestação de alguma forma de metadados. Nesse sentido, Hider também posiciona a sua obra como um ponto de encontro convergente para a formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, mas também para desenvolvedores *web* ou profissionais do sector editorial, do ponto de vista da organização do conhecimento. A obra apresenta-se como útil para todos os que se interessam ou trabalham com a organização da informação, tanto para estudantes como para profissionais.

A obra *The Discipline of Organizing*, da autoria de Robert J. Glushko, professor da Escola de Informação da Universidade da Califórnia em Berkeley, foi publicada na sua primeira edição em 2013 pelo MIT Press, tendo reedições, em versão ampliada, em 2014, 2015 e 2016 pelo O'Reilly Media. Em 2014, foi escolhido como livro do ano pela Association for Information Science and Technology (ASIS&T), dos EUA. Este sucesso editorial reflete-se no facto de ser um manual adotado em algumas escolas da rede *iSchools*¹. Neste trabalho, tomamos como referência a edição de 2016, na sua edição profissional.

The Discipline of Organizing apresenta uma abordagem integrada para a organização do conhecimento e da informação, propondo uma visão reconfigurada do objeto e dos processos inerentes (Glushko 2013; Glushko 2016). Os recursos constituem o objeto dos processos organizativos, apresentando-se como qualquer coisa de valor que pode apoiar uma atividade orientada para um objetivo, podendo assumir a configuração de uma coisa física, informação sobre as coisas físicas, coisas não físicas e informação sobre coisas não físicas.

Organizar consiste em impor intencionalmente ordem e estrutura, criando possibilidades de interação, tal como explicita Glushko logo no início da sua obra «to organize is to create capabilities by intentionally imposing order and structure» (Glushko 2013, p. 1).

Glushko (2016) propõe uma visão mais ampla e integrada da organização da informação. Na sua perspetiva a organização da informação deve ser vista como um processo e como um sistema. Enquanto processo, envolve várias etapas, desde a criação e recolha da informação até a sua análise e disponibilização para o público.

De facto, uma das principais contribuições de Glushko (2016) é a sua abordagem sistémica para a organização da informação, argumentando que esta deve ser vista como um sistema, composto por diferentes elementos que interagem entre si. Esses elementos incluem o conteúdo da informação, as pessoas que a utilizam, os dispositivos e sistemas tecnológicos.

¹ iSchools, Inc. USA, [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://ischoolsinc.wildapricot.org/Discipline-of-Organizing>.

A abordagem de Glushko (2016) é particularmente relevante para arquivos, bibliotecas e museus, que enfrentam desafios cada vez maiores na gestão da informação, com ênfase para a vertente da organização, num ambiente mais digital e conectado, onde procuram promover a difusão e o acesso a acervos volumoso e diversificados, que incluem documentos, imagens, vídeos, sons e outros tipos de conteúdo.

Para organizar esses acervos, é necessário adotar uma abordagem sistemática e integrada, que atenda tanto às características do conteúdo quanto às necessidades e expectativas dos utilizadores. Adicionalmente é dada especial ênfase à interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação. Com efeito, Glushko (2016) argumenta que a interconexão entre os diferentes sistemas é fundamental para garantir a acessibilidade e a usabilidade da informação. A sua proposta visa uma abordagem inclusiva que leva em consideração a diversidade de formatos, estruturas e contextos em que a informação é criada e armazenada.

Um dos contributos de Glushko (2016, pp. 180-196) que vai facilitar esta abordagem integrada é a distinção que aplica aos recursos de informação: domínio, formato, agência e foco (*domain, format, agency e focus*).

A perspetiva do domínio enfatiza a importância de organizar os recursos de forma a refletir as suas características naturais ou intuitivas, em vez de fatores arbitrários ou *ad hoc* (Glushko 2016, pp. 180-183). Isto pode ajudar a melhorar a usabilidade e acessibilidade dos recursos de informação, além de facilitar a colaboração e comunicação dentro de um domínio particular. De facto, o domínio de um recurso é uma noção intuitiva que agrupa os recursos de acordo com o conjunto de características, naturais ou percebidas intuitivamente, que os distinguem de outros recursos. Portanto, o termo «domínio» opõe-se à ideia de agrupamento de recursos *ad hoc* ou arbitrário, motivado pela sua presença, em certo momento, no mesmo espaço. Dentro do domínio, as características de conteúdo, estrutura e apresentação permitem distinguir os tipos de documentos narrativos ou discursivos (por exemplo, romances) e os tipos de documentos transacionais (por exemplo, faturas). Os documentos narrativos resultam da escrita humana e são heterogéneos em termos de estrutura e de conteúdo, normalmente sob a forma de prosa e/ou elementos gráficos. Já os documentos transacionais são criados de modo mecânico, apresentando homogeneidade em termos de estrutura e conteúdo. Muitas vezes assumem a forma de «dados», ou seja, têm um conteúdo fortemente tipificado com uma semântica precisa que pode ser processada por computadores. Numa parte intermédia deste espectro encontram-se os tipos de documentos híbridos, como as enciclopédias e os manuais técnicos, que contêm texto narrativo e conteúdo estruturado com imagens, tabelas de dados, exemplos de códigos.

Já o formato centra-se na distinção mais básica entre físico e digital, ainda que os recursos de informação possam existir em numerosos formatos (Glushko 2016, pp. 183-186).

Esta distinção é muito importante para a implementação de um sistema de armazenamento ou conservação porque é aqui que as propriedades físicas têm de ser tomadas em consideração e muitas vezes colocam constrangimentos. O domínio do formato, refere-se ao tipo de meio ou à configuração em que a informação está disponível, como texto, imagem, áudio ou vídeo. Essa diferenciação é importante porque distintos formatos requerem diferentes abordagens em termos de organização e recuperação da informação. Por exemplo, a organização de imagens pode ser baseada em critérios visuais, como cor, forma e composição, enquanto a organização de áudio pode ser baseada em critérios acústicos, como ritmo, melodia e harmonia. Notando que existem muitos formatos digitais distintos, incide-se na distinção do que Glushko (2016, p. 185) chama de «coeficiente de inteligência em informação», considerando formatos mais inteligentes os que apresentam mais quantidade de informação passível de ser processada por sistemas computacionais.

Por seu lado, a agência diz respeito ao grau de capacidade que um recurso tem para iniciar ações por si próprio (Glushko 2016, pp. 186-191). Podemos definir um *continuum* entre recursos completamente passivos que não podem iniciar quaisquer ações e recursos ativos que podem iniciar ações com base em informações que recolhem do seu ambiente ou que obtêm através de interações com outros recursos. Precisamos de um conceito de agência para integrar, no quadro teórico dos sistemas organizativos, os recursos que são fontes de informação ativas, os quem têm um cariz computacional ou os indivíduos. No que respeita aos recursos ativos, será necessário atender a cinco «capacidades» que aumentam progressivamente a sua «agência»: sensibilidade, ativação, conectividade, computação ou «programabilidade» e capacidade de composição e cooperação.

Por fim, o foco dos recursos distingue os recursos originais ou primários dos recursos que os descrevem (Glushko 2016, p. 192). Qualquer recurso primário pode ter um ou mais recursos de descrição associados para facilitar a sua localização, interação ou interpretação. Os recursos de descrição são essenciais na organização dos sistemas em que os recursos primários não estão sob o seu controlo e só podem ser acedidos através da sua descrição. Estes recursos de descrição são frequentemente designados de metadados.

A distinção entre recursos primários e recursos de descrição, ou metadados, está profundamente enraizada na biblioteconomia e nos sistemas organizativos tradicionais cujas coleções são predominantemente recursos de texto, como livros, artigos ou outros documentos. Nestes contextos, os recursos de descrição são normalmente designados por recursos bibliográficos ou catálogos, e cada recurso primário está normalmente associado a um ou mais recursos de descrição. O contraste entre recursos primários e recursos de descrição é muito útil em vários contextos, contudo, em alguns sistemas organizativos, pode ser difícil distinguir os recursos primários e os metadados. Esta distinção decorre, frequentemente, da decisão sobre os aspetos que retêm a nossa atenção no recurso.

Esta distinção apresentada por Glushko (2016), baseada nos critérios do domínio, formato, agência e foco, pode contribuir para uma abordagem integrada à organização do conhecimento em bibliotecas, arquivos e museus, pois considera diferentes aspectos dos recursos de informação que são relevantes para sua organização e recuperação, mas entende-os como um todo. Atendendo ao domínio, formato, agência e foco, é possível criar estruturas de organização que sejam mais adaptadas aos diferentes tipos de recursos e contextos em que a informação é utilizada, contemplando a diversidade própria dos contextos de arquivos, bibliotecas e museus, no sentido de potencializar a sua integração global e facultar um ponto de acesso único aos utilizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação da integridade funcional de ABM tem sido objeto de reflexão por parte de teóricos e de práticas e experiências interventivas em contextos de implementação há já algum tempo. Como bem sublinha Rayward (1998, p. 213), a diferenciação funcional de arquivos, bibliotecas e museus foi uma resposta às exigências de gestão de diferentes tipos de coleções, uma vez que estas cresceram em tamanho e tiveram de responder às necessidades e interesses de um leque cada vez mais alargado de utilizadores reais e potenciais. Contudo, esta diferenciação não reflete nem responde às necessidades desses utilizadores. Para os indivíduos, o ideal continua a ser o gabinete pessoal de curiosidades que contém tudo o que é necessário para um determinado fim ou para responder a um interesse específico, independentemente da natureza dos artefactos envolvidos — livros, objetos, dados, documentos pessoais ou documentos oficiais. Atualmente, com o desenvolvimento da *Internet*, os motores de pesquisa tornaram-se, de facto, a porta de entrada nesses gabinetes de curiosidades, onde é possível encontrar recursos de informação que respondem a todas as interrogações. Os ABM vêm, assim, concretizada uma promessa de acesso único aos seus recursos, proporcionando uma base de conhecimento universal, pesquisável individualmente, sem limites geográficos ou temporais.

As distinções entre arquivos, bibliotecas e museus não vão desaparecer por completo, pelo que não será expectável uma fusão que anule a existência específica de cada um. Contudo, são várias as pressões para um sincretismo de complexidade, onde se conjuguem as particularidades de cada contexto e dos objetos de trabalho com as características e funções partilhadas, dando lugar à integração.

O emergir e a afirmação de um profissional sintético e polyvalente, que poderemos designar de gestor de informação, insere-se num dinamismo disciplinar, que supõe a transição das etapas da multi e interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade, e uma reconfiguração dos modelos de formação (Silva e Paletta 2019, pp. 31-38). De facto, a integração não se sustenta epistemologicamente nem se operacionaliza no terreno sem profissionais que combinem competências exigidas em arquivos, bibliotecas e museus,

sendo a área da organização do conhecimento e da informação uma componente charneira nesse modelo.

O estudo de manuais ou de obras de referência da Ciência da Informação, com enfoque para a organização do conhecimento, dá-nos uma visão de como está a ser pensada, ensinada e, em certa medida, operacionalizada a integração de arquivos, bibliotecas e museus. A obra *The discipline of organizing* (Glushko 2013; Glushko 2016) oferece-nos um ponto de partida desafiante e inovador para uma reflexão teórica, mas também para novos modos de intervenção, orientados para a integração e capazes de ultrapassar o sincretismo e as suas limitações.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, S., et al., 2017. *Collective wisdom: an exploration of library, archives and museum cultures* [Em linha]. Dublin, Ohio: OCLC Research [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://www.oclc.org/content/dam/research/publications/2017/collective-wisdom-white-paper.pdf>.
- ARAÚJO, C. A. Á., 2020. Information Science in Dialogue with Archival Science, Library Science and Museum Studies: the recent Brazilian experience. *Zagadnienia Informacji Naukowej - Studia Informacyjne* [Em linha]. **58**(1A, 115A), 24-42 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.36702/zin.722>.
- BASTIAN, J., 2017. GLAMs, LAMs, and archival perspectives. Em: H. MACNEIL, e E. TERRY, eds. *Currents of archival thinking*. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, pp. 327-350.
- CHOI, Y., 2020. Developing a specialization for LAM convergence using a competency-based approach in an LIS graduate curriculum. *Journal of Education for Library and Information Science* [Em linha]. **61**(2), 212-228 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/jelis.2019-0044>.
- GARTNER, R., 2016. *Metadata: shaping knowledge from the antiquity to the semantic Web* [Em linha]. Cham: Springer [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-40893-4>.
- GIVEN, L. M., e L. MCTAVISH, 2010. What's old is new again: the reconvergence of libraries, archives, and museums in the digital age. *The Library Quarterly* [Em linha]. **80**(1), 7-32 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/doi:10.1086/648461>.
- GLUSHKO, R. J., ed., 2016. *The Discipline of Organizing*. Cambridge: O'REILLY MEDIA.
- GLUSHKO, R. J., ed., 2013. *The discipline of organizing*. Cambridge, London: The MIT Press.
- HIDER, P., 2018. *Information resource description: creating and managing metadata*. 2nd ed. London: Facet Publishing.
- HJØRLAND, B., 2008. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization* [Em linha]. **35**(2-3), 86-101 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>.
- HOWARD, K., 2015. There and back again: is there a need for GLAM education? *Education for Information* [Em linha]. **31**(3), 99-108 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/EFI-150945>.
- JOUDREY, D. N., A. G. TAYLOR, e K. M. WISSER, 2018. *The organization of information*. Santa Barbara, Denver: Libraries Unlimited.
- MANSFIELD, T., et al., 2014. *Innovation Study: Challenges and Opportunities for Australia's Galleries, Libraries, Archives and Museums* [Em linha]. Austrália: Australian Centre for Broadband Innova-

- tion, CSIRO and Smart Services Co-operative Research Centre [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://apo.org.au/sites/default/files/resource-files/2014-09/apo-nid42371.pdf>.
- MARTY, P. F., 2009. An introduction to digital convergence: libraries, archives, and museums in the information age. *Museum Management and Curatorship* [Em linha]. **24**(4), 295-298 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09647770903314688>.
- MAYERNIK, M., 2020. Metadata. Em: Birger HJØRLAND, e Claudio GNOLI, eds. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. Toronto: ISKO [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/metadata#refG>.
- RAYWARD, W. B., 1998. Electronic information and the functional integration of Libraries, Museums, and Archives. Em: E. HIGGS, ed. *History and electronic artefacts*. Oxford: Oxford University Press, pp. 207-225.
- SILVA, A. M. da, e F. C. PALETTA, 2019. *Ciência da Informação: estudos de epistemologia e de ética*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CIC.Digital.
- SILVA, A. M. da, et al., 1998. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento.
- TAYLOR, A. G., e D. N. JOUDREY, 2009. *The organization of information*. Westport: Libraries Unlimited.
- WAIBEL, G., e R. ERWAY, 2009. Think globally, act locally: library, archive, and museum collaboration. *Museum Management and Curatorship* [Em linha]. **24**(4), 323-335 [consult. 2023-11-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09647770903314704>.

TRANSVERSALIDADE DO CAMPO DA INFORMAÇÃO NOS ENCONTROS DE ARQUIVISTAS, BIBLIOTECÁRIOS E MUSEÓLOGOS

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Temas de eventos e objetos de pesquisas científicas, a interdisciplinaridade e suas variações — multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, etc. — são termos utilizados diversa e indistintamente. Entretanto, para os sociólogos da ciência, os diferentes graus de interação e as possibilidades de reciprocidade teórica entre as disciplinas definem esses termos. Em 1972, é compilada, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma importante obra sobre o assunto — *L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités* —, resultante das discussões e reflexões de vários estudiosos, num encontro organizado pelo Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement (CERI), em parceria com o Ministère Français de l'Education Nationale, que aconteceu em Nice (França), em setembro de 1970.

Em linhas gerais, a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade ocorrem quando conhecimentos disciplinares distintos são utilizados para um propósito, sem trocas teóricas. Cada disciplina colabora com a sua metodologia para a solução de um problema. Quando há reciprocidade teórica entre disciplinas, dá-se a interdisciplinaridade, que pode culminar na transdisciplinaridade: a concepção de outra disciplina, com identidade teórica própria, diversa daquelas que inicialmente se uniram com um objetivo comum (CERI 1972).

A delimitação dessas relações não é simples e não pode ser banalizada: uma disciplina não pode ser interdisciplinar em si, pois a interdisciplinaridade pressupõe intercâmbios teóricos entre disciplinas (Berger 1972; Jantsch 1972; Japiassu 1976; Piaget 1972; Pombo, Guimarães e Levy 1994). Por séculos, os fazeres nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus foram desempenhados indiferentemente por profissionais de várias áreas que, ao interagirem, contribuíram para a constituição de fazeres e saberes (Silva et al. 1999) que, paulatinamente, delinearão as disciplinas que constituem o que entendemos, em nossa pesquisa, por campo da informação. Hoje, observa-se as especificidades desses espaços, assim como a identidade da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e Ciência da Informação, e dos profissionais nelas formados (Marques 2007, 2011).

* Universidade de Brasília (UnB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4642-5912>; Email: angelicacunha@unb.br.

Este trabalho objetiva apresentar a constituição do campo da informação a partir dos marcos históricos das práticas e dos pensamentos das cinco disciplinas que o compõem, pelo menos no Brasil. Fruto de uma tese de doutorado (Marques 2011), fundamenta-se na noção de campo científico de Bourdieu (1983, 2001) e se desenvolve por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e bibliográfica, conforme doravante relatado.

1. A DISCIPLINA E O ENTRE DISCIPLINAS

A definição de disciplina, no espaço acadêmico, «emerge de um contrato histórico entre o desenvolvimento da ciência e a história das universidades, que nas suas origens iniciaram o processo de constituição formal das disciplinas que edificaram os programas nos quais os conhecimentos científicos estão organizados» (Gomes 2001). Nesse espaço, a especialização culmina na fragmentação do conhecimento (Japiassu 1976; Morin 2005), que acaba por não se sustentar, passando por reestruturação na «formulação e reformulação contínua do atual corpo de conhecimentos sobre o domínio em questão» (Heckhausen 1972, p. 83, tradução nossa). As fronteiras tradicionais entre os saberes são, então, reduzidas e a pluralidade disciplinar ganha espaço (Gomes 2001).

Na história da ciência, as rupturas dessas fronteiras ocorrem quando o tratamento de um objeto conduz ao aparecimento de um projeto interdisciplinar, através do qual as disciplinas envolvidas intercambiam informações, noções, conceituações e teorias, alcançando um esquema cooperativo, a partir do qual não apenas os agentes envolvidos diretamente na execução desses projetos tornam-se especialistas com múltiplas competências, como, também, as próprias gramáticas dessas disciplinas são alteradas, interferindo na formação dos futuros especialistas (Gomes 2001).

Alguns autores, como Heckhausen (1972) e Geertz (cit. por Gomes 2001) distinguem as definições de disciplina curricular e de disciplina científica. Embora a Arquivologia tenha sido uma disciplina curricular por muito tempo, no âmbito de outros cursos (principalmente de Biblioteconomia e História), em nossa pesquisa (Marques 2007; Marques 2011), a contemplamos de acordo com as abordagens apresentadas por Berger (1972), Boisot (1972), Bourdieu (2001), Boutier, Passeron e Revel (2006), Heckhausen (1972), Morin (2005) e Palmade (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994), alinhadas em torno da conjugação do objeto e dos métodos que singularizam uma disciplina científica.

Desses autores, destacamos dois: Heckhausen (1972) e Bourdieu (2001). O primeiro indica sete critérios para caracterizar a natureza de uma disciplina e distingui-la de outras, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Critérios para caracterização da natureza de uma disciplina

Critério	Definição
Domínio material	Conjunto dos objetos, no sentido comum do termo, sob os quais se assenta uma disciplina.
Domínio de estudo	Muitos subconjuntos, visivelmente circunscritos, de fenômenos relevantes de um mesmo domínio material.
Nível de integração teórica	O tipo de categoria, na qual pertencem os fenômenos observáveis relevantes de um domínio de estudo.
Métodos	Toda disciplina elabora seus métodos particulares, a fim de entender os fenômenos observáveis que se destacam no seu domínio de estudo ou para transformar esses fenômenos em informações mais adaptadas ao problema estudado.
Instrumentos de análise	Estratégias lógicas, raciocínios matemáticos e construção de modelos de processos complexos de retroação.
Aplicações práticas	As disciplinas diferem, consideravelmente, quanto à sua possibilidade de aplicação e de utilização prática nos domínios de atividade profissional. Em regra geral, as disciplinas orientadas para aplicações práticas e para domínios de atividades profissionais bem estabelecidas são mais ecléticas que puras, na concepção epistemológica que elas têm de seu valor como ciências. A obrigação de encontrar aplicações práticas tem uma considerável influência na organização da sua estrutura, de suas atividades de pesquisa e de seus programas nas universidades. As disciplinas estreitamente ligadas à prática profissional se caracterizam por um «atraso científico» considerável entre o exercício da profissão (e mesmo o ensino pluridisciplinar da universidade) e o atual estado da pesquisa pura no domínio de estudo correspondente.
Contingências históricas das disciplinas	Cada disciplina é fruto de uma evolução histórica e se encontra, a todo momento, numa fase de transição. Algumas disciplinas evoluem e se modificam mais rapidamente, enquanto outras parecem esgotar todas as suas possibilidades de evolução. As contingências históricas que aceleram ou freiam o desenvolvimento e o progresso de uma disciplina não são todas devidas à lógica interna do domínio de estudo explorado pelos homens de ciência qualificados. As disciplinas são, igualmente, submissas às forças externas, em constante evolução, tais como o prestígio do acordo da opinião pública, os valores sociais e culturais, as ideologias políticas e as condições econômicas. Essas forças exógenas não determinam somente os recursos materiais, como também criam um clima, mais ou menos propício ao seu desenvolvimento. Enfim, as contingências externas se conjugam por modelar a mentalidade dos homens da ciência, orientando seus gostos em matéria de pesquisa e suas preocupações teóricas.

Fonte: Elaboração própria, com base em Heckhausen (1972, pp. 83-87, tradução nossa)

Bourdieu, por sua vez, contempla três níveis do trabalho científico: a disciplina, o subcampo e a especialidade, tomados como sinônimos. Ele explica que: «Cada disciplina (como campo) é definida por um nomos [lógica] particular de visão e de divisão, um princípio de construção da realidade objetiva irredutível àquele de uma outra disciplina» (Bourdieu 2001, p. 103, tradução nossa). Para o autor, a disciplina é um campo relativamente estável e delimitado e, portanto, em princípio fácil de identificar: ela tem um

nome reconhecido escolar e socialmente; ela está vinculada a instituições e laboratórios, a departamentos universitários, a revistas, a instâncias nacionais e internacionais (congressos), a procedimentos de certificação de competências, de sistemas de retribuição, de preços.

Nesse sentido, ele aponta que a noção de campo científico se refere, simultaneamente, à unidade existente na ciência e as diversas posições que as diferentes disciplinas ocupam no espaço, isto é, sua hierarquização. O que acontece no campo depende dessas posições e este pode ser descrito como um conjunto de campos locais (disciplinas), que têm em comum interesses e princípios mínimos.

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Bourdieu 1983, pp. 122-123).

Conforme apresentamos na próxima seção, acreditamos, com base nesse autor, que as disciplinas que têm por objeto a informação constituem um campo comum, espaço de parcerias, mas também de conflitos, forças e lutas.

Parece-nos, portanto, incoerente delimitar um campo científico, pensando apenas na disciplinaridade, pois uma disciplina visita e é visitada por outras e, ao estabelecer diálogos, se apropria e, muitas vezes, ressignifica noções e conceitos diversos. Os diferentes graus dessas (re)apropriações podem ser traduzidos em intensidades de integração distintas entre diferentes disciplinas, como aponta Pombo, Guimarães e Levy (1994). Esses autores propõem dez categorias de análise para tipificar as diferentes situações de ensino integrado, dentre as quais destacamos a intensidade da integração, que diz respeito ao grau de interação entre as várias disciplinas envolvidas, conforme sintetizado na Tabela 2.

Tabela 2. Classificação dos níveis de intensidade de integração entre disciplinas

Definição	Intensidade	Forma de integração
Pluridisciplinaridade	fraca	coordenação
Interdisciplinaridade	crescente	combinação
Transdisciplinaridade	elevada	fusão

Fonte: Elaboração própria, com base em Pombo, Guimarães e Levy (1994)

Eles pontuam que diversos conceitos são construídos com base na «diferente prefixação da palavra disciplinaridade. Nesse sentido, a etimologia do prefixo “inter” poderia explicar a [...] centralidade e carácter intermédio do conceito de interdisciplinaridade» (Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 12). Em suas reflexões no âmbito do ensino/aprendizagem, partem de dois consensos propostos por estudiosos da área: 1) as distinções triádicas, que se referem às diferenças entre o conceito de interdisciplinaridade e os conceitos de pluridisciplinaridade e de transdisciplinaridade; 2) e uma posição intermediária ou intervalar, que considera a interdisciplinaridade mais que a pluridisciplinaridade e menos que a transdisciplinaridade. Ainda salientam que, «enquanto conceitos caracterizadores de diversificadas práticas de ensino, devem ser entendidos como momentos de um mesmo contínuo: o processo contínuo de integração disciplinar» (Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 11, grifo dos autores).

Essas modalidades são, comumente, denominadas de interdisciplinaridade, sem distinção das suas definições. Entretanto, há que se atentar para as suas especificidades, segundo estudos da Sociologia da Ciência.

Ainda que não existam consensos, a multi e a pluridisciplinaridade são definidas de formas próximas ou comuns (Tabela 3). Quanto à multidisciplinaridade, Berger (1972, p. 23, tradução nossa) fala de uma «justaposição de disciplinas diversas», que parece aproximar-se da concepção de Japiassu (1976) para esse termo e daquela proposta por Michaud (1972), para a pluridisciplinaridade. Palmade (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994) afirma que a multidisciplinaridade aponta para um «simples intercâmbio de idéias», enquanto Piaget (1972), tendo em vista a solução de problemas práticos, considera a contribuição de várias disciplinas, sem alterá-las ou enriquecê-las. Essa concepção parece se confundir com as definições de pluridisciplinaridade de Dellatre, Gusdorf e Resweber — os três autores mencionados na obra de Pombo, Guimarães e Levy (1994).

Tabela 3. Definições de multidisciplinaridade

Autor	Definição
Berger	Justaposição de disciplinas diversas, às vezes sem relação aparente entre si. Ex.: música + matemática + história (Berger 1972, p. 23, tradução nossa).
Japiassu	O termo <i>multidisciplinar</i> evoca uma simples justaposição, num trabalho determinado, dos recursos de várias disciplinas, sem implicar, necessariamente, um trabalho de equipe e coordenado. Quando nos situamos no nível do simples multidisciplinar, a solução de um problema só exige informações tomadas de empréstimo a duas ou mais especialidades ou setores de conhecimento, sem que as disciplinas levadas a contribuírem por aquela que as utiliza, sejam modificadas ou enriquecidas (Japiassu 1976, pp. 72-73).
Palmade	A multidisciplinaridade orienta-se para a interdisciplinaridade quando as relações de interdependência entre as disciplinas emergem. Passa-se então do simples «intercâmbio de idéias» a uma cooperação e a uma certa compenetração das disciplinas (Palmade cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 95).

(continua na página seguinte)

Autor	Definição
Piaget	Quando a solução de um problema requer a obtenção de informações relacionadas a uma ou mais ciências ou setores do conhecimento, sem que as disciplinas que são convocadas por aqueles que as utilizam sejam alteradas ou enriquecidas por isso (Piaget 1972, p. 141, tradução nossa).

Fonte: Marques (2007, p. 65)

A pluridisciplinaridade ainda é concebida como: «justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas» (Berger 1972, p. 23, tradução nossa); relação de cooperação entre disciplinas, mas sem coordenação (Japiassu 1976), ou sem integração conceitual interna entre elas (Palmade cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994); como qualquer tipo de associação, que suponha coordenação entre professores, no escopo do ensino (Pombo, Guimarães e Levy 1994); a «colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas» (Thom cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 96), conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Definições de pluridisciplinaridade

Autor	Definição
Berger	Justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento. Ex.: domínio científico: matemática + física, ou domínio das letras: francês + latim + grego (Berger 1972, p. 23, tradução nossa).
Dellatre	Simples associação de disciplinas que concorrem para uma realização comum, mas sem que cada disciplina tenha que modificar sensivelmente a sua própria visão de coisas e os métodos próprios (Dellatre cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 13).
Gusdorf	Justaposição de especialistas estranhos uns aos outros. Ponto de vista estritamente qualitativo e algo ingênuo. Consiste em reunir pessoas que nada têm em comum, cada qual falando sem escutar os outros, aos quais nada têm a dizer e dos quais nada querem ouvir (Gusdorf cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 96).
Michaud	Justaposição de duas ou mais disciplinas, sem que haja relação entre elas; ou melhor, é o encontro que pode permitir, ocasionalmente, empréstimos recíprocos (Michaud 1972, p. 295, tradução nossa).
Japiassu	O termo <i>pluridisciplinar</i> realiza apenas um agrupamento, intencional ou não, de certos «módulos disciplinares», com algumas relações entre as disciplinas e visando à construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos, mas dando margem a certa cooperação, embora excluindo toda coordenação (Japiassu 1976, p. 73).
Palmade	Cooperação de caráter metodológico e instrumental entre disciplinas e que não implica uma integração conceitual interna (Palmade cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 96).
Pombo, Guimarães e Levy	Qualquer tipo de associação mínima entre duas ou mais disciplinas, associação essa que, não exigindo alterações na forma e organização do ensino, supõe, contudo, algum esforço de coordenação entre os professores dessas disciplinas (Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 12).

(continua na página seguinte)

Autor	Definição
Resweber	Colocação, face a face, de diversas disciplinas, visando a análise de um mesmo objeto e sem implicar a elaboração de uma síntese (Resweber cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 96).
Thom	Colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas (Thom cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 96).

Fonte: Marques (2007, p. 66)

A interdisciplinaridade, por sua vez, é definida de forma ampla, por alguns estudiosos que não apontam condições específicas para a sua existência, como é o caso de Berger (1972), Delattre (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994), Jantsch (1972), Marion (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994), Morin (2005), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Piaget (1972), Resweber (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994) e Thom (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994). Outros já apontam para algumas características para defini-la: Japiassu, por exemplo, indica como condicionantes a «intensidade das trocas» e o «grau de integração real» de duas ou mais disciplinas na pesquisa (1976, p. 74); Pinheiro (1999) sugere uma reciprocidade de contribuições quanto a conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias; Follari (1982) se refere à necessidade de constituição de uma nova disciplina e Palmade (cit. por Pombo, Guimarães e Levy, 1994, p. 93) sugere uma «axiomática nova e comum» (Tabela 5).

Tabela 5. Definições de interdisciplinaridade

Autor	Definição
Japiassu	A interdisciplinaridade se caracteriza pela <i>intensidade das trocas</i> entre os especialistas e pelo <i>grau de integração real</i> das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa (Japiassu 1976, p. 74).
Pinheiro	Relações interdisciplinares são relações de troca teórica e metodológica e, para que tal ocorra, é imprescindível clareza para identificar, entre as disciplinas envolvidas, onde se dá o encontro ou a interseção de duas áreas do conhecimento (Pinheiro 1999, p. 164).
Gomes	A interdisciplinaridade só se concretiza a partir do diálogo concreto entre as disciplinas que pode ser constatado quando conceitos, teorias, métodos e campos de investigação migram, transitam nos vários sentidos das regiões fronteiriças (Gomes 2001).
Morin	A interdisciplinaridade pode significar, pura e simplesmente, que diferentes disciplinas são colocadas em volta de uma mesma mesa, como diferentes nações se posicionam na ONU sem fazerem nada além de afirmar, cada qual, seus próprios direitos nacionais e suas próprias soberanias em relação às invasões do vizinho. Mas interdisciplinaridade pode significar também troca e cooperação, o que faz com que a interdisciplinaridade possa vir a ser alguma coisa orgânica (Morin 2005, p. 115).
Follari	A inter-relação orgânica dos conceitos de diversas disciplinas a ponto de constituir uma espécie de «nova unidade», que subsume em um nível superior, as contribuições de cada uma das disciplinas particulares (Follari 1982, p. 27, tradução nossa).

(continua na página seguinte)

Autor	Definição
Pombo, Guimarães e Levy	Qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objeto comum (Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 13).
Berger	Interação existente entre duas ou mais disciplinas: essa interação pode ir da simples comunicação de idéias até a integração mútua de conceitos diretores, da epistemologia, da terminologia, de procedimentos, de dados e da organização da pesquisa e do ensino correspondentes (Berger 1972, p. 23, tradução nossa).
Palmade	Integração interna e conceptual que rompe a estrutura de cada disciplina para construir uma axiomática nova e comum a todas elas com o fim de dar uma visão unitária de um sector do saber (Palmade cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 93).
Jantsch	Princípio de organização que tende à coordenação, sob dois planos, dos termos, dos conceitos e das configurações disciplinares, característica de um sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos. O ponto importante, nessa concepção, é que, pelo estabelecimento de vínculos interdisciplinares entre esses níveis de organização, os conceitos, as estruturas e os objetivos das disciplinas científicas, definidos nesses níveis, as modificam. As disciplinas científicas são, portanto, coordenadas por uma axiomática comum – um ponto de vista ou um objetivo comum (Jantsch 1972, pp. 106-107, tradução nossa).
Piaget	Nível em que a colaboração entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz às interações propriamente ditas, ou seja, a uma certa reciprocidade de intercâmbios, de forma que exista um enriquecimento mútuo (Piaget 1972, p. 142, tradução nossa).
Marion	Cooperação de várias disciplinas científicas no exame de um mesmo e único objeto (Marion cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 93).
Thom	Transferência de problemática, conceitos e métodos de uma disciplina para outra (Thom cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 93).
Delattre	Tentativa de elaboração de um formalismo suficientemente geral e preciso que permita exprimir na única linguagem dos conceitos, as preocupações e as contribuições de um número considerável de disciplinas que, de outro modo, permaneceriam acantonados nos seus dialetos respectivos (Delattre cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 93).
Resweber	A interdisciplinaridade ultrapassa a pluridisciplinaridade porque vai mais longe na análise e confrontação das conclusões, porque procura a elaboração de uma síntese a nível de métodos, leis e aplicações, porque preconiza um regresso ao fundamento da disciplina, porque revela de que modo a identidade do objeto de estudo se complexifica através dos diferentes métodos das várias disciplinas e explicita a sua problematicidade e mútua relatividade (Resweber cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 93).

Fonte: Marques (2007, p. 62)

Sobre a transdisciplinaridade, parece haver concordância em torno da sua definição (Tabela 6): Berger (1972, p. 23, tradução nossa) menciona uma «axiomática comum a um conjunto de disciplinas»; Gusdorf (cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 97) fala de «transcendência» e de «objeto comum»; Jantsch (1972), Pombo, Guimarães e Levy (1994) se aproximam numa abordagem centrada no ensino, na qual a transdisciplinaridade seria o último grau de coordenação entre disciplinas, num sistema de níveis

e objetivos múltiplos; e Piaget (1972, p. 144, tradução nossa) faz alusão a um «sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas».

Tabela 6. Definições de transdisciplinaridade

Autor	Definição
Berger	Implementação de uma axiomática comum a um conjunto de disciplinas (Berger 1972, p. 23, tradução nossa).
Gusdorf	A transdisciplinaridade evoca uma perspectiva de transcendência que se aventura para além dos limites do saber propriamente dito, em direção a uma unidade de natureza escatológica. Se cada disciplina propõe um caminho de aproximação ao saber, se cada aproximação revela um aspecto da verdade global, a transdisciplinaridade aponta para um objeto comum, situado além do horizonte da investigação epistemológica, nesse ponto imaginário em que todas as paralelas acabam por se encontrar (Gusdorf cit. por Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 97).
Jantsch	O grau último de coordenação, suscetível de existir num sistema de ensino inovador e que depende, não apenas de uma axiomática comum, decorrente de uma coordenação que tem em vista um «objetivo de sistema global» — como, também, de um reforço mútuo das epistemologias próprias a certos domínios. Com a <i>transdisciplinaridade</i> , o conjunto do sistema de ensino inovado é coordenado num sistema de níveis e objetivos múltiplos (Jantsch 1972, p. 107, tradução nossa).
Piaget	Etapa superior às relações interdisciplinares, que contempla, além das interações e reciprocidades entre pesquisas especializadas, as relações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas (Piaget 1972, p. 144, tradução nossa).
Pombo, Guimarães e Levy	O nível máximo de integração disciplinar que seria possível alcançar num sistema de ensino. Trata-se da unificação de duas ou mais disciplinas, tendo por base a explicitação dos seus fundamentos comuns, a construção de uma linguagem comum, a identificação de estruturas e mecanismos comuns de compreensão do real, a formulação de uma visão unitária e sistemática de um setor mais ou menos alargado do saber (Pombo, Guimarães e Levy 1994, p. 13).

Fonte: Marques (2007, p. 67)

A partir dessas diferentes classificações das possíveis relações entre diferentes disciplinas, podemos vislumbrar o que Morin (2005, p. 106) denomina de um «olhar extra-disciplinar», de invasões e migrações interdisciplinares, de objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares, de esquemas cognitivos reorganizadores a fim de tecer reflexões para além das disciplinas. Essas expressões se inserem no que ele chama de «espantosa variedade de circunstâncias que fazem progredir as ciências, quando rompem o isolamento entre as disciplinas» (Morin 2005, p. 112).

Importante salientar que acreditamos que, o que defendemos para a Arquivologia como hipótese da nossa dissertação (Marques 2007), se estende às demais disciplinas na sua institucionalização como disciplina: a configuração do campo científico corresponde à interação entre os seus campos disciplinar e extradisciplinar, isto é, dá-se pelo estabelecimento de limites (identidade) e fronteiras (alteridade) epistemológicas.

2. O CAMPO DA INFORMAÇÃO

Na pesquisa de doutorado (Marques 2011), estudamos as interlocuções entre as práticas e os pensamentos arquivísticos internacionais e os brasileiros a partir da nossa proposta de campo da informação, sob duas perspectivas complementares: a) das tendências históricas da Arquivologia internacional, das suas práticas ao seu delineamento científico nesse campo, ou seja, a sistematização e circulação do pensamento arquivístico no mundo, seus principais dispositivos de institucionalização; b) da trajetória da Museologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, disciplinas que compartilham os espaços do campo da informação com a Arquivologia no Brasil, mediante relações de parcerias e conflitos em torno de variações de um mesmo objeto.

Relevante explicar que o fizemos em referência às disciplinas que possuem vínculos institucionais estreitos no cenário brasileiro: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e Ciência da Informação, ainda que reconheçamos que outras disciplinas — como a Comunicação e a Ciência da Computação —, por compartilharem esses processos de produção, organização e disponibilização da informação, também poderiam ter sido estudadas no âmbito do campo da informação.

Levando-se em conta as limitações deste trabalho, não apresentamos os marcos das práticas e dos pensamentos das disciplinas que o compõem, individualmente — ainda que o entendamos como essencial para a compreensão da sua identidade. Optamos por fazê-lo considerando os paradigmas que perpassam o referido campo, no delineamento interativo de cada uma dessas disciplinas com aquelas situadas em seu entorno, conforme a Tabela 7.

Tabela 7. Paradigmas da Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação no campo da informação

Autor	Definição
Arquivologia	Foco inicial na organização e preservação física de documentos, tendo em vista a manutenção da memória; preocupação com o arquivo como instituição de guarda de documentos; preocupação com o aperfeiçoamento e compartilhamento de técnicas voltadas para a organização e disponibilização de documentos; preocupações recentes com seu desenvolvimento como disciplina científica e seus desdobramentos: formação profissional, produção de pesquisas, criação de cursos de graduação e pós-graduação, etc.
Museologia	Foco inicial no museu, como lugar de contemplação, estudo e pesquisa; foco nas coleções, como agrupamentos de relíquias ou peças exóticas; foco no museu como lugar de culto à memória; preocupações mais recentes relativas à multiplicidade dos tipos de museus derivados da diversidade étnica, cultural e social; preocupações da área com o seu desenvolvimento científico e formação profissional.

(continua na página seguinte)

Autor	Definição
Biblioteconomia	Foco inicial na biblioteca como espaço de estudo, contemplação e preservação da memória; preocupação em propiciar acesso aos documentos bibliográficos; proliferação de cursos para a formação de profissionais habilitados na organização e recuperação de documentos; desenvolvimento de pesquisas.
Documentação	Preocupações com o controle e classificação universal do conhecimento registrado; criação de instituições que propiciassem a transferência de informações entre cientistas e pesquisadores; compartilhamento de interesses e propostas com a Ciência da Informação.
Ciência da Informação	Volta-se para os processos que abarcam os movimentos da informação em um sistema de comunicação humana, abrindo os interesses da Documentação e indo ao encontro daqueles das demais disciplinas do campo da informação; preocupações com a recuperação da informação conforme as demandas dos usuários; busca da compreensão da informação em si mesma, inicialmente numa aproximação matemática e, mais recentemente, de acordo com o contexto social; produção de pesquisas, contemplando, inclusive, temáticas de outras disciplinas que lhe são próximas.

Fonte: Marques (2011, pp. 198-199)

Partindo desse quadro, podemos apreender os arquivos, as bibliotecas, os museus e, mais tarde, os centros de documentação e de informação, como lugares de memória, nas suas funções de guarda/custódia de documentos portadores de valores administrativos, jurídicos, legais, fiscais, históricos, culturais, educativos, científicos e patrimoniais.

Seus serviços e os fazeres dos profissionais que neles atuam passam por adequações, aperfeiçoamentos e inovações conforme as demandas administrativas e sociais sobre os documentos e as informações, que precisam ser organizados, preservados, recuperados e disponibilizados com vistas ao acesso físico, intelectual e legal (Taylor 1984), no reconhecimento de direitos, deveres e obrigações.

Ainda que estudadas apenas nos últimos séculos, essas demandas são milenares e acabaram por culminar na exigência de cursos de formação profissional que, inicialmente, eram oferecidos avulsamente e, gradativamente, passaram a sê-lo regularmente na formação de arquivistas, bibliotecários, museólogos, documentalistas e cientistas da informação, em diferentes níveis.

Além dos cursos, eventos, periódicos e pesquisas fomentam a formação supracitada, bem como a institucionalização das disciplinas cientificamente, atualizando e divulgando os conhecimentos elaborados e sedimentados por seus profissionais e estudiosos, em compasso com os avanços técnicos e tecnológicos de cada tempo.

Evidentemente, os paradigmas que visualizamos genericamente (e para fins didáticos), na Tabela 7, são contingenciais temporal e espacialmente, conformados às especifi-

idades de cada contexto histórico e político. Sabemos que, dadas as origens, a formação e a identidade de cada disciplina em cada país, as suas relações com outras disciplinas variam consideravelmente. Exemplo disso foi constatado em nossa pesquisa acerca da institucionalização da Arquivologia na França, que não possui relações estreitas com a Ciência da Informação como ocorre no Brasil, mas com a Comunicação e as Tecnologias da Informação (Marques 2021).

Dessa maneira, a nossa proposta de campo da informação decorre da observação da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, inserida em um espaço maior, por nós entendido como:

o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação. Desse modo, defendemos que nesse campo estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da CI [Ciência da Informação], como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares (Marques 2011, p. 76).

Esse espaço tem os seus limites e as suas fronteiras determinados pela dinâmica dos seus agentes — arquivistas, bibliotecários, museólogos, documentalistas e cientistas da informação —, segundo os processos de trabalho que orientam as suas práticas em torno da criação, produção, organização, comunicação e disponibilização de informações registradas em documentos de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e informação, segundo os princípios, os conceitos e a metodologia de cada disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do campo da informação no Brasil aponta para um campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, a partir de metodologias próprias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e Ciência da Informação, e das suas interações. Historicamente, as suas trajetórias se entrecruzaram conforme as suas parcerias, alianças e conflitos em torno da sua identidade (limites) e alteridade (fronteiras) disciplinares, que podem ser visualizadas de acordo com os diferentes graus de relações entre disciplinas ou sob um olhar extradisciplinar.

Sempre respeitando a individualidade de cada uma dessas disciplinas, focalizamos a transversalidade do campo da informação — ao invés da interdisciplinaridade como um pressuposto simplista —, que promove (des)encontros teóricos que possibilitam relações profícuas entre os fazeres e saberes dos profissionais da informação frente aos desafios

contemporâneos da gestão, preservação e promoção do acesso a documentos, informações e conhecimentos.

Pesquisas internacionais já se dedicaram ao estudo das especificidades e das relações entre as disciplinas aqui estudadas e distintamente concebidas, como áreas da informação, ciências da informação etc. Esperamos que, a partir deste trabalho, outros o aprofundem na investigação das camadas epistemológicas dos dispositivos de institucionalização que individualizam e interligam as cinco disciplinas em questão, propiciando o reconhecimento das profissões de arquivista, bibliotecário, museólogo, documentalista e cientista da informação, seus encontros, além de suas potenciais e profícuas parcerias no exercício do direito à informação, à memória, ao esquecimento, à democracia, à liberdade, à igualdade e à inclusividade.

REFERÊNCIAS

- BERGER, G, 1972. Opinions et réalités. Em: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, pp. 19-74.
- BOISOT, M., 1972. Discipline et disciplinarité. Em: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, pp. 90-97.
- BOURDIEU, P., 2001. *Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001*. Paris: Raisons d'agir.
- BOURDIEU, P., 1983. O campo científico. Em: R. ORTIZ, *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, pp. 122-155.
- BOUTIER, J., J.-C. PASSERON, e J. REVEL, 2006. *Qu'est-ce qu'une discipline?* Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- CERI [CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT], 1972. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE.
- FOLLARI, R., 1982. *Interdisciplinariedad: los avatares de la ideología*. Cidade do México: Casa abierta ao tiempo.
- GOMES, H. F., 2001. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delimitador de seu núcleo principal. *DataGramaZero* [Em linha], 2(4). [consult. 2023-11-20] Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7441>.
- HECKHAUSEN, H., 1972. Discipline et interdisciplinarité. Em: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, pp. 83-90.
- JANTSCH, E., 1972. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. Em: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, pp. 98-125.
- JAPIASSU, H., 1976. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.
- MARQUES, A. A. C., 2021. *Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira* [Em linha]. Rio de Janeiro: IBCT [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1224>.
- MARQUES, A. A. C., 2011. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil* [Em linha]. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>.
- MARQUES, A. A. C., 2007. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2979>.

- MICHAUD, G., 1972. Problèmes et solutions: conclusions générales. Em: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, pp. 293-300.
- MORIN, E., 2005. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PIAGET, J., 1972. L'epistemologie des relations interdisciplinaires. Em: CERI. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, pp. 131-144.
- PINHEIRO, L. V. R., 1999. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. Em: L. V. R. PINHEIRO, org. *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, pp. 155-182.
- POMBO, O., H. M. GUIMARÃES, e T. LEVY, 1994. *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Ed. Texto.
- SILVA, A. M. et al., 1999. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Ed. Afrontamento.
- TAYLOR, H., 1984. *Archival services and the concept of the user: a RAMP study*. Paris: Unesco.

O DECLÍNIO DOS DOUTORAMENTOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO DE DOUTORAMENTO FCT

JAQUELINE SILVA DE SOUZA*

JOLIE KELLY ELIAS LEITE DO AMARAL**

LUCÍDIO LOPES DE ALENCAR***

INTRODUÇÃO

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é a agência pública nacional de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento. Tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em Portugal. Ela tem a missão de continuar o avanço do conhecimento científico e tecnológico no país, para atingir os mais elevados padrões internacionais de qualidade e competitividade em todos os domínios científicos e tecnológicos, e estimular a sua difusão e contribuição para a sociedade e o tecido produtivo.

A FCT fomenta concursos de concessão de bolsas de investigação que permitem aos pesquisadores submeterem os seus projetos que são promovidos pelas competências das suas instituições afiliadas. Dessa forma, cada concurso é composto por uma equipe de avaliadores selecionados pela Fundação.

No Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento, que é realizado anualmente, os avaliadores são distribuídos por painéis de acordo com cada área do conhecimento. Seguem: Agricultura; Silvicultura e Pescas; Antropologia; Artes; Bioengenharia e Biotecnologia; Biologia Experimental e Bioquímica; Biomedicina; Ciência Animal e Ciências Veterinárias; Ciências Biológicas; Ciências da Computação e Informática; Ciências da Comunicação e da Informação; Ciências da Educação; Ciências da Terra; Ciências do Ambiente; Ciências Políticas; Design; Arquitetura e Urbanismo; Direito; Economia e Gestão; Engenharia Civil; Engenharia do Ambiente; Engenharia dos Materiais e Nanotecnologias; Engenharia Eletrotécnica e Eletrônica; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Estudos Literários e Estudos de Culturas; Filosofia; Física; Geogra-

* Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5743-780X>; Email: jaqueline.souza@univasf.edu.br.

** Universidade Federal da Bahia (UFBA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1449-194X>; Email: jolie.sophia@gmail.com.

*** Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7508-817X>; Email: lucidio.alencar@univasf.edu.br.

fia Económica e Social; História e Arqueologia; Linguística; Matemática; Medicina Clínica e Ciências da Saúde; Museologia e História da Arte; Psicologia. Química, Sociologia; Tecnologias Agrárias e Alimentares. Cada um painel com os respectivos coordenadores e cocoordenadores. O Painel que contempla a Ciência da Informação (CI) é compartilhado com as Ciências da Comunicação (CC).

A área da CI em Portugal sempre teve destaque pelos seus professores catedráticos, eventos e produções científicas. Esses contributos sempre despertaram interesse nos investigadores brasileiros, da área da CI, escolhendo esse país para realizarem seus estudos de doutoramento. Porém, no ano corrente, 2022, muitos investigadores ficaram surpresos com a informação disponibilizada no *site* da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES [s.d.]), pois em todo Portugal apenas a Universidade de Coimbra oferece o curso de doutoramento na área da CI.

Marcos (2016), no seu artigo *Que futuro para ensino da ciência da informação em Portugal?*, indica que no ano de 2015 a formação de 3.º ciclo na área da CI inicia um processo de decadência e justifica esse fato pela ausência de corpo docente para assegurar os cursos, pois estes quase sempre estiveram sujeitos a convênios com outras instituições estrangeiras.

Pela mesma razão apontada, Marques (2016) informa que a situação relativa à ausência do número suficiente de professores com formação adequada tenha alterado a continuidade dos cursos de Doutoramento «devido ao “congelamento” das entradas na Função Pública, ou, quiçá, à falta de vontade política das Instituições de Ensino Superior para a contratação de professores doutorados nesta área científica».

Nessa fase de incertezas sobre a continuidade de 3.º ciclo na área da CI em Portugal, surgiu o questionamento de como a FCT fomenta os doutoramentos da área da Ciência da Informação: através de bolsas de investigação?

Assim, o objetivo da presente investigação foi analisar como a FCT fomenta os doutoramentos da área da Ciência da Informação, através de bolsas de investigação. Para cumprir os objetivos desta pesquisa, delinearam-se os procedimentos metodológicos com método de procedimento monográfico (estudo de casos), nível descritivo e com técnicas e instrumentos de coleta de dados engendrados em formulário pautado no objetivo de investigação. A amostra correspondeu ao *Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento da FCT*, do ano de 2021.

Os resultados revelaram que os avaliadores do Painel das Ciências da Comunicação e da Informação são, na sua maioria, investigadores da área da CC e, entre os seus 11 (onze) membros, apenas 1 (um) é da área da CI. Dos 32 (trinta e dois) investigadores aprovados no concurso referente a esse painel, apenas 1 (um) é da CI. As considerações finais endossam que não há exequibilidade das áreas no Painel de avaliação das Ciências da Comunicação e da Informação. Percebe-se que a maioria

das bolsas de doutoramento são destinadas a estudantes da CC. Dessa forma, esse cenário é um fator importante que contribui para o declínio dos cursos de doutoramento em CI em Portugal.

1. FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

A FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) é a agência nacional de financiamento da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico em Portugal. É responsável por promover e apoiar a pesquisa científica, a inovação e o desenvolvimento tecnológico do país. A FCT funciona sob a jurisdição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal.

A FCT concede financiamento e bolsas a investigadores, instituições de investigação e empresas envolvidas em projetos científicos e tecnológicos. A sua missão é potenciar as capacidades científicas e tecnológicas de Portugal, promover a colaboração internacional e contribuir para o desenvolvimento económico e social do país.

A FCT apoia uma vasta gama de áreas de investigação, incluindo ciências naturais e exatas, engenharia, ciências da saúde, ciências sociais e humanidades. Oferece programas de financiamento para pesquisadores individuais, projetos de pesquisa, centros de pesquisa e programas de doutorado e pós-doutorado.

Para além do financiamento, a FCT também desempenha um papel na avaliação da qualidade e impacto da investigação em Portugal. Avalia instituições e programas de pesquisa e dá suporte à divulgação e transferência do conhecimento científico.

A FCT desempenha um papel crucial na promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico em Portugal e é fundamental para o avanço da economia baseada no conhecimento do país e possui diversas funções no âmbito do apoio à investigação científica e tecnológica em Portugal. Algumas das principais funções da FCT são:

- **Financiamento da Investigação:** A FCT tem como uma das suas principais funções disponibilizar financiamento para projetos de investigação científica e tecnológica. Através de programas de financiamento competitivos, a FCT apoia investigadores e instituições de investigação na realização de projetos que contribuam para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento tecnológico do país.
- **Bolsas e Apoio a Investigadores:** A FCT concede bolsas de estudo e apoio a investigadores, incluindo bolsas de doutoramento, pós-doutoramento e outras modalidades de apoio à formação avançada. Essas bolsas permitem que os investigadores se dediquem em tempo integral à investigação e promovam a sua carreira científica.
- **Avaliação e Acreditação:** A FCT desempenha um papel importante na avaliação e acreditação de instituições de investigação e programas de doutoramento. Através

de processos de avaliação rigorosos, a FCT avalia a qualidade da investigação e a capacidade das instituições em produzir conhecimento científico relevante.

- **Promoção da Internacionalização:** A FCT promove a internacionalização da investigação científica portuguesa, incentivando a colaboração e o intercâmbio entre investigadores e instituições estrangeiras. Isso é feito através do financiamento de projetos de cooperação internacional e programas de mobilidade de investigadores.
- **Transferência de Tecnologia e Inovação:** A FCT apoia a transferência de tecnologia e a valorização do conhecimento científico, promovendo a interação entre a academia e o setor empresarial. Através de programas específicos, a FCT incentiva a colaboração entre investigadores e empresas, visando a aplicação prática dos resultados da investigação científica e o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.

Essas são apenas algumas das funções desempenhadas pela FCT. No geral, a FCT tem como objetivo impulsionar a investigação científica e tecnológica em Portugal, fomentando a excelência, a inovação e o progresso do país no panorama internacional.

1.1. FCT – Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento

A FCT promove concursos de bolsas de doutoramento com o objetivo de apoiar estudantes de elevado mérito académico a prosseguir estudos de doutoramento em Portugal.

Os concursos de bolsas de doutoramento da FCT são abertos a candidatos nacionais e internacionais que pretendem realizar um doutoramento em Portugal. As bolsas têm uma duração máxima de quatro anos e são atribuídas através de um processo competitivo, baseado na avaliação dos méritos académicos dos candidatos e dos planos de investigação propostos.

Normalmente, os concursos de bolsas de doutoramento da FCT são anunciados anualmente, e as candidaturas são submetidas *online* através do portal de candidaturas da FCT ([s.d.].c). Os candidatos devem cumprir os requisitos específicos definidos para cada concurso, que podem incluir critérios como a formação académica, a qualidade do plano de investigação, o currículo do candidato e o potencial de impacto científico da investigação proposta e a Instituição de acolhimento.

Após a submissão das candidaturas, os processos de avaliação são realizados por painéis de especialistas, que analisam e classificam as propostas com base nos critérios estabelecidos. Os resultados são posteriormente divulgados, e os candidatos selecionados são contemplados com uma bolsa de doutoramento da FCT, que inclui uma componente financeira para cobrir os custos de manutenção durante o período do doutoramento.

É importante ressaltar que os detalhes específicos dos concursos de bolsas de doutoramento da FCT, incluindo os prazos de candidatura, requisitos e critérios de avaliação, podem variar de acordo com cada edição do concurso.

1.1.1. Painel de Ciências da Comunicação e Informação

A área da CI está inserida no painel de Ciências da Comunicação e Informação, é uma das áreas de avaliação e seleção da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) em Portugal. Esse painel é responsável por analisar e avaliar projetos de investigação relacionados com as áreas da CC e da CI, abrangendo diversos temas e subáreas.

O painel de Ciências da Comunicação e Informação inclui especialistas nas áreas de comunicação, jornalismo, media, estudos culturais, ciência da informação e entre outras disciplinas relacionadas. Esses especialistas são responsáveis por avaliar a qualidade científica e a relevância dos projetos submetidos, bem como a adequação dos planos de investigação propostos e sua instituição de acolhimento.

Ao analisar as candidaturas, o painel de Ciências da Comunicação e Informação considera critérios como a originalidade do projeto, a metodologia proposta, o enquadramento teórico, a relevância científica e a exequibilidade do trabalho. Os candidatos são avaliados com base nas suas competências académicas, experiência anterior, publicações e contribuições para a área.

Através desse processo de avaliação, o painel de Ciências da Comunicação e Informação seleciona os projetos de investigação mais promissores para receberem financiamento e apoio por parte da FCT. Essa avaliação é importante para garantir a qualidade e a excelência da investigação na área das Ciências da Comunicação e Informação em Portugal.

1.1.2 Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento, ano 2021

De acordo com o relatório estatístico da FCT (2021) o processo de candidatura do referido concurso, aconteceu no período 1 de março e as 17h00 (hora de Lisboa) de 31 de março de 2021, através de inscrição na plataforma *myFCT*. Assim, foram abertas na plataforma 4591 candidaturas e lacradas 3381.

Do total de candidaturas, 82,3% identificaram apenas instituições de acolhimento nacionais (bolsas no país), 15,3% identificaram instituições de acolhimento nacionais e estrangeiras (bolsas mistas) e 2,4% instituições de acolhimento estrangeiras (bolsas no estrangeiro).

As áreas científicas com maior número de candidatos foram as Ciências Sociais (23,7% do total), as Ciências da Engenharia e Tecnologias (23,5%) e as Humanidades (17,4%).



Fig. 1. Site FCT, Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento 2021
 Fonte: FCT (2021c)

Tabela 1. Principais indicadores da Edição 2021

Indicador	Concurso 2021
Candidaturas submetidas (N.º)	3381
	1 de março-31 de março de 2021
Género (%)	56% Mulheres
	44% Homens
Proveniência dos Candidatos (%)	70% Candidatos nacionais
	30% Candidatos estrangeiros
Tipologia de Bolsas (%)	82% Bolsas no País
	15% Bolsas Mistas
	3% Bolsas no Estrangeiro

(continua na página seguinte)

Indicador	Concurso 2021
Áreas Científicas com mais procura (%)	Ciências Sociais (24%)
	Ciências da Engenharia e Tecnologias (23%)
Painéis com mais candidaturas (N.º)	Medicina Clínica e Ciências da Saúde (180)
	Artes (167)
	Ciências da Computação e Informática (161)

Fonte: *Relatório estatístico do processo de candidatura* (FCT 2021e)

2. DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

O primeiro doutoramento na área da CI em Portugal surgiu na Universidade do Porto em 1989, com o curso Doutoramento em Ciências Documentais iniciado na Faculdade de Letras. Em 1993, o nome do curso foi mudado para Doutoramento em Ciência da Informação. Em 1996, o curso de Doutoramento em Ciências Documentais foi implantado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Em 2005, o curso do terceiro ciclo em CI iniciou também em instituições privadas, a Universidade Fernando Pessoa foi autorizada a conferir o grau de doutor na área. Em 2006, a Universidade Lusófona assinou um convênio com a Universidade de Alcalá, para a realização de um doutoramento em Documentação.

Pinto (2021), destacou o encerramento do Doutoramento do Instituto Politécnico de Viseu (Escola Superior de Educação) Doutoramento em Métodos de Investigação em Biblioteconomia — criado em 2002 e realizado no âmbito de um Convênio com a Universidade de Salamanca (ES).

Dessa forma, iniciou um ciclo de encerramento de cursos de doutoramentos da área da CI em Portugal, e em 2022 de acordo com as informações disponibilizadas no *site* da DGES em seu campo de busca de cursos de doutoramento, em Portugal, utilizando os termos: «documentação», «biblioteconomia», «arquivo», «Ciência da Informação» e «ciências documentais» o resultado da busca indica apenas a Universidade de Coimbra, no ano de 2022, a oferece novas turmas no curso de doutoramento na área da CI.

Segundo Souza e Ribeiro (2009), em Portugal existiam 5 cursos do terceiro ciclo da CI no ano de 2008, seguem:

Tabela 2. Doutoramentos na área de Ciência da Informação em Portugal em 2008

N.º	Instituição	Publica/Privada
1	Universidade de Aveiro/ Universidade do Porto, Faculdade de Letras – Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais	PÚBLICA
2	Universidade do Porto, Faculdade de Letras – Doutoramento em Ciência da Informação	PÚBLICA
3	Universidade de Coimbra, Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica – Doutoramento na Área de Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica	PÚBLICA
4	Universidade Fernando Pessoa – Doutoramento em Ciências da Informação	PRIVADA
5	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em convênio com a Universidad de Alcalá – Doutoramento em <i>Documentación e Información</i>	PRIVADA (Cancelado em 2008)

Fonte: Adaptados pelos autores, segundo Souza e Ribeiro (2009)

E, segundo a DGES, no ano de 2022, apenas a Universidade de Coimbra está a oferecer o curso de doutoramento em CI.

Tabela 3. Doutoramentos na área de Ciência da Informação em Portugal em 2022

N.º	Instituição	Publica/Privada
1	Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras – Doutoramento em Ciência da Informação	PÚBLICA

Fonte: Elaborada pelos autores (2022) a partir da DGES

Para Fernanda Ribeiro (2006):

A reduzida oferta de cursos de doutoramento nas universidades portuguesas tem sido, de algum modo, compensada pelo facto de diversos profissionais terem procurado obter um PhD em universidades estrangeiras, especialmente no Reino Unido e, em menor número, na Espanha (Ribeiro 2006).

Dessa forma, percebe-se que a falta de oportunidade de estudos em seu país de origem, faz com que investigadores busquem seus estudos doutorais no exterior. E assim, acontece a evasão de um grande número desses profissionais que não retornam ao país de origem.

3. METODOLOGIA

O método de procedimento assumido na presente investigação constituiu o estudo de caso (monográfico) com correspondências ao *survey* (levantamento) e a pesquisa documental, que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, instituições, condições, grupos ou comunidades. De acordo com Yin (2010, p. 19), «os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos da vida real». Quanto aos seus objetivos, Gil (1999), é uma pesquisa de nível descritivo. Isto porque, visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Com o nível descritivo de caráter qualitativo, a pesquisa permitiu o detalhamento de todos os pontos importantes. A amostra da pesquisa constituiu-se do concurso da FCT para atribuição de bolsas de investigação para doutoramento do ano de 2021.

A pesquisa foi desenvolvida em etapas, seguem:

Etapa I – Coleta

- a) pesquisa bibliográfica;
- b) identificação das fontes que tratam sobre o terceiro ciclo na área da CI em Portugal. Através de pesquisas em artigos, teses e em Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Repositórios Institucionais, Periódicos em Ciência da Informação publicadas no Brasil (BRAPCI), dentre outros;
- c) identificação do *site* da FCT;
- d) pesquisa no *site* (FCT [s.d.]b);
- e) localização no *site* da aba correspondente ao concurso de bolsa para doutoramento 2021 (FCT 2021c).
- f) identificação da aba da chamada de abertura do referido concurso.

Etapa II – Análise e a interpretação dos dados

Nessa etapa a pesquisa caracteriza-se como qualitativa na elaboração dos itens para composição do instrumento de pesquisa, assim como no momento da observação dos sítios e na interpretação dos resultados.

4. RESULTADOS

Durante a pesquisa bibliográfica foram identificadas poucas comunicações científicas sobre a temática. Na pesquisa documental, na avaliação do *website* da FCT, identificamos os documentos referentes ao concurso que identificam os seguintes resultados:

Em relação ao painel de avaliadores das Ciências da Comunicação e Informação, este foi composto por 11 (onze) avaliadores, das seguintes áreas:

- 8 (oito) da área da Ciência da Comunicação;
- 2 (dois) da área da Sociologia;
- 1 (uma) avaliadora da área da Ciência da Informação.

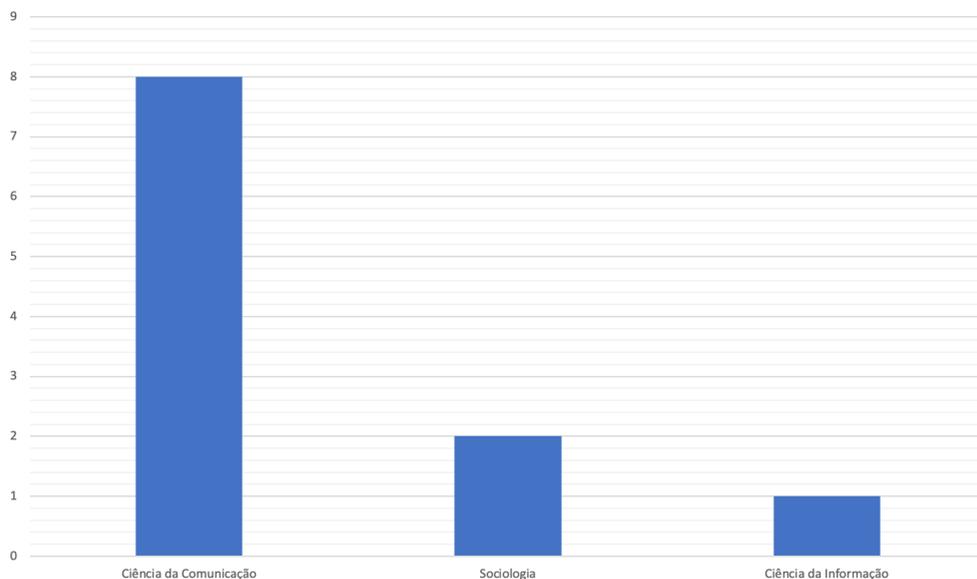


Fig. 2. Painel das Ciências da Comunicação e Informação 2021 – Avaliadores. Áreas científicas
 Fonte: Elaborado pelos autores (2022) através de FCT (2021d)

A pesquisa sobre os avaliadores do Painel das Ciências da Comunicação e Informação do concurso de bolsas de doutoramento da FCT, ano 2021, foi realizada através da lista de avaliadores, disponibilizada no *site* da Instituição na aba do referido concurso (FCT 2021d).

Sobre suas áreas científicas, a investigação, se deu através de pesquisa, usando como termo «o nome completo do avaliador» no campo de busca do *site* *Ciência Vitae* (FCT [s.d.]), no qual estão localizados os seus currículos.

Segue a tabela dos avaliadores do referente painel:

Tabela 4. Painel das Ciências da Comunicação e Informação 2021

N.º	Avaliador (a)	Instituição de Afiliação	Área	Link Currículo
1	Felisbela Lopes (Coordenadora)	Universidade do Minho	Ciências da Comunicação - - Jornalismo	https://www.cienciavita.pt/portal/6212-0D0A-2F4F
2	Catarina Burnay (Cocoordenadora)	Católica Portuguesa	Ciência da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/0C15-E2D0-10BF
3	Ana Teresa Peixinho	Universidade de Coimbra	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/BA1F-98B6-867D
4	Clara Almeida Santos	Universidade de Coimbra	Ciências da Comunicação - - Jornalismo	https://www.cienciavita.pt/portal/7511-D6C9-3594
5	Fernanda Ribeiro	Universidade do Porto	Ciências da Informação	https://www.cienciavita.pt/portal/D21B-A4C8-95A9
6	Gisela Gonçalves	Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/A313-615F-1256
7	Gustavo Cardoso	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Sociologia	https://www.cienciavita.pt/portal/3A1D-EC55-00EB
8	João Canavilhas	Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação - - Ciências da Educação	https://www.cienciavita.pt/portal/7810-6698-C3E8
9	Maria João Lopes Antunes	Universidade de Aveiro	Ciências e Tecnologia da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/1A1C-A87C-8612
10	Paula Espírito Santo	Universidade de Lisboa	Sociologia	https://www.cienciavita.pt/portal/D517-961A-91FC
11	Susana Salgado	Universidade de Lisboa	Ciências Políticas - - Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/0A19-9882-035A

Fonte: Elaborado pelos autores (2022) através de FCT (2021d)

Dessa forma, percebe-se que a maioria dos avaliadores do painel supramencionado é da área da CC. Assim, surge o questionamento: não existem muitas opções de investigadores da área da CI em Portugal para serem indicados a compor o comité de avaliação das Ciências da Comunicação e Informação? Este excludente pode ser analisado de acordo com a afirmação Marcos (2016), que indica que o processo de decadência dos doutoramentos da área da CI se justifica pela ausência de corpo docente para assegurar os cursos.

Dados os fatos, sem corpo docente qualificado na área da CI, não se autoriza o funcionamento de cursos de doutoramento e, por consequência, não se formam novas gerações de investigadores para compor o corpo docente de uma Universidade. Para assim, assegurar os cursos de doutoramento em CI. O que resulta na decadência da área em Portugal.

Referente à distribuição de números de bolsas de doutoramento da FCT no painel das Ciências da Comunicação e da Informação, no ano de 2021. Foram atribuídas 92 (noventa e duas) inscrições ao painel e 32 (trinta e dois) estudantes de doutoramento foram contemplando, nas seguintes áreas (FCT 2021a):

- 29 (vinte e nove) da área das Ciências da Comunicação;
- 1 (um) da área das Artes;
- 1 (um) da área de Ciências Culturais;
- 1 (um) da área da Ciência da Informação.

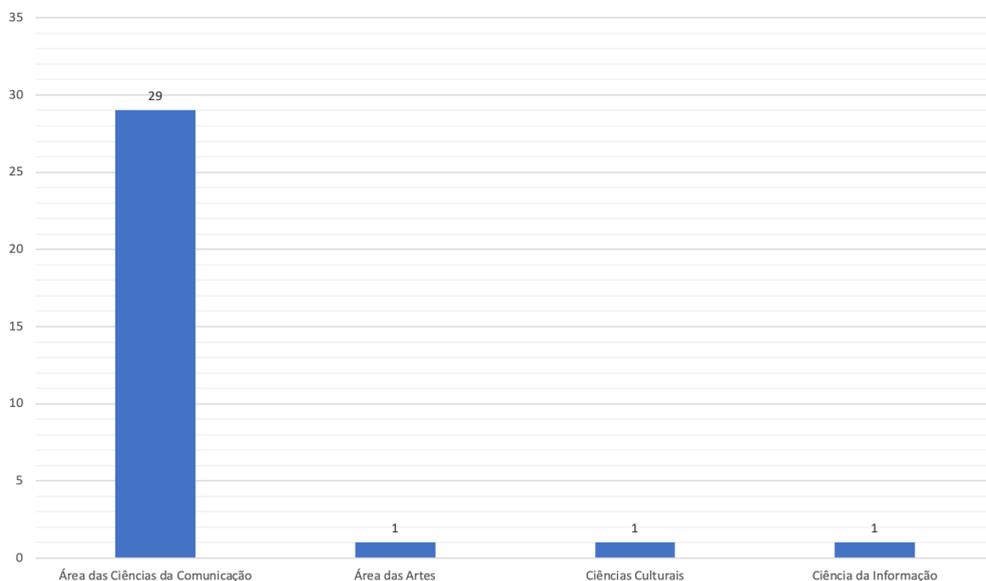


Fig. 3. Bolsas Atribuídas ao Painel das Ciências da Comunicação e da Informação 2021 – Bolseiros. Áreas Científicas
 Fonte: Elaborado pelos autores (2022) através de FCT (2021a)

Vale ressaltar que a pesquisa sobre os contemplados com bolsas de doutoramento da FCT, ano 2021, foi realizada através da lista de aprovados disponibilizada no *site* da Instituição (FCT 2021a). E a pesquisa da área científica de cada aprovado foi identificada através dos seus currículos disponibilizados no *site* *Ciência Vitae* (FCT [s.d.]a).

Essas informações estão disponibilizadas de forma transparente no *site* da FCT. Segue tabela com detalhamento das informações:

Tabela 5. Bolsas Atribuídas ao Painel das Ciências da Comunicação e da Informação 2021

N.º	Avaliador (a)	Instituição de Afiliação	Área	Link Currículo
1	Francisco Regalado	Universidade de Aveiro e Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/321F-7F34-14D0
2	Pedro Manuel Dourado dos Santos Pereira Gomes	Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/7411-EF34-46C0
3	Adriana Fogel	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/BB11-37EF-525D
4	Flávia Nascimento	Universidade do Porto	Ciências da Comunicação - -Comunicação Social e Comunicação Sócio-cultural	https://www.cienciavita.pt/portal/D116-0AD7-0460
5	Ana Sofia Esteves Barata Paiva	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/CB1B-C0F8-0B96
6	Ana Carolina Fiuza Fernandes	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/6117-19C1-CEC9
7	Bibiana Silva	Universidade de Coimbra	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/A61F-3020-1A68
8	Juliana Lima dos Santos	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/7610-F4F8-8FFF
9	Camila Florencio dos Santos	Universidade do Minho	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/BB12-D49E-D4D2
10	Francisca Porfírio	Universidade Lusófona	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/141B-ED22-5524
11	Tâmela Grafolin	Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/271E-6D32-9E7C
12	Cátia Sofia Vieira da Silva	Universidade de Aveiro	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/DB1E-5F11-5B95
13	Rodrigo Filipe Leal Rocha Pereira	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/DE14-ECF4-B2FC

(continua na página seguinte)

N.º	Avaliador (a)	Instituição de Afiliação	Área	Link Currículo
14	Bárbara Andrez	Universidade de Aveiro e Universidade do Porto	Artes	https://www.cienciavita.pt/portal/E71B-A0D7-BD04
15	Haline Maia	Universidade do Porto Faculdade de Engenharia, Portugal	Ciências da Comunicação- -Ciências da Engenharia e Tecnologias	https://www.cienciavita.pt/portal/2A16-8FBA-F372
16	Ana Luísa Castro	Universidade do Minho	Ciências Culturais	https://www.cienciavita.pt/portal/4415-763E-9649
17	Kamila de Mesquita Campos Pessoa	Universidade do Minho	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/B111-0189-0976
18	Camila Lamartine Mariz Barbosa	Universidade Nova de Lisboa	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/351A-22F8-7433
19	Rita Leal Salvado da Silva Ferreira	Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Ciências Humanas	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/8E17-E773-991A
20	Pedro Filipe Amorim Reinho	Universidade de Aveiro e Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/1A16-2812-6841
21	Silvino Mendes Martins de Almeida	Universidade de Aveiro e Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/8310-73EE-1872
22	Gabriel Martins Faria	Universidade de Aveiro	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/AA18-4F9D-D721
23	Ivone Manuela Neiva Santos	Universidade do Porto Faculdade de Engenharia	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/8715-B601-CF80
24	Ana Paula Ruivo Miranda	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/AA17-9106-0751
25	Bruno Santos Nascimento Dias	Universidade de Coimbra	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/A314-FE83-51B9
26	Samanta Fernandes	Universidade Fernando Pessoa	Ciência da Informação	https://www.cienciavita.pt/portal/311E-7FFE-6BDF
27	Cristiana Oliveira	Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/D01E-DFB8-5586
28	Juliana Camargo	Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavita.pt/portal/101F-1ABF-B9F4

(continua na página seguinte)

N.º	Avaliador (a)	Instituição de Afiliação	Área	Link Currículo
29	Alda Maria Magalhães Teles	Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavitaet.pt/portal/D218-65F1-24F0
30	Gustavo Freitas	Universidade de Coimbra	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavitaet.pt/portal/9C13-B053-EBFA
31	Daniel Carvalho	Universidade de Aveiro e Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavitaet.pt/portal/C81A-E8D8-F6D8
32	Yne Manuella Cardoso Dias da Silva	Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação	https://www.cienciavitaet.pt/portal/5911-4C24-4FCA

Fonte: Elaborado pelos autores (2022) através de FCT (2021b)

Diante do exposto, percebe-se que o número de estudantes de doutoramento da área da CI, contemplados com bolsa de doutoramento da FCT, é ínfimo. E essa ocorrência poderá indicar a decadência da área da CI em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou analisar como a FCT fomenta os doutoramentos da área da Ciência da Informação, através de bolsas de investigação. Para efetuar esta análise, procurou-se identificar quais são as áreas dos avaliadores do Comitê do Painel das Ciências da Comunicação e Informação e indicando também as áreas dos estudantes de doutoramento que foram contemplados com bolsa de doutoramento da FCT no concurso do ano de 2021. O referencial teórico proporcionou subsídios indispensáveis para responder a este objetivo e, como resultado, à pergunta de partida.

A partir da pesquisa constatou-se que não há exequibilidade das áreas no Painel de avaliação das Ciências da Comunicação e da Informação, para a avaliação dos projetos submetidos ao concurso. Percebe-se que a distribuição de investimento científico feita pelo mencionado Painel é destinada, em grande parte, aos candidatos das CC às bolsas de doutoramento. Destarte, pode-se observar nesse cenário fator preponderante ao declínio em Portugal de cursos de doutoramento em CI e, em decorrência, o comprometimento da formação de futuros investigadores. Cenário preocupante que contribui para o declínio dos cursos de doutoramento em CI em Portugal.

REFERÊNCIAS

- DGES [DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR], [s.d.]. *Homepage* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Ensino Superior [consult. 2022-09-14]. Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt>.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], 2021a. *Bolsas 2021. Número de Bolsas por Paineis* [Em linha]. Lisboa: FCT [consult. 2022-09-14]. Disponível em: https://former.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/docs/Bolsas2021_NumeroBolsas_por_Painel.pdf.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], 2021b. *Bolsas 2021. Resultados Finais* [Em linha]. Lisboa: FCT [consult. 2022-09-14]. Disponível em: https://former.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/docs/Bolsas_2021ResultadosFinais.pdf.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], 2021c. *Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento 2021* [Em linha]. Lisboa: FCT [consult. 2022-12-19]. Disponível em: <https://former.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/individuais2021.phtml.pt>.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], 2021d. *Lista de Avaliadores – Painéis de Avaliação* [Em linha]. Lisboa: FCT [consult. 2022-09-14]. Disponível em: https://former.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/docs/Bolsas_2021_Lista_Avaliadores.pdf.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], 2021e. *Relatório estatístico do processo de candidatura* [Em linha]. Lisboa: FCT [consult. 2022-09-14]. Disponível em: https://former.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/docs/ResumoEstatistico_ConcursoBolsas2021.pdf.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], [s.d.].a. *Ciência Vitae* [Em linha]. Lisboa: FCCN, FCT [consult. 2022-09-14]. Disponível em: <https://www.cienciavitae.pt/>.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], [s.d.].b. *Homepage*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, [consult. 2022-09-14]. Disponível em: <https://former.fct.pt/>.
- FCT [FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA], [s.d.].c. *myFCT* [Em linha]. Lisboa: FCT [consult. 2022-09-14]. Disponível em: <https://myfct.fct.pt/>.
- GIL, A. C., 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- MARCOS, I. M., 2016. Que futuro para o ensino da ciência da informação em Portugal? *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)* [Em linha]. (5), 3-21 [consult. 2022-07-14]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68958>.
- MARQUES, M. B., 2016. O paradigma formativo do arquivista em Portugal. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* [Em linha]. (29), 323-346 [consult. 2022-07-30]. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/2182-7974_29_6.
- PINTO, J. S., 2021. *De que forma estão a ser distribuídos os investimentos para a Investigação Clínica em Portugal?* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Gestão da Investigação Clínica, Universidade Nova de Lisboa [consult. 2022-07-14]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/115615>.
- RIBEIRO, F., 2006. *Formação e mercado de trabalho em informação e documentação em Portugal* [Em linha]. Porto: [FLUP] [consult. 2022-09-14]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11111.pdf>.
- SOUZA, T. B., e F. RIBEIRO, 2009. Os cursos de ciência da informação no Brasil e em Portugal: perspectivas diacrônicas. *Informação & Informação* [Em linha]. 14(1), 82-102 [consult. 2022-06-24]. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3149>.
- YIN, R. K., 2010. *Estudo de caso: planejamento e método*. 3.ª ed. Porto Alegre: Bookman. ISBN 8536304626.

INOVAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA ARQUIVISTAS, BIBLIOTECÁRIOS E MUSEÓLOGOS

ROGÉRIO APARECIDO SÁ RAMALHO*

ALINE LAUREANO SUAVE**

PAULO GEORGE MIRANDA MARTINS***

INTRODUÇÃO

A crescente e acelerada evolução das Tecnologias Informacionais traz novos desafios para praticamente todas as áreas do conhecimento, influenciando a forma como produzimos, disseminamos e consumimos ativos digitais. No âmbito da atuação de arquivistas, bibliotecários e museólogos esta realidade não é diferente, tais profissionais são desafiados constantemente a assumir o papel de «guardiões» de novas tipologias de acervos que possibilitem atender às demandas de uma sociedade cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias.

Em meio a este cenário de constante evolução, destaca-se a necessidade de (re)pensar novos modelos e propostas de formação profissional, que favoreçam uma formação ampla, interdisciplinar, alinhada com as atuais necessidades da sociedade, possibilitando instrumentalizar profissionais que estejam aptos para desenvolver produtos e serviços inovadores em Unidades de Informação. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um curso de formação continuada (especialização) desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos que tem como premissa principal uma abordagem colaborativa e inovadora de construção coletiva do conhecimento, a partir de uma abordagem interdisciplinar que possibilita a troca de conhecimentos entre profissionais vinculados à diferentes áreas de atuação com interesse de atuar em Unidades de Informação, favorecendo o desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração e execução de projetos com foco em inovação.

Para construção do arcabouço teórico, é realizada uma discussão interdisciplinar sobre a evolução do conceito de Inovação em Unidades de Informação, apresentando definições e algumas de suas principais aplicações no âmbito da área de Ciência da Informação. Assim, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental,

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8491-3514>; Email: ramalho@ufscar.br.

** Universidade Estadual Paulista (UNESP); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4581-3163>; Email: al.suave@unesp.br.

*** Universidade Estadual Paulista (UNESP); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3922-5069>; Email: paulo.george@unesp.br.

de caráter interdisciplinar, que visa apresentar contribuições para uma maior discussão sobre a necessidade de inserção de novas metodologias e conteúdos inovadores na formação de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos.

1. O CONCEITO DE INOVAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

O conceito de Inovação está cada vez mais presente no dia a dia de qualquer organização, seja de forma orgânica, institucional, informal ou formal. Ao longo das últimas décadas os estudos sobre esta temática têm se multiplicado em praticamente todas as áreas, Schumpeter (1988) afirma que a popularização do conceito de Inovação apresenta uma diversidade conceitual, onde é possível perceber que a essência em comum entre as ideias sempre parte do pressuposto, que a Inovação está relacionada a mudanças e novas conexões de fatores que rompem com o equilíbrio existente.

Segundo Zaninelli, Nogueira e Peres (2019) o conceito de Inovação é essencial para construção de valor seja de um produto ou de uma empresa, pois tal conceito é muitas vezes utilizado referindo a processos que incluem elementos novos para melhorarem seus produtos e serviços em relação a outras empresas e também para produtos que inserem tecnologia de ponta. Zaltman, Duncan e Holbek (1973) destacam que o conceito de inovação não está relacionado apenas a algo considerado novo, mas também com melhorias e a transformação de ideias já existentes: tecnologias, serviços e processos.

Pensando na padronização dos variados tipos de conceito sobre Inovação, é então concebido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o *Manual de Oslo*, que aborda as principais fontes de padronização de conceitualização sobre Inovação. Em uma das definições, o *Manual de Oslo* (FINEP 2005) afirma que a inovação tecnológica, sendo ela de processo ou produtos, envolve a inserção de novos produtos ou processos e melhoras em produtos e processos já vigentes.

Deste modo, mesmo sendo construído um manual para a padronização do conceito de Inovação, os autores Stefanovitz e Nagano (2014) apresentam como boas ideias o ingrediente essencial para a Inovação. As ideias espontâneas e rápidas são atreladas ao movimento necessário para que haja inovação, e é esperado que para a resolução de um problema, ou até valer-se de uma oportunidade, as propostas diferentes sejam apresentadas. Todo esse caminhar é intenso, regido por análise de informações, relação dos sinais e direcionamento das diferentes áreas do conhecimento, ligação dos fragmentos, construção e considerações de ideias.

Contribuindo com as ideias acima, os autores Faoro, Oliveira e Abreu (2017) apresentam a ideia de que a principal fonte para o desenvolvimento da inovação é a «troca» de conhecimento entre os indivíduos. Ou seja, os autores exemplificam que um espaço para compartilhar e a gestão de conhecimento deve ser desenvolvida pelos indivíduos envol-

vidos para que ocorra e se o compartilhamento do que está sendo produzido ou pensado em termos de inovação. Afirmam também, que a ampliação do capital intelectual dos envolvidos se dá pela disseminação do conhecimento, surgindo assim novas formas de trabalhar inovação.

A inovação é um processo interdisciplinar, não mais atrelado a um departamento ou setor dentro de uma organização. É possível inovar em atividades rotineiras, tornando-as mais ágeis e eficientes. Os motivos que levam a uma atitude inovadora são variados, podendo passar pela competitividade de mercado, como possibilitar o desenvolvimento de equipes, manter a organização proativa, fidelizar clientes, construir uma presença digital, entre outras possibilidades.

Na área da Ciência da Informação a inovação é compreendida como uma melhoria de processos e/ou a transformação de serviços e produtos informacionais, relacionados tanto a temas tecnológicos, empresariais, educacionais e sociais. Não está ligado tão somente ao aspecto econômico, pois sua busca um retorno social pautado no desenvolvimento de novos conhecimentos.

A interdisciplinaridade também está relacionada com o conceito de Inovação na CI em suas diversas frentes de atuação e grupos temáticos, onde a inovação é aplicada, envolvendo conceitos de outras áreas do conhecimento. Claudio e Oliveira (2017) citam os índices quantitativos fundamentados em análises de citações e listas temáticas em produtos da comunicação científica, porém inúmeros outros exemplos são apresentados na literatura da área.

Apesar do conceito de inovação não estar relacionado exclusivamente aos avanços tecnológicos, o uso intensivo de tecnologias acelera de forma significativa a implementação de processos, produtos e serviços inovadores, cujo intuito é dinamizar a forma de «atender eficientemente à necessidade de informação do usuário» (Guilhem, Torino e Tavares 2013, p. 4).

O processo de inovação é dinâmico e surge a partir de uma determinada demanda, necessidade ou adequação e melhoria de um processo já consolidado, implicando para além de ideias criativas, na implementação e difusão de ideias, com resultados práticos (Ribeiro et al. 2016)

Em um cenário cada vez mais competitivo e globalizado, com tecnologias que promovem a interação e compartilhamento de informações de forma dinâmica, tanto as unidades de informação quanto os profissionais que nelas atuam devem redefinir seus objetivos e metas para um contexto de serviços e produtos inovadores, para que às reais necessidades informacionais e interesses dos usuários possam ser atendidos de forma ágil e eficaz (Oliveira 2014).

A capacidade de inovar depende também das competências profissionais. Só com profissionais bem preparados, do ponto de vista teórico e prático, se podem

empreender processos de inovação. Aliar os elementos teóricos e técnicos que são próprios da arquivística, com conhecimentos de gestão, marketing e ciência da informação, que são áreas afins (Bragança et al. 2016, p. 243).

Lidar com esse cenário tem sido um desafio cada vez crescente para os profissionais da informação, no qual há a necessidade de desenvolver novas habilidades para atuar com tecnologias capazes de gerenciar grandes volumes de dados, na coleta, armazenamento e análise de dados, além de todas as etapas do Ciclo de Vida dos Dados (CVD) (Sant'Ana 2016).

O mercado profissional exige cada vez mais especificidade, para a resolução de demandas concretas como a gestão eletrônica de arquivos (GED), incluindo a preservação digital, reflexões sobre a Big Data, o armazenamento de documento em nuvem. [...] o profissional de arquivo precisará estar preparado para lidar com a gestão de documentos e de arquivos numa nova perspectiva (Bragança et al. 2016, p. 242).

Assim, de forma sucinta podemos afirmar que os estudos relacionados ao conceito de inovação desenvolvidos no âmbito da área de Ciência da Informação buscam identificar, analisar e propor possibilidades de melhorias em processos e produtos informacionais a fim de acarretar transformações que possibilitem atender às novas demandas informacionais dos usuários, a partir de aperfeiçoamentos dos serviços prestados em unidades de informação.

2. DESAFIOS DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

A complexidade das dinâmicas de produção da informação e o crescente impacto das tecnologias digitais apresentam o desafio de desenvolvimento de novas práticas e processos de Inovação em Unidades de Informação, impactando diretamente na forma como a sociedade e os usuários encaram o papel dos profissionais da área de Ciência da Informação.

Ao longo das últimas décadas intensificaram-se os estudos realizados no campo informacional, com a proposta de explorar novas formas de promoção à expansão do conhecimento. Tais estudos ganharam força com a explosão informacional, agregada aos avanços dos recursos tecnológicos que propiciaram progresso expressivo nas pesquisas, na disseminação e acesso à informação.

A informação sempre foi um insumo importante para o desenvolvimento humano e o processo de organização e representação do grande volume de conteúdo produzido, a partir do uso de novas tecnologias digitais, bibliotecas, arquivos e museus têm contribuído para construção de novos modelos de demandas operacionais direcionadas ao desenvolvimento de novas habilidades laborais dos profissionais que atuam diretamente nessas

atividades, possibilitando criar melhores formas de identificar, planejar e implementar serviços e produtos alinhados com as perspectivas tecnológicas contemporâneas (Powell e Hopkins 2014).

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem provocado impactos sociais, econômicos, políticos, educacionais e organizacionais, uma vez que o uso da informação no âmbito organizacional é um insumo fundamental para as organizações determinar suas ações (Castells 1999).

Atender de maneira rápida e eficaz às necessidades informacionais dos usuários de unidades de informação, dificilmente poderiam ser realizadas de forma satisfatória sem o auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) o que, segundo Gama e Ferneda (2010), somente um cenário digital pode garantir uma interação adequada e eficiente entre profissionais e usuários em suas demandas.

Para Bolin (2017), a adoção de recursos tecnológicos sempre esteve presente nos trabalhos desenvolvidos nas unidades de informação, como bibliotecas, desde o uso de fichas catalográficas até o emprego de catálogos padronizados para a apresentação de conteúdos disponíveis em seus acervos.

Seja na busca por informações e/ou no compartilhamento de uma diversidade de conteúdos, é requerido dos profissionais da informação o desenvolvimento de novas competências e habilidades, o que é considerado fundamental para a construção de novos conhecimentos através das aplicações tecnológicas disponíveis.

Conforme destaca Ortega (2013) desenvolver novas habilidades que possibilitem o oferecimento de novas categorias de serviços é um requisito indispensável para profissionais que lidam com grandes fluxos informacionais, uma vez que a organização e gerenciamento da informação oriundos de atividades documentárias, caracteriza-se como um conjunto de procedimentos que parte da identificação e seleção de documentos até a disponibilização dos conteúdos para o público das unidades de informação.

As unidades de informação caracterizam-se como ambientes dinâmicos, principalmente em relação ao fluxo informacional, sendo cada vez mais necessário o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, a fim de atender às novas demandas informacionais (Guilhem, Torino e Tavares 2013).

Blunsom et al. (2014) afirmam que à medida que o mundo se torna globalmente conectado novas demandas emergem, favorecendo a implantação de processos inovadores nas instituições e possibilitando o desenvolvimento de novas habilidades e competências, sejam elas individuais ou coletivas para tornar o fluxo informacional cada vez mais eficiente e eficaz.

Nessa perspectiva, Guilhem, Torino e Tavares (2013, p. 2) destacam que «a inovação é o requisito primordial para a competitividade e sobrevivência das organizações». Assim, é inegável a necessidade de atualização dos profissionais que atuam em unidades de in-

formação, a partir da busca de novos meios para atender a transformação digital que vem ocorrendo em nossa sociedade, uma vez que os acervos de instituições como bibliotecas, arquivos e museus têm sido migrados para repositórios digitais (Sayão e Marcondes 2008).

A transformação digital tem o potencial de modificar ou de criar novos processos, promovendo mudanças significativas na cultura e experiências da sociedade. O impacto da transformação digital vai muito além das mudanças no acesso à informação pelo indivíduo, uma vez que para as organizações têm promovido características de «imediatismo, quantidade, ubiquidade e [...] a denominação do impacto das tecnologias digitais transcendeu das empresas para a saúde, o trabalho, os desafios sociais, a cultura, a educação, a vida pessoal e, claro, a informação» (Palleta e Moreiro-González 2020, p. 2).

Ao longo das últimas décadas, o avanço exponencial das tecnologias digitais tem acarretado mudanças significativas nas formas de produção e acesso a novos tipos de conhecimentos, sendo cada vez mais necessário que os profissionais da informação atuem como verdadeiros agentes sociais em meio ao complexo cenário contemporâneo.

Nesse cenário, novas propostas de formação profissional surgem como resposta à crescente necessidade que emerge das aplicações existentes nas temáticas de medição, representação, interpretação e gerenciamento para resolução de problemas oriundos de domínios distintos da sociedade em geral, cujo objetivo é propor soluções disruptivas do ponto de vista da inovação (Marchionini 2017; Virkus e Garoufallou 2019).

3. O CURSO DE INOVAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

A proposta do curso de Inovação em Unidades de Informação (IUI), originou-se a partir das pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Inovação, Tecnologia e Inovação (ITI UFSCar), Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão certificado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e vinculado ao Departamento de Ciência da Informação.

São Carlos é reconhecida no Brasil como a Capital Nacional da Tecnologia, título este formalizado pela Lei n.º 12.504/2011 (Brasil 2011) devido ao grande número de empresas de alta tecnologia existente na cidade, a maioria criada por acadêmicos e ex-alunos da UFSCar e Universidade de São Paulo (USP), podendo-se destacar as inúmeras empresas que atuam na área de tecnologia da informação, constituindo um cenário promissor para o desenvolvimento de iniciativas que possuem como matéria prima principal Informação, Tecnologia e Inovação.

Segundo Bragança et al. (2016), para que de fato aconteça a inovação primeiramente deve ocorrer alterações na formação acadêmica, perpassando por uma adaptação na grade curricular, com a implantação de novas competências que auxiliem o profissional da informação para os novos desafios de uma sociedade cada vez mais tecnologicamente avançada.

Considerando esta perspectiva, o curso de Inovação em Unidades de Informação (IUI) da UFSCar teve desde a sua concepção uma abordagem colaborativa e de construção coletiva do conhecimento. Constituído a partir de três módulos complementares (Transformação Digital; Ciência de Dados e Inovação Social), o curso possui como característica norteadora uma abordagem interdisciplinar que favorece a troca de conhecimentos entre profissionais vinculados a diferentes áreas de atuação, com o objetivo de contribuir com a formação continuada de profissionais que estejam em exercício ou tenham interesse em atuar com Inovação em variadas configurações de Unidades de Informação, incluindo as diferentes tipologias de unidades de informação, bibliotecas, arquivos, museus e centros de pesquisa e documentação.

Resultado de parcerias estabelecidas entre pesquisadores da UFSCar e de outras renomadas instituições educacionais nacionais e internacionais; e profissionais de destaque na área de Inovação, em resposta à crescente demanda de profissionais capacitados para atuar com temáticas relacionadas à inovação em unidades de informação, o curso tem como objetivo tornar realidade uma Educação Inovadora e Inclusiva, a partir de uma maior aproximação entre a universidade e a sociedade por meio de uma formação integrada e flexível.

Oferecido na modalidade de Educação à Distância (EaD) o curso possui duração de aproximadamente 18 meses, com encontros quinzenais. Com carga horária total de 550 horas, para a conclusão cada cursista desenvolve e apresenta como trabalho final do curso um Projeto Inovador, após cursar e ser aprovado nos 15 componentes curriculares de 30 horas que compõem o curso. Apresenta-se, na Tabela 1, a distribuição dos componentes curriculares do curso em cada um dos Módulos:

Tabela 1. Componentes Curriculares do Curso de IUI

Módulo Transformação Digital	Módulo Informação e Ciência de Dados	Módulo de Inovação Social
Transformação Digital	Tecnologia da Informação e Ciência de Dados	Reflexões Críticas em Ciência da Informação
Métodos Ágeis	Gestão Eletrônica de Documentos	Gestão de Sistemas de Informação
Gestão de Projetos em Processos Informacionais	Curadoria Digital	Humanidades Digitais
Experiência do Usuário e Design Thinking	Representação em Ambientes Digitais	Empreendedorismo em Unidades de Informação
Gestão Disruptiva de Pessoas	Prospecção Tecnológica e Indicadores para Inovação	Marketing Digital
Projeto Inovador		

Fonte: Elaborado pelos Autores a partir da UFSCar

Diferente de cursos convencionais, o curso de IUI não foi estruturado a partir de disciplinas isoladas e sim em Componentes Curriculares inter-relacionados, favorecendo uma maior integração entre os conteúdos e aplicabilidade em projetos reais, a partir do uso de *cases* de mercado para proporcionar situações de aprendizagem.

O curso foi concebido a partir da utilização de metodologias ativas de resolução de problemas, focadas no protagonismo dos cursistas, a partir de um formato híbrido que harmoniza interações síncronas e atividades assíncronas, fundamentadas no modelo de Educação à Distância (EaD) da UFSCar.

Em todos os Componentes Curriculares estão previstas participações de convidados externos, tendo como foco o estudo de iniciativas que possuam como matéria prima principal Informação, Tecnologia e Inovação, proporcionando uma formação ampla, com respaldo acadêmico e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea.

Ao longo das 550 horas de estudo estão previstas leituras, pesquisas nas bases de periódicos assinadas pela UFSCar, atividades individuais e em equipe, realizadas de forma síncrona e assíncrona no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A estrutura curricular está desenhada de forma a integrar os conhecimentos e as competências requeridas no mercado profissional.

O curso é realizado a partir da utilização conjunta da plataforma Zoom para a realização de atividades síncronas e do ambiente Moodle para atividades e atendimento assíncrono. Em cada uma destas formas, situações (síncronas e assíncronas) a atuação docente difere, seja do ponto de vista pedagógico, técnico ou logístico. Em todas as atividades de ensino e aprendizagem previstas existe o apoio de uma equipe polidocente, composta por docente-autor, docente-formador, docentes-tutores.

Além de contar com o apoio de outros especialistas, como pedagoga especialista em EaD, projetista educacional, editores de ambiente virtual de aprendizagem, etc. Cada componente curricular é ministrado por ao menos um docente, responsável pela concepção, adequação e validação dos materiais didáticos e atividades pedagógicas com o apoio de um profissional do mercado que possua reconhecida experiência acerca do conteúdo abordado.

Estão previstas duas formas de atendimento aos cursistas: síncronas e assíncronas. Em cada uma dessas formas o docente também fará a coordenação da oferta do conteúdo em parceria com os tutores do componente curricular. A oferta de cada componente curricular é acompanhada por um grupo de tutores, especializados no conteúdo, numa relação média de 30 cursistas por tutor, possibilitando que no ambiente virtual sejam exploradas estratégias de formação coletiva e colaborativa, com acompanhamento e avaliação por pares.

As atividades de ensino e aprendizagem à distância são realizadas em ambiente virtual de aprendizagem (*Moodle*), previamente configurado para cada componente curri-

cular. O cursista terá acesso a múltiplas mídias de suporte ao conteúdo do curso, seguindo princípios da redundância de materiais. O conteúdo EaD de cada componente curricular é organizado e sistematizado em, no mínimo, quatro (4) tipos de suportes midiáticos, de modo a promover uma interação mais efetiva entre cursistas-conteúdos e entre cursistas-facilitadores.

Assim, destacamos a relevância social e o caráter inovador do curso de Inovação em Unidades de Informação, que possibilita harmonizar atividades síncronas e assíncronas, fundamentadas no modelo de Educação à Distância (EaD), da UFSCar, e sua interrelação com o ecossistema de inovação da cidade de São Carlos, reconhecida como Capital Nacional da Tecnologia, devido ao grande número de empresas de alta tecnologia existente na cidade, constituindo um cenário promissor para o desenvolvimento de iniciativas que possuem como matéria prima principal Informação, Tecnologia e Inovação. Contribuindo assim, para a formação continuada de profissionais qualificados para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais caracterizada pelo uso de tecnologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas, a apresentação da síntese da proposta do curso de Inovação em Unidades de Informação, espera-se que este trabalho contribua para uma maior reflexão sobre a necessidade de inserção de novas metodologias e conteúdos inovadores na formação de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos.

O curso de Inovação em Unidades de Informação (IUI), antes oferecido regionalmente, foi recentemente aprovado no Edital 09/2022 da CAPES, que visa a articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Assim, a partir de 2023 serão ofertadas 150 vagas gratuitas para a formação continuada de profissionais que estejam em exercício ou tenham interesse em atuar com Inovação em variadas configurações de Unidades de Informação, incluindo as diferentes tipologias de unidades de informação, bibliotecas, arquivos, museus e centros de pesquisa e documentação.

Do mesmo modo, esperamos contribuir com conhecimentos e competências técnico-científicas, gerenciais, sociais e políticas, capazes de desempenhar atividades que envolvem o ciclo informacional de modo crítico e reflexivo. Ademais, espera-se contribuir também para a geração de renda e desenvolvimento de produtos e serviços inovadores que atendam às novas necessidades informacionais emergentes da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BLUNSOM, P., et al., 2014. *Data Science at the University of Oxford* [Em linha]. Draft version 3.0. Oxford: University of Oxford [consult. 2023-11-18]. Disponível em: https://www.ox.ac.uk/sites/files/oxford/field/document/Data_Science_at_Oxford_University.pdf.
- BOLIN, M. K., 2017. *The 21st-century academic library: Global patterns of organization and discourse*. Oxford: Chandos.
- BRAGANÇA, F. C., et al., 2016. Marketing, criatividade e inovação em unidades de informação. *Revista Brasileira de Marketing* [Em linha]. 15(2), 237-245 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/remark.v15i2.3277>.
- BRASIL, 2011. *Lei no 12.504, de 11 de outubro. Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia* [Em linha] [consult. 2023-11-18]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12504.htm.
- CASTELLS, M. A., 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CLAUDIO, Z., e M. OLIVEIRA, 2017. Desconstruindo a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação: aproximando os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia* [Em linha]. 12(2), 445-455 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/37403/19090>.
- FAORO, R. R., M. OLIVEIRA, e M. F. ABREU, 2017. O compartilhamento do conhecimento e a inovação nos relacionamentos interorganizacionais do tipo terceirização de tecnologia da informação. *Informação & Informação* [Em linha]. 22(1), 263-292 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n1p263>.
- FINEP [Financiadora de Estudos e Projetos (Brasil)], 2005. *Manual de Oslo: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação* [Em linha]. 3ª ed. Brasil: Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, Financiadora de Estudos e Projetos. Tradução de Flávia Gouveia [consult. 2023-11-18]. Disponível em <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/5410>.
- GAMA, F. A., e E. FERNEDA, 2010. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. *Informação & Informação* [Em linha]. 15(2), 148-169 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n2p148>.
- GUILHEM, C. B., L. P. TORINO, e H. TAVARES, 2013. Um olhar sobre inovação em bibliotecas universitárias: desafios e possibilidades. Em: *XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação. Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013* [Em linha]. Florianópolis: [s.n.] [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/786>.
- MARCHIONINI, G., 2017. Information Science Roles in the Emerging Field of Data Science. *Journal of Data and Information Science* [Em linha]. 1(2), 1-6 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.20309/jdis.201609>.
- OLIVEIRA, A. A., 2014. Inovação e disponibilização de serviços nas bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em: *Anais do XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias* [Em linha]. Belo Horizonte: UFMG [consult. 2023-11-21]. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais/>.
- ORTEGA, C. D., 2013. Ciência da Informação: do objetivo ao objeto. Em: Miguel Ángel RENDÓN ROJAS, coord. *El objeto de estudio de la Bibliotecología/Documentación/Ciencia de la Información: propuestas, discusión, análisis y elementos comunes* [Em linha]. México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 151-172. Coleção Epistemología de la Bibliotecología y Estudios de la Información [consult. 2023-11-18]. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L13.

- PALLET, F. C., e J. A. MOREIRO-GONZÁLEZ, 2020. O reflexo da transformação digital nas atividades e conhecimentos requeridos nos concursos públicos para profissionais da informação no Brasil. *Informação & Sociedade: Estudos* [Em linha]. **30**(2), abr-jun., 1-30 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/52154/30583>.
- POWELL, J., e M. HOPKINS, 2014. *A Librarian's Guide to Graphs, Data and the Semantic Web* [Em linha]. [S.l.]: Chandos Publishing, Elsevier [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/2.1.2261.4723>.
- RIBEIRO, N. C., et al., 2016. *Inovação tecnológica em unidades de informação: reduzindo esforços repetitivos e automatizando workflows da biblioteca universitária da UFLA - período de 2012/2016* [Em linha]. Manaus: UFAM, pp. 1-13 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4452>.
- SANT'ANA, R. C. G., 2016. Ciclo de vida dos dados: uma perspectiva a partir da ciência da informação. *Informação & Informação* [Em linha]. **21**(2), 116-142 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27940/20124>.
- SAYÃO, L. F., e C. H. MARCONDES, 2008. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. *Transformação* [Em linha]. **20**(2), 133-148 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334798002.pdf>.
- SCHUMPETER, J. A., 1988. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- STEFANOVITZ, J. P., e M. S. NAGANO, 2014. Gestão da inovação de produto: proposição de um modelo integrado. *Revista Produção* [Em linha]. **24**(2), 462-476 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/SHhD5VyZh8wtndLWPFS7Dmk/?format=pdf&lang=pt>.
- VIRKUS, S., e E. GAROUFALLOU, 2019. Data science from a library and information science perspective. *Data Technologies and Applications* [Em linha]. **53**(4), 422-441 [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/DTA-05-2019-0076>.
- ZALTMAN, G., R. DUNCAN, e J. HOLBEK, 1973. *Innovations and Organizations*. New York: John Wiley.
- ZANINELLI, T. B., C. A. NOGUEIRA, e A. L. M. PERES, 2019. Bibliotecas universitárias: uma perspectiva teórica sobre inovação em serviços informacionais. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação* [Em linha]. **17**(1) [consult. 2023-11-18]. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v17i0.8652821>.

INFORMAÇÕES E POLÍTICAS DECOLONIAIS: MUSEUS, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS A SERVIÇO DA SOCIEDADE

MARIA LUISA MOITA MARCONDES DA SILVA*

ADEL IGOR PAUSINI**

INTRODUÇÃO

Objeto clássico dos estudos sociológicos, as instituições sociais, segundo Émile Durkheim (1995) são organismos fundamentais para o funcionamento das relações humanas e por consequência da sociedade. Em sentido próximo, para Max Weber, as instituições sociais funcionam como mecanismo que transmitem valores, padrões e comportamentos por meio das múltiplas formas de coerção, normatizando assim as ações dos indivíduos a partir de regras, normas e leis coletivizadas a fim da promoção da interação entre diferentes grupos. Deste modo, as instituições sociais seriam, segundo o autor, eficiente mecanismo de manutenção entre os membros da sociedade e a formação de uma coesão social, justamente por propiciar a padronização de comportamentos e a integração do indivíduo à sociedade (*apud* Gerth e Mills 1990).

Em linhas gerais as instituições sociais podem ser divididas em duas categorias, sendo a primeira destinada a apreensão de códigos como linguagem e valores morais, comumente transmitido nesta fase por instituições como a família e a religião, enquanto na segunda encontra-se a normatização específica e oficial do Estado, em instituições como a Escola e as Leis. Ambas possuem significativo papel no processo de socialização do indivíduo, e embora orbitem distintas esferas, são complementares (Família, Estado, Governo, Educação, Ciência, Igreja, Empresas, Organizações Sociais) possuem em comum a normatização e a coesão social de distintos indivíduos em torno do convívio em sociedade ou em torno de uma causa. Estas podem ser classificadas em instituições espontâneas: aquelas que surgem a partir da identificação ou da relação tecida entre indivíduos e as instituições reguladoras: surgem diante a necessidade de regulamentação ou produção legislativa sobre algum aspecto relacional, sendo predominante neste campo instituições de Estado.

Portanto, é no campo das instituições reguladoras que se encontram a maioria das instituições normativas financiadas pelo Estado que orbitam sob o campo do conhecimento e da cultura, tais como museus, bibliotecas e arquivos, os quais assertivamente seguem parâmetros técnicos e profissionais estabelecidos por outra instituição social, a Ciência.

* Universidade Lusófona; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0072-2305>; Email: mlmoitam@gmail.com.

** Universidade Lusófona; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7969-5495>; Email: adel.pausini@ulusofona.pt.

Deste modo, as instituições sociais, órgãos constituídos para servirem a sociedade, acabam por refletir não apenas o poder, mas também o conjunto de valores agregados a este, como as intencionalidades, interesses, perspectivas e compromissos de quem requisitou ou orientou a sua constituição, e, portanto, a reificação de suportes e novas ou velhas práticas e ações ressignificadas, comprometidas com a manutenção das estruturas que a constituíram e as mantêm como instituições de poder. Sendo assim, é preciso compreender as instituições sociais como ferramenta relacional operacional, utilizada como mecanismo de manutenção das estruturas sociais vigentes, conservando ou realizando alterações alegóricas que não apontam para a modificação significativa das estruturas de poder, ou instituições abertas ao estímulo da reflexão, problematização e questionamento das estruturas e hierarquias de poder, refletindo sobre questões como, para quem e a quem servem. Estas questões são comumente pertinentes a museus, arquivos e bibliotecas, sobretudo quando financiadas pelo Estado (Poder Público), justamente por perpassar de modo comum instituições como museus, arquivos e bibliotecas. Estas questões, apontam necessariamente para o compromisso ou missão da instituição, as quais deveriam fomentar valores e habilidades que promovam a educação e o exercício da cidadania global, conforme considerações da UNESCO (2014), assim como práticas democráticas e de promoção do desenvolvimento e equidade.

De acordo com a matriz moderna dessas instituições, segundo Choay (1999) cooptadas no século XIX para a legitimação do poder dos Estados Nacionais, estas estiveram inseridas em contexto de disputa de interesses e narrativas legitimadoras do poder intelectual, científico, econômico e político. A concepção de um conceito de história que se pretendia linear, universal, única e singular, adensou a criação de narrativas que seriam consideradas verdades inquestionáveis e chanceladas pela ciência, sendo esta outra ferramenta de hierarquização e legitimação de poder na estrutura social.

Como essas instituições serviram como bases para a construção do pensamento moderno, e colonial, e no seu plano estava o estabelecimento simbólico dessa hierarquização, entre pessoas e culturas, interseccional, de raça, gênero, sexualidade e classe, com o objetivo de exaltar o homem europeu, mesmo após o processo de descolonização dos territórios colonizados, o pensamento e os ideais coloniais permaneceram, tendo a epistemologia ocidental raízes muito profundas, até os dias de hoje.

Inseridos no século XXI e tendo acompanhado diversas mudanças no campo da museologia ao longo do tempo, principalmente após o desenvolvimento da Nova Museologia, a função social dessas instituições, principalmente do museu, foi sendo repensada, para conseguir atender de maneira mais satisfatória às necessidades do público e da comunidade, principalmente através do surgimento de novos modelos e patrimônios que atendessem essas necessidades. Entretanto, essa mudança não teve tanta potência e reflexo nas instituições tradicionais, que nasceram no contexto do século XIX.

No ano de 2022, durante a 26.^a *Conferência Geral do ICOM*¹ realizada em Praga, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou uma nova definição de museu com uma visão de valorização da acessibilidade, inclusão, pensando na participação das comunidades e na partilha de conhecimentos como importantes para o desenvolvimento da instituição, integrando-a ao tempo presente e atendendo as demandas sociais, cada vez mais presentes.

A ascensão das políticas Neoliberais nas décadas de 1970 e 1980 legou ao conhecimento científico produzido nas mais distintas e diversas dimensões da sociedade uma perspectiva instrumentalista da ciência, que deveria estar a serviço da eficiência e do crescimento económico, orientando políticas públicas, ações e práticas empresariais, e desenvolvimento tecnológico, proporcionando a médio e longo prazo, de modo amplo, alargado e integrado, uma suposta melhora na qualidade de vida. Deste modo, as instituições e investigações científicas merecedoras de financiamento público e privado deveriam estar a serviço desta compreensão de sociedade, comprometidas com a eficiência e o retorno de resultados quantitativos capazes de mensurar a eficácia do investimento realizado.

No entanto, este modelo de ciência pública que investe em inovação social, ainda em vigor, demonstrou certo desgaste assim como a doutrina económica neoliberal, sobretudo diante as duas crises económicas que atingiram o capitalismo no início do século XXI, agravadas com a Pandemia de 2020, sendo portanto incorporada com ênfase a perspectiva mercadológica de ciência pública e inovação social, valores como democracia e a relevância do papel político não neutral na defesa dos direitos humanos, combate à exclusão social, discriminação, racismo, xenofobia, pobreza, sexismo entre outras, em busca da construção de ferramentas de inclusão e equidade para o exercício pleno da cidadania global, compreendendo não serem suficientes o «empreendedorismo social» ou a «inovação social», segundo Dias (2015) conceitos sinônimos, para a construção da sociedade idealizada pela Agenda 2030, pactuada pela ONU em 2013², conferindo assim maior ênfase política e cidadã à ciência pública.

Neste cenário de busca de equidade e diálogo intercultural, voltou com alguma força ao campo as discussões da igualdade de saberes, elemento explorado na década de 1980 por Foucault (2008) (arqueologia do saber), e anteriormente por Nietzsche (1999) (teoria do conhecimento), o conceito de ciência cidadã, instrumento de reconhecimento político que consiste no envolvimento de cidadãos, não necessariamente académicos ou cientistas, em atividades de investigação científica, de modo participativo, colaborativo, contributivo de cocriação, envolvendo deste modo as comunidades no processo de construção do saber científico, partindo assim do reconhecimento da pluralidade e equidade de saberes para a construção ativa do conhecimento.

¹ International Council of Museums – Órgão vinculado à UNESCO.

² Dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU).

A partir desse contexto e inseridos em um momento em que é essencial colocar atenção para as questões contemporâneas, é importante que as instituições passem a olhar para dentro e analisar a sua própria história e entender e analisar os discursos e valores que estão sendo produzidos. Quais são os discursos e a serviço de quem tais discurso promovem, como ele é constituído, através dos diferentes processos que são trabalhados dentro da instituição, como a política de aquisição, a curadoria, a seleção de informações, entre outros. Além disso, que tipo de relação mantém com o público? Quem é esse público? Ele abarca as comunidades que fazem parte do seu entorno? É importante pensar que narrativas são criadas pela instituição e quais os silêncios que existem nela.

1. RELAÇÕES DE PODER DENTRO DA INSTITUIÇÃO

O museólogo Clóvis Britto organiza a conformação dos paradigmas e dos processos museológicos, estabelecendo três linhas. A primeira, marcada pelo museu a serviço das coleções, influenciada pelo positivismo e o funcionalismo, marcando a relação entre coleção, edifício e público. A segunda, que avança para o museu a serviço da sociedade, influenciada pelo pensamento marxista, estruturalista e fenomenológico, que nasceu a partir do surgimento da Nova Museologia, e estabelece a relação entre património, território e as comunidades. A última categoria, influenciada pela Museologia Social e que tem a sociomuseologia como escola de pensamento, influenciada por um pós-estruturalismo e o pensamento decolonial, é o museu a serviço da diferença, e pensa a triangulação entre temas/problemas, territorialidades e protagonistas sociais (Britto 2019, p. 22). Essas três linhas coexistem no campo museológico mesmo aos dias de hoje.

Pensando a Museologia como uma disciplina aplicada, a relação triangular entre Homem x Objeto x Cenário, característica do paradigma do museu a serviço das coleções e que faz parte da sua raiz moderna/colonial e normativa, foi sendo alargado com o tempo nos seus conceitos através do engajamento na prática e nas discussões teóricas dos profissionais dos museus, influenciando no surgimento dos novos paradigmas descritos por Clóvis Britto (2019). Justamente pelo seu caráter dinâmico e aplicado, constantemente novas relações são estabelecidas com a prática dentro dos museus e a reflexão sobre essa prática. Se anteriormente o foco estava na coleção e na visão de um público passivo e uniforme, após a insurgência da Nova Museologia, as comunidades e a diversidade passaram a ganhar foco para pensar o trabalho dentro do museu.

Ao mesmo tempo, deve-se ter cuidado ao tratar essas categorias, procurando não estabelecer uma cisão completa entre elas, adotando uma visão analítica. A museologia normativa/tradicional, que vê as suas práticas em uma perspectiva funcionalista, foi responsável pela delimitação da área da museologia como um campo de conhecimento e, dessa maneira, é a matriz formadora e estabeleceu as regras do campo de acordo com a estrutura política e social em que se vive na realidade, tendo as instituições como aparelho

ideológico de Estado e com uma função social bem delimitada, que atendia a determinadas expectativas dentro da memória do poder.

Exatamente por essa origem e característica, é importante se manter sempre atento a maneira como as instituições trabalham na perspectiva de novas práticas inclusivas e/ou decoloniais. Há um leque de diferentes tipos de museus, que trabalham de maneiras e com objetivos diferentes dentro da categoria de museus normativos, assim como as instituições que trabalham na perspectiva de uma nova museologia, podendo haver uma mescla de ações e experiências entre essas categorias.

Em seu texto «Para uma sociologia das ausências e das emergências», Boaventura de Souza Santos (2002) fala sobre a construção das relações de poder instituídas pelo pensamento moderno, que estão baseadas na produção de não existência de certos agentes a partir do estabelecimento de cinco monoculturas racionais, sendo elas a monocultura do saber, do tempo linear, a lógica da escala dominante, a monocultura da naturalização das diferenças e a monocultura dos critérios de produtividade capitalista.

A combinação das lógicas de produção de não existência que correspondem a monocultura do saber e a naturalização das diferenças é que tem mais relevância para se pensar na ciência como ferramenta de hierarquização e legitimação de poder, no processo de seleção de informações e a construção de valores institucionais. Nessa combinação há a transformação da alta cultura e da ciência moderna como cânones de produção únicos e universais. Enquanto a ciência moderna é responsável por categorizar, explorar, observar e classificar a natureza, as pessoas e a cultura, seguindo o modelo enciclopedista com o objetivo de controlar o mundo e os saberes.

O termo Matriz Colonial de Poder (MCP), desenvolvido por Walter D. Mignolo (2017), diz respeito ao eixo de alicerce da colonialidade, que envolve a colonialidade de poder, do saber e do ser. Os marcadores da narrativa que hierarquiza as culturas diferentes estão baseados na Europa como referência central e original (poder); a celebração das conquistas civilizatórias e na legitimação dessa narrativa como a matriz epistemológica (saber); e a exploração, dominação e hierarquização de outros povos, marcando quem está no centro e quem deve ser subalternizado (ser). O que isso significa para as instituições como o museu, o arquivo e a biblioteca que serviram como aparelhos de legitimação do saber europeu como matriz epistemológica da colonialidade?

2. A SELEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Se os museus, arquivos e as bibliotecas são instituições que foram pensadas como dispositivos de poder, para valorizar a memória e as narrativas dos vencedores que escrevem a história, o que isso significa na prática? Quais são os processos internos dessas instituições que atendem essa função e constroem os valores? O cerne dessa construção está nos procedimentos internos de trabalho como a seleção de informação, a curadoria de infor-

mações, a curadoria dos objetos e documentos que fazem parte do acervo e a prioridade que se dá para esses mesmos objetos e documentos.

A concepção da narrativa, a partir da organização expográfica, sempre foi pensada com um objetivo, como Clóvis Brito defende em sua tese, com uma função social que previa o estabelecimento de princípios totalizantes de legitimação do poder (Britto 2019, p. 29). A pedagogia do olhar desenvolvida no sistema visual dos museus estaria reforçando a hierarquização das relações dicotômicas da sociedade, como, por exemplo, entre homem/mulher, cultura/natureza, civilizado/primitivo, branco/negro, Ocidente/Oriente, Norte/Sul. E como Boaventura de Sousa Santos escreveu, o estabelecimento dessa relação passou a entender o mundo apenas a partir dela, sendo que as partes só são entendidas na relação com a totalidade. «O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico ou a mulher sem o homem» (Santos 2002, p. 242). Isso é forte de tal maneira que será sempre uma relação de poder hierarquizante, em que uma das partes está presa e subjugada para a hipervalorização da sua outra parte.

As instituições culturais e de educação nasceram como elementos para a construção do pensamento moderno/colonial. No caso dos museus é possível observar duas expressões principais. Por um lado, nos grandes museus e galerias de arte havia a veneração ao passado e o culto aos grandes heróis, construindo a história da Europa como os grandes civilizadores, através da valorização da ciência e dos grandes feitos históricos. Ao mesmo tempo, foram constituídos os museus etnológicos e de história natural, que serviam como uma grande exposição das vitórias de guerra daqueles grandes heróis, de tudo que era exótico das terras que foram invadidas. Nas grandes exposições, eram incluídos a fauna e a flora locais, objetos de outras culturas, — cotidianos ou sagrados —, até a exposição de pessoas vivas, o qual ficou conhecido como os zoológicos humanos, com corpos diferentes do branco europeu sendo hipervisualizados para reafirmar o que seria o corpo normal para ser exaltado pela sociedade colonial/moderna.

Na organização expográfica dos museus, seja nas salas de época ou nas exposições etnológicas, os objetos históricos eram inseridos em um cenário que tentava situá-los em uma temporalidade histórica ou um espaço geográfico. As salas de exposição possuíam recursos cenográficos para compor o ambiente, como um teatro da memória no qual o visitante estaria adentrando uma teatralidade histórica. Justamente nessa proposta havia a construção de um discurso hierarquizante, compondo uma imagem de civilizados e bárbaros, indicando o que era belo, estético, valorizado, e o que era exótico, diferente, inferiorizado.

Como colocado pela museóloga Juliana Maria de Siqueira (2020), para se pensar uma prática institucional social e decolonial, que inclui a comunidade e as pessoas nos processos internos do museu, do arquivo e da biblioteca, esse processo deve ser

coletivo e dialogal. Ela indica como importante um princípio da autonomia para esses processos:

o princípio da autonomia, isto é, o reconhecimento do direito das comunidades e dos povos serem os legítimos guardiões de suas memórias e seus patrimônios, elaborando suas narrativas e interpretações nos próprios termos e participando ativamente dos benefícios gerados pelo seu uso responsável. Esse fundamento parte dos conteúdos e se aprofunda no sentido da própria gestão participativa do museu. Dele deriva a atitude criativa de busca por uma linguagem museológica própria, capaz de expressar a identidade cultural da coletividade que atua no processo museal. Assim, o museu caminha da teatralização/dramatização para o saber/fazer, da representação do outro para a apresentação de si, da democratização da cultura para a democracia cultural (Siqueira 2020).

As curadorias realizadas em projetos e exposições institucionais, tudo aquilo que é realizado na prática, está carregado por ideias, conceitos, propostas e recursos, e todos esses elementos refletem grupos e posições, são espaços predominantemente políticos e de afirmação de discursos ideológicos. Para transformar as instituições em espaços mais inclusivos é necessário um processo que seja dessa maneira coletivo e dialogal e que repense a história e a origem da instituição, sendo possível um deslocamento do olhar e das narrativas coloniais para o acolhimento de todos.

3. DECOLONIALIDADE

Catherine Walsh, Santiago Castro Gomez e Ramón Grosfóguel foram os pesquisadores que propuseram o uso do termo decolonialidade, sem o «s», já que nessa diferenciação é possível observar que mesmo após o processo de independência das antigas colônias, não foi possível reverter a colonialidade, sendo necessário passar por um processo contínuo de luta, através de uma postura de transgressão, de insurgência contra o pensamento normativo colonial.

Como apontado por Walsh (2009), o pensamento decolonial é caracterizado por uma contínua luta com o fim de visibilizar e favorecer construções alternativas ao pensamento e a estrutura marcadamente colonial e normativa. Uma postura transgressiva, insurgente, contínua, que enriqueça e valorize as experiências sociais e abrace as diferenças. Portanto, é importante que o trabalho dentro das instituições leve em consideração essa linha de pensamento, esse objetivo de reconhecer a sua herança, entender o seu motivo de origem como instituição, e trabalhar na direção de uma mudança que considere a inclusão e a diversidade como importantes.

Para lutar contra esse pensamento hegemônico, colonizador, tão profundo, os grandes pensadores do grupo modernidade/colonialidade, como Anibal Quijano, Walter Dignolo, Immanuel Wallerstein, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos, dissecam as origens do pensamento colonial e propõe práticas para se libertar dele.

Mignolo (2017) fala sobre o conservadorismo desobediente, propondo uma desvinculação para a resistência e a revinculação com os legados que se deseja preservar, «a fim de engajar-se em modos de existência com os quais as pessoas querem se engajar. Portanto, reexistir depende do lugar do indivíduo nas histórias locais negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental» (Mignolo 2017). Mignolo defende a desobediência epistemológica, a vivência dentro de uma visão de mundo que se desvincule da episteme ocidental totalizante.

Boaventura (Santos 2002), por sua vez, fala sobre a libertação da relação de poder das dicotomias, pensá-las sem esse jogo de poder hierarquizante. Afinal de contas, o mundo é plural e diverso, não existem apenas dois lados em contraponto. Ele fala em transformar as ausências, que são produzidas pelo pensamento hegemônico, em presenças. Lutar contra as lógicas de produção de não existência a partir do enriquecimento e da valorização da experiência social. A experiência é capaz de dilatar o presente e ampliar as concepções de mundo, do que é considerado contemporâneo. Na sua Sociologia das Ausências, Boaventura de Sousa Santos propõe uma imaginação epistemológica e democrática como caminho tanto de diversificação dos saberes e perspectivas de mundo, como para o reconhecimento dessas novas e diferentes práticas e atores sociais (Santos 2002, p. 253).

Além disso, a jornalista e pesquisadora brasileira Rosane Borges (2012), ao comentar o pensamento de bell hooks, fala sobre a ideia do deslocamento do olhar, das práticas de transformação dos pontos de vista. Bell hooks (2019) usa o termo do «olhar opositor», para a partir dele pensar o que demanda de cada um de nós na construção de ferramentas, teorias e insumos que contribuam para a reivindicação de uma nova trajetória do olhar. Considerando as artes visuais como um sistema discursivo e ideológico, é importante criar estratégias para despertar uma tomada de consciência do lugar em que os símbolos das imagens colonizadas permeiam no nosso imaginário, já que, ao longo da história, invés de deslocarmos o olhar, há uma constante reafirmação dele.

Audre Lorde, escritora feminista e ativista pelos direitos civis e LGBTQIA+, aponta a importância da comunidade e da valorização das diferenças na luta pela libertação e na construção de uma nova realidade. Ela diz que sem a comunidade não há libertação, e isso não significa esquecer as diferenças a fim de criar uma unidade, e sim a compreensão de que é exatamente na interdependência das forças diferentes, reconhecidas e em pé de igualdade, que reside o poder de construir novas realidades, formas de estar no mundo e a coragem para lutar dentro de uma estrutura que foi idealizada de acordo com a exclusão (Lorde 2007).

Pensando nessas diferentes maneiras de se pensar uma nova epistemologia que fuja do padrão normativo e colonial, qual o papel dos trabalhadores sociais e da cultura, que trabalham dentro dessas instituições, para uma maior inclusão e uma dinâmica positiva com as comunidades? Qual o papel da instituição nesse processo? Para além de trabalhar a inclusão e a diversidade como ideias abstratas, como se pode realizar um método de participação real e que faça a instituição pensar na sua origem e nas suas responsabilidades frente a história, a realidade social e as pessoas do seu território?

4. MOVIMENTOS SOCIAIS, A COMUNIDADE E SUA INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES

Para chegar em respostas para essas perguntas, é importante observar os movimentos e as práticas que já foram realizadas e tentar entender o impacto que tiveram e podem ter nessa mudança.

Em 2019, o museu Mauritshuis, em Haia, na Holanda, um museu imperial, realizou uma exposição com o objetivo de desconstruir a narrativa romantizada de Johan Maurits, ex-governador do Brasil Holandês entre 1636 e 1644. O Brasil e o prédio do museu, antiga casa de Nassau, foi construído com dinheiro do comércio de açúcar e escravos para o Brasil. Entretanto, essa narrativa foi silenciada dentro do museu. As exposições, as legendas das obras que tinham relação com o Brasil Holandês e a descrição, tanto do edifício, quanto da figura de Nassau, era feita de maneira a silenciar a narrativa colonial e a apenas exaltar uma visão da história que estava ligada ao desenvolvimento científico, artístico e os grandes heróis. Não havia o reconhecimento da colonialidade presente nas estruturas da instituição. Em 2018 a equipe do museu tomou a decisão de retirar a cópia de um busto de Nassau do Foyer do museu e isso gerou uma grande agitação social, muito presente também nas redes sociais, que pressionou os profissionais a repensar a história que se perpetuava em suas escolhas narrativas.

A exposição temporária *Shifting Image — In Search of Johan Maurits*, realizada em 2019 foi realizada apenas com obras de seu próprio acervo e arte contemporânea feita especialmente para essa exposição. A elaboração das legendas das obras, as decisões de curadoria da exposição, foram realizadas através de um processo colaborativo, com pessoas fora da esfera do museu e de diferentes áreas, que contribuíram com os textos curatoriais. Essa exposição temporária resultou no repensar de uma das exposições permanentes do museu, que fala sobre o Brasil Holandês, e, além disso, resultou em um projeto de extensão de pesquisa sobre o tema do Brasil Holandês pela instituição.

Em 2017 nos EUA, um movimento insurgente em torno do sistema de arte chamado *J20 Art Strike* surgiu em resposta à eleição de Donald Trump. O evento foi um apelo à oposição coletiva e afirmava

Despite its contradictions, the art world has significant amounts of capital — material, social, and cultural — at its disposal. The time has come to imagine and to implement ways of redirecting these resources in solidarity with broader social movements leading the way in the fight against Trumpism³ (apud MTL Collective 2018, p. 201).

O principal resultado desse movimento foi o estímulo para o surgimento de novos grupos e a criação de novos coletivos determinados a trabalhar de forma colaborativa e criativa para pressionar os museus.

Um caso especificamente chamou a atenção na época. Em Minneapolis houve uma campanha para a destruição da obra *Scaffold*, do artista Sam Durant no *Walker Art Center*. As comunidades indígenas de Minneapolis protestaram contra a instalação da obra, alegando que mesmo que tente problematizar um trauma histórico, acaba gerando ainda mais traumas.

Assim, em um processo colaborativo com o artista e a direção do museu, foi realizada uma cerimônia de enterro da obra. Esse processo ocorreu de forma crítica e criativa, levando a então diretora do museu, Olga Viso, a refletir sobre os processos decoloniais dentro da instituição: «if museums want to continue to have a place, they must stop seeing activists as antagonists. They must position themselves as learning centers, not impenetrable centers of self-validating authority»⁴ (Viso 2018).

É muito importante que as pessoas afetadas por essa «não existência» dentro das instituições, ocupem os espaços que também são seus por direito, tornando a ausência em presença. Muito se fala em dar voz para os grupos socialmente excluídos, mas o movimento é diferente, já que essas pessoas já têm a sua própria voz. O movimento é de dar ouvidos, fazer silêncio para escutar, reconhecer a diferença para desfazer as estruturas hierarquizantes de gênero, raça e classe.

Por conta da invisibilização, os grupos que foram histórica e socialmente oprimidos estão se movimentando cada vez mais e criando coletivos e novos métodos de trabalho a fim de institucionalizar a sua memória, como por exemplo o *Decolonising the Archive*. No texto de descrição do projeto eles explicam:

What does the Pan-African archive look like? Sound Like? Feel like? Where does it begin and where are its limits? How is the archive expressed within our own cultural frameworks? Our work explores these questions. Our exploration is crea-

³ Tradução livre: «Apesar de suas contradições, o mundo da arte tem quantidades significativas de capital — material, social e cultural — à sua disposição. Chegou a hora de imaginar e implementar formas de redirecionar esses recursos em solidariedade com os movimentos sociais mais amplos que lideram o caminho na luta contra o trumpismo».

⁴ Tradução Livre: «Se os museus querem continuar a ter um lugar, devem deixar de ver os ativistas como antagonistas. Eles devem se posicionar como centros de aprendizado, não centros impenetráveis de autoridade autovalidada» (Viso 2018).

*ting something beautiful. We are changing our narrative. History is healing. We cannot decolonise what was never ours to begin with - but we can always create. When we face the past we understand the present. In understanding the present, we shape our future*⁵.

Um projeto que tem como objetivo criar um arquivo voltado para uma memória que é invisibilizada dentro dos arquivos normativos. Dentro do seu projeto está a realização de workshops que ensinam sobre a preservação de documentos e da memória para pessoas interessadas, no caminho de permitir que os arquivos acolham narrativas que normalmente estão fora das escolhas tradicionais das instituições.

A curadora Sumaya Kassin, em um texto intitulado *The Museum will not be decolonised*, de 2017, fala sobre o processo que viveu na curadoria da exposição #*ThePastIsNow* no Birmingham Museum and Art Gallery, em 2017. Nesse texto ela comenta sobre os perigos do processo de decolonizar as instituições. O título é, mais do que tudo, uma provocação. A tarefa de decolonizar as instituições normativas é um grande desafio, repleto de obstáculos e riscos, e também difícil, já que lida com a história e as raízes profundas e estruturais da colonialidade. A cada pequeno passo que se consegue dar dentro da instituição, através das insurgências sociais, dos profissionais da área, com novas ações, práticas, exposições, é possível que a matriz de poder barre esses movimentos ou mesmo se aproprie da luta para ressignificá-la e perpetuar os mesmos padrões. Há de tomar cuidado para que a palavra decolonizar, decolonial, não se torne mais uma palavra de ordem ou uma meta banalizada e egóica, em que as instituições tenham orgulho de uma tentativa de inclusão, decolonização, a partir de uma força de trabalho que não foi devidamente valorizada e respeitada, sem realmente estar lidando com o seu passado (Kassin 2017).

Ao mesmo tempo, para a curadora, o processo que viveu demonstrou que mesmo que a prática decolonial seja de fato desafiadora, dolorosa, necessariamente inalcançável e necessariamente indefinível (Kassin 2017), é um processo necessário e colaborativo. Um trabalho que deve ser feito em conjunto e que, do outro lado da dificuldade, há uma mudança dentro de cada um que participa do processo. As curadoras que participaram da exposição aprenderam como a instituição trabalha, opera e pensa, assim como os atores institucionais estavam aprendendo como servir melhor a própria comunidade.

O papel das instituições, dos museus, bibliotecas e arquivos, é fomentar a dinâmica da ciência pública, contribuindo assim para a decolonização dos seus espaços e práticas. O rompimento do ciclo se dá exatamente a partir da libertação das relações de poder das

⁵ Tradução livre: «Como o arquivo Pan-Africano se parece? Soa? Sente? Onde começa e quais são os seus limites? Como o arquivo é expresso dentro da nossa própria estrutura cultural? Nosso trabalho explora essas questões. Nossa exploração está criando algo lindo. Nós estamos mudando a nossa narrativa. A história está se curando. Nós não podemos descolonizar o que nunca foi nosso em primeiro lugar — mas nós sempre podemos criar. Quando nós encaramos o passado, entendemos o presente. Ao entender o presente, moldamos o nosso futuro» (DTA [s.d.]).

dicotomias e a revinculação com as memórias que se deseja preservar, conferindo protagonismo a outros atores sociais que não estavam na posse do poder. Pensando o poder enquanto visibilidade, nesse movimento de reconhecimento a instituição está conferindo poder, ainda que simbólico.

Ao longo dessa reflexão foram apresentados alguns exemplos de movimentos sociais e práticas que decorreram deles e que pressionaram as instituições a olharem para o seu passado e repensarem as suas práticas ou então que permitiram o surgimento de novas realidades institucionais ligadas à memória. Como foi dito anteriormente, pensar a inclusão, a participação coletiva e o processo decolonial não é uma tarefa fácil e indolor, entretanto colocar em ação essas práticas transgressoras e insurgentes, e principalmente coletivas e colaborativas, permite com que as estruturas das instituições modernas/coloniais sejam abaladas de alguma maneira.

REFERÊNCIAS

- BORGES, R. S., 2012. Mídia, racismos e representações do outro: Ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. Em: R. C. da S. BORGES, e R. S. BORGES, orgs. *Mídia e racismo*. Petrópolis: ABPN, pp. 179-204.
- BRITTO, C. C., 2019. “Nossa maçã é que come Eva”: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das *Museologias Indisciplinadas no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração.
- CHOAY, F., 1999. *A alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70.
- DIAS, J. P., 2015. Ciências em Sociedade: Diálogos Interculturais e Ecologias de Saberes Perante Ameaças Neocoloniais. *Textos & Debates*. 27(2), 257-277.
- DTA, [s.d.]. *Decolonising the Archive* [Em linha] [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://www.decolonisingthearchive.com/>.
- DURKHEIM, E., 1995. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M., 2008. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GERTH, H. H., e C. Wright MILLS, 1990. *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora: LTC.
- HOOKS, B., 2019. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante.
- KASSIM, S., 2017. *The museum will not be decolonized* [Em linha]. Reino Unido: Media Diversified [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://mediadiversified.org/2017/11/15/the-museum-will-not-be-decolonised/>.
- LORDE, A., 2007. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Berkeley: The Crossing Press.
- MIGNOLO, W., 2017. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Em linha]. Jun. 32(94), 1-18 [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2441>.
- MIGNOLO, W., e C. E. WALSH, 2018. *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Durham: Duke University Press.
- MTL COLLECTIVE, 2018. From institutional Critique to institutional Liberation? A Decolonial Perspective on the Crises of Contemporary Art. *October* [Em linha]. (165), 192-227 [consult. 2023-11-17]. Disponível em: https://doi.org/10.1162/octo_a_00329.

- MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, 2019. Arte e descolonização. Em: *MASP Seminário/Arte e descolonização/16.10.2019/Manhã* [Em linha] [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://youtu.be/MoSsFK4oT-Q>.
- NIETZSCHE, F., 1999. *Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, B. de S., 2002. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Out. **63**, 237-280.
- SIQUEIRA, J., 2020. Corazonar uma Museologia onde caibam muitas museologias: a interculturalização do campo como projeto decolonial. Em: J. PRIMO, M. MOUTINHO, eds. *Introdução à Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 113-152.
- UNESCO, 2014. *Global Citizenship Education: preparing learners for the challenges of the 21st century* [Em linha]. Paris: UNESCO [consult. 2022-10-25]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227729>.
- VISO, O., 2018. Decolonizing the Art Museum: The Next Wave. *New York Times*, 2018-05-01.
- WALSH, C., 2009. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Sucre: Universidad Andina Simón Bolívar.

APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DOCUMENTAL: REVISÃO SISTEMÁTICA NA LISTA, *EMERALD* E *SCOPUS*

SÂNDERSON LOPES DORNELES*

INTRODUÇÃO

O início do século XXI foi marcado pelo uso em massa de diversas aplicações computacionais em diversas áreas do conhecimento humano. Como resultado deste uso, foram produzidas e acumuladas informações que precisam ser gerenciadas em pontos como: sua produção, à destinação (eliminação ou armazenamento dos estoques informacionais) e ao uso.

A grande produção de informação requer tecnologias que potencializem as atividades de gestão organizacional, principalmente para o acesso rápido e facilitado, a fim de servir como suporte para a tomada de decisão. Dentre o rol das soluções tecnológicas que possam automatizar os processos de gestão documental, tem-se dado evidência para aqueles que se utilizam da Inteligência Artificial (IA). Segundo Bunn (2020):

Inteligência artificial (IA) não é um tópico novo na imaginação humana, embora muitos datem suas origens como um fenômeno moderno em 1956 e em um workshop realizado no Dartmouth College, nos Estados Unidos. Desde aquela época, a inteligência artificial passou por muitas fases de desenvolvimento (Bunn 2020, p. 143)¹.

Diante dessas fases de evoluções, as aplicações de tecnologias da IA estão cada vez mais presentes no mundo dos negócios, dos governos e de áreas específicas, tais como saúde, jurídica, gestão de pessoas entre outras, dada as possibilidades profícuas dessas tecnologias. Impactando, principalmente, em sistemas computacionais como suporte técnico à produção, ao uso e ao armazenamento de informações e a potencialização de habilidades humanas por meio de máquinas. O que se torna pauta emergente de discussões, de análises e de reflexões na área de Ciência da Informação (CI).

Sobre estes aspectos, Rolan et al. (2019) argumentam e definem que:

* Instituto Federal da Paraíba (IFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3888-2841>; Email: sanderson.dorneles@gmail.com.

¹ Tradução livre de: «Artificial intelligence (AI) is not a new topic in human imagination, although many date its origins as a modern phenomenon to 1956 and a workshop held at Dartmouth College, USA. Since that time, artificial intelligence has gone through many phases of development» (Bunn 2020, p. 143).

A inteligência artificial evoluiu desde os primeiros dias da computação (e, de fato, desde antes, se alguém tiver uma visão mais ampla das tecnologias que ajudam a automatizar o trabalho do conhecimento humano) [...] entendemos IA como envolvendo sistemas digitais que automatizam ou auxiliam em ‘atividades que associamos ao pensamento humano, atividades como tomada de decisão, resolução de problemas, aprendizagem [e] criação. Na verdade, temos a visão ampla de que a IA se manifesta “em um espectro multidimensional [compreendendo] escala, velocidade, grau de autonomia e generalidade” — abrangendo, assim, uma gama de técnicas e tecnologias de automação (Rolan et al. 2019, p. 3)².

Tais atividades, que podem ser automatizadas pelas IAs, fazem parte do escopo de estudo e atuação da Ciência da Informação (CI). No âmbito da CI, os estudos e as análises de fenômenos informacionais são desenvolvidos desde meados do século XX. Segundo Araújo (2013):

Em 1968, o American Documentation Institute, dos Estados Unidos, mudou seu nome para American Society for Information Science, tornando-se a primeira instituição de Ciência da Informação do mundo. Na época, muitos desconheciam o que vinha a ser “Ciência da Informação” e o que faziam os “cientistas da informação” (Araújo 2013, p. 2).

Desde o pós segunda guerra mundial até a contemporaneidade, a CI passa por diversos desafios e demandas para o tratamento de informações. Sobre estes aspectos, os avanços de tecnologias da informação exigem mais ações inovadoras das organizações para o processamento adequado dos seus capitais informacionais. De acordo com Neves (2020), a sociedade tem um conjunto de tecnologias disruptivas que possui um maestro, a inteligência artificial. E, essas tecnologias no campo da CI, aliadas ao uso de dispositivos inteligentes e da computação cognitiva nos espaços de construção do conhecimento, vem avançando paulatinamente, proporcionando novas formas de interação com os sujeitos.

Os sistemas informatizados de gestão revolucionaram as organizações com outras formas de produção, tramitação e acesso de seus documentos. A *internet* por sua vez encurtou as noções de tempo e espaço, agilizando de forma eficaz a transmissão de documentos.

² Tradução livre de: «Artificial intelligence has evolved since the earliest days of computing (and, in fact, from earlier, if one takes a broader view of technologies that help automate human knowledge work) [...] we understand AI as involving digital systems that automate or assist in ‘activities that we associate with human thinking, activities such as decision-making, problem solving, learning, [and] creating’. In fact, we take the broad view that AI manifests ‘on a multi-dimensional spectrum [comprising] scale, speed, degree of autonomy, and generality’ — thus encompassing a range of automation techniques and Technologies» (Rolan et al. 2019, p. 3).

Com o advento das tecnologias da inteligência artificial e suas potencialidades na aplicação em sistemas de informação. Surgem inquietações, como um alerta aos cientistas e aos usuários de informações, qual seja, como otimizar a produção, o uso contínuo de informações e as formas de preservação da memória acumulada em suportes eletrônicos por meio dessas tecnologias. Para tanto, deve-se procurar respostas a partir de produções científicas a respeito do assunto. Sendo assim, a partir de revisão sistemática de literatura em bases de dados internacionais, a presente pesquisa tem como objetivo identificar aplicações de Inteligência Artificial (IA) na gestão de documentos.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa quanto à natureza é básica, de acordo com Silva e Menezes (2001, p. 20): «pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais». Para tanto, teve objetivo exploratório e descritivo. Segundo Gil (2008, p. 27): «Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato». Para a presente pesquisa a visão geral será realizada pela identificação de estudos sobre as tecnologias de IA e gestão de documentos, cujo ponto de aproximação é a aplicação dessas tecnologias nas operações da gestão de registros informacionais. Quanto ao objetivo de pesquisa descritiva: «As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis» (Gil 2008, p. 28). Enquadra-se neste tipo de pesquisa, haja vista que se descreve as relações das temáticas do estudo a partir das variáveis de suas publicações, tais como dados bibliométricos e altimétricos, bem como de categorizações das áreas do conhecimento e tecnologias que aplicam IA na gestão documental.

Para a abordagem do problema, foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo. Conforme Richardson (2012):

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (Richardson 2012, p. 27).

Sobre a quantificação nesta pesquisa, apenas foram mensuradas informações a respeito do número de publicações sobre a temática do estudo, as palavras-chave mais frequentes utilizadas nos trabalhos coletados, as comunicações científicas mais citadas, os autores com maior número de publicações, assim como dados altimétricos desses autores

mais produtivos. Não sendo necessário a aplicação de técnicas estatísticas para o tratamento das informações coletadas.

No que se refere ao emprego do método qualitativo: «Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis» (Richardson 2012, p. 80). Nesse sentido, a análise e descrição das variáveis são sobre os tipos de tecnologias de IA aplicadas na gestão de documentos, das áreas do conhecimento, retratando os objetivos e resultados dessas aplicações.

Quanto às técnicas de levantamento de dados, foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Nesse sentido, o protocolo da revisão seguiu as recomendações PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises), de acordo com Galvão, Pansani e Harrad (2015, p. 336): «A recomendação PRISMA consiste em um *checklist* com 27 itens e um fluxograma de quatro etapas».

As estratégias de buscas para a recuperação dos documentos, consistiu na utilização dos termos *artificial intelligence and records management*, realizado no dia 7 de setembro de 2021.

As bases de dados utilizadas foram a *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA), que consiste em uma base de dados da CI, a *Emerald Insight*, que indexa artigos da área de gestão, e a *Scopus*, que é uma plataforma multidisciplinar e bem difundida nas comunidades acadêmicas internacionais.

No que diz respeito aos critérios de exclusão e inclusão, bem como os dados extraídos. Foram estabelecidos os seguintes requisitos:

Critérios de Exclusão

- Textos não disponibilizados por completo pelo acesso do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- Estudos que não contemplam uma abordagem a respeito da IA e a gestão de documentos, que para este estudo entende-se como uma abordagem de aplicações de IA e tecnologias associadas na produção, armazenamento e uso de registros informacionais.

Critérios de Inclusão

- Tipo de documento: artigos de periódicos, trabalhos publicados em eventos, livros e capítulos de livros.
- Período de tempo: 2016 – setembro/2021.
- Idioma: inglês

Dados Extraídos

Autores, citações, títulos dos artigos, anos da publicação, palavras-chave, instituições dos autores, periódico de publicação, idioma, e área do conhecimento.

Para visualização do fluxo da pesquisa e dos resultados, segue Figura 1.

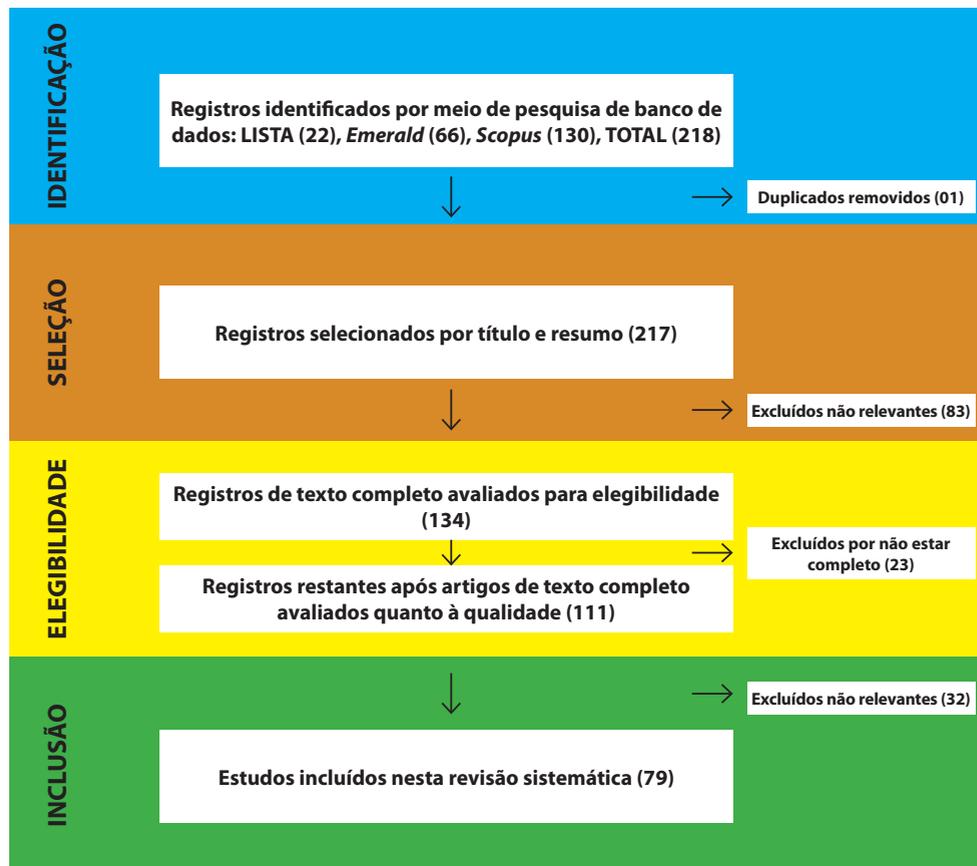


Fig. 1. Fluxograma PRISMA para a revisão sistemática de aplicações de inteligência artificial na gestão de documentos
 Fonte: Fluxograma PRISMA adaptado de Galvão, Pansani e Harrad (2015) para a revisão sistemática de aplicações de inteligência artificial na gestão de documentos

Sobre as 79 publicações selecionadas, para as análises quantitativas foi utilizado *software* de gestão de referências *Mendeley* para a organização e análises dos metadados de cada publicação, tais como autores, tipo de publicação, periódico, ano de publicação e resumo, e de análise bibliométrica por meio do *software* *VOSViewer* para identificação de palavras-chave mais frequentes e relação de co-autoria nos trabalhos, bem como coleta de dados altimétricos de número de citações de publicações e autores, leituras e recomendações a partir da rede acadêmica *ResearchGate* e da base de dados *Scopus*, enquanto as análises qualitativas foram realizadas com auxílio do *software* *NVivo* para a categorização

de área do conhecimento, concepções e tecnologias de IA, bem como aspectos da gestão documental. Sendo assim, passa-se a apresentação dos resultados e discussões.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere a coocorrência das palavras-chave, das 1522 palavras-chave, a cada cinco termos, 73 palavras-chave apresentam maior ocorrência no total das 79 publicações selecionadas, que podem ser conferidas na Figura 2.

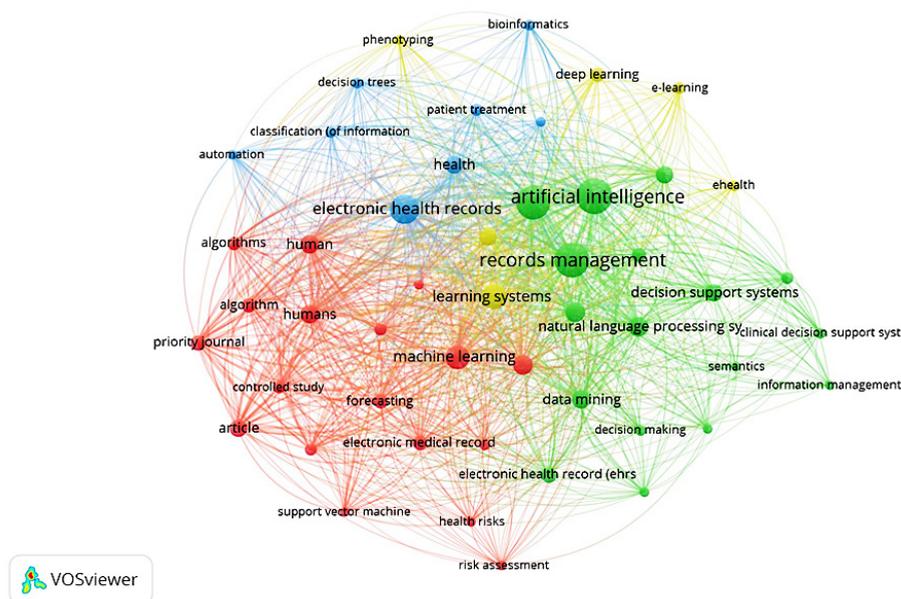


Fig. 2. Palavras-chave mais frequentes
 Fonte: Dados da pesquisa (2021) analisados no VOSviewer

A partir da imagem pode-se confirmar a incidência em maior destaque dos termos de busca e pertinentes à pesquisa *artificial intelligence* e *records management*. Assim como, as palavras mais frequentes indicam a área de saúde com presença marcante de estudos, quando são observados termos como *electronic health record (EHR)*, *health*, *electronic medical record*, *patient treatment*, *bioinformatics* e *clinical decision*. Como também, aparecem os termos com as tecnologias da inteligência artificial: *machine learning*, *natural language processing* e *deep learning*.

No tocante às publicações mais citadas e os periódicos de comunicações científicas, a Tabela 1 sintetiza os seguintes resultados.

Tabela 1. Títulos, periódicos e ano dos 10 artigos mais citados

	Título do documento	Periódico	Ano	N.º de citações
1.	Deep EHR: A Survey of Recent Advances in Deep Learning Techniques for Electronic Health Record (EHR) Analysis	IEEE Journal of Biomedical and Health Informatics	2018	293
2.	Clinical information extraction applications: A literature review	Journal of Biomedical Informatics	2018	203
3.	A machine learning-based framework to identify type 2 diabetes through electronic health records	International Journal of Medical Informatics	2017	121
4.	A distributed ensemble approach for mining healthcare data under privacy constraints	Information Sciences	2016	46
5.	Electronic health record phenotyping improves detection and screening of type 2 diabetes in the general United States population: A cross-sectional, unselected, retrospective study	Journal of Biomedical Informatics	2016	44
6.	A survey of clinical phenotyping in selected national networks: demonstrating the need for high-throughput, portable, and computational methods	Artificial Intelligence in Medicine	2016	42
7.	Support Vector Feature Selection for Early Detection of Anastomosis Leakage from Bag-of-Words in Electronic Health Records	IEEE Journal of Biomedical and Health Informatics	2016	38
8.	Natural Language Processing for EHR-Based Computational Phenotyping	IEEE/ACM Transactions on Computational Biology and Bioinformatics	2019	32
9.	Predicting colorectal surgical complications using heterogeneous clinical data and kernel methods	Journal of Biomedical Informatics	2016	31
10.	Classification of hospital acquired complications using temporal clinical information from a large electronic health record	Journal of Biomedical Informatics	2016	24

Fontes: Extração de dados das publicações em 07/09/2021

Os dados sobre as publicações mais referenciadas confirmam destaque especial para a área de saúde no uso de tecnologias de IA e o aplicações delas para otimizar as análises de dados clínicos com fim de tratamento de doenças.

Na Figura 3 são quantificados os autores mais produtivos no escopo desta pesquisa, assim como são demarcadas as conexões desses autores.

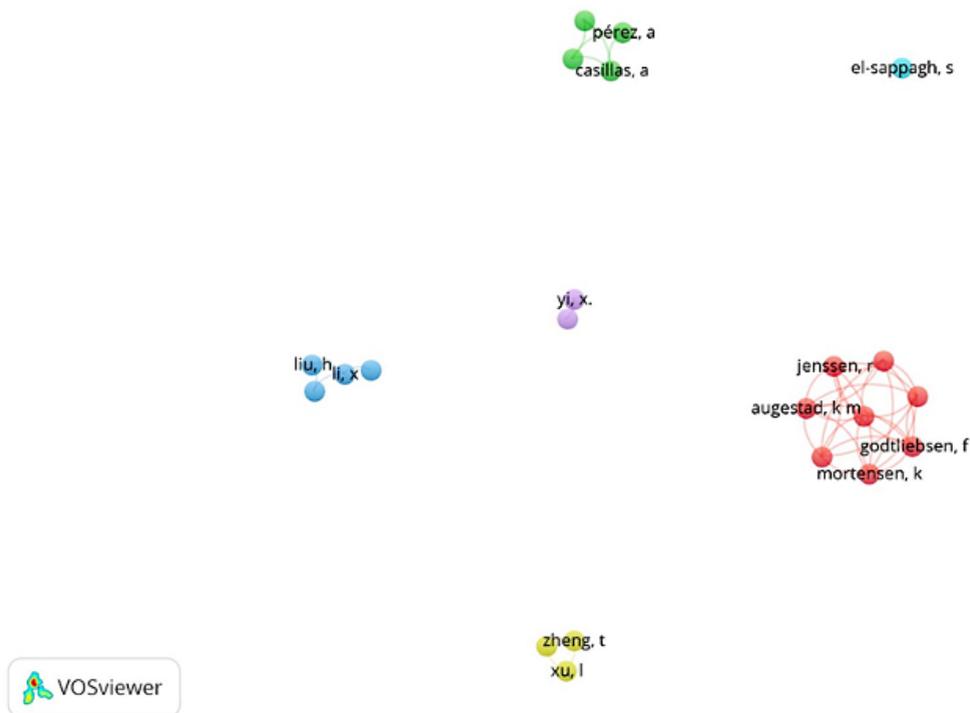


Fig. 3. Relação de coautoria (mínimo de duas publicações por autor)
 Fonte: Dados da pesquisa (2021) analisados no VOSviewer

Da Figura 3 observamos que existem grupos de autores isolados, não há conexões entre eles. Para compreensão dos grupos de autores, a Tabela 2 identifica a filiação institucional/nacionalidade, departamento/área de atuação e o número de citações de cada um.

Tabela 2. Índices de citações para autores que mais publicaram (mínimo de duas publicações por autor)

Nome do autor	Instituição/nacionalidade	Depto./área atuação	Citações	Fonte
1) Arthur Revhaug	Hospital Universitário do Norte da Noruega	Medicina	9.528	ResearchGate
2) Ya Zhang	Universidade Jiao Tong de Xangai/China	Escola de Ciência e Engenharia de Materiais	3.852	ResearchGate
3) Fred Godtlielsen	UiT Universidade Ártica da Noruega	Departamento de Matemática e Estatística	2.658	ResearchGate
4) Robert Jenssen	UiT Universidade Ártica da Noruega	Departamento de Física e Tecnologia, Grupo de Engenharia Elétrica	2.644	ResearchGate
5) nut Magne Augestad	Universidade de Oslo/Noruega	Departamento de Cirurgia Campus AHUS	2.276	ResearchGate e Scopus preview
6) Rolv-Ole Lindsetmo	Hospital Universitário do Norte da Noruega	Departamento de Cirurgia Gastroenterológica	1.379	ResearchGate
7) Shaker El-Sappagh	Inha University/Coreia do Sul	Departamento de Engenharia da Informação e Comunicação	1.265	ResearchGate
8) Tristan Naumann	Instituto de Tecnologia de Massachusetts/Estados Unidos	Laboratório de Ciência da Computação e Inteligência Artificial	960	ResearchGate
9) Kim Mortensen	Hospital Universitário do Norte da Noruega	Departamento de Cirurgia Gastroenterológica	713	ResearchGate
10) Arantza Casillas	Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea/Espanha	Departamento de Electricidad y Electrónica	507	ResearchGate
11) Maite Oronoz	Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea/Espanha	Linguagens e sistemas de computador	503	ResearchGate
12) Kristian Hindberg	UiT Universidade Ártica da Noruega	Departamento de Física e Tecnologia	470	ResearchGate

(continua na página seguinte)

Nome do autor	Instituição/nacionalidade	Depto./área atuação	Citações	Fonte
13) Alicia Pérez	Universidad del País Vasco Euskal Herriko Unibertsitatea/ Espanha	EU de Enfermería de Donostia-San Sebastián	302	ResearchGate e Scopus preview
14) Junmei Zhong	Inspur USA Inc Estados Unidos	***	215	ResearchGate
15) Tao Zheng	Institute of Image Communication and Networking, Shanghai Jiao Tong University, Shanghai/China	***	176	Scopus preview
16) Sara Santiso	Universidad del País Vasco Euskal Herriko Unibertsitatea/ Espanha	***	71	Scopus preview
17) Xiu Yi	Software Business Group, Inspur Inc/China	***	2	Scopus preview

Fontes: Extração de dados das fontes referidas, em 30/10/2021

Dos dados apresentados, verifica-se um grupo de 8 (oito) autores filiados a instituições norueguesas (identificados pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 12) de equipe multidisciplinar de profissionais da medicina, física, engenharia, estatística, matemática e tecnologia com números de citações expressivos. Como também, destaca-se a presença de 4 (quatro) autores chineses filiados a diferentes instituições com habilidades na área de IA (identificados pelos números 2, 14, 15 e 17).

Na Tabela 3 são apresentados dados altimétricos complementares sobre os autores referenciados na Tabela 2. Nesta Tabela 3 são divulgados os dados dos 10 autores com os maiores números de citações.

Tabela 3. Altimétrica dos 10 autores com mais citações

Autores	Score RG	Citation	Reads	Recommendation
Arthur Revhaug	42,82	9528	12 538	8
Ya Zhang	30,82	3852	15 913	12
Fred Godtliebsen	36,16	2658	53 965	22
Robert Jenssen	33,41	2644	34 084	84
Knut Magne Augestad	34,41	1711	19 237	197
Rolv-Ole Lindsetmo	31,77	1379	8516	3

(continua na página seguinte)

Autores	Score RG	Citation	Reads	Recommendation
Shaker El-Sappagh	31,79	1265	51 547	205
Tristan Naumann	13,46	960	4125	7
Kim Mortensen	22	713	3324	2
Arantza Casillas	24,17	507	4824	3

Fontes: Extração de dados do *ResearchGate* em 31/10/2021

Sobre as áreas do conhecimento, seja a respeito de áreas mais abrangentes e específicas dos saberes humanos, das 79 publicações incluídas para as análises deve-se atentar para o fato de que algumas publicações se utilizaram de aspectos teóricos e conceituais de mais de uma área do conhecimento. Sendo assim, a Tabela 4 apresenta os resultados dessa categorização.

Tabela 4. Áreas do conhecimento identificadas

Área do Conhecimento	Número de publicações
Saúde	66
Arquivologia	7
Ontologia	5
Accountability (Auditoria)	3
Sistemas de informação pervasivos	1
Megaprojeto	1
Jurídica	1
Diplomática	1
Biblioteconomia	1

Dos 66 trabalhos da saúde, 63 tratam de aplicações de tecnologias da IA em registros de saúde, cujos objetivos e resultados buscam extrair de *Electronic Health Record* (EHR) — em tradução ao português Registro Eletrônico de Saúde — benefícios para a recuperação rápida de dados e informações dos pacientes. Além disso, destaca-se a utilização dessas tecnologias para a produção de conhecimento preditivo (17 trabalhos) sobre determinadas doenças (com destaque para a diabetes tipo 2 que apareceu em mais estudos) a partir de dados e algoritmos computacionais.

Sobre sistemas de registros eletrônicos de saúde, Masuda, Shepard, Yamamoto e Toma (Masuda et al. 2019) relatam que os primeiros surgem na década de 1960, com a

utilização de aplicativos de *software* e sistemas de computador autônomos que migraram da documentação em papel dos dados do paciente para formas digitais de manutenção de registros. Dentre as informações armazenadas por esses sistemas, os autores citam os seguintes: histórico médico anterior e medicamentos, imunizações, dados laboratoriais, relatórios de radiologia, sinais vitais bem como dados demográficos do paciente.

Corroborando com a referência anterior a respeito de EHR, Caroprese, Veltri, Vocaturo e Zumpano (Caroprese et al. 2019), informam os principais registros geridos por estes sistemas e chamam a atenção para a necessidade de tecnologias de IA para a extração e compreensão dos dados clínicos dos pacientes.

EHRs não são mais usados, como no passado, para armazenar informações básicas do paciente e tarefas administrativas, mas podem incluir uma variedade de dados, incluindo o histórico médico do paciente, resultados de exames laboratoriais, dados demográficos, medicamentos e alergias, imunização status, imagens radiológicas, sinais vitais. No presente, o problema mudou da coleta de grandes quantidades de dados para entendê-los, ou seja, usar EHRs para transformar dados em conhecimento, conclusões e ações. Os EHRs não foram projetados para prever o risco ou a progressão da doença ou para determinar o tratamento correto, mas se forem combinados com o algoritmo de inteligência artificial (IA), esse problema se tornou possível (Caroprese et al. 2019, p. 1)³.

Ainda de acordo com Caroprese et al. (2019, pp. 1-2): «Uma das grandes tarefas da medicina moderna é a possibilidade de antecipar a evolução futura de uma doença, prevendo os riscos para o paciente para ajudar na prevenção. [...] A necessidade de ferramentas que permitam fazer previsões é uma prioridade»⁴. Nesse sentido, o conhecimento preditivo sobre os dados clínicos para o tratamento de doenças tem sido desenvolvido a partir de tecnologias de IA.

No tocante à área da Ciência da Informação, mais especificamente da subárea da Arquivologia, foram identificados 7 trabalhos com abordagens de temáticas sobre transparência de registros e acesso à informação arquivística potencializados por tecnologias da IA, assim como recuperação de grandes quantidades de dados para a sua ordenação. Além disso, tratam de funções arquivísticas fundamentais do trabalho de gestão docu-

³ Tradução livre de: «EHRs are not anymore used, as in the past, to store basic information of the patient and administrative tasks, but they may include a range of data, including the medical history of the patient, laboratory test results, demographics, medication and allergies, immunization status, radiology images, vital signs. At the present, the problem has shifted from collecting massive amounts of data to understanding it, i.e. use EHRs for turning data into knowledge, conclusions and actions. EHRs were not designed to forecast disease risk or disease progression or to determine the right treatment, but if they are combined with artificial intelligence (AI) algorithm this issue became possible» (Caroprese et al. 2019, p. 1).

⁴ Tradução livre de: «One of the major task of modern medicine is the possibility of anticipating the future evolution of a disease, by predicting the risks for the patient so that helping in prevention. [...] The need for tools allowing to perform prediction is a priority» (Caroprese et al. 2019, pp. 1-2).

mental, tais como processamento de fluxos de documentos até o arquivamento, classificação e avaliação arquivística.

De acordo com Rolan et al. (2019) ao realizar 4 estudos de caso sobre aplicações de IA em Arquivos da Austrália chega às seguintes conclusões, que os arquivistas precisam entender como implantar IA para uma boa manutenção de registros e, para alcançá-la, deve-se aprender novas tecnologias. Usar de forma eficiente para garantir que sistemas arquivísticos e de processos não sejam comprometidos. E, reflete que «Podemos ser humanos, mas a discussão sobre IA começou e todos nós precisamos participar» (Rolan et al. 2019, p. 18)⁵.

Ainda, dentro do escopo da interdisciplinaridade da Ciência da Informação, foram identificados 5 trabalhos que trataram sobre Ontologia.

De acordo com Zhou et al. (2021):

A ontologia, como uma importante técnica de descrição do conhecimento, tem sido amplamente aplicada na gestão do conhecimento e na disciplina da informação. Pertence ao escopo da categoria filosofia e evolui para um novo conceito integrando inteligência artificial (IA) (Zhou et al. 2021, p. 3)⁶.

Sendo assim, no que diz respeito aos 5 trabalhos selecionados para as análises, as regras de Ontologia são utilizadas como auxílio na descrição de informações com a finalidade de recuperação, extração e interpretação delas. Conforme El-Sappagh e Elmogy (2016, p. 32): «O conhecimento de domínio, na forma de regras e ontologia, pode ser usado para medir como uma consulta é semelhante a um caso anterior. Além disso, o grau de similaridade estima a quão adequada a solução anterior é para o problema atual»⁷.

No que se refere às tecnologias de IA aplicadas aos sistemas de informação, com fins de suporte às decisões, classificação, avaliação, acesso e segurança dos registros. As tecnologias que mais foram abordadas entre as 79 publicações podem ser visualizadas na Tabela 5, vale ressaltar que muitas publicações abordaram mais de uma tecnologia.

⁵ Tradução livre de: «We may be human, but the AI discussion has begun, and we all need to join in» (Rolan et al. 2019, p.18).

⁶ Tradução livre de: «Ontology, as an important knowledge description technique, has been widely applied in knowledge management and information discipline. It belongs to the scope of philosophy category and evolves to a new concept by integrating artificial intelligence (AI)» (Zhou et al. 2021, p. 3).

⁷ Tradução livre de: «Domain knowledge, in the form of rules and ontology, can be used to measure how a query is similar to a previous case. In addition, the degree of similarity estimates how suitable the previous solution is for the current problem» (El-Sappagh e Elmogy 2016, p. 32).

Tabela 5. Tecnologias de IA e complementares aplicadas na gestão documental

Tecnologia	N.º de ocorrências nas publicações	Conceito/Aplicação
<i>Machine Learning</i> (Aprendizado de Máquina)	40	«Machine Learning (ML) techniques have been widely used for extracting information from such large amount of data» (Bernardini et al. 2020, p. 2) Tradução livre: «As técnicas de aprendizado de máquina (ML) têm sido amplamente utilizadas para extrair informações de uma grande quantidade de dados» (Bernardini et al. 2020, p. 2)
<i>Natural Language Processing</i> (Processamento de Linguagem Natural)	23	«Natural language processing: This approach addresses the automatic computer interpretation of data contained in narrative text or plain text requiring a specific structure for processing it» (Muro et al. 2016, p. 132) Tradução livre: «Processamento de linguagem natural: Esta abordagem trata da interpretação automática por computador de dados contidos em um texto narrativo ou texto simples que requer uma estrutura específica para processá-lo» (Muro et al. 2016, p. 132)
<i>Deep Learning</i> (Aprendizagem Profunda)	13	«Deep learning is an artificial intelligence subdomain influenced by the structure of biological neurons connected in the brain. Deep learning helps to process the data and to identify hidden patterns for decision making. Deep learning models are multi-layered networks with the transformation between neurons in each layer. In the layered architecture of deep learning, upper layers extract the high-level features, and lower layers extract the lower level features» (Gupta, Sachdeva e Bhalla 2020, pp. 209-280) Tradução livre: «Aprendizagem profunda é um subdomínio de inteligência artificial influenciado pela estrutura dos neurônios biológicos conectados no cérebro. O aprendizado profundo ajuda a processar os dados e identificar padrões ocultos para a tomada de decisões. Modelos de aprendizado profundo são redes em várias camadas com a transformação entre neurônios em cada camada. Na arquitetura em camadas de aprendizado profundo, as camadas superiores extraem os recursos de alto nível e as camadas inferiores extraem os recursos de nível inferior» (Gupta, Sachdeva e Bhalla 2020, pp. 209-280)

Como se pode observar, a tecnologia de *Machine Learning* (ML) é a mais abordada e utilizada para a otimização, tanto para a extração como a análise de grande número de dados, bem como para a realização supervisionada e não supervisionada de determinadas funcionalidades em ambientes digitais. E, em casos de análises mais profundas, a *Deep Learning* (DL) é utilizada por meio de redes neurais de computador para a obtenção de resultados e combinações de dados mais precisas e compreensíveis para a formulação de conhecimentos que dão suporte a tomadas de decisões mais eficazes.

Aliado a isso, outra tecnologia usada e fundamental para o processamento das informações é o *Natural Language Processing* (NLP), que a partir da interpretação automática

por computador de dados permite a compreensão dos conteúdos textuais contidos em banco de dados de sistemas informatizados.

Para ilustrar como essas tecnologias são aplicadas na gestão de registros informacionais, e considerando que a maioria dos trabalhos (63) foram realizados na aplicação de tecnologias da IA em registros de saúde. É relevante e esclarecedor trazer as considerações da revisão sistemática realizada por membros da Organização Mundial de Saúde e Organização Regional de Saúde Europeia, quando analisaram artigos, também de revisão sistemática de literatura sobre o progresso tecnológico na otimização de sistemas de registro eletrônico de saúde — *Electronic Health Record* (EHR) e de registro pessoal de saúde — *Personal Health Record* (PHR):

*Os avanços tecnológicos podem melhorar a eficiência na implementação de sistemas EHR e PHR de várias maneiras. Técnicas de processamento de linguagem natural, seja com base em regras, aprendizado de máquina ou baseado em aprendizado profundo, podem extrair informações de narrativas clínicas e outros dados não estruturados bloqueados em EHRs e PHRs, permitindo a pesquisa secundária (ou seja, fenotipagem). Além disso, espera-se que EHRs e PHRs sejam os principais beneficiários da implementação da tecnologia blockchain em Sistemas de Informação em Saúde. Regulamentações de governança, falta de confiança, baixa escalabilidade, segurança, privacidade, baixo desempenho e alto custo continuam sendo os desafios mais críticos para a implementação dessas tecnologias (Negro-Calduch et al. 2021, p. 1)*⁸.

Sendo assim, essas discussões refletem sobre as potencialidades e benefícios das aplicações de tecnologias da IA em sistemas informatizados de saúde quando se refere à extração de informações clínicas, bem como chama a atenção para a superação dos entraves políticos, sociais e econômicos para a sua implementação a nível mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias da IA estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e das organizações. Com elas surgem soluções e benefícios nas mais diversas atividades humanas, contudo, isso deve ter delimitações e acompanhamento de profissionais pautados em aspectos teóricos e conceituais, bem como éticos de cada área dos saberes e fazeres humanos.

⁸ Tradução livre de: «Technological advancements can improve the efficiency in the implementation of EHR and PHR systems in numerous ways. Natural language processing techniques, either rule-based, machine-learning, or deep learning-based, can extract information from clinical narratives and other unstructured data locked in EHRs and PHRs, allowing secondary research (i.e., phenotyping). Moreover, EHRs and PHRs are expected to be the primary beneficiaries of the blockchain technology implementation on Health Information Systems. Governance regulations, lack of trust, poor scalability, security, privacy, low performance, and high cost remain the most critical challenges for implementing these technologies» (Negro-Calduch et al. 2021, p. 1).

No que se refere às áreas onde as tecnologias de IA são aplicadas em registros arquivísticos, pelo recorte temporal de 2016 a setembro/2021 nas bases de dados da LISTA, *Emerald* e *Scopus* pode-se verificar que a gestão de registros de saúde tem sido auxiliada com as potencialidades, principalmente de tecnologias como *machine learning*, *natural language processing* e *deep learning* na produção de conhecimento preditivo de dados clínicos para o tratamento e prevenção de doenças. Um aspecto que se deve mencionar é que essas iniciativas são de grupos de pesquisas isolados, ou seja, não se verificou na amostra coletada conexões entre eles, o que pode indicar a necessidade para o desenvolvimento de redes de estudos a respeito da aplicação de IA em registros eletrônicos de saúde, haja vista o relevante número de pesquisas identificadas na literatura.

No interesse desta pesquisa, no que tange ao gerenciamento de informações arquivísticas desde a produção, utilização e destinação — descarte ou guarda permanente de informações. Dos 79 estudos analisados, apenas 3 estudos abordam funções basilares da gestão documental: classificação, tramitação, avaliação de documentos, descrição e arquivamento.

Sobre fluxo documental que envolvem as funções de tramitação, avaliação, descrição e arquivamento, Hutchinson (2020) realizou um estudo que fornece uma visão geral dos esforços recentes relacionados ao processamento de linguagem natural (PNL) e aprendizado de máquina aplicado ao processamento de arquivos, particularmente avaliações e análises de sensibilidade, e propor requisitos funcionais e considerações de fluxo de trabalho para a transição do uso experimental para o operacional.

A respeito da avaliação documental, função essencial da arquivística, que proporciona racionalização aos arquivos no tocante aos descartes responsáveis de informações arquivísticas, contribuindo para a diminuição de massa documental desnecessária e que a cada dia ocupa milhares de *bytes* em ambientes digitais de armazenamento.

Nesse sentido, Makhoulf Shabou, Tièche, Knafou e Gaudinat (Makhoulf Shabou et al. 2020) desenvolveram uma pesquisa interdisciplinar na Escola de Administração de Empresas de Genebra e apoiada pelos Arquivos do Estado de Neuchâtel (Office des archives de l'État de Neuchâtel, OAEN) com o propósito de fornecer um *framework* e uma prova de conceito para um *software* que auxilie na tomada de decisões defensáveis sobre a retenção e descarte de registros e dados propostos à OAEN.

Como resultado dessa pesquisa, os autores demonstram a viabilidade de mensurar o valor dos dados e registros com um método reproduzível. A transferência e aplicabilidade da proposta de métricas desenvolvidas para o arquivamento e mineração de dados podem ser consideradas para outros tipos de dados. Uma adaptação deste método e suas métricas pode ser testada em dados de pesquisa, dados médicos ou dados bancários.

Por fim, outro estudo que traz muitas reflexões sobre aplicações de IA na gestão arquivística de documentos, inclusive este estudo foi citado por Hutchinson (2020) e

Makhlouf Shabou et al. (2020), é a contribuição de Rolan et al. (2019), que traz as seguintes inquietações:

- a) Onde está a IA ou automação para ajudar os trabalhos arquivísticos de classificação, avaliação e descarte?
- b) Como a IA pode automatizar o trabalho de arquivamento e manutenção de registros digitais?

Para tanto, os autores ao responder essas questões, fornecem uma breve introdução às técnicas de IA e suas características em relação ao trabalho de manutenção de registros. Em seguida, eles apresentam quatro estudos de caso de instituições de Arquivo e governamentais australianas que embarcaram em iniciativas de IA. Em cada caso, eles fornecem uma visão geral do projeto em termos de requisitos, atividades até o momento, resultados e ações futuras. O artigo conclui com uma discussão sobre as lições aprendidas, problemas e implicações da IA no arquivo. Dentre elas, merece destaque as seguintes conclusões:

- *Embora a IA prometa eficiência no suporte de avaliação digital, documentação e descarte, parece ser uma capacidade emergente e certamente não uma 'bala de prata' pronta para produção. No entanto, a IA chegou ao nosso campo e produzirá mudanças profundas em nossos ambientes de trabalho nos próximos anos (Rolan et al. 2019, p. 17)*⁹.
- *É importante notar que é necessário desenvolver uma compreensão sobre conceitos da IA dentro da profissão para garantir que as necessidades de gestão documental sejam atendidas no futuro (Rolan et al. 2019, p. 18)*¹⁰.
- *Os arquivistas precisam aproveitar a oportunidade apresentada pelo surgimento desse conjunto de novas tecnologias para explorar o potencial da IA e expor as realizações e aprendizados para a comunidade profissional mais ampla (Rolan et al. 2019, p. 18)*¹¹.

⁹ Tradução livre de: «While AI promises efficiencies in the support of digital appraisal, documentation and disposal, it appears to be an emerging capability and certainly not a production-ready 'silver bullet'. However, AI has arrived in our field and it will produce profound changes in our working environments in the years to come» (Rolan et al. 2019, p. 17).

¹⁰ Tradução livre de: «Importantly, it is apparent that there is a need to develop an understanding of AI concepts within the profession to ensure that recordkeeping needs are met into the future» (Rolan et al. 2019, p. 18).

¹¹ Tradução livre de: «Archivists need to take advantage of the opportunity presented by the emergence of this suite of new technologies to explore the potential of AI and to expose achievements and learnings to the broader professional community» (Rolan et al. 2019, p. 18).

- *Para a discussão sobre IA e gestão de documentos, precisamos estar informados e, de preferência, experientes em técnicas de IA, para neutralizar os argumentos tecnológicos de não-conformidade* (Rolan et al. 2019, p. 18)¹².
- *A fim de atender aos requisitos de documentação para nossos próprios registros — como os descritos na ISO 23081 — precisamos entender como implantar IA que contribui para a gestão de documentos. Nosso objetivo deve ser uma boa manutenção de registros e, para alcançá-la, devemos aprender novas tecnologias* (Rolan et al. 2019, p. 18)¹³.

Portanto, a revisão sistemática de literatura a respeito de aplicações de IA na gestão documental possibilitou uma visão geral dos últimos cinco anos de publicações que, revelaram o expressivo número de estudos sobre a otimização na extração de dados clínicos de registros eletrônicos de saúde por meio de tecnologias da inteligência artificial e a produção de conhecimento preditivo a respeito de determinadas doenças, tendo como maior veículo de indexação destes trabalhos a base de dados *Scopus*.

Como também, permitiu a visualização de estudos relevantes para a gestão de documentos, obtidos em maioria na base de dados *Emerald*, com ênfase na função de avaliação de registros informacionais, atividade técnica e conceitual inerente ao fazer arquivístico e de impactos imprescindíveis a manutenção de arquivos com valor probatório e informativo para a produção de novos conhecimentos.

Assim como, demonstrou as potencialidades das tecnologias da IA para a potencialização no tratamento de dados e informações sejam estruturadas ou não estruturadas das já mencionadas e descritas áreas da saúde e arquivologia, como também, de ontologia, *accountability* (auditoria), sistemas de informação pervasivos, megaprojeto, jurídica, diplomática e biblioteconomia. E por que não, afirmar sobre a aplicabilidade em todas as áreas que produzem e acumulam informações em ambiente digital.

Contudo, reafirma-se a necessidade de que, essas tecnologias sejam desenvolvidas e aperfeiçoadas de forma responsável e ética. Além de que, sejam estabelecidas redes de desenvolvimento científico para soluções de manutenção de registros arquivísticos auxiliados pelas tecnologias da IA que possam beneficiar o maior número de pessoas e instituições do mundo.

¹² Tradução livre de: «If we are to contribute to discussion about AI and recordkeeping we need to be informed and preferably experienced in AI techniques, to counteract technological arguments for non-compliance» (Rolan et al. 2019, p. 18).

¹³ Tradução livre de: «In order to meet the documentation requirements for our own records — such as those described in ISO 23081 — we will need to understand how to deploy AI that contributes to documentation of recordkeeping business. Our goal should be good recordkeeping and to achieve it we must move with and learn new technologies» (Rolan et al. 2019, p. 18).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á., 2013. O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação* [Em linha]. **19**(1), 1-30 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>.
- BERNARDINI, M., et al., 2020. Early temporal prediction of Type 2 Diabetes Risk Condition from a General Practitioner Electronic Health Record: A Multiple Instance Learning Boosting Approach. *Artificial Intelligence in Medicine* [Em linha]. **105** [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.artmed.2020.101847>.
- BUNN, J., 2020. Working in contexts for which transparency is important: A recordkeeping view of explainable artificial intelligence (XAI). *Records Management Journal* [Em linha]. **30**(2), 143-153 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-08-2019-0038>.
- CAROPRESE, L., et al., 2019. E. Deep learning techniques for electronic health record analysis. Em: *2018 9th International Conference on Information, Intelligence, Systems and Applications (IISA)* [Em linha]. Zakynthos: IEEE [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/IISA.2018.8633647>.
- EL-SAPPAGH, S., e M. M. ELMOGY, 2016. Medical case based reasoning frameworks: Current developments and future directions. *International Journal of Decision Support System Technology* [Em linha]. **8**(3), 31-62 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/IJDSST.2016070103>.
- GALVÃO, T. F., T. de S. A. PANSANI, e D. HARRAD, 2015. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [Em linha]. **24**(2), 335-342 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>.
- GIL, A. C., 2008. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA.
- GUPTA, V., S. SACHDEVA, e S. BHALLA, 2020. A Novel Deep Similarity Learning Approach to Electronic Health Records Data. *IEEE Access* [Em linha]. (8), 209278-209295 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ACCESS.2020.3037710>.
- HUTCHINSON, T., 2020. Natural language processing and machine learning as practical toolsets for archival processing. *Records Management Journal* [Em linha], **30**(2), 155-174 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2019-0055>.
- MAKHLOUF SHABOU, B., et al., 2020. Algorithmic methods to explore the automation of the appraisal of structured and unstructured digital data. *Records Management Journal* [Em linha]. **30**(2), 175-200 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2019-0049>.
- MASUDA, Y., et al., 2019. Clinical Decision-Support System with Electronic Health Record: Digitization of Research in Pharma. Em: Y. W. CHEN et al., eds. *Innovation in Medicine and Healthcare Systems, and Multimedia. Smart Innovation, Systems and Technologies*. Singapore: Springer, vol. 145, pp. 47-57 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-13-8566-7_5.
- MURO, N., et al., 2016. Experience-Based Electronic Health Records. *Cybernetics and Systems* [Em linha]. **47**(1-2), 126-139 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0196972.2.2016.1128774>.
- NEGRO-CALDUCH, E., et al., 2021. Technological progress in electronic health record system optimization: Systematic review of systematic literature reviews. *International Journal of Medical Informatics* [Em linha]. (152) [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ij-medinf.2021.104507>.
- NEVES, B. C., 2020. Sistemas e experiências de inteligência artificial da ciência da informação e ciências da saúde. *Revista Fontes Documentais*. (3), 504-511.
- RICHARDSON, R. J., 2012. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ª ed., 14 reimpr. São Paulo: Editora Atlas SA.

- ROLAN, G., et al., 2019. More human than human? Artificial intelligence in the archive. *Archives & Manuscripts*. 47(2), 179-203.
- SILVA, E. L. da, e E. M. MENEZES, 2001. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3.^a ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.
- ZHOU, F., et al., 2021. Knowledge management practice of medical cloud logistics industry: Transportation resource semantic discovery based on ontology modelling. *Journal of Intellectual Capital* [Em linha]. 22(2), 360-383 [consult. 2023-11-16]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2020-0072>.

A VISÃO SISTÊMICA E A ABORDAGEM HOLÍSTICA DA INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LOCAL AO CIDADÃO (SILC) NO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE*

NATÉRCIA MARIA LOPES DA CONCEIÇÃO**
MARIA BEATRIZ MARQUES***

INTRODUÇÃO

Cada vez mais disponível nos mais diversos meios e suportes, a informação é uma ferramenta poderosa e transformadora, fundamental para a formação de uma comunidade cívica e democraticamente ativa e participativa. No entanto, e ainda que facilmente acessível, e porque quantidade não é sinónimo de qualidade, urge investir nos serviços informacionais, no sentido de estes disponibilizarem informação de uma forma responsável, fíável e célere à comunidade que servem.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a proposta de um Serviço de Informação Local ao Cidadão (SILC) a implementar no Município de Cantanhede. Pretende-se, pois, compreender o SILC, a sua estrutura e dinâmica de funcionamento, bem como os serviços de informação do município de Cantanhede, parte integrante do serviço a desenvolver.

Feita uma caracterização do Município, abordam-se os serviços de informação municipais, uma vez que se pretende um «serviço aglutinador» da Informação dispersa pelos diversos serviços de informação municipais.

Depois de se definir e determinar os objetivos do SILC, aborda-se a pertinência do mesmo, um serviço com características amplas e integradoras cujo foco é a cooperação e colaboração entre serviços, não desvirtuando a essência dos mesmos.

Procede-se à delineação do SILC, com a inevitável definição do funcionamento do serviço, apontando especificidades como o local, o horário, os recursos humanos e os

* Artigo retirado da Dissertação de Mestrado *Serviço de Informação Local ao Cidadão: estudo de caso do município de Cantanhede*, defendida em dezembro de 2021, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Doutora Maria Beatriz Marques, coautora (Conceição 2021).

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Câmara Municipal de Cantanhede; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9150-5714>; Email: natercialopes.21@gmail.com.

*** Universidade de Coimbra; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0088-0429>; Email: beatrizmarques35@gmail.com.

recursos técnicos e tecnológicos. Por fim, desenvolve-se uma análise SWOT¹ do mesmo, em que são apontados os pontos fortes e fracos do serviço, internos e externos, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca desta valência, e tentar suprir eventuais dificuldades.

1. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, o presente estudo tem por base a pesquisa documental que, pelo seu caráter: 1. exploratório – definiu o quê?, o como? e o porquê? do estudo de caso; 2. descritivo – permitiu a apresentação das características, funções e análise do objeto de estudo; e 3. explicativo – facilitou a conexão das ideias, identificando as causas e os efeitos, o que levou à compreensão das forças e das fraquezas de um Serviço de Informação Local ao Cidadão (SILC).

Da metodologia consta a abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Os dados quantitativos comprovaram os números relativamente ao uso dos serviços existentes, enquanto os dados qualitativos permitiram compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas. As técnicas usadas foram a revisão da literatura recorrendo à pesquisa documental e bibliográfica de âmbito predefinido, adequado ao tema e aos objetivos do estudo.

Começou-se por um estudo aprofundado da realidade do Município de Cantanhede, no que se refere aos serviços de informação, no sentido de conhecer a sua estrutura e funcionamento, por forma a aferir a necessidade e exequibilidade de implantação de um serviço aglutinador dos mesmos, um SILC. Este estudo assentou essencialmente em visitas aos serviços, na sequência das quais ocorreram entrevistas não estruturadas, cujas questões abertas foram direcionadas aos responsáveis. Em cada visita efetuada recolheu-se informação sobre o serviço, seu funcionamento e especificidades, tendo as questões surgido de forma espontânea e contextualizada. É importante referir que a opção pela técnica de análise SWOT (FOFA: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) de cada um dos serviços, permitiu identificar os fatores internos e externos favoráveis e desfavoráveis aos objetivos da proposta de criação do SILC.

A abordagem aos Serviços de Informação Local ao Cidadão assenta num trabalho teórico, tendo sido feita uma pesquisa acurada em páginas de referência *online* incon-

¹ A análise SWOT é uma ferramenta estratégica que permite avaliar um conjunto de fatores, internos e externos, e em que medida estes são ou não favoráveis para que possa identificar a sua vantagem competitiva e, desta forma, alcançar os seus objetivos no mercado/comunidade em que se insere. Esta análise consiste numa «avaliação das fraquezas e forças internas, e das ameaças e oportunidades externas, da organização. Pretende-se eliminar ou minorar as fraquezas, reforçar as forças e aproveitá-las, controlar ou afastar as ameaças, e aproveitar as oportunidades que se apresentam» (Carvalho 2009, p. 205). Quanto aos fatores em análise, os internos, as Forças (*Strengths*) e as Fraquezas (*Weaknesses*), são passíveis de serem controlados pela organização, ao contrário dos externos, as Oportunidades (*Opportunities*) e as Ameaças (*Threats*), que transcendem o domínio da instituição.

tornáveis da área, tais como a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), IFLA e UNESCO. Fez-se um estudo detalhado dos serviços de informação municipais que culminou com a apresentação de propostas concretas no que respeita à implementação do SILC, tendo por base as recomendações da IFLA e da UNESCO.

O estudo agora apresentado representa uma valiosa ferramenta no que se refere aos serviços de informação de uma forma geral, e aos Serviços de Informação Local ao Cidadão em particular, constituindo um contributo para a academia e para os serviços municipalizados de cidades similares.

2. MUNICÍPIO DE CANTANHEDE E RESPETIVOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Para que se preste um serviço de qualidade e que vá ao encontro das necessidades informacionais, culturais, educativas, etc. dos utilizadores, é fundamental ter conhecimento da comunidade em que o serviço se insere. Neste sentido, reveste-se da maior importância um conhecimento das características sociais, económicas e demográficas da mesma, o que poderá ser aferido «através da análise de indicadores como número de habitantes, população em idade escolar, percentagem da população por faixa etária, sexo e nível de escolarização, taxa de desemprego, atividades económicas predominantes» (Almeida e Marques 2015, p. 99). O resultado desta análise constituirá a base para «determinar el carácter del servicio y el tipo de información que ofrecerá para satisfacer esas necesidades» (UNESCO 1988).

Relativamente à população residente no concelho de Cantanhede, os resultados provisórios dos Censos 2021 apontam para 34 217 habitantes, dos quais 16 151 são do sexo masculino e 18 066 do sexo feminino². Quanto à idade da população, e considerando a mesma fonte de informação, dos 34 217 habitantes do município, 3874 têm idade igual ou inferior a 14 anos, 19 969 são pessoas ativas, entre os 15 e os 64 anos, e 10 374 são idosos.

No que concerne à escolaridade, os dados dos Censos 2021 revelam uma população de nível mediano, concentrando-se a porção maior no ensino básico, estando os restantes níveis de escolaridade equilibrados. Estes valores traduzem, pois, uma comunidade com necessidades evidentes de formação e informação. Relativamente à atividade económica predominante, o setor de atividade com mais pessoal ao serviço é a indústria transformadora³, sendo o seu vencimento médio de 957,80€ (PORDATA [s.d.]a). O desemprego, embora com tendência descendente desde 2013, subiu ligeiramente no último

² De referir que, comparativamente com os Censos de 2011 se verificou um ligeiro decréscimo da população residente, em que o valor registado foi 36 595.

³ Indústria alimentar, do vestuário, de couro e seus produtos, madeira e cortiça, impressão, fabrico de têxteis, de mobiliário e reparação de máquinas, entre outros.

ano, em 2020 a média diária de inscritos nos centros de emprego foi de 875, o que pode ser reflexo da pandemia que se instalou e tão severamente afetou todos os setores de atividade.

Numa análise sumária dos dados apresentados, e no sentido de se avaliar a população alvo do SILC, pode concluir-se que o concelho de Cantanhede tem uma população jovem e, no que respeita ao sexo, equilibrada, verificando-se uma ligeira predominância do sexo feminino. Também do ponto de vista económico trata-se de uma população equilibrada, com um nível de vida médio.

No que se refere aos cidadãos estrangeiros a residir no concelho, estes são 721 e de diversas origens, sendo que 43% dos mesmos são oriundos do Brasil (PORDATA [s.d.]b). O facto de existir uma comunidade vasta de cidadãos de origem brasileira, revela-se bastante vantajoso uma vez que não se verifica a barreira linguística, o que facilita substancialmente a comunicação e a interpretação da informação, diminuindo eventuais atritos. Relativamente aos cidadãos provenientes de outros países, estes são de facto uma minoria, que será tratada com todo o cuidado e respeito pelos serviços, fazendo estes o que estiver ao seu alcance no sentido de suprir qualquer lacuna ou dificuldade que os mesmos sintam.

O Município de Cantanhede dispõe de vários equipamentos culturais, como a Biblioteca Municipal e o Museu da Pedra, instituições que se revelam fundamentais para a dinamização do concelho ao nível artístico, cultural, social, económico e educativo, sendo hoje, para além de repositórios da memória histórica, células vivas da atividade cultural e da transformação social. Trata-se de estruturas privilegiadas para o fortalecimento da identidade territorial, que têm agido no sentido de fortalecer vínculos com outras, educativas e científicas, gerando benefícios organizacionais, interorganizacionais e territoriais.

Considera-se que o saber e a disseminação da informação e do conhecimento são uma componente indissociável do desenvolvimento, pelo que, se julga fundamental a existência de uma articulação integrada entre os diversos equipamentos culturais, as entidades formais da difusão do saber (escolas, universidades, etc.) e outras instituições e Unidades de I&D⁴. É, pois, indiscutível a importância de uma gestão dos sistemas de informação integrada e transversal a toda a organização, visto serem uma ferramenta indispensável para a formação e racionalização das decisões públicas, para a eficiência e eficácia do serviço, para a prossecução dos seus objetivos e da sua missão, e, consequentemente, para a satisfação dos cidadãos.

⁴ Instituições de investigação, públicas ou privadas sem fins lucrativos, que se dedicam à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico.

a) Secção de Expediente e Arquivo (SEA)⁵

No cumprimento do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, segundo o qual «compete ao Estado promover a inventariação do património arquivístico e apoiar a organização dos arquivos, qualquer que seja a sua natureza, bem como garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida por entidades públicas» (Portugal. Leis, decretos, etc. 1993, p. 264), o Município de Cantanhede dispõe de um arquivo administrativo, inserido na Secção de Expediente e Arquivo.

O referido arquivo está organizado numa perspetiva tradicional, de acordo com a teoria das 3 idades, dividido em arquivo corrente, intermédio e definitivo, sendo que, enquanto o corrente e o intermédio se encontram no edifício central da Câmara Municipal⁶ o arquivo definitivo, ou histórico, localiza-se nos estaleiros do município.

Este serviço dispõe de um fundo composto por atas de reuniões de Câmara que remontam ao ano de 1890, superficial e arcaicamente tratadas, no que se refere aos elementos de acesso à informação⁷, sendo alvo de um registo com os elementos básicos só para controlo, o suficiente para a parca utilização da mesma.

De acordo com o proclamado na *Declaração Universal dos Arquivos, da então Direcção-Geral de Arquivos*, de 2011, é reconhecido «o papel essencial dos arquivos para garantir uma gestão eficaz, responsável e transparente, para proteger os direitos dos cidadãos, assegurar a memória individual e coletiva, e para compreender o passado, documentar o presente com vista a orientar o futuro» (DGARQ 2011, p. 2).

b) Biblioteca (BMC)

Parafraseando o *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*, da DGLAB, datado de 2009, «uma biblioteca pública com um alto nível de utilização dará um contributo significativo para a vitalidade da zona urbana em que se insere e constituirá um importante centro de encontro, de autoformação e de sociabilidade» (DGLAB 2009). Neste sentido, e com o objetivo de medir o impacto da BMC na comunidade em que se insere, fez-se um paralelo entre o número de habitantes do concelho e os inscritos na BMC, e verificou-se que a percentagem destes últimos é 25%⁸ o que espelha um baixo impacto deste serviço, sendo este facto, normalmente, indicador de falta de investimento por parte da tutela. Importa salientar, no entanto, que muitos utilizadores não são contabilizados por não estarem inscritos na mesma, uma vez que a inscrição só é indispensável para usufruto do serviço de empréstimo domiciliário, os clientes podem usufruir de todo o conjunto de ofertas sem que estejam inscritos na biblioteca. Isto significa que, ainda que, teoricamen-

⁵ Colaboração da Técnica Superior de Arquivo do Município, Dra. Rute Gregório.

⁶ O Arquivo do Urbanismo e Taxas e licenças encontra-se igualmente nas instalações dos Estaleiros Municipais.

⁷ Os pontos de acesso para a recuperação da informação são o número de registo e a data.

⁸ 8689 inscritos para 34 217, dados de 28 de setembro de 2022.

te, o impacto da biblioteca seja baixo, uma vez que tem por base o número de inscrições, na realidade, a sua média diária de 174 utilizadores⁹ contraria este dado.

Ciente de que «a visão tradicional do mundo das bibliotecas, com o utilizador à porta e o bibliotecário no seu gabinete, tem de ser reequacionada» (Marques 2012, p. 289), a BMC apresenta, além dos normais serviços de empréstimo e consulta presencial de documentação e acesso à *Internet*, um diversificado leque de atividades, no sentido de chamar a si os utilizadores, reais e potenciais. Este serviço disponibiliza uma oferta abrangente e descentralizada, que inclui uma biblioteca itinerante, uma biblioteca de praia e uma biblioteca no hospital, num claro esforço de facilitar o acesso à informação ao maior número possível de utilizadores, em harmonia com o preconizado no *Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas* (UNESCO e IFLA 1994), que defende que «os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos».

c) Museu¹⁰

Parafraseando a Chefe de Divisão da Cultura: «as coleções museológicas são importantes recursos de conhecimento e informação, e são o cerne a partir do qual todas as outras funções do Museu se desenvolvem». O Município de Cantanhede dispõe de diferentes espaços museológicos distintos e independentes, a saber: Museu da Pedra, Museu LOAD-ZX Spectrum, Museu de Arte e Colecionismo de Cantanhede e Centro de Interpretação de Arte Xávega. Verificou-se recentemente uma unificação destes diferentes espaços culturais, o que se revela um forte contributo para o desenvolvimento cultural do concelho.

O Município adquiriu recentemente um programa de inventário informatizado, o *Index Rerum*, que possibilita a adoção de procedimentos normalizados que permitam a gestão da coleção e fundo documental, o cumprimento da missão de estudo, documentação e valorização do acervo museológico; a utilização de instrumentos, métodos, práticas e linguagens normalizados e a recuperação da informação.

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LOCAL AO CIDADÃO

A consciencialização da necessidade de um serviço de informação à comunidade surgiu no século XIX em Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo começado a atuar já no século XX, em plena Segunda Guerra Mundial, em Inglaterra, com o objetivo de «ajudar as pessoas através do fornecimento de informações relativas a questões ligadas a problemas ou situações relacionadas com a guerra, tais como, informações sobre parentes desaparecidos, senhas de racionamento alimentar, habitação» (Almeida e Marques 2015, p. 3), entre outros. Trata-se dos denominados «*Citizens Advice Bureau* (CAB), uma organização

⁹ Valores relativos ao primeiro semestre de 2022. Este número refere-se aos utilizadores que entram na BMC.

¹⁰ Toda a informação relativa a este serviço foi prestada pela Chefe de Divisão da Cultura, Dra. Maria Carlos Pêgo.

social, sem fins lucrativos, criada em 1939 com o apoio do governo» (Almeida e Marques 2015, p. 3).

Na década de 1970 surge, nos Estados Unidos, um modelo inspirado nos CAB, mas sediado nas bibliotecas públicas, com o intuito de «fazer, através das bibliotecas, a ponte entre o utilizador do serviço e a entidade ou serviço que seria mais adequado para ajudar a solucionar determinada questão ou problema» (Almeida e Marques 2015, p. 3).

De acordo com a Unesco (1988), o Serviço de Informação à Comunidade

es aquel que ofrece a individuos y grupos de una comunidad dada, la información, orientación, y asistencia que les facilite el conocimiento y acceso a los servicios y recursos disponibles, y que les permita optar, decidir y actuar, para la solución de sus problemas y necesidades de la vida diaria, incorporarse a la dinámica social y hacer efectiva su participación en los procesos democráticos (UNESCO 1988, p. 10).

A sociedade global em que vivemos atualmente, resultado de profundas e multifacetadas alterações registadas a partir dos últimos anos do século passado, fortemente marcada pelo aumento exponencial do volume de informação produzida, é constituída por organizações diversas que têm como função a guarda e gestão da referida informação, mais concretamente os arquivos, as bibliotecas e os museus.

Yarrow, Clubb e Draper (2009), apresentam um trabalho, patrocinado pela IFLA, cujo objetivo é «documentar las tendencias para una mayor cooperación y colaboración entre las bibliotecas públicas, museos y archivos, particularmente a nivel local municipal», em que se identificam

maneras en las que bibliotecas públicas, museos y archivos pueden: proporcionar apoyo al aprendizaje continuo y el desarrollo de la comunidad, trabajar juntos en una variedad de iniciativas culturales y económicas, permitir acceso universal a la información, conservar materiales del patrimonio, dirigirse a un nuevo público y mejorar los servicios centrales (Yarrow, Clubb e Draper 2009, p. 6).

De acordo com os autores, «Las bibliotecas, museos y archivos pertenecen al corazón de la vida de las personas y aportan placer y inspiración, valores culturales, aprendizaje, prosperidad económica y equidad social» (Yarrow, Clubb e Draper 2009, p. 6).

As bibliotecas, assim como as galerias, os arquivos e os museus, também designados com o acrónimo GLAM, são «cultural institutions with a mission to provide access to knowledge. GLAMs collect and maintain cultural heritage materials in the public interest» (Wikipédia 2020).

Detentores de um papel fundamental e privilegiado numa sociedade em que a informação e o conhecimento constituem instrumentos fundamentais para o bem-estar e

para a formação de cidadãos informados e socialmente ativos e responsáveis «las bibliotecas, archivos y museos apoyan y aumentan oportunidades de aprendizaje para toda la vida, conservan el patrimonio de la comunidad y protegen y proporcionan acceso a la información» (Yarrow, Clubb e Draper 2009, p. 5), o que, inevitavelmente, se traduzirá em desenvolvimento e progresso. Estes serviços, que têm «desde a sua génese, como prioridades, a memória, a educação e a instrução de cidadãos» (Marques e Vicente, 2015 p. 6), são orientados por objetivos, missão e valores que confluem no sentido de permitir aos cidadãos, de uma forma geral, a possibilidade de aceder, processar e produzir informação, seja para uso pessoal ou profissional, uma vez que têm a seu cargo a custódia do património cultural e a partilha desta responsabilidade.

No sentido em que, por um lado, «las instituciones examinadas tienen objetivos parecidos o que comparten, provocando que sean socios ideales para crear colaboraciones conjuntas» (Yarrow, Clubb e Draper 2009, p. 4), e, por outro lado, «a informação dispersa pelos vários serviços não constitui inteligência» (Marques 2012, p. 156), afigura-se vantajosa a criação de serviços que concentrem em si a possibilidade de aceder à mais variada informação, nos mais diversos suportes, ao nível da administração local.

«Uma das consequências imediatas da globalização é o pensar globalmente e atuar localmente» (Marques e Vicente 2015, p. 3), dito isto, a operacionalização de uma gestão integrada dos serviços tradicionalmente apontados como instituições de memória — as bibliotecas, os arquivos e os museus — normalmente afetos ao poder local, permite a reorganização e a racionalização de toda a informação dispersa, que permite uma maximização de recursos e, simultaneamente, uma diminuição dos custos associados e uma gestão integrada da informação, física ou virtual, disponível de e sobre o município.

Segundo Marques e Vicente (2015),

o SILC poderá ser uma ferramenta da Cultura ao serviço do município num claro respeito pelas instituições existentes, espera-se, sobretudo, um espírito de colaboração entre os vários domínios, que desemboque num espaço de convergência e complementaridade, à imagem de uma inteligência coletiva organizacional que deve ser incentivada (Marques e Vicente 2015, p. 13).

Trata-se, no fundo, de um serviço concebido à luz da vigente conceção holística e pós-custodial da informação, que valoriza o conteúdo e não a forma desta, e visa o estabelecimento de uma colaboração entre os serviços municipais que versam a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia, disciplinas que partilham o mesmo objeto — a informação —, e objetivo — ampliar o conhecimento —, não alterando ou desvirtuando, no entanto, a realidade existente. «Este serviço deverá possuir características amplas e integradoras, não se restringindo a uma tipologia organizacional, mas concentrando toda

a informação necessária para a satisfação das necessidades de informação dos cidadãos de um determinado município» (Marques 2012, p. 157).

Considera-se altamente rentável a partilha de conhecimentos, competências, metodologias, técnicas e recursos destas instituições, permitindo aos cidadãos o acesso facilitado à informação, e salvaguardando sempre a independência e autonomia dos serviços em causa, realidade abordada numa adenda ao *Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas*¹¹, de 1994 (UNESCO e IFLA, 1994), como refere Marques (2012):

A visão das BP como um Serviço de Informação Local aos cidadãos — SILC, com características amplas e integradoras, é sustentada por esta adenda ao Manifesto que introduz o conceito de Biblioteca combinada, fazendo da BP um espaço cultural comunitário que extravasa a fronteira artificial dos espaços físicos de conhecimento e no qual coexistam os papéis de Biblioteca, Arquivo, Museu e centro de cultura, apelando a uma sabedoria global — World Wide Wisdom — favorecida pelo bibliotecário, enquanto educador e formador da comunidade para um diálogo interpessoal e intercultural (Marques 2012, p. 50).

As referidas recomendações adicionais da Unesco (IFLA 2009), defendem o desenvolvimento e valorização das competências dos profissionais das bibliotecas, com particular enfoque ao nível das tecnologias, sugerem a inovação e defendem uma postura arrojada, através da criação de «bibliotecas públicas enquanto armazéns culturais — o ambiente “vivo” a par do ambiente “registado” — arquivos, museus, bibliotecas e cultura combinados: a “biblioteca combinada”» (IFLA 2009).

Os Serviços de Informação Local ao Cidadão são um projeto colaborativo ao mais elevado nível, que «procuram responder às necessidades de uma determinada comunidade. Através destes serviços os cidadãos podem esclarecer dúvidas ou preencher lacunas de informação acerca de assuntos que interferem diretamente com o seu quotidiano» (Almeida e Marques 2015, p. 2). Este serviço permite aceder a um vasto, rico e diversificado espólio informacional, fisicamente distribuído por diversos serviços, sem que estes percam a sua identidade, apanágio do paradigma pós-custodial vigente.

¹¹ Recomendações emanadas pela *Secção de Bibliotecas Públicas da IFLA*, em 2009, para complementar o *Manifesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*, face à necessidade de as bibliotecas adaptarem os seus serviços, em pleno século XXI, em consonância com toda a tecnologia desenvolvida depois de 1994.

4. A CRIAÇÃO DE UM SILC NO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

O SILC pretende concentrar informação, particularmente relacionada com o concelho de Cantanhede, e existente nos diferentes serviços informacionais, a Biblioteca, o Arquivo e o Museu. Qualquer destes serviços de informação tem no seu espólio a mais diversa documentação sobre um leque bastante abrangente de temas relacionados com o município. O objetivo é fazer confluir a informação dos diferentes intervenientes num mesmo serviço, de forma virtual, e disponibilizá-la aos seus utilizadores, não desprestigiando o serviço detentor da informação ou documento desejado.

Relativamente à cobertura do serviço, este será local¹², uma vez que funcionará de forma isolada, no entanto, apesar de ser desenhado e se destinar à comunidade em que se insere, sendo esta o seu objeto, pretende dar resposta a todos os cidadãos que a ele se dirijam, presencial ou remotamente, independentemente da sua proveniência, com o intuito de ver esclarecida alguma dúvida, curiosidade ou necessidade.

Assume-se, como ponto de partida, que os serviços integrantes do SILC serão os serviços de informação municipais, ou seja, o Arquivo, a Biblioteca e o Museu, de qualquer forma, não se exclui qualquer colaboração ou parceria que se considere pertinente com qualquer outro serviço, municipal ou não. O serviço atenderá igualmente eventuais solicitações relativas a outros setores, como o Turismo, a Proteção Civil, o Desporto ou a Educação, entre outros.

Qualquer solicitação de informação será alvo de tratamento cuidado e rigoroso no sentido de satisfazer os utentes do SILC, seja a informação solicitada da incumbência dos serviços municipais, ou não, daí a pertinência de eventuais parcerias também com entidades externas, como os Agrupamentos de Escolas, a Fábrica da Igreja, o Clube de Futebol ou o Rancho Folclórico. A oferta poderá alargar-se e dar cobertura às mais diversas necessidades informacionais, como transportes, restauração, feiras ou alojamento.

A «tendência mais marcante, resultante da explosão de informação ocorrida, sobretudo a partir da última década do século passado, é a da segmentação dos SIC que pode ocorrer de duas formas: segmentação temática ou segmentação do público-alvo» (Almeida e Marques 2015, p. 4), no entanto, não se considera que seja uma mais-valia para o serviço que se pretende desenvolver. Pretende-se que o SILC do Município de Cantanhede tenha uma vertente presencial e não presencial. Embora se privilegie o digital, e se considere a possibilidade de, numa primeira fase, esta ser exclusiva, julga-se importante uma aposta na fisicalidade do serviço, não só, mas também por uma questão de afirmação junto da comunidade. Trata-se de um serviço inovador e com muito pouca expressão no nosso país, inserido numa comunidade relativamente pequena, e embora

¹² Serviço central — estende-se em rede e funciona como polo central da mesma; serviço local — cobertura restrita a uma área geográfica; isolado ou ponto de uma rede (UNESCO 1988, p. 14)

os seus destinatários não sejam apenas os munícipes (muito pelo contrário!), o seu público-alvo não terá uma dimensão ou heterogeneidade que justifique a sua segmentação. O mesmo se passa em relação à segmentação temática, considerando-se mais vantajoso o desenvolvimento de um serviço mais abrangente, com uma oferta diversificada e sem restrições temáticas, indo ao encontro das necessidades de todos os utilizadores, reais e potenciais. De qualquer forma, não se exclui à partida, uma futura segmentação, se a realidade do serviço assim o designar.

Relativamente à componente física, o serviço necessita de, pelo menos, um gabinete e/ou balcão de atendimento (sendo 2 gabinetes o ideal), diretamente acessível por parte dos utilizadores. Virtualmente, pretende-se que o serviço tenha uma forte presença nas redes sociais, no *site* do Município, onde constará uma contextualização acerca do serviço e uma plataforma onde será possível consultar os conteúdos do mesmo, bem como, se o utilizador assim o desejar, enviar o seu pedido para que o mesmo possa ser processado pelos serviços. Relativamente à componente não presencial, o utente pode requerer os serviços através da plataforma, pelas redes sociais, via telefónica ou por *email*.

De salientar ainda que a prestação do serviço será inteiramente gratuita, sendo apenas sujeito a pagamento o eventual fornecimento de impressões ou fotocópias.

Um outro ponto que importa realçar é o controlo estatístico, com indicadores relativos aos utilizadores e à informação em si. O serviço deverá desenvolver uma classificação geral para a informação, não necessariamente muito complexa, que permita um conhecimento aprofundado das necessidades informacionais. A recolha de indicadores relativos aos utilizadores vai permitir que se saiba a quem se dirige o trabalho da instituição, para, desta forma, poder aperfeiçoá-lo. Estes procedimentos serão largamente facilitados pela tecnologia, sendo que o *software* deve, por si, fazer as operações estatísticas. Neste sentido, é muito importante uniformizar os procedimentos para que todas as solicitações e respetivas satisfações sejam registadas informaticamente, por forma a evitar falhas estatísticas.

Propõe-se que, numa primeira fase, se realizem reuniões trimestrais para avaliação do serviço, revisão de procedimentos e definição de metas, sendo que, quando se considerar seguro e conveniente, estas reuniões poderão passar a ser semestrais ou mesmo anuais.

Importa referir e reforçar a não obrigatoriedade de existência de um espaço físico, no entanto, e como foi já referido, considera-se que a fisicalidade do mesmo será uma mais-valia, considerando-se desejável que assim seja. Esta questão reveste-se da maior importância, uma vez que se pretende um serviço abrangente em termos de população e, apesar de ser uma minoria, continua a haver pessoas que não dominam as tecnologias e para quem o facto de haver um local onde se possam deslocar, pode fazer toda a diferença.

A localização ideal para um serviço desta natureza é a Biblioteca Municipal, visto esta instituição ser tradicionalmente prestadora de serviços informacionais, ao contrário

do Arquivo ou do Museu. De qualquer forma, convém salvaguardar que o SILC funciona de forma autónoma, do ponto de vista orgânico não dependente de qualquer dos serviços que «representa», sendo, antes, transversal a estes e outros que se considere pertinente.

De acordo com orientações da UNESCO (1988, p. 16), «quando el servicio se va ofrecer en una biblioteca, es necesario seleccionar un espacio de fácil acceso y, preferiblemente cercano a la entrada». Como foi já referido, do ponto de vista físico, serviço terá uma sala ou um balcão de apoio, localizado na Biblioteca Municipal, e, embora não seja muito exigente em termos de espaço físico, visto tratar-se apenas de uma plataforma de acesso à documentação/informação, que não prevê a existência física da mesma, há alguns pontos a não descurar. Fundamental, como já referido, é a centralidade e a acessibilidade do espaço. Outro aspeto muito importante é a boa sinalização, para que seja facilmente identificável por parte dos utentes, sendo desejável que também o horário de funcionamento (e atendimento, caso não sejam coincidentes) esteja bem visível. O espaço deve ter ventilação e iluminação, em conformidade com as normas de higiene e segurança no trabalho. Outro ponto a ter em conta é a funcionalidade do espaço que, não tendo de ser muito grande, deve garantir o bom funcionamento do mesmo, e salvaguardar o conforto dos profissionais. Por último, mas não menos importante, é fundamental acautelar a eventual necessidade de haver questões delicadas ou pessoais que impliquem alguma privacidade, sendo conveniente prever um espaço reservado para estas situações.

Em termos de recursos humanos, numa fase inicial não se julga necessário constituir uma equipa muito complexa. Futuramente, o movimento do serviço ditará a necessidade de aumentar a equipa, inicialmente, e para que o serviço funcione sem constrangimentos, julga-se que duas pessoas, forçosamente com formação na área da CI, serão suficientes. O perfil do pessoal afeto a esta valência é de extrema importância, sendo desejável, de acordo com a UNESCO (1988, p. 198), que os profissionais que desempenham estas funções demonstrem sensibilidade, conhecimentos, respeito, curiosidade e interesse, quer relativamente à componente técnica e profissional do serviço, quer no que respeita à comunidade e a cada cliente do serviço em particular.

Além dos profissionais afetos ao SILC, e porque este serviço é um exemplo inestimável de cooperação, é fundamental não descurar a importância da colaboração entre os diversos serviços do Município. Num serviço desta natureza, com uma componente digital tão acentuada, será sempre necessário o apoio dos técnicos de Informática, de uma forma mais acentuada antes mesmo do serviço estar a funcionar, no sentido de desenvolver o *software* necessário para a prossecução do projeto. Futuramente, em termos de normal funcionamento, e uma vez que o Município dispõe de uma equipa que apoia os diferentes serviços, não se considera imperativo que haja um profissional desta área destacado a

tempo inteiro para esta valência, mas considera-se desejável que esta fique adstrita a um só profissional, que seja sempre o mesmo a colaborar com o SILC.

O apoio do Gabinete de Comunicação e Design terá um papel crucial desde o início do projeto, não só no sentido de se fazer uma boa divulgação, bem como para o desenvolvimento de uma imagem gráfica que identifique o SILC. De reforçar também a necessidade da valiosa colaboração do Gabinete Jurídico na definição das normas de funcionamento e/ou regulamento, política de proteção de dados ou qualquer outra questão suscetível de levantar questões de foro jurídico.

Como foi já referido, o SILC será um serviço aglutinador dos diferentes serviços de informação do Município — Arquivo, Biblioteca e Museu. É suposto que os serviços referenciados tenham a sua documentação devidamente tratada do ponto de vista técnico, e disponível a profissionais e utilizadores. Para que a recuperação da documentação seja possível, considera-se fundamental a uniformização de procedimentos entre os serviços abrangidos por esta valência emergente. Neste sentido, será fundamental desenvolver uma classificação geral para a informação, preferencialmente em articulação com todos os serviços de informação que fazem parte deste projeto, a fim de se abranger um leque diversificado de temas. Esta classificação não carece de grande complexidade ou profundidade, trata-se de grandes temas como História, Arte, Costumes e tradições, Arquitetura, Etnografia, Gastronomia ou Agricultura, sendo certo que será alvo de revisão sempre que se justifique. Convém salvaguardar que esta não pretende limitar a oferta, constituindo apenas uma ferramenta de trabalho que funciona como ponto de partida no sentido de facilitar o controlo estatístico.

Do ponto de vista tecnológico, é necessária a criação de um *software* que faça a «ligação» entre todos os programas utilizados pelos diferentes serviços, sem problemas de interoperabilidade, que permita o acesso às diversas plataformas (Arquivo, Biblioteca e Museu), a fim de obter resultados tão completos quanto possível. Como foi já referido, a documentação relativa aos serviços participantes estará digitalmente disponível, sendo função do *software* a desenvolver que este percorra as diferentes plataformas e dê uma resposta o mais precisa e pertinente possível. O *software* estará disponível no *site* da Câmara Municipal e em outras plataformas digitais onde o Município marca presença, como *Facebook*, *Instagram* ou *Twitter*.

O programa desenvolvido deverá ter uma interface amigável e apelativa e ser prático e intuitivo, por forma a poder ser usado de forma remota e independente por parte dos utilizadores que assim o desejem. O *software* deve ter alguns campos de preenchimento obrigatório aquando da solicitação, como o sexo, a idade (por exemplo, <14, 15-64, >65 anos¹³) e a localidade (colocando o código postal completo o programa deteta identifica a localidade), informações que garantem um conhecimento satisfató-

¹³ Classificação adotada pelo INE (Instituto Nacional de Estatística).

rio relativamente aos utilizadores que procuram o serviço em causa, que permitirá ao SILC a estruturação e o direccionamento da sua oferta. O utilizador deve ainda indicar a forma preferencial de contacto e indicar o mesmo (número de telefone ou endereço eletrónico). Para o processamento do pedido deverá haver uma caixa de texto para que o utilizador possa colocar a sua questão, bem como a classificação desenvolvida, igualmente de preenchimento obrigatório, a fim de facilitar, quer o seu tratamento e/ou encaminhamento, quer o controlo estatístico. É ainda desejável que o sistema preveja o envio de uma mensagem automática de confirmação da receção do pedido, avisando o utilizador que, logo que possível, o serviço entrará em contacto consigo para o telefone ou *email* indicado.

Em jeito de conclusão do processo, para efeitos de gestão da qualidade, e porque o conhecimento da satisfação dos utilizadores é fundamental para a prestação de um serviço que se quer de excelência, pretende-se ainda que, na sequência do envio da resposta à solicitação, seja enviado um inquérito de satisfação. Este inquérito não deverá ser muito extenso, deverá ser claro e conciso, com algumas questões de resposta fechada relativamente à satisfação no que respeita à celeridade, à pertinência da informação ou à facilidade de acesso. O mesmo deverá ainda possibilitar aos utilizadores a manifestação de eventual desagrado com alguma questão em particular, igualmente importante para que se compreendam os pontos fortes e fracos do serviço prestado, no sentido de o melhorar.

É suposto ainda que o *software* desenvolvido permita o controlo estatístico, relativamente aos utilizadores (idade, sexo e proveniência), aos assuntos, e ainda relativamente à forma como o pedido foi feito (*online*, *email*, presencial), para que se possam ir definindo procedimentos que correspondam às expectativas e desejos da comunidade que o SILC serve. Paralelamente, deverá ser desenvolvida uma aplicação com o mesmo conteúdo e potencialidades, compatível com dispositivos móveis, para acesso facilitado.

Ainda relativamente à componente tecnológica, é necessária ligação a uma rede de telecomunicações fiável e segura, bem como dois computadores com acesso à *internet*, impressora e telefone. A qualidade do equipamento, bem como da *internet* são aspetos que se revestem da maior importância, uma vez que o SILC «vive» basicamente do digital, sendo estas ferramentas um pilar do seu bom funcionamento e, conseqüentemente, do seu sucesso.

5. ANÁLISE SWOT

Tabela 1. Análise SWOT do SILC

	Positivos	Negativos
Internos	<p>Forças</p> <p>Serviço inovador e pioneiro;</p> <p>Concentração da informação;</p> <p>Acesso a informação fidedigna;</p> <p>Facilidade de acesso;</p> <p>Confidencialidade;</p> <p>Gratuidade do serviço;</p> <p>Localização da Biblioteca.</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Pressuposto do serviço;</p> <p>Dificuldades/obstáculos de cariz técnico e/ou tecnológico;</p> <p>Falta de conhecimento por parte dos municípes.</p>
Externos	<p>Oportunidades</p> <p>Parcerias e protocolos.</p>	<p>Ameaças</p> <p>Dificuldade de conceção do paradigma pós-custodial;</p> <p>Dificuldade de partilha entre serviços;</p> <p>Desvalorização e desinformação relativamente à informação.</p>

Fonte: Elaboração própria (Conceição 2021, p. 94)

a) Forças

O SILC é um serviço inovador e pioneiro, ainda com uma expressão reduzida, mas com muitas potencialidades e margem para exploração, traduzindo-se num confortável benefício para os utilizadores do mesmo. A concentração de informação relativa a diferentes serviços informacionais facilita o acesso por parte dos clientes interessados na mesma. De reforçar que a cooperação entre os serviços de informação do município é a base deste serviço, mas não o limita, sendo expectável que a oferta vá muito além da disponibilização de informação dos serviços municipais.

Numa altura em que a informação é um bem abundante, estando o seu acesso bastante facilitado, em quantidade e diversidade, e porque quantidade não é sinónimo de qualidade, o SILC providencia o acesso garantido a informação fidedigna e de qualidade, tratada por profissionais especializados no tratamento técnico rigoroso e posterior disponibilização da mesma. Ainda relativamente ao acesso, não à informação em si, mas ao serviço, embora o SILC contemple a componente física, presencial, prevê igual e preferencialmente o atendimento não presencial, através do telefone, *email* ou redes sociais, não tendo desta forma, um horário rígido.

De referir a confidencialidade do serviço, havendo o compromisso por parte do SILC relativamente ao respeito, rigor e sigilo com que os utilizadores, os seus pedidos e a informação em si, são tratados.

Relativamente à localização, é óbvia e legítima a partilha de instalações com a Biblioteca Pública, sendo esta, por excelência, um serviço prestador de informação. No caso concreto da Biblioteca Municipal de Cantanhede, esta tem uma localização privilegiada, central e próxima de serviços básicos como a Loja do Cidadão, o Palácio da Justiça, os Bombeiros ou a GNR, entre outros, bem como outros equipamentos dinamicamente fortes na comunidade como os complexos desportivo e escolar e a zona comercial onde se encontram os hipermercados.

b) Fraquezas

A primeira fraqueza detetada no serviço que se apresenta é o pressuposto do mesmo, ou seja, para que o serviço seja implantado e a informação disponibilizada, é fundamental que a mesma esteja devidamente tratada, nos diferentes serviços, o que atualmente não se verifica.

Outra questão que carece de especial atenção são as dificuldades/obstáculos de cariz técnico e/ou tecnológico, dada a necessidade de desenvolvimento de *software* que gira os diferentes programas dos serviços, e agilize a resposta ao cliente. É ainda necessário que se mantenham os diversos recursos acessíveis e atualizados, implicando um trabalho acrescido por parte dos serviços técnicos, quer das partes que integram o SILC, quer do próprio serviço, na busca constante de informação que possa ir ao encontro das necessidades dos seus utilizadores.

Finalmente, a falta de conhecimento por parte dos munícipes é um aspeto que tem forçosamente que ser evitado e combatido, através de uma boa divulgação nas redes sociais e, principalmente numa fase inicial, em suporte físico, como *flyers* e cartazes informativos. É ainda necessária uma forte aposta nas redes sociais, meio de comunicação com um nível de visibilidade e adesão muito elevado.

c) Oportunidades

A criação de parcerias e protocolos reveste-se da maior importância no sentido de favorecer o crescimento de ambas as partes envolvidas. Eventuais parcerias com instituições diversas, como os Agrupamentos de Escolas, a Fábrica da Igreja, o Clube de Futebol, o Rancho Folclórico ou a Associação Empresarial, são uma mais-valia para que se possa facultar um leque o mais diversificado possível de informação. O grande objetivo do serviço é ter capacidade para dar resposta a qualquer solicitação que surja, seja relacionada com os serviços camarários ou não.

d) Ameaças

Verifica-se que existe alguma dificuldade de conceção do paradigma pós-custodial da informação por parte de alguns profissionais e serviços, estando ainda o sentimento de posse muito acentuado em alguns casos, o que se traduz em alguma relutância relativamente à partilha de informação entre serviços, seja por insegurança ou falta de conhecimento. A informação é um bem que não se esgota em si, e a partilha da mesma não se traduz numa perda de força para o serviço, antes pelo contrário, contribui para o enriquecimento de todas as partes envolvidas.

Considera-se ainda que existe alguma desvalorização e desinformação relativamente à informação, apesar da importância crescente da mesma, e do facto de esta ser uma ferramenta fundamental no processo de formação de cidadãos com uma presença cívica e democrática mais forte. Esta subvalorização não se limita à informação em si, estendendo-se às ciências cujo objeto de estudo é a informação, não havendo uma correta perceção do rigor e exigência que o seu tratamento requer, sendo um projeto desta natureza um desafio no sentido de contrariar este facto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço de Informação Local ao Cidadão tem por base a cooperação e a colaboração entre os diferentes serviços informacionais, sem que estes percam a sua identidade, esperando-se que confluam numa complementaridade que se traduz em força, não só para os serviços envolvidos, como para toda a comunidade. Esta colaboração abrange, não só os serviços que fazem parte da sua natureza informacional (Arquivo, Biblioteca e Museu), como outros essenciais para o seu funcionamento, como informáticos ou juristas. Inferiu-se ainda do estudo efetuado que o sucesso da valência desenvolvida implica obrigatoriamente uma aposta nos meios digitais como meio de comunicação, difusão e criação de comunidade.

Concluiu-se que o projeto em desenvolvimento, um serviço aglutinador dos serviços de informação, constitui, em primeiro lugar, um desafio, uma vez que são expectáveis alguns obstáculos, ainda assim, trata-se de um serviço pioneiro, o que representa um pequeno passo para a operacionalização do Paradigma Humano e Social da CI. As dificuldades ou obstáculos prender-se-ão, maioritariamente, com aspetos de cariz técnico ou tecnológico (desenvolvimento da classificação e *software*; tratamento prévio da documentação nos diferentes serviços).

Nunca é demais reforçar a dificuldade de partilha por parte dos serviços ou dos profissionais, sendo um contrassenso que tende, completamente, no sentido inverso da normal evolução da CI. A informação é um bem inestimável e poderoso, e a sua transmissão e disseminação não enfraquecem a formação e o conhecimento dos indivíduos, antes pelo

contrário, contribui inevitavelmente para o enriquecimento individual, de instituições e, em última instância, da comunidade em que se inserem.

Considera-se que se atingiram os objetivos propostos no início do presente trabalho. Desenvolveu-se uma proposta de um SILC a implantar no Município de Cantanhede, no entanto, este pode ser aplicado em qualquer outro município que assim o deseje, procedendo-se a eventuais ajustes que se considere necessários, de acordo com a comunidade a que o serviço se destina.

Em suma, embora se tenha plena consciência de que o presente projeto é bastante ambicioso, considera-se que o mesmo é igualmente estimulante e acredita-se na sua força e no seu valor. A «construção» do mesmo foi um desafio, e, se no início se receava pela pertinência do trabalho, e pelo sucesso do projeto, neste momento a sua implantação afigura-se como imperativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F., e M. MARQUES, 2015. *Serviços de informação à comunidade: Origens e atualidade*. Em: *Perspectivas de Investigación* [Em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid [consult. 2023-11-15]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337153856_Servicos_de_informacao_a_comunidade_origens_e_atualidade.
- CANELAS, L. L. C., e M. C. P. VALENCIA, 2012. Twitter como disseminador de informação e conteúdo digital em bibliotecas públicas. *CRB-8 Digital*. 5(1), 22-32.
- CARVALHO J. M. S., 2009. *Gestão e marketing: para devolver as organizações ao Homem*. Lisboa: Sílabo.
- CONCEIÇÃO, N. M. L. da, 2021. *Serviço de Informação Local ao Cidadão: Estudo de caso do Município de Cantanhede* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/99457>.
- DGARQ [DIREÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS], 2011. *Declaração Universal dos Arquivos* [Em linha]. Direção-Geral de Arquivos [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/DGARqBolt-19.pdf>.
- DGLAB [DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS], 2009. *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* [Em linha]. DGLAB [consult. 2023-11-15]. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf.
- IFLA [FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS], 2009. *Secção de Bibliotecas Públicas da IFLA. 10 formas de fazer funcionar uma biblioteca pública*. [Em linha]. IFLA [consult. 2023-11-15]. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/10formas_de_fazer_funcionar_uma_biblioteca_publicas.pdf.
- MARQUES, M. B. P. de S. M., 2012. *A satisfação do cliente de serviços de informação: as bibliotecas públicas da Região Centro* [Em linha]. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20462>.
- MARQUES, M. B. e R. VICENTE, 2015. Desafios e oportunidades da gestão integrada de sistemas de informação. Em: *Ciencia y Sociedad* [Em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14352/24806>; <https://www>.

- researchgate.net/publication/337153849_Ciencia_y_Sociedad_Desafios_e_oportunidades_da_gestao_integrada_de_sistemas_de_informacao.
- PORDATA. Estatísticas sobre Portugal e Europa, [s.d.]a. *Municípios. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica* [Em linha]. Fundação Francisco Manuel dos Santos [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Remunera%3%a7%3%a3o+base+m%3%a9dia+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sector+de+actividade+econ%3%b3mica-238>.
- PORDATA. Estatísticas sobre Portugal e Europa, [s.d.]b. *Municípios. População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades* [Em linha]. Fundação Francisco Manuel dos Santos [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3%a7%3%a3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-101>.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 1993. Decreto-Lei n.º 16/93 da Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República Série I-A*. [Em linha]. (19) [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/584777/details/maximized>.
- UNESCO, 1988. *Orientaciones para la creación, organización y funcionamiento de servicios de información a la comunidad en América Latina y el Caribe*. Caracas: Programa General de Información y UNISIST, UNESCO.
- UNESCO, e IFLA, 1994. *Manifiesto da IFLA/Unesco sobre bibliotecas públicas 1994*. [S.l.]: International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/189>.
- WIKIPEDIA, 2020. GLAM (Industry sector). *Wikipedia* [Em linha], [consult. 2023-11-15]. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=GLAM_\(industry_sector\)&oldid=940199926](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=GLAM_(industry_sector)&oldid=940199926).
- YARROW, A., B. CLUBB, e J.-L. DRAPER, 2009. *Bibliotecas públicas, arquivos y museos: Tendencias de colaboración y cooperación* [em linha]. [S.l.]: Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas [consult. 2023-11-15]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/113.pdf>.

AS PARAMENTAS DOS ORIXÁS COMO EVOCADORAS DA MEMÓRIA E DA TRADIÇÃO RELIGIOSA

KARINA CECI DE SOUSA HOLMES*

MARCILIO HERCULANO DA COSTA**

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA***

1. ENCONTRO COM O DESCONHECIDO

O século XXI revolucionou as formas de comunicação, de interação e os comportamentos, influenciados diretamente pelas tecnologias de comunicação e informação, ao possibilitar que as diversas partes do mundo integrassem uma rede em que tudo e todos estão interligados, conectados e influenciados por uma «cultura da virtualidade real» (Castells 1999).

Essa estrutura informacional de conexões, que podemos denominar de sociedade em rede, transforma a sociedade da informação em um novo sistema, cuja combinação de informação e conhecimento constitui uma fonte de produtividade informacional. Nesse cenário, os padrões culturais e informacionais se reordenam nas suas mais diversas formas de processamento, favorecendo uma estruturação social na qual estão inclusas as Tecnologias da Informação e Comunicação.

Com o crescente quantitativo informacional disponível na sociedade em rede, informações disseminadas enganosamente atingem grandes proporções e acabam por formar opiniões e construir supostos conhecimentos, embasados em informações falsas ou duvidosas, caracterizando o que chamamos de desinformação, capaz de muitas vezes destruir ou descaracterizar valores culturais da sociedade. Para Enne (2001, pp. 6-7), «Não é possível ancorar as representações do passado sobre virtualidades, é preciso a marca da autenticidade para legitimar tais sentidos. Por isso, a intensa preocupação em erguer e preservar os “lugares de memória”».

Nessa esteira de raciocínio, parece relevante pensar em estratégias de preservação, guarda e disseminação para frear o esquecimento do passado. Assim, pode-se inferir que a preservação se revela como estratégia daquilo que se deseja lembrar, considerando que o silenciamento leva ao ocultamento e, conseqüentemente, ao esquecimento e até mesmo

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6208-9755>;
Email: karinaholmes.holmes@gmail.com.

** Universidade Federal da Paraíba (UFPB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2975-3909>;
Email: marcilio.hc@gmail.com.

*** Universidade Federal da Paraíba (UFPB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6836-3102>;
Email: bernardinafreire@gmail.com.

ao desaparecimento. Sendo assim, o objetivo do presente artigo consiste em analisar os conceitos de memória, identidade e tradição evocados por meio das paramentas¹ dos Orixás, dando destaque ao Adê² de Oxum³, artefato religioso da tradição de religião de matriz africana, e sua trajetória enquanto elemento sociotransmissor, capaz de evocar lembranças, bem como fortalecer identidades, quando usado dentro do núcleo familiar e pelos povos de terreiro. Ao tomar o Adê de Oxum enquanto artefato memorial de tradição familiar, permite-se constituí-lo enquanto um marco fundamental da construção e fortalecimento de identidade.

2. DESCOBRIR AS PARAMENTAS DOS ORIXÁS

O percurso metodológico adotado pautou-se na pesquisa bibliográfica, ou seja, a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, utilizando-se de dados ou de categorias teóricas já analisadas por outros pesquisadores e devidamente registradas (Severino 2007). Associou-se também o princípio da pesquisa exploratória e descritiva, que objetiva maior familiaridade com a problemática, além de descrever as características do objeto estudado, como aponta Kauark, Manhães e Medeiros (2010).

Para descrever os objetos desta pesquisa e ter acesso aos relatos orais de pessoas diretamente ligadas ao uso das paramentas dos Orixás, fez-se necessária a visita *in loco*. Ao situar o «Adê» como objeto de pesquisa é importante considerar que a análise das tradições, saberes e costumes dos povos de terreiro são transmitidas, predominantemente, de forma oral, uma vez que essa comunidade não costuma utilizar a escrita na perpetuação dos saberes (Almeida, Santos e Cardoso 2017). Halbwachs (2004, p. 85) complementa: «toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros».

No contexto de uma sociedade pautada pela liquidez social (Bauman 2001), em que há imprevisibilidade em tudo, configura-se, pois, a necessidade de voltar-se para os estudos memorialísticos, considerando que estes são indispensáveis para provocar reflexões sociais entre o lembrar e o esquecer. Para Nora (1993):

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as

¹ Paramentas são adornos consagrados, como roupas e objetos, utilizados em cerimônia de ritual religioso, exclusivamente por pessoas iniciadas em festas ou rituais específicos da religião.

² Coroa e chorão são miçangas que ficam presas no adê, cuja função é cobrir o rosto do filho (choro de mulher).

³ Deusa das águas doces. Senhora do ouro, Orixá da fertilidade e maternidade.

transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica (Nora 1993, p. 9).

Esse elo vivido, nas palavras de Nora (1993), é responsável por nos conduzir aos relatos orais, assentados nos pressupostos teóricos da Escrita de Si, metodologia que articula os arquivos pessoais e as entrelinhas presentes nas narrativas do indivíduo, com suas marcas, relações e nuances, como destaca Oliveira (2018):

Nos arquivos privados pessoais, podem-se reconhecer tais categorias quando se pensa que cada arquivo pessoal tem, em sua acumulação, um sentido de ‘imortalizar’ a história de um indivíduo em todas as suas nuances, personificando o sujeito em suas relações (Oliveira 2018, p. 55).

A partir dos registros e narrativas das pessoas que utilizaram e que atuam como guardiões do Adê de Oxum, originalmente do Terreiro de Umbanda Oxum Taladê, atualmente no Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar, cumpre-nos entender o significado e a importância da preservação desse adorno como fonte de tradição, memória e identidade.

2.1. Tradição, Memória e Identidade: trio agregador de saberes

Assmann (2011, p. 15) inicia a obra *Espaço de Recordação* citando o pensamento de Nora: «fala-se tanto em Memória porque ela já não existe mais». Em outras palavras, a perda é necessária para a «instalação da consciência», conforme denomina o autor. Nesse aspecto, pensar a memória, impulsionada pelo processo de globalização, tem instigado parte da sociedade para percorrer caminhos e buscar informações, revendo o entendimento acerca das noções de identidade e construção identitária, nas quais a memória torna-se uma aliada.

A memória está intimamente ligada à tradição e aos acontecimentos vivenciados e, para se manter viva, necessita ser constantemente alimentada, recontada e transmitida, evitando descontinuidades e rupturas, sobretudo no contexto de uma sociedade líquida.

Na contramão dessa liquidez, o fortalecimento das práticas memoriais se institui como força motriz, atrelada a ritos e ordenações. Nesse aspecto, podemos compreender a memória como representação do passado, no sentido primeiro da expressão, e também como um elemento constituinte de identidade, o que de certo modo impede qualquer possibilidade de rotulação memorial direcionada, com exclusividade, a um único indivíduo. Ao contrário, a memória está atrelada e é constituinte de indivíduos plurais, inseridos em variados contextos, com suas identidades e tradições. Neste trabalho, especificamente,

pretende-se preservar a memória dos povos de terreiro, com seus ritos e rituais carregados de significados, identificados tanto por aqueles que os praticam quanto para os que observam.

De acordo com Candau (2014):

a memória é “geradora” de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais, [...] que dependem da representação que ele faz de sua própria identidade, construída “no interior de uma lembrança” (Candau 2014, p. 19).

Nesse sentido, verifica-se que as características identitárias dos indivíduos são frequentemente transformadas, assim como a identidade cultural dos povos de terreiro, considerando cada vez mais a exposição às influências externas, capazes de provocar uma possível descaracterização das práticas e tradições. Daí a «necessidade de se preservar o passado, pois a identidade tem no passado o seu lugar de construção» (Jesus 2010, p. 4).

A identidade se constrói na memória e as paramentas dos Orixás, em especial o Adê de Oxum, preservados no Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar, tem significados para os filhos de santo, tendo em vista que carregam consigo as memórias de seus cuidadores e também as histórias do «nascimento do santo», trazendo assim um sentimento de pertença a um dado espaço social e caracterizando a memória coletiva.

A manutenção desse sentido de pertença ocorre em cada nova celebração, onde o culto aos Orixás transmite conhecimentos, gera significados e mantém a tradição através do tempo, coadunando o pensamento de Mariano (2009):

Caracterizar certas práticas ou modos de perceber o mundo como tradicionais equivale a defender a sua manutenção, pois a idéia (sic) de tradição é inseparável da de transmissão: o conceito dicionarizado é o de conhecimentos, práticas e valores transmitidos de geração em geração, oralmente ou pelo hábito (Mariano 2009, p. 143).

A tradição, sendo indissociável da identidade e da memória, será desvelada nas seções a seguir, através de relatos orais dos pais de santo, «zeladores» do Adê de Oxum, com o intuito do não silenciamento da memória desse adorno. Halbwachs (2006) ressalta:

se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas (Halbwachs 2006, p. 29).

O repasse das informações memorialísticas é singular e, nesse contexto, os relatos orais são de suma importância para que as tradições dos povos de terreiro se mantenham vivas no seio dos grupos participantes.

2.2. Representação dos Orixás através de suas Paramentas

As paramentas de um Orixá são muito reveladoras e significativas, tendo em vista que a estética é fundamentalmente importante, pois carrega consigo simbolismos manifestados pelas cores, adereços, entre outros atributos. Cada Orixá tem seus adereços específicos e as paramentas fazem parte desse visual, identificando-o, remetendo à sua identidade e seus feitos.

Na composição da indumentária litúrgica do Orixá podemos observar duas categorias de objetos artístico-religiosos. A primeira refere-se à vestimenta propriamente dita do Orixá que cobre o corpo do iniciado no momento do transe. A segunda engloba as insígnias e adereços que o Orixá carrega na cabeça, pescoço, peito, ombros, pulsos, mãos e pernas. Esses objetos revestem-se de uma aura do sagrado que devem, inclusive, ser diferenciados daqueles que os adeptos usam no cotidiano (Almeida, Cardoso e Santos 2016).

Logo, as paramentas são uma forma de representação dos Orixás, permitindo a identificação e as suas especificidades: «cada pessoa tem suas particularidades, isso vai depender do Orixá» (Pai Damião 2022). Deve-se compreender que cada terreiro/barracão/ilê⁴ tem especificidades tanto no que se refere aos seus rituais quanto às paramentas. Utilizamos como referência as práticas que Pai Damião e Mãe Marinalva realizam em seu espaço sagrado, o Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar. Há paramentas que só são usadas em festas, como braceletes, adês, ala⁵, capa, entre outros e as utilizadas em toques de Orixás, ou seja, quando o Orixá irradia seu filho, portanto, as paramentas são entregues apenas aos filhos que têm santo feito⁶.

Na visão de Pai Damião, todas as paramentas tem sua importância e seu significado e cada filho de santo deve considerar as suas vestes como uma forma de representatividade, além de zelar por elas, visando agradecer seus Orixás, pois em uma feitura todos os Orixás recebem sua menga⁷.

⁴ Nome dado às casas de culto afro-brasileiro.

⁵ Pano nas cores de cada Orixá, que serve para bater cabeça em respeito aos Orixás, aos zeladores e aos mais antigos e cobrir o Ori quando o filho sai do ronco (quarto do santo), espaço reservado ao sagrado.

⁶ Quando a pessoa é iniciada na religião, no tempo em que passa de ronco (quarto do santo) são feitos todos os procedimentos, como a catulem (raspagem) total ou não dos cabelos, as curas (pequenas incisões) no corpo, sobre o qual se colocam elementos, simbolizando o preparo do corpo e a cabeça do filho.

⁷ O sangue dos animais, quando sacrificados em rituais religiosos.

Tabela 1. Paramentas utilizadas para a representação dos Orixás, cores e significados

Vestes / Orixás	Paramentas	Cores	Significados	Funções	Sincretismo Religioso
Exú	Capa, cartola, charuto e cachaça	Preto e vermelho	Proteção	Mensageiro e guardião	Santo Antônio
Pombo Gira	Achó, cigarro, bebida, rosa	Vermelho e branco	Trabalho e poder feminino	Semelhante a dos exús	-
Ossanha	Roupa estampada, guia feita de palha da costa, arranjo de cabeça e de mão, feito com folhas e flores	Estampado	O tempo	Senhoras da vegetação e das folhas sagradas	São Benedito
Odé	Chapéu, alá, lança, arco e flecha	Verde	As matas, a caça e a fartura	O deus caçador, senhor da floresta e de todos os seres que nela habitam	Santo Expedito
Ogum	Espada, alá, capa, escudo, capacete, lança	Verde e vermelho	Guerreiro	O senhor das guerras, das lutas	São Jorge
Obaluê ou Omulu	Roupa feita de palha da costa, xaxará, Pipoca	Marrom	Doença, cura	Senhor da terra	São Lázaro
Nanã	Ibiri, alá, adê, chorão e vassoura	Roxo e branco	Sabedoria, vida e morte	Orixá feminino, relacionado à origem do homem na terra, avó da seita	Santa'ana
Xangô	Machadinha, alá, capa e coroa	Vermelho e branco	Justiça	Deus da justiça, dos raios, dos trovões e do fogo, além de ser conhecido como protetor dos intelectuais	São Jerônimo
Iansã	Espada, alá, capa, chorão, chicote, cálice e adê	Rosa e branco	Tempestades, raios e trovões	Orixá dos ventos, trovões e tempestades	Santa Bárbara

(continua na página seguinte)

Vestes / Orixás	Paramentas	Cores	Significados	Funções	Sincretismo Religioso
Oxum	Abebé dourado, alá, chorão e adê	Amarelo e branco	Representa a sabedoria e o poder feminino, a maternidade, o amor	Rainha da água doce, dona dos rios e cachoeiras	Nossa Senhora Do Carmo
Cosme, Damião e Doum	Gola e boina	Verde, branco e rosa	As crianças	Foram irmãos, médicos que atendem gratuitamente os mais pobres, em especial crianças	Cosme e Damião
Iemanjá	Abebé prateado, alá, chorão e adê	Azul e branco	Considerada a mãe dos Orixás	Orixá das águas salgadas	Nossa Senhora da Conceição
Oxalá	Cajado, alá, bengala e adê	Branco	Divindade, energia da criação	Representa a paz, o amor, a bondade, a limpeza, a pureza espiritual, enfim, tudo aquilo que possa indicar positividade	Deus

Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Outros elementos importantes são as guias⁸ e os adjás⁹, ferramentas utilizadas sempre em festas de santo, independente da festividade.

As paramentas são símbolos que trazem significados da vida passada de cada Orixá, dando sentido aos seus sofrimentos, lutas e conquistas, pois «as armas dos Orixás são as suas paramentas» (Pai Damião 2022). As paramentas de Ogum, por exemplo, (o escudo, a capa, a espada, o capacete e a lança) representam as lutas e as batalhas desse guerreiro.

Além disso, todos os Orixás e as entidades da Jurema Sagrada¹⁰ possuem, além das paramentas, suas ferramentas «que não são iguais, mais tem o mesmo objetivo, representar

⁸ Colares usados por todos os iniciados na religião, representando o seu santo. Servem de proteção e devem ser consagrados quando um filho passa pelo processo de iniciação.

⁹ Uma espécie de campainha de metal (sino), na intenção de manter a vibração e invocar os Orixás. É utilizada pelos zeladores e por filhos de santo que tem obrigação feita.

¹⁰ Tradição religiosa que tem a árvore da Jurema como sagrada, usando sua casca para a fabricação da bebida e suas folhas para banhos, concedendo energia, força e sabedoria. É uma tradição que permite o contato com entidades e encantados do mundo espiritual, território chamado de cidade da Jurema. É uma tradição presente no nordeste brasileiro. Na Umbanda, as práticas da Jurema são entendidas como parte da religião.

os Orixás e as entidades da Jurema» (Pai Damião 2022). As ferramentas são aquelas que ficam preservadas, cuidadas e protegidas dentro do peji/quarto do santo¹¹, do quarto da jurema ou nos otás (os assentamentos)¹², local onde ficam as louças, as pedras e as suas paramentas. Pai Damião (2022) afirma que «as ferramentas são próprias dos Orixás, as paramentas são do filho».

Podemos considerar as paramentas como vestimentas, pois podem ser utilizadas em uma saída de obrigação¹³, quando aquele determinado filho deseja vestir seu Orixá para festejar seu aniversário ou outro momento que considera importante, como forma de agradecer por todas as coisas boas obtidas e quando o «santo incorpora no filho», afirma Mãe Marinalva (2022).

As paramentas servem para vestir o filho, como forma de representar o Orixá, mas também como segurança e proteção. «Quando a matéria incorpora, dá para as paramentas e, junto, o pé de dança poder cortar as más energias, pedindo proteção, agradecimento, isso vai depender de como a matéria esteja naquele momento» (Pai Damião, 2022), complementa Mãe Marinalva (2022) quando diz que «as paramentas significa segurança para o filho».

Quem já teve a oportunidade de usar as paramentas costuma relatar que se sente único e que o momento é inexplicável, por você usar o que, naquele momento, as paramentas representam, dando a importância de seu uso, valorizando «o que lhe fez crescer, afirmando o crescimento para a pessoa» (Pai Damião, 2022).

É o momento em que há um encontro da matéria (o corpo humano) com seu Orixá, é o momento de realização, de paz interior, pois os «Orixás, para além de divindades africanas, trazem força, exemplo de vida e resistência e estão presentes nos cotidianos daqueles que os cultuam» (Sant'Anna e Silva 2021, p. 258).

¹¹ Local sagrado onde ficam as paramentas, as ferramentas, os otás dos Orixás e/ou entidades da jurema. Peji é o quarto de santo, onde são colocados os assentamentos dos Orixás.

¹² Assentamento é o lugar onde é colocada a representação do Orixá, um santuário exclusivo onde se realizam rituais e guardam seus Otás.

¹³ Se refere ao momento em que o filho fez uma iniciação, seja de um simples assentamento (a primeira experiência), até o último grau. Em cada uma dessas obrigações, as paramentas se diversificam. Exemplo: a guia de um assentamento contém 3 fios de nylon, composto de miçangas e uma firma, diferente de um iaô, que contém 12 fios de nylon e duas firmas.

3. ADÊ DE OXUM: TRADIÇÃO E MEMÓRIA NO TERREIRO DE UMBANDA OXUM TALADÊ

O ato de escrever passa a ser fonte reveladora das condições históricas que possibilitaram a existência do indivíduo narrado (Oliveira 2018, p. 59).

Recordar é revocar a história através das lembranças adormecidas e esquecidas pelo tempo, suscitando aspectos marcantes na trajetória de vida, porque «recordar consiste na existência potencial do efetivo estímulo na mente, isso, de um modo em que o indivíduo é movido, ou seja, estimulado a partir de seu próprio interior» (Aristóteles 2012, p. 83). Logo, estimulamos recordações que mexeram nas lembranças de quem nos presenteou com memórias de saudades, de sofrimentos e de experiências vividas. Oliveira (2018) diz que:

um olhar que busca reconstruir as memórias daquilo que ainda não foi expresso pela escrita, mas que faz materializado em seus mais variados suportes, nostalgicamente à espera do interpretante. Apesar de aguardar muitas vezes em silêncio, o seu interpretante, o conjunto documental propõe ao sujeito manter -se como organizador de sua própria vida, autor da escrita de si mesmo (Oliveira 2018, p. 56).

Essas recordações nos permitiram transcrever uma página da história do Babalorixá¹⁴ Pai Damião de Odê¹⁵, que não conteve a emoção de reviver, em suas lembranças pessoais, uma época de sofrimento e de alegria. Pollak (1992, p. 205) afirma que «a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas», entretanto, por fazer parte da alma, não pode ser resumida à capacidade de recordar, pois está profundamente articulada à imaginação, trazendo sensações que aguçam impressões de esquecimentos ou de querer esquecer (Aristóteles 2012). Logo, a memória pode ser entendida como uma caixa que armazena conteúdos imaginados e vividos?

Pollak (1992, p. 211) nos lembra que «a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação», e falar da memória como fenômeno construído é trazer à mente lembranças boas e ruins, a depender do instrumento usado no processo de rememoração de fatos e acontecimentos do passado, pois «a história de cada um contém a história de um tempo, dos grupos a que pertence e das pessoas com quem se relaciona» (Lopes 2008, p. 32).

Lembrar é muito mais do que perceber determinada situação, pois «nossas lembranças do passado são recriadas no instante presente, com o acervo que detemos no momento da recuperação dessas informações» (Costa 1997, p. 128), considerando que, ao ouvir uma música, ver uma pessoa, um objeto e até mesmo um olhar, tudo nos permite

¹⁴ Sacerdote chefe de uma casa de santo, pai de santo, grau hierárquico.

¹⁵ Orixá caçador, o rei das matas, representa a fartura.

lembrar de algo ou de alguém, a depender do quanto o indivíduo pode ter sido marcado por essa lembrança.

No contexto das religiões afro-indígenas brasileiras, registrar as informações obtidas pela oralidade nos permite entender que: «O documento constituído pelo suporte material detém a informação. Ele é o registro concreto que serve de prova para fatos, modos de vida, crenças e ações dos homens em um determinado tempo e lugar» (Córdula e Oliveira 2015, p. 43), o que se torna indispensável para manter viva uma tradição religiosa que não possui textos escritos como base de seus princípios e saberes.

Registrar depoimentos de quem está invisível é trazer à luz o que se manteve, por tanto tempo, na sombra. Informação é poder, é valorizar dando significados e reconhecimento a essa comunidade religiosa tão sofrida e, muitas vezes, excluída pela intolerância dos que buscam acreditar na desinformação e no que lhes convém (Costa 1997).

Damião Aguinaldo de Souza Silva, pessoense, 53 anos, nasceu no dia 18 de dezembro de 1967, acompanhado de seu irmão gêmeo, Cosme (*in memoriam*). Em seu relato, comenta a dificuldade de falar sobre si, devido ao fato de que sua história foi um tanto triste. Para Thompson (1992, p. 208) «recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade», mas devemos pensar bem no que falar, pois «o pensamento ainda atua na memória: ela se desloca, está em movimento» (Halbwachs 2006, p. 154).

Pai Damião relata que ele e Cosme nasceram laçados e roxos e, ao chegar do hospital, com 21 dias de vida, foram preparados no Orixá e na jurema por sua mãe biológica, no Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar, mas sua mãe não queria que participassem dos toques, pois, na época, criança não podia estar presente, era proibido, mesmo assim, eles ficavam atrás das cortinas e, muitas vezes, iam escondidos olhar as festas em outro terreiro. «Algo nos encantava» afirmou Pai Damião (2021).

Em 1976, aos 9 anos, pai Damião saiu de casa e foi morar no Terreiro de Umbanda, no bairro de Mandacaru, na cidade de João Pessoa/PB. Lá, encontrava-se constantemente doente e sempre ouvia «você precisa seguir e aceitar seu destino», ou seja, seguir a religião, algo que ele recusava, por ser muito novo. Contudo, por ser frequentemente acometido por doenças, acabou se rendendo e foi feito o Bori para Odê e Oxum, os donos de seu Ori¹⁶, feito por Mãe Nazaré de Oyá¹⁷ e Pai Euzébio de Oxalá¹⁸. Após realizar a obrigação, curou-se das doenças que tinha e recordou-se que dizia: «ah, vou seguir essa religião não, já tô bom», mas sempre estava nos toques, ainda que repetisse: «quero ser pai não, Deus me livre, como uma criança de 9 anos ia ser pai de um monte de gente velha (risos)». Não aceitou ser pai, mas foi padrinho. Quando chegavam os filhos da casa, seus pais de santo

¹⁶ Cabeça.

¹⁷ Denominada de Iansã. Orixá que controla os ventos, raios, trovões e tempestades.

¹⁸ Oxalá — pai de todos. No sincretismo é o Nosso Senhor Jesus Cristo.

lhe colocavam para ajudar nos banhos de limpeza e nos trabalhos espirituais, até que se rendeu e seguiu seu destino.

Seu caminho estava traçado em 1980, aos 13 anos de idade, quando abriu seu terreiro/barracão/ilê no bairro do Mutirão, no município de Bayeux, localizado na grande João Pessoa, denominado Terreiro de Umbanda Oxum Taladê, onde conquistou muitos filhos de santo. Era um lugar de realizações, onde buscava ajudar os necessitados e os toques eram realizados sempre aos sábados, separando os toques dos Orixás dos toques de jurema, pois nos toques de santo não há fumaça.

O Orixá me domina e me ajuda a ajudar quem precisa e a fazer caridade, não sou rico de dinheiro, mas rico porque sou feliz, tenho meu bori feito por Mãe Nazaré e Pai Euzébio, seu iaô por Mãe Zefinha, seu Decá com Pai Ribeiro e sua jurema com Mãe Rizomar (Pai Damião, 2021).

No terreiro sempre havia obrigações de filhos e, a cada saída, o filho vestia-se devidamente com adereços, paramentas e vestimentas com cores ligadas ao Orixá que nascera naquele dia.

Cada Orixá tem suas paramentas específicas: Ogum (escudo), Odé (arco e flecha), Xangô (machado), Nanã (ibiri), Obaluaê (xarará), Iansã (espada), Oxum (abebé), Iemanjá (abebé), Oxalá (cajado), entre tantos. Essas paramentas conectam o filho de santo com as respectivas divindades. Miller (2013, p. 110) diz que «na religião, o principal propósito do material é expressar o imaterial», e que «o material só pode se expressar pelo material». (Miller 2013, p. 111).

Pai Damião relata possuir quase todas as suas paramentas, desde que foi feito seu santo, porém, uma delas é especial, o Adê de Oxum, pelo qual possui um sentimento inexplicável: «acredito ser pelo amor ao meu Orixá» (Pai Damião, 2021).

3.1. ADÊ DE OXUM: evocador da memória e tradição

Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento (Abreu e Chagas 2003, p. 141).

Melo (2019, p. 67) aponta que «todos nós somos e temos um patrimônio». Assim, para o Babalorixá Pai Damião, o Adê é o seu patrimônio, tendo o preservado por décadas e pelo qual atribui um valor sentimental.

A origem do Adê¹⁹ aconteceu a partir de um trabalho espiritual e o Babalorixá foi presenteado com ele como forma de agradecimento e gratidão. O artefato é aramado, com fitas, miçangas e pedrarias em sua franja frontal, também conhecida como chorão.

¹⁹ Adê é a coroa, acompanhado do chorão. As miçangas que ficam presas no Adê tem a função de cobrir o rosto do filho.

uma paramenta que assenta mais em Orixá feminino no caso as yabás²⁰, o único Orixá que usa o chorão além das yabás é Oxalá pois o considero um Orixá muito fino, infinito e sem sexo definido, que tem visão muito clara, a imagem para mim é apenas um sincretismo (Pai Damião, 2021).

O Adê foi usado pela primeira vez pelo próprio Babalorixá, em sua saída de Deká²¹, realizado no Terreiro de Umbanda Oxum Taladê, por Pai Ribeiro de Oxalá, entre as décadas de 80 e 90. Ainda que ele não se recorde exatamente da data, afirma lembrar de detalhes desse grande momento, guardando o Adê como uma relíquia.

O Adê vem acompanhado do chorão, que tem como objetivo cobrir a face do filho de santo, para que ninguém veja sua feição quando incorporado com o Orixá «e para que pessoas com pensamentos negativos não possam passar essa negatividade, pois as yabás são sensíveis» (Pai Damião, 2021).

Esse Adê específico foi usado em dois momentos diferentes: um Deká e um Iaô, que significa o nascimento daquele Orixá, onde se realiza a coroação, pois «todo rei e rainha tem direito a ser coroado» (Pai Damião, 2021). Em certo momento, a mãe ou o pai de santo conduz o filho até o trono, onde tira o Adê e coloca a coroa, afirmando a feitura desse filho, que passa a ter um grau maior na hierarquia da casa. É um adorno consagrado e só pode ser usado em rituais específicos como festas, datas comemorativas e em obrigações, propiciando uma ligação entre a pessoa e a divindade.

O Adê existe há mais de 40 anos, tendo sido mantido no Terreiro de Umbanda Oxum Taladê e usado apenas pelo seu dono principal. Porém, 16 anos atrás, Pai Damião retorna com tudo que é seu, tanto do Orixá como da jurema, ao seu lugar de origem, a casa de seus pais, onde o Adê encontrava-se preservado e guardado em cima de seu assentamento. Um dia Pai Damião resolveu: «repassarei o Adê e a coroa de minha Oxum a alguém que meu Orixá consinta, é difícil o Orixá consentir e, se isso acontecer, o Orixá tem algum motivo de dar a essa pessoa que irá cuidar, zelando melhor do que eu».

Em 2015, o Adê foi repassado, com a permissão de seu Orixá, a uma filha de Iemanjá, que nasceria no dia 31 de maio de 2015 e vestiria também a sua Oxum. Na umbanda, em uma saída de Iaô, é tirado o filho com os Orixás principais de seu Ori: «é do meu costume e de meu passado, que no Iaô o filho de santo saia com os principais Orixás» (Pai Damião, 2021).

Somos todos herdeiros e guardiões da cultura afro-brasileira, tendo em vista a diversidade cultural do Brasil (Melo 2019).

²⁰ Yabá é a mãe rainha.

²¹ Deká é uma obrigação, uma graduação a mais no santo.

Eu vi, senti e meu Orixá me permitiu passar o Adê, o Orixá abre caminhos. Meu Orixá consentiu e hoje sei que está muito bem cuidado. É um orgulho grandioso saber que está nas mãos não só de uma filha de santo, mas, nas mãos de minha sobrinha carnal que tem alguma coisa com minha Oxum, ela é minha raiz, sei que vai seguir minha tradição, poderia também ter sido repassado a uma pessoa que não tivesse comigo nenhum parentesco, mas isso o Orixá iria mostrar. Ela, minha sobrinha, pode até repassar a outra pessoa, talvez o Orixá não permita, é um presente do Orixá e não meu, só o tempo irá mostrar o caminho que o Adê com sua história irá percorrer (Pai Damião, 2021).

O Adê faz parte de momentos especiais e representativos na umbanda, podendo ser considerado como patrimônio cultural dessa comunidade religiosa. Esse artefato traz recordações, permitindo sentimentos e representações que marcaram histórias de vida no âmbito individual, coletivo e em determinadas épocas. Antze e Lambek apud Assmann (2011, pp. 19-20) afirmam que «a recordação tornou-se parte essencial da criação identitária individual e coletiva e oferece palco tanto para conflito quanto para a identificação».

Nesse caso, preservar os saberes, os fazeres, os usos e os costumes dessa comunidade, por meio da preservação de seus artefatos materiais, significa alimentar um certo poder espiritual, uma espécie de missão para proteger contra o esquecimento, fortalecer e defender a identidade cultural. Preservar os artefatos é também manter a tradição de um povo marcado por sua religiosidade.

4. REGISTRO DE UMA TRADIÇÃO

Buscamos discorrer, neste trabalho, acerca dos conceitos de tradição, memória e identidade, articulados à história de um adorno do Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar. Os fatos vivenciados nesse espaço, envolvendo as tradições da religião com seus ritos e rituais, transmitem para as gerações futuras o conhecimento e a importância das paramentas, em especial a do Adê de Oxum, para o terreiro e seus membros.

Neste cenário, compreendemos a importância da memória representada pelo artefato, além do seu papel na construção da identidade de seus zeladores, transgredindo as fronteiras da memória individual e transcendendo, portanto, para a memória coletiva.

As paramentas e o Adê de Oxum analisados são elementos de tradição, memória e identidade e carregam consigo significados que transcendem o entendimento daqueles que não fazem parte da comunidade umbandista, tendo em vista sua função que vai além de adornar, ao impedir que pessoas mal-intencionadas possam transmitir energias negativas para a entidade presente.

Percebemos também, através da fala do seu antigo guardião, um valor sentimental imensurável, pois o Adê faz parte de sua história como pai de santo, de sua tradição de fé e religiosidade.

Por outro lado, há de se considerar que o artefato analisado carrega múltiplos sentidos, caracterizando-se como um artefato memorial e informacional, capaz de contribuir para o fortalecimento identitário do povo de santo. Preservá-lo vai além da guarda do objeto material, considerando tratar-se de um bem simbólico, um documento monumento, como diria Le Goff (1990), uma vez que o Adê de Oxum também determina a imagem de si próprio, ou seja, a imagem das práticas umbandistas do Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina, e Mário CHAGAS, orgs., 2003. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- ALMEIDA, Anderson Diego, Jefferson Nunes dos SANTOS, e Arlindo da Silva CARDOSO, 2017. O Artesão na Cidade de Maceió: O Design como Mediador entre os Símbolos e os Adornos dos Orixás. *Revista Outras Fronteiras*. 3(2), 96-114.
- ALMEIDA, Anderson Diego, Jefferson Nunes dos SANTOS, e Arlindo da Silva CARDOSO, 2016. Os trajes dos orixás: design, plasticidade e símbolos do Candomblé. *Agália. Revista de Estudos na Cultura* [Em linha]. (114), 27-40 [consult. 2021-01-26] Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/238>.
- ARISTÓTELES, 2012. *Parva Naturalia*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro. Série Aristóteles. Clássicos Edipro.
- ASSMANN, Aleida, 2011. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp.
- BAUMAN, Zygmunt, 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- BERGSON, Henri, 1990. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOURDIEU, Pierre, 2011. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CANCLINI, Néstor García, 2003. *Culturas Híbridas*. 3.ª ed. São Paulo: EDUSP.
- CANCLINI, Néstor García, 1997. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP.
- CANDAUI, Joel, 2014. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto.
- CASTELLS, Manuel, 1999. *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1. *A sociedade em Rede*.
- CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz, e Bernardina M. J. Freire de OLIVEIRA, 2015. *Políbio Alves: um homem, um arquivo, uma trajetória*. João Pessoa: Ed. UFPB.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães, 1997. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ENNE, Ana Lúcia Silva, 2001. Memória e Identidade Social. Em: *XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais* [Em linha]. Campo Grande: Intercom, pp. 1-13 [consult. 2021-02-19]. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/53573075284415840946775448271246894263.pdf>.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos, 2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Coleção Museu, Memória e Cidadania.
- HALBWACHS, Maurice, 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HALBWACHS, Maurice, 2004. *Los marcos sociales de la memoria*. Caracas: Anthropos Editorial.
- JESUS, Rosângela Cidreira de, 2010. Tradição e Tradução: Identidade, Cultura, Memória. Em: *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 6 [Em linha]. Salvador, Ba: Enecult, pp. 1-12 [consult. 2023-01-12]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/75844161-Tradicao-e-traducao-identidade-cultura-memoria.html>.
- KAUARK, Fabiana, Fernanda Castro MANHÃES, e Carlos Henrique MEDEIROS, 2010. *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- LE GOFF, Jacques, 1990. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- LOPES, Imaculada, 2008. *Memória Social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*. São Paulo: Museu da Pessoa, Senac.
- MARIANO, Agnes, 2009. *A Invenção da baianidade*. São Paulo: Annablume.
- MELO, R. A., 2019. *Saberes e formas de expressão: patrimônio de todos nós*. Fortaleza: Fundação Democrates Rocha. 12 p. Curso de Formação de mediadores de educação para patrimônio.
- MILLER, Daniel, 2013. *Trecos, Troços e Coisas: Estudos antropológicos sobre a Cultura Material*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NORA, Pierre, 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. Dez. **10**, 7-28. Tradução de Yara Aun Houry.
- OLIVEIRA, Bernardina M. Juvenal Freire de, 2018. *José Simeão Leal: primeiro editor público brasileiro*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora.
- POLLAK, Michael, 1992. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*. **10**(5), 200-212.
- SANT'ANNA, Cristiano, e Isadora Souza SILVA, 2021. O Reflexo do Abebê – O Feminino do Candomblé transbordando nas Redes Sociais. Em: D. J. de MELO et al., eds. *Repensar o Sagrado: As Tradições Religiosas no Brasil e sua dimensão informacional*. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora Lda.
- SEVERINO, Antônio Joaquim, 2007. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- THOMPSON, Paul, 1992. *A voz do passado: história oral*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARQUIVO, BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA PGE-RJ

JAMILE ABREU PASSALINI SOUSA*
JOSÉ GUSTAVO MOURA CORRÊA**

INTRODUÇÃO

Instituições jurídicas tradicionalmente produzem um número considerável de documentos durante a realização de suas atividades. Concomitantemente, para que essas mesmas atividades sejam realizadas, muitas vezes é necessária a consulta à informação jurídica através de livros, legislação e jurisprudência. Natural, portanto, que órgãos públicos da área do Direito possuam setores voltados à guarda e à gestão de acervos arquivísticos e bibliográficos, geralmente arquivos e bibliotecas.

Porém, nem sempre as instituições jurídicas possuem o número ideal de servidores públicos para gerir todos esses acervos. Muitas vezes, um único setor pode acumular as atribuições de arquivo e biblioteca, tendo em vista possíveis restrições orçamentárias ou mesmo reorganizações administrativas. O contrário também pode acontecer: uma má distribuição de tarefas pode envolver diversos setores em atividades que poderiam ser concentradas em um número menor de departamentos.

Desta forma, esta investigação teve por objetivo geral analisar de que maneira um órgão jurídico do estado do Rio de Janeiro, a Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), realizou a fusão da Coordenadoria de Memória e Documentação, setor responsável por gerir um acervo de documentos arquivísticos, com a sua Biblioteca, tornando a Biblioteca responsável pela gestão conjunta de coleções arquivísticas e bibliográficas.

Como objetivos específicos, buscou-se definir e caracterizar a Coordenação de Memória e Documentação (CMD) e os documentos que ela armazenava (pareceres jurídicos e promoções), analisar as questões que envolvem a salvaguarda, pela Biblioteca, de documentos que possuem relação orgânica com seu produtor e apresentar a relação que tais documentos mantêm com as atividades finalísticas da instituição e os diferencia do acervo custodiado pela Biblioteca, a partir da identificação de elementos que os caracterizam como documentos arquivísticos.

* Marinha do Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5663-0341>; Email: j.passalini@gmail.com.

** Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7243-8544>; Email: jose.gustavo@outlook.com.

No que se refere à metodologia utilizada, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva, cuja coleta de dados foi realizada através de revisão de literatura e de pesquisa documental, especialmente na consulta a resoluções e normas da PGE-RJ acerca dos setores citados.

1. A PGE-RJ, SUA BIBLIOTECA E A COORDENADORIA DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO

A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) é o órgão público responsável pela representação judicial e pela consultoria jurídica do estado. É ela quem supervisiona o serviço jurídico da administração direta e indireta, realiza o controle interno dos atos da Administração Pública estadual e defende, de maneira geral, os interesses legítimos do estado do Rio de Janeiro.

É através de seus procuradores e servidores que a PGE-RJ atua respondendo a consultas de todo o secretariado do estado por meio de seus pareceres e opinamentos jurídicos, recomendando a aprovação ou desaprovação governamental a projetos de lei vindos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) ou, ainda, representando o estado em processos judiciais e administrativos. Em outras palavras, é através de seus procuradores e servidores que a PGE-RJ cumpre sua missão, qual seja a de «representar o Estado do Rio de Janeiro, judicial e administrativamente, e promover o controle interno de legalidade para preservação dos interesses públicos em benefício da sociedade» (PGE-RJ 2020).

Para o cumprimento adequado desse dever, é fundamental que o trabalho elaborado na PGE-RJ seja embasado numa informação jurídica atualizada e da maior qualidade possível. Um parecer jurídico elaborado com base numa doutrina desatualizada, por exemplo, pode invalidá-lo, comprometendo a atuação do órgão. O mesmo podemos dizer sobre qualquer trabalho baseado numa lei já revogada. Portanto, o cuidado no fornecimento e atualização da informação jurídica (seja ela doutrinária, legislativa ou jurisprudencial) se mostra crucial para a manutenção da qualidade do trabalho em instituições jurídicas.

Até o ano de 2020, dois setores tinham como um de seus objetivos garantir o acesso à informação jurídica no âmbito da PGE-RJ: a Biblioteca e a Coordenadoria de Memória e Documentação. Após o ano de 2020, a Biblioteca absorveu as atribuições da antiga CMD, que deixou de existir. Cabe-nos aqui fazer uma rápida caracterização do que era esse setor.

Segundo o regimento interno da PGE-RJ, consolidado pela Resolução PGE n.º 3968, de 9 de novembro de 2016, à Coordenadoria de Memória e Documentação competia as seguintes funções:

- I - Coligir os pareceres e as promoções dos Procuradores do Estado, com vistas à publicação na Revista de Direito da Procuradoria Geral e no Boletim Informativo;*
- II - Catalogar, classificar e indexar documentos e alimentar sistema informatizado de consulta e controle do acervo de documentos, notadamente resoluções, pareceres e promoções;*
- III - Observar as normas técnicas de guarda, preservação e acesso aos documentos produzidos e recebidos pela Procuradoria Geral do Estado;*
- IV - Receber as solicitações internas e externas de pesquisa, consulta e reprodução de documentos, em observância à Lei de Acesso à Informação;*
- V - Promover a aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades-Meio do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;*
- VI - Aplicar e propor alterações, quando cabível, à Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades-Fim da Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ 2016, p. 27).*

Na lista de atividades realizadas pelo setor descritas na citação acima, a principal função da CMD era gerir o acervo de pareceres e promoções produzidos pelos procuradores do estado. Pareceres e promoções nada mais são do que documentos onde os procuradores dão sua opinião jurídica sobre determinado assunto. Pelo menos uma cópia de todos os pareceres e promoções produzidos na PGE-RJ era enviada ao setor.

Esses documentos são muito consultados porque através deles pode-se conhecer a opinião institucional da PGE-RJ sobre assuntos jurídicos importantes. Como a Procuradoria Geral do Estado é o órgão central do sistema jurídico estadual, todos os outros órgãos públicos devem seguir seus entendimentos jurídicos. A consulta aos pareceres é útil também aos próprios procuradores que, ao fazerem um novo parecer, procuram precedentes em pareceres já escritos para embasar suas opiniões.

É digna de nota a presença de atividades que implicam na promoção, aplicação e alteração de tabelas de temporalidade de documentos de atividades-meio e atividades-fim da PGE-RJ, atividades típicas de arquivos. Desta forma, pela natureza do seu acervo e por ter entre suas atribuições atividades intrinsecamente relacionadas à Arquivologia, consideramos que a Coordenação de Memória e Documentação era um arquivo de cópias. Esta relação será melhor explorada nos próximos capítulos do texto. Antes, cabe-nos descrever o papel da Biblioteca no âmbito da PGE-RJ.

A Biblioteca da PGE-RJ, oficialmente Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto (BMJVS), foi criada em 1949 e se destina ao atendimento de procuradores, servidores e residentes jurídicos visando à disseminação informacional para apoio nas atividades concernentes à representação judicial e à consultoria jurídica do Estado do Rio de Janeiro.

A BMJVS possui aproximadamente 68 mil itens em seu acervo, distribuídos em livros, periódicos, CDs, DVDs, jornais oficiais do estado, coletâneas de legislação, dentre outros tipos de material bibliográfico. Tem por missão «promover o acesso às fontes de informação jurídicas, subsidiando a pesquisa e a geração de conhecimento no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro» (PGE-RJ 2022). Além disso, a BMJVS tem por objetivo propiciar a constante adequação e atualização dos recursos informacionais disponíveis na PGE-RJ, além de salvaguardar o patrimônio intelectual e cultural dos acervos de memória e a produção intelectual de seus servidores e procuradores.

Na já citada Resolução PGE-RJ n.º 3968, de 9 de novembro de 2016, cabiam à Biblioteca as seguintes atividades:

I - Promover a seleção, aquisição e registro de obras, visando manter os acervos atualizados e aptos a atender aos usuários;

II - Manter os serviços de consulta e empréstimo, atendendo aos pedidos de informação sobre matéria doutrinária ou legislativa;

III - Manter registro da legislação federal e estadual;

IV - Distribuir diariamente os jornais oficiais a todos os órgãos da Procuradoria Geral do Estado;

V - Guardar e zelar pela conservação dos livros, periódicos e jornais oficiais;

VI - Realizar intercâmbio com outras Bibliotecas;

VII - Realizar pesquisas de informações sobre matéria doutrinária ou legislativa;

VIII - catalogar e classificar o material bibliográfico adquirido (PGE-RJ, 2016, p. 27).

Contudo, com a atualização organizacional da PGE-RJ ocorrida em 2020, a biblioteca absorveu as antigas atribuições da Coordenação de Memória e Documentação. Diante disso, criou-se uma Biblioteca que além de um acervo bibliográfico, possui um acervo arquivístico. Após 2020, com a publicação da Resolução PGE-RJ n.º 4590, de 7 de agosto de 2020, a biblioteca ficou com as seguintes atribuições:

I - Catalogar, classificar e indexar documentos e gerir o sistema informatizado de consulta, empréstimo e controle de acesso aos documentos, notadamente pareceres, promoções, leis, decretos, portarias e resoluções da PGE;

II - Observar as normas técnicas de guarda, preservação e acesso aos documentos produzidos e recebidos pela Procuradoria Geral do Estado;

III - Receber as solicitações internas e externas de pesquisa, consulta e reprodução de documentos, observadas eventuais restrições e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Direitos Autorais;

IV - Aplicar a Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades Meio do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro aos documentos armazenados no setor;

V - Aplicar e propor alterações, quando cabíveis, à Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades-Fim da Procuradoria Geral do Estado;

VI - Promover a seleção, aquisição e processamento técnico de materiais informacionais, visando manter o acervo atualizado e apto a atender às necessidades da PGE;

VII - Manter registro e acompanhamento da legislação estadual (Leis, Decretos, Resoluções e Portarias da PGE);

VIII - Realizar pesquisas de informações sobre matéria doutrinária ou legislativa;

IX - Zelar pela preservação dos livros, periódicos, jornais oficiais, obras raras/especiais e demais documentos;

X - Realizar intercâmbio com outras Bibliotecas;

XI - Guardar e conservar a produção intelectual da PGE promovendo a disseminação, acessibilidade e visibilidade do conhecimento gerado na instituição;

XII - Compilar os pareceres e as promoções dos Procuradores do Estado, com vistas à publicação na Revista de Direito da Procuradoria Geral e no Boletim Informativo;

XIII - Preservar a memória institucional da Procuradoria-Geral do Estado, da Escola Superior de Advocacia Pública e da Advocacia Pública Nacional (PGE-RJ 2020, p. 21).

Além de possuir agora um acervo arquivístico, a BMJVS absorveu também atividades tipicamente de arquivo, como a aplicação e a possibilidade de sugerir alterações em tabelas de temporalidade de documentos. É dentro desse contexto, de uma Biblioteca que absorveu atividades e acervo arquivísticos, que a presente pesquisa busca explorar as relações entre a Arquivologia e a Biblioteconomia e demonstrar as soluções encontradas, no âmbito da PGE-RJ, para que a aglutinação dos setores fosse bem-sucedida. Para uma melhor análise dessa relação entre as disciplinas, é fundamental uma noção teórica do que se entende por documento arquivístico e documento bibliográfico.

2. ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA: AS DEFINIÇÕES DE DOCUMENTO

O diálogo entre Arquivologia e Biblioteconomia explorado neste artigo parte da relação próxima dessas duas distintas áreas do conhecimento com o conceito de documento enquanto objeto de estudo. É possível, ainda, expandir esse diálogo para o campo da Documentação, visto que se trata da área do conhecimento que explora o conceito de documento a partir de seu valor informativo. Assim, no campo da Documentação:

o documento tem uma dupla origem possível. Se ele não foi criado como tal, o objeto pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele busca informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, o promove, assim, a suporte de mensagem (Meyriat 2016, p. 242).

A definição supracitada foi elaborada pelo francês Jean Meyriat enquanto seguidor de Suzanne Briet porque, para a documentalista francesa, os documentos são registros de conhecimento e vão além de seu suporte. Para ela, qualquer objeto pode ser considerado documento se presentes certos atributos, como: materialidade, intencionalidade e organização. A partir disso, Ortega e Saldanha (2017) afirmam que o trabalho de Briet:

trouxe maior precisão à ideia de que todo objeto pode ser um documento ao condicionar a este objeto a atribuição de um indício, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual (Ortega e Saldanha 2017, p. 5).

Isto posto, faz-se necessário apresentar o conceito de documento para a Arquivologia e para a Biblioteconomia, assim como definir o conceito de coleção no âmbito deste artigo, uma vez que o objeto de estudo deste artigo caracteriza-se como uma coleção formada a partir de documentos arquivísticos (a coleção de pareceres jurídicos da PGE-RJ).

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005) define o conceito de documento como «Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato» (Arquivo Nacional 2005, p. 73) e, apesar de não apresentar uma definição para o termo «documento arquivístico», define arquivo como «Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte» (Arquivo Nacional 2005, p. 27). Dessa forma, optamos por utilizar tal definição para caracterizar «documento arquivístico» no desenvolvimento desta pesquisa.

A partir desses conceitos, destacamos como característica do documento arquivístico sua relação com o produtor, visto que é produzido a partir de uma atividade específica; isso dota o documento arquivístico de certos atributos, como a organicidade e a autenticidade.

Outra característica que deve ser destacada é a independência do suporte, pois isso amplia o conceito de documento arquivístico, conforme a definição de Schellenberg (2006):

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (Schellenberg 2006, p. 41).

Já o conceito de documento bibliográfico é definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional 2005, p. 73) como: «Gênero documental integrado por impressos, como livros, folhetos e periódicos». Tendo em vista o objetivo deste artigo, tal definição precisa ser considerada no escopo da Biblioteconomia, mais especificamente a Biblioteconomia especializada. De acordo com Tanus, Renau e Araújo (2012, p. 164) o conceito de documento para a Biblioteconomia especializada: «guardaria contornos muito próximos da definição oriunda da própria Documentação, pois os documentos não seriam apenas os livros, mas todas as formas documentais». Trata-se, portanto, da expansão do conceito de documento para além de seu suporte, conforme observado nas bases teóricas da Documentação.

Tendo em vista as características apresentadas, destaca-se como ponto central de diferença entre o conceito de documento para a Arquivologia e para a Biblioteconomia as razões de criação do acervo documental. O documento de biblioteca é criado a partir de critérios artísticos ou científicos e reunidos com o objetivo de divulgação, ao passo que o documento de arquivo é produzido em função das atividades da instituição que mantém sua custódia, seja ela pública ou privada. Sendo assim, a compreensão de que os documentos de arquivo se caracterizam pela relação com seu produtor atribui a tais documentos o caráter orgânico, característica essencial para diferenciá-los dos documentos que compõem o acervo de uma biblioteca.

O caráter orgânico dos documentos de arquivo está relacionado com o vínculo arquivístico atribuído pela organicidade. Trata-se de um dos pontos principais da teoria arquivística, pois a organicidade é atributo indispensável ao documento de arquivo. A organicidade relaciona-se com a missão e atividades de uma instituição. Sendo assim:

A Organicidade do arquivo realiza-se através da acumulação dos documentos. Um arquivo sempre tem alguma Organicidade, as próprias atividades acabam por impor alguma ordem aos documentos gerados [...] de modo que as inter-

-relações existentes entre as funções, atividades e tarefas refletem-se nos documentos, essa acumulação faz com que o arquivo reflita, no seu todo, a missão realizada (Rodrigues 2006, p. 109).

Smit (2017) consegue ilustrar as diferenças das funções dos documentos de arquivo e dos documentos de biblioteca ao explicar as diferenças dessas duas instituições apoiada nas definições de Camargo e Goulart (2015), conforme a citação abaixo:

Outra forma para expressar a diferença [entre arquivo, biblioteca e museu] é proposta por Camargo e Goulart (2015, p. 23) quando as autoras distinguem as funções primárias dos arquivos — administrativas (viabilizar e comprovar atividades de instituições e pessoas) das funções primárias de bibliotecas e museus — educacionais, científicas, técnicas e culturais. A função viabilizadora e comprobatória associada aos documentos de arquivo conduz a outra distinção [...]: os documentos de arquivo têm um estatuto documental congênito, ao passo que os documentos em bibliotecas e museus têm um estatuto documental atribuído (Smit 2017, p. 8).

Outro conceito importante para a teoria arquivística e para o desenvolvimento deste artigo é o Princípio da Proveniência, pois é elemento norteador para a concepção de fundo de arquivo. De forma geral, o Princípio da Proveniência determina que os documentos devem ser organizados de acordo com seu produtor. É a partir desse entendimento que surge a ideia de fundo de arquivo:

O princípio da proveniência prima pela constituição de fundos, com base em que todos os documentos que venham de uma instituição, família, pessoa etc., não sejam separados. Dessa forma, é possível que se formem fundos de arquivos com documentos provenientes de um mesmo lugar (Albuquerque e Souto 2013, pp. 26-27).

Conforme aponta a literatura da área, o Princípio da Proveniência se consolidou a partir de uma circular publicada pelo historiador francês Natalis de Wally em 1841 que continha as instruções práticas para ordenação dos documentos de arquivo. A partir desse momento, tornou-se a base teórica para o desenvolvimento de outras atividades arquivísticas (Albuquerque e Souto 2013, p. 26).

Ainda em relação ao Princípio da Proveniência, os apontamentos de Casanova (1928) sobre a teoria arquivística se mostram pertinentes para esta pesquisa. O autor italiano, ao publicar seu manual *Archivística*, apresenta uma abordagem inovadora sobre a aplicação desse princípio, uma vez que afirma que o respeito aos fundos e à ordem original

podem ser recuperados intelectualmente, nos casos em que os fundos tenham sido separados fisicamente. No entendimento de Casanova (1928), essa recuperação se daria por meio da proveniência, da territorialidade e do contexto de uso dos documentos. Ou seja, a ordem original não é o único elemento a ser considerado na recuperação da informação.

Esse entendimento é importante para compreendermos o contexto de coleção no âmbito desta pesquisa. De forma geral, coleções são atribuídas ao acervo de bibliotecas, uma vez que documentos de arquivo são acumulados organicamente, dispensando o caráter arbitrário de reunião próprio das coleções. Contudo, para melhor compreensão do caso apresentado neste artigo, devemos explorar o conceito de coleção.

Para a Arquivologia, o conceito de coleção está relacionado com a intencionalidade de sua composição. De acordo com o já mencionado *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional 2005, p. 52), «coleção» é um «Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente». No caso da Coleção Pareceres, custodiada pela Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto, a característica em comum seria o tipo documental. Ainda que o órgão produtor seja também uma característica em comum, não levamos em consideração em nossa análise, pois não há na Coleção Pareceres documentos provenientes de outras origens. Além disso, faz-se necessário mencionar que o termo «coleção» desponta nas normas arquivísticas e na literatura da área como contrário ao conceito de «fundo», pois a intencionalidade de sua concepção o distancia da organicidade preconizada pelos documentos de arquivo.

Contudo, discussões mais recentes questionam esse entendimento, visto que qualquer ação realizada pelo homem é dotada de sentido e de parcialidade, conforme aponta Armando Malheiro da Silva (2015).

3. O PARECER JURÍDICO NA PGE E O DOCUMENTO DE ARQUIVO

Tendo em vista os conceitos explorados até aqui e o contexto de produção dos Pareceres na PGE-RJ, torna-se possível compreendê-los como documentos arquivísticos, já que são produzidos a partir de uma atividade finalística da instituição. Sendo assim, são documentos que refletem a missão da instituição que os produz e que possuem valores e informações relevantes para seu produtor. O valor informacional é refletido na reunião desses Pareceres na coleção custodiada pela BMJVS.

Conforme mencionado, a Biblioteca aglutinou as funções da Coordenadoria de Memória e Documentação a partir de 2020. Por isso, faz-se necessário explorar os processos que dão origem à referida coleção. A produção desse documento se dá a partir de uma demanda relacionada com uma das funções finalísticas da instituição, a saber: a consultoria jurídica a órgãos do governo do estado. É a partir do questionamento sobre temas jurídicos vindos de órgãos da estrutura do governo estadual que os procuradores

emitem suas opiniões formalmente em pareceres. Esses questionamentos vêm geralmente através de processos administrativos, aos quais os procuradores respondem com seus pareceres.

Após a conclusão dessa etapa, o parecer segue encartado em seu procedimento de origem e, considerando seu valor informacional, é produzida uma cópia para compor o acervo da Coleção Pareceres custodiada pela Biblioteca. Aqui, é importante analisar o conceito de cópia nesse contexto. De acordo com Bellotto (2006), as cópias podem possuir a finalidade de reproduzir originais existentes e substituir originais desaparecidos. No caso da Coleção Pareceres, trata-se do primeiro caso: cópias realizadas para reproduzir os originais existentes. Porém, no contexto da Coleção, essas cópias tornam-se originais.

Isto posto, entendemos que, apesar de serem cópias reunidas arbitrariamente, os documentos da coleção Pareceres mantêm relação com seu produtor, de modo que o seu valor informacional está intrinsecamente ligado com seu contexto de produção. Ou seja, a partir desse entendimento, é possível considerá-los como documentos arquivísticos. Tal entendimento é essencial para lidar com os desafios de tratamento dessa documentação no âmbito da Biblioteca, visto que os Pareceres não são tratados como um conjunto isolado de documentos, pois a relação com o produtor é mantida.

A organização física desses documentos em uma coleção não prejudica a unidade intelectual ou a relação lógica que esses documentos mantêm com seu produtor e com outros documentos provenientes das atividades finalísticas da instituição. Portanto, é possível observar nesse conjunto documental aspectos que respeitam o Princípio da Proveniência, entre eles as vantagens de aplicação desse princípio elencadas por Rousseau e Couture (1998) e citadas por Albuquerque e Souto (2013, p. 36): «integridade administrativa» e «valor de testemunho», já que os documentos da Coleção Pareceres refletem as atividades da sua instituição produtora. Além disso, apresentam valor informativo para sua instituição e para a sociedade.

Diante do exposto, concluímos que as características da Coleção Pareceres custodiada pela BMJVS aproximam esse conjunto documental do mencionado Princípio da Proveniência, uma vez que os documentos que compõem essa coleção são acumulados a partir das atividades da sua instituição produtora. Ou seja, os pareceres são resultado da atividade de consultoria jurídica da PGE-RJ e são reunidos na Coleção Pareceres na medida em que são produzidos e acumulados pela instituição. Ao analisarmos o fluxo de produção desse tipo documental, é possível identificarmos um processo natural de acumulação, ainda que posteriormente esses documentos venham a ser reunidos em uma coleção.

Sendo assim, o tratamento documental dispensado a esses documentos é diferenciado do acervo geral custodiado pela BMJVS. Para a Coleção Pareceres, são considerados os seguintes elementos no momento de sua ordenação: a sigla criada a partir

das iniciais do nome do procurador que produziu o parecer, o número atribuído ao parecer e o seu ano de publicação, de modo que os pareceres fiquem organizados pelo seu produtor.

Além disso, a consulta aos pareceres é realizada através de uma página própria destinada à Coleção. O *software* de gerenciamento da biblioteca possui uma interface específica para a busca desse tipo de documento, de maneira que os filtros usados para a busca de pareceres foram especificamente designados para esse material e não se confundem com os utilizados na busca de material bibliográfico, como livros e periódicos.

4. SOLUÇÕES PARA A GESTÃO CONJUNTA DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICO E BIBLIOGRÁFICO NA BMJVS

A utilização de uma página específica para a busca e consulta de pareceres e promoções não foi a única estratégia administrativa adotada para que a gestão de uma coleção arquivística dentro da BMJVS fosse bem-sucedida. Primeiramente, a equipe da antiga Coordenadoria de Memória e Documentação também foi absorvida pela Biblioteca, trazendo para o setor funcionários acostumados a lidar com documentação arquivística.

O arquivo geral da PGE-RJ também atuou durante o processo de aglutinação dos setores. Durante a transferência do acervo da antiga Coordenadoria de Memória e Documentação para a Biblioteca foi feita uma verificação de que tipo de material poderia ser enviado ao Arquivo, seja por estar ali por engano, seja por se adequar melhor à guarda dentro do arquivo. A parceria resultou em mais de 349 caixas de documentos enviadas ao arquivo da PGE-RJ, dentre eles figuravam cópias de ofícios, de petições e de vistos de pareceres de antigos subprocuradores-gerais.

Além disso, a formação dos seis bibliotecários da instituição também foi levada em consideração. Constatou-se que dois dos bibliotecários já possuíam educação formal na área de Arquivologia através de curso de especialização *lato sensu* em gestão de documentos jurídicos. Somado a isso, um curso de gestão arquivística de documentos foi oferecido pela PGE-RJ a todos os servidores que possuíam algum tipo de função relacionada com documentos arquivísticos, o que englobou todos os bibliotecários da instituição.

O curso em questão, cuja carga-horária foi de 24 horas, possuía conteúdos voltados à introdução à Arquivologia, aos princípios arquivísticos, à gestão de documentos e à legislação arquivística. Abaixo podemos ver uma tabela com todos os conteúdos ministrados aos servidores da PGE-RJ:

Tabela 1. Conteúdo do curso de Arquivologia ministrado aos servidores da PGE-RJ

Tópicos	Assuntos tratados
Noções básicas de Arquivologia	Princípios arquivísticos Teoria das Três Idades Classificação de arquivos e de documentos de arquivo Procedimentos administrativos relativos a processos
Gestão de documentos	Conceito, objetivo e fases; Planos de classificação de documentos de arquivo; Avaliação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo
Documentos Arquivísticos Digitais	Principais diferenças entre documentos digitais e documentos convencionais
Legislação arquivística	Apresentação de leis e decretos voltados à área de Arquivologia

Fonte: ABFP (2022)

Em resumo, a absorção e a gestão de uma coleção de documentos arquivísticos pela Biblioteca obteve êxito porque foram feitos esforços na área tecnológica, de recursos humanos e de educação de servidores, além da parceria com o Arquivo Geral da instituição e do apoio indispensável da alta administração para que todo o processo acontecesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A absorção pela BMJVS de um setor que custodiava um acervo de cópias de documentos cujo nome não determinava se era um arquivo ou outra biblioteca poderia se tornar uma tarefa especialmente difícil, tendo em vista as peculiaridades que cada uma dessas instituições (arquivo e biblioteca) possuem. Por isso a necessidade de se conceituar a natureza da antiga Coordenação de Memória e Documentação.

Baseando-se na literatura arquivística, foi possível identificar que os documentos armazenados pelo antigo setor se caracterizavam como documentos arquivísticos, haja vista seu contexto de produção, o princípio da proveniência e a presença de relação orgânica com seu produtor. Isso nos levou a considerar que a antiga CMD era efetivamente um arquivo.

Nesse sentido, as soluções implementadas pela PGE-RJ para adequar a biblioteca ao recebimento de uma nova coleção foram: i) trazer os funcionários do antigo setor para a Biblioteca; ii) criar uma parceria entre a Biblioteca e o Arquivo Geral para o recolhimento de material que não deveria ir para as instalações da BMJVS; iii) investir em formação na área de Arquivologia para que os bibliotecários tivessem conhecimento técnico para gerenciar uma coleção de documentos arquivísticos.

É possível constatar que o apoio da alta administração da PGE-RJ foi fundamental para que a reorganização dos setores funcionasse, sobretudo quando vemos o investimento realizado na instrução formal de servidores.

Como no caso da PGE-RJ, mudanças organizacionais podem mudar completamente o contexto de atuação de bibliotecários e arquivistas. Desta forma, é importante que esses profissionais saibam pelo menos noções básicas do trabalho um do outro. Mais do que uma necessidade para o mercado de trabalho, isso pode definir como um profissional da informação poderá se adaptar a uma nova realidade dentro de sua instituição.

Finalmente, é importante que se recomende mais investigações acerca da gestão conjunta de arquivos, bibliotecas e museus. Conhecer a realidade de arquivistas, bibliotecários e museólogos pode esclarecer de que maneira a atuação conjunta desses profissionais e suas instituições podem acontecer de maneira mais fluida e proveitosa. Mapeamento de instituições que possuem esses três setores, estudos de caso que investiguem a atuação conjunta desses profissionais num mesmo setor podem ser um caminho inicial a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

- ABFP [ACADEMIA BRASILEIRA DE FORMAÇÃO E PESQUISA], 2022. *Curso de gestão arquivística de documentos: Apresentação do curso* [Em linha]. Brasília, DF: ABFP [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://abfp.com.br/cursos-detalhes.php?id=48&titulo=Gest%C3%A3o+Arquiv%C3%ADstica+de+Documentos.+Aberto.+RJ>.
- ALBUQUERQUE, A. C. de, e D. V. B. SOUTO, 2013. Acerca do princípio da proveniência: Apontamentos conceituais. *ÁGORA: Arquivologia em debate* [Em linha]. 23(46), 14-44 [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/425>.
- ARQUIVO NACIONAL, 2005. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- BELLOTTO, H. L., 2006. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CASANOVA, E., 1928. *Archivistica*. 2.^a ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri.
- MEYRIAT, J., 2016. Documento, documentação, documentologia. *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em linha]. 21(3), 240-253. Tradução de M. de Brito, a C. D. Orteg, e M. A. da Silva, [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480/18073>.
- MEYRIAT, J., 1981. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*. (14), 51-63.
- ORTEGA, C. D., e G. S. SALDANHA, 2017. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. Em: *XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)* [Em linha]. Marília, SP, Brasil, [consult. 2023-11-10] Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104362>.
- PGE-RJ [PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO], 2022. *Atuação e identidade institucional* [Em linha]. Rio de Janeiro: PGE-RJ, [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/institucional/atuacao-e-identidade-institucional>.

- PGE-RJ [PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO], 2020. *Resolução PGE n.º 4.590, de 07 de agosto de 2020* [Em linha]. Rio de Janeiro: PGE-RJ, [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTE3NTc%2C>.
- PGE-RJ [PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO], 2016. *Resolução n.º 3.968, de 09 de novembro de 2016* [Em linha]. Rio de Janeiro: PGE-RJ, [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://biblioteca.pge.rj.gov.br/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/37429>.
- RODRIGUES, A. M. L., 2006. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em linha]. **11**(1), 102-117 [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38617>.
- SCHELLENBERG, T.R., 2006. *Arquivos modernos: Princípios e técnicas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SILVA, A. M. da., 2015. Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: Em busca da clarificação possível. *Cadernos BAD* [Em linha]. **1**(2015), 103-124 [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1482>.
- SMIT, J. W., 2017. Arquivologia, Ciência da Informação e as duas faces de Jano. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends* [Em linha]. **11**(4), 6-9 [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7497/4782>.
- TANUS, G. F. de S.C., L. V. RENAÚ, e C. A. A. ARAÚJO, 2012. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. Jul./dez. **8**(2), 158-174 [consult. 2023-11-10]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220/234>.

ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ABORDAGEM DE ACERVOS PESSOAIS

PAULO ROBERTO ELIAN DOS SANTOS*

BÁRBARA MICHELLE DE MELO NÓBREGA**

KAROLYNE SOUSA AMARAL***

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década de 1970, arquivos públicos, centros de memória, universidades e museus passaram a custodiar arquivos pessoais de políticos, escritores, cientistas, médicos, intelectuais, entre outros, com trajetórias individuais consideradas relevantes em seus campos de atuação e representativas de diferentes contextos políticos, sociais e culturais da história do país. Modalidade mais frequente na maior parte dos casos, a doação realizada por herdeiros — e eventualmente pelo próprio titular — costuma envolver não apenas o arquivo, mas uma biblioteca, assim como peças, objetos e outros materiais de natureza museológica, impondo às instituições desafios conceituais e metodológicos, além de questões de natureza prática.

Nosso objetivo é realizar uma reflexão sobre alguns aspectos presentes nas etapas de incorporação e tratamento técnico destes acervos pessoais, a partir de uma revisão de bibliografia e pesquisa em fontes documentais. Estes estudos, desenvolvidos no âmbito da pós-graduação, se debruçaram sobre os acervos pessoais do escritor, dramaturgo e professor Guilherme de Figueiredo, e do físico, professor e crítico de cinema Plínio Sússekind Rocha, depositados na Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Biblioteca do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente, e foram conduzidos com o intuito de discutir as possibilidades de uma abordagem integrada de arquivos e bibliotecas.

Estes estudos, guardadas algumas diferenças, cumpriram um percurso metodológico que pode ser sintetizado nas seguintes etapas: descrição do processo de doação e institucionalização dos acervos, identificando os atores, as negociações e interesses envolvidos; levantamento da trajetória pessoal e profissional dos titulares de forma a construir

* Fundação Oswaldo Cruz; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1045-4375>; Email: paulo.elian@fiocruz.br.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2628-2301>; Email: barbaranobreg@gmail.com.

*** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6894-2497>; Email: karoline.amaral@gmail.com.

uma cronologia para subsidiar a organização do acervo; revisão de bibliografia sobre arquivos pessoais com inflexão nos trabalhos dedicados ao tratamento integrado de arquivos e bibliotecas, arquivos pessoais de cientistas e métodos de classificação e descrição de documentos; e elaboração de planos de classificação apoiados em uma perspectiva funcional que traduza as funções e atividades desempenhadas pelos titulares ao longo da vida e possa contemplar documentos arquivísticos e bibliográficos.

A arquivologia e a biblioteconomia são detentoras de tradições metodológicas e práticas que vêm se renovando nas últimas décadas. Neste contexto, as inovações na abordagem dos acervos pessoais podem representar uma contribuição original para o conhecimento nestes campos disciplinares. Nas próximas seções apresentamos o resultado dos estudos sobre os acervos Plínio Sússekind Rocha e Guilherme Figueiredo.

1. ACERVO PLÍNIO SÜSSEKIND ROCHA¹

Antes de apresentarmos os resultados deste estudo, que aborda o acervo pessoal do físico, professor e crítico de cinema Plínio Sússekind Rocha², depositado na Biblioteca do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF/UFRJ), faremos uma breve contextualização histórica desta biblioteca.

A história da Biblioteca do Instituto de Física da UFRJ é mais antiga que a do próprio Instituto que a abriga, criado em 1966. Sua origem remonta ao início nos anos 1940, ainda no Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF*i*), a partir da iniciativa do professor Plínio Sússekind Rocha (PSR) que disponibilizou seu próprio acervo bibliográfico para a consulta dos estudantes. Segundo o relato de Elisa Frota-Pessoa³ (Borba 2012), «não se obtinham revistas com facilidades — foi o Plínio que começou a montar uma biblioteca de Física em 1944. Ele pegava os livros dele e guardava lá para quem quisesse consultar. Hoje a biblioteca, creio eu, tem seu nome».

¹ A pesquisa sobre este acervo resultou na dissertação *Acervo Plínio Sússekind Rocha: uma abordagem arquivística*, de autoria de Bárbara Michelle de Melo Nóbrega, defendida em abril de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ (Nóbrega 2022).

² Plínio Sússekind Rocha (1911-1972) foi um personagem importante no meio intelectual e acadêmico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1970. Atuou como professor de física ao longo de quarenta anos, na escola secundária e no ensino superior, tendo colaborado na formação das primeiras gerações de físicos e matemáticos no Rio de Janeiro. Como professor na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF*i*) — Universidade do Brasil, atual UFRJ — na qual foi catedrático de Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física Matemática, entre 1942 e 1969, influenciou muitos alunos nas sendas da física e da filosofia da ciência. Plínio era também um aficionado pelo cinema, exercendo papel de crítico cinematográfico, criando cineclubes e estimulando alunos, alguns dos quais enveredaram para o cinema. Em 1969, foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional N.º 5 (AI-5) da ditadura militar, com quatro colegas físicos da FNF*i*, e faleceu três anos depois.

³ Elisa Frota-Pessoa foi a segunda mulher a se formar em física no Brasil, por influência do professor Plínio Sússekind Rocha, ainda no curso ginásial, e com quem teve aulas de física a partir de 1936 na Universidade do Distrito Federal (UDF). Plínio foi quem a incentivou a prosseguir os estudos naquela matéria.

Dessa forma, pela contribuição de Plínio Süssekind Rocha ao ensino de física e por ter iniciado a Biblioteca de Física, foi deliberado pela Congregação do IF/UFRJ, no dia 22 de dezembro de 1981, a indicação do seu nome para patrono. Isto justifica o interesse da Biblioteca do IF/UFRJ na preservação do seu acervo.

O acervo pessoal de Plínio Süssekind Rocha, doado à Biblioteca do IF/UFRJ, no ano de 2017, é constituído por documentos de arquivo, livros e periódicos, e já passou pela fase de higienização e levantamento geral para posterior tratamento técnico e disponibilização para acesso público, o que possibilitará o uso do mesmo como fonte de pesquisa. O acervo conta com 666 livros, 308 revistas científicas diversas e cerca de 5.400 documentos, divididos entre anotações pessoais, apostilas de cursos, cartas, fotografias, recortes, *reprints* de artigos etc. Contudo, trata-se de uma estimativa imprecisa, pois ainda não foi realizado o inventário detalhado.

1.1. O Processo de Doação

A doação foi feita por sua companheira Myrce da Costa Gomes, que passou a ser a detentora do acervo, após o falecimento de PSR, em 1972. Em um dos primeiros contatos, nos foi relatada a tentativa de doação à Biblioteca do IF/UFRJ ainda na década de 1970, que acabou não se concretizando em razão da falta de espaço. Durante entrevista com a doadora, em 2017, portanto, 45 anos após a morte de Plínio, ela manifestou novamente o desejo de efetuar a doação do acervo para a biblioteca que leva o nome de seu ex-companheiro, e expressou a vontade de ver o material preservado, ganhar um novo status, que só a institucionalização poderia garantir: conservação, preservação, organização e difusão.

Uma das funções das bibliotecas é disseminar informações qualificadas. Segundo Barcellos e Flores (2018, p. 78), «a institucionalização dos arquivos pessoais é o caminho para a valorização e disseminação do conjunto documental do arquivo». É o caminho para que ele saia da esfera privada e, sob custódia de uma instituição de guarda, possa alcançar o domínio público.

Os processos de doação conduzidos por seus diferentes atores, em geral, envolvem etapas de negociação e sensibilização. No caso do acervo PSR não foi diferente. Vale destacar que no primeiro encontro com a doadora, um álbum de fotografias e uma pasta de recortes de jornais foram emprestados para digitalização e posteriormente devolvidos, por tratar-se de uma recordação de natureza afetiva. Em contato posterior, no entanto, acordamos que os originais ficariam no Acervo PSR, e providenciaríamos uma reprodução desse material para a doadora. Dessa forma, as cópias foram feitas e entregues sem prejuízo para nenhuma das partes envolvidas, isto é, foram preservados os documentos originais e resguardada a memória afetiva da viúva.

Cabe ressaltar, ainda, que os acervos pessoais, não raro, sofrem com a «subjetividade e intencionalidade» (Nedel 2014, p. 136 *apud* Costa 2019, p. 11) de seus depositários, e de

seus custodiadores, especialmente, quando se trata de um fundo cujo titular teve um campo de atuação diversificado, como é o caso de Plínio, professor, físico, filósofo, apreciador e crítico de cinema. Embora diversos documentos e livros que versam sobre cinema tenham sido divididos entre o Arquivo Mário Peixoto⁴ (levados anteriormente por Saulo Pereira de Mello) e a Cinemateca do MAM⁵, a maior parte de seu conjunto documental foi direcionada para a Biblioteca do IF/UFRJ, e apesar da fragmentação, a documentação preservada na UFRJ ainda é representativa. Ou seja, o acervo foi fracionado, se dividiu em parcelas por decisão da doadora, também de maneira a atender interesses e possibilidades de pessoas e instituições. Desta forma, a dispersão não resultou fundamentalmente da ação dos agentes institucionais, mas foi uma decisão de quem doou. Esta certamente não é a situação mais adequada para a preservação de um acervo que reflita a integralidade de um indivíduo com uma diversidade de interesses e atividades como Plínio. No entanto, foi o que ocorreu, e em função disto, é desejável que as informações destes conjuntos, agora dispersos em instituições diferentes, sejam sistematizadas e reunidas mais adiante, mesmo que por meio de instrumento digital, de modo a facilitar o trabalho de pesquisadores porventura interessados em estudar o personagem e sua obra, assim como seu contexto e sua época.

1.2. Desafios Conceituais e Metodológicos

A partir da doação e constituição, na Biblioteca do IF/UFRJ, do Acervo Plínio Süssekind Rocha, composto por livros e documentos, nos foram impostos desafios conceituais, metodológicos, e de natureza prática, como um espaço para abrigá-lo e uma equipe multidisciplinar com competência técnica diversa, capaz de tratar um acervo dessa natureza. Dessa forma, com o objetivo de mapear o campo conceitual, procedemos a uma revisão de literatura sobre arquivos pessoais, a partir do levantamento bibliográfico relativo aos aspectos conceituais e metodológicos dos arquivos pessoais, em particular de cientistas, considerando que a principal atividade de Plínio foi a de pesquisador e professor universitário.

Na literatura especializada brasileira localizamos reflexões teórico-metodológicas que merecem menção. Em dossiê da Revista do Arquivo Público Mineiro dedicado ao tema dos arquivos pessoais, Camargo (2009) e Heymann (2009) sistematizam e debatem alguns aspectos centrais tais como o processo de acumulação, semelhanças e diferenças

⁴ Arquivo Mário Peixoto: fundado em 1996 por Walter Salles, o arquivo é gerenciado por Ayla e Saulo Pereira de Mello (falecido em 2020). Abrange, entre outros, um imenso volume de livros, roteiros, correspondências, fitas de áudio e vídeo, bem como material fotográfico. O arquivo é aberto a pesquisadores, estudantes e aos demais interessados em conhecer a vida e obra de Mário.

⁵ A Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro é um centro de patrimônio e memória audiovisual relacionado à expressão por imagens e sons em movimento, não importando o suporte de registro, intenção de uso ou valorização sociocultural. Segunda cinemateca mais antiga em atividade no país, abrange a preservação em sentido lato e a conservação em sentido estrito de toda e qualquer manifestação audiovisual nacional e internacional, de todas as épocas (Cinemateca do MAM on Vimeo [consult. 2023-11-20]).

entre arquivos institucionais e pessoais, a adoção do método funcional, o contexto de produção dos documentos e a existência de nexos de «intencionalidade» (Heymann 2009) que matizam o enquadramento natural por atividade/função. Sem renunciar aos critérios consagrados pela teoria arquivística, Camargo (2009) reconhece a necessidade de um tratamento que considere a especificidade do processo de acumulação nos arquivos pessoais. Enquanto Heymann (2009), sem se contrapor a esta ideia, dialoga com a teoria e propugna um olhar mais amplo capaz de identificar nestes arquivos outras lógicas de acumulação.

Tendo em vista a existência de «modelos» que se diferenciam na abordagem dos arquivos pessoais, buscamos procedimentos metodológicos mais aderentes a esse tipo de acervo. Santos (2012, pp. 20-21), demonstra a importância de refletir sobre uma abordagem diferenciada para o tratamento de arquivos pessoais de cientistas, baseada nas atividades desempenhadas, assim como o estabelecimento de um padrão próprio de organização para os documentos advindos desse processo. O autor ressalta que há diferenças a serem consideradas, tanto na constituição desses arquivos quanto nos diferentes papéis «profissionais e sociais que envolvem políticos, militares, escritores, [professores] e cientistas», chamando a atenção para as considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais e institucionais. Essas reflexões, voltadas aos arquivos pessoais de cientistas, foram, de certo, úteis para a abordagem do Acervo Plínio Süssekind Rocha (Santos 2012, pp. 20-21).

Tendo em vista as atividades de pesquisador e docente universitário do titular do acervo, as reflexões conceituais e metodológicas sobre arquivos de cientistas no Brasil foram objeto de nossa análise durante a pesquisa. O inventário do Fundo Frederico Simões Barbosa (2007)⁶, médico sanitário, representa um exemplo dos esforços para a valorização da memória de cientistas no campo da saúde no país (Santos e Lourenço 2007). Trata-se de um trabalho que consideramos por ser o primeiro arquivo da Casa de Oswaldo Cruz (COC) submetido à abordagem funcional proposta por Santos (2012). Outros arquivos pessoais, sob custódia da referida instituição, foram posteriormente submetidos ao mesmo conjunto de procedimentos metodológicos. O modelo funcional possibilita estabelecer conexões, de maneira menos genérica que o critério temático, entre diferentes tipos de documentos, como por exemplo, uma fotografia e uma carta, relacionadas a determinada função ou atividade do produtor do arquivo.

Para elaborar a proposta de classificação e descrição para o APSR, foi essencial analisar trabalhos anteriores de organização de arquivos pessoais de cientistas, a fim de se estabelecer critérios apoiados na classificação funcional. Em especial, baseamo-nos na classificação proposta por Santos (2012), adotada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) em seu Manual de Organização de Arquivos Pessoais (Departamento de Arquivo e Docu-

⁶ Publicado pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC). [consult. 2023-11-21]. Disponível em: https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf.

mentação, COC e Fundação Oswaldo Cruz 2015), e utilizada como parâmetro para a organização de diversos arquivos custodiados pela instituição. Essa proposta, com algumas adaptações, também tem sido adotada na organização de arquivos pessoais do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), e discutida e analisada por especialistas em espaços institucionais que abrigam acervos de cientistas.

Em função da similaridade com o objeto de estudo deste trabalho, selecionamos para análise três arquivos pessoais de cientistas, docentes e pessoas que exerciam atividades intelectuais diversificadas. Tais arquivos criados e mantidos por instituições distintas e com expertise reconhecida na área de acervos, foram analisados para a avaliação de parâmetros que caracterizam a organização de um arquivo pessoal. Foram eles: Arquivo Walter Oswaldo Cruz⁷, que se encontra na Casa de Oswaldo Cruz (COC); Arquivo Amoroso Costa⁸, cuja instituição de guarda é o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); e Arquivo Mario Schenberg⁹, existente no Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IFUSP).

A análise do acervo documental e bibliográfico de PSR, constituiu importante etapa do processo, fundamental para a posterior definição dos grupos e subgrupos que constariam do Plano de Classificação proposto para o APSR.

Para definir as ações para elaboração do Plano, foi necessário aprofundar a pesquisa biográfica sobre o titular, o que nos permitiu delinear o contexto de acumulação do seu acervo pessoal, construindo também uma cronologia da sua vida e obra. Possivelmente tal aprofundamento biográfico poderá ser explorado em trabalhos posteriores, uma vez que interessa à história da física e da filosofia da ciência no Brasil. Da mesma forma, foi importante para o trabalho reconstituir o longo processo de doação, o que nos permitiu entender melhor as circunstâncias que configuraram o acervo hoje abrigado na universidade.

O levantamento da trajetória pessoal e profissional do titular, a construção de uma cronologia e a revisão de bibliografia sobre o tema dos arquivos pessoais, com exame de outras experiências de métodos de classificação e descrição de arquivos pessoais, de cientistas, em especial, nos permitiu elaborar uma proposta de classificação do acervo PSR, base para sua organização. Os grupos abrangem todos os tipos de documentos, arquivísticos e bibliográficos, referentes a cada função. O objetivo foi destacar as funções e as atividades do produtor do arquivo e deixar claras as conexões entre os documentos.

⁷ Walter Oswaldo Cruz (1910-1967), além de ser um cientista importante com uma grande atividade em pesquisa na área biomédica, era também especialista em xadrez. Foi perseguido politicamente e teve seu laboratório no Instituto Oswaldo Cruz, fechado em 1964.

⁸ Manuel Amoroso Costa (1885-1928), engenheiro, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e um dos pioneiros da matemática no Brasil. Interessado nas relações entre arte e ciência, atuou também em divulgação científica e na organização da comunidade científica brasileira.

⁹ Mario Schenberg (1914-1990), um dos mais destacados físicos teóricos brasileiros, com interações e trabalhos significativos em escala internacional, teve também intensa atuação na conexão entre arte e ciência, tendo sido crítico de artes plásticas. Amigo particular de PSR, foi também atingido, como ele, pelo AI-5.

Tabela 1. Plano de Classificação - Acervo Plínio Sússekind Rocha

Grupos	Subgrupos
<p>I. Vida pessoal</p> <p>Registros de atividades pessoais, interações com familiares e amigos, relatos de experiências, ideias e opiniões, acontecimentos e fatos do cotidiano, textos de homenagem a PSR.</p>	<p>Documentos pessoais</p> <p>Anotações pessoais</p> <p>Homenagens e manifestações póstumas</p>
<p>II. Formação e carreira profissional</p> <p>Registros de atividades sobre a formação e a carreira: cursos e estágios realizados, posições ocupadas, ações administrativas (chefias de departamento), atuação política interna etc.</p>	<p>Cursos realizados</p> <p>Trajatória acadêmica</p> <p>Solicitações e concessões de auxílios e viagens</p> <p>Participação em políticas universitárias</p> <p>Administração institucional</p> <p>Aposentadoria compulsória</p>
<p>III. Atividade docente</p> <p>Registros de cursos e aulas proferidas, produções acadêmicas, programas de curso, leituras didáticas, provas e notas, manifestações e ações de alunos, aquisição de livros, e outras atividades acadêmicas.</p>	<p>Professor do Ensino Básico</p> <p>Professor do Ensino Superior</p> <p>Interação com aluno(a)s</p> <p>Aulas, cursos, seminários, palestras e outras atividades acadêmicas</p> <p>Publicações didáticas</p> <p>Prestação de contas da atividade docente</p> <p>Participação em banca de Livre Docência</p>
<p>IV. Atividade de pesquisa</p> <p>Publicações e leituras no trabalho de pesquisa, anotações e comentários de leituras, cartas trocadas com pesquisadores, manuscritos e textos não publicados.</p>	<p>Física dos Dielétricos</p> <p>Mecânica</p> <p>Filosofia e História da Ciência</p> <p>Leituras, anotações e textos sobre o tempo</p> <p>Intercâmbio científico</p> <p>Leituras de interesse profissional, anotações e comentários</p> <p>Participação em eventos de pesquisa ou congressos</p> <p>Reconhecimento profissional</p>
<p>V. Cinefilia</p> <p>Registros de estudos, análises, e críticas sobre cinema, textos publicados sobre cinema, leituras e comentários, atuação em cineclubes, e intervenções pela recuperação do filme Limite.</p>	<p>Cineclubes</p> <p>Crítica cinematográfica</p> <p>Escritos sobre cinema</p> <p>Leituras e anotações sobre cinema</p> <p>Preservação do filme Limite</p> <p>Participação em outras atividades sobre cinema</p>
<p>VI. Relações Interinstitucionais e interpessoais</p> <p>Publicação em jornais e revistas de matérias e entrevistas sobre assuntos diversos; troca de correspondências e interações com intelectuais, envolvimento com ações coletivas e de extensão universitária.</p>	<p>Relações com cientistas e intelectuais</p> <p>Interação com ex-alunos, colegas e acadêmicos</p> <p>Participação em comissões, grupos de trabalho, eventos e missões oficiais</p> <p>Participação em sociedades e associações científicas</p> <p>Atividades de extensão</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Santos (2012)

No estudo nos debruçamos sobre o acervo pessoal do físico, professor e crítico de cinema Plínio Süssekind Rocha, personagem multifacetado que nos permitiu discutir as possibilidades metodológicas de uma abordagem integrada de arquivos e bibliotecas. A perspectiva funcional propugnada por Camargo e Goulart (2007) e outros autores encontra aderência ao analisarmos o acervo PSR. A classificação funcional, originalmente desenhada por Santos (2012) para arquivos de cientistas, contempla quaisquer funções e atividades, não se limitando ao universo científico e nos permitiu dar conta das relações entre os documentos de arquivo e biblioteca.

2. ACERVO GUILHERME FIGUEIREDO¹⁰

O pensamento e a prática arquivística estão intimamente ligados à noção de documento, sob uma perspectiva probatória e como elemento de formação da memória. Arquivos são formados por documentos caracterizados pela função que cumprem no processo de desenvolvimento das atividades de uma instituição ou pessoa. Nas duas últimas décadas, com a modificação de posicionamento conceitual da arquivologia, o arquivo tem sido revisto dentro de um contexto histórico-cultural, e a discussão sobre arquivos pessoais na literatura arquivística tem se ampliado de maneira significativa. Ao mesmo tempo, novas perspectivas historiográficas se debruçam sobre os arquivos pessoais, que passam a ser considerados fonte de pesquisa relevantes para a compreensão da trajetória de indivíduos e da história de uma época.

Arquivos pessoais podem ser parcela de um acervo, podendo somar-se a uma biblioteca pessoal, por exemplo. Este é o caso do acervo de Guilherme Figueiredo, custodiado pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e composto pelo arquivo pessoal, biblioteca e por objetos pessoais do titular.

Guilherme Figueiredo (1915-1997) foi escritor, teatrólogo, jornalista, professor, adido cultural e primeiro reitor da UNIRIO. A proposta de tratar esse acervo se justifica por seu valor como fonte para pesquisas relacionadas ao percurso intelectual do titular, e, a origem da universidade. A contribuição para a história materializada em seus documentos torna-se um caminho para entender os acontecimentos que marcaram sua vida e seu tempo.

Este estudo tem por objetivo propor um plano de classificação do acervo pessoal de Guilherme Figueiredo, a partir de sua trajetória e da análise das relações e vínculos orgânicos entre os documentos de arquivos e biblioteca. Para a estruturação dos referenciais teóricos e conceituais, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica na literatura arquivística e, também em outras áreas, como a biblioteconomia, para compreender a temática dos arquivos pessoais, sua organização e tratamento, bem como a relação de seus

¹⁰ A pesquisa resultou na dissertação *Entre arquivos e bibliotecas: o caso do acervo pessoal de Guilherme Figueiredo*, de autoria de Karolyne Sousa Amaral, defendida em março de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (Amaral 2022).

materiais com materiais de natureza bibliográfica e sua relevante presença nos espaços institucionais das bibliotecas e outros centros de custódia de acervos. Foi realizada ainda uma pesquisa documental sobre a trajetória do titular, que está pautada na leitura do livro *A bala perdida: memórias*, uma obra póstuma contendo suas memórias. Como fonte documental, analisamos o processo administrativo de aquisição do acervo na universidade e o relatório de organização do arquivo realizado por uma empresa contratada pela família do titular, antes do seu ingresso na universidade.

2.1. Abordagem Contextual nos Acervos Pessoais

A partir das pesquisas e reflexões teóricas e metodológicas sobre o tratamento dos arquivos pessoais, é possível afirmar que a identificação do contexto e o vínculo existentes entre os documentos são elementos centrais para sua organização. Neste sentido, podemos observar pesquisas voltadas para a abordagem contextual em arquivos pessoais, no intuito de considerar que o indivíduo exerce funções e diversas atividades durante sua trajetória.

Para Thomassem (2006) contexto arquivístico

são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estruturas dos registros podem ser diferenciados em contexto da proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico (Thomassem 2006, p. 10).

Sobre a importância do contexto arquivístico em arquivos pessoais, Smit (2017) pontua que a preservação do contexto de documentos é condição essencial para a organização de um arquivo pessoal. Enquanto um documento isolado e reconhecido como entidade autônoma pouco informa sobre as atividades desenvolvidas pelo titular, um conjunto de séries de documentos que se referem a uma mesma atividade tem função informacional. Ainda de acordo com a visão de Smit (2017), o trabalho com arquivos pessoais é evidentemente interdisciplinar, na medida que envolve o conhecimento arquivístico e de pesquisa. Neste sentido, podemos acrescentar também que acervos pessoais compostos por arquivo e biblioteca demandam uma visão integrada decorrente do elo que os une: a relação com seu titular.

No entanto, é preciso reconhecer a diferença entre a natureza, função e abordagem dos documentos de arquivo e dos documentos de biblioteca, assim como os olhares diferenciados para seu tratamento intelectual. Documentos de arquivo são organizados sob o ponto de vista do contexto. Já os documentos de biblioteca, são organizados sob o ponto

de vista do seu conteúdo. Em razão destas diferenças, arquivos e bibliotecas pessoais são comumente submetidos a separação física e a dispersão intelectual.

Apesar das diferenças, é possível elaborar um projeto descritivo único de acervos pessoais que promova a organicidade entre os dois conjuntos: arquivo e biblioteca. O uso de regras e normas distintas na organização não deve ser um fator impeditivo para sua realização. Uma abordagem arquivística dominante no acervo, considerando as mútuas articulações e que tenha algumas práticas descritivas comuns pode ser uma saída, ainda que os elementos tradicionalmente estejam submetidos a regras descritivas próprias, como os livros de uma biblioteca pessoal (Camargo e Goulart 2007).

O tratamento dado ao acervo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso demonstrou que os livros reunidos, resultado das áreas de interesse e das atividades acadêmicas e políticas do titular, partilham contextos específicos

a exemplo do que ocorre com os livros oferecidos a Fernando Henrique Cardoso nas cerimônias de troca de presentes entre chefes de Estado e em tantas outras circunstâncias, inclusive nas anteriores a sua carreira política. As dedicatórias, os cartões de encaminhamento e o registro de entrada de livros no serviço de protocolo do Senado e da Presidência da República permitem delimitar com rigor o contexto imediato que justifica a presença de tais documentos no acervo (Camargo e Goulart 2007, pp. 55-56).

Segundo Camargo e Goulart (2007) os livros de uma biblioteca possuem autonomia de significado e constituem unidades de autossuficiência, cuja descrição pode ser feita sem a consideração do contexto em que foram produzidos e acumulados. De fato, livros são dotados de significado próprio, diferente de um documento de arquivo isolado. Contudo, uma biblioteca pessoal possui viés de memória, que vai além de uma catalogação tradicional. Além do aspecto bibliográfico em si, também deve ser considerado seu aspecto bibliológico, metodologia que tem o conhecimento do livro sob o ponto de vista da sua materialidade, assim como ocorre com a catalogação de livros raros. O reconhecimento do contexto sob o olhar arquivístico pode auxiliar na compreensão das marcas de propriedade e de proveniência.

O relato da doação da biblioteca de João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura analisado por Azevedo (2010) é um exemplo de como as bibliotecas pessoais podem estar atreladas à memória do titular. A coleção de livros assume o papel de prolongamento da memória, pois a essência do indivíduo permanece ali por meio das marcas de leitura, dedicatórias e papéis esquecidos entre as folhas, que são testemunho de momentos vividos pelo escritor.

Por isso mesmo, é sugestivo considerar o conteúdo na etapa de tratamento técnico do acervo. Para Camargo e Goulart (2007):

contexto e conteúdo, afinal, são mutuamente dependentes, assertiva guindada à condição de princípio quando se postula que o próprio conteúdo de um documento pode ser parcialmente compreendido à luz de seu contexto de produção (Camargo e Goulart 2007, pp. 49-50).

Desse modo, podemos verificar que a abordagem contextual fundamentada na teoria arquivística e a adoção do método funcional tem se mostrado uma estratégia de organização que pode ser aplicada aos acervos pessoais com documentos de arquivo, biblioteca e museu.

2.2. O Acervo e o Processo de Doação

O acervo de Guilherme Figueiredo custodiado pela Biblioteca Central da UNIRIO é composto pelo seu arquivo pessoal, biblioteca e por objetos. No entanto, o processo de aquisição ocorreu em momentos diferentes.

Durante de sua atuação na UNIRIO como reitor e como assessor da reitoria, Guilherme Figueiredo realizou diversas doações com o objetivo de contribuir com a formação do acervo da biblioteca. Além de alguns objetos, como as máscaras teatrais e artísticas que colecionava, estima-se que vieram 7 mil volumes para as instalações da Biblioteca Central (Freire, Costa e Achilles 2017, p. 4).

Logo após o falecimento do titular, os herdeiros procederam à doação dos livros que restavam, cumprindo um desejo do próprio. Atualmente, é possível pesquisar no catálogo *online* da Biblioteca Central da UNIRIO, utilizando o termo «Coleção Guilherme Figueiredo», cerca de 3 mil registros, em sua maioria identificados pelos autógrafos e dedicatórias ao titular e pelas marcas intrínsecas e extrínsecas contidas nos livros. Os livros encontram-se reunidos numa sala, denominada Sala de Obras especiais ao lado de outras coleções, como por exemplo, a Coleção Memória da Biblioteconomia. Apesar de muitos itens terem sido oriundos da doação de Guilherme Figueiredo, como os livros de Shakespeare citados em sua biografia, nota-se que a sua doação pode fazer parte de outras coleções especiais, como a Coleção Shakesperiana, com mais de mil títulos¹¹.

O processo de aquisição do arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo foi longo e teve início em 2006, envolvendo muitas idas e vindas na negociação entre a universidade e os herdeiros, seus filhos. Os entraves à doação se deram por aspectos financeiros, políticos e principalmente legais (Freire, Costa e Achilles 2017), sendo consolidada somente no ano de 2014.

¹¹ UNIRIO. *Acervos Especiais da Biblioteca Central da UNIRIO* [Em linha]. Rio de Janeiro; UNIRIO [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://www.unirio.br/bibliotecacentral/servicos-aos-usuarios/acervosespeciais>.

O arquivo possui 102 caixas-arquivo, além dos pacotes embrulhados, cadernos e anotações e diversos álbuns de fotografias. A organização atual do arquivo está agrupada em dois conjuntos: Documentos textuais e Periódicos. No grupo de documentos textuais temos as seguintes séries: obra, correspondência, família, atividades variadas e diversos. O arquivo também possui um conjunto fotográfico de aproximadamente 1174 itens, contendo fotografias de Guilherme Figueiredo em diversas épocas, de seus familiares, de seus espetáculos, em premiações e com grandes personalidades da literatura, teatro e televisão (Pereira, Costa e Neves 2019, p. 183).

Além de ser uma importante fonte de pesquisa biográfica, o acervo pessoal de Guilherme Figueiredo pode ser considerado relevante por seu potencial informativo, principalmente para a instituição que realiza sua salvaguarda, a UNIRIO, pois sua trajetória atravessa a história da instituição. O arquivo revela a natureza múltipla de documentos ali existente, demonstrando também suas inúmeras facetas profissionais. O acervo possui originais diversos de obras de sua autoria, cadernos de anotações profissionais e pessoais. Há também uma grande quantidade de recortes de jornais decorrente de sua atuação como cronista e do fato de Guilherme Figueiredo ter a prática de guardar artigos de jornais que citavam seu nome ou alguma de suas obras.

Neste sentido, podemos observar que os registros documentais propiciam a possibilidade de conhecer e compreender um pouco mais sobre o contexto de uma época. No entanto, para que isso ocorra, é fundamental a realização de um tratamento arquivístico adequado, que considere as atividades e funções do titular, na tentativa de reconstruir a organicidade dos documentos.

2.3. Proposta de Organização do Acervo

Após uma análise do tratamento técnico adotado no arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo, propomos uma reorganização do fundo, com um novo quadro de classificação apoiado nas funções e atividades do titular. A partir da investigação do perfil biográfico e da elaboração da cronologia de vida, a organização do arquivo reflete os grupos e os subgrupos apresentados, bem como as funções e atividades desempenhadas pelo titular.

A nova abordagem leva em conta a trajetória de vida do titular do arquivo. A organização e tratamento dos arquivos pessoais deve estar pautada nas ações e atividades que deram origem aos documentos. Esta premissa leva em conta a natureza arquivística do documento e o que a arquivologia preconiza enquanto princípio. Neste sentido, consideramos que o método funcional é um instrumento necessário para a manutenção da organicidade em arquivos pessoais.

A aplicação desta abordagem já vem sendo utilizada na organização de arquivos pessoais. A experiência de Camargo e Goulart (2007) no acervo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é um exemplo prático do que as autoras defendem como me-

todologia para tratar de arquivos pessoais. Apesar da subjetividade e da informalidade que os documentos podem apresentar, o seu entendimento deve estar pautado em seu contexto de produção. Assim como no quadro de classificação proposto para o arquivo de Guilherme Figueiredo, a classificação dos documentos do acervo de Fernando Henrique Cardoso está pautada nas funções da vida do titular, aos cargos (profissionais e políticos) exercidos por ele e à sua vida privada. Outro exemplo é o arquivo de Epifânio Dória, custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED). Tendo em vista a fragmentação do arquivo, Campello (2015) demonstra que a aplicação do método funcional foi fundamental para a recuperação dos vínculos orgânicos.

O quadro de classificação proposto também inclui os livros da biblioteca de Guilherme Figueiredo. Os livros autorais, por exemplo, podem ser considerados produtos da criação literária do titular e, portanto, possuem função de prova. Ducrot (1998, p. 165) observa que em arquivos de escritores «os manuscritos sucessivos das obras são um complemento indispensável dos livros, para o estudo da sua gênese». Esta afirmativa só reforça a necessidade dos arquivos e bibliotecas de um mesmo produtor não serem separadas. Além dos livros como prova da produção literária do titular, será possível identificar a partir das relações de sociabilidade de Guilherme Figueiredo as obras recebidas por ele como presente e recebidas no exercício da função de crítico literário.

Da mesma forma que os documentos institucionais, os arquivos pessoais podem ter uma lógica de acumulação. Na abordagem funcional, é possível recuperar as conexões e identificar os vínculos entre os documentos. No conjunto de documentos de natureza pessoal, o contexto de produção e acumulação está relacionado a acontecimentos em sua vida pessoal, profissional, social e estão atreladas às funções ocupadas e atividades realizadas.

Tabela 2. Quadro de classificação para o arquivo pessoal Guilherme Figueiredo

Grupo	Subgrupo
1. Vida pessoal	1.1 Documentos pessoais 1.2 Relações familiares 1.3 Relações de sociabilidade
2. Formação e carreira	2.1 Aluno do Colégio militar do Rio de Janeiro 2.2 Aluno do Curso de Direito da UFRJ 2.3 Aluno do Doutorado em Letras da UFRJ 2.4 Prêmios e condecorações
3. Atividade docente	3.1 Professor contratado de História do teatro do Conservatório Nacional de Teatro 3.2 Professor titular de História do Teatro do Conservatório Nacional de Teatro 3.3 Professor adjunto da Faculdade de Letras da UFRJ

(continua na página seguinte)

Grupo	Subgrupo
4. Atividade diplomática	4.1 Adido cultural 4.2 Membro da delegação do Brasil na Assembleia da ONU
5. Atividades de gestão	5.1 Reitor UNIRIO 5.2 Presidente FUNARJ 5.3 Diretor da TV Tupi 5.4 Assessor da reitoria da UNIRIO
6. Atividade publicitária	6.1 McCann Erickson Publicidade
7. Atividade jornalística ou na imprensa	7.1 Redator 7.2 Revisor
8. Produção literária e teatral	8.1 Literária (por obra) 8.2 Teatral (por obra)
9. Participação em associações culturais e científicas	9.1 Fundador e sócio benemérito da Orquestra Sinfônica Brasileira 9.2 Conselheiro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais 9.3 Presidente da Associação Brasileira de Escritores 9.4 Presidente do Centro Brasileiro de Teatro do IBECC 9.5 Membro da Academia Campinense de Letras 9.6 Membro do PEN Clube Brasil 9.7 Membro da Associação Brasileira de Imprensa 9.8 Membro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais 9.9 Membro correspondente do Institut de France 9.9 Membro da Hispanic-American Society (New York, EUA) 9.11 Fundador e membro do Conselho universitário da Unirio 9.12 Fundador e membro de Curadores da Casa França-Brasil 9.13 Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
10. Participação em congressos, conferências e seminários	10.1 Congresso do Institute of International Education 10.2 Conferência dos secretários de comissões Fulbright 10.3 I Seminário Estadual de Educação 10.4 IV Congresso Nacional de Educação 10.5 I Seminário de ensino da língua inglesa e literatura americana 10.6 Conferência «O teatro no renascimento»

Fonte: Elaborado pela autora com base em Camargo e Goulart (2007) e Santos (2012)

O acervo pessoal de Guilherme Figueiredo e a história de sua constituição e acumulação pelo produtor se mostraram um bom exemplo para discutir a relação orgânica entre os registros documentais do arquivo pessoal e os livros da biblioteca do titular. A organicidade está presente não apenas nos documentos arquivísticos, mas também nos

documentos bibliográficos, que refletem as atividades de Guilherme Figueiredo como escritor, teatrólogo, professor, crítico literário e indivíduo que possuía apreço pela leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos que abordam os arquivos pessoais têm servido aos estudos históricos, ressaltam seu aspecto memorialístico ou seu tratamento sob uma perspectiva arquivística, e assim, tendem a passar ao largo de uma abordagem que considere os documentos de natureza bibliográfica e museológica pertencentes à mesma pessoa. Nas instituições de guarda, como se fossem *corpus* documentais destinados a segmentação e a fragmentação, são submetidos aos métodos e técnicas de campos disciplinares bem demarcados. Vale destacar que a presença de fundos arquivísticos em espaços tradicionalmente dedicados ao tratamento de livros e coleções bibliográficas impõe a necessidade de adoção de novos procedimentos de natureza metodológica. As pesquisas com os dois acervos, aqui relatadas, revelam o potencial metodológico que comportam para a arquivologia e a biblioteconomia.

A partir do exposto, é possível reconhecer que os documentos acumulados nos arquivos Plínio Süssekind da Rocha e Guilherme Figueiredo se relacionam, sob vários aspectos, com os materiais de suas bibliotecas. Por este motivo, é necessário compreendê-los como um todo indissociável, no qual os documentos podem revelar a origem de muitos livros e, também, circunstanciar o processo de criação e aquisição de outros tantos. Desse modo, é fundamental a realização de um trabalho interdisciplinar com os acervos, para o entendimento mais amplo, que permita a recuperação dos contextos. Desta conduta, resultarão instrumentos de pesquisa e acesso com informações mais qualificadas sobre os titulares e os materiais documentais.

Espera-se que a reflexão sobre os vínculos dos arquivos e bibliotecas pessoais possa contribuir para os debates acerca do tema no universo arquivístico e, ampliar o espaço de diálogo com outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, K. S., 2022. *Entre arquivos e bibliotecas: o caso do acervo pessoal de Guilherme Figueiredo*. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, F. C., 2010. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em linha]. 15(3), 233-249 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S141399362010000300013>.
- BARCELLOS, R. S., e D. FLORES, 2018. Arquivos pessoais como fonte para perpetuar a memória. *Revista do CEPA* [Em linha]. 37(49), 67-84 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepa/article/view/12726>.

- BORBA, M., 2012. Elisa Frota-Pessoa, suas pesquisas com emulsões nucleares e a física no Brasil. *Cosmos & Contexto* [Em linha]. 11 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://cosmosecontexto.org.br/elisa-frota-pessoa-suas-pesquisas-com-emulsoes-nucleares-e-a-fisica-no-brasil/>.
- CAMARGO, A. M. A., 2009. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro* [Em linha]. 45(2), 26-39 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf.
- CAMARGO, A. M. de A., e S. GOULART, 2007. *Tempo e circunstância: a abordagem dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- CAMPELLO, L. de O. S., 2015. *O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais* [Em linha]. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2015.tde-06112015-153452>.
- COSTA, M. T. M., 2019. *Dispersão em arquivos pessoais: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO, COC [CASA DE OSWALDO CRUZ], e FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015. *Manual de organização de arquivos pessoais* [Em linha]. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC [consult. 2021-12-05]. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf.
- DUCROT, A., 1998. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos históricos* [Em linha]. 11(21), 151-168 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>.
- FREIRE, S. C., M. V. S. B. COSTA, e D. ACHILLES, 2017. La biblioteca particular de Guilherme Figueiredo: una colección especial. Em: Biblioteca Nacional da Argentina, org. *IX Encuentro Nacional de Instituciones Con Fondos Antiguos Y Raros* [Em linha]. Buenos Aires, Argentina: BNA [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/13Stefanie%20Freire.%20ponencia.pdf>.
- GOMES, A. C., 2009. Arquivos pessoais, desafios e encantos. *Revista do Arquivo Público Mineiro* [Em linha]. 45(2), 22-25 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A01.pdf.
- HEYMANN, L. Q., 2009. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro* [Em linha]. 45(2), 40-57 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf.
- NÓBREGA, B. M. de M., 2022. *Acervo Plínio Süssekind Rocha: uma abordagem arquivística*. Dissertação de Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- PEREIRA, D. V., M. V. da S. B. COSTA, e M. H. NEVES, 2019. Arquivos pessoais e suas potencialidades para pesquisa: o caso do arquivo Guilherme Figueiredo. *PontodeAcesso* [Em linha]. 13(1), 171-192 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/27540/19551>.
- SANTOS, P. R. E., 2012. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP).
- SANTOS, P. R. E., e F. S. LOURENÇO, 2007. Introdução. Em: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação. *Fundo Frederico Simões Barbosa: inventário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 17-22.

- SMIT, J.W., 2017. Entre arquivos, bibliotecas e museus: a interdisciplinaridade em pauta. Em: J. F. G. CAMPOS, org. *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas* [Em linha]. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, pp. 29-37 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf.
- THOMASSEM, T., 2006. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração* [Em linha]. 5(1), 5-16 [consult. 2021-12-05]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>.

DE ARQUIVO PESSOAL A UMA BIBLIOTECA E MUSEU ITINERANTE: O CASO DO «ARCHIVO NÓMADA»

ANGELLY R. ARANCIBIA NORIEL*

INTRODUCCIÓN

El presente estudio propone el caso de «Archivo Nómada», proyecto que ha desarrollado una metodología de trabajo de campo desde su composición particular como archivo personal, ofreciendo un acceso documental hacia personas de los más diversos ámbitos socioculturales, edades y procedencias, e integrando nociones básicas de conservación dentro de su ejercicio de asistencia documental hacia unidades de información de naturaleza archivística, museológica y bibliotecológica. La exposición de las múltiples variables asociadas a la aplicación continua del proyecto, invita a repensar nuevas dinámicas de trabajo documental ligado a la sociedad y territorio desde la academia, bajo el análisis de los aciertos y errores del trabajo de campo experimental. En este sentido, el estudio se plantea metodológicamente desde un enfoque cualitativo de investigación-acción, redactada desde el método sintético, buscando aunar las distintas experiencias de más de 8 años de trabajo, hacia un propósito común que pueda servir de estudio base para la comunidad científica del ABM II.

Por su parte, el trabajo se estructura a través de los siguientes ejes: el caso «Archivo Nómada»; problemática: efectos de la pandemia COVID-19; objetivos; metodología; 3 casos de asistencia documental en archivo, museo y biblioteca; resultados y conclusiones.

1. EL CASO «ARCHIVO NÓMADA»

«Archivo Nómada» es un sub-fondo histórico y cultural del archivo personal de la bibliotecóloga Angelly Arancibia Noriel, creado en el año 2015 en Valparaíso de Chile. Este acervo se compone de más de 10.000 documentos, entre los que se encuentran colecciones de revistas, fotografías, mapas, cuadernos, libros y objetos; registros de actividades de investigación, como notas de campo, transcripciones, informes, fotos, audios y vídeos; además de dibujos originales basados en personajes, hechos históricos y culturales. La diversidad documental de este tipo de fondos posibilita múltiples enfoques de tratamiento y acceso que se escapan de los parámetros normativos institucionales, en este sentido para Fernández «la importancia de los archivos personales radica en la información y el contenido que alberga la documentación que custodian, puesto que va a ser diferente

* Archivo Nómada – Chile; Email: archivo.nomada@gmail.com.

de la que podemos hallar en un archivo público o administrativo». La particular «libertad» con que se desenvuelven los archivos personales, se entiende desde la importancia del principio de procedencia, donde el productor del fondo establece los lineamientos de estructura y organización documental a partir del ejercicio de sus actividades. Este tipo de archivos, según Gallego (1993), difieren por naturaleza de los propiamente institucionales, ya que no pueden obedecer a una estructura orgánica rígida, debido a que su ordenación responde, frecuentemente, a las necesidades y visión particular de la persona que lo generó. En este sentido, el hecho de que «Archivo Nómada» sea un archivo activo creado por una profesional bibliotecóloga cuya principal motivación es generar instancias itinerantes de acceso, estudio y aprendizaje documental, posibilita el desarrollo de una vinculación flexible con los usuarios que responde a sus particularidades culturales, territoriales, demandas de conocimiento histórico y necesidades conservación de su propio patrimonio documental personal, familiar, colectivo e institucional.

En consideración a lo anterior, la labor de este proyecto se divide básicamente en dos dimensiones:

- 1) Acceso documental.
- 2) Asistencia de gestión y conservación documental hacia personas o instituciones.

Estos ejes responden a una evolución en torno a la experiencia inicial de mediación con el público objetivo del proyecto. Archivo Nómada comenzó como una propuesta de trabajo dirigido hacia niños desde los 7 años, con el fin de que ellos pudieran integrar ciertos conocimientos básicos del ámbito documental desde la infancia, generando en ellos una puesta en valor en torno a la identidad cultural local y mundial, que pudiera



Fig. 1. Intervención en CECO Rodelillo; Asistencia documental a los historiadores Archibaldo Peralta y Gastón Gutiérrez; Taller en Florianópolis (Brasil); Laboratorio en Parque Cultural de Valparaíso PCdV



Fig. 2. Intervención documental infantil con alumnos de 5.º Básico de la Escuela República de Chile, Montevideo, Uruguay

proyectar nuevas generaciones con una mayor consciencia histórica, ya que en palabras de Pavez (2016) «el archivo es ambas cosas, conservador de lo viejo e instituyente de lo nuevo. Sin embargo, el archivo implica siempre un concepto de futuro, implica una promesa y una responsabilidad».

Tras las primeras prácticas de mediación, el proyecto rápidamente se amplió hacia usuarios con mayor amplitud etérea, llegando a generar intervenciones hacia jóvenes, adultos y adultos mayores.

En un sentido técnico, la experiencia de taller se inicia a partir de un acceso directo a las fuentes, donde los usuarios utilizan material pedagógico guiados por recomendaciones de cuidado de acuerdo a cada formato particular, tomando en cuenta su limpieza y correcta manipulación, además de contar con algunos instrumentos mecánicos, técnicos y tecnológicos para la aplicación de procedimientos de observación documental a través de microscopios portátiles, lupas, entre otros insumos que ayudan a comprender la naturaleza material de los diversos soportes. En este sentido, para Ángela Heredia Herrera (2016), la ciudadanía necesita reconocer «la importancia de abordar acciones que propicien la conservación de bienes materiales de alta significancia y vinculados al hacer en un territorio», es por ello que las intervenciones se han realizado en diversos espacios, tanto privados como públicos, a nivel local, nacional e internacional. De forma paralela se han realizado talleres documentales con jóvenes y adultos de distintas edades y procedencias socioculturales en espacios no convencionales de acceso documental, con el propósito de generar experiencias orientadas a una inclusión efectiva hacia personas que normalmente no podrían acceder a este tipo de fuentes.



Fig. 3. Intervenciones documentales con niños bajo la tutela de SENAME y adultos privados de libertad de la Cárcel de Valparaíso

Para poder registrar y comprobar si existe un verdadero interés de parte de la ciudadanía hacia un acceso documental que involucre factores históricos y culturales, «Archivo Nómada» suele aplicar instrumentos de consulta e investigación en lugares donde es limitado o imposible el acceso documental. En este sentido se han realizado talleres en espacios como la Cárcel de Valparaíso, con reos de edad adulta, así como también con niños y niñas internados en el Servicio Nacional de Menores (SENAME), obteniendo gran convocatoria con resultados altamente favorables.

Por otra parte, ciertas condiciones físicas de enfermedad y problemáticas asociadas a la vejez no permiten que personas de edad avanzada puedan acceder fácilmente a unidades de información tales como bibliotecas, archivos y museos, es por ello que se han realizado visitas y talleres a adultos mayores residentes de hogares de reposo, quienes se han constituido en informantes de alto valor para el trabajo de campo, aportando datos sustanciales e incluso sus propias fuentes documentales para fortalecer los alcances de la investigación. En este sentido, González y Lavín (1994) afirman que «los archivos privados forman parte del patrimonio documental universal, siendo un complemento de los archivos públicos y su interés e importancia trasciende más allá del ámbito familiar». Al respecto, resulta importante reflexionar en torno a la facilidad con que se ignoran aquellos documentos que se encuentran en diversas casas y espacios privados, cuyos custodios no encuentran asistencia para una valoración documental ni mecanismos de conexión hacia unidades de información que puedan guiarles en torno a sus legajos, es por ello que

«Archivo Nómada» busca concurrir presencialmente, adaptando su quehacer de acuerdo al entorno y generando vínculos sociales y territoriales para la investigación.

En materia de interculturalidad, se han realizado talleres con representantes del pueblo mapuche, a quienes se les ha proporcionado una selección específica de documentos que abordaban temáticas relevantes para la comprensión del relacionamiento histórico entre la República de Chile y los pueblos originarios del sur continental latinoamericano.

Por su parte, el encuentro presencial y constante diálogo por medios digitales con bibliotecólogos, archiveros, conservadores/restauradores y museólogos a nivel internacional, ha sido un hallazgo para «Archivo Nómada», ya que se ha logrado conformar una red de trabajo colaborativo con profesionales de Santa Fe y Buenos Aires (Argentina), Montevideo (Uruguay), San José (Costa Rica), Laguna y Florianópolis (Brasil) y Ciudad de México y Sinaloa (México), lo cual ha enriquecido la visión del proyecto, aportando información relevante en torno a las principales diferencias culturales y puntos de encuentro de historia común entre distintos países de centro y Sudamérica. Para Halbwachs¹ (1968), toda memoria se sustenta en identidades de grupo, sin embargo es preciso inicialmente diferenciar dos arquetipos memoriales básicos, como son la memoria interior y otra exterior, o bien una memoria personal y otra memoria social. En este sentido, el proyecto «Archivo Nómada» transita entre ambas memorias, encontrando en los límites aquellos elementos que se repiten entre una cultura y otra, por distantes que se encuentren geográficamente.



Fig. 4. Taller documental con mujeres mapuche, Santiago, Chile

¹ El primer teórico que acuñó el término «memoria colectiva».



Fig. 5. Experiencias documentales y clases magistrales en Instituto de Antropología e Historia INAH y Escuela Nacional de Conservación y Museología ENCRYM, CDMX, México

2. PROBLEMÁTICA: EFECTOS DE LA PANDEMIA COVID-19

Los viajes y talleres de «Archivo Nómada» se vieron coartados por la pandemia mundial del COVID-19, lo cual derivó en una problemática sustancial, ya que la privación de desplazamiento y las restricciones de aforo, imposibilitaron la realización de cualquier tipo de avance del proyecto. Sin embargo, esta restrictiva realidad también fue una oportunidad para el desarrollo de otro tipo de labores, ya que permitió que los avances se enfocaran totalmente hacia la conservación y restauración documental, por lo que el proyecto se orientó a conformar un pequeño laboratorio, donde por más de dos años se ha podido estudiar e intervenir los distintos daños documentales generados por las constantes manipulaciones y viajes, deterioros resultantes de una actividad prolongada.

El tiempo disponible y la práctica constante en este contexto de emergencia sanitaria permitió probar diversos procedimientos de limpieza documental, haciendo pruebas mecánicas de distintos tipos de gomas, elaboración de guardas de 1.^{er} y 2.^{do} nivel, además de procedimientos de reintegro cromático, desinfección, control de plagas, toma de muestras de potencial de hidrógeno (pH), remoción de grapas metálicas oxidadas, entre otros.



Fig. 6. Procedimientos de conservación y restauración documental en el laboratorio de «Archivo Nómada»

Lo anterior ha sido posible gracias a la adquisición de diversos insumos específicos, como lupas, microscopios, escáneres, tiras reactivas de medición de pH, luxómetro, higrómetro, entre otros elementos. El uso constante de este tipo de implementos ha sido fundamental para adquirir cierta experiencia y lograr prestar asistencia a otras unidades de información, comprobando mediante visitas in situ la existencia de actividad fúngica o bibliófaga en sus depósitos de colecciones, analizando el estado general de sus mobiliarios, y constatando si existen indicios de acidez y/o foxing en sus acervos, entre otros daños. Se ha podido elaborar distintos tipos de pegamentos libres de ácido en base a

almidón de trigo, arroz y maíz, reintegro de faltantes mediante papel japonés, y diversas técnicas de limpieza mecánica en libros y documentos, etc.

3. OBJETIVOS

- Generar un acceso documental eficaz y democrático a diversos grupos sociales, culturales en espacios no convencionales.
- Aplicar procedimientos de conservación y restauración a variados soportes documentales, tomando en cuenta sus materialidades y entorno.
- Asesorar de forma efectiva a personas e instituciones de los campos de estudio de la bibliotecología, museología y archivística en torno a la gestión y preservación documental, colaborando en la implementación de ambientes controlados propicios para la conservación preventiva.

4. METODOLOGÍA

El estudio se define desde una metodología cualitativa, ya que permite indagar entre las distintas perspectivas que se manifiestan en un grupo de individuos con respecto a los procesos de investigación desarrollados en un contexto particular. De acuerdo con Torres (2014), mediante la metodología cualitativa, los investigadores pueden ejecutar su estudio con apego al método científico, pero al mismo tiempo contar con cierta flexibilidad metodológica, esto resulta fundamental en este proyecto por la frecuente necesidad de adaptación ante la diversidad de contextos sociales y geográficos. Por su parte, el enfoque del estudio se fundamenta desde la investigación-acción, aplicando constantemente los procedimientos de planificación, acción, observación y reflexión, tanto en las intervenciones documentales dirigidas a la ciudadanía, como en los procedimientos de conservación y restauración de los diversos soportes documentales, generalmente de materialidad papel.

Finalmente, para efectos de este escrito, se emplea el método sintético, con el fin de integrar los componentes dispersos del estudio para contemplarlos en su conjunto de forma global.

Respecto a los instrumentos de muestreo, se realizan notas de trabajo de campo, informes, grabación audiovisual de los procedimientos y registro fotográfico.

5. CASOS DE ASISTENCIA DOCUMENTAL EN ARCHIVO, MUSEO Y BIBLIOTECA

En el marco de la pandemia COVID-19, «Archivo Nómada» asesoró a tres unidades de información que involucran los campos disciplinares convocados en el ABM II, como son Museo (Fundación Santos Chávez), el Archivo Osvaldo Rodríguez Musso y la Biblioteca popular Jorge Farías.



Fig. 7. Procedimiento de limpieza mecánica, testeo de pH y estabilización química de obras originales, Fundación Santos Chávez

Museo: Fundación Santos Chávez²

Tabla 1. Registro de áreas y campos de inventario de obras FSCH. Elaboración propia

Área de Registro	Campos
ADMINISTRACIÓN:	<ul style="list-style-type: none"> - Número de inventario - Ubicación actual - Propietario
IDENTIFICACIÓN:	<ul style="list-style-type: none"> - Nombre común - Título Autor/creador - Fecha de creación Iconografía -Técnica/materiales - Clasificación (técnica de arte)
DIMENSIONES:	<ul style="list-style-type: none"> - Papel - Imagen
INSCRIPCIONES Y MARCAS:	<ul style="list-style-type: none"> - Técnica/n.º serie - Título/marca - Firma/año - Descripción (curatorial)
OTROS:	<ul style="list-style-type: none"> - Área de notas y observaciones

² FSCH, [s.d.]. *Homepage* [En línea]. Valparaíso, [consult. 2023-11-20]. Disponible en: <https://fundacionsantoschavez.org/>.

La Fundación Santos Chávez (FSCH), se emplaza en una casona patrimonial llamada «Kalfü Mapu» ubicada en el Barrio Puerto de Valparaíso, donde se resguarda y difunde la obra del artista de origen mapuche más reconocido del siglo XX, Santos Chávez Alister. El trabajo de asesoría y asistencia curatorial realizado por «Archivo Nómada» en FSCH tuvo énfasis en el registro y conservación de las obras del artista, y consistió en la realización de carpetas libre de ácido, un registro de inventario correlativo de las obras originales y procedimientos de limpieza y estabilización bioquímica de su patrimonio artístico.

Se realizaron 269 carpetas libres de ácido confeccionadas con materiales de alto de estándar de calidad.

N° Inventario	Título	Año	Técnica/Materiales
1			
2	FSCH.GRA-XILO/004	2000	Xilografía impresa con cuchara sobre papel de arroz
3	FSCH.GRA-LITO/177	1999	Litografía en blanco y negro impresa en seco, sobre papel de algodón blanco natural "Torreón", realiza
4	FSCH.GRA-LITO/222	1997	Litografía en color marrón oscuro sobre papel importado verjurado color crema
5	FSCH.GRA-LITO/252	1999	Litografía en blanco y negro impreso en papel super alfa Guarro, realizado en la Escuela de Bellas Arte
6	FSCH.GRA-LITO/257	1999	Litografía en blanco y negro impresa en seco sobre papel blanco natural Torreón, realizada en los talle
7	FSCH.GRA-XILO/259	1997	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés de fibra natural
8	FSCH.GRA-XILO/260	1997	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés de fibra natural
9	FSCH.GRA-XILO/265	1996	Xilografía en tres colores: celeste, violeta y gris, sobre papel ahuesado liso
10	FSCH.GRA-XILO/268	1995	Xilografía en blanco y negro impresa sobre papel verjurado color Ivory
11	FSCH.GRA-AG-TIN/271	2000	Aqua tinta en blanco y negro sobre papel Gvarro super alfa
12	FSCH.GRA-XILO/277	2000	Xilografía en blanco y negro en papel japonés blanco natural de 100 g.
13	FSCH.GRA-XILO/280	1999	Xilografía en cinco colores sobre papel blanco natural verjurado de 90 g.
14	FSCH.GRA-XILO/282	2000	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
15	FSCH.GRA-XILO/283	2000	Xilografía con tres colores, negro, turquesa y violeta sobre, papel japonés blanco natural de 90 g.
16	FSCH.GRA-LINO/286	1995	Linografía en blanco y negro, sobre papel color crema de 90 g.
17	FSCH.GRA-XILO/289	1999	Xilografía en tres colores negro, rosado y turquesa, sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
18	FSCH.GRA-XILO/290	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
19	FSCH.GRA-XILO/291	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
20	FSCH.GRA-LINO/293	1981	Linografía en blanco y negro sobre papel verjurado blanco natural de 90 g
21	FSCH.GRA-XILO/294	1998	Xilografía en blanco y negro sobre papel blanco natural de 50 g.
22	FSCH.GRA-XILO/295	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
23	FSCH.GRA-XILO/297	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
24	FSCH.GRA-XILO/298	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés verjurado de 100 g.
25	FSCH.GRA-LINO/303	1981	Linografía en rojo y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
26	FSCH.GRA-LINO/304	1981	Linografía en rojo y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
27	FSCH.GRA-XILO/305	1982	Xilografía en blanco y negro sobre papel blanco natural 120 g
28	FSCH.GRA-XILO/306	1992	Xilografía en blanco y negro sobre papel verjurado color blanco natural 100 g.
29	FSCH.GRA-XILO/312	1998	Xilografía en blanco y negro sobre papel color crema de 90 g.
30	FSCH.GRA-XILO/314	1998	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
31	FSCH.GRA-XILO/315	1978	Xilografía en blanco y negro en papel japonés blanco natural de 90 g.
32	FSCH.GRA-XILO/316	1999	Xilografía en color azul ceruleo sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
33	FSCH.GRA-XILO/317	1999	Xilografía en color negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
34	FSCH.GRA-XILO/318	1999	Xilografía en color azul ultramar sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
35	FSCH.GRA-XILO/319	1997	Xilografía en tonos rojo oscuro y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
36	FSCH.GRA-XILO/320	1984	Xilografía* color negro y naranja sobre papel verjurado color crema de 100 g.
37	FSCH.GRA-XILO/322	1999	Xilografía con cuatro colores, negro, naranja, rojo y verde sobre papel japonés blanco natural de 100 g
38	FSCH.GRA-XILO/323	1978*	Xilografía a tres colores, negro, rojo anaranjado y azul claro sobre papel japonés blanco de 100 g.
39	FSCH.GRA-XILO/324	2000	Xilografía con cuatro colores, verde, negro, azul y rojo, impreso sobre papel japonés blanco natural de
40	FSCH.GRA-XILO/326	1999	Xilografía en cinco colores, negro, rojo, verde claro, amarillo y verde azulado, sobre papel japonés blan
41	FSCH.GRA-XILO/328	1997	Xilografía a tres colores, negro, azul y rosado sobre papel japonés fibroso de 70 g.
42	FSCH.GRA-XILO/330	1998	Xilografía con cuatro colores, negro, café, amarillo y azul, sobre papel color crema de 100 g.
43	FSCH.GRA-XILO/335	1999	Xilografía con dos colores, azul y rosado, sobre papel blanco natural de 90 g.
44	FSCH.GRA-XILO/337	1998	Xilografía en blanco y negro sobre papel crema de 100 g.
45	FSCH.GRA-XILO/338	2000	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco de 70 g.
46	FSCH.GRA-XILO/339	2000	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco de 70 g.
47	FSCH.GRA-XILO/340	2000	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco de 70 g.
48	FSCH.GRA-XILO/341	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
49	FSCH.GRA-XILO/342	1998	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
50	FSCH.GRA-XILO/345	1999	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 50 g.
51	FSCH.GRA-XILO/346	1982	Xilografía* (Linoleo) en blanco y negro sobre papel blanco natural de 180 g.
52	FSCH.GRA-XILO/347	1998	Xilografía en blanco y negro sobre papel japonés blanco natural de 90 g.
53	FSCH.GRA-LINO/360	1980	Linografía en blanco y negro sobre papel japonés natural de 90g.
54	FSCH.GRA-XILO/362	1982	Xilografía en blanco y negro sobre papel color crema oscuro de 90 g.

Fig. 8. Registro de inventario patrimonio artístico Fundación Santos Chávez

Se incorporó cada obra en carpetas individuales elaboradas a la medida a través de esquineros libres de ácido. También se identificó el anverso de cada carpeta con una tarjeta de registro correspondiente a su contenido con la imagen y título de la obra, junto a su código de inventario correlativo.

Finalmente se aplicaron procedimientos de limpieza mecánica, muestreo de pH y estabilización química de 100 obras.



Fig. 9. Taller «Micro Kimün de Santos Chávez» con alumnos de la Escuela Santa Ana, Valparaíso, Chile

En otro ámbito, se han podido desarrollar diversas instancias de mediación en la FSCH, donde se ha proporcionado a la población infantil y adulta diversas reproducciones de los grabados de Santos Chávez a modo de museo itinerante, los cuales han podido ser observados y palpados en espacios educativos y en la vía pública, a simple vista y también a través de microscopios portátiles, que les han permitido a los usuarios estudiar la estampa y el trazo del grabado desde su origen de la matriz de madera, entendiendo las diferencias técnicas que hay entre el grabado, el dibujo y la pintura.



Fig. 10. Actividad de Museo Itinerante en Plaza Echaurren, Valparaíso, Chile

Por lo demás, el hecho de sacar del contexto museo cerrado las diversas obras de Santos Chávez, ha permitido una lectura distinta de su contenido simbólico por parte de la ciudadanía, ya que se genera un mayor diálogo con el medio, experimentando otras luminosidades de reflejo sobre los soportes, sonidos ambientales cotidianos y comentarios distendidos en torno a lo que se ve, elementos que rompen los cánones del espacio de museo entendido como un lugar de silencio y de contacto inanimado.



Fig. 11. Padre e hijo observando la obra de Santos Chávez a través de microscopio en la vía pública, Valparaíso, Chile

La irrupción en el espacio público con contenidos museológicos y de observación científica, abre nuevas posibilidades de aprendizaje, de interacción generacional y de exploración en torno a las técnicas y materialidades, que promueven el interés y la fidelización de los diversos usuarios.

Respecto a las reproducciones de las obras, estas fueron timbradas al reverso como «material pedagógico», con el fin de evitar que las imágenes sean comercializadas.

Archivo Osvaldo Rodríguez Musso³

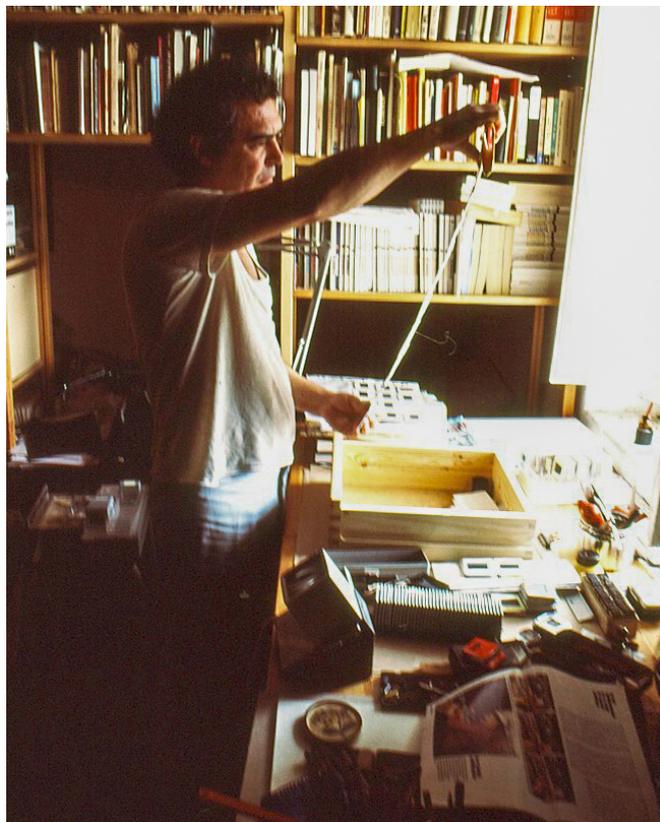


Fig. 12. Osvaldo «Gitano» Rodríguez y su archivo personal, Volterra, Italia, 1985

El Archivo Osvaldo Rodríguez Musso, corresponde al archivo personal del poeta, músico, académico y artista chileno conocido como *Gitano* Rodríguez, compositor del célebre vals «Valparaíso», canción que se convirtió en un verdadero himno para esta ciudad. Fue integrante de «La Nueva Canción Chilena», movimiento musical de connotación histórica, que estuvo relacionado con el ascenso presidencial y gobierno de Salvador Allende, lo que convirtió a sus exponentes en perseguidos y exiliados políticos tras el golpe militar de 1973. Tras este hito, Rodríguez logra salir con dificultad hacia el exilio, viviendo un corto periodo en Buenos Aires, para luego trasladarse a la República Democrática Alemana (RDA) y Praga, siguiendo el rumbo del peregrinaje por distintos países de Europa, como Francia e Italia, entre otros.

³ CCT, 2012. *Osvaldo Rodríguez Musso “El Gitano”. Su obra y legado* [En línea]. Valparaíso [consult. 2023-11-20]. Disponible en: <https://elgitano.cl/>.



Fig. 13. Organización de diarios personales de Osvaldo Rodríguez, junto a la antropóloga Silvia Rühl, Valparaíso, Chile

El amplio desarrollo artístico de Osvaldo Rodríguez abarcó tanto la poesía como la plástica, el ensayo y la composición musical, produciendo una cuantía de documentos, en distintos soportes y formatos que dan cuenta de su quehacer. Rodríguez alcanzó el título de doctor en letras de la Universidad Carolina de Praga, con la tesis «La Nueva Canción Chilena: continuidad y Reflejo», investigación con la que recibió el premio de Musicología de la Casa de Las Américas en Cuba en 1986. También escribió el libro «Cantores que reflexionan» donde relata las diversas vivencias de la Unidad Popular (UP), incluyendo experiencias con Violeta Parra, Pablo Neruda, Patricio Manns y Víctor Jara, entre otros. Dentro de su acervo destaca su colección cartas, ya que mantuvo comunicación con más de 500 corresponsables a través del mundo, tomando registro tanto de lo que escribía como de lo que recibía, documentando con sumo detalle la vivencia del exilio chileno.

El Archivo Osvaldo Rodríguez Musso es dirigido por Silvia Rühl, antropóloga alemana y viuda del artista, con quien «Archivo Nómada» ha generado una alianza de tra-

bajo desde 2016 para la conservación documental y registro en base al principio de procedencia y de orden original. A lo largo del desarrollo de esta investigación se trabajó con documentos del archivo personal de Osvaldo Rodríguez Musso, cuyo marco temporal contempla manuscritos fechados entre 1973 hasta 1996, año en que fallece en la ciudad de Bardolino, Italia a los 53 años. Su archivo personal está compuesto por una amplitud de formatos, en los que se encuentran cuadernos, cartas, fotografías, tarjetas postales, dibujos, pinturas, discos, casetes, carpetas, máquina de escribir, objetos de colección y accesorios de vestuario.



Fig. 14. Mediación de «archivo expuesto» hacia la ciudadanía con documentos originales de Osvaldo Rodríguez y apoyo de instrumentos pedagógicos de Archivo Nómada en Museo de Historia Natural, Valparaíso, Chile

En el ámbito de mediación, hemos implementado una metodología de acceso ciudadano hacia su obra, ofreciendo para consulta algunos documentos originales de Rodríguez, apoyados por diversos documentos del acervo del «Archivo Nómada», que respaldan las temáticas tratadas desde el enfoque del artista. Estas intervenciones denominadas «archivo expuesto», se han realizado en Chile y el extranjero.

Biblioteca Popular Jorge Farías

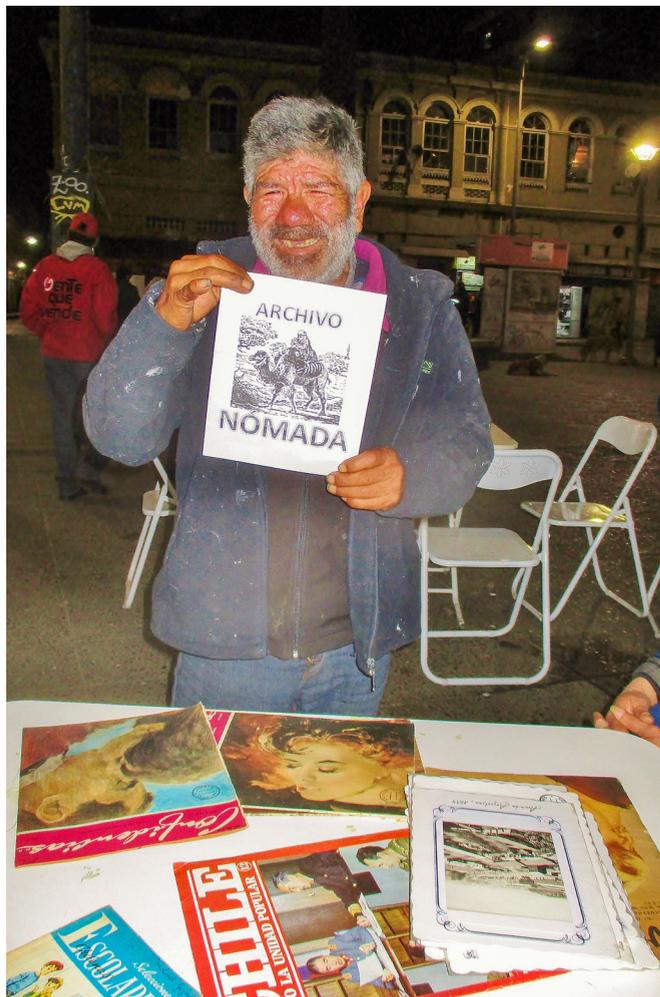


Fig. 15. Carlos Carvajal Luna, usuario de la Biblioteca Popular Jorge Farías y del archivo fotográfico de Archivo Nómada

Finalmente, la Biblioteca Popular Jorge Farías, también del barrio Puerto de Valparaíso, se emplaza en un lugar de extrema vulnerabilidad, donde algunos usuarios experimentan diversas condiciones de miseria, abandono, extrema pobreza, padeciendo alcoholismo, entre otras enfermedades. Este segmento las intervenciones documentales de «Archivo Nómada» han sido particularmente diferentes, ya que en un principio se intentó promover el fomento lector, pero con el paso del tiempo se observó que muchos de habitantes de la plaza no pueden leer ni escribir, ya sea porque tienen serios problemas a la vista, o porque se les hace difícil por la falta de práctica, o porque son puntualmente

analfabetos. Adaptando una respuesta a este contexto, se consolidó un archivo fotográfico material con más de 7.800 imágenes históricas, ya que se había observado previamente que el formato foto generaba un alto interés de acceso efectivo para la generalidad de los usuarios. Esta colección de «Archivo Nómada» se llama «Persistencia fotográfica para la consciencia histórica», y está organizada bajo un criterio temporal y territorial basado en la ciudad de Valparaíso, al ser este un tema de interés de estos usuarios. Este material fotográfico se les proporciona en la Biblioteca Popular Jorge Farías, generando un ambiente de acceso de referencia y archivístico, a través de documentos que ellos, a pesar del analfabetismo, sí pueden leer.



Fig. 16. Usuaris de la biblioteca popular Jorge Farías, Ana Aguilera y Sonia Ortega, Valparaíso, Chile

6. RESULTADOS

Las múltiples posibilidades de desarrollo que confiere el trabajo desde un archivo personal promueven la creatividad y flexibilidad en torno a la mediación con usuarios en

diversos contextos sociales y geográficos. A través de la experiencia de trabajo de campo de «Archivo Nómada», queda manifiesto el interés de todo tipo de personas por conocer las diversas particularidades de la educación documental, desde una perspectiva inclusiva y democrática. A partir de esa disposición, pueden generarse ambientes documentales flexibles e itinerantes, que posibiliten la adaptación a cualquier espacio privado o público para articular pequeños talleres y laboratorios de acceso e intervención documental, ya sea desde la disciplina de la bibliotecología, archivística o museología. Generar un acceso documental empírico que permita una integración social y multi-generacional, poniendo en práctica diversas nociones de conservación documental, puede ser la clave para la construcción de una sociedad del conocimiento e información consciente del valor de su patrimonio documental.

La asistencia hacia otras unidades de información enriquece la labor documental y de mediación con otro tipo de usuarios y colegas, colaborando en distintos campos del conocimiento, aportando otras visiones y procedimientos que favorecen la conservación, gestión y difusión del patrimonio documental.

Por su parte, ejercitar un sentido de flexibilidad ante las diversas problemáticas y desafíos que pueden emerger, colabora en la producción de soluciones ante crisis que pueden amenazar la continuidad de los métodos de trabajos acostumbrados, desarrollando otros campos menos atendidos, pero igual de importantes.

CONCLUSIONES

Como profesionales de la documentación estamos llamados a generar estrategias que posibiliten el acceso documental hacia diversos usuarios, no solamente en el ámbito académico, sino también en lo social, multicultural y global, entendiendo que nuestros territorios y sus culturas se componen de personas muy diversas. De acuerdo a los resultados obtenidos a través del trabajo de «Archivo Nómada», puedo confirmar que la mayoría de las personas con las que he trabajado en estos 8 años de ejercicio, sí manifiestan interés de acceder a documentos y a los saberes de conservación material documental, porque la gran mayoría de las personas en el mundo, sin excepción, tienen, producen y heredan documentos, inclusive aquellos que no tienen hogar, llevan en sus bolsillos algún documento. El contar con una sociedad más entendida en este ámbito, puede ayudar de una forma evidente en nuestras propias labores, al gestionar y recibir fuentes documentales en mejores condiciones.

Si bien no es requisito que los profesionales de la bibliotecología, archivística y museología sean además conservadores y restauradores, sí existe cierta responsabilidad de entender de forma elemental cómo se pueden cuidar y resguardar básicamente los formatos de información documental material, especialmente el soporte papel. Conocer y ejercer buenas prácticas documentales puede asegurar que va a existir un acceso en el futuro a esa información.

Finalmente hago el llamado general a conformar una red de «archivos nómadas» que operen en distintas latitudes territoriales y sociales, con quienes podamos compartir experiencias, métodos, aprendizajes, conocimientos e ideas a través de encuentros presenciales y digitales.

REFERENCIAS

- ADAM, W., 2014. Archivística para Bibliotecarios: Puente conceptual entre dos mundos. Introducción al tema con énfasis en la gestión documental y archivos en organismos públicos chilenos. *Serie Bibliotecología y gestión de información* [En línea]. Sept. **90** [consult. 2023-11-12]. Disponible en: http://eprints.rclis.org/23719/1/serie_90_4.pdf.
- BELLOTTO, H., 2012. *Cooperación Archivística y Patrimonio Cultural: el acceso informacional a las fuentes de la historia de Brasil existentes en Europa (1995-2012)* [En línea]. São Paulo: Universidade de São Paulo [consult. 2023-11-12]. Disponible en: http://apalopez.info/ivcoindear/X1bellotto_txt.pdf.
- BELLOTTO, H., 2004. *Arquivos Permanentes Tratamento Documental*. 2ª ed. revisada y aumentada. Brasil: FGV.
- BETANCOURT, D., 1999. *Memoria individual, Memoria colectiva y Memoria histórica: Lo secreto y lo escondido en la narración y el recuerdo*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional.
- CERDÁ, J., 2000. *Archivos e historia local*. Madrid: Universidad de Alcalá.
- CCT [COLECTIVO CASA TRANSPARENTE], 2012. *Oswaldo Rodríguez Musso “El Gitano”. Su obra y legado* [En línea]. Valparaíso [consult. 2023-11-20]. Disponible en: <https://elgitano.cl/>.
- COMITÉ NACIONAL DE LA MEMORIA DEL MUNDO, 2016. *Archivos en Chile: miradas, experiencias y desafíos* [En línea]. Santiago: DIBAM [consult. 2023-11-12]. Disponible en: http://www.dibam.cl/614/articles-62607_archivo_01.pdf.
- COOK, T., 1991. *La Evaluación Archivística De Los Documentos que Contienen Informaciones Personales: Un estudio del RAMP con directrices*. Paris: Organización de las Naciones Unidas para la educación la ciencia y la cultura (UNISIST).
- CRUZ MUNDET, J. R., et al., 2011. *Administración de Documentos y Archivos: textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, M. R., 2008. Entre bibliotecas y archivos: Los transgresores archivos personales. *Bibliotecas. Anales de Investigación* [En línea]. **4** [consult. 2023-11-12]. Disponible en: <http://revistas.bnjm.sld.cu/index.php/BAI/article/view/347>.
- FLICK, U., 2004. *Introducción a la investigación cualitativa*. España. Ediciones Morata.
- FSCH [FUNDACIÓN SANTOSCHÁVEZ], [s.d.]. *Homepage* [En línea]. Valparaíso, [consult. 2023-11-20]. Disponible en: <https://fundacionsantoschavez.org/>.
- FUSTER RUIZ, F., 1999. Archivística, archivo, documento de archivo... Necesidad de clarificar los conceptos. *Anales de Documentación* [En línea]. **2**, 103-120 [consult. 2023-11-12]. Disponible en: <http://eprints.rclis.org/11939/1/AD07-1999.PDF>.
- GALLEGO, O., 1993. *Manual de archivos familiares*. Madrid. ANABAD.
- GALLEGO DOMÍNGUEZ, O., y P. LÓPEZ GÓMEZ, 1989. *Introducción a la Archivística*. Vasco: Departamento de Cultura y Turismo Gobierno Vasco.
- GALVÁN PAULIN, R. M., 2015. *La experiencia de “documento por documento y oficina por oficina” en el Sistema Integral de Archivos*. Hidalgo: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo.
- GILI, M., 2009. *La Historia oral y la Memoria colectiva como herramientas para el registro del pasado*. Río Cuarto: Editorial de la Universidad Nacional de Río Cuarto.

- HALBWACHS, M., 1968. *Memoria Colectiva*. Paris: PUF.
- HEREDIA HERRERA, A., 2016. Conservar la memoria comunitaria programa de fortalecimiento del patrimonio comunitario de organizaciones civiles de Valparaíso. En: Comité Nacional de la Memoria del Mundo. ed. *Archivos en Chile: miradas, experiencias y desafíos*. [S.l.]: DIBAM, pp. 92-102.
- HEREDIA HERRERA, A., 2007. ¿Qué es un archivo? España: Trea.
- HEREDIA HERRERA, A., 1991a. *Archivística General. Teoría y Práctica. Actualizada y Aumentada*. Sevilla: Trea.
- HEREDIA HERRERA, A., 1991b. Limitaciones archivísticas a la accesibilidad. *Boletín de la ANABAD* [En línea]. 41(3-4), 121-128 [consult. 2023-11-12]. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=224143>
- MARTÍNEZ DE SOUZA, J., 1989. *Diccionario de Bibliología y ciencias afines*. Madrid: Pirámide.
- PAVEZ, A., 2016. Sobre cambio social y archivos. En: Comité Nacional de la Memoria del Mundo. ed. *Archivos en Chile: miradas, experiencias y desafíos*. [S.l.]: DIBAM, pp. 7-13.
- RODRÍGUEZ MORENO, M. C., 2013. *Guía de conservación preventiva para documentos de archivo*. Santiago de Chile: Archivo Nacional de Chile. (Serie Protocolos de Trabajo y Mejores Prácticas para la Gestión de Archivos; n.º 2).
- ROSELL, Y., 2005. *Archivos personales: los grandes desconocidos. Propuesta de una metodología para su procesamiento*. La Habana: Universidad de La Habana, Facultad de Comunicación, Departamento de Bibliotecología y Ciencia de la Información.
- RUIZ RUIZ, J., 2012. El grupo triangular: reflexiones metodológicas en torno a dos experiencias de investigación. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*. Jun.-dec. 24, 141-162.
- TANODI, A., 1961. *Manual de Archivología Hispanoamericana: Teorías y Principios*. Córdoba: Universidad de Córdoba; Buenos Aires: Universidad de Palermo.
- TAYLOR, J., y R. BOGDAN, 1990. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Paidós.
- TORRES, N., comp., 2014. *Hacia una política integral de gestión de la información pública todo lo que siempre quisimos saber sobre archivos*. Buenos Aires: Universidad de Palermo.

BIBLIOTECA NO PILOTIS: AS FEIRAS DE ARTE NO MAM RIO

REINALDO BRUNO BATISTA ALVES*

INTRODUÇÃO

Os museus de arte são instituições que possuem sentido de fomentar a divulgação e o pensamento crítico da arte no ambiente social. Neste contexto, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi criado com o viés colecionável de obras artísticas que estão dentro da categoria da arte moderna.

Segundo Thiesen (2009), o museu é objeto de um discurso científico construído. Logo, a formação de um acervo bibliográfico neste cenário ratifica a importância do diálogo entre as experiências da curadoria no espaço expositivo com um *corpus* conceitual, que estão registrados nas publicações do acervo da biblioteca, ao passo que o arquivo documental indica quais as tomadas de decisões que permitiram que a produção curatorial formatasse sua produção. Sendo assim, as estruturas documentais de acervo dentro dos museus dão sentido a toda produção e historiografia que aquela instituição se coloca perante a sociedade.

1. MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, conhecido como MAM Rio, foi fundado em 1948, tendo sua sede atual inaugurada em 1958. O MAM Rio foi criado com a intenção de promover e preservar a arte moderna brasileira, como está em seu primeiro estatuto:

destinada a realizar e manter exposições de artes plásticas, caráter permanente e temporário; organizar filmoteca, arquivo de arte fotográfica, discoteca e biblioteca especializada; promover exposições de filmes de interesse artístico-cultural; concertos, conferências e cursos relacionados com suas finalidades, pesquisas folclóricas e intercâmbio com organizações congêneres do estrangeiro; enfim, disseminar conhecimento da arte moderna no Brasil (MAM Rio 1948).

Antes de 1958, a instituição foi provisoriamente instalada em salas de um antigo banco e, posteriormente, no atual Palácio Capanema. Idealizado por Affonso Reidy, a sede atual do museu foi inspirada em uma obra-irmã do MAM Rio que é o Colégio Experimental Paraguay-Brasil. Segundo Varela (2018), seus projetos eram marcados por uma

* Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7586-5397>;
Email: reinaldobbalves@gmail.com.

preocupação social: deveriam saciar todas as necessidades que envolviam o indivíduo em relação à finalidade da proposta.

Dentro das razões para que o museu fosse criado nesta época está o contexto da difusão da cultura para a sociedade. Fruto do espectro democrático do século XIX e do desenvolvimento científico, os museus se tornaram espaços comunitários e de referência turística para diversas cidades no mundo:

Se nos seus primórdios, ainda bastante caóticos, a Revolução Francesa (1789) propalou grande destruição do patrimônio artístico e edificado da França, num segundo momento reflexivo, esses objetos do “passado político” francês foram preservados com o objetivo de se estudar a história. Com os bens do clero, dos emigrados e da Coroa colocados por lei à disposição da nação, urgia inventariar esses espólios, bem como elaborar regras de sua gestão e novas destinações à herança patrimonial que se acumulava em depósitos. Ao serem finalmente transferidos para espaços abertos ao público, temos a consagração do museu (Veiga 2019).

O MAM Rio se propôs a lançar luz para o moderno, que em termos de arte, compreende o espaço de tempo entre o Impressionismo e o contemporâneo, sendo quase em sua totalidade um retrato do século XX.

Após a inauguração do Bloco de Exposições em 1967, o museu funcionou normalmente até o incêndio de 1978, que atingiu este mesmo espaço, com a perda de parte do seu acervo plástico e bibliográfico.

Neste espaço de tempo, o museu se revela uma grande escola de novos artistas e movimentos culturais, como os *Domingos da Criação*:

Situando-se em meio às mudanças radicais na arte e cultura dos anos 60 e 70, no auge da ditadura militar, os Domingos da Criação, organizados pelo crítico e curador Frederico de Moraes, em 1971, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), como coordenador dos cursos, eram exercícios experimentais de todos os sentidos; acontecimentos muito vivos e ligados ao espírito experimental da época (Gogan e Moraes 2017).

Após este episódio o museu seguiu com ajuda de outras instituições e fazendo exposições em outros locais culturais.

Nos anos 90, o museu retoma sua pujança, realizando novas exposições em sua sede. Em 2023, o museu completa 75 anos revivendo momentos emblemáticos de sua trajetória na exposição «museu-escola-cidade: o MAM Rio em cinco perspectivas».

2. BIBLIOTECA

A Biblioteca está subordinada ao setor de Pesquisa e Documentação. Até a presente data, a biblioteca tem seu acervo fechado ao público, atendendo apenas às demandas da sessão de pesquisa do Museu.

Inaugurada em 1969, a biblioteca ficava no Bloco Escola, sendo transferida para o terceiro andar do Bloco de Exposições, passando a atender o público geral e encerrando o empréstimo de publicações.

No ano seguinte, as duas bibliotecárias responsáveis pelos 5420 volumes e 179 títulos de periódicos, tinham entre as atividades descritas, o constante contato com editoras para doação de publicações e permuta e intercâmbio de publicações do MAM com instituições congêneres nacionais e estrangeiras.

Em registros do 7.º Boletim Bibliográfico havia uma pequena verba para aquisição de livros e periódicos, porém grandes quantidades de livros, catálogos, periódicos e cartazes foram recebidas em permuta, através de remessas de catálogos de exposições ocorridas no MAM.

Neste mesmo ano, iniciou-se um setor de vendas *Guias história e crítica da arte*, publicação editada pelo MAM, como também cópias de livros para leitores, criando assim uma pequena fonte de renda para a Biblioteca, que foi diretamente enviada à tesouraria.

Em 1978, a biblioteca era constituída por periódicos (9000 volumes) e 282 títulos de periódicos que foram completamente destruídos no incêndio que atingiu o museu no dia 8 de julho de 1978.

Após o incêndio, as atividades da biblioteca não cessaram e, em 1983, com um robusto acervo de 8500 volumes e 101 títulos de periódicos, a biblioteca conseguia auxiliar os professores dos cursos do MAM. O diretor artístico do Museu, Paulo Herkenhoff foi um grande incentivador que possibilitou a doação de novos volumes no acervo, superando o número anterior ao incêndio.

A biblioteca passou a ocupar nova área no antigo Bloco-Escola, ao lado do Centro de Documentação — com o qual passou a integrar o novo Núcleo de Pesquisa —, e em local de mais fácil acesso para o público em julho de 1991. Entre os anos de 2005 até 2009, a biblioteca permaneceu fechada, sendo reaberta em 2010. Atualmente, atende para da consulta acervo bibliográfico especializado e promove a divulgação do museu através do intercâmbio de catálogos com outras instituições e a doação de publicações. Além de, efetuar o levantamento de informação bibliográfica, atendendo as demandas de pesquisa. Também possui interface com outras áreas do museu, além da manutenção da conservação preventiva do acervo bibliográfico.

Possuindo três funcionários, sendo eles, um bibliotecário, uma auxiliar-administrativo e uma jovem-aprendiz, o MAM Rio mantém um acervo está organizado, de acordo com a sua natureza, procedência e objetivos, de forma a preservar e disponibilizar a

informação em todos os tipos de suporte. O acervo é composto por catálogos de exposição, livros e periódicos. Especializado em arte moderna e contemporânea, nacional e estrangeira, o acervo bibliográfico abriga também outros assuntos de interesse como: arquitetura, design, fotografia e outros períodos da história da arte.

3. COLEÇÃO EM TRÂNSITO

A coleção foi formada por alguns determinantes gerenciais, como a ausência orçamentária para a aquisição de novas publicações e o excedente dos catálogos do museu que haviam sido disponibilizados para venda, e que não houveram demanda, eram direcionados para esta coleção.

Proporcionalmente, a diferença entre os materiais que entravam na coleção e aqueles que eram doados ou permutados é baixa, ocasionando um grande aumento desta coleção e uma necessidade espacial para guarda e conservação deste material.

A construção, preservação e valorização dos lugares de memória contribuem para que, no futuro, não se estabeleça, como contraponto à sociedade do conhecimento, a sociedade do esquecimento, cujo presente será descontínuo e ausente de sentido. Mas são palavras, expressões, riscos e rabiscos das materialidades textuais do passado que corporificam e dão sentido ao presente, a partir dos enunciados, das práticas discursivas que emanam das séries documentais depositadas em caixas, armários e estantes de arquivos e bibliotecas (Castro 2006).

Neste contexto, surgiu a oportunidade de interligar a biblioteca com a gerência de Educação e Participação, quando este material começou a ser destinado às escolas que vinham ao museu através de visitas guiadas por educadores, e ao final recebiam um *kit* com variados materiais como catálogos e *folders* produzidos pelo museu.

Em 2020, a biblioteca confeccionou mais de 100 *kits* com diversos catálogos que foram doados para as turmas iniciantes dos cursos de Artes Plásticas em duas universidades públicas da cidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mesmo com estas ações, foram necessários novos processos que impulsionassem o interesse do público por este material.

No contexto da pandemia de COVID-19, a instituição seguiu com as atividades remotas. As doações foram suspensas, assim como as visitas escolares. Por isso, a biblioteca se voltou para estabelecer e revisar suas normas e regras.

Dentre os instrumentos escolhidos para direcionamento da forma gerencial da biblioteca, a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) proporcionou uma eficácia e um suporte na tomada de decisões.

O Acervo da biblioteca MAM Rio não possuía um documento que desenhasse seus métodos e critérios para o desenvolvimento de um acervo coeso e estruturado. Para a criação da PCD bibliográfica do MAM Rio foram consultadas algumas das maiores instituições de arte do Rio de Janeiro como a Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV), Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB Rio), Instituto Moreira Salles (IMS Rio) e o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR).

O intercâmbio de informações entre diversas instituições foi fundamental para estabelecer um caminho para o MAM Rio, pois apesar das características de cada lugar serem diferentes, o contexto sociopolítico, econômico e espacial são quase em sua totalidade similares. Essas características ajudaram neste primeiro momento de definição dos critérios de formação da coleção.

Em um segundo momento, as pesquisas foram feitas através da literatura deste tema. Essa coleta de informações gerou um esboço inicial dos assuntos principais que a PCD da biblioteca deveria pontuar, e entre estes assuntos estão os critérios de seleção e desbastamento.

Estabelecidos estes critérios, foi necessário que ações fossem realizadas no acervo para fortalecer os métodos adotados e a instituição ser coerente com suas normas. As primeiras ações foram realizadas com a coleção de Doações e Permutas.

4. FEIRA DE PUBLICAÇÕES MAM RIO

Inspirados na edição de 1974 da feira de publicações de artes idealizada pelo Departamento de Cultura do Estado da Guanabara e pelo MAM Rio em abril do mesmo ano.

Em 2021, a feira foi idealizada como uma atividade gerada pelo processo de desbaste da Política de Desenvolvimento de Coleção, sendo um retorno das atividades presenciais do museu, após a quarentena da pandemia de COVID-19.

Definida a realização da feira, esta começou a ser planejada com dois meses de antecedência, tendo como interface as gerências de Relações Institucionais e Comunicação e Design. O primeiro passo foi selecionar a quantidade de materiais que seriam ofertados, num total de 605 catálogos de artistas que já expuseram no museu como: Adriana Varejão, Antônio Manuel, Iole de Freitas, Waltércio Caldas, Margareth Mee, entre outros.

Em um segundo momento, estes materiais foram separados do acervo e juntos com as pesquisadoras do museu foram avaliados quanto a sua relevância como material e estado de conservação. Depois dessa avaliação documental, eles puderam ser precificados.

A Feira fez parte da programação de verão do museu, denominada Feira de Livros de Arte. Sendo esta a primeira atividade da biblioteca, em contato com o público, realizada após o incêndio em 1978 do museu.

A gerência de Comunicação e Design ajudou na definição da linguagem do evento e na divulgação. Neste momento, ficou definido que faríamos a feira na parte externa do prédio do museu, mais especificamente, nos pilotis. Algumas ferramentas foram confec-

cionadas para a estruturação do evento, como uma planta do mobiliário que seria utilizado, tabelas com a precificação e o quantitativo dos materiais que seriam disponibilizados e um documento com os textos para promoção do evento e sua justificativa.

Com um público maior que o estimado, o evento foi divulgado através das mídias sociais do museu. O diálogo entre o público e as publicações foi grande e gerou enorme repercussão que ocasionaria em uma nova edição no ano seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da Feira de Publicações gerou um saldo positivo para o museu. Além de promover a biblioteca e suas atividades, gerou lucro para o museu e solucionou uma dificuldade de escoamento das publicações que não estavam de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções da biblioteca. Após a Feira, a biblioteca ganhou visibilidade interna e externa, o que impulsionou a entrada de novos recursos e trouxe novas possibilidades de projetos para o departamento.

Importante pensar como uma ferramenta de utilização interna da Instituição proporcionou uma linha de processos e atividades que atingiram o todo.

O acervo bibliográfico se mostrou seu potencial como patrimônio material, gerou lucro para o museu, que logo após reconheceu este potencial, e atualmente a biblioteca faz parte de um projeto para sua mudança para um espaço que possa ser acessível ao público mais facilmente.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, C. A., 2006. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. 4(n. esp.), 1-20 [consult. 2023-03-24]. ISSN 1678-765X. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2026/2148>.
- GOGAN, J., e F. MORAIS, 2017. *Domingos da Criação: uma coleção poética do experimental em arte e educação*. Rio de Janeiro: Instituto MESA.
- MAM Rio [MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO], 1948. *Ata de Constituição do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1948-05-03. 5 p. Manuscrito. Acervo MAM Rio.
- THIESEN, I., 2009. *Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento* [Em linha]. Rio de Janeiro: MAST [consult. 2023-01-01]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/335067278.pdf#page=62>.
- VARELLA, E., 2018. *O desafio modernista: a construção de um ícone*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.
- VEIGA, A. C. R., 2019. *Museu ampliado: da origem ao século XIV* [Em linha]. Brasília: UNB [consult. 2023-03-03]. Disponível em: <http://sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/ISEbramus/paper/view/507/71>.

INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: A CONTRIBUIÇÃO DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS NA LUTA ANTIRRACISTA

ANA CLÁUDIA DOS SANTOS DE LIMA*

INTRODUÇÃO

No Brasil os profissionais da informação dedicam-se intensamente a aprimorar produtos e serviços para seus usuários, acompanhando e adaptando-se às novas tecnologias para otimizar as rotinas. Porém é importante enfatizar que nos últimos anos bibliotecários, arquivistas e museólogos também têm utilizado seus respectivos espaços de trabalho para além das novas tecnologias, há uma grande necessidade de promover a função social e política de arquivos, bibliotecas e museus. A partir desse olhar do profissional da informação possibilitou-se iniciar um caminho para uma transformação social em suas comunidades, caminho esse que se inicia a partir da conscientização que a luta por justiça social deve ser coletiva e o protagonismo deve ser de toda a comunidade. Com base nisso, trataremos nesse artigo sobre como Arquivos, Bibliotecas e Museus têm contribuído na Luta Antirracista. Essas instituições agregam valor e oferecem suporte no que se refere a gestão do conhecimento e informação, pois tem uma função social e contribuem enquanto mediadoras do conhecimento, a formar indivíduos críticos e pensantes. Com isso, cada vez mais profissionais da informação procuram estudar e conhecer as necessidades informacionais de seus usuários, considerando sempre suas avaliações e expectativas acerca do serviço que vem sendo oferecido dentro da comunidade a qual a unidade de informação está inserida.

De acordo com Almeida (2020, p. 25), o conceito de raça pode ser definido a partir de uma característica biológica, como a cor da pele do indivíduo, ou definido a partir de uma característica étnico-cultural, como origem geográfica, religião ou língua nativa, por exemplo. Almeida (2020, p. 25) afirma que o racismo é uma consequência da estrutura na qual a sociedade foi pensada, ou seja, de como se definem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.

Munanga e Gomes (2016, p. 175) afirmam que o Movimento Negro e muitos pesquisadores adotam a utilização do termo raça numa perspectiva social e política que aborda a história do negro no Brasil, denunciando o racismo e alertando a sociedade

* Colégio Pedro II – Rio de Janeiro; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7065-3128>; Email: claudinhlim@gmail.com.

sobre as condições de desigualdade do povo negro em relação ao segmento branco da população brasileira.

Freire (2016, p. 102) enfatiza que a inserção dos oprimidos na realidade opressora os impede de ter uma percepção da sua própria opressão e não os leva a engajarem uma luta por sua liberdade.

Com base nos conceitos apresentados acima, podemos então afirmar que Movimentos Sociais Negros têm protagonismo na Luta Antirracista. Com isso é possível afirmar que Arquivos, Bibliotecas e Museus são instituições que podem e devem contribuir com esses movimentos negros de luta e resistência, pois através da mediação da informação étnico-racial engajam suas comunidades a participar e promover a agenda antirracista.

Fernandes e Valério (2021, p. 255) consideram agenda antirracista todo comportamento que incentive a luta contra desigualdades raciais. Para Souza, Valério e Campos (2021) o acesso à informação étnico-racial contribui para as práticas antirracistas e o profissional da informação é importante nessa luta e salientam a importância da competência em informação desse profissional em questões raciais.

Sendo assim, objetivo principal dessa pesquisa é apresentar estudos e reflexões que abordem o papel de unidades de informação na Luta Antirracista. Além disso, propor e conhecer ações que insiram essas instituições e seus profissionais na mediação da informação étnico-racial dentro de suas comunidades, para o (re)conhecimento da História Afro-Brasileira, engajando suas comunidades na contribuição do cumprimento da agenda antirracista, visando a conscientização e a luta por uma transformação social.

1. INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Bibliotecas, Arquivos e Museus para a sociedade são de fundamental importância, pois ao longo do tempo salvaguardaram registros informacionais da História da Humanidade e contribuíram e contribuem para a produção do conhecimento. Porém é preciso que essas instituições e profissionais da informação repensem cada vez mais sobre como democratizar o acesso a informação está inserida em seus espaços, seja em qualquer tipo de suporte, físico ou digital. Através do processo de compartilhar e mediar a informação, possibilita-se o início de um processo de conhecimento e conscientização. No caso dessa pesquisa, a abordaremos esse processo com o foco na população negra brasileira que sofre até hoje com «herança» ruim do período escravocrata no Brasil e vive sobre o mito da democracia racial, uma visão equivocada de que não existe racismo na sociedade brasileira (Lopes 2011, p. 238).

Podemos exemplificar aqui como era, por exemplo, o acesso à informação em Bibliotecas no Brasil durante o Período Colonial. Ou seja, as Bibliotecas salvaguardavam

a informação, porém o acesso à informação na época, era restrito, apenas para a elite dominante:

No Brasil Colônia houve uma grande expansão dos bens escritos mantidos em bibliotecas de conventos e outras ordens religiosas principalmente da ordem dos padres jesuítas, que embora trouxessem a possibilidade do acesso ao livro, impuseram seus ideais religiosos e também a cultura erudita. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil acarretou na transferência da Real Biblioteca para o Rio de Janeiro. Embora as bibliotecas no período colonial representem um momento importante na história dos registros escritos, o cunho elitizado se manteve, eram frequentadas pelo público de melhor poder aquisitivo afastando os setores mais populares e a preocupação com a preservação do material impresso ainda era o foco das instituições (Munanga e Gomes 2016, p. 743).

Muitos avanços ocorreram no decorrer da história, porém profissionais da informação precisam estar cada vez mais alinhados com a justiça social e não devem permanecer no campo da neutralidade, pois sendo a informação é um bem simbólico e o acesso torna-se fundamental para o exercício da cidadania, profissionais da informação tem sua responsabilidade social, pois são capazes de educar e conscientizar suas comunidades através do uso social da informação (Morigi, Vanz e Galdino 2002, p. 141).

Nesse contexto, a sociedade da informação deve preocupar-se cada vez mais com a população negra, que em sua imensa maioria foi e ainda é privada do acesso à informação, a educação de qualidade, de cultura, saúde, vivendo em desigualdade social. É legítimo quando se utiliza o termo «dívida histórica» do Brasil com a população negra brasileira que em sua maioria não tem privilégios na sociedade, porque o racismo estrutural, infelizmente tem se fortalecido cada vez mais, apesar da Luta Antirracista.

É preciso pensar como democratizar o acesso à Bibliotecas, Arquivos e Museus para a população preta. É urgente informar, conscientizar e engajar essa população na Luta Antirracista para que um movimento de transformação social ocorra.

Afinal, unidades de informação têm sua função política e social, podendo assim salvaguardar a informação étnico-racial e promovê-la em seus espaços, para que suas comunidades tenham acesso livre e democrático a essa informação. Além de promover ações que visem a valorização da Cultura e História Africana e Afro-Brasileira, podendo assim contribuir para empoderar e dar voz ao povo negro, foi silenciado ao longo da História.

Para que esse movimento de transformação social do povo negro se inicie é preciso apresentar a História numa perspectiva afrocentrada, que promova o pensamento crítico dentro dessa comunidade. Gomes (2016, p. 738) apresenta sucintamente o objetivo

da implementação da Lei n.º 10.639/03, lei esta que torna obrigatório que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as instituições escolares de ensino fundamental e médio se fez necessário dar a devida visibilidade a autores negros (Brasil 2003). Em decorrência dessa lei, profissionais da informação e educadores e educadoras reinventaram suas práticas para promover uma educação afrocentrada, que enfatizasse as diversas formas de luta e resistência antirracista, como as lutas do Movimento Negro e dos quilombos, por exemplo. Porém na prática, grande parte das instituições de ensino no Brasil não dão a devida importância a essa lei, promovendo o ensino de História ainda numa abordagem eurocêntrica. No Brasil ainda é um tabu falar sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, pois o racismo está fortemente enraizado na estrutura social.

Como exposto acima a maioria do povo negro brasileiro não conhece sua história e não tem acesso à informação étnico-racial. Mas afinal, como conceituar informação étnico-racial?

Para Oliveira e Aquino (2012, p. 487) a informação étnico-racial pode ser definida como todo e qualquer suporte informacional, seja ele, físico ou digital que possibilite a produção do conhecimento sobre questões históricas e culturais sobre uma determinada etnia, podendo ter dois aspectos: objetivo e subjetivo, conforme abaixo:

Operacionalmente, o conceito de informação étnico-racial incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico (Oliveira e Aquino 2012, p. 487).

De acordo com os autores, o conceito de «informação étnico-racial» é um conceito amplo e pode ser aplicado aos diversos campos da Ciência da Informação. Porém Oliveira e Aquino (2012, p. 487) apresentam esse conceito delimitado a população negra brasileira:

O conceito de informação étnico-racial aplicado à afro descendência permite-nos dizer que engloba a documentação legal, os textos didáticos, os manifestos, bibliografias, iconografias, todo material informacional visual e não-visual — oral, escrito, digital — oriundo do Governo, das Universidades, das Secretarias Municipais e Estaduais, das ONGs, Movimento Negro, Museus, Arquivos, Centros de Informação, etc., produzido com vistas à promoção da igualdade racial na sociedade brasileira e, dentre outras políticas, que tratam e regulam as relações étnicas baseadas na diversidade humana (Oliveira e Aquino 2012, p. 487).

Logo, é fundamental que a informação étnico-racial esteja presente na formação de profissionais da informação para que estes desenvolvam a competência necessária para tratar de questões relacionadas a população negra e participem da Luta Antirracista.

No âmbito da Biblioteconomia Silva e Saldanha (2018, p. 311) enfatizam a importância do profissional bibliotecário conhecer as demandas da sua comunidade para atendê-la conforme sua necessidade e a compreensão da cultura africana e afro-brasileira durante sua formação acadêmica, pois esse conhecimento contribuirá para que os futuros profissionais da informação se dediquem e compreendam as demandas da população negra.

Contudo, ainda é possível notar que a invisibilidade da informação étnico-racial em unidades de informação por sejam porque não há uma política institucional que promova, seja pela falta de inserção de na matriz curricular dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ou até mesmo pela falta de um olhar político e social do profissional. Essa invisibilidade da informação étnico-racial deve-se e acontece pelo fato da sociedade brasileira ainda ter um enfoque eurocêntrico, seja na educação, cultura, religião e demais segmentos. A produção de conhecimento em História Africana e Afro-Brasileira é pequena se comparada a produção de conhecimento da História Universal, com enfoque na Europa, por exemplo.

Enfoca-se a invisibilidade enquanto resultado da quantidade incipiente de estudos sobre temas de interesse da população afrodescendente, a citar a história da África e do negro, aqui incluídos cultura, tradições, religião ou idioma da língua materna como condicionantes do sentimento de pertença ou “bem-estar” indenitários. Isto porque os pesquisadores das universidades públicas têm dado prioridade e reconhecido como produção de conhecimento apenas os trabalhos que se enquadram em temas universais e que se aproximam de pensamentos e práticas eurocêntricas (Sousa e Albuquerque 2020, p. 15).

Sendo assim, Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos precisam contribuir na Luta Antirracista urgentemente, promovendo a informação étnico-racial, oferecendo visibilidade tão justa e necessária a História Africana e Afro-Brasileira para que a população negra, possa conhecer a si mesma, sua história e ancestralidade, conscientizando-se que se juntar Luta Antirracista é imprescindível para avançarmos em prol de uma sociedade com mais justiça, inclusão e equidade, combatendo as desigualdades sociais que tem assolado o povo negro a séculos.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desse trabalho, realizou-se a revisão sistemática da literatura científica encontrada em artigos publicados e disponibilizados na *internet*, além de obras bibliográficas nos formatos físicos e digitais, visando dar suporte teórico ao estudo, destacando os critérios dos textos escolhidos de acordo com a necessidade do trabalho proposto.

A metodologia utilizada para essa pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória, com a revisão bibliográfica de obras que tratem da temática étnico-racial. Estudos de casos também serão adotados para exemplificar ações voltadas para a informação *versus* Luta Antirracista. Braga (2007, p. 25) afirma que as pesquisas exploratórias objetivam reunir dados e informações sobre um problema de pesquisa.

Nessa pesquisa adotamos o estudo de caso, «um caso é definido como um objeto ou processo teórico, empírico ou ambos» (Calazans 2007, p. 45). A autora também afirma que ao selecionar um estudo de caso é preciso definir a unidade de análise, que pode ser tanto individual, como um evento ou organização. Para a metodologia de estudos de casos numa pesquisa é importante ter bem alinhada e definida a questão de pesquisa, proposições ou hipóteses, unidades de análise, métodos formais para coleta de dados e critérios para interpretação de dados (Calazans 2007, pp. 47-50).

No caso dessa pesquisa temos como questão principal: Qual a contribuição de Arquivos, Bibliotecas e Museus na Luta Antirracista? Como preposição temos a questão hipotética de avaliar o engajamento de unidades de informação na Luta Antirracista. A unidade de análise são instituições como as Bibliotecas Escolares do Colégio Pedro II, o Arquivo Público do Estado do Maranhão, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, e o Museu Afro Brasil e o Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira. Os métodos para coletar evidências são a observação, a pesquisa documental e o questionário aplicado às Bibliotecas Escolares pela Central de Bibliotecas. O critério para interpretação de dados será o de construção da explanação (Maffezzolli e Boehs 2008, p. 105).

2.1. O Instrumento de Coleta de Dados para as Bibliotecas Escolares do Colégio Pedro II

O questionário aqui apresentado é de autoria da Central de Bibliotecas do Colégio Pedro II, que o elaborou visando responder a uma demanda da comunidade escolar e teve como participantes os Chefes/Responsáveis pelas Bibliotecas dos *campi* pertencentes ao Colégio. O questionário poderia ser respondido através das sentenças Sim ou Não. Caso julgasse necessário, o respondente poderia justificar sua resposta.

Tabela 1. Questões sobre a prática antirracista nas bibliotecas do Colégio Pedro II

Questões a serem respondidas pelas bibliotecas
1) A biblioteca realizou ações no desenvolvimento de coleções (aquisições de títulos Antirracistas ou que privilegiam grupos raciais, autores com diversidade racial, descarte ou alerta para o leitor de publicações racistas, livros ilustrados com diversidade de corpos e representação)?
2) A biblioteca realizou treinamento de colaboradores sobre racismo e práticas antirracistas?
3) A questão do racismo trouxe alguma(s) mudança(s) nos treinamentos ofertados pela biblioteca, foram ofertadas palestras, oficinas, atividades temáticas sobre os povos racializados (negros, indígenas, ciganos, asiáticos)?
4) A biblioteca desenvolve ações para a acessibilidade física e informacional de pessoas com deficiência? ¹
5) A identidade visual contempla pessoas racializadas? Existem obras de arte na biblioteca que referenciam pessoas racializadas ou feitas por pessoas racializadas? Se sim qual(is) o(s) nome(s) da(s) obra(s) e autor(es)?

Fontes: Questionário elaborado pela Central de Bibliotecas para responder uma demanda interna sobre questões raciais e acessibilidade

3. AS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II E A LUTA ANTIRRACISTA

Embora Santos (2001, p. 103), considere que a sociedade obteve avanços importantes na produção editorial de literatura negra, necessita-se que ocorram mais avanços para que os currículos escolares abordem em suas metodologias, tópicos e disciplinas voltadas para o tratamento da diversidade racial.

É preciso considerar que no Brasil ainda há desigualdades, considerando que a grande parte da população, que se declarou preta ou parda em censos oficiais, tem vivido em condições de extrema pobreza, são vítimas da violência, e tem carências sociais, culturais e educacionais se compararmos as pessoas que se autodeclararam brancas (Cerrao 2022, p. 3).

O Colégio Pedro II (CPII) foi fundado em 2 de dezembro de 1837 pelo Imperador Dom Pedro II, considerado até os dias atuais, uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade. Seu quadro de egressos possui presidentes da República, músicos, compositores, poetas, médicos, juristas, professores, historiadores, jornalistas, dentre outros. Em seus 184 anos, a instituição passou por períodos de expansão e modernização sem deixar de lado as características que o tornaram referência no

¹ Questão que não será avaliada na pesquisa, embora seja um tema extremamente relevante, o artigo em questão busca tratar a temática étnico-racial focado na população negra em unidades de informação.

cenário educacional brasileiro. Equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da Lei n.º 12.677/12, o colégio conta com 14 *campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, uma Unidade de Educação infantil.

Sua missão institucional é «Promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade». A sua visão é «Ser uma instituição pública de excelência em educação integral e inclusiva, consoante com o mundo contemporâneo e as novas técnicas e tecnologias, comprometida com a formação de cidadãos, visando a uma sociedade ética e sustentável». Seus valores são pautados na «Ética, Excelência, Competência, Compromisso Social e Inovação» (CPII. [2014] e [s.d.]). Sendo assim, o Colégio Pedro II têm se preocupado com a promoção da justiça social e procura envolver todos os seus segmentos (servidores, discentes da Educação Básica, Graduação, Pós-Graduação e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e responsáveis), Pró-Reitorias, Setores e Conselhos na luta por mais diversidade, inclusão e equidade.

Cerrao (2022, p. 6) salienta que os bibliotecários escolares devem ser reconhecidos por suas comunidades como agentes de transformação social. A autora destaca que bibliotecas escolares vão muito além da função pedagógica e da democratização do processo de ensino-aprendizagem, o ambiente da biblioteca escolar por ser um espaço social, cooperativo e democrático, contribui para que seus usuários tenham a oportunidade de obter uma formação cidadã para a vida.

Nesse sentido é fundamental o engajamento árduo de bibliotecários escolares na Luta Antirracista dentro das suas instituições. É preciso que bibliotecários estejam dispostos a disponibilizar cada vez mais todo e qualquer recurso informacional ao seu público sobre a temática étnico-racial, pois ao mediar o acesso a esses recursos, esses profissionais começam um processo de conscientização dentro de suas comunidades e consequentemente a Luta Antirracista torna-se cada vez mais forte.

As Bibliotecas fazem parte do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SiBi CPII) diretamente subordinado à Central de Bibliotecas na Reitoria. As bibliotecas do SiBi CPII são híbridas e compostas por bibliotecas escolares, de ensino infantil, salas de leitura, biblioteca universitária, histórica e o Núcleo de Documentação e Memória do CPII. Toda essa diversidade de tipologia de bibliotecas no CPII tem voltado seu olhar para a comunidade, procurando conhecer cada vez mais o público que atende e para suas respectivas funções sociais, considerando o objetivo de cada biblioteca.

Sobre a questão étnico-racial voltada para a população negra, de acordo com o *site* CPII em números 39,06% da população discente do CPII se autodeclara negra. Geral-

mente a maioria desse público reside em cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como Baixada Fluminense e Niterói, subúrbios e comunidades onde há um grande índice de criminalidade.

A aplicação do questionário ocorreu em dezembro de 2021, período em que a instituição estava retornando às atividades presenciais. O questionário empregou sentenças que poderiam ser respondidas por SIM (S) ou NÃO (N) aos profissionais das Bibliotecas do SIBI CPII, mas caso julgassem necessário, os respondentes poderiam justificar suas respostas. Os respondentes dessa pesquisa foram as Bibliotecas dos Campi Centro (CCE), Engenho Novo I (CENI), Engenho Novo II (ENII), Humaitá II (CHII), Niterói (CN) Pós-Graduação (PROPEGPEC), São Cristóvão I (CSCI), São Cristóvão II (CSCII), Tijuca I (CTJI), Tijuca II (CTJII). Alguns bibliotecários respondentes optaram por justificar suas respostas.

Na Questão 1: «A biblioteca realizou ações no desenvolvimento de coleções (aquisições de títulos Antirracistas ou que privilegiam grupos raciais, autores com diversidade racial, descarte ou alerta para o leitor de publicações racistas, livros ilustrados com diversidade de corpos e representação)?». Todos os respondentes foram unânimes em responder SIM.

Na questão 2: «A biblioteca realizou treinamento de colaboradores sobre racismo e práticas antirracistas?». A maioria dos respondentes informou que NÃO, porém o *Campus* Engenho Novo II informou que não há um treinamento oficial específico, porém seus profissionais têm feito cursos com a temática étnico-racial de forma individual e não toda a equipe. Cabe salientar que todas as bibliotecas respondentes são conscientes que discutir a temática étnico-racial dentro de seus espaços é de suma importância.

Na questão 3: «A questão do racismo trouxe alguma(s) mudança(s) nos treinamentos ofertados pela biblioteca, foram ofertadas palestras, oficinas, atividades temáticas sobre os povos racializados (negros, indígenas, ciganos, asiáticos)?». Grande maioria das bibliotecas respondeu SIM a essa questão. Podemos destacar aqui que o CENII realiza a Semana da Consciência Negra e todos os setores pedagógicos participam, inclusive a Biblioteca que oferece seu espaço para debates além de promover outras ações através de parcerias com docentes da instituição; a PROPGPEC informou que realizou um evento sobre escritoras negras; o CN também menciona que há divulgação em seu espaço sobre a temática e CSII informa que está aberto a parcerias para discutir e promover o tema em seu espaço. Destaco aqui também a resposta do CHII que destacou o Projeto Biblioteca Indica de autoria da Central de Bibliotecas, durante o isolamento social, projeto o qual através dos *Blogs dos Campis*, mídias sociais das bibliotecas e *Site* Oficial do Colégio, foi dar visibilidade a várias temáticas, inclusive houveram muitas postagens visando conscientizar a comunidade escolar sobre a Luta Antirracista, seja através da leitura ou de algum evento e/ou capacitação virtual.

Na questão 5: «A identidade visual contempla pessoas racializadas? Existem obras de arte na biblioteca que referenciam pessoas racializadas ou feitas por pessoas racializadas? Se sim qual(is) o(s) nome(s) da(s) obra(s) e autor(es)?». Todos os *campi* afirmam que não há obras de arte de pessoas negras no espaço das Bibliotecas. O CENII informou que divulga permanentemente autores negros nacionais e internacionais em seu expositor principal, com destaque para edições comemorativas do grupo Afro Reggae, da de Samba Mangueira, no Rio de Janeiro, além de divulgar livros que abordem a cultura negra como religião, culinária, costumes, História Africana e Afro-Brasileira, por acreditar que essa é uma forma de conscientização da comunidade escolar que se declara negra sobre suas raízes e também por contribuir através da informação para conscientização no engajamento da Luta Antirracista. Dos autores mais destacados pelos respondentes temos: Djamilia Ribeiro, Lazaro Ramos, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Chimamanda Ngozie Adichie, Rodrigo França e Angela Davis.

4. OS ARQUIVOS E SEU PAPEL NA LUTA ANTIRRACISTA

Para Dantas e O. e Silva (2021) os arquivos devem trabalhar com suas comunidades com ações e necessidades informacionais e cultural que precisam estarem alinhadas com o grupo social atendido, pois é preciso que a comunidade se identifique com a ação apresentada, pois sem isso não haverá, construção do conhecimento, equidade e nem transformação social. Os autores ainda enfatizam que o processo de transformação do indivíduo em cidadão só é possível quando a informação é transformada em conhecimento.

Com base no estudo dos autores citados acima e com a Luta Antirracista é possível destacar algumas ações de arquivos quanto a preservação da memória histórica na Luta Antirracista, fornecendo ao usuário informação sobre os quilombos e sua luta por liberdade. O Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) disponibiliza em seu acervo virtual duas importantes exposições para a população negra local: «História da Escravidão no Maranhão: memórias preservadas». De acordo com o APEM o objetivo da exposição é «oferecer à sociedade uma mostra de documentos relacionados aos temas: tráfico de escravos, trabalho escravo nas fazendas ou em atividades do cotidiano, infrações, crimes, prisões, castigos e condenações, suicídios, formação de quilombos, movimento de insurreição e providências tomadas, alforrias, entradas e saídas do porto de São Luís e tantos outros» (Câmara 2021). Nesta exposição é possível ter acesso a um Ofício expedido pelo presidente da província ao juiz de paz Guimarães, ordenando que tomasse providências para destruição dos quilombos da Vila Turiaçu, que vinham causando «desordem» pública. Nesse contexto o APEM consegue viabilizar a informação de forma virtual, onde qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo com acesso à *internet* possa pesquisar e obter informações históricas sobre a memória da escravidão no

Maranhão e abordar sucintamente a importância dos quilombos na luta pela liberdade do povo escravizado.

Para além da memória histórica de luta e resistência do povo negro, arquivos podem estabelecer parcerias com outros tipos de instituições de memória para contribuir com a Luta Antirracista, para conscientizar e engajar cidadãos na luta. Temos como exemplo a parceria dos Arquivos da Universidade de Campinas (UNICAMP) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) que realizaram a exposição *Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência* junto ao Memorial da Resistência que iniciou em 4 de junho de 2022 com previsão de término em 14 de maio de 2023 (Memorial da Resistência 2022). A exposição ocorre de forma presencial, porém ao consultar informações em seu *website* é possível visualizar fotos e obras de fotógrafos e artistas que retratam a cultura, os saberes, a arte, a luta e resistência do povo negro ao longo dos anos. A exposição consegue trazer a história de lutas do povo negro e fazer com que o visitante reflita sobre a Luta Antirracista e o futuro do povo negro. Segue abaixo uma foto da exposição intitulada de *Manifestantes com faixas durante ato de Fundação do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo, em 07 de julho de 1978* (foto de Jesus Carlos).



Fig. 1. Fundação do Movimento Negro Unificado

Fonte: Foto de Jesus Carlos

5. MUSEUS E A LUTA ANTIRRACISTA

Para Nascimento (2021, p. 123) os museus em seus espaços e através da iniciativa de seus profissionais, tem habilidades para construir propostas com o objetivo de acolher histórias silenciadas, mostradas de forma incompletas. Nesse caso, expor a história do povo negro nesses espaços é de fundamental importância, além de fornecer uma contribuição para uma reparação histórica, esse movimento também contribui para a Luta Antirracista, para que o próprio povo negro (re)conheça a sua história e possa se engajar na luta pela igualdade racial. A autora apresenta a função social de museus na luta por uma sociedade mais igualitária:

Portanto, para a formação de uma sociedade igualitária, racial, social e culturalmente falando, a função multidisciplinar do museu necessita do diálogo constante a respeito dessas questões e estar atenta a essas mudanças legislativas, ainda que esta instituição não seja um espaço formal de educação; porém, pode ser uma aliada essencial (Nascimento 2021, p. 126).

Muitos museus pelo Brasil e pelo mundo têm contribuído na luta por justiça social, porém destaco aqui o exemplo do Museu Afro Brasil do Governo do Estado de São Paulo, que oferece exposições de longa duração que tem por objetivo «contar uma outra história brasileira. [...] tem a intenção de desconstruir um imaginário da população negra, construído fundamentalmente pela ótica da inferioridade ao longo da nossa história e transformá-lo em um imaginário estabelecido no prestígio, na igualdade e no pertencimento, reafirmando assim o respeito por uma população matriz de nossa brasilidade» (Museu Afro Brasil Emanuel Araújo 2004). As exposições de longa duração são as seguintes: *África: Diversidade e Permanência, Trabalho e Escravidão, As Religiões Afro-Brasileiras, O Sagrado e o Profano, História e Memória, Artes Plásticas: a Mão Afro-Brasileira*. Dentre essas exposições, destaco aqui a importância de promover uma exposição de longa duração sobre as religiões afro-brasileiras e também sobre a história e memória do povo negro, principalmente no Brasil, onde a história, memórias e religiões afro-brasileiras sempre foram tão silenciadas e marginalizadas durante séculos e nos últimos tempos a marginalização das religiões afro-brasileiras tem crescido, muitos terreiros e centros têm sido invadidos e fechados com frequência por conta da intolerância e racismo religioso. Durante anos tem-se como projeto colocar o negro em posição de inferioridade, que repercute de forma ampla na sua cultura, vida social, religião, ascensão e poder e com isso essas condições são sempre atreladas a sua capacidade intelectual (Farias 2021, p. 166).

Além desse importante trabalho desenvolvido pelo Museu Afro Brasil que visam dar visibilidade e promover a história e cultura do povo negro no Brasil, vale destacar também o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira que nos apresenta de forma virtual exposições, publicações, coleções e memórias da história do povo negro,

recursos de grande importância para o (re)conhecimento da História Afro-Brasileira no Brasil e com a democratização da informação étnico-racial através de seu *website*. Destaco aqui algumas obras encontradas no *website* do museu que contribuem para o processo de (re)conhecimento da história do povo negro e também da conscientização sobre a negritude brasileira, entre elas: *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil* (Domingues 2005), cujo objetivo é apresentar ao leitor uma ampla discussão de como os conceitos de negritude, etnicidade e relações raciais se intercalam e estão presentes na produção cultural negra no Brasil. Além dessa publicação, também temos uma exposição virtual denominada *Uma História Entre a África e o Brasil em Quatro Episódios* (Museu Afro-Digital 2016) que apresenta de forma clara e simplificada a relação entre Brasil e o Continente Africano, além de apresentar as heranças advindas da cultura africana. Essas exposições além de primarem pelo acesso democrático à informação, provocam no usuário a sensação de reconhecimento da própria história e conseqüentemente o conscientiza, iniciando então um processo de romper paradigmas e contribuir na Luta Antirracista.

6. RESULTADOS

Com base nas ações de Bibliotecas, Arquivos e Museus apresentadas aqui nesse artigo percebeu-se que essas instituições têm atuado e engajado profissionais e comunidades na Luta Antirracista, mediando a informação étnico-racial em suas respectivas instituições.

No caso das ações antirracistas realizadas pelo SIBI do Colégio Pedro II é notório que os profissionais bibliotecários estão engajados na Luta Antirracista e isto também se dá pelo fato do Colégio ter sua missão e valores voltados para a justiça social, o que contribui muito para que os bibliotecários possam fazer constantes aquisições em seus acervos e projetos que visem promover a informação étnico-racial em suas comunidades (CPII [s.d.]). Haja vista também, que conhecer o usuário da informação auxilia no planejamento das ações e projetos que as bibliotecas desenvolvem. Com acervos cada vez mais voltados para temáticas e valores relacionados à justiça social, em especial a Luta Antirracista, destaca-se que todas as bibliotecas possuem em seus acervos autores negros nacionais e internacionais e essas aquisições têm-se tornado cada vez mais frequentes. Fora a questão do acervo os projetos voltados para questões raciais dentro das bibliotecas tem crescido nos últimos anos, mesmo que em parceria com docentes da instituição. Destaco aqui a exposição permanente de livros de história, cultura, feminismo negros na Biblioteca Hélio Fontes no Campus Engenho Novo II e também o evento da Semana Negra, que ocorre em novembro no espaço da biblioteca, a Biblioteca da PROPGEPC realizou um evento sobre escritoras negras e a Biblioteca do Campus Humaitá II e São Cristóvão II também recebem eventos e estão abertas a parcerias. Vale destacar que durante o período de isolamento social ocasionado por conta da COVID-19 as bibliotecas divulgaram

através dos blogs dos seus respectivos campi e/ou redes sociais, conteúdos sobre autores negros, história afro-brasileira, Luta Antirracista e dicas culturais como exposições virtuais sobre temáticas relacionadas ao povo negro. Uma parte dos profissionais que atuam nas bibliotecas participaram de treinamentos voltados para questões raciais, porém não é uma capacitação formal oferecida pela instituição, mas trata-se de iniciativas individuais de cada profissional que atua no espaço das bibliotecas.

Quanto ao engajamento dos Arquivos na Luta Antirracista as ações foram favoráveis do ponto de vista da história do povo negro, pois há de se reconhecer que arquivistas têm trabalhado para a visibilidade da história do povo negro brasileiro, tão silenciada e ocultada. O reconhecimento dessa história através dos movimentos de luta e resistência como foram os quilombos é um grande avanço histórico, disponibilizar documentos sobre a história e a resistência do Movimento Negro que é um movimento de protagonismo na Luta Antirracista é uma contribuição social grandemente importante, pois essas informações podem provocar no usuário uma necessidade de transformação, de mudar sua própria história.

Os Museus aqui citados por sua vez, além de mediar a informação étnico-racial, caminham na mesma linha dos Arquivos e Bibliotecas, apresentando a história, a luta, a cultura e a resistência do povo negro brasileiro. Porém cabe ressaltar que o Museu Afro-Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira através de suas publicações digitais fornece ao usuário uma informação mais ampla sobre a atuação e contribuição de museus na Luta Antirracista e demais temáticas relacionadas a justiça social no âmbito da Museologia (Museu Afro-Digital 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo foram apresentadas referências teóricas em Ciência da Informação, nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, com abordagem de profissionais da informação na Luta Antirracista. O objetivo desse artigo foi apresentar ações de Bibliotecas, Arquivos e Museus, bem como seu engajamento na Luta Antirracista, pode-se afirmar que o objetivo foi atingido, uma vez que as ações aqui apresentadas estão consolidadas dentro das suas instituições e vem contribuindo para a Luta Antirracista.

Apesar de Bibliotecários, Arquivistas e Museólogos se empenharem nos estudos tecnicistas de seus respectivos campos, é nítido que esses profissionais da informação têm se engajado cada vez mais nas temáticas relacionadas à Justiça Social, neste artigo especificamente a Luta Antirracista e a Promoção da Informação Étnico-Racial dentro das instituições. Conhecer a comunidade de usuários é o primeiro passo para planejar e traçar políticas para combater o racismo, é o caso do Colégio Pedro II que promove um censo institucional para traçar o perfil de sua comunidade. Com isso é possível pensar e

planejar políticas para a Luta Antirracista dentro da instituição e demais projetos alinhados às temáticas de justiça social.

Quando o profissional da informação se envolve arduamente na Luta Antirracista, ele pode mudar uma estrutura preestabelecida, pois durante o processo de mediação da informação étnico-racial e ao buscar aprendizado constante sobre a temática, oferecendo seu espaço de trabalho para que a Luta Antirracista se torne cada vez mais forte e intensa, consequentemente ocorre um processo de conscientização e transformação social dentro da comunidade em que atua.

Cada ação e referencial teórico apresentados nesse artigo, comprovam o quanto é necessário o engajamento de bibliotecários, arquivistas e museólogos na Luta Antirracista. Por fim, é preciso enfatizar que o (re)conhecimento da História Africana e Afro-Brasileira é uma necessidade não só em unidades de informação, mas principalmente na Educação Básica, pois é a partir do processo de educação formal que a história, a cultura, as lutas, a resistência, a religião, as artes e a literatura do povo negro deve ser apresentada e trabalhada arduamente para que haja efetivamente uma formação cidadã e crítica e real engajamento na Luta Antirracista.

Durante o processo da pesquisa foram encontrados artigos científicos, livros, resumos expandidos sobre a atuação de unidades de informação na Luta Antirracista, apesar de um número satisfatório de pesquisas sobre a temática, esses trabalhos tem um quantitativo baixo, se compararmos às pesquisas voltadas para o estudo de ferramentas tecnológicas e processos tecnicistas em Ciência da Informação em cada campo apresentado nesse artigo. Por isso faz-se necessário que profissionais da informação pesquisem cada vez mais sobre a função social de Arquivos, Bibliotecas e Museus, não só na Luta Antirracista, que é o foco principal desse trabalho, mas também sobre outras temáticas relacionadas, para que a Ciência da Informação lute efetivamente para uma sociedade mais diversa, inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S., 2020. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaira.
- BRAGA, K. S., 2007. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em: S. P. M. MUELLER, org. *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, pp. 17-38.
- BRASIL, 2003. *Lei No 10.639, de 9 de Janeiro de 2003* [Em linha]. Brasil: Presidência da República [consult. 2022-09-25]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.
- CALAZANS, A. T. S., 2007. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. Em: S. P. M. MUELLER, org. *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, pp. 39-62.
- CÂMARA, C. F. R., 2021. *Exposição Virtual: "História da Escravidão no Maranhão: memórias preservadas"* [Em linha]. Arquivo Público do Estado do Maranhão [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/expo/escravos-2021/>.

- CERRAO, N. G., 2022. Biblioteca Escolar Antirracista. Manifestações de racismo e preconceito étnico-racial na literatura de cordel. Múltiplos olhares em Ciência da Informação. *Especial* [Em linha]. (N.º especial) [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-6658.2022.35474>.
- CPII [COLÉGIO PEDRO II], [s.d.]. *Colégio Pedro II - Missão* [Em linha]. G12.br [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html>.
- CPII [COLÉGIO PEDRO II], [2014]. *Colégio Pedro II - CPII em números* [Em linha]. G12.br [consult. 2022-09-25]. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/proreitoria/prodi/cpii_numeros.
- DANTAS, J. F., e F. M. O. SILVA, 2021. Para além de arquivar: reflexões sobre a função social e ações nos/dos arquivos. Em: G. de M. TERRA, T. L. TRINDADE, e T. G. de S. SIQUEIRA, orgs. *Papel social da informação* [Em linha]. [S.l.]: EDUA, UFAM, pp. 16-35 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/5974/3/E-book%20-%20Papel%20social%20da%20informa%c3%a7%c3%a3o.pdf>.
- DOMINGUES, P., 2005. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. *Revista de antropologia* [Em linha]. 48(1) [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-77012005000100012>.
- FARIAS, L. P. da S. de, 2021. *As religiões de matriz africana e a intolerância religiosa: um retrato do racismo estrutural nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão 2010-2019* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1460>.
- FERNANDES, I. P. G., e E. D. VALÉRIO, 2021. Ensinando a transgredir: a formação de bibliotecárias/os para a agenda antirracista. Em: F. C. G. da SILVA, org., *Bibliotecári@s Negr@s: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, Selo Nyota, pp. 253-268 [consult. 2023-12-10]. Disponível em: https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_4da665a28096439eaa5f794b35266234.pdf.
- FREIRE, P., 2016. *Conscientização*. Tradução de T. J. Risi Leme. São Paulo: Cortez Editora.
- GOMES, E., 2016. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. *Revista ACB* [Em linha]. 21(3), 738-752 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216/pdf>.
- LOPES, N., 2011. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. 4.ª ed. São Paulo: Selo Negro.
- MAFFEZZOLLI, E. C. F., e C. G. E. BOEHS, 2008. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. A reflection about a case study as a research methodology. *Revista da FAE* [Em linha]. 11, 95-110 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/262/180>.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2022. Exposição: *Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência* [Em linha]. (04 de junho de 2022 até 27 de agosto de 2023). São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/exposicao/memorias-do-futuro/>.
- MORIGI, V. J., S. A. SOUZA VANZ, e K. GALDINO, 2002. O Bibliotecário e suas Práticas na Construção da Cidadania. *Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina* [Em linha]. 7(1), 135-147 [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89899>.
- MUNANGA, K., e N. L. GOMES, 2016. *O negro no Brasil de hoje*. 3.ª ed. São Paulo: Global.
- MUSEU AFRO BRASIL EMANOEL ARAÚJO, 2004. *Exposições de Longa duração*. São Paulo: Governo do Estado [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/programa-cao-cultural/exposicoes/longa-duracao>.

- MUSEU AFRO-DIGITAL DA MEMÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, 2016. *Uma História entre a África e o Brasil em Quatro Episódios*. Bahia: Ufba [consult. 2022-10-22]. Disponível em: <https://museuafrodigital.ufba.br/uma-hist%C3%B3ria-entre-%C3%A1frica-e-o-brasil-em-quatro-epis%C3%B3dios>.
- NASCIMENTO, M. V., 2021. O desafio da representatividade negra nos museus. *Museologia & Interdisciplinaridade* [Em linha]. Jun.-dez. **10**, 122-128 [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v10i19.33996>.
- OLIVEIRA, H. P. C. de, e M. D. A. AQUINO, 2012. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. The concept of ethnic-racial information in Information Science. *Liinc em revista* [Em linha]. **8**(2) [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.453>.
- SANTOS, I. A., 2001. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. Em: E. CAVALLERO, org. *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro Edições, pp. 97-113.
- SILVA, F., e G. SALDANHA, 2018. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social. Em: D. F. A. de O. SPUDEIT, et. al., orgs. *Formação e atuação política na Biblioteconomia*. São Paulo: ABECIN, pp. 291-318.
- SOARES, K. B., 2007. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em ciência da informação. Em: *Métodos para a pesquisa em ciência da informação*. São Paulo: Thesaurus, pp. 17-38.
- SOUSA, M. A., e M. E. B. C. de ALBUQUERQUE, 2020. *Glossário de informação étnico-racial* [Em linha]. João Pessoa: Editora UFPB [consult. 2022-09-25]. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/178/912/7538-1>.
- SOUSA, G. K. A., E. D. VALÉRIO, e A. F. CAMPOS, 2021. Competência em informação para a igualdade racial. *Logeion Filosofia da Informação* [Em linha]. **7**(2), 128-144 [consult. 2022-11-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2021v7n2.p128-144>.

DIÁLOGOS DISCIPLINARES E CONTRIBUIÇÕES DA ARQUIVOLOGIA PARA A GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA: UMA REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA ESPAÑHOLA

PAULO ROBERTO ELIAN DOS SANTOS*

MARÍA MANUELA MORO-CABERO**

INTRODUÇÃO

Na arquivística, a área de gestão dos documentos ocupa um lugar notável desde a segunda metade do século XX e o trabalho nos ambientes digitais tem impulsionado sua relevância. A transformação digital implica na implementação de novos serviços e processos, fruto do compromisso entre Estado e sociedade, cidadãos e administrações, e usuários e instituições de arquivo. O objeto de trabalho, seja o documento, dado ou informação, se torna mais complexo, mudam os métodos e técnicas, as necessidades dos usuários e o modo de compartilhar os conteúdos, o que traz um novo impulso à disciplina. Ademais, tal transformação comporta um novo paradigma, enquanto impõe o trabalho com dados e outros parâmetros de serviço, de transparência, de abertura, e de compartilhamento, o que deriva em novos conteúdos e na necessidade de desenvolver competências e habilidades.

Neste estudo nos indagamos sobre o interesse pela ciência aberta no âmbito da literatura especializada em arquivística, direcionando nossa atenção para as atividades científicas, os arquivos de ciência e as reflexões em torno do tema da gestão dos dados de investigação¹. Ele faz parte de uma pesquisa mais ampla que pretende dispor de um mapeamento de conteúdos e uma análise da produção acadêmica dos últimos dez anos, centrada em artigos e monografias, da arquivística, da biblioteconomia e da ciência da informação e das experiências de instituições, em uma análise comparativa entre Brasil,

* Fundação Oswaldo Cruz; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1045-4375>; Email: paulo.elian@fiocruz.br.

** Universidade de Salamanca; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5301-1924>; Email: moroca@usal.es.

¹ Ao longo do texto, utilizaremos os termos «investigação» e «pesquisa» como sinônimos. Na bibliografia espanhola consultada, é corrente o uso do termo «dados de investigação».

Portugal e Espanha². Ao mesmo tempo, buscamos refletir sobre a contribuição que os princípios teóricos e metodológicos da arquivologia podem oferecer para ancorar práticas e procedimentos da gestão de dados, a partir de uma visão integrada de todo decurso da investigação científica.

Para o seu sucesso, baseamo-nos em uma metodologia descritiva e analítica quantitativa a partir do estudo da produção científica específica à arquivística e dos conteúdos resultantes.

O artigo estrutura-se em três partes: a primeira, de natureza introdutória, analisa as relações entre arquivos, ciência e ciência aberta; a segunda, detalha a metodologia e as fontes empregadas e, a terceira aporta os principais resultados e sua análise da bibliografia espanhola sobre dados de investigação. Finalizamos o ensaio apontando as principais conclusões e perspectivas futuras da pesquisa.

1. CIÊNCIA ABERTA, DOCUMENTOS DE ARQUIVO E DADOS: DESAFIOS

Nas duas últimas décadas, em um contexto de globalização da economia, internacionalização da ciência e intensa transformação digital, observa-se uma tendência mundial em direção a mudanças nas instituições e nas práticas científicas.

A ciência é uma atividade complexa que possui espaços, protocolos e práticas específicas. Compreendida por estudiosos como parte da vida social e cultural, ela absorve, utiliza e experimenta as tecnologias digitais, vetores de impacto na dinâmica de produção e circulação de dados e informações científicas.

A função social da ciência e seu compromisso com a explicação da realidade ganha novos contornos com a chamada Ciência Aberta, movimento internacional que propõe mudanças estruturais na forma como o conhecimento é produzido, organizado, compartilhado e reutilizado³. Na base desse movimento está a ideia de um novo modo de fazer ciência, mais colaborativo, transparente e sustentável. No centro deste processo, encontram-se, as instituições, os cientistas, seus arquivos e suas práticas, eventualmente

² Uma análise comparada entre Brasil, Portugal e Espanha, se justifica ao confrontar ideias, experiências e abordagens da arquivística com forte tradição nesses países, e ainda dialoga com a trajetória das relações acadêmicas entre profissionais da Ibero América e Caribe. Na área da arquivística, Brasil, Portugal e Espanha possuem larga trajetória de pesquisa e ensino e de relações construídas desde a segunda metade do século XX, de forma a favorecer abordagens compatíveis com as novas configurações dos documentos e dados produzidos e mantidos nos espaços de pesquisa científica. Sobre a arquivística espanhola em especial, o artigo de Hernández Olivera (2016) traça um balanço de três décadas, enumera avanços, lacunas, deficiências e desafios de natureza diversa, e aponta a necessidade de promover a investigação e a reflexão sobre a teoria.

³ O artigo de Albagli, Clinio e Raychtock (2014) faz uma sistematização das abordagens e correntes interpretativas sobre ciência aberta, bem como categoriza e apresenta exemplos de iniciativas que ilustram e clarificam tais abordagens.

em diálogo com áreas e tradições disciplinares e profissionais treinados para a gestão de documentos e dados.

A concepção de uma ciência usuária de procedimentos e normas que garantam confiabilidade ao processo de pesquisa, impõe às instituições e aos cientistas ações de planejamento e gestão. Sem desconsiderar os diferentes lugares do trabalho científico, é na complexidade dos laboratórios — produtores em profusão de documentos e dados em meio digital —, que observamos a problemática relação entre arquivos e dados e a crise do espaço arquivístico como recinto da autenticidade.

Espaços institucionais de produção da ciência, os laboratórios são ambientes híbridos, de alta complexidade e diversidade documental, que não podem ser controlados por um saber específico ou submetidos a conceitos que não se enquadram nessa realidade complexa e diversa. Os laboratórios não comportam um único olhar disciplinar que os reduza a um tipo de estrutura organizacional há muito superada pelos arranjos e dinâmicas da ciência contemporânea. Assim, devemos acionar a ideia de transdisciplinaridade para a abordagem de «objetos transdisciplinares», de forma a combinar metodologias de diferentes disciplinas a serviço da geração de novos conhecimentos.

Alcançar os ambientes do trabalho científico para realizar a gestão documental, significa também se deparar com a incorporação intensa das tecnologias digitais e das práticas voltadas ao acesso aos dados. O debate sobre os documentos ou dados gerados na pesquisa e seu acesso envolve o reconhecimento do uso de tecnologias nas diversas atividades de uma instituição científica. A questão colocada é como se processa o registro da pesquisa no contexto da transformação digital e como o uso das tecnologias pode ampliar a capacidade de criação, processamento, circulação, difusão e acesso, e a possibilidade de colaboração entre pares com o compartilhamento, por meio de repositórios de dados.

É nesse ambiente que vislumbramos um campo aberto de estudos para aprofundar o conhecimento dos referenciais teóricos da arquivística e da ciência da informação, em suas distintas trajetórias, e estabelecer relações transdisciplinares para explicação da realidade (Santos 2021). A abordagem da produção documental em suas diversas dinâmicas requer esse olhar, já presente nos estudos de pesquisadores brasileiros que dialogam com a ciência da informação, conforme aponta Tognoli (2017).

Tomamos como exemplo o tema da ciência aberta, que ingressa no meio científico mobilizando não apenas os cientistas, mas também gestores, ativistas do conhecimento aberto, movimentos sociais e a gama diversa de profissionais que lidam com informações, documentos e dados produzidos pela atividade científica. Esse tema propicia a oportunidade de buscarmos a interação teórica, conceitual e metodológica capaz de se traduzir na abordagem correta e orientada por uma perspectiva aberta do conhecimento.

A gestão de dados de pesquisa como uma atividade multidisciplinar e sua relação com a chamada arquivística integrada canadense possibilitaram, por exemplo, um estudo original que analisa a presença das funções arquivísticas no ciclo de gestão de dados (Corrêa e Sousa 2022).

Hoje, as temáticas da ciência aberta e dos dados de pesquisa, encontram espaço em uma ampla produção bibliográfica no Brasil, como demonstram os trabalhos de Albagli, Maciel e Abdo (2015), Clinio e Albagli (2017), Rocha, Sales e Sayão (2017), Jorge e Albagli (2018), Sayão e Sales (2020a, 2020b), e Pereira de Sá et al. (2021) com conexões em Portugal e Espanha (Borges e Casado 2017). Dominada pelo pensamento da biblioteconomia e da ciência da informação, esta produção vem conduzindo as reflexões e fixando conceitos, termos e noções sobre os quais cabe uma discussão teórica mais ampla e um esforço de revisão apoiado na pesquisa empírica dirigida às diferentes áreas da ciência.

São inúmeros os conceitos, termos e expressões que merecem um olhar dialógico. A própria definição de dados de pesquisa ainda não aporta um consenso e merece exame, assim como o termo, «gestão de dados». Para alguns autores, os dados de pesquisa podem apresentar extensões, classificações e formatos próprios, além de «tipologias e padrões documentais» tradicionais já estabelecidos. Parece evidente o emprego de termos muito familiares à teoria, aos princípios, e métodos da arquivística. Os estudos procedentes da ciência da informação e da biblioteconomia miram os laboratórios, espaços institucionais nos quais convivem atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino, serviços e comunicação da ciência. Tais atividades geram documentos de arquivo em profusão, provas, registros e evidências. Da gênese dos documentos de arquivo e seus valores de uso (Jorge e Albagli 2018), passando pelo ciclo de vida (Rocha 2019), até chegar à descrição (Pinto, Amaral e Santos 2019), nota-se o acionamento recorrente de conceitos e termos arquivísticos.

Para Serra Serra (2021) o lugar alcançado pelos «dados» vem movendo os fundamentos da disciplina arquivística. No contexto de projeção da ciência de dados, o autor espanhol aponta a presença de conceitos já consagrados pela gestão de documentos de arquivo e se propõe a discutir os caminhos possíveis e as oportunidades colocadas à arquivística na «era dos dados» (Serra Serra 2021, p. 39). No campo dos arquivos, desde a década de 1990, autores de correntes distintas, ao se debruçarem sobre a história do pensamento arquivístico no século XX, defendem uma visão que dialogue com as mudanças e transformações radicais observadas na natureza e no uso dos documentos, nas organizações que os produzem, nos sistemas de administração, bem como nos aspectos culturais, legais, éticos, tecnológicos e sociais presentes na sociedade (Cook 2018).

Pode-se dizer que hoje há um razoável consenso entre as diferentes correntes de pensamento sobre a mutabilidade dos princípios e conceitos arquivísticos, construídos em diferentes épocas desde o final do século XIX — portanto, sujeitos a reinterpretações das gerações futuras. A tendência de amadurecimento científico da disciplina pode, de fato, contribuir para o diálogo com a ciência da informação, desde que os profissionais atentem às transformações do amplo universo organizacional e informacional, sem abandonar a essência do trabalho arquivístico.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão bibliográfica no âmbito da Espanha procurou cobrir artigos de autores espanhóis em revistas do país nos últimos dez anos, entre 2012 e 2021. Estas revistas estão voltadas à publicação de artigos sobre as chamadas «ciências da documentação e informação», contemplando também a disciplina arquivística e as políticas, programas, metodologias, instrumentos técnicos e soluções tecnológicas que tenham os arquivos como objeto.

Como ponto de partida da pesquisa identificamos 20 (vinte) revistas⁴, dentre as quais foram selecionadas 11 (onze), que representam 55% e possuem um perfil dirigido à teoria e às práticas arquivísticas ou contemplam sistematicamente artigos sobre temas arquivísticos, acolhidos a partir de uma perspectiva transversal para as áreas de ciências da documentação, informação e comunicação. Na seleção, desconsideramos jornais de difusão para os profissionais das ciências da documentação e informação, tais como *Anaquel* (1998-2014) para os profissionais de Castilla La Mancha, e *Archivamos*, para os arquivistas de Castilla e León. Ademais, foi consultada a base de dados *Dialnet* onde se referenciam 23 revistas, das quais, 8 eram coincidentes e não tinham referência a *Arxius*, *TRIA* e *RUIDERAE*.

A base de nosso núcleo central de pesquisa corresponde, portanto, a 11 (onze) títulos, dos quais aportamos informação na Tabela 1, tais como seus respectivos promotores, sua periodicidade, sua indexação e modalidade de acesso.

⁴ AABADOM; *Anales de Documentación*; *BID. Boletín; Boletín de la ANABAD*; *EPI – Profesional de la Información*; *Anuario Think Epi*; *IRARGI*; *ITEM*; *LLIGAL*; *La DaDa*; *MEI – Métodos de información*; *Revista Española de Documentación Científica-Redc*; *Revista General de Información y Documentación*; *RUIDERAE: Revista de Unidades de Información*; *Tábula: Estudios Archivísticos de Castilla y León*; *Revista de Arxius*; *Butlletí*; *Revista de Transformación digital*; *TRIA*; *Signo. Revista de la Cultura Escrita*.

Tabela 1. Informação sobre as fontes da pesquisa

Título da Revista	Promoção	Periodicidade	Indexada SJR/ JCR	Dialnet	Acesso aberto
<i>Anales de Documentación</i>	Universidad de Murcia	Anual	Sí Emerging Sources citation index	C2	Sim
<i>EPI – Profesional de la Información</i>	Grupo de profissionais, professores universitários e pesquisadores	Bimensual	Sí SJR: Q1	C1	Sim (embargo 3 anos)
<i>Item: revista de biblioteconomia i documentació</i>	Collegi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes de Catalunya	Semestral	No	C4	Sim
<i>LLIGAL. Revista Catalana D'Arxivística</i>	Asociació de Professionals de l'Arxivística i la Gestió de Documents de Catalunya	Anual	No	C4	Sim
<i>Métodos de Información</i>	Col.legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes de la Comunitat Valenciana (COBDC)	Trimestral	Emerging sources citation index	C3	Sim
<i>Revista Española de Documentación Científica- Redoc</i>	Consejo Superior de Investigaciones Científicas – CSIC	Trimestral	Sí JCR:Q3 JCI: Q3	C1	Sim
<i>Revista General de Información y Documentación</i>	Universidad Complutense de Madrid	Semestral	Sí SJR: Q3	C1	Sí
<i>RUIDERAE: Revista de Unidades de Información</i>	Universidad de Castilla-La Mancha/ UCLM	Semestral	No	--	Sí
<i>Tábula: Estudios Archivísticos de Castilla y León</i>	Asociación de Archiveros de Castilla y León	Anual	No	C3	NO
<i>Revista d'Arxius</i>	Associació de Arxivers i Gestors de Documents Valencians (AAV)	Anual	No	---	Aperto: 2002-2009

(continua na página seguinte)

Título da Revista	Promoção	Periodicidade	Indexada SJR/ JCR	Dialnet	Acesso aberto
<i>TRIA. Revista Archivistica de la Asociación de Archiveros de Andalucía</i>	Asociación de Archiveros de Andalucía	Anual	No	---	Sí

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas

Das 11 revistas, 5 (45,45%) são de periodicidade anual, 3 (27,27%) semestral, 2 (18,18%) trimestral e 1 (9,09%) bimensal. Do total, 5 (45,45%) são indexadas considerando SJR o JCR, das quais, 2 ficam como *Emergin sources citation index* e 54,54% não figuram indexadas. A plataforma *Dialnet*⁵ de serviços e recursos documentais inclui 8 revistas, das quais 50% são indexados C1 e C2 atendendo às suas citações.

Para a escolha dos artigos, optamos pelas seguintes estratégias de busca:

1. Em primeiro lugar, observação dos descritores empregados nas revistas objeto do estudo; descritores empregados nas 11 revistas selecionadas; e relação dos resultados obtidos conforme vemos a seguir: 1 – arquivos de ciência, 2 – arquivos universitários, 3 – ciência aberta, 4 – dados abertos governamentais, 5 – dados de investigação, 6 – gestão de dados, 7 – gestão de documentos, 8 – governo aberto, 9 – reutilização de informação, 10 – repositórios de dados de investigação e 11 – transformação digital.

Note-se que o número de descritores é muito amplo, sendo três deles muito abrangentes, tais como arquivos universitários, gestão de documentos e transformação digital, com as consequentes falhas de ruído documental. A escolha dos três descritores se justifica por sua relação direta com o tema da gestão dos dados de pesquisa que envolve gestão de arquivos e documentos nas instituições científicas, como as universidades, e políticas e programas de transformação digital, que podem alcançar o ambiente da produção científica, como os laboratórios.

Para evitar o possível ruído documental, foi observado um elemento de confluência com alguns dos outros descritores anteriormente citados. O resultado da seleção foi de 86 (oitenta e seis) artigos. A seguir aportamos informação (ver Tabela 2) com o número de artigos por revista e a porcentagem representativa:

⁵ Universidad de La Rioja. *Fundación Dialnet. Portal Dialnet plus. 2001-2022* [Em linha]. La Rioja: Universidad de la Rioja, [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/documentos>.

Tabela 2. Relação de artigos em atenção às fontes das publicações periódicas

Revista	Número de artigos	Porcentagem
<i>Anales de Documentación</i>	3	3,4%
<i>EPI – Profesional de la Información</i>	12	13,9%
<i>Item: revista de biblioteconomia i documentació</i>	2	2,3%
<i>LLIGAL. Revista Catalana D'Arxivística</i>	7	8,1%
<i>Métodos de Información</i>	7	8,1%
<i>Revista Española de Documentación Científica–REDOC</i>	10	11,6%
<i>Revista General de Información y Documentación</i>	5	5,81%
<i>RUIDERAE: Revista de Unidades de Información</i>	19	22,09%
<i>Tábula: Estudios Archivísticos de Castilla y León</i>	17	19,76%
<i>Revista d'Arxius</i>	3	3,48%
<i>TRIA. Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía</i>	1	1,16%
Total	86	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas

Destaca-se na tabela acima a presença das revistas *RUIDERAE* e *Tábula* que respondem com o 41,86% (36 artigos) e em segunda posição, *EPI* e *REDOC* com o 25,5% (22 artigos), o que no conjunto das quatro revistas representa cerca de 68% dos artigos selecionados. Do total, apenas *Tábula*, *LLIGALL*, *Revista de Arxius* e *TRIA* dedicam-se exclusivamente aos temas da arquivística e da gestão dos arquivos e documentos, compartilhando as outras, temáticas das ciências da informação, documentação e comunicação mais com habitual presença de artigos sobre arquivística. Nos resultados aponta-se informação sobre a sua dispersão.

2. Em segundo lugar, para contrastar a pertinência dos artigos obtidos se realizaram buscas no portal *Dialnet* considerando alguns dos descritores acima identificados e para os jornais das áreas das ciências sociais e da informação e documentação; verificamos como a combinação destes descritores compõe um fator redutor como se mostra na tabela seguinte:

Tabela 3. Resultados de busca na base de dados *Dialnet*

Descritores	Artigos no portal <i>Dialnet</i> 2012-2021
Gestão de documentos	396
Gestão de documentos + arquivos universitários	15
Gestão de documentos + dados de pesquisa	43
Arquivos universitários	125
Arquivos universitários + transformação digital	5
Arquivos universitários + Ciência aberta	4
Arquivos científicos + Ciência aberta	3
Dados abertos governamentais	13
Dados de pesquisa	43
Repositórios digitais + dados de pesquisa	19

Fonte: Elaborado pelos autores, Base de dados *Dialnet* (2022-06-29)

Na tabela, observam-se resultados pouco expressivos, se comparados com aqueles obtidos no rastreamento das revistas, devido ao número reduzido de revistas especializadas em arquivística indexadas na base de dados. Isto faz com que a escolha da revisão das 11 revistas facilite o incremento dos artigos. Neste portal registram-se apenas 8 das 11 selecionadas.

A partir dos 86 artigos foram analisados aspectos de produção científica assim como aqueles específicos à temática de pesquisa. Para os primeiros utilizamos técnicas quantitativas e leis de produção científica, enquanto para os segundos empregamos técnicas qualitativas. Desta forma, a metodologia empregada é quanti-qualitativa e centrada na produção científica e nos conteúdos propriamente do núcleo dos artigos pesquisados. Na primeira, aplica-se para 11 revistas e 86 artigos, no entanto, na segunda centramos a análise no núcleo de artigos que abordam o tema da produção e gestão dos dados de investigação e/ou as relações entre estes e os arquivos de universidades e instituições científicas.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção se expõem os resultados mais relevantes quanti-qualitativos reunidos em duas subseções, para análise da produção científica e dos conteúdos.

3.1. Aspectos da Produção Científica

Procurou-se empregar algumas das leis de produção científica considerando as limitações dadas pela própria área de pesquisa: publicações seriadas com temática arquivística. Deste jeito, foram analisados os seguintes assuntos: dispersão da literatura científica na área de edição com temática de arquivística, crescimento exponencial na literatura científica, instituições promotoras, produção dos autores e análise de revistas em acesso aberto.

Lei de dispersão da literatura científica

Devido ao amplo número de descritores empregados, resulta difícil fazer um estudo abrangente de dispersão, considerando as 20 revistas de base, fundamentado na lei de dispersão de Bradford. Não obstante, fizemos uma análise dos resultados obtidos sobre as 11 revistas centrais. Se tomarmos em consideração os 86 artigos, e aplicarmos a lógica da lei de dispersão (dividindo por três), obteremos uma média de 28,66 artigos que marcaria o núcleo a partir do qual identificarmos zonas de dispersão e revistas.

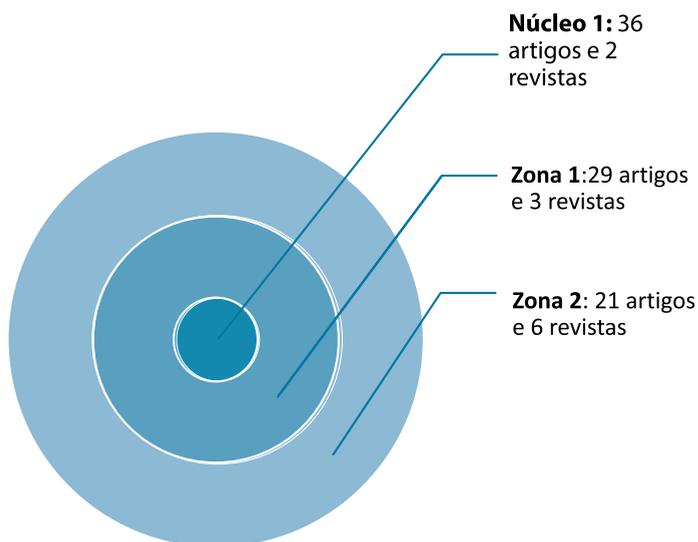


Fig. 1. Identificação de zonas de dispersão

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

Deste modo, o núcleo de dispersão de publicações periódicas ficaria em 2 revistas com 36 artigos, a zona 1, em 3 revistas com 29 artigos e finalmente, a zona 2, em 6 revistas com 21 artigos, apresentando-se em termos percentuais de artigos como segue: 41,86% para o núcleo, 33,72% para zona 1 e 24,41% para zona 2. Na tabela 4 mostram-se os títulos, a relação de artigos e a porcentagem considerando as 3 zonas e o núcleo de 28,66 artigos.

Tabela 4. Informação sobre a dispersão em zonas, revistas e artigos

Revista	Número de artigos	% artigos no núcleo ou nas zonas	Porcentagem artigos totais
<i>RUIDERAE: Revista de Unidades de Información</i>	19	52,77%	36 (41,86%) Núcleo
<i>Tábula: Estudios Archivísticos de Castilla y León</i>	17	47,23%	
Total, núcleo 1	36	100%	
<i>EPI – Profesional de la Información</i>	12	41,37%	29 (33,72%) Zona 1
<i>Revista Española de Documentación Científica – REDOC</i>	10	34,48%	
<i>LLIGAL. Revista Catalana D'Arxivística</i>	7	24,13%	
Total zona 1	29	100	
<i>Métodos de Información</i>	7	33,33%	21 (24,41%) Zona 2
<i>Revista General de Información y Documentación</i>	5	23,80%	
<i>Anales de Documentación</i>	3	14,28%	
<i>Revista d'Arxius</i>	3	14,28%	
<i>Item: revista de biblioteconomia i documentació</i>	2	9,52%	
<i>TRIA. Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía</i>	1	4,76%	
Total, zona 2	21	100%	
Total	86		100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas

Como fica observado acima, as revistas *RUIDERAE* e *Tábula*, não indexadas em SJR/JCR, representam 41,86%. Assim mesmo, trata-se de revistas bem distintas, uma propriamente de temática arquivística (*Tábula*) e outra compartilhando temática nas ciências da informação e documentação (*RUIDERAE*). Destacam-se as referidas revistas pelo tratamento dos assuntos emergentes, o qual explica a sua posição no núcleo. Com um comportamento similar ao núcleo, na zona 1 salientam-se revistas predominantes com conteúdo misto de informação e documentação, frente a uma terceira revista promovida por associação profissional. Pelo contrário, a zona 2 mostra uma evidente dispersão na natureza das revistas e número de artigos.

Lei de obsolescência das revistas

Revela-se difícil obter dados do grau de obsolescência para as revistas do núcleo destacado, dado que estas (*RUIDERAE* e *Tábula*) não estão indexadas em SJR/JCR e uma delas ainda não figura em acesso livre. Portanto, não é possível fazer um estudo de obsolescência para as revistas que compõem o destaque no núcleo. Este fato nos leva a identificar a baixa presença da produção científica vinculada aos arquivos na Espanha, onde há numerosas revistas, que não reflitam suficientemente o desenvolvimento científico em arquivos. Não obstante há um interesse na temática dos dados abertos, pois constata-se um número considerável de artigos de natureza monográfica. Contudo, é possível observar que este interesse de pesquisadores e profissionais pelos temas emergentes, ainda não se traduziu em investigações sistemáticas e mais amplas vocacionadas para a aplicação nas instituições. O portal *Dialnet*, atendendo a relevância das citações para a revista *Tábula*, voltada às temáticas arquivísticas, nos revela uma diminuição nos últimos anos.

Lei de crescimento exponencial da informação na literatura científica

Esta lei formulada por Price (1965) informa sobre a tendência e interesse temático, abordando que a cada 10/15 anos se duplica até perder relevância a curva do crescimento. O resultado dos 86 (oitenta e seis) artigos distribuídos por ano de publicação e porcentagem é a seguir na Tabela 5 e na Figura 2:

Tabela 5. Relação de artigos base da curva de crescimento

Ano	Artigos	Porcentagem
2012	4	4,65%
2013	12	13,9%
2014	5	5,81%
2015	9	10,46%
2016	6	6,97%
2017	10	11,62%
2018	8	9,3%
2019	12	13,9%
2020	6	6,9%
2021	14	16,27%
Total	86	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

Dado que o tema é de atualidade e apesar que apenas se mostram 10 anos, a curva não se duplica se não que se triplica, considerando que ainda ficamos afastados dos limites de saturação (ver Figura 2).

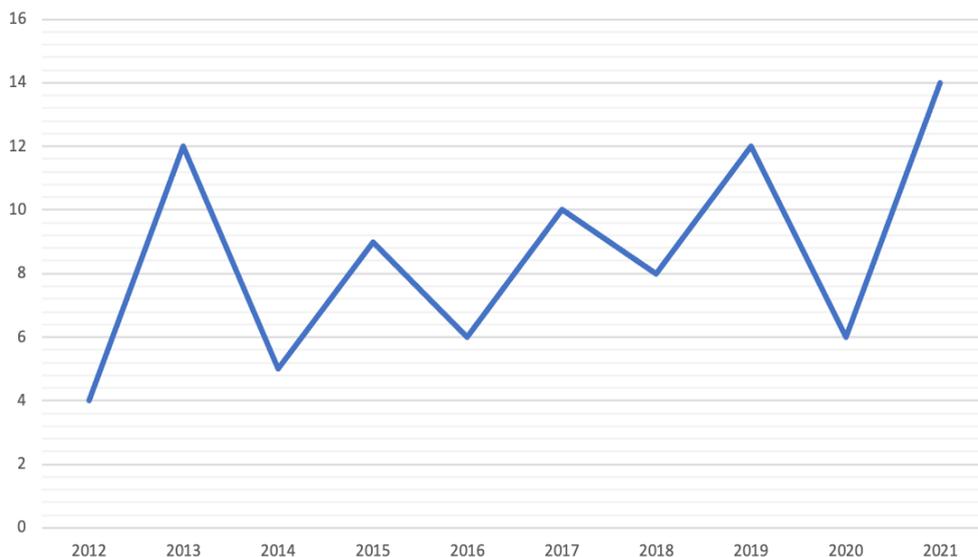


Fig. 2. Curva de crescimento e saturação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

Destacam-se três anos em uma tendência desigual com porcentagem ascendente. Isto é: de 2012, com 4,65% até 2021 com 16,27%. Assim mesmo, notem-se as brechas descendentes de 2014, 2016 e 2020. Não obstante, observa-se crescimento descontínuo em anos alternativos. Constata-se uma flutuação elevada sobre a temática.

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

As instituições promotoras das revistas mostram-se na Figura 3 como segue.

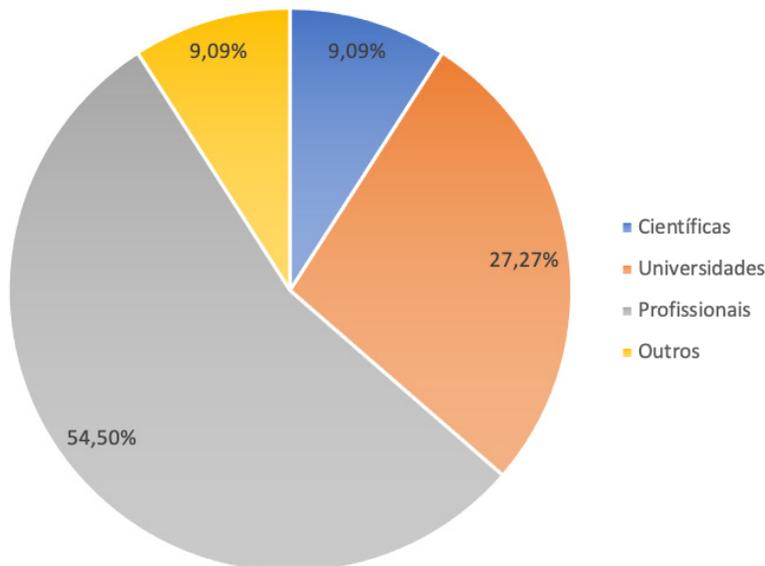


Fig. 3. Relação de instituições promotoras das publicações periódicas
 Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

Observa-se que há uma clara predominância das revistas vinculadas as associações de arquivistas, seguidas pelas universidades e instituições científicas do governo espanhol. Estes dados são coerentes com os resultados de dispersão, dado que as revistas da zona 1 são promovidas pelas associações profissionais.

ACESSO ABERTO

Entre as revistas selecionadas, 90% (10) estão em acesso livre, sendo que *EPI-Profesional de la Información* possui embargo de três anos e a *Revista d'Arxius*, com publicação interrompida em 2017, possui artigos *online* apenas entre os anos de 2002 e 2009. No caso da revista com embargo, recorreremos aos exemplares impressos do período 2020-2021. O mesmo critério adotamos para a revista *Tábula* que não está em acesso livre e que representa 19,76% dos artigos sem acesso aberto. Na Tabela 6 expressam-se os seguintes dados, sem incorporar aqueles artigos fechados do embargo *EPI* e *Arxius*, o qual somos conscientes, não fica isento de uma margem de erro:

Tabela 6. Informação sobre acesso

Acesso	Revistas	Artigos
Acesso aberto	90% (10)	81,24% (69)
Não acesso aberto	10% (1)	19,76% (17)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

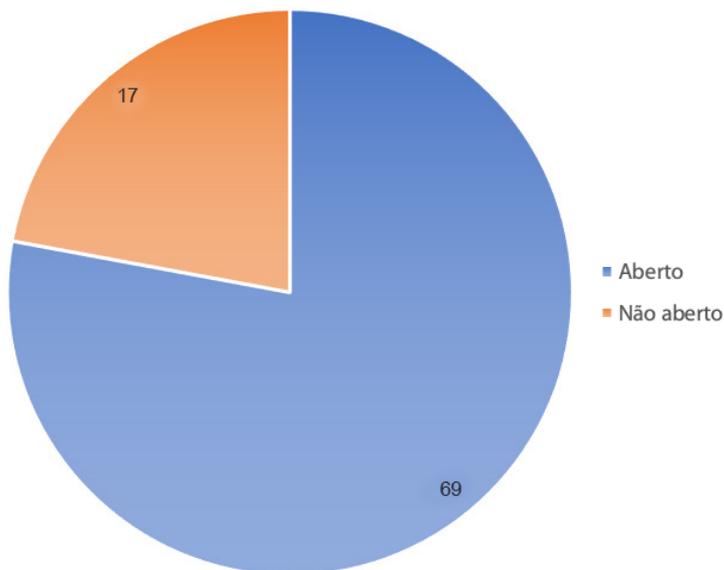


Fig. 4. Distribuição artigos atendendo a seu acesso

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

Lei de produtividade autoral

Lei de produtividade autoral de *Lotka*, manifesta a relação quantitativa entre autores e artigos científicos produzidos, salientando aos autores mais produtivos.

Em primeiro lugar, mostram-se as formas de elaboração científica compartilhada; na relação de artigos obtidos na pesquisa, comprova-se a produção individual 49 (57%), frente a compartilhada com outro autor, 19 (22,1%) ou mais colegas: 18 (20,9%) Seguidamente se apresentam aqueles mais produtivos considerando os 86 artigos obtidos, sendo 37 o número de artigos de elaboração compartilhada o que representa 43%, dado menor que aquele de uma autoria.

Em segundo lugar, no que se refere à produtividade, confirmamos que não há um destaque de autores prolixos, tal e como se expressa na tabela seguinte, onde aportam-se os dados para os autores com mais de um artigo. Na tabela a seguir (Tabela 7), informa-se sobre o grau de compartilhamento da autoria, a procedência dos autores e sobre os assuntos tratados.

Tabela 7. Relação de autores mais produtivos, procedência e autoria compartilhada

Autores	N.º de artigos	Autoria única	Autoria Compartilhada	Entidade de procedência	Assunto
Rodríguez Bravo, Blanca	3	--	3	Universidade	Universidade Ciência aberta e pesquisa
Abadal, Ernest	2	--	2	Universidade	Ciência aberta
Anglada, Lluís	2	1	1	Consorcii services universitaris-	Ciência aberta
Barrueco Pardo, Manuel	2	1	1	Universidade	Repositórios
Bustelo-Ruesta, Carlota	2	2	--	Consultora Gestão da informação e dos documentos	Gestão dos documentos
Clabo-Clemente, Néstor	2	1	1	Centro de estudos políticos e constitucionales	Dados abertos, Reutilização
Hernández-Pérez, Tony	2	1	1	Universidade	Dados abertos, dados de pesquisa
Martínez García, Luis	2	2	--	Archivo Castilla-La Mancha	Gestão dos documentos. Dados. Administração digital
Mendo-Carmona, Concepción	2	--	2	Universidade	Tecnologia digital, dados, reutilização
Pacios, Ana Reyes	2	--	2	Universidade	Transparência, pesquisa universidades, arquivos
Soler Jimenez, Joan	2	2	--	l'Associació d'Arxivers i Gestors de Documents de Catalunya	Acesso à informação, Arquivo eletrônico
Valentin Ruíz, Francisco José	2	2	--	Odilo-Consultora; provedora de <i>software</i>	Gestão dos documentos, Administração eletrônica, Arquivos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Revistas citadas anteriormente

A tabela manifesta a relação de autores que dispõem de mais de um artigo, destacando Rodríguez Bravo, cuja procedência é universitária e produz compartilhando autoria com outros pesquisadores de diferentes universidades na subtemática do seu âmbito acadêmico e da ciência aberta. Os demais autores da tabela publicaram mais de 1 artigo sobre ciência aberta, dados abertos, gestão dos documentos, reutilização, e transparência e apresentam procedências diversas com predomínio das universidades e tendência para compartilhar autoria. Registram-se, por sua vez, procedências de consultoras ou produtoras de *software* privadas e outras entidades governamentais ou associações profissionais.

3.2. Resultados da pesquisa

Na Espanha, identificamos uma produção acadêmica, traduzida em artigos científicos dos últimos dez anos, que analisa os marcos políticos, legais e normativos do acesso à informação na Europa e Espanha; o acesso aberto; o governo aberto; a transformação digital e o cenário da explosão de dados; a ciência aberta e dados abertos de investigação nas universidades; a conceituação e classificação da tipologia dos dados de investigação; os procedimentos necessários para sua gestão, como planos e processos descritivos; a criação de repositórios e portais; e por fim o papel desempenhado por bibliotecários-documentalistas e bibliotecas.

Em razão do nosso interesse mais direto na temática da gestão de dados de investigação, procuramos colocá-la em um cenário mais amplo que contemplasse sua relação com temas da ciência aberta e dos dados abertos governamentais. Ao mesmo tempo, nos interessou localizar trabalhos que abordassem a universidade, suas políticas de transparência, acesso e ciência aberta, sistemas de arquivos e serviços de gestão de documentos.

Diante deste conjunto de questões, passamos a examinar os trabalhos que empreenderam esforços para classificar ou estabelecer uma tipologia dos dados e em que medida dialogam com a produção documental da ciência; analisar a questão das tipologias no âmbito das ciências humanas e sociais e a presença de registros documentais de natureza distinta pelas disciplinas; identificar possíveis relações entre, (a) gestão de documentos de arquivo e gestão de dados e (b) a gestão de dados e os arquivos das universidades que em última instância são responsáveis pelos arquivos produzidos pela atividade científica; e identificar as ausências, tais como a inexistência de menção aos cadernos abertos de laboratório.

Diversos autores (Giménez-Chornet 2012; Mendo et al. 2013; Clabo Clemente 2015; Vicente-Paños e Jordán-Alonso 2017; Labastida i Juan 2019; Curto-Rodríguez 2021) analisam as experiências e desafios do governo espanhol, de suas comunidades autônomas e

universidades, na formulação e implementação de políticas de acesso aberto, programas e serviços de acesso à informação e dados governamentais.

No levantamento realizado, parcela significativa desta produção está voltada aos arquivos das universidades, contudo, são reduzidos os trabalhos, que sob uma perspectiva arquivística, se propõem a uma abordagem dos documentos e dados (Serra Serra 2021; Moro-Cabero 2021), ainda que não tratem dos registros da atividade científica. Esta, se faz presente na bibliografia, sobretudo, a partir de estudos voltados para a cooperação entre arquivos universitários (Mínguez Goyanes 2014), aos repositórios (Moreno, 2018) e publicações com dados de investigação abertos (Peset Mancebo et al. 2017).

No que se refere ao tema da ciência aberta encontramos quinze (17,44%) artigos que analisam os desafios colocados pelas políticas de acesso aberto e ciência aberta às universidades espanholas, e em alguns casos, com abordagens direcionadas aos seus impactos e oportunidades para os serviços e profissionais de arquivos e bibliotecas.

Com relação ao tema da gestão, compartilhamento e difusão de dados de investigação, identificamos apenas onze artigos (12,79%) que em linhas gerais abordam aspectos relacionados com a classificação de dados, repositórios de dados, publicação de dados em revistas científicas, metadados, FAIR data, colaboração científica, dados em ciências sociais e humanidades e uso de informações sobre projetos de investigação nas universidades. É sobre este *corpus* de artigos que concentraremos nossa análise.

A definição do conceito de dados de pesquisa encontra lugar em grande parte dos artigos e com frequência vem acompanhada de sua classificação. Arguimbau (2013) apoia-se nos conceitos definidos pelos National Institutes of Health (NIH) dos Estados Unidos e pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que não consideram dados as notas ou cadernos de laboratório, os rascunhos dos artigos ou os projetos de investigações futuras (Arguimbau 2013, p. 42). Aqui reside um primeiro aspecto que avaliamos crucial se adotamos o conceito de ciclo de vida dos dados. O *e-cienciaDatos*, repositório de dados de investigação do Consórcio Madroño que reúne universidades e centros de investigação da Comunidade de Madrid, analisado por Malo de Molina (2019), desconsidera os dados intermediários manipulados ao longo da vida dos projetos de investigação. Para a autora, o *e-cienciaDatos* deveria oferecer suporte aos distintos dados, sejam iniciais, intermediários ou finais (Malo de Molina 2019, p. 16). A recomendação de Malo de Molina (2019) encontra ressonância na abordagem arquivística que considera os documentos e dados de um determinado projeto, núcleo ou laboratório, um conjunto orgânico — o arquivo — formado em decorrência de funções e atividades de investigação das quais é indissociável.

Quanto a classificação dos dados, Travieso Rodriguez e Ferreira Araújo (2019) sistematizam os apontamentos de Melero e Hernandez San Miguel (2014), entre outros au-

tores, para chegar a cinco categorias: dados observacionais, dados experimentais, dados derivados ou compilados, dados simulados e dados referenciados (Travieso Rodriguez e Ferreira Araújo, 2019, p. 4). Com pequenas variações esta é a classificação propugnada por grande parte dos autores.

Ao tomar por base a classificação proposta pela *Research Information Network* (RIN), Torres Salinas, Robinson-Garcia e Cabezas-Clavijo (2012) se apoiam em três critérios não excludentes para determinar o que são os dados e como devem ser classificados: (1) segundo seu processo de obtenção; (2) segundo o objetivo de sua coleta; e (3) segundo o tratamento que receberam. No que se refere a este último, os dados podem ser preliminares ou finais⁶. Os primeiros, seriam os dados brutos recém extraídos que não receberam nenhum tipo de tratamento por parte do investigador, enquanto os dados finais correspondem ao resultado da combinação ou processamento dos primeiros. É dos mesmos autores a constatação de que alguns dados são claramente identificáveis, como os raios-x da medicina, os estudos espectrais em astronomia ou as estruturas de proteínas em bioquímica, ainda que reconheçam o problema da definição dos National Institutes of Health (NIH), instituição associada a investigação biomédica, onde é relativamente mais fácil contextualizar os dados (Torres-Salinas, Robinson-García e Cabezas-Clavijo 2012, p. 176).

Vale destacar que os esforços de autores para definir e classificar os dados de investigação vêm acompanhados da constatação de que as disciplinas, domínios ou áreas do conhecimento científico possuem diferentes interpretações sobre o tema. Sob determinada perspectiva, qualquer registro da atividade humana pode ser considerado um dado ou documento. Gómez, Méndez e Hernández-Perez (2016), ao examinar repositórios de dados em ciências sociais e humanidades recolhidos ao *re3data*⁷ reconhecem o uso de «toda classe de fontes» que inclui desde estudos linguísticos até mapas, diários pessoais, fotografias e documentos administrativos⁸. Do fragmento de uma tábua suméria ao registro de uma entrevista antropológica localizamos um amplo espectro de matérias passíveis de tratamento visando sua gestão e compartilhamento. Cabe registrar que os diferentes exemplos colhidos, sejam das ciências biomédicas, da antropologia ou da linguística, configuram o que consideramos documentos de arquivo e, portanto, apontam para a

⁶ Para Labastida (2013), pela procedência os dados podem ser primários ou secundários. Os dados primários são aqueles obtidos por observação ou experimentação, enquanto os dados secundários são aqueles tratados e que podem ser fruto da combinação de diversos conjuntos de dados primários. Estes, ele distingue entre dados observacionais fenomenológicos, experimentais ou computacionais, segundo sua origem (Labastida 2013, p. 61).

⁷ O artigo de Gómez, Méndez e Hernández-Perez (2016) aborda o problema da gestão de dados científicos em ciências sociais e humanas a partir do estudo de 6 repositórios de dados incluídos em *re3data*, um repositório subvencionado pela German Research Foundation.

⁸ A investigação em ciências humanas e sociais também processa dados que não foram produzidos originalmente pela ou para a investigação. É o caso dos dados governamentais, documentos corporativos ou estatísticos que são capazes de gerar novos dados (Gómez, Méndez e Hernández-Pérez 2016, p. 547).

presença de um objeto documental complexo e desafiante para cientistas e profissionais do mundo dos arquivos, das bibliotecas e da informação⁹.

Os documentos de arquivo possuem conteúdo, estrutura, contexto de produção, e são mantidos e utilizados no tempo. Consideramos tais atributos, entre outros, essenciais para sua gestão. A presença de elementos das diferentes fases da gestão documental no universo das reflexões sobre gestão de dados de investigação aparece pontualmente em alguns artigos. É o caso de Ferrer-Sapena et al. (2016) que destacam a importância dos metadados para proporcionar ao investigador interessado no reuso, todos os detalhes sobre a origem e a manipulação por que passaram os dados. Preocupados com os investigadores desejosos de compartilhar e reutilizar dados sob certos princípios éticos ou de confidencialidade, os autores mencionam exemplos de recomendações de prazos de guarda e uso para dados das áreas de biologia e biotecnologia (Ferrer-Sapena et al. 2016, pp. 634-635)¹⁰. Aqui, o exemplo da definição de temporalidade para guarda e/ou descarte nos remete a um conjunto de operações metodológicas e técnicas elaboradas e aperfeiçoadas por diversas correntes do pensamento arquivístico, desde a década de 1950.

É de París-Folch (2019) o único artigo que trata dos arquivos universitários e explora as contribuições que podem ser oferecidas pela arquivística. A autora reconhece a ausência do tema da ciência aberta na agenda dos arquivos universitários espanhóis, mas por outro lado, lembra iniciativas do Conselho Internacional de Archivos (ICA), que publicou entre 2011 e 2012 o guia *Management and Preservation of Scientific Records and Data* e outro dedicado a preservação de longo prazo de dados científicos (París-Folch 2019, p. 2).

Segundo París-Folch, os termos que estão na base do desenvolvimento da ciência aberta e da gestão de dados científicos são comuns entre as práticas arquivísticas (París-Folch 2019, p. 3). No nosso entendimento, tais termos, como ciclo de vida, gestão, classificação, acesso e preservação nos remetem não apenas às práticas, mas ao centro da teoria, das funções e dos métodos arquivísticos. O conceito de ciclo de vida, por exemplo, central para a gestão dos dados, é acionado pela bibliografia consultada sem qualquer referência aos autores da arquivística que se debruçam sobre ele, desde a segunda metade do século XX¹¹.

⁹ Para o conceito de documento de arquivo, adotamos a definição de Heredia Herrera que enuncia em detalhes seus atributos (Heredia Herrera 2013, pp. 28-30) e nos parece referência para uma abordagem transversal dos documentos produzidos pelas complexas atividades da ciência.

¹⁰ O Biotechnology and Biological Sciences Research Council, por exemplo, indica que em seu campo de conhecimento é recomendável guardar os dados por um período de dez anos. Ao mesmo tempo, aconselham que sejam compartilhados imediatamente uma vez que sejam publicados os primeiros resultados e, se são liberados previamente, as normas éticas recomendam que não se publique nenhum estudo até que os próprios autores dos dados tenham publicado os resultados dos dados coletados (Ferrer-Sapena et al. 2016, p. 634).

¹¹ Sobre a gestão de documentos, Jardim (2015) analisa as bases fundadoras da arquivologia, as diferentes tradições arquivísticas e a diversidade da área como parte inerente de sua condição de disciplina científica. Ainda oferece um panorama histórico e teórico da emergência da gestão de documentos, após os anos 1950 no cenário norte-americano, como área distinta da arquivologia.

A partir do texto de París-Folch (2019) podemos considerar que as funções e responsabilidades desempenhadas pelos serviços de arquivos universitários comportam as principais operações ou procedimentos de gestão, preservação e compartilhamento de dados de investigação, ainda que grande parte dos autores identifique nas bibliotecas o lugar e a *expertise* para estas operações. A autora, sem fazer menção à existência de um objeto transdisciplinar, parece reconhecer as especialidades do ambiente científico e sugere o trabalho cooperativo dos arquivos universitários com as bibliotecas e os serviços informáticos cada vez mais povoados pelos «cientistas de dados» (París-Folch 2019, p. 6).

O trabalho cooperativo voltado à abordagem de um objeto transdisciplinar não é compreendido da mesma forma por alguns autores que veem as bibliotecas como *locus* de tratamento e resolução da gestão dos dados. Segundo Arguimbau (2013, p. 49), a ideia de trabalhar com «informação factual» nas bibliotecas não é uma novidade, pois constitui uma prática desde os anos sessenta do século XX, sobretudo nos Estados Unidos da América. Este perfil, de acordo com o autor, representa possibilidades promissoras para o estabelecimento de relações sólidas entre bibliotecários e cientistas. Contudo, não reconhecemos nos modelos bibliográficos de descrição ou catalogação, soluções que preservem os atributos e os elementos de contexto dos documentos de arquivo ou da «informação factual» como sugere Arguimbau (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da gestão e compartilhamento dos dados de investigação tem baixa presença na bibliografia publicada nas revistas espanholas das áreas de arquivística, ciência da informação e documentação. O conhecimento arquivístico traduzido em princípios teóricos, fundamentos, métodos e técnicas, é um personagem ausente desta produção. A menção constante a documentos de investigação que possuem dados estruturados não vem acompanhada de referências a literatura arquivística que consolidou conceitos e termos consagrados e atualizados. Entre os poucos artigos analisados inexistem qualquer tentativa de estabelecer uma relação com a teoria, os métodos e as práticas da arquivística. O artigo de Serra Serra (2021) é uma exceção neste panorama, ainda que suas reflexões sobre os desafios ou «ameaças» da «era dos dados» à gestão de documentos não se dirijam aos dados científicos. Para o autor, conceitos consolidados pela arquivística são «clonados» em uma nova área — a ciência de dados — que tem um apelo midiático e uma modernidade muito superior à gestão de documentos (Serra Serra 2021, p. 40).

Crítico da «dicotomia documentos-dados» e do seu debate inconcluso, Serra Serra (2021) aponta um «pecado original» na arquivística, que teria limitado seu âmbito de atividade com uma visão exclusivista do documento e demonstrado incapacidade de flexibilizar-se diante das possibilidades criadas pela tecnologia informática para

gerenciar agregados de dados (Serra Serra 2021, pp. 43-44). O autor é bem-sucedido no esforço de identificar e descrever em detalhes as fases de intervenção da gestão documental na gestão de dados, para mais adiante localizar quais dos princípios e âmbitos são compartilhados com a gestão documental ou formam parte de seu próprio espaço de atividade.

Em nossa perspectiva, o «pecado original» precisa ser relativizado, pois é parte constitutiva da história da disciplina que desde o *Manual dos Holandeses* de 1898, — instrumento definidor de suas bases teóricas — tem sido afetada e alterada por transformações na cultura, nos meios de comunicação, nos modelos e sistemas administrativos, e nas tecnologias¹². O pensamento e as práticas arquivísticas têm logrado alguns êxitos diante do paradigma digital, dentre os quais se destaca o projeto de investigação *InterPARES*. A proposta australiana do *record continuum* ao visar a superação de uma perspectiva clássica e rígida do ciclo de vida surge como um modelo inovador que incorpora a dinâmica dos usos e significados dos documentos em constante mudança.

Estes e outros aportes do conhecimento arquivístico contemporâneo precisam ser apropriados no ambiente acadêmico e nas instituições dedicadas à gestão de arquivos. Os dados ou documentos de investigação produzidos pela atividade científica são mais do que objetos estáveis e discretos. Isto significa que não podem prescindir de qualquer contribuição da área, o que também inclui a chamada arquivística clássica revigorada pelos novos aportes e habilitada a interpretar os arquivos como fenômeno social.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S., A. CLINIO, e S. RAYCHTOCK, 2014. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. *Liinc em Revista*. **10**(2), 434-450.
- ALBAGLI, S., M. L. MACIEL, e A. H. ABDO, orgs., 2015. *Ciência aberta, questões abertas*. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT, UNIRIO.
- ARGUIMBAU, L., 2013. Les dades de reserca: una oportunitat professional per als gestors d'informació. *Item: revista de biblioteconomia i documentación*. **57**, 38-56.
- BORGES, M. M., e E. S. CASADO, coords., 2017. A ciência aberta: o contributo da ciência da informação. Em: *Atas do Encontro Ibérico EDICIC*, 8. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>.
- CLABO CLEMENTE, N. 2015. Luces y sombras del marco normativo del acceso abierto en la Administración General del Estado en España. *Revista General de Información y Documentación* [Em linha]. **25**(2), 245-263 [consult. 2021-03-12]. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_RGID.2015.v25.n2.51234.

¹² Para uma perspectiva histórica do pensamento arquivístico desde o final do século XIX, ver o texto de Cook (2018), publicado originalmente na revista *Archivaria*, em 1997.

- CLABO, N., e I. RAMOS-VIELBA, 2015. Reutilización de datos abiertos en la administración pública en España y uso de licencias-tipo. *Revista Española de Documentación Científica* [Em linha]. **38**(3), e097 [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2015.3.1206>.
- CLINIO, A., e S. ALBAGLI, 2017. Cadernos abertos de laboratório e publicações líquidas: novas tecnologias literárias para uma Ciência Aberta. *Reciis – Ver Eletron Comun Inf Inov Saúde*. **11**(sup.), 1-17.
- COOK, T., 2018. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. Em: L. HEYMANN; L. NEDEL, eds. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 17-81.
- CORRÊA, J. G., e J. A. P. de SOUSA, 2022. Perspectivas arquivísticas na Gestão de Dados de Pesquisa: uma análise a partir da Arquivística Integrada. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*. **15**(2), 436-451.
- CURTO-RODRÍGUEZ, R., 2021. Análisis multidimensional de los portales de datos abiertos autonómicos españoles. *Revista Española de Documentación Científica* [Em linha]. **44**(1), e284 [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2021.1.1745>.
- FERRER-SAPENA, A., et al., 2016. Cómo analizar el impacto de los datos de investigación con métricas: modelos y servicios. *El profesional de la información*. **25**(4), 632-641.
- GIMÉNEZ-CHORNET, V., 2012. Acceso de los ciudadanos a los documentos como transparencia de la gestión pública. *El profesional de la información*. **21**(5), 504-508.
- GÓMEZ, N.-D., E. MÉNDEZ, e T. HERNÁNDEZ-PÉREZ, 2016. Social sciences and humanities research data and metadata: A perspective from thematic data repositories. *El profesional de la información*. **25**(4), 545-555.
- HEREDIA HERRERA, A., 2013. *Manual de Archivística Básica: Gestión y sistemas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Archivo Histórico Universitario.
- HERNÁNDEZ OLIVERA, L., 2016. Tiempos de cambio. Reflexiones sobre la doctrina archivística en España (1985/2015). *TRIA*. **20**, 45-71.
- JARDIM, J. M., 2015. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo*. **28**(2), 19-50.
- JORGE, V. A., e S. ALBAGLI, 2018. Compartilhamento de dados de pesquisa em saúde: iniciativas do National Institutes of Health (NIH). *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. **12**(4), 415-428.
- LABASTIDA, I. 2013. Les dades de la recerca: de la foscor a la claror. *Item: Revista de biblioteconomia i documentació*. (57), 58-69.
- LABASTIDA I JUAN, I., 2019. Analizando el estado del acceso abierto en una universidad. *RUIDERAE: Revista de Unidades de Información*. (15), 1-12.
- MALO DE MOLINA, T., 2019. e-cienciaDatos, el repositorio de datos de investigación del Consorcio Madroño. *RUIDERAE: Revista de Unidades de Información*. (15), 1-16.
- MELERO, R., e J. HERNÁNDEZ-SAN-MIGUEL, 2014. Acceso abierto a los datos de investigación, una vía hacia la colaboración científica. *Revista Española de Documentación Científica* [Em linha]. **37**(4), e066 [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2014.4.1154>.
- MENDO, C., et al., 2013. Del acceso a la reutilización, del dato al documento: una visión conceptual de la información pública. *Revista Española de Documentación Científica* [Em linha]. **36**(3), e013 [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2013.3.957>.
- MÍNGUEZ GOYANES, J. L., 2014. Los archivos universitarios. Veinte años después. *Revista d'Arxius*. (13), 143-158.

- MORENO, F. P., 2018. Repositórios de dados de pesquisa na Espanha: breve análise. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. **23**(53), 52-63.
- MORO-CABERO, M., 2021. Datos y archivos: retos para una profesión agitada por la transformación digital. *Acervo*. **34**(3), 1-23.
- PARÍS-FOLCH, M., 2019. Open science: retos y oportunidades para los archivos universitarios. *RUIDERAe: Revista de Unidades de Información*. (15), 1-10.
- PEREIRA DE SÁ, I., et al., 2021. Metodologia para identificação de tipos de dados de pesquisa: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *Acervo*. **34**(3), 1-15.
- PESET MANCEBO, F., et al., 2017. Datos abiertos de investigación. Camino recorrido y cuestiones pendientes. *Anales de Documentación* [Em linha]. **20**(1) [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.20.1.272101>.
- PINTO, F. M. A. G., J. C. AMARAL, e M. B. SANTOS, 2019. Curadoria de dados de pesquisa em repositórios de ensaios clínicos: uma revisão de escopo. *Liinc em Revista*. **15**(2), 84-100.
- PRICE, D. J. S., 1965. Networks of scientific papers: the pattern of bibliographic references indicates the nature of the scientific research front. *Science*. **149**(3683), 510-515.
- ROCHA, J. A. P., 2019. Projeto febre amarela: ciclo de vida e tipologia de dados. *Liinc em Revista*. **15**(2), 161-176.
- ROCHA, L., L. F. SALES, e L. F. SAYÃO, 2017. Uso de cadernos eletrônicos de laboratório para as práticas de ciência aberta e preservação de dados de pesquisa. *PONTODEACESSO (UFBA)*. **11**(3), 2-16.
- SANTOS, P. R. E., 2021. Arquivologia, laboratórios e ciência aberta: contribuições e desafios para a gestão de documentos e dados. *Acervo*. **34**(3), 1-22.
- SAYÃO, L. F., e L. F. SALES, 2020a. A grande e a pequena ciência: análise das diferenças na gestão de dados de pesquisa. *Informação & Sociedade-Estudos*. **29**(3), 151-170.
- SAYÃO, L. F., e L. F. SALES, 2020b. Afinal, o que é dado de pesquisa? *BIBLOS (RIO GRANDE)*. **34**(2), 32-51.
- SERRA SERRA, J., 2021. Los datos: ¿una amenaza? Gestión de documentos en la era de los datos. *Tá-bula*. (24), 43-63.
- TOGNOLI, N. B., 2017. Arquivologia e ciência da informação: convergências e divergências entre disciplinas. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*. **11**(4), 4-5.
- TORRES-SALINAS, D., N. ROBINSON-GARCÍA, e A. CABEZAS-CLAVIJO, 2012. Compartir los datos de investigación: introducción al *data sharing*. *El profesional de la información*. **21**(2), 173-184.
- TRAVIESO RODRÍGUEZ, C., e R. FERREIRA ARAÚJO, 2019. Aspectos metodológicos de los datos abiertos de investigación: análisis de los conjuntos de datos de la colección SciELO incluidos en Figshare. *Revista Española De Documentación Científica* [Em linha]. **42**(3), e242 [consult. 2021-03-12]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2019.3.1597>.
- VICENTE-PAÑOS, A., e A. JORDÁN-ALFONSO, 2017. Acceso a la información pública y su reutilización en las comunidades autónomas: evaluación de la reutilización de datos abiertos. *El profesional de la información*. **26**(3), 381-391.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PÚBLICOS: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

MANOEL VICTOR DA COSTA CARVALHO*
TIAGO BRAGA DA SILVA**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre acessibilidade arquitetônica em Arquivos e Bibliotecas públicos, traçando um paralelo entre o direito de acesso à informação e seu impacto na inclusão social de pessoas com deficiência no Brasil. A pesquisa é bibliográfica e documental, visto que realiza levantamento bibliográfico acerca dos temas: inclusão social de pessoas com deficiência, acessibilidade e funções sociais dos Arquivos e Bibliotecas, além de analisar a Lei n.º 12.527/2011, que regulamenta o acesso à informação no Brasil, e a Lei n.º 13.146/2015, que institui o estatuto da pessoa com deficiência no Brasil (Brasil 2011; Brasil 2015).

Proporcionar espaços adequados para leitura, estudo e pesquisa, também significa viabilizar acesso à informação pública, além de possibilitar a democratização do conhecimento científico. Nessa perspectiva, os Arquivos e Bibliotecas se destacam como ambientes dedicados à guarda e consulta de conjuntos documentais e bibliográficos de valor histórico e informacional, muitas vezes indispensáveis à prestação pública de serviços. Além da função de guarda de acervos bibliográficos, Ramirez Leyva (2018) ressalta que:

A biblioteca é a instância que propicia o laço entre o universo dos leitores e o universo dos recursos bibliográficos, documentais e informativos. A biblioteca em essência é uma instituição que faz parte na formação das sociedades, já que nela se encontram os recursos indispensáveis para a aprendizagem, a produção e a inovação do conhecimento, além de oferecer a possibilidade de ampliar e diversificar a cultura (Ramirez Leyva 2018, p. 28, tradução nossa).

Na mesma perspectiva, Delmas (2010, p. 56) aborda a importância organizacional e social dos Arquivos ao destacar que considera-se Arquivo as instituições ou os serviços que têm como missão reunir e conservar os documentos de arquivos, tornando-os aces-

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2774-9233>; Email: manoelvictorcc@gmail.com.

** Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8702-2541>; Email: tiagobragadasilva@gmail.com.

síveis. Além disso, também caracteriza Arquivo como edifícios que abrigam numerosos arquivos, entendidos como conjuntos de documentos, bem como todos os serviços encarregados de sua gestão.

Nesse sentido, entendendo que essas instituições são espaços públicos que precisam promover a inclusão social. Os temas relativos à acessibilidade constituem uma das principais diretrizes norteadoras dos debates sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Diante de um cenário de mais de 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (Censo de 2010, IBGE 2012), constata-se que existem desafios a serem superados para que esse coletivo usufrua plenamente de seus direitos e garantias fundamentais, em condições de igualdade com as demais pessoas. Dentro do bojo dos direitos fundamentais a todos os cidadãos está o acesso à informação pública assegurado pela Lei n.º 12.527/2011 (Brasil 2011), sendo a publicidade das informações um dos princípios da administração pública, definido no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil 1988).

Diante dessa perspectiva, é possível identificar que grande parte das informações estão reunidas em livros e documentos produzidos e custodiados por instituições públicas, dessa forma, para que esses acervos cumpram com sua função social de difusores de informação é necessário que os espaços que os abrigam possuam as condições mínimas para gestão, armazenamento e acesso aos seus conjuntos documentais arquivísticos e bibliográficos, indispensáveis à prestação dos serviços à população. Isso posto, proporcionar espaços adequados para leitura, estudo e pesquisa, também significa viabilizar acesso à informação pública, além de possibilitar a democratização do conhecimento científico. Nesse sentido, infere-se que Arquivos e Bibliotecas se caracterizam como espaços de exercício da democracia, portanto devem seguir as prerrogativas da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 13.146/2015, levando em consideração as condições de acessibilidade arquitetônica aos locais onde as informações públicas se encontram (Brasil 2011; Brasil 2015).

1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: EQUIPAMENTOS CULTURAIS E SOCIAIS

Os Arquivos e Bibliotecas públicos são instituições distintas, de todo modo, em alguns aspectos estão interligadas. A origem das duas instituições, conforme aponta o pesquisador Araújo (2010, p. 176) «é comumente relacionada à origem da passagem da oralidade para a escrita» o que sinaliza uma aproximação. Além disso, «Durante a Idade Antiga e a Idade Média, museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos» (Ortega 2004, p. 2).

Mas essa relação próxima do Arquivo e da Biblioteca, pelo menos do ponto de vista de atuação e de definição, foi alterada ao longo dos anos como consequência das mudanças técnicas, conceituais, sociais, tecnológicas e políticas. Mas isso não significa um

rompimento total e absoluto dessas instituições, ao contrário, o que se revela é justamente a necessidade de uma atuação conjunta, considerando as suas especificidades, em prol do acesso à informação por todos os cidadãos.

Bellotto (1991, p. 14) considera os Arquivos e as Bibliotecas e, também, os Centros de Documentação e Museus como instituições corresponsáveis no processo da «recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico», estabelecendo uma relação direta entre essas instituições.

Sob a chave «acesso à informação» é que reside o pilar que aproxima as práticas do Arquivo e da Biblioteca. Esse entendimento coloca essas unidades de informação em um mesmo compasso, cujo foco está em tratar o documento, considerando as suas especificidades, com vias a promoção do acesso e, como consequência, a possibilidade do uso das informações para diferentes finalidades.

O direito ao acesso à informação no Brasil ganha força com o fim do regime militar em 1985, cujas bases operacionais estavam centradas na censura e na falta de transparência governamental, assim, a partir da redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso à informação passa a ser entendido como um direito. Essa mudança no âmbito legal incide diretamente sobre os Arquivos e as Bibliotecas.

O direito à informação está previsto na Constituição através do art.º 5.º:

XIV – É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

LXXII LXXII – conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXVII LXXVII – são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania (Brasil 1988).

Nesses termos, no caso dos Arquivos, podemos compreender que esses estão intimamente relacionados com as prerrogativas constitucionais no que se refere ao direito de acesso à informação, visto que são instituições que conservam e disponibilizam documentos públicos e, em alguns casos, documentos privados de interesse público e social para diferentes fins. Essa compreensão nos permite considerar o Arquivo como um espaço de socialização da informação e de exercício da democracia, cuja função social está justamente nas possibilidades de usos por diferentes usuários: cidadãos, para comprovação de direitos; agentes políticos e sociedade organizada, para controle da gestão governamental; pesquisadores, para produção de conhecimentos científicos entre outras possibilidades de usos e usuários.

Além disso, a Constituição de 1988 apresenta outra prerrogativa aos Arquivos: através do art.º 216.º, define de forma ampliada, o que constitui o patrimônio cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil 1988).

Assim sendo, a partir de 1988 o documento de arquivo passa a ser considerado como item pertencente ao patrimônio cultural. Assim sendo, o mesmo artigo prevê que:

§ 1.º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (Vide Lei n.º 12.527/2011 [Brasil 2011]).

Essa prerrogativa legal garante a proteção dos documentos na dimensão jurídico-administrativa e na dimensão social e cultural, visto que em um primeiro momento o documento de arquivo é utilizado para as finalidades administrativas e legais e, a depender do valor atribuído aos documentos, na perspectiva social e cultural.

A Biblioteca, por sua vez, também estabelece uma interface com a Constituição, visto que ao possibilitar o acesso à informação também exerce um papel social e cultural e, sobretudo, constitucional, se consolidando, assim como o Arquivo, como um espaço de exercício da democracia.

Targino (2004, p. 10) ao refletir sobre a Biblioteca no marco constitucional no Brasil, lançou o seguinte desafio: «como é possível falar de informação como direito legítimo dos cidadãos, sem falar em bibliotecas?». E a resposta dada pela pesquisadora coloca a Biblioteca como agente central para responder às demandas informacionais da população:

São elas, por excelência, instituições voltadas para a missão de preservar e recuperar informações, suprimindo as demandas informacionais das populações! E mais, como é possível falar de pesquisa ou de capacitação tecnológica ou ainda de desenvolvimento, em qualquer nível, seja ele, tecnológico, científico, social, econômico, cultural, sem falar em informação e, por conseguinte, em bibliotecas? É oportuno lembrar que a informação é, em última instância, a essência da ciência. Sem informação, a pesquisa científica seria inviável e não existiria o conhecimento consolidado. Então, onde está a tal informação? (Targino 2004, p. 10).

Essa relação do Arquivo e da Biblioteca com as prerrogativas legais previstas na Constituição Federal de 1988, chancela essas instituições como equipamentos culturais e sociais importantes para a sociedade, cuja função está associada a manutenção da democracia, do controle da gestão pública, com a produção de conhecimento, garantias de direitos entre outras possibilidades de usos (Brasil 1988).

No entanto, não é possível afirmar que o Estado brasileiro, em diferentes níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal, investe de maneira satisfatória nessas instituições, o que pode ocasionar prejuízos para a sociedade, de modo que impossibilita o acesso à informação e seus usos. Lembremo-nos que essas instituições, para além da disponibilização das informações, operam outras atividades, no formato presencial, em seus espaços: palestras, cursos, exposições, orientações entre outras. Que compõe o rol de ações voltado para sua função cultural e social.

Ainda sobre o aparato jurídico que perpassa o Arquivo e a Biblioteca, podemos destacar a Lei de Acesso à informação, n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011¹, que

¹ Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.º 5.º no inciso II do § 3.º do art.º 37.º e no § 2.º do art.º 216.º da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (Brasil 2011).

regulamentou o acesso à informação no Brasil, e se configura como um importante instrumento jurídico na luta pelo direito à informação, visto que «a Lei de Acesso à Informação estabeleceu o acesso livre à informação pública como regra, sendo o sigilo condição excepcional» (Stampa, Santana e Rodrigues, 2014, p. 45).

A Lei n.º 12.527/2011, conforme consta no art.º 3.º, tem como objetivo assegurar o direito fundamental de acesso à informação, direito previsto na Constituição de 1988. E para a efetivação da Lei, conforme redação dada pelo art.º 6.º:

Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I – gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II – proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III – proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (Brasil 2011).

No entanto, há um hiato entre o aparato jurídico institucionalizado e a ação no contexto brasileiro acerca do acesso à informação pública, visto que diferentes impedimentos concorrem para dificultar ou, em alguns casos, impedir o exercício do direito à informação.

Para a efetivação de uma lei de acesso à informação é preciso políticas públicas que garantam o pleno acesso às informações, e isso passa pela manutenção e financiamento dos Arquivos e das Bibliotecas públicas. Não basta promulgar as leis, é preciso ações, caso contrário, conforme afirma Jardim (2003, p. 38) «pode redundar num inferno de boas intenções cujo epicentro é uma legislação tornada “letra morta”».

É oportuno destacar que em uma sociedade democrática o acesso à informação é uma prerrogativa básica, e qualquer empecilho a essa prerrogativa constitui um impedimento direto ao pleno exercício democrático.

O acesso à informação nos Arquivos e Bibliotecas públicos exige diferentes ações, que vão desde o aparato técnico até as questões políticas institucionais:

O acesso jurídico à informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação. O acesso jurídico à informação pode garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível (um “arquivo” no subsolo de um organismo governamental, por exemplo) sem que seja possível o acesso intelectual dada a ausência de mecanismos de recuperação da informação.

As experiências internacionais e, em especial o caso brasileiro, deixam claro que não se viabiliza o direito à informação governamental sem políticas públicas de informação (Jardim 1999, p. 3).

Além disso, podemos destacar a questão da acessibilidade nessas instituições, que precisam ser contempladas no planejamento estratégico. No plano jurídico, o acesso à informação é direito de todos, independente da sua condição. Nesses termos, para que o Arquivo e a Biblioteca públicos sejam chancelados como equipamentos culturais e sociais importantes no exercício da democracia, precisam operar ações efetivas quanto à acessibilidade.

Diferentes impedimentos podem dificultar ou impedir o acesso à informação nessas instituições: horário de funcionamentos, falta de recursos financeiros, falta de infraestrutura entre tantas outras, para o presente artigo vamos nos ocupar de discutir a questão da acessibilidade arquitetônica, considerando a sua importância para o acesso físico de todas as pessoas nos espaços do Arquivo e da Biblioteca.

2. ASPECTOS SOBRE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PÚBLICOS

A partir do exposto na seção anterior, é possível inferir que Arquivos e Bibliotecas se caracterizam como espaços de gestão das informações públicas, portanto devem seguir as prerrogativas legais instituídas no Brasil. Garantir o acesso à informação está relacionado a proporcionar condições de acesso aos locais onde essas informações se encontram, nesse sentido, a acessibilidade é um conceito a se considerar nesse debate.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da NBR 9050/2020 define a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT 2020).

Nesse sentido, Ribeiro (2018, s.n.) conceitua acessibilidade como sendo a disponibilização de mecanismos para a transposição de barreiras físicas, tecnológicas, comunicacionais, linguísticas, pedagógicas, entre outras, de forma autônoma, de modo que todo cidadão possa exercer seus direitos sociais. O autor supracitado, aborda um conceito

essencial para a compreensão da acessibilidade, as barreiras, o estatuto da pessoa com deficiência, instituído pela Lei Federal n.º 13.146/2015 classifica barreiras como sendo:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil 2015).

Ao considerar que as barreiras são impostas de várias formas, é possível afirmar que os desafios da acessibilidade também são múltiplos, visto que para que haja acessibilidade é necessário superar as mais diversas barreiras. O conceito de acessibilidade se caracteriza por ser um tema amplo, que envolve desde espaços físicos até sistemas, desse modo, a acessibilidade é caracterizada por Melo (2006, pp. 17-18) como um tema complexo, que se relaciona com diversos fatores e condicionantes. Com base nisso, a autora apresenta as seis dimensões da acessibilidade, que são:

- *Acessibilidade Arquitetônica: Não haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos;*
- *Acessibilidade Comunicacional: Não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;*

- *Acessibilidade Metodológica: Não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação;*
- *Acessibilidade Instrumental: Não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação.*
- *Acessibilidade Programática: Não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos;*
- *Acessibilidade Atitudinal: Não deve haver preconceitos, estigmas, esteriótipos e discriminações (Melo 2006, pp. 17-18).*

Melo (2006, p. 18) afirma ainda, que o entendimento amplo para a acessibilidade, relacionado aos vários aspectos que interferem no convívio e na participação na sociedade, pode contribuir para o delineamento de uma sociedade para todos.

Complementando essa concepção, Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 40) destacam que a acessibilidade, pode ser a porta que dá entrada à equiparação de oportunidades, inclusive a de participação nas atividades culturais, para todas as pessoas. Não deve assim ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas as pessoas com deficiência, o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação desses grupos, mas como medidas técnico-sociais destinadas a garantir o acolhimento de todos os usuários em potencial.

Tratando mais especificamente sobre o acesso físico, Bernardi et al. (2011, p. 223), embasados em Masini (2002), indica que o termo acessibilidade arquitetônica está relacionado ao contexto físico-espacial, às relações do homem com o espaço físico. A acessibilidade espacial diz respeito às condições dos ambientes, de forma a permitir o acesso, o deslocamento, a orientação e o uso dos equipamentos por qualquer indivíduo, sem necessitar o conhecimento prévio das suas características. Dessa maneira proporcionar acessibilidade ao espaço construído pressupõe a existências de edificações, soluções e mobiliários voltados para o atendimento das necessidades da maior parte dos usuários, tais como: rampas, elevadores ou plataformas elevatórias; sanitário para pessoas com deficiência, rotas acessíveis interligando todos os espaços da edificação; ambientes, portas, aberturas e mobiliários dimensionados para atender as mais diversas necessidades dos usuários; utilização de pisos e mapas táteis; ambientes bem sinalizados e com comunicação visual adequada; ambientes com iluminação e acústica nos padrões mínimos para seus usos determinados; dentre outras estratégias necessárias para se assegurar a acessibilidade arquitetônica.

Por fim, Bueno e Guedes (2019, s.n.) enfatizam que de forma ampla, a acessibilidade pode ser definida como:

O direito de locomoção da pessoa com deficiência, sem que esta tenha que enfrentar barreiras que impossibilitem ou dificultem o acesso à circulação e a sua permanência nos espaços públicos ou privados, sendo considerados acessíveis o espaço, a edificação, o mobiliário e o equipamento urbano que possam ser utilizados e vivenciados por qualquer pessoa. Partindo desse pressuposto, fica evidente que a acessibilidade é fator preponderante para que a pessoa com deficiência possa exercer com autonomia e independência seu direito constitucional de ir e vir e, para tanto, os ambientes devem apresentar condições de acesso a todas as pessoas, independentemente de suas restrições (Bueno e Guedes 2019, s.n.).

A partir dessa análise, Bueno e Guedes (2019, s.n.), apoiados em Bezerra (2014, p. 75), afirmam que a acessibilidade é condição para a garantia de todo e qualquer direito humano das pessoas com deficiência; pode-se afirmar que ela consiste em um valor diretamente ligado à condição humana, posto que relacionado ao princípio da igualdade de oportunidade e ao da dignidade humana. A partir dessa perspectiva de complexidade, o presente trabalho se debruçará na dimensão arquitetônica da acessibilidade, e buscará fazer um paralelo entre os espaços físicos de Arquivos e Bibliotecas públicos podem ou não, de forma efetiva, assegurar o acesso à informação.

Rodrigues (2020, p. 33), apoiado em Lanna (2010), ressalta que as questões relativas à preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência e a promoção da acessibilidade foram aprofundadas com o grande número de pessoas feridas na Segunda Guerra Mundial e na Guerra do Vietnã e com a luta pelos direitos civis após 1960. Ainda segundo Lanna (2010 cit. por Rodrigues 2020), no Brasil, o principal motivo para o crescimento da população com deficiência foram os surtos de poliomielite nos anos de 1950, em várias cidades do país. Esse processo motivou o surgimento de vários movimentos sociais de pessoas com deficiências em diferentes países e a criação de entidades assistencialistas.

Impulsionados pelos movimentos sociais e pelo crescente número de pessoas com deficiência na sociedade, os debates sobre acessibilidade foram se acentuando e ganhando contornos normativos e legais. De acordo com Ribeiro (2018, s.n.) as primeiras discussões legais sobre acessibilidade ocorreram na década de 1970, nos Estados Unidos, com a criação da Lei de Reabilitação (*Rehabilitation Act of 1973*), que proibia a discriminação baseada em deficiência, física ou mental, por parte de agências, programas de assistência financeira e outros prestadores de serviço. Cambiaghi (2019, s.n.) salienta que na mesma década a ONU criou um grupo de especialistas em desenho sem barreiras, que atua desde 1974 e é responsável, entre outras propostas, pelo *Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência*, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de dezembro do 1982.

As discussões sobre acessibilidade arquitetônica chegaram ao Brasil, de forma mais acentuada, a partir da década de 1980, com a criação, em 1985, da primeira norma técnica relativa à acessibilidade, intitulada *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência*, que apresenta os parâmetros básicos a serem seguidos sem restrições ou alterações, independente da destinação do espaço, às condições de acessibilidade.

No ano de 1986, nos Estado Unidos, foi promulgada a Lei dos Americanos com Deficiência (*American with Disabilities – ADA*). Ribeiro (2018, s.n.) destaca que tal dispositivo legal proibiu a discriminação contra pessoas com deficiência em todas as áreas da vida pública, incluindo empregos, escolas, transportes e todos os locais públicos e privados abertos ao público em geral. O objetivo da lei foi garantir que as pessoas com deficiência tivessem os mesmos direitos e oportunidades que todos os outros.

Com o aprofundamento das discussões sobre acessibilidade arquitetônica, a International Organization for Standardization (ISO), a partir de 1992, elaborou normas ISO e criou comitês técnicos sobre acessibilidade, com o intuito de formular ajudas técnicas. Segundo Cambiaghi (2019, s.n.) o objetivo das normas e dos comitês é permitir à pessoa com deficiência superar barreiras de comunicação e de mobilidade, em edificações, bem como garantir o acesso a mobiliários e equipamentos adequados à sua deficiência. Ribeiro (2018, s.n.) enfatiza que no ano de 1993 a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou as Normas sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, que visam instrumentalizar um conjunto de medidas que os estados signatários devem tomar para que as pessoas com deficiência tenham garantidos os seus direitos. No continente americano, a Comissão Panamericana de Normas Técnicas (Copant) — no ano de 1996, já contava com sete normas aprovadas, relativas à acessibilidade ao meio físico. Onze países-membros constam do Comitê Técnico de Acessibilidade: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Panamá, Uruguai e Venezuela.

Seguindo o debate mundial sobre acessibilidade, no Brasil, Cambiaghi (2019, s.n.) destaca que desde o ano 2000, a Lei Federal n.º 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras arquitetônicas e obstáculos nos espaços. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 5296/2004, este foi chamado de decreto de acessibilidade, pois determina que toda nova construção, reforma, mudança de uso ou licenciamento deverão contemplar acessibilidade, tendo como parâmetro as normas técnicas sobre acessibilidade da ABNT, que trata mais claramente da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Em 2015 foi sancionada a Lei n.º 13.146 (Brasil 2015), conhecida por Lei Brasileira de inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que ampliou o escopo jurídico da Lei n.º 10.098/2000.

Dentre essas definições essenciais para a compreensão do conceito de acessibilidade, está a de pessoa com deficiência, que, de acordo com o Lei n.º 13.146/2015, é

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil 2015).

De acordo com o Relatório Mundial da Deficiência mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência. Entre elas, aproximadamente 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis, e esse número tende a subir em razão do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento da população (OMS 2011 cit. por Bueno e Guedes 2019). O estudo revela, ainda, que em algum momento da vida a pessoa terá algum tipo de deficiência, seja temporária ou permanente, e que essa limitação é inerente à pessoa que envelhece em razão de que, com o passar do tempo, o corpo perde agilidade e sua funcionalidade torna-se mais lenta (Bueno e Guedes 2019, s.n.). No Brasil, segundo o IBGE (2012), em 2010, 46 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência; dessa maneira, o percentual desse público-alvo no país é de aproximadamente 23,60%.

Ao estudar a origem da deficiência, Bueno e Guedes (2019, s.n.) destaca que ao longo dos tempos as pessoas com deficiência não têm recebido tratamento «igualizador» que lhes permita acesso pleno a bens e serviços, respeitadas suas distinções, da mesma forma como ocorre com as demais, o que contribui para a formação de uma sociedade segregacionista e intolerante às diversidades. Por essa razão, durante muito tempo a deficiência foi a causa determinante para a exclusão social.

Para compreender melhor a questão da exclusão social das pessoas com deficiência, é importante esclarecer algumas abordagens sobre a temática, posto isso, Sasaki (2006, p. 26) apresenta o modelo médico de deficiência, modelo pelo qual designa à pessoa com deficiência o papel de desamparado e passivo de paciente, no qual são considerados dependentes dos cuidados de outras pessoas, incapazes de trabalhar, isentos de deveres normais, levando vidas inúteis. Bueno e Guedes (2019) salienta que o modelo médico da deficiência potencializou a ideia de que pessoas com deficiência são inválidas, ao afirmar que:

O modelo médico da deficiência influenciou para a construção dessa concepção e dessa forma de agir, ao definir a deficiência como um problema específico da pessoa, que precisava ser submetido a tratamentos médicos no intuito de se adaptar à sociedade. Com base nessa perspectiva, a participação da pessoa deficiente na sociedade estava limitada à sua lesão. Esse modelo reconhece que a enfermidade é a causa principal da desigualdade e da exclusão social, e que, portanto, o

indivíduo é que necessita de assistência para inserir-se no meio social (Bueno e Guedes 2019, s.n.).

Em contraponto ao modelo médico surgiu o modelo social da deficiência que determina que os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas e barreiras para as pessoas com alguma deficiência e/ou necessidade especial, causando-lhes incapacidade no desempenho de papéis sociais (Sasaki 2006 p. 45). Nesse sentido, Bueno e Guedes (2019) afirma que:

A partir do modelo social, surge uma nova concepção: a deficiência não é mais associada unicamente à limitação da pessoa, mas sobretudo pela existência de barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais impostas pela sociedade e pelo ambiente. Dessa forma, entende-se que tanto a sociedade quanto o Poder Público são igualmente responsáveis pela exclusão dessas pessoas: a primeira, pelas atitudes discriminatórias e pela imposição de barreiras de rejeição; o segundo, pela ausência de políticas públicas sensíveis à diversidade (Bueno e Guedes 2019).

Apoiado em Clemente Filho (1996), Sasaki (2006, p. 45) salienta que os praticantes da inclusão social das pessoas com deficiência se baseiam no modelo social da deficiência. Logo, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento das pessoas com deficiência devem ocorrer dentro do processo de inclusão e não um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade. A partir dessa compreensão, é possível destacar que Arquivos e Bibliotecas Públicos, devido a sua função social, devem ser fisicamente acessíveis, já que para seu escopo de atividades devem abarcar os mais diversos usos e usuários, incluindo pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Dessa forma, Bueno e Guedes (2019, s.n.) compreende que a acessibilidade é o instrumento capaz de garantir as mesmas oportunidades a todas as pessoas e que a deficiência não está relacionada somente com a limitação da pessoa, mas, principalmente, com a sua interação com o ambiente, o autor conclui que é dever dos órgãos públicos adequar suas instalações para a concretização e proteção dos direitos do cidadão, dentro dessa gama de direitos está incluindo o direito de acesso à informação pública.

O universo das pessoas com deficiência é bastante amplo. Logo, os desafios para proporcionar a inclusão dessas pessoas são complexos e árduos. Nessa direção, Sasaki (2006, pp. 39-40) define inclusão como sendo um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão

social constitui então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Sasaki (2006, p. 168) ainda destaca que uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. Dessa maneira, assegurar uma sociedade inclusiva é sinônimo de proporcionar igualdade de oportunidades e acesso a direitos fundamentais, dentre eles o direito ao acesso à informação pública, caso dos Arquivos e Bibliotecas públicos. A acessibilidade, em especial a acessibilidade arquitetônica se mostra essencial para esse processo de inclusão social, pois proporciona a efetivação de direitos fundamentais, além de assegurar o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arquivos e as Bibliotecas públicos se configuram como equipamentos sociais importantes, pois são instituições que possibilitam o acesso à informação, de forma remota e presencial, e, para além disso, realiza diferentes atividades em seus espaços físicos: exposições, ações culturais, educação patrimonial, cursos entre outras, de forma presencial. Nesse sentido, entendemos que essas instituições devem possibilitar o acesso físico aos seus espaços por todas as pessoas.

Essas instituições estão diretamente relacionadas com o direito ao acesso à informação garantida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei n.º 12.527/2011, que considera o acesso como regra universal, dessa maneira faz-se necessário incluir, também, pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais (Brasil 1988; Brasil 2011).

A Lei n.º 13.146/2015, estabelece que é dever do Estado garantir o acesso de todas as pessoas a ambientes públicos, incluindo Arquivos e Bibliotecas públicas. Nessa direção, efetivar ações de acessibilidade nessas instituições é fator determinante para o cumprimento da sua função social (Brasil 2015).

No Brasil, a questão da acessibilidade começa a ganhar contornos normativos a partir da década de 1980, com a criação da Norma ABNT/NBR 9050/85, que institui a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, ainda vigente na sua versão mais atual de 2020 (ABNT 2020). Concomitante a isso, impulsionado pelos movimentos sociais de pessoas com deficiências em diferentes países, que favoreceu a discussão sobre essa temática em âmbito nacional e internacional, a legislação brasileira foi aos poucos incluindo dispositivos legais que assegurem os direitos da pessoa com

deficiência, culminando com a promulgação da Lei n.º 13.146 em 2015 (Brasil 2015), conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Considerando o arcabouço jurídico apresentado no texto sobre o direito à informação e os direitos da pessoa com deficiência, é preciso refletir sobre as práticas operadas nos Arquivos e Bibliotecas públicos que envolvam as questões relacionadas ao acesso físico, portanto, espera-se que essas instituições ofereçam condições mínimas de acessibilidade arquitetônica, a exemplo de: presença de rampa de acesso, ambientes bem iluminados, comunicação visual adequada, utilização de pisos e mapas táteis, bem como, ambientes e mobiliários dimensionados, para atender as mais diversas necessidades dos usuários.

O Arquivo e a Biblioteca públicos só conseguirão cancelar sua função social na sociedade quando todas as pessoas puderem acessar todos os seus espaços e, consequentemente, todos os seus serviços.

REFERÊNCIAS

- ABNT [ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS], 2020. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. ABNT NBR 9050/2020.
- ARAÚJO, C. A. V., 2010. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. *Informação & Informação* [Em linha]. **15**(1), 173-189 [consult. 2020-01-01]. Disponível em: 10.5433/1981-8920.2010v15n1p173.
- BELLOTTO, H. L., 1991. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 1.ª ed. São Paulo: Quieroz.
- BERNARDI, N., et al., 2011. O desenho universal no processo de projeto. Em: D. C. C. KOWAL-TOWSKI, et al., orgs. *O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia*. São Paulo: Oficina de Textos, pp. 222-231.
- BRASIL, 2015. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)* [Em linha]. Brasil: Presidência da República [consult. 2020-09-10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.
- BRASIL, 2011. *Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências* [Em linha]. Brasil: Presidência da República [consult. 2020-10-10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.
- BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* [Em linha]. Brasil: Presidência da República [consult. 2020-01-01]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BUENO, L., e L. GUEDES, 2019. *Acessibilidade e o cumprimento das normas jurídicas: Estudo de Caso das Unidades Judiciárias em Goiás*. 1.ª ed. London: London Seven Editora.
- CAMBIAGHI, S., 2019. *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. 4.ª ed. São Paulo: Editora Senac.
- COHEN, R., C. DUARTE, e A. BRASILEIRO, 2012. *Acessibilidade a museus*. Brasília: MinC/Ibram.
- DELMAS, B., 2010. *Arquivos pra quê?* São Paulo. Instituto Fernando Henrique Cardoso.

- IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA], 2012. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JARDIM, J. M., 2003. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. Em: E. MATTAR, org. *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, pp. 37-45.
- JARDIM, J. M., 1999. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Em: *Mesa Redonda Nacional De Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MELO, A. M., 2006. Acessibilidade e design universal. Em: D. T. PUPO, A. M. MELO, e S. P. FÉRRES, orgs. *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: UNICAMP, pp. 17-20.
- ORTEGA, C. D., 2004. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero. Revista de Ciência da Informação*. 5(5).
- RAMIREZ LEYVA, E. M., 2018. *La biblioteca universitaria como espacio de formación de lectores*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- RIBEIRO, L. C., 2018. *Bases para avaliação de acessibilidade em órgão públicos: manual de avaliação de acessibilidade para auditores internos*. Brasília: [s.n.].
- RODRIGUES, J. C. M., 2020. *A aplicação dos instrumentos de validação da acessibilidade arquitetônica na prática profissional* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, UNICAMP [consult. 2020-09-10]. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=465838>.
- SASSAKI, R. K., 2006. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7.ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.].
- STAMPA, I., M. A. SANTANA, e V. RODRIGUES, 2014. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. Em: Icléia THIESEN, org. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- TARGINO, M. G., 2004. A biblioteca no marco constitucional do país. *Transinformação. Campinas*. Jan.-abr. 16(1), 7-15.

CONTRIBUIÇÕES DA ARQUIVOLOGIA E DA BIBLIOTECONOMIA PARA A GESTÃO DE VESTÍGIOS E MATERIAIS APREENDIDOS NA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NA PARAÍBA

MARIA AMÉLIA TEIXEIRA DA SILVA*

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão intitulado *Contribuições da Arquivologia e da Biblioteconomia para a Gestão de Vestígios e Materiais apreendidos na Superintendência da Polícia Federal na Paraíba (ARQUIVO 121)* é o resultado de uma parceria interinstitucional entre Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Superintendência da Polícia Federal na Paraíba (SR/PF/PB), mediante a compreensão de que os conhecimentos e técnicas da Arquivologia e da Biblioteconomia, ultrapassam as barreiras limitantes impostas e comumente aplicadas aos suportes ditos «tradicionais» de informação.

No *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* o acervo é definido como um conjunto de «documentos de entidade produtora ou de uma entidade custodiadora» (CONARQ 2005, p. 19), e documento como uma «unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato» (CONARQ 2005, p. 73). Além disso, as unidades de informação podem ser entendidas como bibliotecas, sistemas de informação, serviços de informação, núcleos de informação, centros de informação, dentre outros (Belluzzo 2007).

A partir das definições dos conceitos apresentados, o *Projeto Arquivo 121* foi desenvolvido considerando-se os vestígios de local de crime enquanto informações que são inseridas em um suporte, tornando-se assim documentos, e a Central de Custódia de Vestígios enquanto uma unidade de informação. Nesse ínterim, é oportuno mencionar que «vestígio é qualquer elemento material que possa ter relações com a infração penal ou fato sob análise, cuja condição e posição no local investigado são resultantes da conduta humana, por ação ou omissão. LOCAL DE CRIME» (Brasil. DPF 2016, p. 319). Assim, o vestígio é a informação, que inserida em um suporte, resulta em um documento, sendo praticamente impossível dissociar em alguns momentos, o suporte do conteúdo e vice-versa, sobretudo na perspectiva da autenticidade documental e da manutenção da cadeia de custódia documental.

* Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade de Coimbra (UC); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2070-2918>; Email: mats@academico.ufpb.br.

Compreendemos assim que um vestígio, uma vez inserido em um suporte, se configura como um documento especial que, inclusive, pode ser descrito utilizando tanto as normas de descrição arquivísticas, a exemplo da *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE 2006), quanto as Biblioteconômicas, a exemplo do *Código de Catalogação Anglo Americano* (AACR2). Essa utilização será dada de acordo com o tipo de documento (vestígio) e suas peculiaridades, visto que não só a descrição, mas todo um arcabouço de técnicas de identificação, análise, registro (classificação e descrição), acondicionamento, controle de entrada e saída de vestígios na Central de Custódia de Vestígios para a realização do exame pericial, e custódia de forma corrente, interdiária, permanente ou eliminação, também precisarão ser aplicadas a esses tipos documentais.

Nessa linha de pensamento nos acostamos na definição de que a Central de Custódia de Vestígios consiste em um «espaço dedicado à guarda de amostras de prova, contraprova e contra perícia no âmbito das Superintendências e Delegacias» (Medeiros 2012, p. 102). No âmbito da Polícia Federal, «trata-se de um local onde os elementos de prova são custodiados até serem efetivamente examinados, e para onde devem retornar, após os exames, enquanto estiverem sob responsabilidade da Polícia Federal» (Medeiros 2012, p. 34).

A Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba (SR/PF/PB) é uma das unidades descentralizadas da Polícia Federal, localizada na capital paraibana, representante do órgão no Estado. Dentre os diversos setores que compõem a superintendência está o Setor Técnico-Científico (SETEC/SR/PF/PB), responsável pelas atividades de perícia criminal, bem como por realizar atividades de pesquisa, desenvolvimento e difusão de conhecimento de interesse para as áreas da Criminalística federal que atuam no Estado. Em outras palavras, o SETEC é o representante da Diretoria Técnico-Científica (DITEC/PF) no Estado, órgão central de perícia oficial de natureza criminal da Polícia Federal.

O depósito de materiais apreendidos da SR/PF/PB, cuja responsabilidade recai sobre servidor policial designado por portaria, é o local onde se guarda a maior parte dos materiais apreendidos no âmbito da Superintendência, após a formalização da apreensão e o devido encaminhamento por parte da autoridade policial, conforme regulado na Instrução Normativa n.º 108/2016 — Departamento Geral/Departamento de Polícia Federal.

O servidor responsável pelo depósito recebe diversos tipos de materiais, como documentos, aparelhos celulares, substâncias entorpecentes, armas, veículo etc., com poucas exceções, ficando com a obrigação de inclusão e movimentação no sistema oficial de controle do depósito, identificação do objeto, organização no ambiente de guarda e,

muitas vezes, na prática, pelo seu envio ao destinatário final, que, em geral, é o poder judiciário.

Na Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba, o depósito de materiais apreendidos se divide em duas salas: uma para entorpecentes e outra para os outros tipos de materiais. Os veículos apreendidos são guardados e organizados, na medida do possível, em pátio destinado na SR/PF/PB para tal fim. Diversos tipos de materiais também são recebidos, para guarda no depósito, diretamente do Setor de Criminalística, após realização de exame pericial.

É comum também que um mesmo material entre e saia do depósito diversas vezes, mas sempre por solicitação da autoridade policial, para análise, perícia ou simplesmente destinação final, ficando o responsável pelo setor incumbido de efetuar as anotações de entrada/saída no sistema. Segundo a Lei n.º 13.964, de 24 dezembro de 2019, todos os Institutos de Criminalística deverão ter uma central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, e sua gestão deve ser vinculada diretamente ao órgão central de perícia oficial de natureza criminal (Brasil 2019).

É a Diretoria Técnica-Científica da Polícia Federal, localizada em Brasília/DF quem estabelece tais diretrizes e que definirá, no âmbito do Sistema Nacional de Criminalística, se haverá uma central de custódia nacional ou se as centrais serão descentralizadas. Tendo em vista a vigência relativamente recente da lei, bem como sua regulamentação no âmbito da Polícia Federal pela Instrução Normativa n.º 163-DG/PF, de 1 de abril de 2020.

Acredita-se que o presente projeto, por intermédio do suporte técnico-acadêmico com recursos da Arquivologia e da Biblioteconomia, continuará contribuindo de forma significativa para possibilitar que a implementação da Central de Custódia de Vestígios pelo SETEC/SR/PF/PB no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba seja conduzida de forma otimizada e sistemática, caso venha a ser decidido que as centrais de custódia sejam descentralizadas — caso contrário, os conhecimentos poderão ser redirecionados à eventual central nacional e, localmente, ao atual Depósito do Cartório.

Por outro lado, os benefícios esperados no processo de ensino-aprendizagem por parte dos discentes, docentes e servidores da Polícia Federal (PF) são inúmeros, ao passo em que para além da contribuição social, os discentes e docentes, por exemplo, poderão vivenciar de forma prática, a teoria vista em sala de aula e aperfeiçoar cada vez mais a relação docente x discente e vice-versa. Nesse sentido, almeja-se que o retorno para os discentes de graduação, docentes da UFPB e servidores da PF continue sendo apresentado por meio do aprendizado mútuo, propiciado por experiências técnicas, científicas e de vivências diárias que permeiam o universo acadêmico científico e sociais, através da contribuição da Universidade para a sociedade e da sociedade para a mesma.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Lei n.º 8.159, de 9 de janeiro de 1991:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil 1991, p. 2).

Em outra literatura encontra-se a seguinte definição: «Arquivo é a acumulação ordenada dos documentos em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro» (Paes 2004, p. 16).

Com a crescente massa documental, o arquivo é visto como o principal local de guarda e conservação desses documentos, conseqüentemente surge o documento arquivístico, que é definido como: «informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida e recebida no decorrer das atividades de um órgão, entidade ou pessoa, dotada de organicidade e que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades» (CONARQ 2004). Essa informação, segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (CONARQ 2005, p. 107) pode ser entendida como: «Elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos em um documento».

No *Glossário* do Conselho Nacional de Arquivos o documento arquivístico é definido como todo «Documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência» (CONARQ e CTDE 2014, p. 18).

Segundo a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* (ISAD(G)), suporte é todo «Material físico no qual a informação é registrada (por exemplo, argila, papiro, papel, pergaminho, filme, fita magnética)» (CIA 2000, p. 16). Os documentos devem passar por um programa de gestão arquivística, que segundo o art.º 3.º da Lei n.º 8159 (Brasil 1991), o art.º 1.º § 3.º e o art.º 2.º da Resolução n.º 20 do CONARQ, trata-se do:

conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Um programa de gestão arquivística de documentos é aplicável independente da forma ou do suporte, em ambientes convencionais, digitais ou híbridos em que as informações são produzidas e armazenadas (CONARQ 2004, p. 5).

O XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) realizado no ano de 2010 apresentou uma ideia na qual os arquivos são divididos em três visões: a histórica, a gerencial e a informacional. Nesse sentido, a histórica seria para

reunir todos os documentos públicos em arquivos nacionais ficaria estabelecido o discurso da naturalidade formadora dos arquivos, o que se articula com a ideia de que o Princípio da Proveniência combate arranjos temáticos, porque quer preservar a disposição documental estabelecida pela intencionalidade originalmente produtora desse conjunto de documentos. Isso permitiria uma produção historiográfica com um privilegiado conhecimento sobre o passado: o arquivo como herança cultural para a posteridade (Silva 2010, p. 5).

Já a visão gerencial, etapa que se estabeleceria a tabela de temporalidade e a destinação final de documentos, objetiva: «efetivar um controle eficiente da administração, com a aplicação de técnicas para reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos documentos; manter (processamento e arquivamento) e utilizar os documentos no exercício das atividades dessas instituições» (Silva 2010, p. 5). A terceira visão ficaria no encargo de analisar e interpretar as informações, utilizando uma «triagem» sobre os documentos.

A função dos arquivos estaria na perspectiva das possíveis reutilizações da informação gerada e estruturada por processos de trabalho, que lhes impõem uma interpretação contextual. [...] A noção de forma material da informação, com aspectos físicos e intelectuais, é entendida como instituidora de uma unidade lógica envolvendo o carregador físico dessa informação e a função na criação do registro (Silva 2010, p. 7).

Para o sucesso efetivo das visões, é necessária a interligação entre as três áreas e continuar sempre em constante movimento. Lembrando que a «palavra arquivo, portanto, serve para designar tanto o todo (uma instituição que abriga vários arquivos) quanto às partes (os diferentes fundos arquivísticos que o compõem)» (Castro 2008, p. 28). Além disso, quando se trata dos cuidados com a documentação, preservar de maneira adequada tornou-se um dos pontos fundamentais. Se levarmos em consideração como sendo uma técnica de prevenção, na realidade da maioria dos arquivos a preservação não seria possível devido ao nível de documentos que já estão danificados; e se considerarmos o termo restauração não é uma técnica muito utilizada pelo arquivista já que não há uma instrução técnica específica para esta área.

De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* a preservação consiste na «Prevenção da deterioração e danos em documentos, documentos por meio

de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico» (CONARQ 2005, p. 135).

Para que ocorra a preservação e a disponibilização das informações contidas no acervo para o usuário é necessária a utilização de técnicas de acondicionamento. E para preservar o documento original é realizada a transferência da informação para outro suporte como a microfilmagem, *sites*, ou programas de computador através da digitalização. Com esses novos tipos de suportes eletrônicos ocorrem mudanças na preservação, pois os documentos terão que ser migrados, antes que o *software* utilizado fique obsoleto, o que já é tema de debates entre os arquivistas. Neste contexto, «entende-se que a preservação somente tem sentido quando se está vinculada ao acesso, e por isto a organização e custódia responsável fazem parte de seu processo» (Beck 2006, p. 17).

Além disso, «a preservação permitiu às sociedades ao redor do mundo o acúmulo de conhecimento e a utilização do legado informacional daqueles que, durante anos e séculos, construíram paulatinamente seus saberes» (Cunha e Lima 2007, p. 2). Há, portanto, a necessidade de garantir que as informações que são produzidas hoje, estejam acessíveis na posteridade, pois se configuram um rico patrimônio humano, fruto de sua produção cultural, social e ou científica.

Para além da preservação de documentos físicos, pode-se refletir também acerca da digitalização dos documentos. Nesse contexto, seriam necessárias ações de preservação digital, a qual consiste na «capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação» (Ferreira 2006, p. 20). Vale ressaltar que o ambiente digital: «É um ambiente de geração de informação e, portanto, de documentos, que nada mais é que informação fixada em um suporte e com requisitos identificáveis» (Luz 2018, p. 97).

É neste ambiente que pode possuir, portanto, documentos nato-digitais e documentos digitalizados. É nesta dimensão que pode mais facilmente ocorrer o processo de transformação digital, da migração de processos *offline* para ambientes *online*. A preservação tem que ser associada com outras técnicas arquivísticas, como a classificação e a avaliação. É necessário estabelecer prioridades, pois é um processo que não está terminado, tem que fazer parte da administração diária dos documentos, onde ela está cada vez mais vinculada com o termo acesso. Um dos maiores problemas enfrentados na maioria dos Arquivos é o de tornar o acesso à informação ágil para seus usuários.

Segundo a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G)* acesso é «A possibilidade de utilizar documentos de um fundo, geralmente sujeita a regras e condições» (CIA 2000, p. 14). Já a Classificação, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, consiste em:

1. Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo; 2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos e; 3. Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança (CONARQ 2005, p. 49).

O indicado é que toda organização possua uma Política de Classificação da Informação. Ou seja, normas e procedimentos que indicam como proteger os documentos produzidos e recebidos. Assim:

O objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, lógica: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas (estejam elas configuradas ou não em estruturas específicas, como departamentos, divisões etc.) (Gonçalves 1998, p. 12).

Nesse sentido:

A classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos, uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida (CONARQ 2004, p. 9).

A classificação define, portanto, a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação. Segundo a NOBRADE, ponto de acesso é todo «Elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos» (CONARQ 2006, p. 16). Em paralelo, temos a definição de ponto de acesso sob o ponto de vista da ISAD(G) como: «Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar uma descrição arquivística» (CIA 2000, p. 15).

Nesse sentido:

é possível identificar quatro grandes orientações: uma orientação ontológica (classificação dos seres), uma orientação gnosiológica (classificação das ciências), uma orientação biblioteconômica (classificação dos livros) e uma orientação informacional (classificação das informações) (Pombo 1998, p. 14)

Considerando-se essas estruturas de classificação e a cientificidade requerida ao Projeto em desenvolvimento, que envolve todas as áreas da perícia criminal, adotamos as orientações dos quatro modelos de classificação apresentados por Pombo (1998), a partir de um embasamento teórico filosófico e conceitual tendo por base as classificações das ciências com uma orientação gnosiológica que dá origem a da Biblioteconomia, com suas dez classes que representam o conhecimento humano, sejam: 0 Generalidades, 1 Filosofia, 2 Religião, 3 Ciências Sociais, 4 Vazia, 5 Ciências Naturais e Matemática, 6 Ciências Aplicadas, 7 Artes, Esportes e Recreação, 8 Literatura, Retórica e Linguística, 9 História, Geografia e Biografia. Essa Classificação Decimal Universal foi criada em 1876 por Melvil Dewey e aperfeiçoada por Paul Otlet em 1905 e continua sendo utilizada nas bibliotecas do mundo inteiro até os dias atuais.

Já a Classificação Informacional, parte do princípio de que classificar é: ordenar, organizar e reunir, segundo características comuns e tem por finalidade organizar documentos. No âmbito da Arquivologia reunimos pelo princípio da proveniência e organicidade, que são princípios basilares da Arquivologia, sendo a Central de Custódia de Vestígios a proveniência e a organicidade composta pelas categorias gnosiológicas de cada área da perícia identificada na Superintendência da Polícia Federal na Paraíba.

A descrição arquivística, por sua vez, é definida como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (ISAD(G) e CIA 2000, p. 14).

A associação dos três dispositivos referidos: classificação, descrição e pontos de acesso — resultam em instrumentos passíveis de providenciar uma recuperação da informação eficaz que são os instrumentos de pesquisa: «O termo mais amplo que abrange qualquer descrição ou meio de referência elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vistas ao controle administrativo ou intelectual do acervo arquivístico» (ISAD(G) e CIA 2000, p. 15). Contudo, os instrumentos produzidos nem sempre con-

jugam esses três elementos, razão pela qual o acesso se torna deficiente, impreciso ou mesmo errôneo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Levando-se em consideração o fato de que uma boa metodologia prevê três pontos essenciais, quais sejam: a gestão participativa, o acompanhamento técnico sistemático e continuado e o desenvolvimento de ações de disseminação de informações e de conhecimentos entre a população envolvida (capacitação), no presente projeto tem se desenvolvido estudos destinados às atividades de análise, identificação, controle, classificação e acondicionamento dos vestígios coletados em locais ou em vítimas de crimes, bem como materiais apreendidos e custodiados na SR/PF/PF.

Quanto à natureza, a pesquisa é exploratória e descritiva. Esse tipo de pesquisa é «realizado quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses» (Oliveira 2018). Já a pesquisa descritiva é composta por estudos exploratórios que tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno como o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados (Richardson 2009).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à observação direta participante *in loco* do Sistema de Criminalística da Polícia Federal (SISCRIM), bem como conversas com peritos da SR/PF/PB. A partir das discussões e observações, foi possível refletir sobre a organicidade no mundo das ideias, passando-se para o verbal e/ou escrito e posteriormente para o notacional, no qual foi criado um código para representar e recuperar os vestígios de forma mais rápida e precisa.

Nesse sentido, a metodologia adotada, seguiu a seguinte ordem: 1) Ordem alfabética dos tipos de vestígios, conforme as áreas definidas na Perícia da Polícia Federal; 2) Numeração adotada de acordo com os termos em ordem alfabética; 3) Agrupamento dos termos de acordo com o termo definido na ordem alfabética inicial; 4) Desdobramento numérico hierárquico sequencial, considerando o conceito do termo principal; 5) Nos casos em que a notação numérica ultrapassar 2 dígitos no final, será necessário preencher os dígitos anteriores com o 0 (zero).

O método utilizado para o desenvolvimento da proposta do Plano de Classificação foi o Teórico-Conceitual, criado a partir da *Teoria do Conceito* de Ingetraut Dahlberg na década de 1970 (Dahlberg 1978), como um método analítico idealizado para tornar clara a natureza e a estrutura dos conceitos, sendo aplicado para apoiar os procedimentos adequados para seu estudo, no âmbito do desenvolvimento de terminologias no campo das diversas áreas do conhecimento (Rocha e Almeida 2020).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante toda a execução do projeto, estão sendo realizadas oficinas remotas e presenciais na UFPB e/ou na PF para a capacitação da equipe envolvida. Nesse sentido, o Projeto continuará sendo desenvolvido pela equipe do projeto que envolve discentes e docentes vinculados ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e colaboradores internos e externos à UFPB, sendo estes servidores do SETEC.

Com o objetivo de atribuir uma organização com bases científicas, a fim de atingir um dos objetivos a que o Projeto se propôs e dessa forma promover uma interlocução entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciências Forenses, elaboramos o *Plano de Classificação de Vestígios* (PCV), conforme apresentado na Tabela 1, considerando as áreas da Perícia, conforme o *Sistema de Criminalística da Polícia Federal* (SISCRIM), e no momento, estamos em fase de aplicação e sempre que necessário aprimoramento do *Plano de Classificação de Vestígios de Locais de Crimes*, desenvolvido na primeira edição do Projeto.

Tabela 1. Classes de Vestígios e Áreas da Perícia

	Classes de vestígios	Área de Perícia
1	Armas, munições e explosivos – AME	Balística, Explosivos
2	Audiovisual e eletrônicos – AEL	Audiovisual e Engenharia Elétrica
3	Biológicos – B	Biologia, DNA
4	Documentoscopia – D	Documentoscopia
5	Engenharia – E	Engenharia Legal
6	Informática – I	Informática
7	Materiais – M	Merceologia
8	Meio Ambiente – MA	Meio Ambiente
9	Químicos – Q	Laboratório (Química)
10	Veículos – V	Veicular

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

Iniciamos a aplicação no Laboratório de Química, com a sugestão de classificação e organização das Contraprovas de Entorpecentes. Uma parte do *Plano de Classificação de Vestígios* (PCV) será apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Desdobramento das Classes 2 e 3 AEL – Audiovisual e Eletrônicos e B – Biológicos

2 AEL – AUDIOVISUAL E ELETRÔNICOS	3 B – BIOLÓGICOS
2.1 Audiovisual	3.1 Vestígio biológico humano
2.1.1 Disco	3.1.01 Células descamativas epiteliais
2.1.2 Fita magnética de áudio	3.1.02 Dente
2.1.3 Fita magnética de vídeo	3.1.03 Esperma
2.1.4 Outros tipos de materiais audiovisuais	3.1.04 Fezes
	3.1.05 Material de toque
2.2 Eletrônicos	3.1.06 Mucosa oral
2.2.1 Equipamentos eletroeletrônicos	3.1.07 Ossada humana
2.2.1.01 Captação de áudio e vídeo	3.1.08 Saliva
2.2.1.02 Circuito eletrônico com memória	3.1.09 Sangue
2.2.1.03 Clonagem de cartões	3.1.10 Urina
2.2.1.04 GPS	3.1.11 Vísceras
2.2.1.05 Radiocomunicação	3.1.12 Vômito/conteúdo gástrico
2.2.1.06 Radiodifusão de sons e imagens	3.1.13 Outros tipos de vestígios biológicos humano
2.2.1.07 Radiodifusão sonora	
2.2.1.08 Telefonia	3.2 Vestígio biológico animal
2.2.1.09 Telemática	3.2.1 Fauna
2.2.1.10 Televisão a cabo	3.2.2 Ossada animal
2.2.1.11 Televisão via satélite	3.2.3 Pelo
2.2.1.12 Máquina eletrônica programável	3.2.4 Outros tipos de vestígios biológicos animal
2.2.1.13 Outros tipos de equipamentos eletroeletrônicos	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

Além disso, foi feita a aplicação do diagnóstico situacional do Depósito do Cartório, com a finalidade de identificar os recursos informacionais, físicos e/ou estruturais, humanos, tecnológicos e financeiros existentes. De posse dos resultados, foi possível traçar as principais atividades a serem realizadas naquele espaço, percebendo-se que há uma necessidade de se ter um espaço físico maior para o acondicionamento dos materiais (acervo) lá armazenado.

Repensamos o *layout* e o acondicionamento do acervo e diante disso, foram solicitadas caixas arquivo para acondicionar melhor os materiais e um claviculário para acondicionar as chaves dos veículos.

O modelo foi elaborado buscando atender às necessidades do gestor do depósito, contudo, considerando-se também os conhecimentos técnicos e científicos da Arquivologia e da Biblioteconomia. Ao registrar os materiais no Sistema, geralmente o gestor atribui o acondicionamento de cada material a uma caixa, armário, ou nicho de estante, assim, consideramos que seria mais proveitoso manter essa forma de ordenação, contudo, utilizando uma identidade visual mais representativa do órgão.

Para realizar a transferência dos locais de armazenamento dos materiais, foi necessário construir uma lista de transferência, que será apresentada na Tabela 3.

Tabela 3. Lista para transferência dos Materiais (formulário em branco)

DEPÓSITO DE MATERIAIS APREENDIDOS – SR/PF/PB
REORGANIZAÇÃO

ORIGEM	IPL	N.º APREENSÃO	ITENS	DESTINO

Fonte: Elaborado e reproduzido pelos autores, 2022

A lista de transferência e/ou deslocamento de materiais, considera a origem do material, ou seja: o local de identificação em que se encontra; o número do inquérito policial; o número da apreensão; os itens apreendidos; e o destino para o qual o material está sendo transferido.

Para o acondicionamento das chaves dos veículos, solicitamos junto na pessoa do gestor do Depósito do Cartório, que é membro do *Projeto Arquivo 121*, a compra do Claviculário para melhor identificação das chaves dos veículos apreendidos no pátio da SR/PF/PB, o qual foi prontamente atendido.

Compõe a etiqueta, informações como número do inquérito, cor e marca do veículo, placa e se o mesmo contém *Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo* (CRLV) ou não.

Atividades à luz da Arquivologia e Biblioteconomia, destinadas aos trabalhos de análise, identificação, controle, classificação e acondicionamento dos vestígios de local de crime, também estão sendo realizadas. Em paralelo as atividades que estão sendo desenvolvidas no Depósito do Cartório, iniciamos a identificação por meio das técnicas arquivísticas e biblioteconômicas dos vestígios, na Central de Custódia de Vestígios, fazendo a separação por ano e elaborando as etiquetas a serem aplicadas nestes, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4. Etiqueta utilizada nos invólucros dos vestígios

N.º do Item:	1
Classificação:	Q35
N.º do Registro:	1234/2020
N.º do Material:	Q35
N.º da Estante:	E2
Caixa e Prateleira:	C1 P1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A etiqueta é composta pelo número sequencial do item, a ordenação dentro da caixa; a classificação que será atribuída conforme o *Plano de Classificação de Vestígios* que desenvolvemos na primeira edição do Projeto; o número de registro no Sistema de Criminalística (SISCRIM); o número do Material; o número da estante; o número da caixa e o número da prateleira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira fase do projeto interinstitucional *Arquivo 121* demonstrou-se bastante promissora no sentido de introduzir os discentes e docentes de Arquivologia e Biblioteconomia no universo das Ciências Forenses. Também foi recíproco o aprendizado dos peritos criminais em relação às possibilidades de aplicação dos conhecimentos de ambas as áreas.

Dentre as atividades previstas para a continuidade do projeto estão: realizar oficinas para a capacitação da equipe envolvida no projeto, com a finalidade de além de treiná-la, incentivá-la a desenvolver as atividades de extensão com motivação, dedicação e comprometimento; organizar o espaço destinado à implantação da Central de Custódia de Vestígios para identificar os recursos informacionais, físicos e/ou estruturais, humanos, tecnológicos e financeiros existentes; e continuar realizando estudos à luz da Arquivologia,

da Biblioteconomia e das Ciências Forenses para subsidiar as atividades de análise, identificação, controle, classificação e acondicionamento dos vestígios encontrados nos locais de crimes e no corpo de vítimas.

Por fim, pretende-se elaborar o fluxograma relativo ao fluxo físico a ser percorrido pelo objeto, desde sua entrada na Central de Custódia de Vestígios até o seu acondicionamento final, bem como o respectivo fluxo documental a fim de registrar suas movimentações para divulgação e exposição do documento na Central de Custódia de Vestígios, incluindo o índice alfanumérico correspondente aos tipos de objetos e suas categorias macro e micro.

Trata-se de um desafio à altura das instituições envolvidas, que exigirá conhecimentos tanto da área da Arquivologia/Biblioteconomia como das Ciências Forenses e um trabalho integrado e colaborativo, conforme almejado nos projetos dessa natureza.

Continuaremos, portanto, desenvolvendo este projeto, que nos parece pioneiro no universo da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Ciências Forenses e que certamente ainda há muito o que explorar.

REFERÊNCIAS

- BECK, I., 2006. *O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF [consult. 2023-12-10]. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/12642?mode=simple>.
- BELLUZZO, R. C. B., 2007. Unidades de informação sob a ótica da gestão: protocolos de certificação para o acesso universal. Em: *Anais do 22º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. Brasília: FEBAB.
- BRASIL, 2019. *Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal* [Em linha]. Brasil: Presidência da República [consult. 2023-11-12]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm.
- BRASIL, 1991. *Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências* [Em linha]. Brasil [consult. 2023-11-12]. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/inflei8159.htm>.
- BRASIL. DPF [DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL], 2016. *Glossário De Ciências Forenses: termos técnicos mais usados pela Perícia Criminal Federal*. Brasília: Polícia Federal, Diretoria Técnico-Científica.
- CASTRO, C., 2008. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CIA [CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS], 2000. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. 2.ª ed. Suécia: Comitê de Normas de Descrição.
- CONARQ [CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS], 2006. *NOBRADE. Norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- CONARQ [CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS], 2005. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2023-11-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf.

- CONARQ [CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS], 2004. Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Em: *Diário Oficial da União* [Em linha]. Brasília, 19 jul. Seção 1 [consult. 2023-11-12]. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-doconarq/262-resolu%C3%A7%C3%A3on%C2%BA-20,-de-16-de-julho-de2004.html>.
- CONARQ [CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS], e CTDE [CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS], 2014. *Glossário. Documentos Arquivísticos Digitais* [Em linha]. 6.^a versão. Brasil: CTDE [consult. 2023-12-10]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/2014_ctdeglossario_v6.pdf.
- CUNHA, J. A., e M. G. LIMA, 2007. Preservação Digital: o estado da arte. Em: *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* [Em linha]. Salvador, Bahia: UFBA [consult. 2023-12-10]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/172461>.
- DAHLBERG, I., 1978. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. 7(2), 101-107.
- FERREIRA, M., 2006. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- GONÇALVES, J., 1998. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado.
- LUZ, C. S., 2018. Curadoria Digital, Custódia Arquivística e Preservação Digital: Relações Possíveis. *Páginas a&b* [Em linha]. 3(10), 92-103 [consult. 2023-12-10]. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a7>.
- MEDEIROS, J. A. D. M., 2012. *Interação interdisciplinar e preservação da cadeia de custódia nos ambientes físicos dos setores técnico-científicos da polícia federal* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas [consult. 2023-11-12]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9725>.
- OLIVEIRA, M. M. de., 2018. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 7.^a ed. Petrópolis: Vozes.
- PAES, M. L., 2004. *Arquivo: teoria e prática*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- POMBO, O., 1998. Da classificação dos seres a classificação dos saberes: leituras. *Rev. da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (2), 19-33.
- RICHARDSON, R. J., 2017. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 4.^a ed. São Paulo: Atlas.
- ROCHA, L., e M. L. ALMEIDA, 2020. O método analítico-conceitual de Dahlberg: aplicação no contexto dos portfólios de projetos da EMBRAPA. *Revista Conhecimento em Ação* [Em linha]. Jan.-jun. 5(1), [consult. 2023-11-12]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/32196/19801>.
- SHELLENBERG, T. R., 2002. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV.
- SILVA, E. P., 2010. O Conceito de Informação Arquivística. Em: *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XI ENANCIB* [Em linha]. Rio de Janeiro [consult. 2023-12-10]. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3384/2510>.
- XAVIER, B. R., 2008. As categorias de Aristóteles e o conhecimento científico. *Pensar*. Jan.-jun. 13(1), 57-64.

DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO À DIFUSÃO: DIÁLOGO ENTRE O ACERVO BIBLIOGRÁFICO E AS COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO MUSEU DA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CAROLINA MACHADO COSTA*
LILIANA ISABEL ESTEVES GOMES**

INTRODUÇÃO

Arquivos, Bibliotecas e Museus, enquanto sistemas e serviços de informação (Gomes 2016), «have evolved on separate paths, but the information age arising around new information and communications technologies brings them together as never before» (Hedstrom e King 2004, p. 1).

Nos referidos serviços e instituições, Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos estabelecem, em diversos momentos da prática profissional, relacionamentos entre os documentos de arquivo, os livros do acervo bibliográfico e as obras ou objetos de coleções museológicas. Tais relacionamentos resultam, por exemplo, da investigação científica acerca de diversas temáticas ou em contexto expositivo, uma vez que naquelas instituições «an important aspect of their mission is to participate in construction of collective memory of communities they serve» (Manžuch 2009).

Contudo, a organização e representação da informação nas também designadas «instituições de memória» resulta da aplicação de distintas normas descritivas. Consequentemente, temos diferentes instrumentos de pesquisa ou de acesso à informação. «Museums, libraries, and archives are institutions that create, maintain, and alter different kinds of information systems, each for their specific purposes. [...] All three institutions provide information resources for their visitors and users, but they do it in different ways» (Soares e Smeds 2016, p. 29).

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de diálogo entre coleções em contexto expositivo. O estudo desenvolveu-se a partir da pesquisa e análise de informação bibliográfica e museológica nos respetivos instrumentos de acesso, custodiada por distintos serviços de informação.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1434-3392>;
Email: carolina.machado.costa@hotmail.com.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3786-2942>;
Email: liliana.gomes@fl.uc.pt.

A metodologia qualitativa adotada compreende a revisão de literatura e um estudo de caso (Stake 2005; Yin 2014) focado nas coleções etnográficas do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (MCUC) e nas coleções especiais e de Livro Antigo da Biblioteca do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC).

No estudo de caso contextualizam-se os serviços de informação supramencionados, bem como as suas coleções e explicitam-se os critérios de seleção de objetos e livros para contexto expositivo, mediante proposta de exposição temporária.

1. ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: ESPECIFICIDADES E COLABORAÇÃO

No século XXI identificam-se múltiplas iniciativas de colaboração entre Arquivos, Bibliotecas e Museus. Bierbaum (2000) realça a necessidade de cooperação entre instituições que têm como objetivo comum a preservação da memória:

Libraries, museums, and archives — or rather, their collections — are the community's memory. But they do more than collect: they are stewards of our culture and history, of the world and our place in it; they help us understand what otherwise would remain a mystery. They capture for us things we could never know, allow us to experience what we otherwise can only dream (Bierbaum 2000, p. 5).

Araújo (2014) já mencionava a importância que tem a criação de um diálogo institucional entre Arquivos, Bibliotecas e Museus. O autor apresenta aspetos históricos, teóricos, institucionais e profissionais, através da análise de pontos comuns, interfaces e possibilidades de cooperação, e sistematiza como se podem estabelecer as relações entre a Ciência da Informação, a Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia (Costa 2018, p. 33).

A cooperação entre Arquivos, Bibliotecas e Museus tem objetivos semelhantes ou partilhados, tornando-os parceiros ideais para criação de colaborações conjuntas em exposições, em programas comunitários ou em portais de pesquisa integrada de recursos digitais. Temos exemplos em Portugal e em diversos países: Canadá, Estados Unidos da América, Reino Unido, Rússia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Alemanha, Itália, Espanha, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia (Yarrow, Clubb e Draper 2009).

Porém, assinala-se a necessária discussão sobre os benefícios e riscos de colaboração, sobre a relação entre a interoperabilidade tecnológica e semântica (metainformação), pelo que importa também considerar e compreender as especificidades e convergências entre os três sistemas de informação:

– Quanto ao tipo de suporte: o museu possui objectos bi/tridimensionais e exemplares únicos; a biblioteca inclui impressos, manuscritos, audiovisuais e exemplares

múltiplos; o arquivo possui manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplares únicos;

– Quanto ao tipo de conjunto: o museu inclui coleção, isto é, documentos unidos pelo conteúdo ou pela função; a biblioteca inclui coleção, isto é, documentos unidos pelo conteúdo; o arquivo inclui fundos, isto é, documentos unidos pela origem;

– Quanto ao produtor: o museu é provido pela actividade humana e pela natureza; a biblioteca é abastecida pela actividade humana individual ou colectiva; no arquivo é [pela] máquina administrativa;

– Quanto aos fins de produção: os do museu são culturais, artísticos e funcionais; os da biblioteca são culturais, científicos, técnicos, artísticos e educativos; os do arquivo são administrativos, jurídicos, funcionais e legais;

– Quanto ao objetivo: ao museu compete informar e entreter; à biblioteca compete instruir e informar; o arquivo pretende provar e testemunhar;

– Quanto à entrada de documentos: no museu provêm de compra, doação, permuta de fontes múltiplas; na biblioteca ocorre a compra, doação, permuta de fontes múltiplas; no arquivo são incorporados pela passagem natural da fonte que os gerou;

– Quanto ao processamento técnico: no museu efetua-se o registo, a catalogação, os inventários e os catálogos; na biblioteca faz-se o registo, a classificação, a catalogação e os ficheiros; no arquivo realiza-se o registo, o arranjo, a descrição, os guias, os inventários, os catálogos, etc.

– Quanto ao público: o público do museu e da biblioteca são o grande público e pesquisador ao passo que no arquivo é o administrador e pesquisador (Silva 2002, pp. 66-67).

No âmbito da preservação e difusão do património cultural da humanidade, a cooperação institucional tem permitido o estabelecimento de projetos comuns e de parcerias. A nível internacional destaca-se o papel da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), do International Council of Museums (ICOM), do International Council on Archives (ICA), do International Council on Monuments and Sites e do Co-ordinating Council of Audiovisual Archives Associations.

A perceção contínua de convergência entre Arquivos, Bibliotecas e Museus permite a disponibilização de informação em portais digitais de pesquisa integrada e o acesso *online* ao património cultural. Para além da convergência digital, na última década «other kinds of convergence are a nascent topic for research, focusing on physical mergers, colla-

boration, shared professional practice, proximity in government agencies and an increasing dependency on common external trends, etc.» (Rasmussen e Hjørland 2021).

Os procedimentos de organização e representação da informação nos referidos sistemas e serviços de informação estribam-se na normalização descritiva, concebida no paradigma tecnicista e documental. Este aspeto, determinou nesta investigação a necessidade de consulta de distintos instrumentos de acesso à informação, de modo a atingir o objetivo proposto de relacionamento entre coleções no âmbito da temática de pesquisa eleita.

2. ESTUDO DE CASO: DIÁLOGO ENTRE COLEÇÕES

2.1. Metodologia

A metodologia qualitativa adotada compreendeu a revisão de literatura, mediante pesquisa bibliográfica no catálogo coletivo das bibliotecas da Universidade de Coimbra, em repositórios científicos e bases de dados, e um estudo de caso (Stake 2005; Yin 2014) centrado nas coleções etnográficas do MCUC e nas coleções especiais e de Livro Antigo da Biblioteca do DCV da FCTUC¹.

A definição e análise de um caso de estudo de aplicação singular compreendeu as seguintes fases: recolha de dados, apresentação e descrição dos mesmos e sua análise.

No que respeita à recolha de dados, consultou-se o catálogo *online* da Biblioteca do DCV e as coleções *online* de objetos museológicos na base de dados do MCUC. Adotou-se a observação direta: na consulta do *Livro de Registos* e no *Catálogo de Assuntos* (ideográfico) da Diamang² e de Marie-Louise Bastin³, na consulta e seleção de livros no depósito do acervo bibliográfico de Antropologia e na visita às duas reservas etnográficas do MCUC.

¹ O estudo de caso (Costa 2018) resulta da investigação desenvolvida na dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, orientada pelo Professor Doutor Pedro Júlio Enrech Casaleiro e coorientada pela Professora Doutora Liliana Isabel Esteves Gomes.

² «O espólio da ex-Diamang — Companhia de Diamantes de Angola, existente na Universidade de Coimbra, é composto por dois núcleos distintos» e compreende materiais documentais, fotográficos e fonográficos. «Um primeiro núcleo foi objeto de aquisição pelo Centro de Estudos Africanos associado ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, e a cujas atividades de investigação e ensino estava associado o Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. [...] A este primeiro núcleo se veio juntar, nos finais dos anos noventa, um segundo núcleo documental, colocado em depósito na UC pela empresa que sucedeu, em Portugal, aos destinos da ex-Companhia de Diamantes de Angola, a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos». Informação disponível em: Universidade de Coimbra (2011).

³ «Marie-Louise Bastin (MLB) — Etterbeek, 1918 - Porto, 2000 — foi uma docente, historiadora da arte e investigadora de origem belga, especialista em Arte e Cultura Cokwe (Angola), que em 1995 doou o seu sistema de informação pessoal (SIP), constituído por informação arquivística, biblioteconómica e museológica, ao antigo Museu e Laboratório Antropológico/Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra (MLA/DAUC)» (Costa 2019, p. 2).

A subsequente seleção dos objetos para contexto expositivo teve implícito o facto de ser impossível circunscrever a multiplicidade de culturas e tradições dos povos africanos a uma sala de exposições temporárias. Ao estudarmos um objeto, este deve ser considerado enquanto parte integrante da cultura onde nasce, tornando-os numa fonte infindável de informação, símbolos culturais de uma determinada época e ilustrativos dos modos de vida das diferentes etnias (Coquery-Vidrovitch e Balandier 2017).

A pesquisa e identificação de objetos museológicos iniciou-se mediante consulta das coleções *online*, na base de dados⁴ do MCUC, mais concretamente aquelas que contivessem objetos etnográficos e respetiva imagem/fotografia, e relação com rituais, tais como: adivinhação, caça, casamento, cerimonial, comércio e culto mágico-religioso. Posteriormente, os objetos foram selecionados de acordo com características físicas, relacionamento comum e dimensões, que teriam de ser adequados para sala de exposição temporária do MCUC.

Relativamente à seleção de itens bibliográficos, concretamente Livro Antigo, consultou-se o *Livro de Registos* e o *Catálogo de Assuntos* (ideográfico) da Diamang e de Marie-Louise Bastin. Foram consideradas as coleções bibliográficas mencionadas através da sua descrição catalográfica (autor/data/título) e respetivos assuntos.

No que concerne à seleção de livros em suporte papel, o principal objetivo é que estes pudessem dialogar, em contexto expositivo, com os objetos selecionados. Recorreu-se ao Depósito de Antropologia da Biblioteca do DCV, por aí se encontrarem muitas obras consideradas antigas, de acordo com o critério cronológico universal (1501-1800), e outras, que pela sua raridade e valor, foram também consideradas, apesar de serem datadas dos séculos XIX e XX. A preferência pela coleção de Livro Antigo e pelas coleções especiais da Diamang e de Marie-Louise Bastin deveu-se ao vasto leque de temáticas relacionadas com as coleções Etnográficas.

Por forma a obter uma descrição inteligível da distribuição dos livros anteriormente mencionados, nas diversas estantes, elaborou-se representação ilustrativa (Figura 1). A vermelho (número um a oito) temos as estantes da coleção especial da Diamang (letra D), a roxo (número um a três) identificam-se as estantes da coleção especial de Marie-Louise Bastin (sigla MLB) e a azul (número um a dezassete) temos as estantes da coleção de Livro Antigo (sigla LA). A fotografia à esquerda ilustra as coleções especiais (Diamang e Marie-Louise Bastin), a da direita a coleção de Livro Antigo e a seta a azul assinala a entrada no depósito.

⁴ A pesquisa «guiada» e «específica» seguiu a consulta prévia das orientações disponibilizadas em: <https://museuda-ciencia.inweboonline.net/ajuda.aspx>; e realizou-se no in *web* — *Acesso online ao Património*, disponível em: <https://museuda-ciencia.inweboonline.net/guiada.aspx> (Universidade de Coimbra. Museu da Ciência 2022).

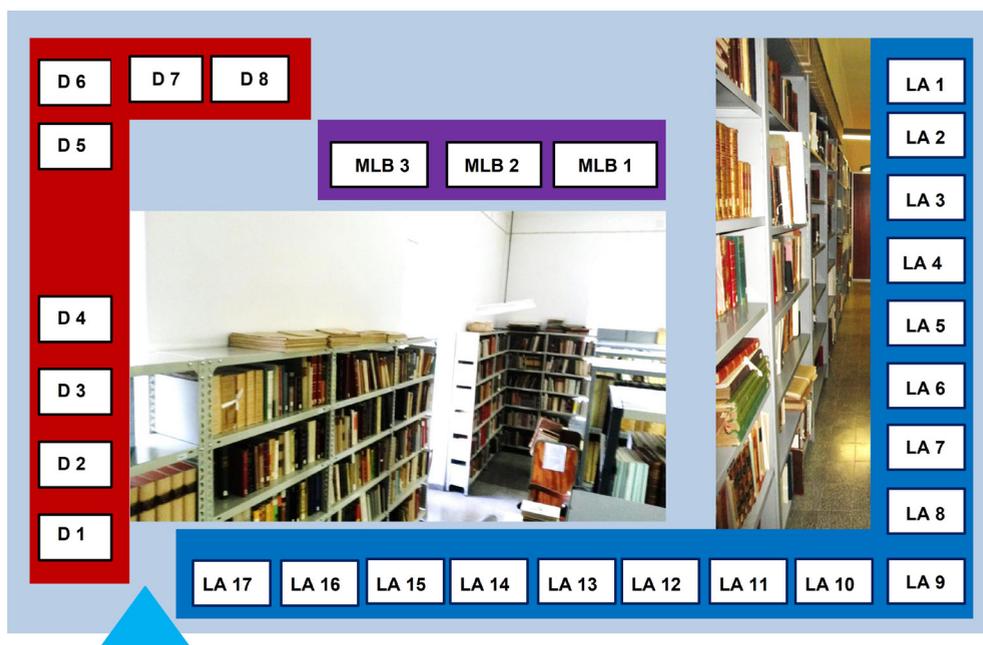


Fig. 1. Depósito de Antropologia com as Coleções Especiais e de Livro Antigo
 Fonte: Costa (2018, p. 78)

Na fase subsequente foi possível concretizar a elaboração de um guia para a proposta de exposição temporária intitulada *Na presença de rituais: história, simbolismo e materialidade*, e para a posterior divulgação e comunicação da informação acerca da temática eleita em contexto expositivo.

2.2. As coleções etnográficas do Museu da Ciência

As coleções científicas acumuladas na Universidade de Coimbra deram origem aos museus de ciência da instituição, estando hoje integradas no atual Museu da Ciência.

As coleções científicas da Universidade de Coimbra compreendem cerca de 650.000 objectos distribuídos por quatro categorias principais — História Natural, Etnografia, Instrumentos Científicos, Modelos — e ainda mais de duas mil obras em papel que incluem livro antigo, cartografia, painéis pedagógicos e arquivos. Cerca de 80% destes objectos são exemplares de História Natural das áreas da Zoologia, Geologia, Botânica e Antropologia (Universidade de Coimbra. Museu da Ciência 2022).

Assinala-se a existência de diversas coleções científicas no MCUC: Antropologia, Astronomia, Botânica, Farmácia, Física, Medicina, Mineralogia e Geologia, Química e Zoologia.

Relativamente às coleções Etnográficas, estas nem sempre se mantiveram no mesmo local, tendo passado por vários espaços, desde a antiga Faculdade de Filosofia onde existia «o Gabinete de Física e os Museus de Mineralogia e Paleontologia, Zoologia, Botânica, Antropologia e Etnografia» (Henriques 1911, p. 4). Esta Faculdade situava-se no Colégio de Jesus (antigo Museu de História Natural), criado na Reforma Pombalina em 1772, tendo sido Domingos Vandelli, professor da cadeira de História Natural, o primeiro responsável pelo Museu (Areia, Rocha e Miranda 1991).

O Museu de História Natural, através de Carta de Lei de 2 de julho de 1885, compreendia as seções de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Antropologia, passando a ser Bernardino Machado o responsável pela seção museográfica (Henriques 1911; Laranjeira, Martins e Miranda 1990).

Em 1890, de acordo com o testemunho do Professor Doutor Júlio Henriques, começou a ser estruturado numa parte do edifício do Museu de História Natural, o Gabinete de Antropologia (Amaral, Martins e Miranda 2013; Henriques 1911).

No Decreto de 24 de dezembro de 1901, o decreto de reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, aparecem mencionados os estabelecimentos anexos à Faculdade de Filosofia, entre os quais constava o Jardim e Museu Botânico, o Museu Geológico, o Museu Zoológico e o Museu Antropológico (Gouveia 1985; Henriques 1911).

Em 1911, as Faculdades de Matemática e Filosofia deram lugar à Faculdade de Ciências e verifica-se a transferência do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra (MLAUC) para o Colégio de São Boaventura (Amaral, Martins e Miranda 2013), que incluía a Biblioteca e as respetivas Reservas Etnográficas.

Em 1949, o MLAUC foi deslocado para o Colégio de São Bento e ocorre a demolição do Colégio de São Boaventura, no contexto da construção da Cidade Universitária de Coimbra. Decorridos oito anos, as referidas coleções foram depositadas na sede do Museu de Zoologia (Colégio de Jesus), devido às obras em curso no Colégio de São Bento, sendo estas coleções novamente realojadas neste edifício em 1967.

As coleções etnográficas de Angola e Moçambique estão divididas nas seguintes categorias: Acessórios pessoais; Adornos; Agricultura; Armamento; Brinquedos e jogos; Caça; Castigo e tortura; Cerâmica; Cestaria e esteiraria; Comércio e troca; Escultura; Heráldica; Instrumentos musicais; Instrumentos e utensílios, Latoaria e funilaria, Medicina e higiene, Meios de transporte; Metalurgia; Miniaturas; Mobiliário; Pastorícia; Pesca; Ritual e religião; Símbolos de poder; Tampas proverbiais de Cabinda; Têxteis e costura; Vestuário e calçado; Vidraria (Costa 2018, p. 71).

Nesta investigação destaca-se a diversidade e relevância do acervo patrimonial presente nas Reservas Etnográficas do MCUC, recolhido maioritariamente durante o século XIX. Representa Portugal e os países de língua portuguesa, o que possibilitou nesta pesquisa o estudo avançado e detalhado de objetos de diversas tipologias e materiais originários de Angola e Moçambique.

2.3. A coleção bibliográfica do Departamento de Ciências da Vida

O Colégio de São Bento começou a ser construído em 1576. Os livros presentes na Biblioteca do referido Colégio abarcavam obras de vários tipos e temas da sociedade sendo, na sua maioria, voltados para as Ciências, Literatura e Humanidades (Rodrigues 1988).

Em 1919, o anteriormente referido MLAUC passou a ocupar um espaço próprio, no já demolido Colégio de São Boaventura (Figueiras 1985). Em 1949 foi, novamente, deslocado e realojado no edifício do antigo Colégio de São Bento. Aqui permaneceu a Biblioteca até aos dias de hoje, mesmo durante os anos em que o edifício esteve sujeito a trabalhos de restauro (1960-1964) sendo que, a partir desta data, manteve-se a funcionar ininterruptamente neste edifício, até à atualidade (Figueiras 1985).

A atual Biblioteca do DCV, inaugurada em 2014, é uma das diversas bibliotecas da UC, e alberga um acervo que se localiza não só na sala de leitura como, também, distribuído pelos depósitos de Botânica, de Zoologia, de Bioquímica e de Antropologia.

Relativamente ao depósito de Antropologia, este compreende obras de vários domínios do conhecimento, de entre os quais se destacam as «Ciências Sociais, Antropologia Física/Biológica/Social, Arqueologia, Paleoantropologia, Sociologia, Demografia, Etnografia, Estudos Africanos e Genética» (Gomes 2016, p. 365). As obras representativas destas diversas temáticas são constituídas por monografias, publicações periódicas, coleções especiais (Diamang e Marie-Louise Bastin), material não livro e Livro Antigo.

2.4. Proposta de exposição e divulgação

A proposta de exposição temporária que se apresenta intitula-se *Na presença de rituais: história, simbolismo e materialidade*.

O *design* de uma exposição funciona como um sistema comunicativo multidirecional, apelativo e sensorial, produto da relação entre o conceito e a sua representação. O objetivo principal é o de demonstrar, dentro de um determinado espaço, um conceito expositivo, dotado de uma forte componente estética, cultural e material, que permita ao público viajar no tempo e espaço, através da experiência aqui proporcionada (Gameiro 2004). Os objetos selecionados para contexto de exposição deixarão de ser itens «esque-

cidos» num acervo ou depósito, apenas acessíveis ao público através da consulta na base de dados *online*.

Nas Reservas Etnográficas do MCUC, localizadas no DCV, encontra-se um vasto património cultural constituído, maioritariamente, por artefactos provenientes das ex-colónias portuguesas. Foi, a partir do estudo e análise destes objetos, de tipologias e materiais tão diversificados, que surgiu a presente proposta de temática expositiva.

Relativamente à seleção de itens da coleção bibliográficos, elegeram-se 7 obras de Livro Antigo (num universo de 3855 espécimes documentais, constituído por mapas, separatas, monografias, dicionários e enciclopédias), 19 monografias da coleção da Diamang (entre as 2366 existentes), 10 monografias da coleção de Marie-Louise Bastin (entre as 1124 disponíveis). Adicionalmente, foram selecionadas 4 monografias da antiga Biblioteca do Instituto de Antropologia e do antigo Museu e Laboratório Antropológico.

Entre os 4000 objetos de Antropologia existentes nas coleções Etnográficas e de Osteologia Humana do MCUC, selecionaram-se 29 itens. Foi considerado o registo dos elementos que permite identificar cada objeto do MCUC (nome/nº de inventário, fotografia, descrição e função/uso). Os objetos selecionados representam a cultura tradicional africana, tendo valor de testemunhos da tradição e símbolos de poder. Os objetos etnográficos selecionados para exposição abrangem diversos aspetos dos rituais.

Atendendo a que os objetos devem partilhar uma base comum, o ritual, que pode ser ramificado em adivinhação, caça, casamento, cerimónia, comércio, culto e magia-religiosa, procedeu-se a uma análise, tendo sido selecionados artefactos que vão desde as esculturas de Angola e de Moçambique à cestaria e utensílios domésticos de Angola. Na Figura 2 constam alguns dos objetos selecionados, exemplificativos de rituais, símbolos e costumes:

– Nkisi Kozo – é a representação em madeira, de um cão, de pé, com um relicário de espelho escavado no dorso, três lâminas cravadas junto ao pescoço, cauda enrolada, orelhas arrebitadas e boca aberta. Tem um olhar fixo com incrustações de espelho. À volta do pescoço, tem um colar preso por uma corda de fibras vegetais. Tem um relicário ao centro, um pequeno saco de tecido coberto de vermelho e um tubo de bambu. Preso à cauda e ao dorso, tem um rolo de tecido em fibras vegetais com “bilongo”. O rosto do nkisi é escuro e foi utilizada argila para pintar algumas partes da escultura;

– Tambor de fenda – madeira escura, em forma de barco, com uma fenda escavada longitudinalmente no topo superior e no inferior um rebordo ondulado. Numa

das faces, está decorado com motivos geométricos incisos, com um intervalo no meio, onde se encontra um furo que dá passagem a um cordão que suspende um pequeno percutor cilíndrico de madeira;

– Nambo ou Ngonji ya yanga, Colar – formado por um aro de ferro, em arco, com vários objetos pendurados na metade inferior e ao centro, um relicário com espelho e uma campainha, ladeado por três pequenos saquinhos, dos quais um tem um pequeno penacho e uma campainha;

– Cesto de adivinhação, Ngombé – cesto tronco-cônico, tecido em fibra vegetal, em técnica de espiral cosida, decorado com um motivo floral enlaçado. Contém quarenta e cinco elementos no interior: sementes; concha; um disco em pele com três cauris cosidos; dois conjuntos de duas argolas encadeadas; chifres; ossos; um elemento esférico coberto com um tecido; uma chave; dois cordões de fibras enroladas com elementos em madeira presos; um cinto em fibras entrançadas com uma garra presa; uma miniatura de tambor de fenda; dois pequenos embrulhos (de pele de cobra e em tecido), entre outros;

– Nkombé (colheres moçambicanas utilizadas pelos Tonga) – Duas colheres de madeira, ligadas por uma cadeia, também de madeira, tudo feito de uma só peça. A concha das colheres tem a forma elíptica, funda e levemente curva, com os bordos enegrecidos pelo fogo. O cabo, roliço, termina numa argola também enegrecida pelo fogo. A cadeia é formada por quatro anéis retangulares pirogravados;

– Enxota-moscas – utilizado para dançar e como protetor de malefícios - Cabo em chifre, revestido com tecidos e enrolamentos de missangas coloridas, terminando num anel de conchas cauri que prende um conjunto farto de pelos de cauda de boi (Costa 2018, pp. 167, 169, 189; Universidade de Coimbra. Museu da Ciência 2022).

Os objetos selecionados, que representam a cultura tradicional africana, foram agrupados em três categorias, em face do relacionamento entre estes e os livros, para que, em exposição, exista um diálogo entre eles: O meio e o Homem; Crenças, magia e medicina; Mapas (Costa 2018, pp. 84-90).

Cada objeto tem a respetiva legenda, com a identificação («o quê», «onde», «quando», quem o criou, quem o doou, número de inventário, função). Junto a cada legenda, um pequeno texto descritivo contextualiza a sua apresentação histórica, os diferentes tipos de materiais constituintes e a sua função/uso.

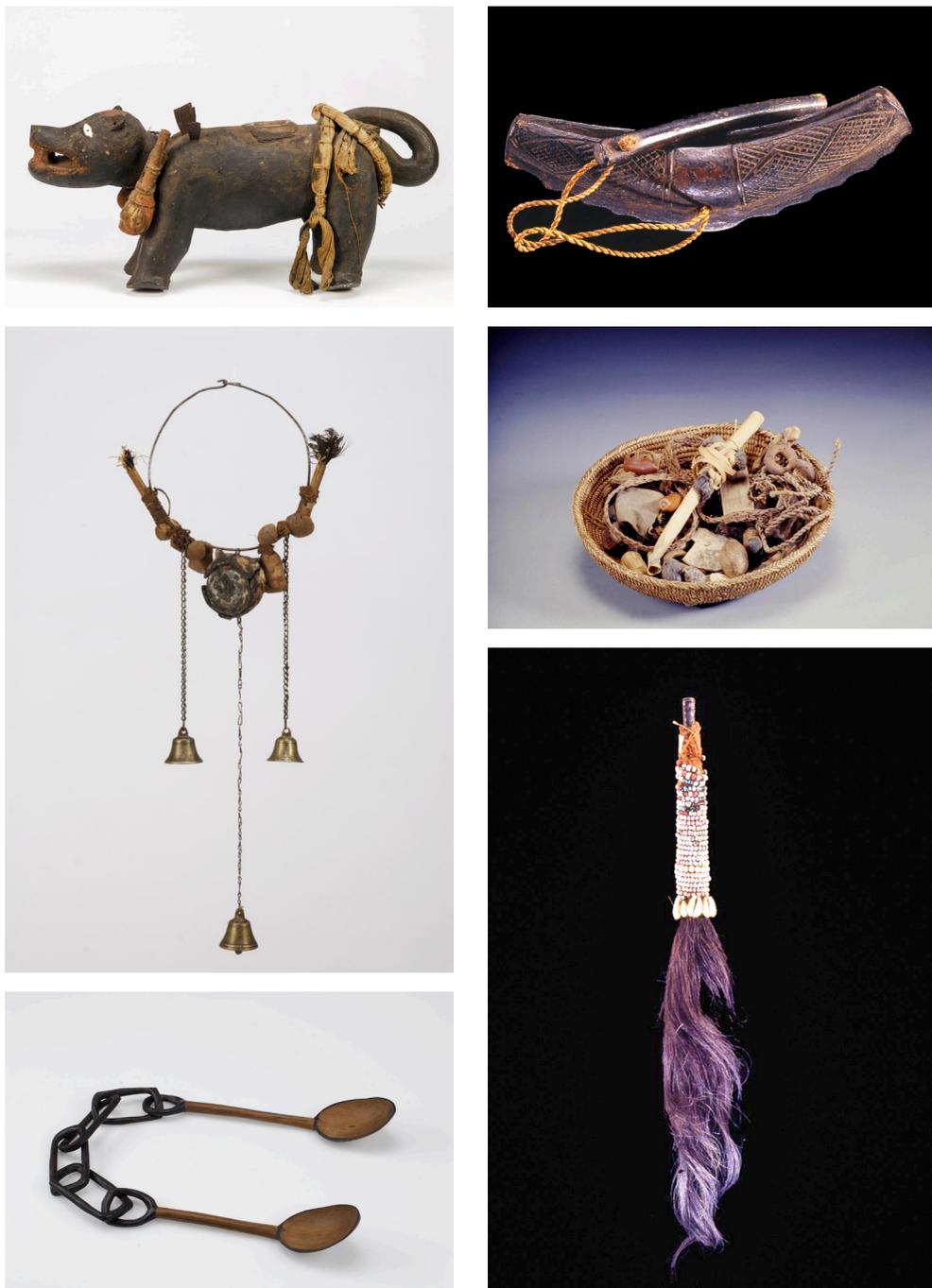


Fig. 2. Objetos museológicos de ritual selecionados
Fonte: Costa (2018)

A exposição compreenderá, ainda, dois painéis introdutórios com informações sobre a temática eleita, o modo como está organizada a mostra, os motivos de escolha dos objetos que a compõem, o seu interesse cultural e o que o visitante pode aprender/experienciar na visita.

Relativamente à proposta de exposição estruturou-se, ainda, um guião fotográfico, a partir dos objetos e livros selecionados (Costa 2018). Adicionalmente, realizou-se a descrição dos suportes expositivos e proposta de divulgação da exposição temporária, mediante a utilização de *mupis*, cartazes, folhetos, *flyers* e difusão *online*, no *website* e redes sociais, nomeadamente *Facebook* e *Instagram* do MCUC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa subjacente à presente investigação desenvolveu-se através de visão interdisciplinar, com recurso às áreas científicas do Património Cultural, da Museologia e da Ciência da Informação.

O estudo de caso, que teve como objetivo a criação de um diálogo expositivo entre itens do acervo etnográfico e documental, permitiu o privilégio de contacto *in loco* com um vasto e rico património cultural, constituído por artefactos provenientes, maioritariamente, das ex-colónias portuguesas, e por livros que pertenceram ao antigo Museu de História Natural (situado no Colégio de Jesus), ao Colégio de São Boaventura e ao Colégio de São Bento (atual DCV da FCTUC).

Da pesquisa e análise exaustiva, que permitiu conhecer as coleções Etnográficas do MCUC e bibliográfica do DCV, bem como as fortes ligações e conexões entre estas, surgiu a proposta de exposição apresentada, que é certamente um importante contributo para a divulgação destes importantes acervos da UC.

Esta pesquisa apresenta um caminho aberto para o desenvolvimento de novas linhas de investigação. Por essa razão, justifica-se o estudo interdisciplinar de outras coleções Etnográficas do MCUC respeitantes ao Brasil, a S. Tomé e Príncipe, à Guiné, a Macau, a Timor-Leste e a Goa, em diálogo com obras da coleção de Livro Antigo da Biblioteca do DCV, não só as de Antropologia, como também as de Botânica e de Zoologia, bem como com documentos de arquivo, uma vez que os seus resultados terão certamente impacto na difusão dos acervos.

Conclui-se que o diálogo entre acervos é profícuo e deve ser desenvolvido, em particular em contexto expositivo, partindo de um basilar conhecimento das coleções, alicerçado na sua adequada investigação transdisciplinar por Museólogos, Bibliotecários e Arquivistas.

Na atualidade, os estudos e pesquisas interdisciplinares aproximam as áreas científicas da História, da Ciência da Informação, das Ciências e Técnicas do Património, o que através dos seus contributos e reciprocidade, enriquece e potencia a criação de conhecimento e a sua difusão.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. R., M. do R. MARTINS, e M. A. MIRANDA, 2013. O contexto museológico da Antropologia na Universidade de Coimbra: uma síntese histórica (1772-1933). Em: C. FIOLEAIS, C. SIMÕES, e D. MARTINS, eds. *História da Ciência da Universidade de Coimbra, 1772-1933* [Em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 129-166 [consult. 2023-11-22]. Disponível em: https://doi.org/10.14195/978-989-26-0610-1_5.
- ARAÚJO, C. A. A., 2014. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. São Paulo: ABRAINFO.
- AREIA, M. L. R., 1985. As coleções angolanas. Em: *Cem anos de Antropologia em Coimbra: 1885-1985*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico, pp. 149-194.
- AREIA, M. L., ROCHA, M. A., e M. A. MIRANDA, 1991. O Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra. Em: *Universidade (s), História, Memórias, Perspectivas*. Coimbra: Congresso de História da Universidade, pp. 87-105.
- BIERBAUM, E. G., 2000. *Museum librarianship*. 2.^a ed. Jefferson, N.C.: McFarland.
- COQUERY-VIDROVITCH, C., e G. BALANDIER, 2017. *L'Afrique des routes: histoire de la circulation des hommes, des richesses et des idées à travers le continent africain*. [Paris]: Musée du quai Branly-Jacques Chirac; Arles: Actes Sud.
- COSTA, A. R. O. da, 2019. *O arquivo de Marie-Louise Bastin: estudo científico e proposta de divulgação* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/89890>.
- COSTA, C. I. D. M., 2018. *O diálogo entre as coleções etnográficas e as documentais (Museu da Ciência e Biblioteca do Departamento de Ciências da Vida): proposta de exposição e divulgação* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra [consult. 2023-11-20]. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81785/1/CarolinaCosta_versaofinal.pdf.
- FIGUEIRAS, I., 1985. Biblioteca. Em: *Cem anos de Antropologia em Coimbra: 1885-1985*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico, pp. 61-76.
- GAMEIRO, S. M. R., 2004. *O papel do design nos processos de comunicação museológica* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias [consult. 2023-11-20]. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/susana_gameiro_2.pdf.
- GOMES, L. I. E., 2016. *Gestão da Informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra* [Em linha]. Tese de Doutoramento, Universidade da Coruña [consult. 2023-11-20]. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43201/1/EstevesGomes_LilianaIsabel_TD_2016.pdf.
- GOUVEIA, H. C., 1985. Coleções africanas do Museu e laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra: Uma perspectiva histórica. *Bibliotecas, Arquivos e Museus*. 1(2), 485-520.
- HEDSTROM, M., e J. L. KING, 2004. *On the LAM: Library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities* [Em linha]. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development, vol. 1 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/innovation-education/32126054.pdf>.
- HENRIQUES, J., 1911. Universidade de Coimbra. Em: *Coimbra Pittoresca*. Coimbra: Sociedade de Defesa e Propaganda, pp. 2-5.
- LARANJEIRA, M., M. R. MARTINS, e M. A. MIRANDA, 1990. Coleções Angolanas do Museu e Laboratório Antropológico de Coimbra. *Angolê: artes, letras, ideias*. 1, 20-23.

- MANŽUCH, Z., 2009. Archives, libraries and museums as communicators of memory in European Union projects. *Information Research* [Em linha]. 14(2), paper 400 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <http://informationr.net/ir/14-2/paper400.html>.
- RASMUSSEN, C. H., e B. HJØRLAND, 2021. Libraries, archives and museums (LAM): Conceptual issues with focus on their convergence. Em: B. HJØRLAND, e C. GNOLI, eds. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. Toronto: ISKO [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/lam>.
- RODRIGUES, M. A., 1988. A Biblioteca do extinto Colégio de S. Bento. Em: *Alta de Coimbra: história, arte e tradição*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, pp. 115-122.
- SILVA, A. M. da, 2002. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. Em: *1.º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus* [Em linha]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, pp. 573-607 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183>.
- SOARES, B. B., e K. SMEDS, 2016. Museology exploring the concept of MLA (Museums-Libraries-Archives) and probing its interdisciplinarity. *ICOFOM Study Series* [Em linha]. (44), 29-33 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/iss.654>.
- STAKE, R. E., 2005. *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2011. *Diamang Digital. Espólio* [Em linha]. Coimbra: UC [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://www.diamangdigital.net/index.php?module=content&id=3>.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Museu da Ciência, 2022. *As coleções: descrição* [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <http://www.museudaciencia.org/index.php?module=content&option=collections&action=description>.
- YARROW, A., B. CLUBB, e J.-L. DRAPER, 2009. Bibliotecas públicas, archivos y museos: tendencias de colaboración y cooperación. Em: *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) Professional Reports* [Em linha]. N.º 113 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/602>.
- YIN, R. K., 2014. *Case study research. Design and methods*. London, Thousand Oaks: Sage Publications.

TENDÊNCIAS EM ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE UNIDADES DE INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NA *SCOPUS*

FELIPE FRANCISCO SACRAMENTO*

LAÍS CARDOSO MACHADO**

NATANAEEL VITOR SOBRAL***

INTRODUÇÃO

A Ciência é um sistema social que tem na produção de conhecimento uma de suas principais repercussões, respeitada a cultura de publicação de cada área, que denota características idiossincráticas sobre as múltiplas formas de fazer pesquisa e comunicar os resultados encontrados. Neste sentido, a Organização da Informação e do Conhecimento (OIC), atua como abordagem direcionada à sistematização e organização cognitiva da informação e do conhecimento, observando seus elementos intrínsecos e extrínsecos, contemplando desde os aspectos lógicos e conceituais até a descrição dos elementos tópicos e físicos dos suportes de informação. Assim, o aporte da OIC para as unidades de informação é fundamental, haja vista a relação entre o objetivo da OIC e as demandas existentes nas instituições documentais, que têm na atividade de organização um princípio teleológico.

Este trabalho, de caráter bibliométrico, pretende apresentar os aportes históricos e contemporâneos da OIC às unidades de informação, buscando responder ao seguinte questionamento: quais as tendências em OIC na produção científica relacionada a unidades de informação, na *Scopus*? Assim, esta pesquisa objetiva discutir as principais tendências em OIC na produção científica sobre unidades de informação. Para isto, utiliza como referência a base de dados *Scopus* (Elsevier), que indexa publicações prestigiadas de vários países do mundo, numa perspectiva pandisciplinar. Especificamente, pretende-se analisar a literatura internacional relacionada às bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, centros de informação e galerias, a partir do enfoque da OIC.

* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1783-1279>; Email: felipe.fsacramento2@ufpe.br.

** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9173-0671>; Email: lais.cardosomachado@ufpe.br.

*** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2410-494X>; Email: natanvsobral@gmail.com.

Tal mapeamento permite observar o que os pesquisadores atuantes na área de OIC, no contexto global, têm produzido sobre esta temática, possibilitando identificar os autores mais produtivos e suas instituições, produção por ano, fontes onde essa produção é escoada, e também, analisa sumariamente, por meio das palavras-chave, quais são as principais tendências nesta literatura.

Motiva este trabalho, a possibilidade de identificar as características e idiossincrasias da comunicação científica no campo selecionado, compreendendo como esses trabalhos são produzidos e utilizados pela comunidade acadêmico-científica internacional, analisando elementos clássicos e contemporâneos pertinentes ao tema. Ademais, tem-se ciência do papel nuclear da OIC nos estudos vinculados ao objeto informação, sendo os processos, produtos, instrumentos e a análise de domínio algumas das mais preciosas contribuições (Guimarães 2015).

1. QUADRO TEÓRICO

As unidades de informação são amplamente discutidas na Ciência da Informação (CI). Nesta área, sua utilização remete à ideia de espaço e/ou lugar (Zaninelli et al. 2022), sendo as organizações documentais as instituições historicamente pertencentes a esta categoria. A depender da área do conhecimento ou da corrente teórica e técnica, à qual pertence um determinado autor, as unidades de informação assumem identidades diferentes, podendo ser escolas e universidades, salas de vídeo, salas de informática, centros culturais etc. (Zaninelli et al. 2022). No âmbito da informática, por exemplo, as unidades de informação podem estar relacionadas a unidades de medidas aplicáveis à informação ou a dispositivos de *hardware* para armazenamento de dados. Sendo assim, pode-se afirmar que não há consenso pleno sobre o conceito de unidades de informação (Zaninelli et al. 2022).

De todo modo, ao observar-se o interior da Ciência da Informação, enquanto campo, majoritariamente composto por bibliotecários, arquivistas, museólogos e gestores da informação, tem-se uma concepção de unidades de informação que remete à gênese da área, ou seja, enfocando as práticas documentais. Assim, as instituições documentais/documentárias ou organismos documentários ou da documentação, como afirma Otlet (1934), contemplam uma classificação similar à visão contemporânea de Unidades de Informação, a saber:

a) bibliotecas públicas gerais; b) bibliotecas especializadas; c) centros ou serviços de documentação, tanto independentes quanto subordinados a instituições científicas, repartições públicas, estabelecimentos de finalidade social; d) centros ou serviços de informação e documentação de empresas industriais, comerciais ou financeiras; e) bibliotecas particulares, estúdios, gabinetes de trabalho dos traba-

lhadores intelectuais onde se encontrem, organizadas, coleções de livros, documentos e repertórios, tendo em vista o estudo e a elaboração de trabalhos intelectuais (Otlet 1934).

Com isto, ficam constatadas duas características importantes de uma unidade de informação: a primeira é o sentido único que adquire no âmbito da Ciência da Informação e das disciplinas que formularam suas bases, referindo-se a um organismo; e segundo, a sua relação intrínseca com a documentação, ainda que na atualidade possa-se pensar na informação como um elemento fora do suporte.

Sobre isto, defende-se a visão de Tarapanoff (1996), quando afirma que os tipos mais conhecidos de unidades de informação são as bibliotecas, os arquivos públicos e os museus, estando inseridos neles os serviços de referência, documentação e informação. Na atualidade, esta classificação ganhou novas proporções, onde podem se considerar: Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, Centros de Informação, Editoras, Galerias, Livrarias, Museus, Memoriais e Sebos. Silva (2000) acrescenta que essas unidades de informação, como organizações, estão inseridas em um ambiente social, sendo influenciadas por dinâmicas de retroalimentação em seus ciclos produtivo, documentário ou informacional. Desse modo, nota-se que toda unidade de informação pertence a um contexto social específico, e seu ciclo de produção, processamento e disseminação de informações deve estar associado à comunidade a quem esta serve.

Entendido isto, nota-se a existência de uma convergência para a concepção de organizações que possuem no núcleo de suas atividades a organização da informação e do conhecimento, visando à prestação de serviços de informação para usuários. Assim, entende-se que as unidades de informação oferecem serviços de informação para os indivíduos e a sociedade; são organizações vivas, compostas de gestores, líderes, colaboradores e clientes/usuários; podem ser públicas ou privadas; institucionalizam-se como independentes ou dependentes de uma mantenedora; apresentam-se nas formas física, virtual e digital; possuem modelos de negócio distintos; e principalmente, envolvem-se com a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações (Silveira e Moura 2006; Bueno 2005; Sobral 2022).

Vale ressaltar que o conceito de unidades de informação possui uma aplicação limitada, sendo as instituições que compõem este bojo tratadas, geralmente, de forma individual na literatura. Entende-se que por trás do entendimento de unidades de informação há uma visão ideológica de convergência e natureza comum das instituições, haja vista centrarem-se no objeto informação. Enquanto evolução desta concepção tem-se o acrônimo GLAM (*Galleries, Libraries, Archives, and Museums*), que conforme afirma Robinson (2012), por motivações financeiras, governamentais e tecnológicas, vários museus australianos convergiram suas instalações físicas com bibliotecas locais, galerias e arquivos.

Tal fenômeno tem sido comum no Reino Unido, EUA, Canadá e Nova Zelândia, sugerindo uma convergência institucional das organizações de tratamento e disseminação da informação, que se torna viável devido aos pontos comuns existentes entre os organismos. Em ambos os casos notam-se esforços da classe acadêmica em promover perspectivas de colaboração interinstitucional, de modo que, as instituições documentais possam desenvolver atividades conjuntas e promover produtos e serviços diferenciados aos seus usuários, a partir de experiências informacionais inovadoras e multiformes, todavia, respeitando-se as competências e limites de atuação de cada profissional da informação.

Avançando nos conceitos similares às unidades de informação, é possível encontrar na literatura o termo «instituições de memória». Segundo Hjørland (2000), o primeiro uso deste termo é atribuído ao cientista da informação sueco R. Hjerpe (1994). Tal nomenclatura está associada à evolução da tecnologia de computação e à prospecção de bases de dados de coleções convergentes. Com base nos dois autores supracitados, Justino e Raposo (2012) lembram que as instituições de memória são os sistemas compreendidos pelos arquivos, bibliotecas e museus, destacando as possibilidades de interoperabilidade existentes entre eles.

Em visão similar, Marco (2010), ao discutir o conceito de instituições documentais afirma que estas vão além das técnicas de preservação. Para o autor, tais instituições levam seus usuários além do imediato, imergindo-os na dimensão do tempo, por serem espaços de memória cheios de significado, ou seja, são «lugares de memória».

Visando promover o progresso dessas instituições, Gómez-Hernández (2004) destaca o papel da investigação e do provimento de acesso a bibliotecas digitais ou serviços de portal e recursos de informação, e para isto, destaca as ações da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Obviamente, existem outros recursos e dispositivos disponíveis a cada tipo de instituição documental, todavia, o acervo de documentos e recursos disponibilizados pelos organismos supracitados os colocam em posição proeminente neste quesito.

2. METODOLOGIA

Enquanto procedimentos metodológicos, optou-se por reproduzir, com algumas adaptações, a metodologia apresentada em Bufrem et al. (2016), que analisaram o tema «ciência orientada a dados» a partir dos termos *data science* e *e-science*, na base *Scopus*.

Assim, procederam-se as seguintes etapas:

1) Busca de informações: *a priori*, buscou-se, na aba «title, abstract and keywords», a seguinte expressão: (*knowledge organiz* OR information organiz**) AND (*library OR libraries OR archive OR archives OR museu* OR documentation center* OR information center* OR galler**), não estabelecendo recorte temporal para que todos os anos indexados fossem considerados. Não se aplicaram filtros de área do conhecimento, tendo em vista a especificidade da expressão de busca, que permitiu recuperar registros de publicações para além da Ciência da Informação, explorando a multi, inter e transdisciplinaridade (MIT) (Duarte e Silva, 2016) pertinente ao assunto-alvo deste estudo. Quanto às tipologias documentais, também se dispensaram os filtros devido à possibilidade de adicionar ao corpus fontes adicionais aos artigos de periódicos, permitindo abarcar a diversidade de veículos que abordam o assunto selecionado. A expressão booleana mencionada acima foi construída com o propósito de buscar, precisamente, temáticas ligadas à OIC, combinadas ao contexto de algumas das principais unidades de informações apontadas na literatura, tais como: bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, centros de informação e galerias. Neste desiderato, enxergaram-se as possibilidades técnicas, teóricas e metodológicas da OIC aplicadas às unidades de informação. Na pesquisa, realizada em setembro de 2022, foram identificados 891 registros, sendo este o *corpus* delimitado.

2) Obtenção dos dados: em seguida, realizaram-se os *downloads* dos registros bibliométricos apresentados pela base de dados. O formato selecionado foi o texto sem formatação, compatível com *Microsoft Excel*[®] e outros *softwares* de planilha de cálculo. O recurso «analyze search results», disponível na base, foi utilizado de modo complementar enfocando a elaboração de *rankings*.

3) Correção e cruzamento dos dados: foi possível corrigir os registros e realizar eventuais agrupamentos de dados, tais como junção de palavras-chave com significados similares e autores sinônimos e homônimos.

4) Representação analítica dos dados: no intuito de apresentar os resultados, foi utilizada a ferramenta *VOSviewer* (Van Eck e Waltman 2010), baseando-se nas matrizes elaboradas na etapa anterior. Nos grafos, foram consideradas as relações, sua intensidade, o quantitativo de produções e a clusterização, sendo estas variáveis expressadas nos nós, vínculos e cores. Com o propósito de proporcionar uma visualização legível, alguns filtros foram aplicados com base no grau de cada nó. Para a elaboração de outros gráficos, a ferramenta *Microsoft Excel*[®] foi acionada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos estão organizados da seguinte maneira: 1) autores mais produtivos, suas redes de colaboração e instituições; 2) Produção por ano; 3) Fonte das publicações; e 4) Assuntos das publicações.

A Figura 1 apresenta as redes de colaboração entre os pesquisadores, enfatizando os que produziram, no mínimo, duas publicações. As cores estabelecidas no gráfico são determinadas pelos *clusters*, ou seja, agrupamentos de autores com grau significativo de similaridade na rede, fazendo parte da mesma sub-rede. O tamanho dos nós expressa a quantidade de publicações, bem como, a espessura das linhas é determinada pela intensidade da colaboração.

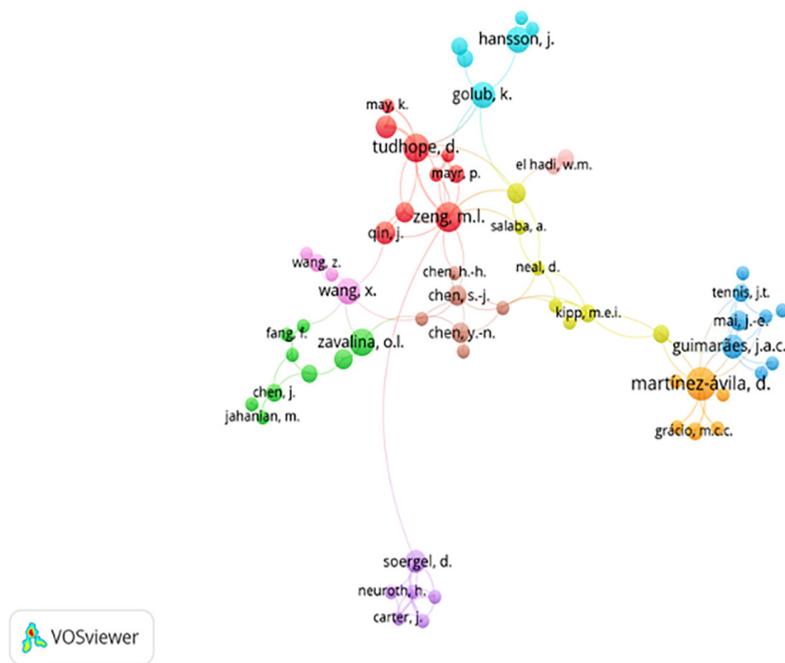


Fig. 1. Rede de autores com mais de uma produção, na temática de OIC em unidades de informação, na base *Scopus* (1973 a 2022)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022, *Scopus*

Acerca da Figura 1, destacam-se os autores que possuem maior força total de ligação, considerando os agentes com o mínimo de 2 produções: Tudhope D. (18); Julien C.-A.; Martínez-Ávila D., Zeng M. L. (16); Isaac A. (12) e Lacasta J., Schlobach S., Soergel D. (11). Este indicador, em inglês, *total link strength*, é composto pela

soma da força total dos *links* de um determinado nó. Neste caso, sobre o primeiro colocado, pode-se dizer que ele tem 18 produções em colaboração realizadas com 10 pares distintos, sendo o seu confrade da University of South Wales, Ceri Binding, pesquisador do campo da *web* semântica, o seu coautor mais importante, com cinco produções conjuntas.

Quanto à produtividade, tem-se o seguinte quadro: Hjørland, B. (14); Martínez-Ávila, D. (10); Smiraglia, R. P.; Zeng, M. L. (10); Shiri, A.; Tudhope, D. (9); Zavalina, O. L. (8); Golub, K. (7); Gnoli, C.; Guimarães, J. A. C.; Hansson, J.; Julien, C. A. (6); Binding, C.; Isaac, A.; Qin, J.; Soergel, D.; Wickett, K.M. (5). O autor Hjørland, primeiro colocado, representa a Københavns Universitet (Communication Department), na Dinamarca. O autor possui como característica produzir e assinar seus artigos de maneira solo, seguindo uma tradição clássica do campo das humanidades, apontada e explicada em Katz e Martin (1997), Larivière (2012), Queiroz e Vilan Filho (2019). De todo modo, é possível observar que alguns dos seus trabalhos mais importantes contaram com a participação de outros pesquisadores renomados do campo, tais como Hanne Albrechtsen e Rafael Capurro. O índice *h* de Hjørland na *Scopus* é 33, isto significa que o pesquisador tem pelo menos 33 publicações científicas que receberam 33 ou mais citações. Organização do conhecimento, classificação e relevância são as especialidades autodeclaradas do autor no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, no *Google Scholar*, e podem ser comprovadas quando se analisam os assuntos apontados em seus artigos.

Ao observarem-se os dados sobre produção e colaboração, nota-se que Martínez-Ávila se destaca nos dois quesitos, bem como Tudhope. A junção destas duas características é fundamental para um bom desempenho na ciência contemporânea, devido ao grande potencial que a colaboração tem sobre a produtividade, conforme observado por Cronin (2005) e Lee e Bozeman (2005), todavia, após um limite, este nível de correlação se torna menos impactante, não sendo mais a colaboração importante para os índices de produtividade (Glänzel e Schubert 2004; Maia e Caregnato 2008).

Martínez-Ávila, com 10 publicações, é associado à Universidad de León, na Espanha, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista¹. O seu índice *h* é 7, possuindo 146 citações na *Scopus*. Segundo seu perfil no *Google Scholar*, seus temas de trabalho são organização do conhecimento e documentação.

Em sequência, Tudhope conta com 9 publicações no tema especificado, mas, no geral, possui 92 documentos produzidos com 77 coautores. Na *Scopus*, apresenta índice *h* 20, tendo recebido 1225 citações de 1028 diferentes documentos. Pertence à área de Ciência da Computação, atuando numa faculdade de computação e matemática. Ainda

¹ Perfil profissional no *Lattes* disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1744684558489377>.

dispõe, em sua página institucional², de uma lista de assuntos que mais lhe interessam, a saber: tesouro, semântica, terminologia, metadados, ontologia, entre outras questões ligadas à organização do conhecimento.

O grupo dos mais produtivos, acima de 4 produções, responde por mais de 10,8% dos documentos publicados. Em suma, tem-se 33 autores responsáveis por 196 produções. No grupo estudado, nota-se uma grande uniformidade no aspecto «quantidade de produções», proporcionada pela expressiva quantidade de autores com apenas 1 produção, 1173, contidos em um grupo de 1408 pesquisadores.

Em âmbito internacional, as seguintes nacionalidades de atuação foram identificadas: Hjørland, B (Dinamarca); Zeng, M. L., Zavalina, O. L, Smiraglia, R. P (Estados Unidos); Shiri, A. (Canadá); Tudhope, D (Reino Unido); Golub, K. (Suécia); Gnoli, C. (Itália). Lotados em instituições brasileiras, têm-se: Martínez-Ávila, que possui vínculo como professor permanente do PPGCI da UNESP, São Paulo, Brasil; e Guimarães, também docente e pesquisador do mesmo programa.

O gráfico da Figura 2 apresenta os anos de publicação da produção científica selecionada. Com isto, pretende-se observar se o assunto encontra-se em situação de tendência ou obsolescência.

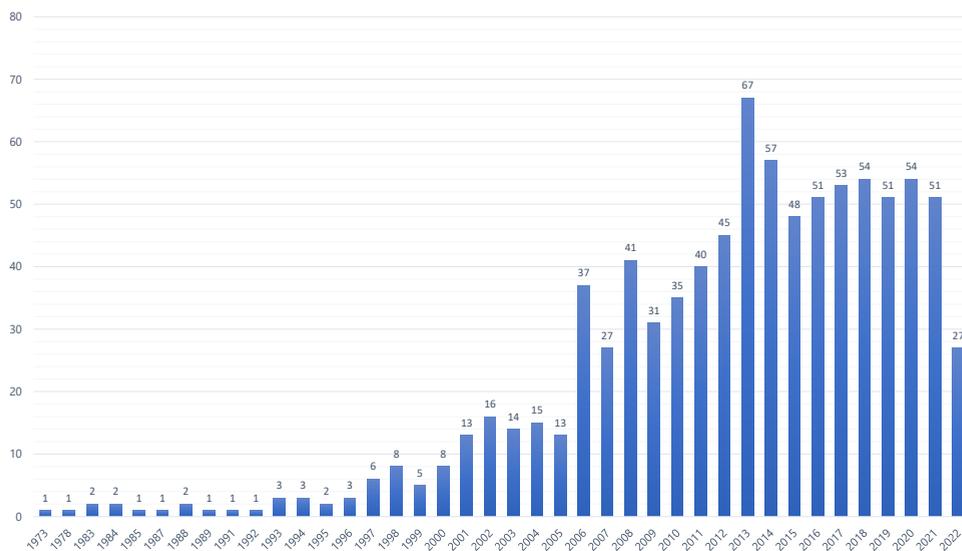


Fig. 2. Documentos por ano, na temática de OIC em unidades de informação, na base Scopus

Fonte: Dados da pesquisa, 2022, Scopus

² Perfil profissional disponível em: <https://pure.southwales.ac.uk/en/persons/douglas-tudhope>.

Diante da configuração apresentada pelo gráfico da Figura 2, vê-se que a produção científica em OIC, no âmbito das unidades de informação, possui um total de 891 documentos distribuídos ao longo de 40 anos. Ao analisarem-se os dados em quartis, fez-se uma divisão em períodos de 10 anos, visando avaliar a performance da produção de modo comparativo ao longo do tempo. A produção expressa uma tendência, tendo seu ápice no último quartil (2013 a 2022). Deve-se levar em consideração que 2022 é um ano em andamento, por isso, ainda há espaço para crescimento nos meses restantes. Em síntese, a análise de quartis revelou o seguinte quadro: 1973 a 1992 (13 documentos), 1993 a 2002 (67), 2003 a 2012 (298) e o último quartil obteve os resultados anteriormente mencionados, refletindo um crescimento de pouco mais de 172% em relação ao anterior, demonstrando o crescente interesse no tema, conforme expressado por Guimarães (2015) acerca da OIC.

O gráfico da Figura 3 é composto pelo cruzamento das variáveis «fonte» e «ano de publicação». Seu objetivo é apresentar as fontes mais representativas e sua participação na produção científica sobre o assunto estudado ao longo dos anos.

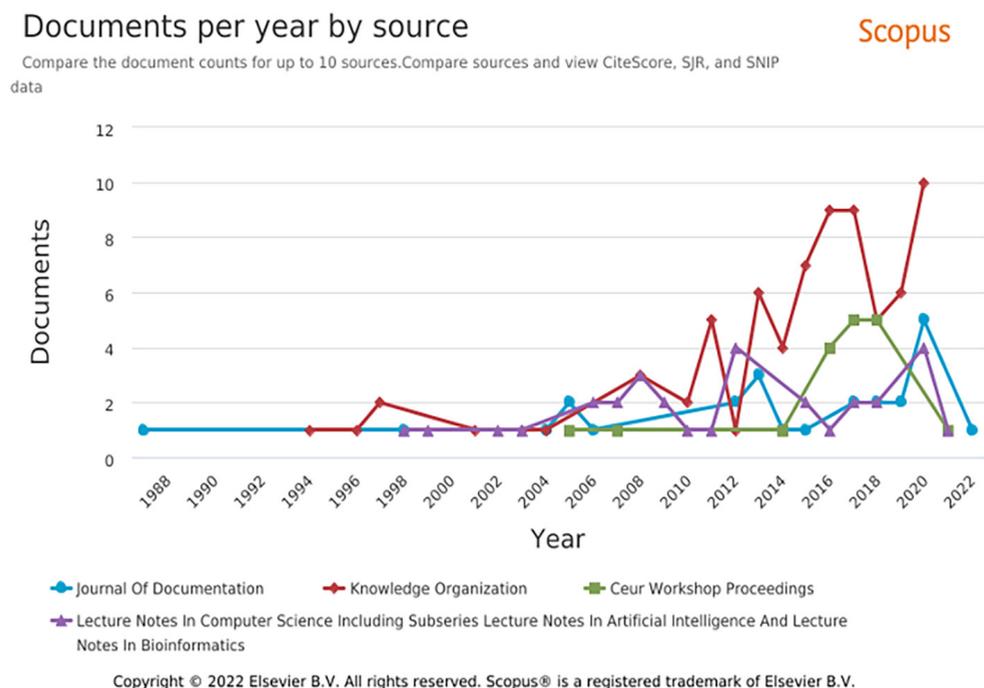


Fig. 3. Fontes por ano, na temática de OIC em unidades de informação, na base Scopus
 Fonte: Dados da pesquisa, 2022, Scopus

No gráfico da Figura 3 destaca-se o periódico científico *Knowledge Organization* (74 documentos), consolidado como o veículo mais proeminente no domínio da OIC em âmbito internacional. Segundo dados disponíveis no *site* da International Society for Knowledge Organization (ISKO), a revista foi fundada em 1973, por Ingetraut Dahlberg, a primeira presidenta da ISKO. Este veículo publica artigos originais que envolvem fundamentos, aspectos teóricos e aplicados à organização do conhecimento. É um veículo indexado em várias bases de dados internacionais, presente nas principais plataformas de informação científica do mundo, a exemplo da *Web of Science* e da *Scopus*.

O segundo periódico com mais publicações, *Cataloging & Classification Quarterly*, possui 35 publicações sobre o tema analisado. Inicialmente editada por C. Donald Cook e atualmente dirigida por William Francis Richard Taylor, da empresa Taylor & Francis Group, a revista encontra-se indexada tanto na *Scopus*, como na *Web of Science*. Conta com uma média de citações por documento, entre 2018 e 2021, de 0,8, ou seja, obteve 133 citações em 161 documentos neste espaçamento temporal, evidenciando o reconhecimento da comunidade científica acerca desta publicação.

O gráfico da Figura 4 apresenta a rede de palavras obtida a partir da busca descrita na metodologia. Consideraram-se as palavras-chave dos autores somadas aos descritores imputados pela base, estabelecendo uma frequência mínima de quatro para que a palavra constasse na rede. É relevante destacar a importância de um grafo de termos controlados, como uma forma de identificar os indicadores de impacto científico, identificadores de autores e organização do conhecimento. Autores como Garcia, Gattaz e Gattaz (2019, p. 3) consideram que palavras-chave são: «fundamentais para que os textos sejam capturados pelos mecanismos de buscas e alcancem seus possíveis leitores» e, em consequência, favoreçam a comunicação científica, com o uso de citações que serão aferidas por sistemas de informação.

Cabe salientar, que, prioritariamente, analisaram-se as palavras-chave não utilizadas nos termos de busca da presente pesquisa, mirando observar o *feedback* da *Scopus* sobre o tema, priorizando termos concorrentes aos selecionados na busca, permitindo uma análise que controle os vieses estabelecidos pela expressão de busca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou discutir as principais tendências em OIC no âmbito das unidades de informação. Inicialmente, o objetivo foi atingido, porém, espera-se futuramente analisar os resultados numa perspectiva mais qualitativa, buscando aprofundar aspectos causais dos indicadores apresentados. Em suma, notou-se que nem sempre há uma relação associativa entre produtividade e colaboração, haja vista Hjørland ser o autor mais produtivo, mas, com estatísticas pouco representativas no âmbito da colaboração.

Chamou a atenção, a performance de Martínez-Ávila, proeminente nos quesitos produtividade e colaboração, apresentando um comportamento compatível com a cultura da ciência contemporânea, em que os autores apoiam-se na colaboração para o alcance da produtividade. Ademais, notaram-se três categorias temáticas existentes no contexto das palavras-chave, demonstrando que a produção científica no assunto estudado relaciona-se à tecnologia, à gestão e a temas existentes no interior da OIC, como por exemplo, metadados, semântica e classificação.

Alguns aspectos serão retomados em produções futuras, como por exemplo, a predominância das produções sobre bibliotecas digitais e as razões para o crescimento da produção em anos específicos. Outro ponto importante é a possibilidade de detalhar as unidades de informação e observar quais aspectos estão sendo discutidos sobre elas, na perspectiva da OIC. Tal tema se mostra instigante e merece atenção, seja de outros pesquisadores ou da continuidade desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BUENO, S. B., 2005. Qualidade em unidades de informação e resolução de problemas. Quality in information units and resolution of problems. *Revista ACB*. **10**(1), 131-144.
- BUFREM, L. S., et al., 2016. Produção internacional sobre ciência orientada a dados: análise dos termos data science e e-science na scopus e na web of science. *Informação & Informação* [Em linha]. **21**(2), 40-67 [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p40>.
- CRONIN, B., 2005. *The hand of science: Academic writing and its rewards*. Lanham, Md: Scarecrow press.
- DUARTE, Z., e A. M. da SILVA, 2016. *Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia: olhar(es) introspectivo sobre o “modo de ser e estar” médico-cultural*. Salvador: EDUFBA.
- GARCIA, D. C. F., C. C. GATTAZ, e N. C. GATTAZ, 2019. A relevância do título, do resumo e de palavras-chave para a escrita de artigos científicos. *Revista de Administração Contemporânea* [Em linha]. **23**(3) [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190178>.
- GLÄNZEL, W., e A. SCHUBERT, 2004. Analysing scientific networks through co-authorship. Em: H. F. MOED, W. GLÄNZEL, U. SCHMOCH, eds. *Handbook of quantitative science and technology research*. [s.l.]: Springer Dordrecht, pp. 257-276.
- GOMÉZ-HERNÁNDEZ, J. A., 2004. La recopilación documental: Para qué y cómo documentarse en Ciencias de la Información Documental. Em: A. B. RÍOS HILARIO, e J. A. FRIAS MONTOYA, coords. *Metodologías de investigación en Información y Documentación*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 33-70.

- GUIMARÃES, J. A. C., 2017. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. *Informação & Informação* [Em linha]. 22(2), 84-98 [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p84>.
- GUIMARÃES, J. A. C., 2015. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. *Ciência Da Informação* [Em linha]. 43(1) [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v43i1.1415>.
- HJERPPE, R., 1994. A framework for the description of generalized documents. *Advances in Knowledge Organization*. 4, 173-180.
- HJØRLAND, B., 2000. Documents, memory institutions and information science. *Journal of documentation*. 56(1), 27-41.
- JUSTINO, A. C. F. C. S., e R. RAPOSO, 2012. A harmonização normativa em Instituições de Memória: os desafios e dificuldades na interoperabilidade. Em: *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (N.º 11 (2012): Integração, Acesso e Valor Social)* [Em linha]. [S. l.]: BAD, [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/435>.
- KATZ, J. S., e B. R. MARTIN, 1997. What is research collaboration?. *Research Policy*. 26(1), 1-18.
- LARIVIÈRE, V., 2012. On the shoulders of students? The contribution of PhD students to the advancement of knowledge. *Scientometrics*. 90(2), 463-481.
- LEE, S., e B. BOZEMAN, 2005. The impact of research collaboration on scientific productivity. *Social studies of science*. 35(5), 673-702.
- MAIA, M. D. F. S., e S. E. CAREGNATO, 2008. Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. *Perspectivas em ciência da informação*. 13, 18-31.
- MARCO, F. J. G., 2010. Las instituciones de la memoria ante el cambio digital: una propuesta sobre la articulación interdisciplinar de las ciencias de la documentación. *Pliegos de Yuste: revista de cultura y pensamiento europeos* [Em linha]. 11, 61-70 [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <http://www.pliegosdeyuste.eu/n1112pliegos/pdfs/61-70.pdf>.
- OTLET, P., 1934. *Traité de documentation*. Bruxelles: Editions Mundaneum.
- QUEIROZ, D. G. C., e J. L. VILAN FILHO, 2019. A autoria única nas publicações científicas: uma revisão de literatura. *Em Questão*. 25(3), 269-295.
- ROBINSON, H., 2012. Remembering things differently: Museums, libraries and archives as memory institutions and the implications for convergence. *Museum Management and Curatorship*. 27(4), 413-429.
- SILVA, A. F. G. da, 2000. Marketing em unidades de informação: revisão crítica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília* [Em linha]. 2324(1) [consult. 2021-11-01]. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/10/pdf_c4db2d39c1_0012277.pdf.
- SILVEIRA, S., e M. A. MOURA, 2006. A qualidade de informação em serviços de atendimento aos clientes: análise da função e do uso das bases de scripts. Em: *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação (ENANCIB)* [Em linha]. Marília: ANCIB, pp. 1-12 [consult. 2021-11-01]. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/125>.
- SOBRAL, N. V., 2022. *Gestão de Unidades de Informação: diagnóstico, planejamento e Controle*. Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- TARAPANOFF, K., 1996. *Cenários para o planejamento estratégico de unidades de informação voltados para a qualidade*. [ed. autor]. Documento datilografado.
- VAN ECK, N., e L. WALTMAN, 2010. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*. 84(2), 523-538.
- ZANINELLI, T. B., et al., 2022. O conceito de unidades de informação: uma revisão sistemática na Ciência da Informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação*. 15(2), 592-608.

DISPOSITIVOS METODOLÓGICOS DE INTER-RELAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E BIBLIOGRÁFICA DA COLEÇÃO DO PROFESSOR FREDERICO EDELWEISS NO ESPAÇO LUGARES DE MEMÓRIA DO SIBI/UFBA

MARIA ALICE SANTOS RIBEIRO*
HILDENISE FERREIRA NOVO**
IVANA APARECIDA BORGES LINS***

INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI), com seu arcabouço epistemológico, permite delinear diretrizes que viabilizam a inter-relação entre Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, facilitando o trânsito dessa ciência em variadas trilhas de conhecimento, fundamentais para a proposição de organização e representação da informação e do conhecimento referentes aos acervos bibliográficos e arquivísticos, incluindo também, em certas condições, o museológico.

Essa inter-relação entre as citadas áreas de conhecimento nos possibilita compreender a configuração cultural, institucional, física e/ou simbólica dos lugares de memória, pela perspectiva na qual identificamos no patrimônio documental bibliográfico, arquivístico e museológico os substratos para a formação de uma história, de uma identidade e de uma memória, sejam elas institucionais, pessoais ou coletivas¹. Logo, os «lugares de memória» não surgem de forma espontânea: é preciso criá-los. Com base nessa perspectiva, a existência desses espaços físicos e simbólicos precisa ter significados, representar, revelar e ressignificar memórias traduzidas em narrativas ou em silêncios, conferindo sentido a todo tipo de objeto, que compõe o seu patrimônio material e imaterial.

* Instituto de Ciência da Informação/Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4037-7289>; Email: maliceribeiro@gmail.com.

** Instituto de Ciência da Informação/Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0986-7164>; Email: hnovo@ufba.br.

*** Instituto de Ciência da Informação/Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0422-4135>; Email: ivana.lins@gmail.com.

¹ Para Pierre Nora (1993), os lugares de memória são lugares materiais, funcionais, simbólicos e lugares de rituais que expressam identidade e memória social.

Fundamentado em aporte teórico e prático, este estudo se propõe a fazer uma reflexão sobre a contribuição que a inter-relação das áreas de conhecimento mencionadas viabiliza para a organização e representação da informação nos aspectos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, tendo como campo de experimentação o acervo do professor Frederico G. Edelweiss, custodiado no espaço informacional Lugares de Memória da Universidade Federal da Bahia (UFBA)², inaugurado em 2015, cujo patrimônio está composto por: bibliotecas particulares; coleções das antigas bibliotecas da Universidade da Bahia; arquivos institucionais; arquivos pessoais; depósito legal da UFBA; artefatos museológicos, etc. Para tanto, utiliza-se da pesquisa qualitativa e descritiva para compor a base da metodologia, uma vez que a pesquisa qualitativa retrata um mundo da experiência vivida que

implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades, sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente [...] em termos de quantidade, intensidade ou frequência (Denzin e Lincoln 2006, p. 23).

À vista disso, buscam-se também na pesquisa bibliográfica argumentos para construir alguns pressupostos de inter-relação entre bibliotecas particulares, arquivos pessoais e artefatos museológicos, pois

Existe [...] um vínculo entre os fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos, museológicos, informacionais, e a vida social e cultural, o quadro de valores de uma época e de um contexto, as ações humanas no mundo [...]. Assim, arquivos, bibliotecas, museus e informações expressam determinados modos de viver, de pensar e de existir de uma sociedade [...] e adquirem existência — a partir de determinadas dinâmicas que lhes são próprias (Araújo 2014, p. 166).

Quanto aos resultados, tem-se como finalidade apresentar o resgate da gênese e a composição da arquitetura tanto arquivística quanto bibliográfica do acervo do professor Frederico Edelweiss, o que nos permitiu conhecer a formação das coleções de arquivos, de biblioteca e de artefatos museológicos. Além disso, a pesquisa instigou-nos a compreender a motivação do bibliófilo, aspecto importante no que se refere a determinar os contornos simbólicos da identidade, da memória e da história do colecionador.

² Acervos cuja gestão documental é do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da UFBA.

1. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DA INTERLOCUÇÃO ENTRE BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

A CI estuda a informação em todos seus aspectos, desde a sua gênese até o processo de transformação de dados em conhecimento. Esse processo se realiza pela coleta, análise, classificação, representação, organização, armazenamento, disseminação, circulação, recuperação, mediação da informação, entre outros. No referente ao contexto do surgimento da CI:

Sua origem se deu com a documentação, no final do século XIX e início do século XX, dentro de uma perspectiva universalista de ciência. “Transformada” em ciência da informação no final da Segunda Guerra Mundial, inseriu-se na lógica da guerra fria, de uma perspectiva científica militarista e tecnicista, num momento em que se fortaleciam os questionamentos aos princípios positivistas da ciência moderna (Araújo 2014, p. 164).

Por conseguinte, pode-se inferir que o contexto político, social e científico no século XX, pós-guerra, possibilitou para a CI um formato especializado, tendo como suporte tecnológico a Ciência da Computação e como insumos de pesquisa o arcabouço teórico-metodológico e epistemológico de outras áreas já muito antes instituídas, como Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

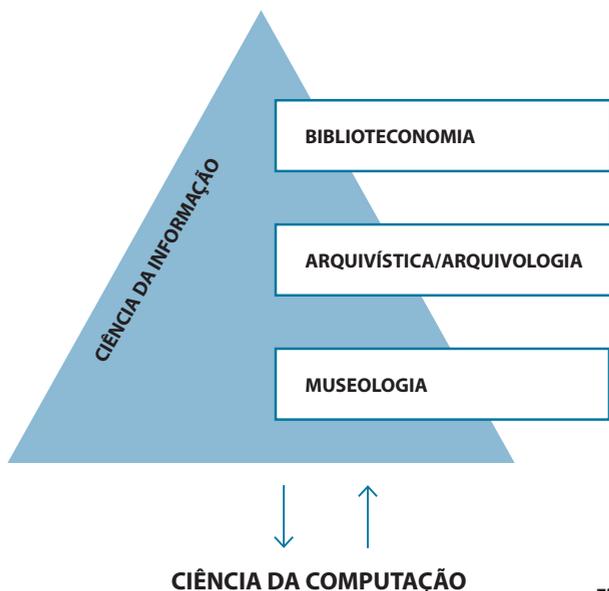


Fig. 1. Interlocação da Ciência da Informação
Fonte: Elaborado pela autora

Relacionadas à informação e ao surgimento dos suportes para a escrita do conhecimento humano, as práticas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas são históricas, demonstrando semelhanças nas suas origens. No período do Renascimento, porém, com a publicação dos primeiros tratados e manuais, as ciências dos acervos apresentam algumas particularidades distintivas, que priorizavam a conservação e preservação dos acervos, além de estabelecer técnicas e procedimentos diferenciados para organização, representação e recuperação de documentos em arquivos, bibliotecas e museus.

Ao se referir à atuação dessas áreas do conhecimento no século XX, Araújo afirma que, «diversas teorias foram formuladas buscando incorporar outras dimensões de análise, sobretudo explorando as relações entre arquivos, bibliotecas e museus, e os contextos em que eles se inserem» (Araújo 2014, p. 6).

Entretanto, na contemporaneidade, pode-se afirmar que, já com uma identidade consolidada, as três áreas retornam cada uma a pensar nos processos e nas técnicas de tratamento (descrição, inventário, classificação, indexação, conservação, acesso) dos acervos de maneira similar, mantendo-se, contudo, independentes em suas teorias e assumindo-se como ciência social e humana, cuja condição evidencia a interlocução entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Naturalmente, esse diálogo de construção do saber com áreas do conhecimento situadas no mesmo campo científico trata de um processo que decorre por volta de 1920, quando a «documentação foi cada vez mais aceita como um termo geral para abranger bibliografia, serviços de informação acadêmica, gerenciamento de registros e trabalho de arquivo» (Buckland 1997, p. 804).

Historicamente, essa interlocução se desenvolveu com base nos conceitos de documento e informação. Contudo, é imprescindível levar em consideração que as três áreas apresentam diferenças de significado teórico e prático, no que se refere a estes conceitos — documento e informação. Na Biblioteconomia, o conceito de documento, por exemplo, foi fruto da relação com a Documentação, disciplina que surge por iniciativa dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine. E nessa disciplina, o conceito de «documento» incorporava outros tipos de suportes informacionais, além do livro. Por suas ideias e visão inovadora, Otlet é comumente identificado como o precursor da CI (Araújo 2011).

Na mesma linha de proposição, Michael Buckland complementa e amplia tais discussões ao afirmar que, após 1950, terminologias como «ciência da informação», «armazenamento e recuperação de informação» e «gestão da informação», substituem cada vez mais a palavra «documentação» (Buckland 1997, p. 805). Quanto ao significado de «documento», é explícita a relação entre a ideia de documento nos fazeres da biblioteca e do arquivo. O conceito de «documento» também aproxima Biblioteconomia e Arquivologia no propósito das atividades de tratamento, custódia e salvaguarda documental, no entanto há certo distanciamento quanto aos tipos de documentos com que cada área atua em bibliotecas e arquivos, respectivamente.

Para problematizar esses aspectos relacionados ao documento, Bellotto (2006) destaca o enfoque de que os documentos de biblioteca são resultados de pesquisas que objetivavam a divulgação técnica, científica e filosófica em formato de livros, artigos, revistas e outros. Além disso, na Biblioteconomia o documento está mais vinculado à ideia de processo, organização, disseminação, mediação de informação, e para o acesso e uso do documento.

Na Arquivologia, o documento tem origem orgânica e caráter sistêmico, pessoal, institucional, jurídico ou administrativo. De acordo com Schellenberg (2006), a informação orgânica produzida por indivíduos e instituições é materializada por meio dos registros (documentos) gerados durante a execução das atividades administrativas, assim como autoriza a execução das funções gerenciais. Por isso Paes declara que o documento de arquivo é:

Aquele que, produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou informação;
2) Aquele produzido e/ou recebido por pessoa física no decurso de sua existência
(Paes 2006, p. 26).

Na mesma diretiva de pensamento, Camargo indica ser preciso levar sempre em consideração que arquivo «não se trata, pois, de uma coleção de documentos feita a partir de critérios seletivos e finalidades variáveis, como ocorre em bibliotecas e museus» (Camargo 2010, p. 22).

Na concepção tradicionalista, provavelmente a Museologia trabalha com colecionismo de objetos apreciados pela sua natureza, seu valor material e simbólico. Entretanto, tem-se sobressaído na atualidade a noção do objeto museológico identificado e valorizado como documento, no mesmo nível de validade dos livros e dos arquivos custodiados em museu. Essa perspectiva introduz potencialidades sobre o que é um objeto museológico e amplia a sua concepção como fonte de informação. Vale destacar que os museus também colecionam documentos que foram retirados de seu contexto por diversas razões e acabam sendo considerados como peças isoladas, recebendo tratamento individualizado (Marques 2010).

Assim, a diferença do documento nas três áreas reside na origem e finalidade. Na Biblioteconomia, possui forte intenção para a disseminação e difusão. Na Arquivologia, o documento tem finalidade mais comprobatória, histórica e preservacionista. Porém, vale destacar que a Biblioteconomia também se preocupa com a preservação; e a Arquivologia, com a difusão. A Museologia, mais focada no artefato, desenvolve práticas de cunho cultural e artístico, direcionada nas ideias de mediação e política cultural. Contudo, percebe-se que Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia possuem aspectos similares que estão ligados à organização do conhecimento, preservação da memória, produção, disseminação, mediação, acesso e uso da informação e do conhecimento. Para complementar e

consolidar essa perspectiva de interlocução, faz-se imprescindível evidenciar entre as três áreas o protagonismo do fazer e do realizar, sobre o qual Briet propõe:

Os documentalistas devem poder selecionar, compreender, traduzir, interpretar, utilizar, no sentido intelectual da palavra, os documentos que estejam a seu cargo, de acordo com a especialidade da instituição que os emprega (Briet 2016, p. 29).

Ao expandir esse pensamento no que se refere ao papel social e cultural dessas instituições, ressalta-se o quão importantes são os estudos sobre o fenômeno da informação nos aspectos das práticas sociais e públicas, das realidades políticas, da economia e da cultura. Levando-se em consideração esses aspectos, arquivos, bibliotecas e museus expressam modos de viver, pensar e existir de uma sociedade, assim como são estruturados a partir de determinadas condutas que lhes são próprias.

Ancorando-se nessa reflexão sobre o tema e suas tendências, vale acrescentar que a interlocução entre biblioteca, arquivo e museu está efetivamente representada na similaridade dos processos de tratamento documental e bibliográfico, na conformidade dos procedimentos técnicos de conservação preventiva e nas práticas de difusão e acesso à informação nesses ambientes informacionais. Por conseguinte, o caráter compartilhado de conceitos, atitudes, valores e também enunciados científicos já identifica a CI como um modelo teórico que tem em seu lastro epistemológico um conjunto de práticas históricas e sociais de construção do conhecimento.

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico (Bellotto 2002, p. 35).

Esta corresponsabilidade, desse modo, ratifica as relações entre as atividades profissionais, assim como ressalta a significância do compartilhamento de terminologias, conceitos e do reconhecimento de competências comuns entre bibliotecários, arquivistas e museólogos, o que igualmente demonstra a relevância da interação para ampliar resultados e benefícios em conjunto.

2. DISPOSITIVOS METODOLÓGICOS DE INTER-RELAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E BIBLIOGRÁFICA DA COLEÇÃO DO PROFESSOR FREDERICO EDELWEISS

O conjunto de atividades voltadas ao tratamento da informação e da documentação recebe distintas denominações nas diferentes instituições. Em bibliotecas, o conjunto de

atividades que envolvem a catalogação, a classificação e a indexação do material chama-se processamento técnico ou de tratamento da informação. Em arquivos, utilizam-se termos como inventário, arranjo, descrição e classificação. Em museus, é usado o termo documentação para o conjunto de ações que envolvem a catalogação, a classificação e os registros de pesquisa propriamente ditos sobre o objeto ou o artefato artístico (Almeida 2016).

Entretanto, existe uma relação recíproca ou mútua estabelecida entre biblioteca, arquivo e museu que advém da similitude nos processos técnicos executados nessas instituições, o que expressa uma inter-relação associada à correspondência de atributos comuns entre os objetos de informação. Desse modo, pode-se inferir que, quando dois ou mais objetos de informação estão, de alguma forma, ligados ou envolvidos, existe a reciprocidade entre as áreas de conhecimento. Para atender a esse contexto, utilizaremos o que designamos de dispositivos metodológicos para explicar a inter-relação entre a biblioteca particular, os arquivos pessoais e os artefatos museológicos do professor Frederico Edelweiss a partir dos procedimentos e métodos de organização e representação da informação dos citados acervos.

Originária do latim, a palavra «dispositivo» (*dispositu*) significa próprio para dispor em ordem, arranjar e combinar diferentes elementos dotados de lógica própria (Michaelis 2000). No dicionário especializado de Cunha e Cavalcanti, o vocábulo está descrito como «informação extraída de um objeto e utilizado [para complementar o significado] durante o processamento dialógico e pedagógico nas dimensões informativa e formativa» (Cunha, Cavalcanti 2008, pp. 129-130). A equivalência entre esses elementos viabiliza o processo para cumprir uma finalidade ou obter o efeito desejado (Agamben 2005).

O dispositivo metodológico aqui, portanto, é pensado e utilizado como um constructo de domínio instrumental, cuja finalidade foi refletir sobre a organização e representação da informação na biblioteca, no arquivo e no museu, levando-se em consideração a questão da «materialidade». Nesse propósito, o dispositivo metodológico são decisões (ditas e não ditas) que definem o quê, para quê e como executar o tratamento da documentação para a organização e representação da informação dos acervos do professor Frederico Edelweiss. Para tanto, foi fundamental definir os caminhos e os critérios, nos quais a «materialidade» é um dos conceitos essenciais para a compreensão da proposta de dispositivo metodológico neste estudo.

Em vista disso, na mesma linha de raciocínio, «estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação» (Frohmann 2006, p. 22), podendo assim conciliar o conceito de informação com estudos das práticas públicas e sociais de seus produtores, quer sejam institucionais, quer sejam pessoais. A materialização da informação, então, revela-se pelos rastros da trajetória dos documentos, de tal forma que estes só terão sentido de existir se estiverem relacionados ao meio que os produziu.

O dispositivo metodológico também autoriza construir e/ou reconstruir os percursos do tratamento da informação em termos técnicos, éticos, estéticos e políticos sem anular outras ou diversas formas de representar a produção do conhecimento e a documentação. Esse entendimento induz a uma abordagem metodológica que comporta uma leitura da documentação (livros, arquivos e artefatos museológicos) a partir de diferentes pontos de vista em função de referenciais distintos e heterogêneos, o que implica visões específicas e linguagens apropriadas às descrições exigidas.

Tais considerações encontram convergências na afirmação de que «a documentação tem um poder constitutivo bem diferente de sua função comunicativa» (Frohmann 2006, p. 25). Portanto, o significado e a finalidade da documentação não são meramente comunicar a informação, mas também garantir a sua materialidade e, pela investigação da sua funcionalidade, poder esboçar a ideação de tipos ou de categorias que dará contorno ao esquema do processo de organização e representação da informação, seja ela arquivística, bibliográfica e/ou museológica.

O contexto de formação de uma coleção de biblioteca particular, a acumulação de documentos de arquivos privados pessoais e o colecionismo de artefatos museológico possibilitam evidenciar a identidade cultural e social do sujeito, cujas características atribuídas por outros indivíduos e/ou capturadas nos documentos de sua propriedade servem como itens de categorização para identificar «quem é», «o que fez» e «como fez» essa pessoa em particular. Esses acervos também podem representar o testemunho da trajetória de vida, como um conjunto de fatos que fundamentam a história de uma pessoa. Por conseguinte, permitem resgatar a história e preservar a memória do produtor ou colecionador, a partir das tipologias documentais do arquivo, das obras bibliográficas e dos objetos tridimensionais reunidos em seu acervo.

Tendo como campo empírico o espaço universitário Lugares de Memória, do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI-UFBA), este estudo parte da investigação qualitativa e análise descritiva do acervo bibliográfico, arquivístico e museológico da Coleção do Professor Frederico Edelweiss, fundamentado em argumentos teóricos de pesquisa bibliográfica, uma vez que esta comporta uma concepção ampliada de conhecimento.

Reconhece-se que a pesquisa qualitativa, como processo de informação e conhecimento, não se restringe a descrever ou a classificar os contornos formais dos objetos do mundo, mas busca esboçar os movimentos próprios que os constituem e os impulsionam no seu processo de produção. Para Ferigato e Carvalho «a investigação qualitativa é, portanto, uma atividade que se afirma a partir do contexto situacional, da localização e da implicação do observador em relação ao objeto e seu entorno» (Ferigato e Carvalho 2011, p. 665), o que facilita tornar o mundo visível, traçar seu processo constante de produção de informação e transformá-lo a partir do ato de pesquisar. Com essa compreensão, a pesquisa é entendida e praticada como coleta e análise de dados, que, associada à experimen-

tação cartográfica, «consiste no acompanhamento de processos e não na representação de objetos», cuja noção caracteriza a teoria da informação, que é traçar a constante produção de conhecimento (Barros e Kastrup 2009, p. 53).

Para essa meta, a utilização das fontes de informações como catálogos bibliográficos, catálogos de livreiros, inventários, termos de doação, escrituras, fotografias, notas fiscais, correspondências, entre outros registros, nos permitiram cartografar a formação dos acervos do professor Edelweiss. Esses dispositivos informacionais foram essenciais para captar as modalidades de aquisições dos livros, compreender a dinâmica de acumulação dos documentos de arquivo e perceber os critérios de colecionismo dos artefatos museológicos da Coleção do Professor Frederico Edelweiss, comprovando por meio da documentação a interlocução das áreas, objeto de nossa pesquisa.

A partir desse quadro teórico e utilizando-se de intervenções técnicas nos acervos bibliográfico, arquivístico e museológico de Frederico Edelweiss, foi facultado conceber alguns pressupostos de inter-relação entre bibliotecas particulares e arquivos pessoais, cujas marcas de circulação, posse, procedência; informações de origem, temática, objetivo; e identidade de provedor, de colecionador ou de bibliófilo permitiram capturar as características intrínsecas e extrínsecas que dão base para compreender a formação dos acervos como eles estão interligados na organização e na representação da informação.

3. O ACERVO DO ILUSTRE TUPINÓLOGO E BIBLIÓFILO FREDERICO EDELWEISS

Desvelar quem foi o professor Frederico Grandchamp Edelweiss e tudo o que vivenciou em sua longa existência apresenta-se como um desafio. Isto posto, o nosso intuito não é realizar um estudo biográfico, mas abrir trilhas para que, de forma sucinta, possamos mostrar o universo desse personagem.

Nascido na cidade de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, em 19 de maio de 1892, o professor Edelweiss foi linguista, historiador e etnólogo. Amante da cultura indígena, este tupinólogo foi o primeiro professor de língua tupi na antiga Universidade da Bahia (1946-1950). Em sua carreira intelectual, escreveu e publicou diversos ensaios, artigos e livros sobre variadas temáticas relacionadas às ciências humanas.

Na juventude, estudou na Europa, retornando ao Brasil após a morte de seu pai, em 1911, para assumir a propriedade agrícola da família, abdicando de cursar Letras, uma de suas grandes paixões. Com a falência da propriedade, o poliglota gaúcho foi requisitado para trabalhar na firma de exportação Tude, Irmão & Cia., vindo a transferir-se para a Bahia em 1919. Em 1930, Edelweiss assumiu a direção do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), cargo que ocupou até os idos de 1943, quando foi convidado a ser professor, sendo um dos membros fundadores da Faculdade de Filosofia, fundada em 1942. Na referida

faculdade, ensinou as disciplinas Língua Tupi, Etnologia Geral, Etnologia do Brasil e Cultura Baiana, sendo aposentado compulsoriamente em 1963 (Sena 1977).

Durante a sua trajetória, o tupinólogo sempre demonstrou o amor que devotava aos estudos e à pesquisa, datando da década de 1920 os seus primeiros trabalhos publicados relacionados às temáticas indígena, arqueológica, bibliófila e histórica. Entre as principais obras publicadas por Edelweiss, podemos destacar: *Tupis e guaranis – estudos de etnolinguística e linguística* (1947); *O caráter da segunda conjugação tupi* (1958); e *Estudos tupis e tupi-guaranis* (1969). Publicou artigos e ensaios em revistas e periódicos da área das ciências humanas, como, por exemplo: *A suposta invariabilidade dos gentílicos* (1948); *O príncipe de Joinville no Brasil* (1951); *As primeiras Igrejas, as Casas dos Jesuítas, o Muro e as Portas Setentrionais da Cidade de Tomé de Souza* (1958); *A visita de Maximiliano da Áustria à Bahia* (1961); *A serpentina e a cadeirinha de arruar (achegas históricas)* (1968); *Achegas cronológicas para a história do farol no Forte de Santo Antônio da Barra* (1969); *Nossa Senhora da Conceição da Praia, a primeira igreja da Cidade do Salvador* (1969); *O padre Serafim Leite e a língua tupi* (1970); *O quarto centenário da morte de Nóbrega* (1970); *A antroponímia patriótica da Independência* (1981); etc.

Em 23 de junho de 1965, foi admitido como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), assim como desempenhou atividades administrativas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGH), ocupando a presidência entre 1.º de janeiro de 1974 a 15 de outubro de 1976.

O bibliófilo Frederico Edelweiss não media esforços para encontrar obras raras que tratassem de suas temáticas favoritas, o que lhe permitiu ser respeitado nos meios acadêmicos e intelectuais tanto no Brasil quanto no exterior. Durante anos, o renomado pesquisador adquiriu obras em diversos idiomas, montando uma biblioteca particular que conhecia de memória. Após anos de dedicação à universidade e antes de falecer, em 15 de outubro de 1976, o professor Frederico expressou o desejo de que a UFBA assumisse a custódia de sua inestimável biblioteca particular, além do arquivo pessoal e outros objetos museológicos (Ribeiro e Correia 2020).

Naturalmente, em razão do valor cultural da coleção, diversas instituições nacionais e estrangeiras ficaram interessadas em obter tão rica biblioteca de obras raras e especiais. Contudo, com o empenho de professores e graças aos esforços do então reitor, professor Lafayette Pondé, e do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, a importante coleção manteve-se na UFBA e, hoje, atende a estudantes, professores e pesquisadores tanto brasileiros quanto de outros países que pesquisam sobre a história e a cultura do Brasil e da Bahia.

3.1. A biblioteca privada de Frederico Edelweiss

A Biblioteca Professor Frederico Edelweiss, recebida em 1974, é composta de 24 876 obras das várias áreas das ciências humanas e inúmeras gramáticas e dicionários, nas diversas línguas nativas do continente americano, que ajudam a contar a história dos nossos antepassados e a preservar as suas culturas.

Mesmo sendo um autodidata, o professor se interessava por áreas que iam muito além das línguas indígenas e, como bibliófilo, sua coleção espelha a sua trajetória como professor, pesquisador, e como amante dos livros (Ribeiro e Correia 2020, p. 89).

Constitui, igualmente, parte do seu acervo uma riquíssima coleção de periódicos (990 títulos) nacionais e internacionais publicados entre os séculos XVIII e XX, muitos dos quais não se encontram *online*. Além disso, há folhetos, mapas e inúmeros catálogos bibliográficos e de livreiros que estão incluídos no acervo como indicativos da seleção e modo de aquisição, o que propicia subsídios para a compreensão de quais critérios nortearam esse bibliófilo na formação de sua biblioteca particular.

A variada quantidade de catálogos de livreiros com as referências e descrição das obras, valor e localização de livrarias, antiquários e sebos, principalmente na Europa e em outros continentes, eram os alvos preferidos do genial pesquisador. Vale, portanto, citar que Edelweiss, utilizando-se desse formato de identificação, adquiriu várias brasileiras dos séculos XVI ao XVIII, além de «incunábulo» da Imprensa Régia (1808) e da Tipografia Silva Serva (1811), valiosa coleção de impressos que reproduz um vasto conhecimento da Terra Brasilis e da cultura brasileira nesses séculos.

3.2. A coleção museológica de professor Frederico Edelweiss: objetos de informação

Objetos museológicos nos levam a muitos lugares no passado e despertam nossa imaginação sobre as pessoas que os projetaram, construíram ou colecionaram. Os artefatos não contam suas histórias sozinhos: para cada peça, é necessário investigar, saber sua procedência e assim obter as respostas que os identificam como objetos «de» ou «com» informação. A coleção museológica de Frederico Edelweiss perpassa por temas de interesse desse colecionador, sendo composta de objetos que representam a cultura indígena e a baiana. Os itens dessa coleção foram confeccionados a partir de materiais diferentes, com ampla variedade de propriedade orgânica (ossos, dentes, couros, madeira) e inorgânica (metais, rochas, vidro, cerâmica etc.).

Além desses artefatos, Lugares de Memória da UFBA custodia o espólio museológico de Edelweiss, composto de quadros e esculturas, assim como o mobiliário da biblioteca composto de escrivaninha, cadeira, máquina de datilografia, armários-estantes etc.

Esses objetos culturais nos falam. Nesse ambiente vê-se o mundo privado do Edelweiss do passado com um olhar do presente, repaginado e transformado em informação histórica para que se possam entender e organizar as experiências que nesse ambiente se desenvolveram e, assim, esboçar uma história cultural e social do bibliófilo. Para tanto, é preciso um olhar atento para a representatividade da memória e do valor que cada objeto, para homenagear, carrega. Dialogar com eles, transformar os objetos cotidianos em objetos testemunhas possibilita ressignificar a vivência de um personagem histórico.

3.3. A tessitura da vida de Frederico Edelweiss: composição do arquivo pessoal

Schellenberg (2006), personagem reconhecido como pioneiro nas ideias sobre avaliação de arquivos, cujo contributo foi significativo no desenvolvimento da política, das regras arquivísticas, dos métodos de avaliação e do arranjo nos arquivos, argumentou que os registros — que chamamos de documento, ou seja, informação registrada em um suporte material — têm o valor primário (1.^a idade, corrente) para seus criadores como evidência de atividades humanas. No parâmetro das três idades, os documentos considerados como tendo valor probatório (2.^a idade, intermediário) são necessários por questão financeira ou legal. No valor informativo e histórico (3.^a idade, permanente), os arquivos nessa fase ganham identidade, pois é o momento em que os documentos se constituem em itens para as pesquisas de caráter retrospectivo, com aspectos significativos para futuros investigadores. Vale reportar que, para Schellenberg (2006), foi básico defender a distinção entre registros e arquivos. No referente ao arquivo pessoal, este decorre, naturalmente, como reflexo concreto da existência das atividades profissionais e sociais, da comprovação de obrigações e direitos do indivíduo produtor. Diante de sua proveniência, a formação de um arquivo pessoal tem como característica fundamental a organicidade, cuja indissociabilidade é derivada da existência e das funções da pessoa que o acumulou.

Durante os longos anos de funcionamento do Centro de Estudos Baianos (CEB), de 1941 a 2009, o professor Edelweiss desempenhou um papel fundamental na sua gestão, fornecendo, inclusive, um farto e valioso acervo bibliográfico, arquivístico e museológico. No contexto dessa pesquisa, o arquivo (ficha técnica) de Edelweiss foi doado por familiares em 1979 ao antigo CEB, e coube a essa instituição, da qual o professor foi um dos fundadores, a responsabilidade da organização, conservação, preservação e acesso à documentação.

Tabela 1. Ficha técnica do arquivo

FUNDO: Frederico Grandchamp Edelweiss	CÓDIGO: FE
PERÍODO DA DOCUMENTAÇÃO: 1920-1976	VOLUME: 4,00m3
DOADOR: Familiares	ABERTURA AO PESQUISADOR: Total a partir de 2046

CONTEÚDO: correspondências ativas e passivas de FE a amigos, profissionais, empresas e instituições de sua ligação, as quais retratam questões de caráter social, econômico, político, cultural, financeiro do país, fornecendo-nos valiosos subsídios visando uma melhor compreensão de variados fatos ocorridos no período supramencionado. Documentos de caráter pessoal, tais como biografias currículos recibos de pagamento, diplomas, procurações, extratos de movimentação financeira, apólice de seguro, declaração de rendimentos, comprovantes de taxas e tributos municipal, estadual e federal, receituários, portarias, requerimentos, relatórios referentes à comercialização de produtos agrícolas, folhas de pagamentos de funcionários, críticas literária, conferências, discursos, pareceres, publicações e trabalhos relacionados com temas concernentes à sua área de atuação, cadernos blocos folhas e fichas de pesquisa históricas e bibliográficas, recortes de jornais contendo matéria acerca de sua pessoa, obra ou assuntos referentes a tema objeto da sua área de estudo, fotografias reproduzidas de aspectos da sua vida particular e profissional, produção intelectual de outros autores a exemplo de teses, documentos que FE acumulou para efeito de pesquisas, reproduzidos por meios eletrônicos ou mecânicos, documentos produzidos pela imprensa, amigos e instituições após o falecimento de FE, visando prestar-lhes homenagem, documentos especiais como medalhas e placas oferecidas a FE com o objetivo de homenageá-lo.

GÊNEROS DOCUMENTAIS: textuais, impressos e visuais.

Fonte: Ribeiro (2002)

Sobre o fundo arquivístico, cabe explicitar que o professor Frederico Edelweiss, um dos maiores especialistas da língua tupi, dedicou-se com especial entusiasmo e raro fascínio ao estudo da cultura dos povos nativos do continente americano, legando farto material sobre a língua, os usos e os costumes de nações indígenas. Isso explica o expressivo volume de interessantes trocas de correspondência mantidas com os seus contemporâneos especialistas no assunto, entre os quais citaremos Curt Nimuendajú, padre Antônio Lemos Barbosa, Antônio Guasch, padre Franz Mueller, entre outros.

As atividades acadêmicas e pesquisas resultaram em uma produção intelectual manuscrita e datilográfica constituída de conferências, discursos, pareceres, publicações e textos nos quais são tratados os assuntos pertinentes à história da Bahia e do Brasil, etnologia, linguística indígena, civilização americana, etnografia e folclore. Além disso, encontram-se no acervo arquivístico, a merecer um tratamento especial, os rascunhos e as anotações sobre temáticas indígenas e assuntos correlatos da sua especialidade, por constituírem valiosa fonte primária e original de estudo e pesquisa. Na função de diretor do Instituto de Cacau da Bahia (ICBA), no período de 1931 a 1944, seus arquivos compostos por projetos, relatórios, estatísticas, correspondências, estatutos etc. fornecem importantes subsídios para o estudo da trajetória inicial desse órgão, assim como sua participação na implantação e na gestão da instituição. Também se registra a existência de documentos

referentes à inserção da cultura de cacau na Bahia, bem como a importância nutricional e econômica do cacau e dos seus derivados.

Quanto às reflexões da interlocução entre biblioteca, arquivo e museu, nesta seção os arquivos retratam a aquisição das obras bibliográficas da biblioteca particular do professor Frederico Edelweiss. Nela também pode ser visualizada a formação do acervo a partir de uma série substancial de correspondências passivas e ativas do bibliófilo, iniciadas na década de 1920, com livrarias, antiquários e sebos nacionais e internacionais.

Além disso, tem-se como dispositivo informacional e fonte de pesquisa o inventário do arquivo de Edelweiss, elaborado pelo bibliotecário e especialista em Arquivologia e ex-funcionário do CEB o sr. Antônio Bomfim Ribeiro. O quadro de arranjo dos documentos por ele planejado estabelece um esquema com funções, atividades, tipologias documentais etc. do provedor da documentação. Na condição de responsável pela organização do acervo, o bibliotecário informa que descreve de forma sumária o fundo arquivístico do professor Frederico e que

Prévios estudos bibliográficos e nos próprios documentos foram realizados com a finalidade de se obter elementos para a efetiva organização do Fundo. Todavia diante de uma crescente modernização e aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas leva-nos crer que a descrição dos materiais certamente sofrerá algumas modificações, objetivando dessa forma uma melhor adequação dos documentos (Ribeiro 2002, p. 3).

Composto de aproximadamente 43 caixas, os arquivos do professor Frederico Edelweiss estão organizados segundo um quadro de arranjo com séries temáticas e por espécie, variando de acordo com as características dos documentos. São ordenados cronologicamente dentro das séries na medida em que tal procedimento se configura como seguro para a efetiva recuperação do documento, como mostra o exemplo.

Correspondências — compreendem as correspondências ativas e passivas do professor Edelweiss a amigos profissionais, empresas e instituições de sua ligação. Correspondência com livreiros nacionais e estrangeiros. Correspondências dos seus familiares e de terceiros.

Arranjo: alfabético/cronológico

Datas-limite: 29 ago. 1929 a 30 nov. 1976

A organização dos arquivos foi planejada em séries, com os mesmos tipos de documentos e as mesmas funções, e o modelo de inventário está representado no exemplo de «Comunicação», abaixo. A descrição sucinta indica a espécie documental, a quantidade de documentos, o idioma, os autores, os destinatários e remetentes, a data, o local e o assunto através de um breve resumo.

Tabela 2. Inventário Arquivo Frederico Edelweiss

CENTRO DE ESTUDOS BAIANOS DA UFBA
 FUNDO FREDERICO EDELWEISS (FE)
 SÉRIE: COMUNICAÇÃO ATIVA (CA) PARTICULAR- LIVRARIAS ESTRANGEIRAS (LE)
 PERÍODO: 1925-1975 – PASTA 12 /CAIXA 08

Código	Resumo	N.º de folhas
FE ca LE	MAGGS BROSS Cartas (27) do Sr. Frederico Edelweiss à Maggs Bross concernentes a solicitações e/ou informações de publicações. Local: Bahia / Período: 31 Mar. 1930-21 Mar. 1947- Docs.: 1066-1091 / Idioma: inglês/ Pasta P12	27 datilog.
FE ca LE	FRANCIS EDWARDS LTD. Cartas (09) do Sr. Frederico Edelweiss à Francis Edwards Ltd. referentes a solicitações e/ou informações a respeito de publicações bem como pagamentos das mesmas. Local: Bahia / Período: 10 Jan. 1973-20 Out. 1974. Docs.: 1092-1099, 1356 / Idioma: inglês Em anexo (docs. 6149, 6276) Fatura e comprovante de entrega. Pasta P12	09 datilog.

Fonte: Ribeiro (2002)

Conclui-se que a variedade de documentos resultantes de atividade literária, administrativa, política, científica e cultural nos arquivos pessoais expressa modos de viver, pensar e existir de um cidadão, e devido ao seu valor histórico tais documentos são conservados e preservados em definitivo. Por conseguinte, esse tipo de documentação tem sido fonte essencial muito utilizada na pesquisa social e historiográfica para subsidiar a escrita sobre a vida do produtor dos documentos arquivísticos em contextos de memórias e testemunhos de resgate contra o esquecimento (Ribeiro e Cruz 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CI tem apresentado interesse em valorizar as múltiplas referencialidades no processo de organização e representação da informação e do conhecimento para todas as áreas. Nesse sentido, essa ciência não se restringe à descrição ou à classificação dos contornos formais dos objetos do mundo, e sim se propõe a analisar seu próprio movimento, a traçar seu processo de produção e o que o constitui.

Ao cartografar o processo de formação da coleção da biblioteca particular, da acumulação do arquivo pessoal e de colecionismo de artefatos do professor Frederico Edelweiss, utilizando-se de catálogos de livreiros ou de editoras, correspondências, notas fiscais, notas promissórias etc. como dispositivos informacionais, demonstrou-se a interligação dos acervos (arquivo, biblioteca e museu), assim como se evidenciou a perspectiva da interlocução das áreas da CI nas práticas de processo técnico representado pelos inventários e registros dos acervos. Da mesma forma, confirmou-se que as práticas docu-

mentárias materializam a informação por meio da documentação e que se revela quando é rastreada a «vida» institucional dos documentos.

Pode-se afirmar que, como resultado desta pesquisa, foi percebida a importância da interlocução entre as três áreas para os profissionais que lidam nos espaços de «lugares de memórias». E essa percepção foi alcançada pela análise da materialização da informação na variada tipologia documental. Por meio da interligação entre as correspondências e notas fiscais da documentação arquivística, dos catálogos de livreiros do acervo bibliográfico e dos objetos museológicos, foi possível identificar a procedência e a formação dos acervos, compreender a formação científica e cultural do pesquisador e descobrir o interesse do bibliófilo pelas obras raras e valiosas que compõem sua coleção.

Portanto, saber lidar com esses procedimentos metodológicos dá controle, segurança e qualidade técnica no processo de organização e representação da informação em acervos de memória, sejam eles pessoais ou institucionais. Por conseguinte, destacam-se as relações de similaridade entre as atividades profissionais, o compartilhamento de terminologias, de conceitos e de competências comuns entre eles, demonstrando a relevância de se promover a interação entre bibliotecários, arquivistas e museólogos para ampliar resultados e benefícios em comum. Por fim, sugere-se que outros estudos com a mesma representação possam ser realizados, cujos acervos retratem pela práxis a interligação da documentação e a interlocução das áreas de conhecimento da CI.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G., 2005. O que é um dispositivo? *Revista Outra Travessia* [Em linha]. 5, 9-16 [consult. 2022-08-12]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>.
- ALMEIDA, M. C. B. de, 2016. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. *Revista Conhecimento em Ação* [Em linha]. 1(1), 162-185 [consult. 2022-02-18]. Disponível em: <https://doi.org/10.47681/rca.v1i1.2737>.
- ARAÚJO, C. A. A., 2014. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília [DF]: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO.
- ARAÚJO, C. A. A., 2011. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. *Encontros Bibli* [Em linha]. 16(31), 110-130 [consult. 2022-02-18]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>.
- BARROS, L. P. de, e V. KASTRUP, 2009. Cartografar é acompanhar processos. Pista 3. Em: E. PASSOS, V. KASTRUP, e L. da ESCÓSSIA, coords. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 52-75.
- BELLOTTO, H. L., 2006. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BELLOTTO, H. L., 2002. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.
- BRIET, S., 2016. *O que é a documentação?* Brasília [DF]: Briquet de Lemos.

- BUCKLAND, M. K., 1997. O que é um documento? *Journal of the American Society of Information Science* [Em linha]. **48**(9), 804-809 [consult. 2022-07-12]. Disponível em: <http://www.interscience.wiley.com/>.
- CAMARGO, A. M. de A., 2010. Arquivos de museus. Em: *Anais do Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa*. São Paulo: MAC/USP, 1, pp. 22-27.
- CUNHA, M. B. da, e C. R. de O. CAVALCANTI, 2008. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília [DF]: Briquet de Lemos.
- DENZIN, N. K., e Y. S. LINCOLN, 2006. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Armed.
- FERIGATO, S. H., e S. R. CARVALHO, 2011. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.* [Em linha]. **15**(38), 663-675 [consult. 2022-09-12]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/tMW3kFMws7q4zN4Pm5G4nDn/?format=pdf&lang=pt>.
- FROHMANN, B., 2006. O caráter social, material e público da informação. Em: M. S. L. FUJITA, R. M. MARTELETO, e M. L. G. de LARA, eds. *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, pp. 17-34.
- MARQUES, I. da C., 2010. *O museu como sistema de informação* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [consult. 2022-09-20]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55282#:~:text=https%3A/hdl.handle.net/10216/55282>.
- MICHAELIS, 2000. *Michaelis 2000: moderno dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos.
- NORA, P., 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* [Em linha]. (10), 7-28 [consult. 2022-10-12]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.
- PAES, M. L., 2006. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- RIBEIRO, A. B., 2002. *Inventário do Fundo de Frederico Edelweiss*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. Texto datilografado.
- RIBEIRO, M. A. S., e T. S. CORREIA, 2020. Lugares de Memória da UFBA: espaço de cultura, história e pesquisa acadêmica. Em: A. D. LOSE, et al., coords. *Pesquisando Acervos*. 1. Salvador: Memória e Arte, pp. 83-102.
- RIBEIRO, M. A. S., e J. O. CRUZ, 2021. Memórias e testemunhos documentais no contexto das coleções especiais e arquivos do Lugares de Memória da UFBA. Em: L. M. B. B. TOUTAIN, coord. *A Ciência da Informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital*. Salvador: Edufba, pp. 209-232.
- SCHELLENBERG, T. R., 2006. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SENA, C. P., 1977. Frederico Edelweiss. *Revista Ciência e Cultura*. **29**(4), 1-9. Separata.

CENTRO DE MEMÓRIA DO MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON: UMA REFLEXÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

SILVANA PEREIRA DA SILVA*

TASSILA OLIVEIRA RAMOS**

RITA DE CÁSSIA MACHADO***

INTRODUÇÃO

Com o avanço da área da tecnologia da informação e comunicação, as instituições passaram a reunir documentação de variada natureza, gênero, formato, espécie e tipologia para compor acervos com maior abrangência. No bojo dessas transformações surgem «instituições de memória» ou «lugares de memória» compostos de acervos híbridos, ou seja, acervos com diferentes linguagens e gêneros documentais, sendo um grande desafio elaborar pontes entre essas diferentes linguagens e gêneros presentes nas instituições, as quais são as suas informações de memória.

No contexto de transformações econômicas, culturais e sociais produzidas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação e principalmente pelo surgimento e popularização da *internet*, as plataformas digitais tornam-se objeto paradigmático nas formas de comunicação e difusão da memória. Como hipótese para esta pesquisa, vislumbra-se que as «instituições de memória» ou os «lugares de memória» devem produzir novas práticas e maneiras de lidar com as formas contemporâneas de armazenamento, gestão e difusão das informações históricas e culturais a partir de acervos híbridos, com múltiplas linguagens como elemento estruturante de seu fazer.

A necessidade de reunir, preservar e difundir a memória do município de Miguel Calmon, no estado da Bahia, levou à motivação de realizar um estudo sobre centros de memória, devido à escassez de material que pudesse ser utilizado como fonte para implantação do centro, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa como caminho para desenvolver este estudo de caráter descritivo e exploratório, recorrendo também à pesquisa bibliográfica, onde se buscou obras como livros e artigos científicos que versam

* Interativa Design & Editorial; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8246-9384>; Email: silvana.interativa@gmail.com.

** Universidade Federal da Bahia (UFBA). Instituto Federal da Bahia (IFBA); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4159-6333>; Email: tassilaramos@gmail.com.

*** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7574-3851>; Email: ritamcsil75@gmail.com.

sobre lugares de memória, instituições de memória, memória institucional, centro de memória e a história do município de Miguel Calmon.

O principal objetivo deste estudo é refletir sobre a teoria e os métodos necessários para implementar um centro de memória no município de Miguel Calmon.

Os objetivos específicos traçados para este trabalho são:

1. Identificar definições e conceitos sobre o centro de memória;
2. Oferecer subsídios norteadores necessários para montagem do centro de memória;
3. Orientar a seleção de documentos que comporão o acervo;
4. Difundir a memória do município.

Procurou-se subsidiar o que vem a ser um centro de memória e o que é necessário para sua implantação, com o intuito de preservar e difundir quase 100 anos de história e memória desse importante município.

Este estudo buscou fornecer subsídios sobre o conceito e os requisitos para a implantação de um centro de memória, visando a preservação e disseminação da história e memória de quase 100 anos desse município tão significativo.

1. MUNICÍPIO MIGUEL CALMON: BREVE HISTÓRICO

O município de Miguel Calmon, localiza-se na Chapada Norte, a 368 km de Salvador, no estado da Bahia, com uma população estimada em aproximadamente 26 mil habitantes (IBGE [2022]). A Figura 1 mostra a localização do Município Miguel Calmon, situando quanto ao país e estado ao qual pertence.

Em 2 de julho de 1810 a fazenda Canabrava foi vendida para o Sr. João Correia de Miranda. Por volta de 1812, as terras passaram a ser povoadas pelas famílias Valois Coutinho e Marcelino Miranda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2022) essas famílias aproveitaram a boa qualidade das terras e começaram a cultivar milho, feijão, mandioca, café e posteriormente cana-de açúcar. E por ser uma região propícia à criação de gado, iniciaram também grandes pastagens nas terras. Assim foram surgindo os primeiros povoadamentos do atual município.

Com o tempo, os tropeiros e mascates criaram a feira livre, próximo a um pé de jenipapo da Praça Canabrava, iniciando assim o comércio local bem desenvolvido. Em 1855, a fazenda transformou-se em um povoado, sendo elevada a distrito pelo decreto de 7 de janeiro de 1897. O arraial de Canabrava pertencia ao município de Jacobina. No dia 6 de agosto de 1924, Canabrava foi elevada à categoria de Vila, desmembrando-se de Jacobina, recebendo o nome de Miguel Calmon.

O município foi elevado à categoria de cidade pelo decreto n.º 311, de 2 de março de 1938, no governo do General Antônio Dantas. Atualmente, o município Miguel Calmon é composto pelos distritos de Itapura e Tapiranga e mais 67 povoados, sendo os mais importantes e desenvolvidos o de Brejo Grande e Palmeiras.

Localizada na mesorregião Centro Norte baiano e na microrregião de Jacobina, Miguel Calmon chama atenção pelas belezas naturais (fauna e flora) de estudiosos, aventureiros e amantes da natureza, que desfrutam das bacias hidrográficas, cachoeiras e serras espalhadas pela região.

O município de Miguel Calmon ao longo do tempo da sua existência deve ter acumulado uma quantidade expressiva de documentos administrativos e históricos produzidos e recebidos, estes de grande relevância histórica para o Estado da Bahia. A exemplo dos documentos que registraram a passagem na época do cangaço do cangaceiro Corisco conhecido como um dos componentes do bando de Lampião entre o período de (1907-1940) como mostra a Figura 4.



Fig. 4. Cristino Gomes da Silva Cleto (Corisco)
Fonte: *Blog Cariri Cangaço*⁵

O Cangaço foi um movimento social ocorrido no nordeste do Brasil nos séculos XIX e XX. Nele, os cangaceiros demonstravam a insatisfação pelas condições precárias em que a maioria da população nordestina se encontrava, uma vez que o poder estava concentrado nas mãos dos fazendeiros.

Os cangaceiros eram grupos de nômades armados que viviam em bandos. O termo «cangaço» foi escolhido, porque a palavra deriva de canga, peça de madeira utilizada na cabeça do gado para fins de transporte. Nesse sentido, se eles eram nômades, carregavam durante suas caminhadas muitos pertences.

Corisco morreu em 1940, após ser surpreendido pelo tenente da polícia Zé Rufino. Dadá, sua esposa, fazia a guarda do marido, quando foram surpreendidos. Ambos correram, mas ela levou um tiro no pé, que ficou pendurado, a mesma, com uma faca, cortou

⁵ Severo. M., 2013. Caravana Cariri Cangaço visita a Fazenda Patos. Em: *Blog Cariri Cangaço* [Em linha]. Blogspot [consult- 2023-11-20]. Disponível em: <http://cariricangaco.blogspot.com/2013/08/caravana-cariri-cangaco-visita-fazenda.html>.

o pé, enquanto Corisco fora atingido na barriga, conforme conta sua neta, Indaiá, na reportagem do Correio (Suzart 2022).

Corisco acabou enterrado no município de Miguel Calmon na Bahia como mostra a Figura 5, menos sua cabeça, que foi para o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em Salvador-Bahia como mostra a Figura 6.



Fig. 5. Indaiá, neta de Corisco, Dadá, esposa de Corisco e o prefeito de Miguel Calmon, Antônio da Silva Fonseca (gestão 1938-1943), na sepultura de Corisco
Fonte: Suzart (2022)



Fig. 6. Cabeça do cangaceiro Corisco
Fonte: *Blog do Mendes & Mendes* (2020)⁶

⁶ A Cabeça de Corisco e o Fenômeno da “Saponificação”... (3 de fev. de 2020). Em: *Blog do Mendes & Mendes* [Em linha]. Blogspot, [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <http://blogdomendesemendes.blogspot.com/2020/02/a-cabeça-de-corisco-e-o-fenomeno-da.html>.

Portanto, sabendo que documentos como esses que foram supracitados e outros tipos de registros estão dispersos, com o intuito de preservar e difundir quase 100 anos de história e memória desse importante município, pretende-se propor a criação de um centro de memória no município de Miguel Calmon.

2. CENTRO DE MEMÓRIA

Para evitar o esquecimento e garantir a preservação da memória, consagram-se «instituições-memória» expressão usada por Le Goff (2013) para designar instituições como arquivo, biblioteca e museu, ou «lugares de memória», expressão consagrada por Nora (1993), como papel de guardião dos registros e, conseqüentemente, da memória, e para isso são necessários diversos mecanismos de tratamento técnico de organização, sistema de recuperação da informação, preservação e difusão, aproximando assim a memória das tais «instituições memória» ou dos «lugares de memória».

A memória nas sociedades anteriores à contemporânea era uma memória viva, realizada, experiência internalizada. Entretanto ela vai progressivamente se transformando em uma memória que se dá fora das pessoas, fora da experiência. De ambientes de memória passa-se a lugares de memória. Que lugares de memória são esses? São espaços, coisas, pessoas, instituições, cerimônias, símbolos etc., que condensam memória. Ela não está mais difusa nas pessoas, mas sintetizada em plataformas precisas e limitadas, os lugares de memória (Nora apud Meneses 1992, p. 31).

Para Nora (1993), não há memória espontânea, e daí nascem os «lugares de memória», a exemplo dos tradicionais «lugares de memória» que são os arquivos, as bibliotecas, os museus, incluindo os novos lugares, como o centro de memória, objeto deste estudo.

Verifica-se na atualidade que têm sido discutidos modelos teóricos conceituais de interseção entre lugares tradicionais de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, pois «havia uma separação, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental» (Dodebei 2011, p. 2). Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos. Mas, quando começaram a surgir novos ambientes com outras representatividades informacionais a exemplo do centro de memória, sucedem os denominados «lugares de memória», de patrimônio, ou seja, «um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais» (Dodebei 2011, p. 2).

Segundo o Itaú Cultural (2013) no Brasil os centros de memória (CMs) surgiram na década de 1970, quando algumas organizações perceberam a importância de resgatar

e organizar os principais pontos de sua história, ou seja, surgiram devido uma demanda por informação especializada sobre a memória e história das instituições.

Ainda segundo o Instituto Itaú Cultural (2013) foi no meio universitário que surgiram a maioria dos centros de memória brasileiros. «Inicialmente, eram das áreas de ciência e tecnologia, mas depois se difundiram na área de ciências humanas» (Instituto Itaú Cultural 2013, p. 12). Essa tendência não ficou só no meio acadêmico, as organizações e o terceiro setor também passaram a criar centros de memória.

O auge dos centros de memória brasileiros foi a partir dos anos 2000, quando um maior número de organizações começou a investir em memória e a surgir consultorias especializadas para esse tipo de trabalho, conforme aborda o Itaú Cultural (2013):

Alguns CMs institucionais importantes tiveram origem nas décadas de 1980 e 1990, mas ainda não faziam parte de um movimento significativo. Foi somente a partir dos anos 2000 que as organizações passaram a investir consistentemente em memória, contando com o apoio de consultorias especializadas. Desde então, os CMs têm se consolidado como espaços fundamentais, tendo como seus principais objetivos preservar documentos, atender a pesquisas internas e externas e gerar serviços e produtos relativos à trajetória das instituições (Instituto Itaú Cultural 2013, p. 12).

Constatando a existência desses espaços com o nome de centro de memória faz se necessário levantar seus conceitos, pois partimos de um pressuposto que se há um nome, há um significado.

Para o Itaú Cultural (2013), temos a seguinte definição:

O CM é uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Ecoando os valores das instituições, os CMs geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional (Instituto Itaú Cultural 2013, p. 12).

Para este autor o centro de memória é um departamento que além de reunir documentação histórica da instituição faz toda a gestão e disseminação dessa informação para públicos interno e externo, interagindo com as áreas da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional.

Para tanto, fomos em busca de demais conceitos e definições para melhor compreensão da temática e identificamos os estudos Camargo e Goulart (2015), para estas autoras os centros de memória são arquivos ampliados, pois acumulam além de documentos orgânicos, aos não orgânicos, são os acumulados artificialmente, bem como os

«fabricados», como por exemplo, uma linha do tempo, os depoimentos de história oral, entre outros.

Goulart (2022) complementa que os centros de memória como «arquivos ampliados» guardam documentos de gêneros distintos, o autor afirma que:

os centros de memória guardam documentos de matrizes distintas: os de arquivo, produzidos e acumulados para viabilizarem o cumprimento das funções organizacionais; os de biblioteca, produzidos em série para o mercado; e os de museu, artefatos que ganharam estatuto documental por simbolizarem algo para a cultura organizacional (Goulart 2022).

O fato de o centro de memória ter como característica o acervo híbrido composto por documentos do gênero arquivístico, bibliográfico e museológico, estamos diante de unidades de informação diferentes, por isso não pode tratar esses acervos como se tudo estivesse no mesmo plano de conhecimento e técnica. Os documentos arquivísticos devem ter tratamentos de acordo com a Arquivologia, os documentos bibliográficos de acordo com as técnicas da Biblioteconomia e a documentação museológica de acordo com as técnicas e práticas da Museologia.

É importante ressaltar que os novos «lugares de memória», como o centro de memória, impactados pelas tecnologias digitais, promovem o inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu e por isso não devem ser exclusivos de determinados conhecimentos técnicos, são necessários conhecimentos Multidisciplinares, Interdisciplinares e Transdisciplinares (MIT) e compartilhamento dos processos e sistemas. Um novo perfil da equipe de profissionais parece ser exigido.

Diante dos referenciais teóricos levantados e do entendimento sobre centro de memória, a criação de um centro de memória no Município de Miguel Calmon seria uma forma de aglutinar diversos documentos dispersos ou não, orgânicos e não orgânicos, em um único espaço, físico ou virtual que contasse a história do município, a memória dos atores que fazem parte desse município, configurando-se como um importante conjunto documental disponível para acesso e utilização.

3. A CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA DO MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON

Seguindo uma tendência, a demanda por espaços de memória integradores com acervos híbridos começou a surgir na sociedade e os municípios brasileiros vêm construindo espaços como centros de memória, alguns há décadas. Assim, a criação do centro de memória do município de Miguel Calmon pretende colocar o município no futuro com a

tarefa de preservar o passado e o presente «portadores de sentido e vida ética» (Camargo e Goulart 2015, p. 11).

A função desse espaço é coletar e selecionar fatos, pessoas e documentos que são memórias da cidade, e devem atender as populações tanto da sede quanto a rural. Cabe a este centro de memória preservar documentos significativos ao município, sob uma lógica que o represente, bem como coletar informações a partir de outros documentos, por meio de pesquisa em outros repositórios, como os arquivos, as bibliotecas, os museus, os acervos pessoais, entre outros e a partir daí, segundo Goulart (2022), «cumprir a atividade-fim dos centros de memória: disseminar informações confiáveis» para os vários segmentos do município.

Propõe-se, portanto, para um centro de memória do Município de Miguel Calmon, a composição inicial de um acervo digital de documentos e objetos, catalogados, descritos e digitalizados em um repositório customizado que atenda as normas das áreas da arquivologia, biblioteconomia e museologia, além de plataformas que exibam exposições. Com esse material, deve ser construída uma página na *web*, preferencialmente vinculada ao *site* da prefeitura municipal de Miguel Calmon, onde todos os interessados possam acessar informações sobre a história da cidade e utilizá-las para estudos, pesquisas, comprovações, decisões, entre outras necessidades.

Após este trabalho estar concluído e disponibilizado em meio digital, considera-se importante a criação de um espaço físico, visando atender àqueles que não tenham acesso à *Internet*. Esta segunda proposta é de cunho inclusiva, pois é necessário pensar nas pessoas da comunidade que não são alfabetizadas e por meio das tecnologias inclusivas poderem disseminar as informações para este público, assim como é imprescindível pensar nas pessoas que possuem algum tipo de deficiência, sendo ela visual, auditiva, e/ou motora tornando-se um projeto que abrange a toda comunidade.

A abordagem metodológica adotada para o desenvolvimento deste estudo é a qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, recorrendo-se ainda a pesquisa bibliográfica onde se buscou informações em obras como: livros, artigos científicos, que versam sobre lugares de memória, instituições de memória, memória institucional, centro de memória e a história do Município de Miguel Calmon.

Nesse sentido, algumas atividades devem ser previstas para seleção do acervo do centro de memória do município de Miguel Calmon como: identificar o patrimônio cultural e histórico material e imaterial; dominar a história do município; coletar relatos de moradores antigos, gestores, servidores públicos e membros da comunidade (histórias orais); pesquisar jornais locais relacionados com a cidade; coletar e catalogar/descrever fotos relacionadas a momentos importantes da cidade; digitalizar documentos; criação de canais de difusão.

Temos consciência que a seleção e apresentação dos acervos propostos para um centro de memória não são apenas técnicas e muito menos neutras, entretanto serão narrativas construídas baseadas em recortes individuais, coletivos e sociais, o que significa que outras análises podem ser verificadas a partir do acervo selecionado, bem como deve-se pensar formas de fazer com que os pesquisadores, visitantes do centro de memória construam suas próprias narrativas.

Toda empresa, instituição e os municípios ao longo de sua existência produzem vestígios, artefatos, os quais chamamos de documentos, esses documentos por sua vez são essenciais, pois testemunham eventos e a história do lugar ao longo do tempo. Os centros de memória quando bem-sucedidos podem propor políticas de preservação de documentos e memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas instituições públicas e privadas modernas desenvolveram centros de memória como forma de criar espaço para reflexões sobre o passado, presente e futuro. Tal iniciativa proporciona à comunidade local adquirir um sentido de pertencimento, identidade e enaltecimento das raízes, compreendendo que essas reflexões levam a uma melhor compreensão do presente e sua construção. O centro de memória deve estar socialmente conectado à comunidade, portanto, não se trata apenas de reunir uma coleção da história da cidade e sim proporcionar uma representatividade para o povo.

O Município de Miguel Calmon é uma região muito importante para a história da Bahia e possui documentos administrativos e históricos riquíssimos que comprovam fatos históricos da Bahia, como por exemplo, a passagem do cangaceiro Corisco, um dos componentes do bando de Lampião, possui sítios arqueológicos com pinturas rupestres encontradas na comunidade de Brejo Grande, além de suas belezas naturais compostas por cachoeiras, bacias hidrográficas, e serras espalhadas pela região. Observa-se assim a existência de documentos que são de natureza das áreas da biblioteca, arquivo e museu, e que comprovam a natureza interdisciplinar desta proposta.

Desta forma, a implementação de um centro memorial em Miguel Calmon corresponde ao desejo de criar um espaço para reflexões, pesquisa e exaltação da identidade local. Este espaço fornecerá informações relevantes que afetam o indivíduo em particular e a sociedade como um todo. Nesse sentido, realmente só valorizamos o que conhecemos, e somente a partir do momento em que somos colocados nesse contexto.

Como resultados, os calmonenses, como são conhecidos os habitantes da cidade do Município de Miguel Calmon, terão um espaço, podendo ser físico e/ou virtual para registros das suas memórias, as quais podem estar dispersas ou sem registros, bem como valorizar sua identidade e difundir para um maior número de pessoas a memória e história da cidade.

Este estudo alcançou seu objetivo ao passo que servirá de base para a concepção do Centro de Memória do município de Miguel Calmon ao permitir a identificação do conceito, da função e de características de um Centro de Memória de um município.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, A. M., e S. GOULART, 2015. *Centro de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc.
- DODEBEI, V., 2011. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *Data Grama Zero: Revista de Ciência da Informação* [Em linha]. Abr. 12(3), art. 01 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://bit.ly/3wKGptg>.
- GOULART, S., 2022. Crescendo e aprendendo. *Revista Comunicação Memória* [Em linha]. 6 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://revistacm.memoriadaeletricidade.com.br/post?id=164>.
- IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA], 2022. *Catálogo*. [Em linha]. Bahia: IBGE [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=35783>.
- IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA], [2022]. *Miguel Calmon*. Brasil: IBGE [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-calmon/panorama>.
- INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013. *Centros de memória: manual básico de implantação*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural.
- LE GOFF, J., 2013. *História e memória*. 7.^a ed. Campinas: UNICAMP.
- MENESES, U. B. de, 1992. O patrimônio cultural entre o público e o privado. Em: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo.
- NORA, P., 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Dez. 10, 7-28.
- SANTOS, F. S., 2016. *Juvenal Payayá e a Literatura de autoria Indígena no Brasil* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26339/1/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Vers%20a3o%20Final.pdf>.
- SUZART, M., 2022. Neta de Corisco e Dadá vive em Cosme de Farias e costura apetrechos do cangaço. *Correio 24 horas* [Em linha]. Publicado em 16/10/2022. Salvador (Bahia-Brasil) [consult. 2023-11-24]. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/neta-de-corisco-e-dada-vive-em-cosme-de-farias-e-costura-apetrechos-do-cangaco/>.

ESPÓLIO FRANCISCO TANCREDO TORRES: PLURALIDADE DE UM ACERVO

JÚCCIA NATHIELLE DO NASCIMENTO OLIVEIRA*
EDILSON TARGINO DE MELO FILHO**

INTRODUÇÃO

A biblioteca universitária é um ambiente que deve dar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, traduzindo-se como um espaço singular de aprendizagem, funcionando como um lócus estratégico de ações correlacionadas e complementares àquelas inicialmente desenvolvidas em sala de aula. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), enquanto entidade pública, organiza suas atividades, conforme reza seu Estatuto, nos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

Foi a partir das coleções especiais, existentes na Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres (BSFTT), que a biblioteca conseguiu desenvolver seu primeiro projeto de extensão e a partir de então traçar ações neste sentido. Biblioteca esta que está localizada no Centro de Ciências Agrárias (CCA) na cidade de Areia, Campus II da UFPB.

O projeto de extensão, *A reconstrução da memória do CCA-UFPB: coleções especiais e históricas da Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres*, que está em seu quinto ano de execução, busca realizar a identificação, organização e historicização de documentos encontrados nas coleções especiais pertencentes à biblioteca, de modo não somente a apoiar às atividades de ensino, como também dar ênfase à disseminação e ao desenvolvimento da história, memória e cultura local do CCA e da cidade de Areia-PB.

As coleções especiais da BSFTT são formadas por diferentes acervos que foram recebidos por meio de doações dos seus ex-donos ou por familiares. São acervos de ex-professores da instituição, funcionários, o próprio acervo fundador da instituição que por muito tempo, estes livros compuseram o acervo de circulação da biblioteca, e por fim, um acervo oriundo do museu da instituição. São diversos tipos de documentos, suportes, línguas e temáticas destes materiais. Estes documentos revelam uma coleção valiosa aos

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2510-5020>;
Email: juccianathielle@gmail.com.

** Universidade Federal da Paraíba (UFPB); ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4071-6797>;
Email: edilsondemelo@gmail.com.

estudiosos da história e da memória do CCA, da própria BSFTT, como também do município de Areia.

Assim, esta pesquisa justifica-se por acreditar que todo e qualquer conhecimento, deve ser disseminado, garantido o acesso, sendo, portanto, necessário torná-lo disponível, organizado e acessível para consulta acadêmica e/ou a população em geral.

A pesquisa objetiva relatar a experiência do desenvolvimento de uma dessas coleções, a Coleção Especial Francisco Tancredo Torres (CEFTT). São ações de organização e tratamento das obras para acesso dessa fonte de pesquisa aos seus usuários. Em específico, os objetivos são: a) fomentar estudos e pesquisas; b) fornecer à comunidade acadêmica informações e serviços de conservação e preservação de documentos e; c) levantar, organizar e divulgar a documentação bibliográfica.

Consideramos que a preservação deste patrimônio bibliográfico exige que a biblioteca atue enquanto espaço de memória, de guarda de patrimônio público, mas que, além dessas premissas, constitua-se em ser espaço de circulação e reconstrução dessa memória coletiva, tão importante para a formação do indivíduo e a constituição da sociedade local. Nesse sentido, Cardini (1993) nos ajuda:

a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (Cardini 1993, p. 12).

Essa contribuição da biblioteca enquanto espaço de memória, cumpre uma função social de muita importância para a formação de uma sociedade, principalmente no contexto que o país atravessa: a (re)composição de sua memória social e cultural, bem como a sua afirmação identitária, já que ela é construída a partir das ações e inter-relações sociais.

O percurso metodológico utilizado compreende investigações qualitativas a partir de uma pesquisa descritiva e exploratória dos dados levantados sobre a CEFTT. Ainda incluímos como resultados desta pesquisa, a ampliação de informações sobre esta coleção, uma vez que, quando o acervo chegou à biblioteca não havia nenhuma informação ou documento sobre Tancredo ou sua coleção de livros.

Como resultados desta pesquisa, compreende-se a ampliação de informações sobre os processos técnicos, descrevendo a experiência no diagnóstico, a organização e tratamento do acervo para acesso dessa importante fonte de pesquisa aos seus usuários.

1. BIBLIOTECA SETORIAL FRANCISCO TANCREDO TORRES E SUAS COLEÇÕES

A Escola de Agronomia do Nordeste (EAN) foi criada em 12 de janeiro de 1934, pelo decreto estadual 478. Era o primeiro estabelecimento de ensino superior do estado, na área das ciências agrárias. Dois anos após o decreto a Escola foi inaugurada, em 15 de abril de 1936. Filho de Areia, José Américo de Almeida, à época ministro, teve grande contribuição na criação da instituição. No ano de 1950, foi federalizada e na década seguinte, em 1960, foi incorporada a UFPB, passando a ser Centro de Ciências Agrárias (CCA), reunindo outros cursos de graduação, mantido até os dias atuais. Agora, campus II da UFPB, o Centro conta com cinco cursos de graduação na área de agrárias, contando também com cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

A data de criação da BSFTT é desconhecida. Conforme relatos, ela passou a funcionar junto a instituição com um pequeno acervo que saíam para empréstimos, mas que, oficialmente, foi fundada em 1973. Mas, em 1972, já se tem registro de um profissional bibliotecário atuando no espaço. Em 2014, em homenagem ao senhor Tancredo, a biblioteca recebe seu nome. Hoje, a Biblioteca integra o Sistema de Bibliotecas da UFPB (SISTEMOTECA UFPB), junto a outras 18 bibliotecas setoriais da instituição UFPB.

Em 1958 o senhor Francisco Tancredo Torres passa a integrar a instituição, atuando como secretário da EAN e depois da coordenação do curso de agronomia. Tancredo também estudou na instituição e formou-se em agricultura. Ele é natural da cidade de Esperança-PB, mas é na cidade de Areia que seus feitos serão postos. Tancredo passa a documentar toda a rotina acadêmica do curso, e coleciona ao longo dos anos vários documentos sobre a escola: correspondências, programas de cursos, atas de reuniões, a rotina acadêmica, provas, ementas de cursos, entre outros.

Além disso, Tancredo também documenta e escreve sobre a história da cidade de Areia. São publicações em jornais e livros onde ele fala da cidade e dos seus personagens. Foi escritor, historiador, jornalista e se envolveu nos assuntos religiosos da cidade, bem como educacionais e culturais.

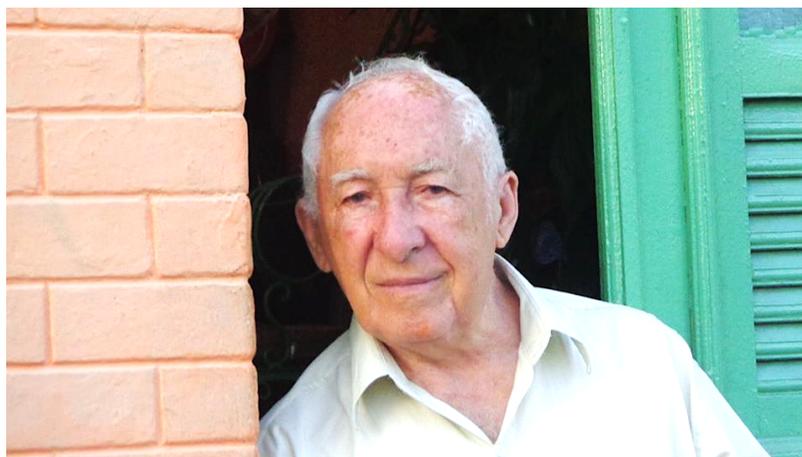


Fig. 1. Francisco Tancredo Torres

Fonte: Acervo BSFTT, 2020

Ao longo dos anos, o acervo da BSFTT foi crescendo e pouco a pouco chegavam doações de acervos de ex-professores, motivados pela aposentadoria. Essas coleções foram sendo armazenadas em salas na biblioteca e nunca receberam algum tipo de organização. Em 2018, a partir do projeto de extensão, teve início o tratamento com as coleções. Nesta discussão, vale um conceito sobre coleções especiais:

As coleções especiais são caracterizadas por seu valor artfactual ou monetário, pelos formatos físicos que armazenam, pela singularidade ou raridade dos itens, e/ou pelo compromisso institucional com a preservação e o acesso em longo prazo. Tais coleções, geralmente, são instaladas como unidades independentes, separadas do acervo geral, submetidas a serviços de segurança especializados e a normas que restringem a circulação de seus itens (Pinheiro 2015, p. 34).

Na Universidade, essas coleções são constituídas por acervos que pertenceram a renomadas personalidades do meio científico ou de destacada atuação na vida acadêmica. Por isso, são consideradas especiais em decorrência do valor do conjunto em seu todo, tendo em vista a trajetória de quem as reuniu, a importância de seu conteúdo ou, ainda, as características de raridade de exemplares que a integram (Carvalho 2015, p. 93).

Hoje a biblioteca conta com sete coleções, e o processo de organização e tratamento ainda está sendo realizado, são elas: Diniz de Andrade, Ivanhoé Baracho, Tancredo Torres, Anastácio Pereira, Museu do Brejo Paraibano, Escola de Agronomia do Nordeste e História e Literatura, além do acervo geral, disponível para empréstimo. A seguir, na Figura 2, fotografias das coleções antes do processo de organização, como foram encontradas.



Fig. 2. Coleções especiais

Fonte: Dados de pesquisa, 2017

A CEFTT não chegou diretamente à biblioteca. Após a morte de Tancredo em 2014, seus parentes se desfizeram do seu acervo, despejando-o na rua. Um professor do CCA, por conhecer a preciosidade do acervo, solicitou que o acervo fosse para a universidade. Os livros ficaram três anos trancados numa das salas da instituição até que, no fim de 2017 e início de 2018 os livros pouco a pouco vão sendo transferidos para a biblioteca. Este acervo foi incorporado aos outros já existentes, compondo os acervos especiais da biblioteca a partir dos esforços do projeto de extensão.

O projeto de extensão «A reconstrução da memória do CCA-UFPB: coleções especiais e históricas da Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres», está em seu quinto ano de execução, com feitos importantes. As coleções foram sendo compostas, organizadas, higienizadas, inventariadas, e foram realizadas ações de preservação e conservação no acervo. Algumas atividades foram desenvolvidas a partir destas coleções: oficinas, treinamentos, exposições, *lives*, *web* conferências, cursos, participações, eventos, entre outros.

A importância desse projeto e sua continuidade, é percebido principalmente porque:

manter viva a chama educacional deste Centro é preservar a história e memória da cidade e da educação superior na Paraíba e no Brasil. Isso porque as instituições sem suas memórias e histórias nada são. Valorizar, pois, a memória institucional é um ato de respeito, sobretudo pelo patrimônio arquitetônico, cultural e histórico: é digno de que informações históricas a venham a ser preservadas, para que possamos contemplar usufruir, refletir e repassar às futuras gerações o que simbolizou e representa este patrimônio histórico à Paraíba e ao nosso país (Oliveira e Silva 2021, p. 2).

Dessa forma, toda vez que nos lembramos algo que se passou, o que fazemos, na verdade, é lançar um olhar atualizado (renovado), a partir do contexto que estamos. Por isso concordamos com Ferreira (1998):

Se a memória é justamente identificada com sensibilidades, inscrita portanto no campo da subjetividade, ela não se cristaliza na permanência pura e simples, mas é constantemente renovada pelos novos sentidos e significados que adquire no momento contemporâneo (Ferreira 1998, p. 221).

A seguir, será apresentado a CEFTT, a partir da pluralidade do seu acervo: fotografias, jornais, correspondências e livros, bem como os procedimentos em cada uma das etapas desenvolvidas no projeto.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental quanto aos seus objetivos, com abordagem essencialmente qualitativa e do tipo documental por trabalhar com o acervo de documentos, cartas, fotografias pertencentes à CEFTT.

É documental porque utiliza documentos como fonte de informação, segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 244) a pesquisa documental consiste «num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos».

A pesquisa é bibliográfica, porque «corresponde a uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, sendo sua principal finalidade o contato direto com documentos relativos ao tema em estudo» (Kripka, Scheller e Bonotto 2015, p. 245). A pesquisa bibliográfica, portanto, é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos (Lima e Miotto 2007, p. 44).

Os procedimentos de coleta e análise dos dados foram desenvolvidos quando o acervo ficou à disposição da Biblioteca Setorial.

O acervo passou por um processo de separação, identificação da tipologia documental e higienização dos materiais. Em seguida, foi elaborada a ficha de diagnóstico que permitiu conhecer o estado de conservação dos itens, estabelecendo assim meios de intervenção para retardar a deterioração dos materiais.

A análise dos materiais se deu a partir de três etapas principais: diagnóstico, inventário e investigação. A etapa do diagnóstico se deu para permitir a organização dos materiais, identificação da tipologia documental e a separação, a segunda etapa que corresponde ao inventário permitiu perceber a dimensão da CEFTT, tendo sido construídos quatro

inventários para os diferentes tipos de documentos existentes no acervo, e a terceira etapa corresponde ao processo de investigação dos materiais identificando personagens, temas, marcas de proveniência entre outras informações que se julgou necessárias.

Neste sentido, o percurso metodológico buscou traçar um caminho possível para organização e racionalização do espaço e da coleção com o intuito de conhecer os materiais e registrar todas as informações correspondentes.

3. ACERVO FRANCISCO TANCREDO TORRES: ACHADOS E DISCUSSÕES

Conforme dito anteriormente, a CEFTT chega a biblioteca e, uma vez incorporadas as Coleções Especiais da Biblioteca, tem início a atuação do projeto de extensão no acervo de Tancredo. Ao receber o acervo, as obras foram sendo organizadas, à medida que era realizada a higienização nelas. Durante este processo, foi sendo preenchida uma ficha de diagnóstico para verificar o estado de conservação de cada um dos exemplares.

Assim, a primeira etapa do trabalho foi criar, separar e organizar essa coleção a partir da tipologia documental: fotografias, jornais, documentos pessoais, livros, correspondências e outros documentos como selos e cédulas. Também nesta etapa foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas para conhecimento de Tancredo e seus feitos.

Depois da coleção organizada, na segunda etapa, teve início o inventário do acervo, obedecendo às tipologias documentais, separando-as em grupos. Desse modo, foi construído o inventário para os livros, outro para os jornais, um terceiro para as fotografias e o quarto, ainda em processo, para as correspondências. No inventário são registradas informações a partir da especificidade de cada grupo, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Grupos e informações registradas

Grupos	Informações registradas
Grupo 01 – Material bibliográfico	Tipo de material, número de registro, título, autor, ano, editora, edição, volume, localização e observações
Grupo 02 – Jornais	Número, mês, ano, quantidade, principais matérias e observações
Grupo 03 – Fotografias	Número de registro, localização, categoria, subcategoria, local, ano, descrição da imagem, tipo de material, cor, orientação, tamanho, estado de conservação e outras informações
Grupo 04 - Correspondências	Número, notação/número, remetente/localidade, destinatário/localidade, ano, dia/mês, idioma, resumo e descrição física.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Na terceira etapa tem sido realizada pesquisas neste acervo. São investigadas as obras, autores, escritos, temáticas e marcas de proveniência encontradas em cada uma das obras. A pesquisa procura saber qual a importância da obra em análise, quais a contribuição para a historiografia paraibana, areiense ou referente ao CCA, bem como o valor material da obra. Cabe destacar que está sendo realizada uma pesquisa de monografia, do curso de ciências biológicas e uma tese na área de ciência da informação.

Para contribuir, a definição de marcas de proveniência de Vian e Rodrigues (2020):

as marcas de proveniência vão além, e abrangem todo o tipo de sinal ou indício de suas origens, desde marcas intrínsecas à obra, como o nome do seu impressor, ou o nome do ilustrador responsável pelas imagens presentes na obra, por exemplo, até as marcas extrínsecas, como as marcas de propriedade e outras marcas deixadas por livreiros, editores e bibliotecários. Assim, as marcas encontradas nos livros podem ser de vários tipos: assinaturas, números, monogramas, iniciais, divisas, citações, emblemas, alegorias, desenhos, anagramas, ex-libris, super libris, ex-donos, dedicatórias, autógrafos, carimbos etc., e em diferentes suportes: papel, couro, pergaminho, tecido, entre outros (Vian e Rodrigues 2020, p. 29).

A seguir, informações mais detalhadas de cada um dos grupos:

a) Grupo 01 – Material Bibliográfico

Esta coleção conta com 2049 títulos, os exemplares duplicados foram sendo separados para doação ao Instituto Histórico e Geográfico de Areia Francisco Tancredo Torres. A escolha do livro que ficou no acervo de Tancredo e o que se destinou ao instituto, obedeceram a alguns critérios como estado de conservação e marcas de proveniência. Os livros estão compreendidos entre o século XIX e XX, sendo o mais antigo, até o momento encontrado, um exemplar de 1882.

Na maioria são livros sobre a história da Paraíba, da cidade de Areia e da instituição CCA. Esses eram também assuntos os quais Tancredo escrevia, chegando a publicar alguns de seus textos. Entre seus escritos, no acervo foram encontradas 34 publicações suas, são livros, manuscritos, folhetos, discursos, entre outros, sobre a cidade, seus personagens, o CCA, a abolição da escravatura na cidade, a educação em Areia e temáticas da igreja.

São muitas as marcas de proveniência encontradas em toda coleção: carimbos, anotações, assinaturas, dedicatórias, números de registros, *ex-libris*, etiqueta, entre outras marcas que estão sendo analisadas na pesquisa de doutoramento da autora. Tancredo gostava muito de registrar informações nos livros, sua assinatura (na maioria das vezes com data), carimbo ou etiqueta, podem ser encontradas em quase todo exemplar. Essa

marca, agora uma marca de posse¹, nos faz entender que Tancredo se dedicava a registrar sua posse nos livros. Abaixo na Figura 3 alguns desses exemplos:

Algumas assinaturas encontradas são dos próprios autores, alguns de projeção nacional, o que implica num valor maior a obra uma vez que individualiza, tornando único, aquele exemplar. É o que ilustra uma dedicatória da escritora Rachel de Queiroz, no seu livro *O quinze*, onde ela dedica o livro ao padre Ruy: «A Monsenhor Ruy,/ a prima do Ceará/ Rachel de Queiroz/ Rio 7-2-91».

b) Grupo 02 – Jornais

Tancredo desde muito jovem, por incentivo da mãe, participou de alguns eventos escolares escrevendo poemas e colunas para os jornaizinhos escolares. Na vida adulta ele manteve este feito e por muitos anos escrevia colunas para alguns jornais da região, como o *Diário da Borborema* e o jornal *O Areiense*. Além disso, ele foi também um dos idealizadores, organizador e secretário do jornal *O Areiense*, jornal mensal, da cidade de Areia, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Neste jornal, Tancredo tinha uma coluna chamada *Vultos Areienses* na qual ele dedicava o texto a algum personagem da cidade, muitas vezes silenciados pelas narrativas oficiais.

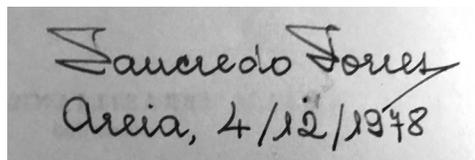
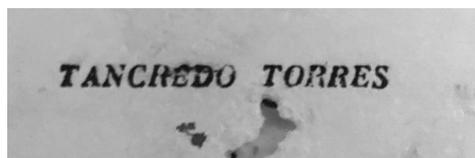


Fig. 3. Exemplos de marcas
Fonte: Acervo CEFTT, 2022

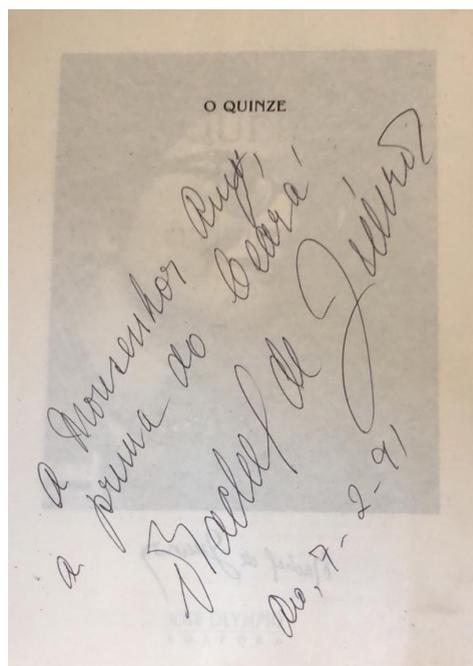


Fig. 4. Assinatura de Rachel de Queiroz
Fonte: Acervo CEFTT, 2022

¹ «dizem respeito aos vestígios deixados pelo(s) seu(s) antigo(s) proprietário(s), ou por outras figuras envolvidas diretamente com a posse do item, como doadores e patrocinadores, por exemplo» (Vian e Rodrigues 2020, p. 29).

O *Areiense* é o título de jornal com mais número existente no acervo. Foi fundado em 19 de novembro de 1979, e não se sabe ao certo, ainda, até quando publicou. No acervo foram encontrados 47 números. O jornal trabalhava temas ligados à igreja e à religião. Esse material já se encontra todo digitalizado.

Além deste título, é possível encontrar números de outros jornais no acervo como o jornal *O Chicote*, de 1963, *O Século*, de 1943, e *Verdade* de 1888. Na Figura 5 abaixo, alguns registros desses jornais.

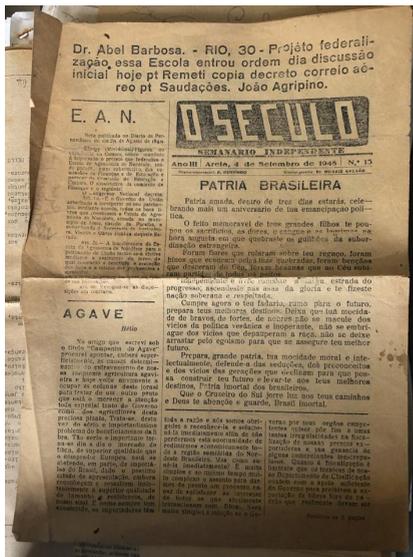


Fig. 5. Exemplares de jornais
Fonte: Acervo CEFTT, 2022

c) Grupo 03 – Fotografias

As fotografias encontradas na CEFTT são de momentos bastante históricos. Todas as informações técnicas foram coletadas no inventário. Foi grande o esforço para conseguir descrever as imagens: a dificuldade incidia em saber quem são aqueles personagens fotografados, quais eram aqueles lugares e a ocasião/ evento.

Tancredo, por sua generosidade e seus hábitos de arquivista, registrou no verso das fotografias as informações necessárias para a descrição das imagens, esse registro é encontrado em quase todas as fotografias. Mesmo assim, algumas fotos ainda não foram possíveis de descrever por falta de informações.

As imagens foram encontradas com alguns sinais de deterioração provenientes da guarda inadequada desses materiais. Foram fabricadas caixas e envelopes para guarda dessas imagens, garantindo um melhor acondicionamento.

São 198 fotografias, todas já digitalizadas, a maioria em preto e branco, que revelam momentos históricos da EAN, de prédios da cidade, fotos pessoais do escritor Horácio de Almeida, e do Padre Ruy, pároco da cidade. Na Figura 6, uma foto rara de Horácio da Almeida ainda jovem, possivelmente aos 19 anos:



Fig. 6. Horácio de Almeida
Fonte: Acervo CEFTT, 2022

d) Grupo 04 – Correspondências

O trabalho com as correspondências continua em andamento, até a presente data foram inventariadas e digitalizadas 98 cartas, não se sabe ainda precisar o número de cartas existentes no acervo.

Tancredo era o responsável por toda a comunicação da EAN, recebia de professores, alunos e técnicos as correspondências e prestava as informações devidas. Há muitas correspondências pessoais, como já esperado, entre seus familiares e amigos. Algumas cartas estão na língua inglesa e alemã. São correspondências trocadas com as irmãs Franciscanas de Dillingen, responsáveis pelo estabelecimento do Colégio Santa Rita na cidade, ensino para as moças.

Uma correspondência, recebida de Ignez Almeida, filha de Horácio de Almeida, historiador e um dos intelectuais mais brilhantes da Paraíba. Ela relata o envio de um texto

sobre Horácio de Almeida e solicita que ele seja publicado no jornal da cidade *O Areense*. Também envia o *ex-libris* de Horácio de Almeida, cujo a simbologia remete a elementos de sua cidade de Natal Areia: o centro histórico da cidade, o casarão José Rufino e a famosa gameleira, árvore secular, localizada no ponto mais alto da cidade, foi testemunha de variados fatos que se desenrolaram em seu entorno. Horácio de Almeida foi contrário a sua derrubada em 1931.

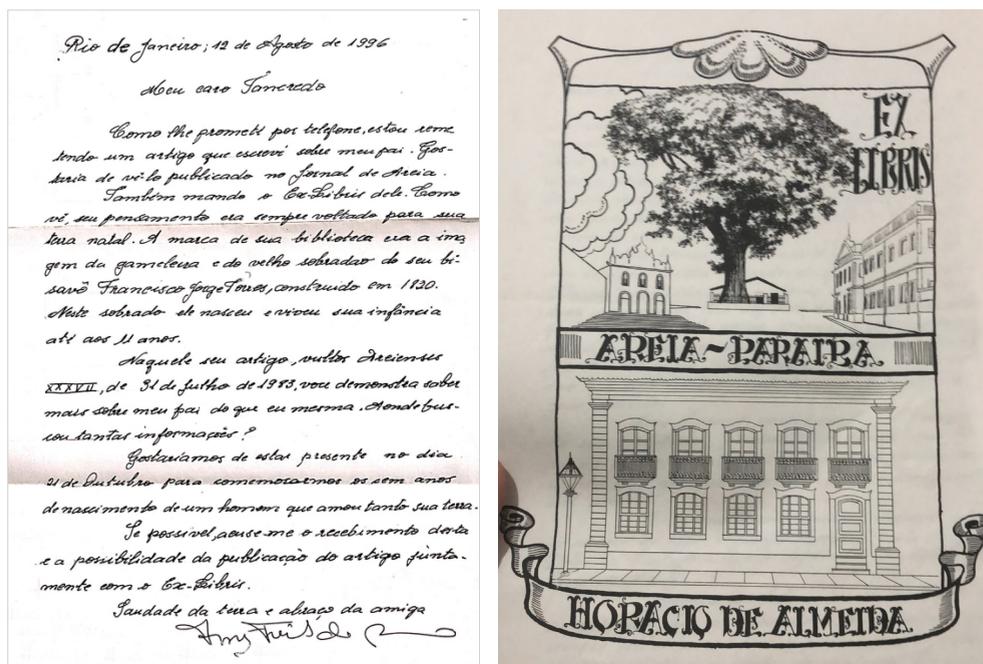


Fig. 7. Correspondência de Ignez e *ex-libris* e Horácio de Almeida
Fonte: Acervo CEFTT, 2022

Há outros objetos encontrados no acervo que também, contextualizados, a partir de uma narrativa auxiliam na reconstrução da memória. Alguns exemplos são: o documento oficial de passaporte, de Pedro Américo, importante pintor do Império, datado de 1888; um bilhete de loteria, datado de 1865, cuja renda era convertida em prol da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Coleção Especial Francisco Tancredo Torres constituída a partir da biblioteca pessoal de Tancredo guarda em si as memórias do Centro de Ciências Agrárias, do primeiro curso civil de ensino superior da Paraíba, da cidade de Areia, entre outras.

Como destaca Alves (2015, p. 45) «trabalhar com a história, a memória e a cultura são funções da biblioteca universitária assim como as ações já consolidadas para o apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão», é uma função árdua direcionar os esforços para o acervo especial, sobretudo quando não há incentivo institucional, esbarrado muitas vezes em falta de recursos financeiros e humanos.

De toda forma, debruçar o olhar sobre os materiais que compõem a coleção permite conhecer a história arraigada na cultura, nas artes, nas vivências partilhadas e compartilhadas através das publicações, das páginas e dos registros feitos pelo patrono — Francisco Tancredo Torres.

Evidentemente, que organizar os materiais bibliográficos, fotográficos, documentais requer uma análise minuciosa das informações, de modo que para compreender a dimensão social e história da biblioteca é necessário conhecer o acervo em suas marcas, impressões, entrelinhas e apreendendo a relação material e imaterial intrínseca na coleção.

As Bibliotecas universitárias são fornecedoras do alicerce bibliográfico e documental que corrobora para o desenvolvimento da pesquisa e da ciência. Elas, portanto, devem estar atentas, por meio de seus acervos e de suas ações, do papel educativo-social, histórico que permite desenvolver produtos e serviços de informação.

O resultado dessas ações é a organização da Coleção Especial Francisco Tancredo Torres que busca evidenciar a Biblioteca como um lugar de humanização da cultura, um lugar no qual a memória não está apenas guardada, mas está circulando entre as pessoas, se despreendendo do material e integrando-se com o imaterial.

Cabe aqui também refletirmos o protagonismo que os projetos de extensão podem desenvolver no espaço da biblioteca. A partir de uma diversidade de temas que podem ser abordados, eles são um aliado para a conquista de novas parcerias institucionais, permitem a ampliação do repertório de ações que a biblioteca pode desenvolver, e favorecem a formação de um público para ocupar o espaço da biblioteca, entre outros.

Neste sentido, entende-se que os objetivos iniciais desta pesquisa foram alcançados que é a organização do acervo da CEFTT. Entretanto, outras pesquisas envolvendo o acervo podem contribuir melhor para o desenvolvimento dos materiais bibliográficos e documentais como fontes de informações, como forma de propor novos produtos e serviços para a Biblioteca Universitária.

Ademais, este acervo e os demais que compõem as coleções especiais abrigam a palavra, acolhe e torna possível a narrativa da história da humanidade, como destaca Silva (2006, p. 93) ao ilustrar as bibliotecas como metáforas da memória.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. P. M., 2015. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da biblioteca da UNESP/FCLAR. Em: B. V. G. VIEIRA, e A. P. M. ALVES, eds. *Acervos especiais: memórias e diálogos* [Em linha]. São Paulo: UNESP, pp. 45-70 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>.
- CARDINI, F., 1993. *A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs*. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, T. C. O. N., 2015. UNICAMP: Coleções Especiais e Obras Raras. Em: B. V. G. VIEIRA, e A. P. M. ALVES, orgs. *Acervos especiais: memórias e diálogos* [Em linha]. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, pp. 89-100 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>.
- FERREIRA, M. L. M., 1998. Memória e Velhice: do lugar da lembrança. Em: M. M. L. BARROS, org. *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 207-222.
- KRIPKA, R., SCHELLER, M., e D. L. BONOTTO, 2015. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Em: *IV Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*. Aracaju (Brasil): Universidade Tiradentes.
- LIMA, T. C. S., e R. C. T. MIOTO, 2007. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál.* **10**(nº especial), 37-45.
- PINHEIRO, A. V., 2015. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. Em: B. V. G. VIEIRA, e A. P. M. ALVES. *Acervos especiais: memórias e diálogos* [Em linha]. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, pp. 33-44 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>.
- OLIVEIRA, J. N. N., e R. P. SILVA, 2021. Coleções bibliográficas especiais e históricas em biblioteca universitária: relato de experiência. Special and historical bibliographic collections in university library: experience report. *Revista Bibliomar.* **20**(1), 206-216.
- SILVA, T. E., 2006. Bibliotecas: metáforas da memória. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.* **11**(21), 85-94.
- VIAN, A. E., e M. RODRIGUES, 2020. *Marcas de proveniência bibliográficas: um estudo sobre os Ex-libris*. Rio Grande: Editora da FURG.

LGPD E ARQUIVOS PESSOAIS: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ENTRE O DIREITO DE ACESSO E O DE PRIVACIDADE

LENORA DE BEAUREPAIRE DA SILVA SCHWAITZER*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no tratamento de arquivos pessoais (Brasil 2018). A LGPD é a norma brasileira de privacidade e proteção de dados e está inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu.

Não se discute que, com a adoção cada vez mais intensa de ferramentas tecnológicas para realização de atividades diárias do indivíduo, vivemos na plenitude da denominada «Sociedade da Informação», ou seja, em uma época em que «o tempo individual e colectivo é acelerado, impondo reajustamentos de valores e de comportamentos, devido à obsolescência de anteriores paradigmas elaborados sobre uma base tecnológica diferente» (Missão para a sociedade da informação 1997, p. 10). E, nesta sociedade, identifica-se uma intensa mercantilização de dados pessoais (Pagallo 2013) e o uso crescente desses dados como *commodities* (Fernandes 2017) que são refinados para uma diversidade de oferta de bens e serviços.

Entretanto, tal percepção não é fruto deste século e tem como pedra fundamental o artigo de autoria de Warren e Brandeis, publicado em 1890 (Cancelier 2017). No artigo, Warren e Brandeis (1890) expressam a contrariedade quanto às mudanças trazidas pelas tecnologias de informação e pela comunicação em massa que impactam em direito que defendem como de natureza pessoal, o de «ser deixado só». Este direito, cem anos depois, é definido por Rodotà (1995, p. 122, tradução nossa) como o de «manter o controle sobre as próprias informações e de determinar as modalidades de construção da própria esfera privada». A passagem de um direito negativo (o de não ser incomodado) para um direito ativo (controlar suas informações pessoais), ganha força a partir da metade do século XX, quando se prevê no art.º 12.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que «ninguém será sujeito a interferências em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques» (ONU 1948).

* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1286-0975>;
Email: lenora.schwaitzer@ufes.br.

Em termos normativos, no entanto, o direito à privacidade só passa a ser discutido e regulamentado na década de 1970, principalmente na Europa. De fato, em 1970, a Comissão Europeia emana a Declaração sobre Comunicação em Massa e Direitos Humanos, dando o pontapé inicial a sucessivas normas relacionadas à proteção de dados. No documento, a Comissão reconhece que

O direito à privacidade consiste essencialmente no direito de viver a própria vida com o mínimo de interferências. Diz respeito à vida privada, familiar e doméstica, integridade física e moral, honra e reputação, prevenção de ser colocado sob uma luz falsa, não revelação de fatos irrelevantes e embaraçosos, publicação não autorizada de fotografias privadas, proteção contra o uso indevido de comunicações privadas, proteção da divulgação de informações fornecidas ou recebidas pelo indivíduo em caráter confidencial (Council of Europe 1970, Resolução n.º 428, 1970, p. 1).

Tal diretriz é seguida por leis como a de Hesse, de 1970, a *Datalegen* suíça, de 1973, e por previsão na Constituição portuguesa de 1976. Em 1980, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) publica diretrizes para a política internacional sobre a proteção da privacidade e dos fluxos transnacionais de dados pessoais, na qual estabelece princípios que abarcam os mais diversos tipos e meios de processamento automatizado em relação às mais abrangentes categorias de dados. No ano seguinte, o Conselho da Europa, após reconhecer o aumento do fluxo transfronteiriço de dados pessoais passíveis de tratamento automatizado, edita a Convenção n.º 108, com o objetivo de assegurar aos indivíduos, «seja qual for a sua nacionalidade ou residência, o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais, e especialmente pelo seu direito à vida privada, face ao tratamento automatizado dos dados de caráter pessoal que lhes digam respeito» (Conselho da Europa 1981, Convenção n.º 108, 1981, p. 1). É o primeiro instrumento normativo de abrangência internacional que busca impor limites ao processamento de dados.

O avanço tecnológico e o uso incremental da tecnologia da informação promovido a partir do fim da década de 1990, e particularmente, após a popularização da *internet*, que provoca o aumento de tráfego de dados em escala mundial, enseja novas medidas normativas do Parlamento Europeu e do Conselho para proteção do direito à privacidade. Este órgão emite a Diretiva 95/46/CE, relativa à proteção contra o tratamento de dados pessoais e à sua livre circulação, complementada pela Diretiva 2002/58/CE, que estabelece critérios para o tratamento realizado pelo setor de comunicações eletrônicas e inclusive para os *cookies*.

Nos anos que se seguem, diversas normas são editadas, sempre visando a proteção da privacidade do indivíduo que está cada vez mais ameaçado pelo tratamento automati-

zado de seus dados. No ano de 2016, é publicado o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (UE) 2016/679. Diversamente da natureza Diretiva 95/46/CE, trata-se de instrumento vinculativo e auto-aplicável aos países que integram a Comunidade Europeia. Logo após a sua vigência, em 2018, o Brasil edita a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, alterada pela Lei n.º 13.853, conhecida como LGPD, que está em vigor desde setembro de 2020 (Brasil 2018).

A LGPD apresenta diretrizes para o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, e é aplicável a qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, de natureza pública ou privada, contanto que ela ofereça serviços ou bens e que, em sua atividade, promova o tratamento de dados no território nacional. Sua abrangência e, principalmente, as sanções administrativas e pecuniárias impostas em seu art.º 52.º, II e III, promoveram a busca por medidas protetivas e ações de adequação após a sua efetiva vigência no ano de 2020.

No Brasil, a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011 (Brasil 2011), estimulou a abertura aos arquivos, dando o respaldo necessário para o tratamento de documentos em seu sentido mais amplo. Porém, desde a entrada em vigor da LGPD, as instituições arquivísticas vêm demonstrando sua preocupação com o acesso a dados pessoais constantes em documentos custodiados e, em particular, com a disponibilização dos arquivos de pessoas que foram institucionalizados, ainda que de forma indireta, no decorrer dos últimos 30 anos. Esse cenário de incerteza se assemelha ao identificado por Robin (1986) no qual o arquivista encontra dificuldade em determinar o cabimento do acesso quando a instituição ou a lei não fornece limites claros nem sinaliza claramente o que está sujeito a restrição ou não. Em 1992, quando foi publicado sua obra em inglês, MacNeil (2019, p. 143) faz prognóstico de um cenário ainda mais sombrio quando afirma que, em um cenário digital, a solução para o «dilema de privacidade é tratar todas as informações contidas em documentos como confidenciais e liberar arquivos somente quando indivíduos não podem ser identificados», ou então proceder a anonimizações que poderiam impactar na autenticidade do documento e no seu valor de prova, o que dificultaria, na prática o acesso aos documentos em Arquivos institucionais.

Ciente dos desafios enfrentados para realizar o tratamento de documentos arquivísticos e em especial, em Arquivos institucionais, a autora deste trabalho publicou artigo que enfatiza a importância de se garantir acesso aos documentos de valor secundário de órgãos públicos sempre que não houver dano potencial à privacidade dos titulares (Schwaitzer 2020). Em um segundo momento, a preocupação foi refletir sobre a importância da gestão documental para as ações de adequação à LGPD (Schwaitzer, Nascimento e Costa 2021). A pesquisa atual segue uma abordagem qualitativa e utiliza o método de revisão bibliográfica para identificar parâmetros e premissas que atuem como diretrizes para o fazer arquivístico em relação aos arquivos pessoais.

O artigo está estruturado em três seções, sendo que a primeira é a presente introdução. Na segunda seção, realiza-se a revisão sistemática de literatura e efetua-se uma revisão narrativa, na qual parte-se do conceito polissêmico de arquivo para discorrer sobre as especificidades dos arquivos pessoais e debater sobre acesso, privacidade e interesse público. Na última seção, apresenta-se as considerações finais sobre o tema.

1. DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa é de natureza básica e por meio de uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2002, p. 22), se aprofunda «no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas». Trata-se de pesquisa com objetivo exploratório, já que objetiva aprofundar o conhecimento sobre uma área e um contexto específicos (Marconi e Lakatos 2010) e descritivo, visando facilitar a compreensão e uma «maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses» (Gil 2002, p. 41).

O percurso metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica, que é «desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos» (Gil 2002, p. 44) e a revisão documental, principalmente das normas legais sobre o tema. Visando facilitar a trajetória de novas pesquisas sobre o tema, a revisão bibliográfica seguiu os percursos de uma revisão sistemática de literatura e a análise dos dados se deu de acordo com uma abordagem qualitativa.

Considerando a carência de material bibliográfico, procedeu-se ainda a uma breve revisão narrativa, visando auxiliar na construção de conhecimento sobre desafios relacionados ao acesso a dados em arquivos pessoais.

1.1. Revisão de literatura

Uma revisão de literatura pode ocorrer em diferentes graus de profundidade, desde um breve mapeamento para delimitar um determinado tema, até uma abordagem mais ampla, profunda e complexa (Machi e McEvoy 2021) com o objetivo de rastrear o trabalho acadêmico, dando os embasamentos teóricos necessários para sua construção.

No presente trabalho, a revisão de literatura está inspirada nas diretrizes da revisão sistemática. Porém, devido a carência de literatura, também se realiza revisão narrativa, com o intuito de fornecer auxílio à linha argumentativa deste trabalho, por meio de conceitos e autores que auxiliam na compreensão e aprofundamento do tema enfrentado.

1.1.1. Revisão sistemática

A revisão sistemática é «um método sistemático, explícito, abrangente e reprodutível para identificar, avaliar e sintetizar o corpo existente de trabalhos completos e registrados

produzidos por pesquisadores, estudiosos e profissionais» (Okoli 2019, p. 4) e que deve identificar não apenas as estratégias de busca, mas também os critérios de seleção, com inclusão e exclusão de fontes, as escolhas realizadas e as bases de dados efetivamente consultadas, visando identificar o que já foi pesquisado sobre o tema e, a partir daí, definir a perspectiva pela qual se pretende estudar determinado fenômeno.

O levantamento bibliográfico data do primeiro semestre do ano de 2022 e parte da necessidade de se refletir sobre os desafios que envolvem a gestão de arquivos pessoais e os impactos provocados pela LGPD. Por se tratar de legislação brasileira, mas que foi inspirada em normas internacionais, o levantamento centra-se em bases de dados consagradas como a *Brapci*, *SciELO*, *Redalyc*, *Emerald Insights* e o *Portal de Periódicos CAPES*. Além disso, tratando-se de pesquisa exploratória, opta-se por não delimitar o período temporal abrangido nas buscas.

Os *strings* utilizados (Tabela 1) para a busca se encontram em língua portuguesa, espanhola e inglesa, restringindo-se os termos mais amplos genéricos à língua portuguesa, até mesmo porque a temática assume maior relevância mais recentemente no país.

Tabela 1. Bases consultadas, descritores utilizados e resultados preliminares

Bases	Brapci	SciELO	Redalyc	Emerald insights	Periódico capes
<i>STRINGS</i> com total de artigos localizados	«arquivo pessoal»; 73 «arquivos pessoais»; 1 arquivo pessoal privacidade; 0 arquivo pessoal intimidade; 1 arquivo privacidade; 4 arquivo intimidade; 0	«arquivo pessoal»; 31 «arquivos pessoais»; 0 arquivo pessoal privacidade; 0 arquivo pessoal intimidade; 3 <i>archive intimacy</i> ; 1 <i>archive privacy</i> ; 0	« <i>archivo personal</i> » <i>privacidad</i> ; 53 « <i>archivo personal</i> » <i>privacidad datos</i> ; 45 « <i>archivo personal</i> » <i>privacidad acceso</i> . 4	« <i>personal archive</i> » <i>privacy</i> ; 38 « <i>personal archive</i> » <i>privacy access</i> ; 34 « <i>personal archive</i> » <i>privacy</i> « <i>data protection</i> »; 4	«arquivo pessoal»; «arquivos pessoais»; 329 arquivo pessoal privacidade; 0 arquivo pessoal intimidade; 6 arquivos privacidade; 32 arquivos intimidade; 35

Fonte: Elaborado pela autora a partir das bases de dados consultadas

Nas bases, localizou-se 710 publicações, sendo de se destacar que praticamente metade dessas publicações referem-se ao tema arquivo pessoal e foram localizadas no Portal de Periódicos Capes. Observe-se ainda que, entre as referências apresentadas, foram identificadas inúmeras duplicatas que foram separadas manualmente no momento da aplicação dos critérios de seleção, que estão mencionados adiante.

1.1.2. Critérios de seleção e resultado

Como um dos parâmetros para a elaboração de uma revisão sistemática é a indicação dos critérios de seleção para inclusão e exclusão de trabalhos científicos entre aqueles que farão parte da revisão levada a efeito, esclareça-se que na seleção incluiu-se:

- Trabalhos que versem sobre tratamento de arquivos e que tratem da ponderação entre o direito de acesso e o de privacidade, principalmente se o conjunto analisado é um arquivo de pessoa;
- Publicações na língua portuguesa, espanhola e inglesa;
- Artigos de caráter científico;
- Artigos que mencione a compatibilização entre o direito de acesso e o de privacidade, ainda que não se trate especificamente sobre arquivos ou arquivos pessoais

Como critérios para eliminação, estabeleceu-se a exclusão de:

- Publicações cujo enfoque não seja documentos de arquivo;
- Artigos cujo problema de pesquisa não está relacionado com garantia de acesso e respeito à privacidade, ou seja, aqueles que, ainda que sejam sobre o tema em geral, não contribuem para a discussão;
- Artigos incompletos, não localizados e/ou não disponíveis gratuitamente nas plataformas digitais.

Aplicados os critérios anteriormente explicitados e excluídos os documentos em duplicidade, chegou-se ao quantitativo de nove artigos que tratam, em alguma medida, sobre o tema de pesquisa, conforme se verifica a seguir.

1.1.3. Dos trabalhos identificados

Apesar de os parâmetros da pesquisa levada a efeito não efetuarem uma limitação temporal, observa-se que os artigos localizados foram publicados no decorrer de 11 anos, sendo o mais antigo publicado em 2011, logo após a edição da LAI (Brasil 2011). Percebe-se, ainda, que dos artigos selecionados, praticamente sua metade foi produzida nos últimos dois anos, o que indica o crescimento do interesse sobre o tema a partir da edição da LGPD.

O artigo mais antigo que foi localizado trata da questão de acesso a informações contidas em processos judiciais e arquivos da ditadura, buscando enfrentar questões éticas que envolvem as pesquisas com dados sensíveis. Em seu trabalho, Carrara (2011) busca delimitar a fronteira entre o público e o privado e ressalta a importância tanto do acesso às fontes de pesquisa quanto da ocultação de determinados dados para proteger os envolvidos, sempre que possível.

Joffily (2012) reflete sobre o acesso à documentação produzida pela ditadura militar brasileira e destaca que a falta de regulamentação quanto aos contornos do direito à intimidade e à vida privada e do que se pode identificar como fatos históricos de maior relevância impedem ou restringem, na prática, o livre acesso a uma boa quantidade de documentos. A autora defende ainda a falta de debate acerca da salvaguarda da vida privada e da dificuldade em separar os arquivos de acesso restrito dos de livre acesso, impactando na plena abertura dos arquivos produzidos entre as décadas de 1960 e 1970 pelo regime então existente sobre a repressão a crimes políticos.

Maher (2012) debate sobre o acesso a documentos protegidos pelo direito autoral e daqueles que possuem dados pessoais e sensíveis, destacando a importância dos arquivistas na avaliação do valor do documento e da importância em se conhecer as legislações aplicáveis para proteção dos direitos individuais.

Sanz Salguero (2016) e Maqueo Ramirez, Moreno González e Recio Gayo (2017) refletem sobre a trajetória normativa internacional que envolve o acesso a documentos que possuam informações pessoais, buscando parâmetros que possam orientar o conflito entre direitos e ressaltando que a questão não está pacificada.

Schwaitzer (2020) efetua trajetória sobre as normas brasileiras que envolvem a questão do acesso, identifica impactos para Arquivos e Centros de Memória com foco em arquivos institucionais e estabelece diretrizes que auxiliem o arquivista no tratamento desses arquivos eminentemente públicos e que resultam do recebimento ou da produção de documentos no curso de atividades do organismo instituidor.

Crivelli e Bizello (2021) relatam a forma de constituição de três instituições custodiadoras brasileiras e que custodiam diversos arquivos pessoais e busca compreender os processos iniciais de institucionalização desses arquivos em período anterior às suas políticas de incorporação de acervos, iniciadas a partir dos anos 2000. Os autores destacam que os arquivos pessoais de início eram foco de interesse de historiadores e que o principal desafio a ser enfrentado é debater sua natureza íntima, que é seu elemento característico e que, muitas vezes, é exatamente o que justifica sua incorporação. Para os autores, «as problemáticas que envolvem a questão de intimidade na transposição dos documentos pessoais daqueles ambientes domésticos e privados para os espaços públicos, mais do que um problema original, é uma consequência de novas manifestações na historiografia» (Crivelli e Bizello 2021, p. 137) e é o seu lugar no espaço público o problema central a ser enfrentado, ou seja, os arquivos de pessoas contém, por sua própria natureza e forma de acumulação, dados pessoais e sensíveis e é sua migração para o espaço público, a partir do reconhecimento de seu valor para a pesquisa, que obriga a reflexão sobre o direito à intimidade e privacidade.

Em resenha de autoria de Heymann (2021) sobre a obra denominada «sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos» de Heather

MacNeil, a autora destaca a importância da interdisciplinaridade para dar conta do tema que envolve ética em pesquisa, direito de acesso e à privacidade, o compromisso que o arquivista deve ter com o fortalecimento e a sistematização de políticas e procedimentos para o acesso a dados pessoais contidos nos documentos e a necessidade que a Arquivologia enfrente os desafios relacionados à privacidade e o acesso aos documentos.

O último artigo localizado é de autoria de Silveira, Miguel e Lima (2022) que utilizam da etnometodologia para analisar as percepções de dirigentes de arquivos públicos do estado do Espírito Santo a respeito das representações acerca do «direito ao esquecimento», e discorre sobre memória, esquecimento e o construir da história coletiva.

1.2. Revisão narrativa

A falta de literatura adequada para o tema de pesquisa obrigou o uso da revisão da literatura narrativa ou tradicional que se vale de seleção arbitrária, mas que contribui para a linha argumentativa do artigo. A vantagem da revisão narrativa é que embora não utilize fontes predeterminadas ou específicas nem utilize critérios explícitos e sistemáticos, ela possibilita a seleção dos estudos e a interpretação de forma mais subjetiva (Cordeiro et al. 2007; Mattos 2015).

Para esta revisão narrativa, partiu-se da premissa de que, conforme previsto nos art.º 11.º e 12.º da Lei de Arquivos brasileira, a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Brasil 1991), os arquivos de pessoas são arquivos privados que, por serem fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional, podem ter seu interesse público e social reconhecido pelo Poder Público. Considerou-se ainda que o art.º 31.º, § 3.º, V, da LAI (Brasil 2011) prevê a dispensa de consentimento para acesso a informações pessoais, mesmo aquelas relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, sempre que for verificada a existência de interesse público geral preponderante. No caso de documentos arquivísticos da administração pública recolhidos para a guarda permanente por força de seu valor secundário, ao arquivista incumbe a ponderação entre o interesse público de acesso com o interesse individual de preservar sua identidade, a partir da análise de risco de haver um dano potencial que venha a prejudicar o titular. Incide na mesma hipótese aqueles conjuntos que receberam a chancela prevista no mencionado art.º 12.º da Lei de Arquivos (Brasil 1991).

Porém, há que se reconhecer que, malgrado a aludida previsão de declaração de interesse público geral e preponderante estar prevista há mais de 30 anos, menos de duas dezenas de conjuntos documentais receberam tal chancela e que, na realidade nacional, instituições públicas e privadas detêm documentos valiosos para a pesquisa científica e para o indivíduo que se interesse pelo passado, seja qual for sua motivação, permanecendo a grande maioria de arquivos privados destituídos de proteção normativa clara. Para eles, não basta a invocação de norma legal para embasar a sua imediata disponibilização

para acesso público. Neste caso, faz-se premente distinguir documentos públicos e privados e entender como e porque esses conjuntos foram institucionalizados nos últimos 40 a 50 anos para que se possa avaliar o interesse público envolvido na sua disponibilização. Além disso, é preciso ponderar o direito de acesso à informação e a tutela jurídica assegurada pela LGPD.

1.2.1. Dos arquivos públicos aos arquivos de pessoas

O conceito etimológico de arquivo tem sua origem no termo grego *archéion*, que era utilizado tanto para se referir ao palácio de governo, quanto ao administrador geral, ao gabinete do magistrado, ao serviço de arquivos, a documentos originais, aos repositórios que guardavam esses documentos e à autoridade por eles responsáveis. Além disso, o conceito de arquivo está associado, desde sua origem, ao documento público, produzido no curso de uma atividade estatal ou àquele relativo a indivíduos de alta esfera administrativa e mantido por interesse estatal. Essa ideia de arquivo, como um local público de custódia de documentos, é mantida até a criação do Arquivo Nacional francês, quando a concepção jurídica e de valoração de prova dá lugar a uma visão histórica, e o conceito essencial de arquivo se afasta da ótica do lugar e do valor de prova de um documento e se concentra nos documentos ali custodiados (Duranti 1989; Silva 2016), abrindo espaço para o estudo erudito e para a pesquisa histórica em documentos antigos e provenientes de órgãos extintos. O cidadão, que era o alvo de normas que permitem acesso aos documentos de arquivo, até a década de 1960, só se dirigia efetivamente às instituições arquivísticas para salvaguarda de algum direito individual (Duchein 1983) e, no caso brasileiro, só após a Constituição Federal de 1988.

Com o aumento da produção documental no século XX e a necessidade de se proceder à seleção do que deveria ser preservado, fica evidente que, embora os documentos sejam criados para atender uma finalidade, nem todos possuem um valor que justifique sua preservação após o cumprimento de sua finalidade, pois não servem, segundo a avaliação de seu produtor, como testemunho ou uso cultural, científico ou histórico (Schellenberg 2002).

No que se refere aos arquivos pessoais, embora Dilthey (1978) já defendesse, no final do século XIX, o valor dos documentos escritos na primeira pessoa, até a década de 1970, esses arquivos não costumavam ser objeto de atuação do arquivista e seu tratamento, quando ocorria, se dava, eminentemente, a partir do reconhecimento da importância da pessoa para a história, sob a perspectiva de coleção e de acordo com critérios biblioteconômicos. Cook (1998) lembra que os princípios arquivísticos decorrem de reflexão de autores sobre a organização e descrição de arquivos institucionais governamentais e que, por isso, os arquivos pessoais foram ignorados pela base teórica da Arquivologia. Por seu turno, Camargo e Molina (2010) destacam que, entre as décadas de 1960 e 1970,

as ciências humanas passaram a dar maior importância à documentação privada. Com efeito, a distinção entre a natureza pública ou privada dos arquivos é uma construção mais recente, que surge a partir do momento em que há uma melhor compreensão das diferenças entre ambas as esferas e somente após a década de 1970 é que os arquivos pessoais passam a ser identificados como conjuntos que devem ser institucionalizados, em face de seu interesse público e como fonte de pesquisa. Heymann (2009) entende que os arquivos pessoais passam a ser valorizados pela historiografia e agir como foco de crescente interesse de instituições para valorização de trajetórias pessoais por conta da valorização da história cultural e do desenvolvimento da micro-história. Para Moreira (1990), é o fenômeno do *brasilianismo*, que promove a percepção das dificuldades relacionadas ao acesso aos arquivos institucionais ou pessoais. Knauss (2009, p. 13) entende que a criação de núcleos de apoio à pesquisa no campo das humanidades em universidades reflete tanto o movimento oficial das universidades na proteção do patrimônio documental não absorvido pelas instituições públicas ou aqueles de valor histórico cuja integridade esteja sob ameaça, como um movimento que busca «proteger o que as forças oficiais da época não admitiam».

Com base no entendimento acima, pode-se afirmar que os arquivos de pessoas são aqueles que possuem potencial interesse para a história cultural e para a micro história, que podem ser um patrimônio documental recebido por outras entidades quando os Arquivos Públicos não conseguem absorvê-los ou são aqueles documentos de pessoas que possuem valor histórico, mas que estão com sua integridade ameaçada, e são, por isso, abrigados por um órgão de pesquisa.

1.2.2. Dos direitos fundamentais de acesso à informação e de privacidade

Para compreensão dos direitos fundamentais e, em particular, do direito de acesso à informação e do direito à privacidade, é preciso entender que eles são a positivação do direito natural em normas constitucionais. É preciso entender ainda que, desde sua origem, o Direito buscou regular as relações entre os indivíduos como membros da sociedade, como um todo, tendo sempre como premissa que o interesse coletivo, ou seja, do todo, prevalece em relação ao interesse de suas partes. Isto não significa que preceitos que inspiram os direitos fundamentais não existiam nesta época. De fato, mesmo nas antigas civilizações e nas religiões, o ser humano e sua natureza e individualidade já eram objeto de reflexão. Porém, por muito tempo, acreditou-se que a violação do ser humano em sua individualidade estava sujeita a fiscalização divina, que deveria ser exercida por seus representantes terrenos ou pelas próprias divindades (Costa 2013).

Bobbio (2000) afirma que o primeiro vestígio de limitação ao poder soberano encontra-se na Carta Magna inglesa de 1215 e que também se deve destacar o *Bill of Rights* inglês, de 1689, que prevê a divisão de poderes e a nova limitação do Estado inglês. Para

Ross (2006), o *Bill of Rights* recebe forte inspiração do pensamento de Thomas Hobbes e de John Locke, no sentido de que o indivíduo já nasce com direito à vida e à liberdade e que se firma um pacto social entre indivíduos livres de uma comunidade que, voluntariamente, concordam em formar uma sociedade regulada por leis que garantam direitos e obrigações.

Comparato (2001) entende que Constituição de Virgínia é o primeiro documento a reconhecer direitos inerentes a todo o ser humano, mas, para Bonavides (2002), as normas anteriores à Declaração dos Direitos do Homem de 1789 dirigem-se a um povo específico ou a uma camada privilegiada da sociedade enquanto que o ato de 1789 tem por destinatário o gênero humano, independe de sua nacionalidade ou sua situação sócio, político ou religioso. Em relação aos arquivos da França pós-revolucionária, apesar de Charles Marie Tanneguy, o Conde de Duchâtel, reconhecer em boletim do Ministério do Interior que os arquivos são os monumentos mais representativos da nacionalidade e patrimônio da sociedade, seu acesso restringe-se ao produzido há mais de meia década (Grand 2006). Mesmo após a Primeira Guerra Mundial, prazos semelhantes eram observados pelos países mais liberais e ainda se praticava, em muitos casos, políticas de restrição, inclusive decorrente da nacionalidade, previsões de excepcionalidades, controles minuciosos sobre identidade e motivações do interessado, ou até mesmo restrição total de acesso (Duchein 1983).

Após a adoção da Declaração dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, em 1948, cria-se o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) com o objetivo de facilitar o acesso, o uso mais frequente dos arquivos e o estudo eficaz e imparcial dos documentos que conservam. Por conta de sua finalidade, o CIA elabora, no início da década de 1990, esboço de uma política europeia de acesso aos arquivos governamentais, cujo conteúdo é oficialmente adotado em 1997, com a previsão de que as mesmas normas sejam adotadas para os arquivos privados, sempre que possível. Em 2010, o CIA publica a Declaração universal sobre os arquivos e, em 2012, identifica os princípios a serem observados para o acesso aos arquivos, com regra de ponderação entre acesso e a intimidade dos indivíduos.

No Brasil, o reconhecimento dos direitos humanos sofre expansão e restrição no decorrer da edição das cartas constitucionais, mas tais direitos são finalmente consagrados na Constituição Federal de 1988, em suas dimensões civis, políticas e sociais e sua aplicabilidade vem sendo regulamentada no decorrer das últimas décadas. A Carta Magna brasileira abraça o direito de acesso à informação e impõe à administração pública o ônus de proceder a gestão da documentação governamental e o de franquear sua consulta aos interessados. Esse direito é reafirmado pela Lei de Arquivos, em 1991 (Brasil 1991), e pela Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil 2011), que não prevê expressamente critérios específicos para acesso à informação contida em arquivos

privados já que a LAI tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e de seu controle social (Brasil 2011, LAI, art.º 3.º, IV, V).

Porém, em seus arts. 23 e 31, a LAI protege as informações sigilosas e aquelas relacionadas à «pessoa natural identificada ou identificável» (Brasil 2011, LAI, art.º 4.º, IV). Para essa Lei, o tratamento dessas informações deve ocorrer de forma transparente, respeitando a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas e os direitos individuais. A LAI entende que essas informações pessoais estão restritas a agentes públicos legalmente autorizados e ao próprio titular por até cem anos, mas que em algumas situações, entre elas sempre que for necessária a proteção de interesse geral e preponderante, o acesso à informação pode ocorrer independentemente do consentimento de seu titular. O acesso a essas informações também não pode ser obstado nas ações que objetivam a recuperação de fatos históricos de maior relevância. No entanto, as normas brasileiras não esclarecem as hipóteses em que se verifica o interesse público e geral preponderante ou quais os tipos de fatos históricos que considera relevantes. Há, apenas, na Lei de Arquivo que os arquivos privados, e neles se incluem os arquivos de pessoas, mesmo não tendo sido produzidos pela administração pública, mas, por serem portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e, portanto, patrimônio cultural nacional, devem ser preservados.

Quanto à LGPD, o interesse público deve ser a base para o tratamento realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais e com os dados pessoais cujo acesso é público (Brasil 2018, LGPD, art.º 4.º, § 1.º, e art.º 7.º, § 3.º). Ele ainda deve ser observado para decidir quanto à conservação dos dados pessoais após o término do tratamento e para orientar o tratamento realizado pelas pessoas jurídicas de direito público (Brasil 2018, LGPD, art.º 15.º, III, e 23.º). É preciso ainda destacar, no entanto, que, embora a LGPD se fundamente no respeito à intimidade, à inviolabilidade da vida privada, da honra e da imagem, ela também reconhece a necessidade de se garantir a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação, assim como a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais. Desta forma, visando compatibilizar os interesses dos titulares em preservar sua privacidade e o legítimo tratamento de seus dados, a LGPD se vale da verificação da boa-fé e da observância aos princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da segurança, da prevenção, da não discriminação e da responsabilização e prestação de contas. Ela reconhece, portanto, que é legítimo o tratamento de dados pessoais para finalidades específicas, que devem ser informadas aos titulares, de acordo

com o contexto em que ocorre o tratamento e com os dados atualizados e essenciais para a realização do tratamento, sendo vedado aquele discriminatório. Como medida de salvaguarda, a LGPD obriga o agente de tratamento a se responsabilizar pela segurança dos dados pessoais tratados, pela inocorrência de danos aos titulares e pela demonstração de observância e de cumprimento da norma legal e de seus preceitos.

No caso das instituições arquivísticas, sejam elas públicas ou privadas, elas tem a finalidade de custear, conservar e preservar documentos que já cumpriram a finalidade para o qual foram criados e que, segundo a própria LGPD, estariam sujeitos à eliminação, mas que, por força do reconhecimento de seu valor secundário, seja decorrente de seu valor probatório e como testemunho acerca da organização ou funcionamento de órgão governamental, seja por força de seu valor informativo acerca dos organismos e pessoas, são de interesse público, patrimônio cultural nacional e fonte de pesquisa científica, histórica, cultural, educacional, entre outras.

Após a edição do RGPD, a Comissão Europeia, por intermédio de seu *European Archives Group* (EAG, 2018), alerta que o RGPD permite uma série de isenções para os arquivamentos de interesse público e esclarece que, em sua averiguação, deve-se levar em conta a missão da instituição e não a natureza dos próprios arquivos. Infelizmente, na tropicalização da LGPD, diversas normas relacionadas aos arquivos foram suprimidas, sendo aquelas relacionadas aos arquivos e ao interesse público algumas delas. Entretanto, ainda assim, há que se reconhecer que o art.º 2.º, III, da LGPD busca compatibilizar a proteção aos dados pessoais com a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião. Deve-se lembrar, também, que muitos arquivos de pessoas sofreram processo de institucionalização a partir dos anos 1970, seja por conta do desenvolvimento de novas correntes historiográficas, seja devido ao movimento social que impacta no acesso a documentos e nas pesquisas. Por fim, incumbe destacar que essa incorporação foi realizada por entidades que, segundo Moreira (1990), ora estavam vinculadas às universidades, que absorviam documentos relacionados a temas ou linhas de pesquisa ali desenvolvida, ora a centros de memória que definiam previamente o contexto que justificava a incorporação de um determinado conjunto histórico. E esses arquivos de pessoas, apesar de serem regulados por norma de direito privado, ao serem doados ou vendidos a instituições públicas, salvo expressa previsão estabelecida pelo seu antigo proprietário, se subordina às normas gerais de acesso previstas para a documentação governamental (Duchein 1983). Além disso, para que haja depósito, aquisição ou recolhimento de arquivo privado pelo Poder Público, seu interesse público e social e seu valor como fonte relevante para a história e o desenvolvimento nacional deve ter sido, em algum momento, identificado ainda que não tenha sido formalmente reconhecido.

O interesse público é, segundo Borges (1996, p. 116), um «conceito indeterminado que precisa «ser preenchido», para cada sociedade e para cada tempo, tendo como

última *ratio*, o atingimento do ideal aristotélico do sumo bem comum que corresponda à aspiração dos indivíduos». Para a autora, um interesse passa a ser público quando é compartilhado por um montante tão expressivo de pessoas, membros de uma «comunidade determinada, que o mesmo passa a ser também identificado como interesse de todo o grupo, ou, pelo menos, como um querer valorativo predominante da comunidade» (Borges 1996, p. 114).

Mello (2015, pp. 60-61) destaca ser usual ver o interesse público em contraposição ao do indivíduo, mas que ele é uma «dimensão pública dos interesses individuais». Em sua visão,

Existe, de um lado, o interesse individual, particular, atinente às conveniências de cada um no que concerne aos assuntos de sua vida particular — interesse, este, que é o da pessoa ou grupo de pessoas singularmente consideradas —, e que, de par com isto, existe também o interesse igualmente pessoal destas mesmas pessoas ou grupos, mas que comparecem enquanto partícipes de uma coletividade maior na qual estão inseridos, tal como nela estiveram os que os precederam e nela estarão os que virão a sucedê-los nas gerações futuras.

Pois bem, é este último interesse o que nomeamos de interesse do todo ou interesse público. Não é, portanto, de forma alguma, um interesse constituído autonomamente, dissociado do interesse das partes e, pois, passível de ser tomado como categoria jurídica que possa ser erigida irrelatamente aos interesses individuais, pois, em fim de contas, ele nada mais é que uma faceta dos interesses dos indivíduos: aquela que se manifesta enquanto estes — inevitavelmente membros de um corpo social — comparecem em tal qualidade (Mello 2015, p. 61).

Tal entendimento se assemelha ao de Arendt (2007), no sentido de que, ao se declarar um interesse público, busca-se amparar um bem coletivo, comum aos indivíduos, e que permeia tanto a noção do público quanto do privado, pois esse interesse público representa, na prática, uma dimensão pública dos interesses dos indivíduos.

Partindo-se dessa visão, reconhece-se que é também o interesse público que se está a tutelar quando a LAI prevê, nos incisos de seu art.º 32.º, condutas ilícitas do agente público ou militar, e que impõe sanções a pessoa física ou entidade privada que detenha informações que deveriam ser públicas. Apesar de o tratamento indevido de dados sigilosos e pessoais também serem passíveis de restrição, a LAI dá especial atenção a situações que impeçam ou limitem o acesso a informações, corroborando a visão de prevalência do interesse público (Brasil 2011).

Por fim, ressalta-se que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) enfatiza que a LGPD estabelece regime jurídico especial para o tratamento de dados pessoais

para fins acadêmicos e de realização de estudos e pesquisas. A ANPD (2022, pp. 16-17) afirma também que a anonimização não é sequer «pré-requisito técnico para a divulgação pública ou para compartilhamento de dados pessoais para fins de realização de estudos e pesquisas, devendo-se reconhecer, inclusive, que, em alguns casos, a identificação dos titulares pode ser imprescindível para os objetivos da pesquisa». Embora a ANPD (2022, p. 6) se silencie quanto à hipótese de interesse público, chegando inclusive a excluir expressamente de seu estudo «a análise ou interpretação de disponibilização de acesso ou de divulgação de informações pessoais», resta evidente que o direito à privacidade previsto na LGPD não pode ser interpretado isoladamente, mas com a análise tanto do interesse público quanto o dano potencial para o titular.

Por derradeiro, enfatiza-se que o risco ou dano potencial do indivíduo é mais um conceito que padece de definição na estrutura normativa nacional e instituto que ainda não se encontra pacificado a nível jurisprudencial. O Arquivo Nacional britânico aponta critérios para sua identificação que estão relacionados a perda financeira, danos físicos, inclusive à liberdade de locomoção do indivíduo, danos mentais que ultrapassem o aborrecimento ou contrariedade ou que provoquem repulsa ou nojo (EAG 2018, *The National Archives*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa relacionada à aplicabilidade da LGPD em arquivos de pessoas foi realizada de forma abrangente e não exaustiva, tendo como finalidade inicial identificar artigos sobre o tema. Diante da escassez de material bibliográfico recuperado após revisão sistemática de literatura, buscou-se construir narrativa capaz de identificar pontos críticos a serem observados no tratamento de arquivos pessoais para que se possa, a partir dos mesmos, obter parâmetros e critérios mais objetivos que auxilie a instituição custodiadora e o profissional de arquivo a garantir direitos individuais e coletivos quando houver o tratamento de dados pessoais.

Reconheceu-se que os arquivos de pessoas passam a ser absorvidos por instituições arquivísticas a partir da década de 1970, não apenas por força de uma vertente historiográfica e o fortalecimento da micro-história, mas diante do reconhecimento, ainda que tácito, de seu valor como patrimônio cultural e até mesmo como medida de proteção a um conjunto de notória relevância à história nacional.

Identificou-se que a falta de normatização e de critérios objetivos em relação a proteção e acesso de documentos e os dados neles contidos provoca incerteza e impacta nas atividades das instituições arquivísticas e órgãos de pesquisa. Porém, foi possível estabelecer que o interesse público ocorre quando um valor é compartilhado por uma grande parcela de uma comunidade e que expressa o querer valorativo nela predominante e que o mesmo deve ser comparado ao dano potencial de um indivíduo. De igual forma, bus-

cou-se em diretrizes europeias para compreender que o dano ao direito do titular para prevalecer sobre o interesse coletivo tem que importar em perdas financeiras, dano físico ou moral, que deve ir além do nível de contrariedade ou aborrecimento ou que a divulgação dos dados possa provocar repulsa ou nojo na coletividade.

Partindo-se desses parâmetros iniciais, a pesquisa tende a se desenvolver no caminho de identificar novos riscos potenciais e critérios, cada vez mais mensuráveis e objetivos, assim como medidas de controle para, com base na norma ABNT 31000, propor processo de gestão de riscos voltados para o tratamento de dados pessoais em instituições arquivísticas, contribuindo desta forma para maior garantia dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ANPD [AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS], 2022. *Estudo técnico: A LGPD e o tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e para a realização de estudos por órgão de pesquisa* [Em linha]. Texto para Discussão N° 1/2022 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/sei_00261-000810_2022_17.pdf.
- ARENDE, H., 2007. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BOBBIO, N., 2000. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Barueri, SP: GEN Atlas.
- BONAVIDES, P., 2002. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros.
- BORGES, A. G., 1996. Interesse público: um conceito a determinar. *Revista de Direito Administrativo* [Em linha]. **205**, 109-116 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rda.v205.1996.46803>.
- BRASIL, 2018. *Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)* [Em linha]. Presidência da República [consult. 2023-11-23]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.
- BRASIL, 2011. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (LAI)* [Em linha]. Presidência da República [consult. 2023-11-23]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.
- BRASIL, 1991. *Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências* [Em linha]. Presidência da República [consult. 2023-11-23]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm.
- CAMARGO, C. R., e T. D. S. MOLINA, 2010. O Patrimônio Arquivístico: acervos privados e interesse público. Em: *XIV encontro regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio* [Em linha]. Rio de Janeiro: ANPUH [consult. 2023-11-23]. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276714107_ARQUIVO_ResumoparaapresentarRio.pdf.
- CANCELIER, M. V. D. L., 2017. O Direito à Privacidade hoje: perspectiva histórica e o cenário brasileiro. *Sequência (Florianópolis)* [Em linha]. **38(76)**, 213-239 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n76p213>.
- CARRARA, S., 2011. Do direito de saber: o acesso à informação pessoal privada nos arquivos da ditadura militar brasileira. *Acervo*, **24(1)**, 195-204.
- COMPARATO, F. K., 2001. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva.

- COOK, T., 1998. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Estudos Históricos*. 11(21), 129-150.
- CORDEIRO, A. M., et al., 2007. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*. 34(6), 428-431.
- COSTA, M. C. C., 2013. Liberdade de expressão como direito – história e atualidade. *Nhengatu-Revista iberoamericana para Comunicação e Cultura contrahegemônicas*, 1(1).
- COUNCIL OF EUROPE, 1970. Resolução nº 428, de 23 de janeiro de 1970. *Declaration on mass communication media and Human Rights* [Em linha]. Parliamentary Assembly [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://pace.coe.int/en/files/15842>.
- CONSELHO DA EUROPA, 1981. *Convenção n. 108, de 28 de janeiro de 1981. Convenção para a Proteção das Pessoas Singulares no que diz respeito ao Tratamento Automatizado de Dados Pessoais* [Em linha]. Portugal: Ministério Público [consult. 2023-11-23]. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_protecao_pessoas_tratamento_automatizado_dados_caracter_pessoal.pdf.
- CRIVELLI, R., e M. L. BIZELLO, 2021. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. *Acervo*. 34(1), 131-153.
- DILTHEY, W., 1978. *Teoria de la conception del mundo*. México: Fondo de Cultura Economica.
- DUCHEIN, M., 1983. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización ya la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del RAMP*. Paris: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la cultura.
- DURANTI, L., 1989. The odyssey of records managers - Part I. *ARMA Quarterly*. 23(3), 3.
- EAG [EUROPEAN ARCHIVES GROUP], 2018. *Guidance on data protection for archive services. EAG guidelines on the implementation of the General Data Protection Regulation in the archive sector* [Em linha]. EAG [consult. 2023-11-23]. Disponível em: https://commission.europa.eu/system/files/2018-10/eag_draft_guidelines_1_11_0.pdf.
- FERNANDES, D. A., 2017. Dados Pessoais: Uma nova commodity, ligados ao direito da intimidade e à dignidade da pessoa humana. *Revista Jurídica*. 4(49), 360-392.
- GIL, A. C., 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- GRAND, P., 2006. État, nation, archives. Matériaux pour l'histoire de notre temps. *BDIC*. 2(82), 26-36.
- HEYMANN, L. Q., 2021. Sobre privacidade, direitos, ética e arquivos, sobre a obra de Heather MacNeil “Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos”. *Acervo*. 34(1), 261-268.
- HEYMANN, L. Q., 2009. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Em: *VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Anais*. Buenos Aires, pp. 1-19.
- JOFFILY, M., 2012. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. *Estudos Históricos*. 25(49), 129-148.
- KNAUSS, P., 2009. Usos do passado, arquivos e universidade. *CDHIS*, 22(40), 9-16.
- LOPES, A. M. D. A., 2000. Os direitos humanos: última tentativa de salvação da teoria do direito subjetivo. *Revista de Informação Legislativa*. 37(148), 127-139.
- MACHI, L. A., e B. T. MCEVOY, 2021. *The literature review: Six steps to success*. Dallas: Corwin Press.
- MACNEIL, H., 2019. *Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos*. Minas Gerais: UFMG.
- MAHER, W., 2012. Arquivistas como artistas na corda bamba: o equilíbrio entre propriedade e direitos de privacidade considerando primeiro o usuário. *Arquivo & Administração* [Em linha]. 12(1) [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50563>.

- MAQUEO RAMÍREZ, M. S., J. MORENO GONZÁLEZ, e M. RECIO GAYO, 2017. Protección de datos personales, privacidad y vida privada: la inquietante búsqueda de un equilibrio global necesario. *Revista de derecho (Valdivia)* [Em linha]. **30**(1), 77-96 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-09502017000100004>.
- MARCONI, M. A., e E. M. LAKATOS, 2010. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- MATTOS, P. D. C., 2015. *Tipos de revisão de literatura*. São Paulo: UNESP.
- MELLO, C. A. B., 2015. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros.
- MISSÃO para a Sociedade da Informação, 1997. *Livro Verde para a Sociedade da Informação*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- MINAYO, M. C., org., 2002. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MOREIRA, R. L., 1990. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*. **3**(5), 66-74.
- OKOLI, C., 2019. Guia para realizar uma Revisão Sistemática de Literatura. *EAD em Foco* [Em linha]. **9**(1). [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748>
- ONU [ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS], 1948. *Declaração universal dos direitos humanos*. ONU [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- PAGALLO, U., 2013. *The laws of robots: Crimes, contracts, and torts*. Springer Science & Business Media, vol. 10.
- ROBBIN, A., 1986. State archives and issues of personal privacy: policies and practices. *The American Archivist*. **49**(2), 163-175.
- RODOTÀ, S., 1995. *Tecnologie e diritti*. Bologna: Il mulino.
- ROSS, A., 2006. Teaching and Learning Citizenship Education in a Changing Europe. *The new educational review*. **10**(3-4), 33-43.
- SANZ SALGUERO, F. J., 2016. Relación entre la protección de los datos personales y el derecho de acceso a la información pública dentro del marco del derecho comparado. *Ius et Praxis* [Em linha]. **22**(1), 323-376 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-00122016000100010>.
- SHELLENBERG, T. R., 2002. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- SCHWAITZER, L. B. S., 2020. LGPD e acervos históricos: impactos e perspectivas. *Archeion Online*. **8**(2), 36-51.
- SCHWAITZER, L. B. S., N. NASCIMENTO, e A. S. COSTA, 2021. Reflexões sobre a contribuição da gestão de documentos para programas de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Acervo*. **34**(3), 1-17.
- SILVA, M., 2016. *A polissemia do termo "arquivo"* [Em linha]. BRAPCI [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/188838>.
- SILVEIRA, R. Z., M. C. MIGUEL, e J. L. LIMA, 2022. Direito ao esquecimento e sua representação: uma abordagem etnográfica com diretores de arquivos públicos Capixabas, Brasil. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea* [Em linha]. **6**(1), e25322 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2022v6n0ID25322>.
- WARREN, S. D., e L. D. BRANDEIS, 1890. The Right to Privacy. *Harvard Law Review* [Em linha]. **4**(5), 193-220 [consult. 2023-11-23]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1321160>.

DOCUMENTOS DA *PERFORMANCE ART* E AS NECESSÁRIAS CONVERGÊNCIAS ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

ANA CLÁUDIA LARA COELHO ARANHA*

ELISABETE GONÇALVES DE SOUZA**

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA***

INTRODUÇÃO

Há inúmeras discussões sobre as convergências e divergências entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no escopo da Ciência da Informação. Para Angélica Marques (2013), Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação (CI), Museologia e Documentação são disciplinas que «têm por objeto a gênese, organização, comunicação e recuperação da informação e que comunicam paradigmas comuns em torno desses processos» (Marques 2013, p. 132). Porém, mesmo com esse objeto principal em comum, cada disciplina possui trajetórias, objetos e métodos próprios. Segundo a autora, essas disciplinas funcionariam como subcampos de um campo maior, o da informação, mantendo relações de cooperação, conflito e parceria.

Lena Vania Ribeiro Pinheiro (1999) entende que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são as áreas que, mais fortemente, mantêm relações interdisciplinares com a Ciência da Informação. A relação com a Biblioteconomia seria a mais reconhecida pelos estudiosos, enquanto que a Arquivologia e a Museologia seriam associadas à CI, «provavelmente por um equívoco entre interdisciplinaridade e aplicações» (Pinheiro 1999, pp. 174-175). A autora esclarece ainda que, em estudos sobre interdisciplinaridade, «há o reconhecimento de que a Ciência da Informação incorpora muito mais contribuições de outras áreas, do que transfere para essas um corpo de conhecimentos gerados dentro de si mesma» (Pinheiro 1999, pp. 175-176).

* Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8436-325X>;
Email: anaclaudialaracoelho@gmail.com.

** Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9707-6017>;
Email: elisabetegs@id.uff.br.

*** Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4551-3945>;
Email: vitormowlac@gmail.com.

Carlos Alberto Ávila Araújo (2011), analisando a trajetória da CI no Brasil, explica que esta ofereceu à Biblioteconomia e a Arquivologia maior cientificidade¹, enquanto recebeu da Biblioteconomia uma maior diversidade de temas de estudo e uma «infraestrutura institucional (departamentos universitários, periódicos científicos, congressos)» (Araújo 2011, p. 116), e da Arquivologia, técnicas, conceitos e visões sobre documentos arquivísticos, especialmente «ideias sobre a organicidade e o ciclo de vida dos documentos, sobre patrimônio e memória, sobre historicidade dos registros do conhecimento humano» (Araújo 2011, p. 119). Sobre a Museologia, Araújo destaca que, no Brasil, buscou-se colocá-la sob o escopo da CI, junto à Arquivologia e a Biblioteconomia, esperando que também ocorram colaborações mútuas. No que se refere à ligação específica entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, o autor mapeia quatro eixos de produção de conhecimentos comuns, que se revelam pontos de encontro: «as funções sociais, a manipulação ideológica, as apropriações dos usuários, as dinâmicas de significação operadas pelos mecanismos de representação» (Araújo 2011, p. 126).

Fora do escopo da CI, também há discussões sobre as relações entre essas áreas. Heloísa Liberalli Bellotto (2006) entende que «arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico» (Bellotto 2006, p. 35). Tais metas, no entanto, são alcançadas através de diferentes procedimentos e materiais.

Gabrielle Francinne de S. C. Tanus (2014) defende que a análise da história dos campos científicos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, não pode prescindir da análise da história das suas instituições. Assim, procura entender as ligações entre arquivos, bibliotecas e museus, identificando, na literatura científica, duas posturas principais: defesa da falta de relação significativa entre as histórias dessas instituições *versus* defesa da existência de um maior entrelaçamento entre tais histórias. Tanus (2014), no entanto, destaca um ponto comum, o viés da memória, sugerindo

que não se deve distinguir a importância de cada uma dessas instituições frente a outra, pois se considera que todas as três instituições, arquivos bibliotecas e museus, foram e são igualmente relevantes para a construção social da história e da memória da humanidade (Tanus 2014, p. 86).

¹ Segundo Araújo (2011), a CI ofereceu à Biblioteconomia «cientificidade à produção de conhecimentos... (os professores de Biblioteconomia se titularam em CI e na CI desenvolveram suas temáticas de pesquisa)» (Araújo 2011, p. 116), e à Arquivologia, a «possibilidade de construção de conhecimentos propriamente científicos [...]». Ao mesmo tempo, abriu portas para que a Arquivologia problematizasse questões que vão além da instituição arquivo» (Araújo 2011, p. 118).

Analisando os autores, percebemos que Marques, Pinheiro e Araújo defendem, em diferentes graus, a existência de interdisciplinaridade entre as áreas citadas. Porém, essa não é uma visão pacificada. Para Maria Odila Fonseca (2011), a interdisciplinaridade existe na CI, mas seria mais formal do que real, um empréstimo de conceitos sem adaptação aos propósitos da área. Sobre a ligação específica entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, Araújo vê confluências na produção de conhecimentos nas áreas, a partir das ações realizadas nas instituições arquivos, bibliotecas e museus (e também nas universidades), como Tanus (2014), que traz a importância destas instituições para a memória e a história. Debates como esses têm seu lugar no plano teórico, mas também se refletem na realidade das instituições culturais, diante da complexidade da pesquisa dos usuários. Apesar da importância do tratamento da informação específico a cada área, nem sempre o tema de interesse do usuário se enquadra em categorias estanques, rigidamente separadas. Isso decorre das próprias redes onde a informação circula, permeadas por objetos ao mesmo tempo sociais, reais e discursivos (Frohmann 1995).

Dentro dessa perspectiva, têm-se a organização da informação relativa à *performance art*, manifestação artística efêmera cuja realização se dá em um espaço-tempo irrepetível, no máximo rerepresentado (Cohen 2002). Essa forma artística demanda das instituições o mapeamento de uma rede de documentos a fim de disponibilizar informações mais completas aos interessados. Tais documentos são produzidos e/ou tratados de maneira própria por museólogos, bibliotecários e arquivistas, mas um melhor atendimento ao usuário requer a integração entre esses profissionais, os sistemas usados e os instrumentos de pesquisa elaborados. No cotidiano das instituições, um tema como a *performance art* torna necessário a convergência entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, na busca de um melhor serviço ao usuário.

1. DESENVOLVIMENTO

Entre os anos de 2018 e 2020, realizou-se pesquisa de mestrado sobre o tratamento arquivístico, em especial a manutenção da organicidade (vínculo entre os documentos de um mesmo fundo)², de manifestações artísticas marcadas pela efemeridade. *Happenings*, *performances* e *body art*, apesar de algumas diferenças, se caracterizam pela sua existência, como obra, apenas enquanto estão sendo vividas/realizadas. Nesse sentido, se assemelham às apresentações teatrais, com a diferença de que não seguem necessariamente um roteiro e, muitas vezes, o artista se apresenta como ele mesmo, e não uma personagem. Conforme esclarece Roselee Goldberg (2007, p. 9), na *performance art*:

² Duchein (1982/1986) trabalha com a noção de fundo arquivístico como um conjunto de documentos (de qualquer natureza) que possui a mesma proveniência e que não deve ser misturado a outros conjuntos com proveniências distintas.

A obra pode ter a forma de espectáculo a solo ou em grupo, com iluminação, música, elementos visuais criados pelo próprio performer ou em colaboração com outros artistas, e ser apresentada em lugares como uma galeria de arte, um museu, um ‘espaço alternativo’, um teatro, um bar, um café ou uma esquina. Ao contrário do que acontece na tradição teatral, o performer é o artista, quase nunca uma personagem, como acontece com os actores, e o conteúdo raramente segue um enredo ou uma narrativa nos moldes tradicionais. A performance pode também consistir numa série de gestos íntimos ou numa manifestação teatral com elementos visuais em grande escala e durar apenas alguns minutos ou várias horas; pode ser apresentada uma única vez ou repetida diversas vezes e seguir ou não um guião; tanto pode ser fruto de improvisação espontânea como de longos meses de ensaios. Quer se trate de um ritual tribalista, de uma representação medieval da Paixão de Cristo, de um espectáculo renascentista ou das soirées organizadas pelos artistas da década de 1920 nos seus ateliers de Paris, a performance conferiu ao artista uma presença na sociedade (Goldberg 2007, p. 9)³.

É uma definição abrangente, que engloba o *happening* — ações instantâneas, realizadas em grupo, que suscitam a participação ativa do público (Glusberg 2013) e a *body art* — ações centradas no corpo do artista, mais complexas e subjetivas (Jones 1998). Segundo Kristine Stiles (1996), essa postura que generaliza e inclui o *happening* e a *body art* na *performance art* surgiu em 1973. Foi uma decisão dos teóricos, que buscaram organizar, sob um mesmo nome, as diversas denominações dadas pelos artistas às manifestações artísticas ligadas às ações ao vivo (*live actions*) — impossíveis de se definirem de maneira limitada. No entanto, outros autores preferem utilizar o termo *happening* ou *body art* como aglutinadores, o que demonstra a dificuldade de classificação dessas formas de arte. Apesar disso, a decisão de eleger o termo *performance art* como palavra-chave foi adotada na pesquisa de mestrado, principalmente, por uma questão de ordem prática: no contato com as instituições culturais, constatou-se que o termo *performance* era o mais conhecido e utilizado para se referir a essas manifestações artísticas efêmeras.

Essa pesquisa caracterizou-se como qualitativa e exploratória, valendo-se de entrevistas semiestruturadas com os profissionais de instituições culturais que custodiam e organizam documentos relacionados à *performance art*, como museólogos, arquivistas, bibliotecários, curadores de pesquisa e documentação e historiadores. Das 35 instituições localizadas no Rio de Janeiro e das duas situadas em Niterói que teriam recebido

³ Manteve-se a grafia original de Portugal.

*performances*⁴, conseguiu-se visitar seis: o Centro Cultural *Light* (CCL), o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), o Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu Histórico Nacional (MHN), o Museu da República (MR) e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC Niterói). A princípio, seriam analisados apenas arquivos de artistas, mas a pesquisa *online* revelou que havia poucos desses fundos arquivísticos nas instituições culturais. Assim, a análise se estendeu a documentos de demais acervos (não apenas o arquivístico) relacionados ao tema de interesse. Os resultados seguem a seguir⁵.

1.1. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

O acervo museológico do MAM Rio possui 6600 obras de arte moderna e contemporânea de artistas nacionais e internacionais, além de abrigar, em comodato, praticamente o mesmo quantitativo de obras da Coleção Gilberto Chateaubriand e 1800 fotografias da Coleção Joaquim Paiva. O acervo arquivístico é composto por cerca de 220 000 documentos sobre os artistas das coleções, as exposições realizadas e a construção do Museu. O acervo bibliográfico compõe-se de 618 títulos de periódicos e de 31 500 publicações (monografias, catálogos de exposições, obras de referência e livros).

Neste Museu, foram entrevistadas a museóloga (MS1) e a curadora de pesquisa e documentação (CPD) (não se teve acesso ao arquivista e à bibliotecária), sendo possível identificar algumas características sobre os acervos e os tratamentos empreendidos. Sobre o acervo arquivístico, os documentos do próprio Museu não são tratados como um fundo institucional, e não há setores de arquivo corrente, intermediário e permanente (os arquivos correntes são mantidos junto aos departamentos), mas existe um setor de guarda e organização dos documentos⁶. Os documentos são classificados em institucionais (produzidos pelo Museu) e colecionáveis, separados por séries e dossiês. Há, ao menos, nove séries: *Catálogos*, *Cursos*, *Dança*, *Eventos*, *Exposições*, *Memória*, *Música*, *Teatro* e *Visitas*. Os rolos de filmes e DVDs são guardados na Cinemateca, porque esta oferece melhores condições de acesso e armazenamento. Há um banco de dados arquivístico, que chega ao nível de descrição dossiê e, ao menos, dois inventários. Convites, catálogos, *clippings*, livros e *folders* são guardados e organizados tanto pelo Arquivo, quanto pela

⁴ Chegou-se a esse número a partir de pesquisas feitas na *internet* com os termos «performance», «performance art» e «performance artística», confirmadas posteriormente através de contato por *email* e telefone com as instituições selecionadas. Para mapear as instituições culturais localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, foram utilizados o Guia de Museus Brasileiros, publicação digital do Ministério da Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus, além da plataforma *MuseusBr* e do portal *Museus do Rio*.

⁵ Tais resultados referem-se a 2020, ano de defesa da dissertação. Como a maioria dessas informações não é disponibilizada na *internet* decidiu-se mantê-las por terem sido coletadas diretamente das instituições, ainda que possam conter alguma defasagem.

⁶ Houve um projeto de criação de um setor de arquivo permanente, que gerou um manual de arquivo e uma tabela de temporalidade. Essa tabela foi aplicada por um período, mas o projeto foi descontinuado após a saída dos arquivistas, gerando um acúmulo de documentação. Tal situação, segundo a curadora de pesquisa e documentação, está em análise pela instituição.

Biblioteca (catálogos e livros na Biblioteca, o restante, no Arquivo), ambos subordinados à Pesquisa e Documentação. A tabela de temporalidade e o manual de arquivos, elaborados anteriormente, não são mais utilizados.

Sobre o acervo museológico, há obras, concepções de exposições, fichas catalográficas e um banco de dados. A aquisição de acervo é realizada pela Comissão de Acervo, que consulta a equipe de Museologia nos casos de obras de grande porte ou altos custos de manutenção (cujos critérios de aceitação baseiam-se em acordos verbais). Não há determinação formalizada sobre formação de acervo, política de aquisição e diretriz de desenvolvimento de coleção.

Acerca do acervo bibliográfico, as profissionais relataram que a biblioteca se encontrava fechada desde 2002, após a saída do bibliotecário. Em 2009, contratou-se nova bibliotecária, que identificou diferentes métodos de classificação e decidiu reclassificar todo o material (dezesseis mil já foram organizados). Usa-se o banco de dados BNWeb e uma lista em *Excel*, com cerca de trinta mil itens, para auxiliar a permuta de livros e o atendimento aos pesquisadores.

Das obras e documentos relacionados a *performances*, destacam-se: um fundo documental chamado *Márcia-X*, doado ao Museu já organizado por um grupo externo; objetos usados durante *performances*, como as trouxas cheias de sangue, carne, fezes, ossos, cabelos etc., da obra *Trouxas Ensanguentadas* (1970)⁷, realizada pelo artista Artur Barrio (1945-); os *Parangolés* (1964-1979), de Hélio Oiticica (1937-1980); e um convite e um recorte de periódico da *performance O Polvo*, do artista Michel Groisman (1972-), realizada em 2001 no Museu, durante o evento *Ciclo de Performances*. Em resumo, os documentos (museológicos, arquivísticos e bibliográficos) custodiados pelo Museu e referentes à *performance art* são: recortes de jornais e periódicos, convites, comunicação interna, *releases*, informativos, fotografias, correspondência entre os artistas e o Museu (carta e *email*), livros, correspondências dos artistas, formulário de entrada de obra, materiais de divulgação, fichas técnicas/catalográficas e objetos remanescentes.

No que se refere à relação entre documentos arquivísticos, museológicos e bibliográficos de mesmo artista ou obra, no caso do fundo *Márcia-X*, há menção, na ficha catalográfica, dos documentos arquivísticos relacionados (vídeos, fotografias). Sobre outras *performances*, MS1 afirmou não haver essa ligação, entendimento não compartilhado pela CPD, para quem tal ligação pode ser feita pelo profissional da Pesquisa e Documentação, ao acessar a ficha catalográfica do objeto remanescente da *performance*, e através do conhecimento que possui sobre os acervos.

⁷ Em 1970, o artista abandonou trouxas ensanguentadas, que havia exposto no Museu em 1969, por ruas da cidade do Rio de Janeiro. Essas trouxas, que fazem parte da Coleção Gilberto Chateaubriand, foram apresentadas, durante anos, como peças autônomas. Mas, em anos recentes, o artista solicitou que fossem acompanhadas de documentação, já que a obra não se resumia às peças, mas era a ação que se realizou com elas, ou seja, a *performance*.

A respeito da classificação, as profissionais compartilharam algumas dificuldades. Normalmente, no Museu, busca-se a definição de uma obra por meio de consenso entre museólogos, curadores das exposições/ações e os próprios artistas. Mas, com o passar do tempo, o artista pode mudar seu entendimento sobre a obra, e solicitar alterações. No que se refere à possibilidade de reclassificar documentos, CPD opinou que o Museu não deveria se redesenhar para receber *performances*, porque a preocupação com registro e memória deve abarcar todo tipo de trabalho artístico. Como o Museu costuma documentar as exposições/ações que ocorrem, tanto por filmagem quanto por fotografia, não há uma política de registro específica para artes efêmeras. Apesar disso, ela reconhece que, para as artes efêmeras, é necessário reunir documentos dispersos fisicamente pelos diversos setores da instituição para auxiliar na recuperação da ação.

1.2. Centro Cultural *Light*

O CCL possui duas galerias, um teatro chamado *Lamartine Babo*, o *Circuito Memória* com uma exposição permanente sobre os serviços prestados pela *Light*, o Museu *Light* de Energia, a sala *Di Cavalcanti* (com quadros do pintor) e o Espaço *Décadas e Descobertas*, com exposição permanente sobre o papel e a evolução da energia elétrica. O acervo da empresa inclui o arquivístico, o bibliográfico e o museológico, com vídeos, mobiliário, fotografias, documentos textuais, mapas etc., datados do final do século XX e com informações sobre a história da *Light*.

Em entrevista com o museólogo (MS2), identificou-se que o CCL possui setor de guarda e organização de documentos, o Arquivo Histórico Permanente, cujos acervos são organizados na reserva técnica segundo a tipologia (de acordo com a visão museológica, em bibliográficos, arquivísticos, fotográficos e audiovisuais)⁸. Os documentos correntes são mantidos junto aos setores, mas há uma bibliotecária responsável pelo arquivo corrente e pela eliminação de documentos. Os instrumentos existentes são uma tabela de temporalidade e um plano de classificação, criados por uma equipe terceirizada de arquivistas (contratada em 2013), para fazer o levantamento do acervo e criar esses instrumentos.

Com relação aos acervos, o arquivístico contém pastas funcionais dos empregados, fotografias (digitais, mantidas em *drive* interno, na pasta «Exposições»), *releases*, cartazes, *folders*, panfletos, termos assinados pelos artistas e projetos de exposições enviados pelos artistas. Já o museológico possui obras (pinturas de Di Cavalcanti, mobiliário etc.) e documentos relacionados. Não se entrou em detalhes sobre o acervo bibliográfico.

⁸ Para a Arquivologia, documentos audiovisuais e fotográficos podem ser arquivísticos, desde que estejam ligados a um fundo.

Acerca de documentos relacionados à *performance art*, MS2 citou fotografias, *releases*, projetos das exposições e termo assinado pelos artistas (contrato elaborado pela equipe jurídica da instituição). Ele explicou que o CCL mantém um acordo de cooperação com a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), recebendo exposições de alunos no fim da graduação. Os projetos são pré-selecionados pelos professores da EBA/UFRJ e passam por uma análise final do responsável pela programação cultural do CCL. Após aprovação, o artista, uma testemunha e representantes do CCL assinam o termo citado, que é mantido no arquivo corrente.

Uma das exposições de interesse realizadas no local foi *Percursos*, que expôs objetos utilizados por artistas durante *performances*, além de vídeos e fotografias. MS2 afirmou que solicitou aos artistas o envio de vídeos dessas *performances*, a fim de aumentar o material existente no acervo sobre o assunto. Os objetos expostos não entram para a reserva técnica, sendo devolvidos aos artistas.

No que se refere à ligação entre os documentos, entendeu-se, em um primeiro momento, que ela não era mantida, já que MS2 citou uma organização tipológica típica da Museologia — que, no caso, corresponderia à classificação arquivística quanto ao gênero (audiovisual, textual e iconográfica — vídeos, *releases*, fotografias). Entretanto, ao citar o plano de classificação e a tabela de temporalidade, MS2 afirmou que a organização se deu segundo uma determinada tipologia, em que o acervo arquivístico abrange materiais audiovisuais e fotográficos. A partir desta informação, supôs-se que a tipologia museológica foi aplicada à organização física, enquanto que a intelectual seguiu a arquivística, procurando manter as ligações entre os documentos, independentemente do gênero. Não se soube dizer se há registro escrito da relação entre os documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de uma exposição/obra, mas reconhece-se a existência desse vínculo, já que o museólogo soube informar a existência de documentos relacionados em outros setores.

1.3. Museu Histórico Nacional

O MHN possui Arquivo Histórico e Institucional, sendo que o primeiro guarda os fundos e coleções históricas, e o segundo, a documentação produzida pela instituição. O Arquivo Institucional utiliza o plano de classificação e a tabela de temporalidade do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), aplicados à sua documentação. Além do setor arquivístico, possui Biblioteca e Reserva Técnica.

A respeito dos tipos de documentos custodiados, a arquivista (ARQ) esclareceu que os museológicos são guardados na Reserva Técnica, os bibliográficos na Biblioteca e os arquivísticos no Arquivo. O Arquivo Institucional trabalha com séries e dossiês montados a partir da primeira solicitação, geralmente enviada por *email* e anexada a uma ficha de acompanhamento. Não há registro da ligação entre documentos de diferentes tipologias

(fotografias, *folders*, CDs, DVDs) relativos a uma mesma exposição, mas ARQ pretende fazer remissivas para indicar a organicidade, além de remissivas temáticas (relacionando documentos sobre um mesmo assunto).

O Arquivo Institucional e o Histórico possuem a Biblioteca Digital DOCPRO, onde parte da documentação digital está inserida. A tentativa de implantar o banco de dados AtoM não foi bem sucedida, por questões técnicas. No entanto, o setor da Museologia estava começando a usar o Tainacan, ferramenta que pretende reunir os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico, além de registrar a relação entre documentos arquivísticos, museológicos e bibliográficos de um mesmo artista/exposição/obra.

Sobre documentação relativa a *performances art*, ARQ localizou dois dossiês que, por conterem documentação recente, estavam junto ao arquivo corrente da Diretoria. Eles referiam-se às exposições *Rio dos Rios* (2019) e *Marcantonio Vilaça* (2018), contendo fotografias e *folders*. Percebe, por essa documentação, que é possível encontrar documentos sobre *performance art*, desde que o usuário tenha como informação prévia o título da exposição e/ou o nome do artista. Tal necessidade ocorre, segundo ARQ, porque esse tipo de pesquisa não é usual no MHN. No que se refere a contratos com artistas, ARQ afirmou que antes da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), esses documentos eram enviados ao Arquivo, formando dossiês (contendo memorandos, contratos etc.). Atualmente, o controle por parte do Arquivo se perdeu, já que a documentação é digitalizada, estando provavelmente no SEI e sendo acessada pelos setores correspondentes. A respeito do registro fotográfico dessas ações artísticas, ARQ explicou que é responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), que mantém um arquivo paralelo e não envia as fotografias para o Arquivo. ARQ não soube informar se existem objetos de *performances* guardados na reserva técnica do Museu. Não se conseguiu entrevistar os profissionais dos setores museológico e bibliotecnômico.

1.4. Museu de Arte do Rio

O acervo museológico do MAR é composto por cerca de 8000 itens, com obras de arte histórica, arte moderna e arte contemporânea. O acervo bibliográfico possui por volta de 16 000 itens, sendo que destes, 1481 são livros de artistas. O acervo arquivístico conta com mais de 7000 documentos. A instituição possui Biblioteca e Centro de Documentação, mas não um setor específico de arquivo.

Com relação à organização dos documentos arquivísticos, os históricos chegam à Biblioteca e Centro de Documentação, e recebem um registro de entrada por meio de um código arquivístico (chamado ARQ), no inventário. Posteriormente, são catalogados no sistema *Pergamum* (banco de dados utilizado pela Museologia e pela Biblioteca e Centro de Documentação). Os documentos físicos são alocados por fundos nominados pelos

doadores, que podem ser pessoas físicas ou instituições. Não há plano de classificação (para os documentos correntes), nem quadro de arranjo (para os documentos permanentes). Os documentos correntes permanecem nos setores. Segundo a museóloga (MS3), não há arquivista no corpo profissional, mas equipes terceirizadas de arquivistas são contratadas para atuar em projetos.

O acervo museológico é guardado na reserva técnica por conjuntos com os nomes dos doadores ou de pessoas que estes queiram homenagear. As obras são organizadas por tipologia museológica ou tamanho. A equipe utiliza, como instrumentos, ficha catalográfica, manual de catalogação, tesouro e manual do *Pergamum* (que estava para ser substituído por um banco de dados produzido pelo Sistemas do Futuro). À ficha catalográfica, são anexados documentos como esboços, projetos, textos com o conceito da obra etc. Também se guardam, no setor museológico, documentos de autenticidade, listas de obras emprestadas, lista de exposições, e laudo técnico (com especificações de conservação para fins de seguro). A política de aquisição e descarte de obras está em desenvolvimento e, no que concerne à classificação, as obras são analisadas pela Museologia, enquanto que os acervos arquivístico e bibliográfico são analisados pela Biblioteca e Centro de Documentação.

Quanto aos documentos de *performance art*, o MAR possui um fundo do coletivo artístico Grupo EmpreZa, contendo vídeos, fotografias e objetos remanescentes. MS3 também citou *performances* cujos projetos são mantidos junto aos contratos, no setor administrativo, para fins comprobatórios. Esses contratos têm um número que pode ser recuperado eletronicamente pelo sistema de contratação, permitindo também o acesso às informações sobre as *performances* ou exposições relacionadas. O registro dos eventos ocorridos no Museu é feito pelo setor de Comunicação, que disponibiliza as fotografias e vídeos em um *drive* acessível aos outros departamentos.

Sobre a relação entre documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, tais informações podem ser recuperadas pelo termo de doação, documento padrão com cláusulas contratuais. No entanto, MS3 afirmou que, provavelmente, tal relação poderia ser recuperada eletronicamente através do banco de dados novo, que seria mais robusto e receberia informações mais completas e em maior quantidade.

1.5. Museu da República

O acervo arquivístico do MR é classificado em histórico (29 coleções relacionadas a acontecimentos da história republicana brasileira) e institucional, com um total de 90 000 documentos, entre fotografias, mapas e documentos textuais. O acervo bibliográfico é formado por livros, folhetos, jornais e periódicos, somando cerca de 16 000 títulos, além de DVDs e CDs. O acervo museológico possui mais de 8000 peças, entre mobiliário, pin-

turas, coleções de objetos pessoais, porcelanas, esculturas etc., com uma reserva técnica atrelada ao setor de Museologia.

Segundo a historiadora (HST), o Arquivo Histórico e Institucional guarda apenas acervo permanente, mas não faz a gestão documental. O plano de classificação (nomeado «quadro de arranjo» pela equipe do Museu) para as atividades-meio é o do CONARQ, enquanto que o para as atividades-fim foi desenvolvido pela arquivista (com quem não se conseguiu contato), já que o anunciado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) ainda estava sendo desenvolvido. O Arquivo Institucional recebe documentação de outros setores, mas não através de uma política regular, e sim pela necessidade (com exceção dos documentos legais e financeiros). Há um banco de dados tanto para os documentos históricos quanto para os institucionais, mas a documentação institucional ainda está em tratamento.

Sobre os documentos relacionados à *performance art*, há vídeos, catálogos, *folders* e fotografias. Constatou-se a ocorrência da exposição «Jardim das Delícias», evento em que foram realizadas inúmeras *performances*. Os eventos, em geral, são fotografados pela equipe da Galeria do Lago (local do Museu que recebe exposições), mas HST não soube informar se isso é feito de maneira sistematizada. Tais eventos são tanto internos (produzidos pelo Museu), quanto externos. Com relação às séries de documentos, algumas são nomeadas segundo as atividades-fim, outras são por assunto, permitindo que um mesmo documento possa ser classificado em séries distintas.

Acerca da organização, percebeu-se que o Arquivo Histórico e Institucional é dividido por fundo arquivístico, sendo a proveniência observada pelos setores da Museologia, da Biblioteconomia e do Arquivo. No entanto, o registro da organicidade é realizado por remissivas inseridas nos instrumentos de pesquisa (apenas nas coleções novas), ou seja, parecendo se aplicar apenas a parte da documentação. HST não soube dizer se havia objetos de *performances* no setor da Museologia.

1.6. Museu de Arte Contemporânea de Niterói

O MAC Niterói abriga a Coleção João Sattamini de arte contemporânea brasileira, sendo seu acervo museológico composto por 1217 obras da citada coleção e 369 da Coleção MAC Niterói, formada a partir da doação de artistas que expuseram no Museu. Há uma Divisão de Teoria, Pesquisa e Curadoria, responsável pela guarda e organização de documentos relativos às exposições, aos artistas e às obras. Essa divisão possui uma Biblioteca que guarda o acervo bibliográfico e documentos relativos aos eventos ocorridos na instituição. Não há um setor de arquivo, nem arquivista e nem centralização da documentação. Cada departamento permanece com sua documentação corrente, intermediária e permanente.

Segundo o bibliotecário (BBT), o acervo bibliográfico é constituído por livros, *clippings* e catálogos sobre arte contemporânea brasileira, do pós-guerra à atualidade. Os catálogos são divididos por artistas e instituições, organizados em ordem alfabética pela entrada do sobrenome do autor, seguido do primeiro nome. Os demais documentos (convites, críticas feitas às exposições, fotografias, entrevistas) são guardados em pastas físicas e digitais, classificados por eventos/exposições.

Sobre o acervo museológico, a museóloga (MS4) citou documentos físicos e digitais, divididos por pastas com os nomes dos eventos. Essas pastas contêm documentos referentes às exposições e também fotografias, porém estas não são tratadas como acervo e sim, como um registro comum. Os instrumentos utilizados pelos museólogos são: o manual de catalogação e a ficha catalográfica. A entrada das obras na instituição é decidida, principalmente, pelo setor de Museologia, mas nos casos de vídeos de artistas, tal decisão é tomada pelos diretores e curadores do Museu. MS4 e BBT entendem que esses vídeos deveriam ser guardados na Biblioteca, mas alguns artistas trazem como condição de doação a permanência do documento na Museologia, por enxergarem o acervo bibliográfico como «inferior»⁹ ao museológico.

Sobre os documentos de *performance art*, BBT e MS4 compartilharam dificuldades na identificação e classificação dessa forma de arte, já que muitas vezes não recebem o conceito, sinopse ou projeto das *performances*. Quando BBT e MS4 têm acesso à sinopse, ela não vem acompanhada de maiores explicações. Como a Museologia não se envolve com a concepção das exposições (realizada pela Diretoria e pela Curadoria), não tem acesso a informações mais aprofundadas sobre os eventos. Assim, a Museologia utiliza a denominação dada pelo próprio artista, que muitas vezes não explica, por exemplo, se o vídeo doado é um vídeo de uma *performance* ou um vídeo-arte. Apesar de, atualmente, entrevistas serem realizadas com artistas nacionais antes das exposições, nem sempre é possível obter detalhes. BBT e MS4 citaram, ainda, como desafios de classificação, a ampla gama de linguagens artísticas da arte contemporânea e o uso de um tesouro antigo que não contempla as artes efêmeras. Mesmo com essas dificuldades, foi possível à MS4 identificar algumas *performances*, como o conjunto *Márcia-X*¹⁰ e vídeos das *performances Falante e Chapéu Panorâmico*, do artista Floriano Romano (1969-). Sobre o registro fotográfico dos eventos, MS4 esclareceu que é feito pela Produção Cultural e pelo Educativo, mas não há uma política de registro.

A respeito da ligação entre documentos arquivísticos e museológicos, MS4 explicou que eles não são relacionados eletronicamente porque a Museologia e a Divisão de Teoria, Pesquisa e Curadoria possuem bancos de dados distintos. A identificação da relação é

⁹ Expressão utilizada pela museóloga durante a entrevista, para representar a opinião de alguns artistas que doaram vídeos ao Museu. Não representa a opinião dos autores deste artigo.

¹⁰ Parte do acervo museológico foi para o MAM Rio e parte para o MAC Niterói.

feita por BBT em uma planilha no computador, mas as informações são obtidas oralmente, a partir do contato entre os profissionais do Museu. Apesar disso, há uma discussão sobre a possibilidade de se utilizar um sistema de integração de base de dados único para o Museu, chamado Sistema de Gerenciamento de Acervos Museológicos (SISGAM), que permitirá mapear as relações entre os documentos e permitir uma melhor recuperação sobre *performances*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como Tanus (2014) e Araújo (2011), entende-se, neste trabalho, que a análise das relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia não pode prescindir do estudo dos Arquivos, Bibliotecas e Museus. Ao investigar-se o tratamento dado a documentos de *performance art* em instituições culturais, deu-se destaque ao relacionamento entre os documentos e os setores de arquivo, museu e biblioteca presentes nesses locais. Esse não era o foco inicial da pesquisa de mestrado, que se voltava para a análise do tratamento arquivístico da documentação. Mas, como apenas dois fundos arquivísticos foram identificados (o *Márcia-X* e o do Grupo EmpreZa), viu-se a necessidade de ampliar a noção de organicidade, aplicando-a ao que seria um conjunto aberto¹¹, composto por documentos arquivísticos, mas também bibliográficos e museológicos, dispersos pelos diferentes setores das instituições culturais.

Ao longo da pesquisa de mestrado, no entanto, constatou-se que essa ampliação da noção de organicidade se deu não apenas pela pequena quantidade de fundos arquivísticos citada acima, mas pelo próprio caráter da arte efêmera que, enquanto acontecimento e objeto ao mesmo tempo real, discursivo e social, produz diferentes tipos de documentos, demandando integração entre os diversos setores das instituições culturais para uma melhor recuperação de informações. Assim, passou-se a investigar se a ligação entre esses documentos e os setores responsáveis por eles era registrada de alguma forma nas instituições culturais, e se havia integração entre os bancos de dados.

A partir das informações colhidas, conclui-se que tal registro, assim como a integração entre bancos de dados dos setores museológico, arquivístico e biblioteconômico, eram falhos ou inexistentes, prejudicando a recuperação da informação. Um dos motivos para esses problemas é a própria multiplicidade conceitual da arte efêmera, que acaba por se refletir na dificuldade de classificação, por arquivistas, bibliotecários e museólogos, dos documentos relacionados à *performance art*. Outro, é o uso de instrumentos desatualizados, que dificultam a identificação dos documentos desse tipo de arte. Equipes pequenas, descontinuidade de projetos e problemas financeiros também foram apontados pelos pro-

¹¹ Duchein (1982/1986) classifica os fundos arquivísticos em fechados (pertencentes a organismos produtores que encerraram suas atividades) e abertos (os organismos que os produzem ainda estão em atividade).

fissionais entrevistados. Tais dificuldades mostram que o tratamento dos documentos não é tarefa simples, pois envolve questões políticas, sociais, financeiras, etc., que influenciam a atuação profissional.

Apesar dos desafios (tanto os enfrentados durante a pesquisa, quanto os relacionados ao tratamento documental), estudar uma forma de arte tão específica permitiu a percepção de um quadro maior, no que se refere à necessária convergência entre setores de arquivo, biblioteca e museu em instituições culturais. Como determinado pela *Agenda 2030* da ONU (2022), item 16.10, o acesso público à informação é um direito e é dever de todos garanti-lo. Se, nas instituições culturais, não houver preocupação em relacionar, organizar e preservar os documentos produzidos, recebidos e tratados pelos diferentes setores, relativos às formas e expressões culturais e efêmeras como a *performance art*, as informações disponíveis sobre essas manifestações artísticas provavelmente serão muito restringidas, dificultando a produção de conhecimento artístico e cultural.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á., 2011. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. **16**(31), 110-130 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>.
- BELLOTTO, H. L., 2006. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV.
- COHEN, R., 2002. *Performance como linguagem: criação de um tempo-espaco de experimentação*. São Paulo: Perspectiva.
- DUCHEIN, M., 1982/1986. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração* [Em linha]. Abr. 1982/ago. 1986, **10-14**(1), 14-33 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/49818>.
- FONSECA, M. O. K., 2011. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- FROHMANN, B., 1995. Taking policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: Information, systems, people, organizations. Em: *23 Annual Conference Canadian Association For Information Science* [Em linha]. Edmond, Alberta, Canada [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>.
- GLUSBERG, J., 2013. *A arte da performance*. São Paulo: Perspectiva.
- GOLDBERG, R., 2007. *A arte da performance: do Futurismo ao presente*. Lisboa: Orfeu Negro.
- JONES, A., 1998. *Body art: performing the subject*. Minneapolis (EUA): University of Minnesota Press.
- MARQUES, A. A. da C., 2013. O campo da informação. Em: A. A. da C. MARQUES, org. *A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, pp. 37-159.
- ONU [ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS], 2022. *Agenda 2030. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes* [Em linha]. ONU [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>.

- PINHEIRO, L. V. R., 1999. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. Em: L. V. R. PINHEIRO, org. *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, pp. 155-182.
- STILES, K., 1996. Performarce art. Em: K. STILES, e P. SELZ, coords. *Theories and Documents of contemporary art: a source book of artists' writings*. California: University of California Press, pp. 679-694.
- TANUS, G. F. S. C., 2014. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação* [Em linha]. Jan-jun. **28**(1), 85-100 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/3784/3004>.

UMA JANELA PARA O ANTROPOCENO: UM MUSEU NA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

LEONARDO DOS SANTOS GEDRAITE*
DANIELA FRANCO CARVALHO**

INTRODUÇÃO

O fim do mundo chegou. A realidade a que estávamos habituados está se transformando, Latour (2019b) demonstra que as certezas que a modernidade havia trazido já não servem mais, nossos espaços estão sendo alterados drasticamente em eventos inesperados, mas cada vez mais frequentes. Isabelle Stengers (2015) anuncia: vivemos no Tempo das Catástrofes.

A percepção de alteração do mundo é ubíqua e diversa, com relatos que partem desde uma professora universitária na França até um intelectual da população tradicional Krenak no Brasil (Azam 2020; Krenak 2020). Apesar da unanimidade em apontar o processo de transformação, existem várias dissonâncias entre os discursos. As implicações, a maneira de nomear e de compreender essas mudanças ainda é controversa (Robin 2013).

Uma dessas tentativas de entender o fim do mundo é o conceito de Antropoceno (Crutzen 2002; Crutzen 2010) — o advir de uma nova era geológica, na qual os humanos se tornam uma força planetária, capazes de alterações drásticas na geologia das paisagens e nos processos geoquímicos do planeta. O antropoceno é um conceito recente, mas que vem se tornando cada vez mais importante por demarcar essa percepção social e o *zeitgeist* vigente (Haraway 2015; Robin e Steffen 2007; Steffen et al. 2011; Steffen et al. 2015).

Para além de um conceito científico e geológico, representando um mero marco temporal na história do nosso planeta, o antropoceno também significa uma mudança de paradigma. Se o mundo anterior findou, que mundo habitamos agora? (Danowski e Viveiros de Castro 2017) Como entender nosso planeta, nossa sociedade e nossos desafios? (Muir, Wehner e Newell 2020; Robin et al. 2014; Robin 2016; Thorsson 2020a; Thorsson, 2020b).

O ponto central para a compreensão do antropoceno e a composição de novos mundos por vir são as mudanças climáticas. Um tema controverso socialmente (Leiserowitz et al. 2013; Oreskes e Conway 2011), cujos principais mecanismos geoquímicos já são um

* Secretaria Municipal de Educação (Brasil); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9320-0030>;
Email: lgedraite@gmail.com.

** Universidade Federal de Uberlândia-PPGED/INBIO; ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4476-7903>;
Email: danielafranco@ufu.br.

consenso entre os pesquisadores (Massondelmotte et al. 2021) e entre os ativistas (Friberg 2021). No entanto, apresenta ainda uma forte resistência de setores políticos e econômicos, que lutam contra as mudanças no modo de vida atual necessárias para a sobrevivência nos futuros incertos do antropoceno (Aronowsky 2021; Diele-Viegas, Hipólito e Ferrante, 2021; Hatzisavvidou 2021; Oreskes e Conway 2011).

Os cientistas vêm dando diversos avisos nas últimas décadas sobre o fato de que as mudanças climáticas estavam acontecendo e seriam um problema grave em um futuro próximo. A retórica cada vez mais intensa, que partiu da concentração de dióxido de carbono atmosférica e sua relação com o aquecimento global no famoso trabalho de Charles David Keeling (Keeling 1998; Sundquist e Keeling 2009), foi escalando para problemas que se tornaram cada vez maiores e mais diversos, formando crises e, por fim, atingindo o ponto no qual diversos cientistas declararam uma emergência climática (Gardner e Bullock 2021; Ripple et al. 2021).

Os cientistas são claros: não é mais uma questão de lidar com problemas pontuais ou cenários futuros, é uma situação de sobrevivência no presente, para todas as formas de vida e que demanda ação imediata. Exemplos desses ultimatos no campo teórico da ecologia podem ser vistos na discussão levantada por Charlie Gardner (Gardner et al. 2021; Gardner e Bullock 2021).

O problema, então, passa a ser global e social: como se portar nessa emergência climática e, mais importante, como as gerações futuras, que serão as mais intensamente afetadas, devem lidar com essa situação? (Reid 2019; Schreiner, Henriksen e Kirkeby Hansen 2005). Compreender esse cenário se torna, assim, uma questão educacional — como ensinar uma geração para um futuro incerto?

Assim, surge a educação para as mudanças climáticas. Inicialmente como uma vertente do ensino de ciências, na qual os estudantes são preparados para entender as bases conceituais e teóricas das mudanças climáticas (efeito estufa, concentração de gases, efeito albedo, etc.). No entanto, essa abordagem se mostrou insuficiente, pois não refletia em ações concretas ou permitia uma consciência crítica de todos os aspectos envolvidos no antropoceno. Allen e Crowley (2017). fizeram uma revisão sistemática da literatura e propõem uma mudança de foco nas intervenções educativas, substituindo a primazia do conhecimento da ciência climática, para intervenções baseadas em três princípios: participação, relevância e interconectividade.

Para os autores o princípio de participação na educação climática significa interação com outros estudantes e facilitadores, que envolve o diálogo, a deliberação de decisões e ações. É um passo essencial para aumentar a eficácia do coletivo, sua identidade e senso de responsabilidade; Já o princípio de Relevância envolve tudo aquilo que permite as pessoas a verem motivos, encontrarem a razão de porque eles devem se importar e de como eles podem fazer escolhas significativas baseado em novas experiências e informações, educa-

dores climáticos devem procurar insights da comunidade de educandos sobre o que é mais relevante para eles; Por fim a interconectividade busca criar momento e uma cultura de aprendizagem — é pouco provável que um único evento de aprendizagem tenha um impacto durador, no entanto, séries de experiências de aprendizagem e engajamento conectadas se mostraram eficientes para educação climática (Allen e Crowley 2017, pp. 305-306).

Educadores, então, optaram por uma abordagem interdisciplinar, ou até mesmo transdisciplinar, através da Educação Ambiental. Uma abordagem utilizada por órgãos importantes, como a ONU (UNCC LEARN) ou instituições relacionadas ao mercado (Anderson 2010). Porém, essas vertentes também esbarraram em problemas, seja em barreiras políticas, como o negacionismo social; barreiras de acesso aos sistemas formais de educação, como a formação de professores (Ennes et al. 2021; Reay 2011); ou até mesmo barreiras que impediam a transposição dos conhecimentos adquiridos em ações e/ou valores pessoais importantes (Chapman, Lickel e Markowitz 2017).

Com isso, o debate educacional para as mudanças climáticas propõe um novo movimento (Mckeown e Hopkins 2010): transformar a educação climática em um campo epistêmico próprio, talvez uma disciplina (Monroe et al. 2019) e pensar qual sua constituição e objetivos (Stevenson, Nicholls e Whitehouse 2017), assim como superar essas barreiras (Zummo e Dozier 2021).

Partindo desse momento de renascimento e criação da educação climática, proponho que, para ela superar essas barreiras e se tornar relevante, é necessário que ela esteja imiscuída com seu tempo, o antropoceno. Com base na situação proposta por Bruno Latour (2018 e 2020) de que o momento de emergência climática já não é um conceito útil, visto que passamos do tempo da ação emergencial, agora entramos em um novo período, um novo regime climático, no qual precisamos aterrar novamente, vir para o horizonte comum do nosso planeta e tentar formar um coletivo.

Nesse sentido, os museus podem ser locais importantes para a Educação Climática. Os museus sempre foram espaços relacionados ao processo educativo (Marandino et al. 2020) e, através da vertente da nova museologia (Duarte 2013; Gabriele 2014; Merriman 2020), vêm se integrando à sociedade e à comunidade em que estão inseridos, adotando novos papéis sociais, mais ativos, de maneira a deixar de serem apenas guardiães de um passado atrelado a uma herança colonial (Brulon 2020), para se tornarem atores comunitários agindo nos problemas da época.

A partir dessa situação, esse trabalho tem como problemática central entender os museus como espaços educativos do antropoceno e avaliar a potencialidade deles como locais para a educação climática, buscando auxiliar na definição de uma educação climática não formal.

Para isso, propusemos uma ação educativa virtual, realizada no perfil do Museu da Biodiversidade do Cerrado (MBC), na rede social *Instagram* denominada *Herança de*

Cinzas — uma ação que teve múltiplos objetivos, dentre eles o de entender o antropoceno através dos conceitos de Amnésia da Paisagem (Diamond 2005) e do Longo Agora (Brand 2000; Robin 2020), além de compor um acervo memorialístico de depoimentos sobre o antropoceno, conforme percebido pela comunidade do museu.

A partir do material criado na ação educativa, tivemos como objetivo discutir os devires e possibilidades de uma ação educativa museal para a educação climática, além de propor que os museus ajam como mediadores na leitura dos mundos por vir no antropoceno.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. A exposição

A ação educativa realizada junto ao Museu de Biodiversidade do Cerrado (MBC), denominada *Herança de Cinzas* foi baseada na nova museologia (Duarte 2013; Gabriele 2014), a ação ocorreu durante a pandemia de COVID-19, através de uma rede social do museu, o Instagram.

Partindo do conceito de rede social como espaço democrático, a ação educativa utilizou a *timeline* do perfil do MBC na rede social para propagar uma ação educativa baseada no formato «museu-exposição-pesquisa», proposto por Ana Claudia Resende Morato (Morato 2019). Usamos a composição do feed como uma exposição museal, alternando imagens e vídeo-depoimentos para fomentar a discussão de questões essenciais sobre o novo regime climático (Latour 2020) na nossa realidade.

A ação correu em dois momentos, um primeiro com doze obras de artes comissionadas a artistas e textos de divulgação elaborados pelo setor educativo do museu; e o segundo, constituído por relatos dos efeitos das mudanças climáticas percebidos pelos visitantes virtuais da exposição. A intenção foi gerar uma reflexão crítica sobre a emergência climática partindo da interação da arte com experiências pessoais dos visitantes. Considerando o acervo do MBC a ação educativa contribuiu com doze obras artísticas inéditas e trinta e três relatos memorialísticos vindos da comunidade, que constituíram um acervo digital em exposição permanente na página do *Instagram* (@museudebiodiversidadedocerrado). Os relatos enviados foram compostos de múltiplos formatos: fotografias, poesias, depoimentos gravados em vídeo, vídeos de canções originais, cantigas de ninar e textos transformados em imagens. Além da multiplicidade de formatos/técnicas, pontos de vista e lugares de fala, o registro dessas memórias trouxe para o museu atores que normalmente não habitavam esse espaço.

A temática da ação educativa denominada *Herança de Cinzas* foi a emergência climática decretada pelos cientistas (Ripple et al. 2021), através do registro dos efeitos das mudanças climáticas, conforme percebidos pela própria comunidade local e expressos através da sua voz, na individualidade de cada participante.

Esse registro cultural é importante, pois, na maioria das vezes, as mudanças sociais são lentas, perdurando por vários anos, até atingir seu ápice e mudar drasticamente um local. Um primeiro ponto de reflexão crítica é o que Jared Diamond chama de «Amnésia de Paisagem»: indivíduos esquecem, após algumas gerações, o quão diferente era a paisagem do lugar que habitam há décadas. Isso ocorre devido à lentidão das mudanças, que vão se adicionando aos poucos, ano após ano (Diamond 2005, p. 670).

Da mesma forma, nossa civilização passou por mudanças intensas durante as últimas gerações. Ao longo de sua «história de mais» da modernidade (Jahren 2020), novas substâncias foram criadas, como o plástico, houve revoluções nos transportes, na forma como nos alimentamos, nas espécies que nos relacionamos e no clima das nossas cidades. O mundo que nossos antepassados conheceram é muito diferente daquele que conhecemos, especialmente depois da grande aceleração, que levou os cientistas a decretarem o início de uma nova era geológica, o antropoceno (Robin 2013).

Uma das maneiras de desnudar a amnésia da paisagem e o segundo ponto de reflexão crítica é o conceito de «Longo Agora» (Brand 2000), que relaciona o tempo e a responsabilidade entre gerações, ao imaginar o agora não como um tempo de uma única vida humana, mas sim de sete gerações (indo das bisavós aos bisnetos). Através desse conceito, buscamos visualizar como era o mundo anterior, que nós herdamos dos nossos antepassados e como é o mundo que iremos deixar de herança para as gerações futuras.

1.2. O olhar dos curadores

Para a análise e discussão da ação educativa, os autores seguiram a vertente epistemológica da Cartografia como uma pesquisa-intervenção (Passos e Barros 2020a, p. 17), operando em uma lógica para além do objetivismo das ciências duras, já que buscamos habitar um território existencial (Passos e Barros 2020b, p. 132): o antropoceno.

Compreendemos a noção de território, segundo Deleuze e Guattari (2012, p. 132): «não como um domínio de ações e funções, mas sim como um *ethos*, que é, ao mesmo tempo, morada e estilo [...] estando em constante processo de produção e sendo, antes de tudo, um lugar de passagem».

Neste texto focaremos na etapa da ação educativa constituída pelos relatos, na tentativa de construção de um território existencial junto com os participantes da exposição para compreender o antropoceno de acordo com a percepção conjunta deles, seus sentidos e modos de expressão (Passos e Barros 2020b, p. 132). Seguiremos as orientações de Kastrup e Passos (2016, p. 16) e de Escóssia e Tedesco (2020, p. 92) para traçar um plano comum e avaliar o coletivo de forças, com seus processos de produção e criação das formas. Quais processos são percebidos durante nossa passagem pelo antropoceno? De que forma eles aparecem?

Para adentrar o plano das forças, seguiremos lentamente, caminhando aos passos de uma formiga, junto a Latour e sua Teoria-do-Ator-Rede (ANT) (Latour 1996) para

mapear controvérsias e a formação de grupos, construir redes e mediadores, tentando viabilizar um coletivo e problematizar caminhos para uma educação climática.

Entendemos a exposição como uma janela que se abre e permite a observação de uma paisagem, a descrição do antropoceno e sua relação com as mudanças climáticas, conforme a visão do público participante.

O cartógrafo procura o movimento, as controvérsias e as conexões nos relatos, a velocidade e o processo. Utilizamos algumas ferramentas propostas por Latour para compor uma visão global da paisagem formada pelos relatos, especialmente os marcos espaciais sugeridos por ele: os espaços oligópticos (Latour 2012, p. 262) - locais com uma visão restrita, porém precisa, como um *zoom*; e os panoramas (Latour 2012, p. 271) — visões gerais, que vêem tudo, mas com poucos detalhes, sendo a coerência o seu ponto forte.

1.3. Educação climática

Vozes Ancestrais

Neste panorama, agrupamos os relatos do passado, que têm uma ligação com os ancestrais e/ou modos de existência diferentes, mas que não são caracterizados pela ausência de algo, mas sim por possuírem uma ligação com atores ou cenários diferentes.

O Relato 5 fala dos quintais com plantas e da ligação com os antepassados dela que esses espaços proporcionam. Quintais como locais que vão além da beleza estética, que, através de flores e frutos, trazem memórias de familiares e pessoas queridas, daqueles que trouxeram as mudas das plantas, deixando uma marca naquele espaço que ressurgem a cada ano. Esse lugar torna-se, assim, um local de formação de laços sociais e afetivos.

Um outro tema comum foi a saudade do ambiente rural como outro modo de existência. O Relato 4 traz a saudade da carne de porco conservada na gordura em uma lata; já o Relato 6 evoca a lembrança de beber o leite fresco recém ordenhado da vaca. O Relato 10 fala das famílias grandes e da felicidade das celebrações natalinas, assim como no Relato 12 que lembra das reuniões familiares para fazer quitandas. Temos, ainda, o Relato 28 sobre o chão de infância, quando saía da fazenda para o Cerrado de entorno em momentos de descoberta.

Práticas que foram se transformando com o movimento migratório para as cidades e têm profunda relação com outras estruturas sociais, de famílias maiores e com costumes sociais menos individualistas e mais coletivos. O trabalho era próximo e compartilhado entre os membros, assim como os alimentos e presentes.

Hoje, com a migração urbana crescente (pela primeira vez na história da humanidade cruzamos um limiar onde a maior parte da população se tornou urbana) (Zanlorenssi e Gomes 2020) e um modelo de habitação de tamanho cada vez mais reduzido, os espaços verdes e/ou espaços de terra estão perdendo lugar e os núcleos familiares se tornam progressivamente menores e mais espalhados.

O antropoceno é uma era de concreto e os quintais, como espaços de afetividade, também vão desaparecendo. É interessante observar que as raízes rurais ainda perduram, sendo um ponto importante de ancestralidade na paisagem criada através dos relatos. Temos nesse movimento nossa primeira contradição mapeada.

Por fim, o Relato 27 trouxe o cobertor tecido pela avó. Objetos que trazem memórias afetivas, relações de ancestralidade como a de observar outra geração tecer o objeto, lembranças de acordar na infância com sua mãe cobrindo-a em noites frias e uma constatação de que hoje em dia os cobertores estão guardados em um baú, sem uso, devido às temperaturas cada vez maiores e à diminuição de dias frios na região.

É interessante como essas histórias trazidas através do museu conseguem caracterizar a «amnésia da paisagem» de um modo claro e intenso, seja através de objetos ou tipos de lugares, seja através de modos de existência, como uma vida rural, que antes eram comuns na região e agora começam a desaparecer. Linhas de forças potentes.

Essas mudanças sociais também estão relacionadas à educação climática e ao antropoceno. Da mesma maneira que representam ausências simples (objetos, lugares, modos de existência), essas mudanças também estão atreladas a laços afetivos e maneiras de se conectar com os ancestrais, que estão sendo afetadas.

Chamado da Natureza: Vozes dos Não Humanos

Outro panorama agora não relacionado aos ancestrais, mas sim à geração atual, é a presença de atores não humanos que são trazidos para dar vozes ao antropoceno.

Um desses atores importantes são os rios da região, como o rio Uberabinha, o rio Araguari e o rio Claro. O depoente do Relato 2, traz um vídeo no qual narra suas lembranças e momentos felizes nos rios, principalmente na infância, e de como deseja rios livres para que as próximas gerações tenham oportunidade de ter as mesmas experiências. Ele ressalta que devemos lutar para isso, contra a ameaça de barragens nos rios para empreendimentos comerciais.

O rio Uberabinha retorna novamente no Relato 9, em uma sequência de cinco fotografias do rio e um pequeno texto como legenda, no qual ela fala de sua relação com o rio como fonte de inspiração para sua arte (fotografia) e como um local que embeleza a cidade (o rio atravessa a área urbana do município de Uberlândia). Em sua última foto do relato, ela traz imagens do rio pós chuva, com resíduos sólidos (plásticos e detritos) aglomerados nas folhagens da vegetação ciliar.

Nesses relatos podemos ouvir a voz do rio, que surge como um ator, seja protestando contra as barragens que desejam construir em seu corpo, seja contra a poluição que a cidade joga em suas águas durante a época de chuva.

Outros atores não humanos que chegam a esse panorama são as «chocas-barradas» no Relato 15. Em seu relato, uma mistura de poesia, fotos e vídeos, a autora nos conta da

experiência de compartilhar uma casa com a ave, que nidificou no seu quintal. A vinda do filhote tira a autora do luto da pandemia e traz esperança, mostra que a vida ainda ressurgue.

Nossa rede começa a ficar mais complexa, para além das pessoas com suas lembranças e ancestrais, temos agora não humanos (Latour, 2019, p. 116) que devemos consultar na composição do nosso coletivo. São forças que surgem através de mediadores atuando como porta-vozes / «diplomatas-ecologistas» (Latour 2019, p. 296-297), mas que são essenciais na composição dos panoramas, seja o ativista falando do fim das cachoeiras ou a fotógrafa que dá voz ao rio reclamando do lixo em suas águas.

Paisagens e Locais

Nossa rede fica mais complexa. Nesse panorama podemos observar mais não humanos, alguns ainda mudos, mas com uma recalitrância (Latour 2019, p. 131-132) intensa —, não permitem se sujeitarem às leis da casualidade sem serem ouvidos. Ainda que não tenhamos tradutores para essas vozes, são locais e paisagens que estão mostrando as controvérsias dos nossos tempos.

O Relato 11, traz uma foto e um pequeno texto sobre um local que é importante para ele: «o Vale do Córrego do Esmeril, na Serra da Canastra». O autor fala de como o lugar permite encontrar paz e se conectar com a natureza, mas está ameaçado pela ação humana, principalmente a pecuária e as queimadas. A foto do relato é emblemática, um close de um vale entre dois morros típicos da região, com o córrego no meio. Podemos observar remanescentes de vegetação nativa na mata ciliar do córrego no meio da foto, sendo que os morros estão antropizados, do lado direito vemos a terra escura, recém-saída de uma queimada; do lado esquerdo uma região de pastagem desmatada, com um pouco de capim em primeiro plano.

No Relato 7, temos uma herança relacionada à Laje de Santos (SP), também conhecida como Pedra Mágica, um típico ponto de mergulho próximo de Santos. Podemos ver imagens de mergulhadores e da fauna do local, cardumes de peixes, corais e até uma tartaruga-marinha. O relato fala da acidificação e do aquecimento dos oceanos, que está ocasionando a morte dos corais devido às mudanças climáticas e que pode transformar a pedra mágica em um cemitério.

No Relato 19, aparece o «legado biocultural da região do Campo das Vertentes (CV)», com um álbum de 12 fotos e um texto sobre a região e sua importante característica biogeográfica. As fotos trazem um gosto da paisagem, do amanhecer nos campos e diversos exemplares da fauna e da flora (besouros, aves, flores, lagarto, serpente e um canídeo). O Campo das Vertentes possui segredos ainda desconhecidos e uma diversidade grande de ambientes, devido às suas características únicas.

Por fim, duas paisagens diferenciadas. No Relato 29 temos uma música complementada com uma foto do Cerrado, o «Ser Tão Amado Cerrado», com sons e nomes de aves

desse bioma constituindo uma paisagem em melodia e plumas. E no Relato 22, as praças urbanas como uma herança, locais de confraternizações e amizades, que podem ser importantes no combate às mudanças climáticas.

Esse panorama é interessante porque traz locais específicos, que muitos desconhecem e algumas relações diretas com o antropoceno que levantam controvérsias específicas — sejam as queimadas ou a acidificação do oceano, seja o combate às alterações climáticas com o planejamento urbano. Os atores aqui ainda não têm voz, não trazem ações como os anteriores, mas também não permitem ficarem calados, como meros «objetos modernos». Eles recalcitram.

Ausências

Atores humanos, atores não humanos e objetos recalitrantes — já temos uma rede complexa, porém, ainda incompleta, com mais nodos para se expandir. No penúltimo panorama trazemos uma categoria diferenciada das outras, cheias de vozes, descrita justamente por seu silenciamento. Uma categoria de ausências.

Começamos com o Relato 1, que traz a experiência de comer frutas nativa «no pé», como o cajuzinho-do-cerrado, algo muito comum antigamente, mas que está desaparecendo. Atualmente, na região de Uberlândia já é difícil encontrar os cajueiros nas proximidades da cidade, algo que era comum no passado, com isso as gerações mais novas conhecem a fruta apenas através de produtos processados, como doces de compota ou industrializados, como picolés.

No Relato 17, há uma fala sobre a beleza da flor do maracujá e a preocupação com o desaparecimento de abelhas polinizadoras, já que essa extinção proporciona perda das relações ecológicas e de alimentos, como o maracujá. Sem abelhas, perdemos a beleza da flor e o sabor da fruta.

O Relato 18 traz memórias da infância sobre a interação com árvores urbanas, como a natureza que existia na cidade era parte das brincadeiras e como hoje já não existem mais árvores ou córregos nos mesmos locais. A autora do relato ainda fala sobre as agroflorestas como processo de cura, retomada de uma outra relação entre homem e natureza, que permite um combate às mudanças climáticas.

No Relato 24, em uma paráfrase freiriana relata «À sombra desta goiabeira» sobre sua experiência de infância no «terreninho», um local onde teve contato com pé no chão, goiabeiras e plantações de verduras. Experiências que foram muito importantes durante sua formação, mas que não podem mais ser compartilhadas no mesmo local, pois o terreno foi substituído por um prédio de vinte andares.

Também temos o desaparecimento da fauna, registrado no Relato 25 com seu vídeo sobre os rastros do Brasil e de como as pegadas da mastofauna vêm desaparecendo e sendo substituídas por pegadas de animais exóticos, como cachorros e resíduos antrópicos. No Relato 20 há o desaparecimento de animais. Durante seu trabalho de campo, ela

encontra com várias pessoas que contam dos animais que existiam naquela região, que coabitavam com os moradores, mas que começam a rair, desaparecer — seja o córrego sem peixes no fundo de casa ou os macacos que silenciaram devido ao desmatamento. Extinção, a grande ausência.

Por fim, temos ausências relacionadas a atividades, que não podem mais ser exercidas. No Relato 23, memórias de brincar na rua com outras crianças e de como isso é importante do ponto de vista pedagógico para desenvolver habilidades sociais e um sentido de coletivo. A rua como território cultural e do brincar.

No Relato 8, a depoente retorna à infância e fala da importância das relações sociais que eram cultivadas na rua, nos espaços comuns da cidade (barzinhos, reuniõezinhas nas casas dos colegas, etc.), da amizade gerada. Essa forma de interação social, esse ambiente cultural que era a rua, vem sendo substituído por interações virtuais e efêmeras.

O Relato 3, fala de relações sociais que estão desaparecendo, mas focando na liberdade, na escolha de caminhos e no direito de ir sem preocupações. Como ele diz, «os antigos saiam de casa sabendo que poderiam achar uma sombra, água ou uma fruta no caminho, hoje já não temos essas certezas, ficamos presos a preocupações como queimaduras solares e incertezas». A liberdade de antes, que seus pais e avós tinham, não é a mesma que ele possui e que, por sua vez, sua filha provavelmente terá ainda menos.

O Relato 26, «Humano demasiado urbano», trata de uma cantiga poética sobre o antropoceno construída como uma canção de ninar. Nesse relato todos os conceitos anteriores desse panorama aparecem em uma relação — a extinção da fauna, com o sumiço dos pássaros urbanos, o desaparecimento das relações sociais, com o corte das árvores e o cheiro de fumaça e a urbanização com o modo de existência capitalista.

Novamente, o conceito de amnésia da paisagem (Diamond 2005, p. 205) aparece como plano de fundo, ressaltando as mudanças entre um passado recente e o cotidiano atual. Diferente da categoria inicial de *Vozes Ancestrais*, quando o sentimento de nostalgia era relacionado a algo que se transformou; seja localmente na vida das pessoas como o modo de existência rural, que foi abandonado pelos migrantes, mas ainda persiste em outros locais e memórias, ou seja pelas transformações mais radicais, como o clima que esquenta e impede o uso dos cobertores; aqui nesta categoria houve um desaparecimento, uma extinção. A ausência de pegadas e a extinção local da fauna são cicatrizes permanentes.

É interessante que o novo regime climático traz mudanças objetivas, físicas, como as mudanças de localidades ou o desaparecimento de atores não humanos, mas também mudanças sociais, de sentimentos e relações difíceis de objetivar/quantificar, como a liberdade ou a criação de laços de amizade.

Ciência e Sociedade

Em duas canções, *Cataclysmic Chaos* e *Sorcery Science* (Relatos 32 e 33), há um apelo pela valorização da ciência. O autor, um cientista renomado, fala sobre sua visão das mudanças climáticas e de como a ciência vem sendo ignorada pela sociedade. Em *riffs* e melodia marcantes, com letras potentes, reforça a perseguição a cientistas que buscam dar o aviso das mudanças. A figura do sobrenatural, através dos fantasmas, cria um elo entre as canções — sejam os demônios, fantasmas de animais extintos, ou o fantasma do Galileu, que se manifesta para avisar ao cientista que o período da Inquisição voltou, com seu apelo para esconder as notas. Aqui, vemos uma das maiores contradições do novo regime climático, a disputa entre os climatocéticos e os cientistas pelo discurso e pela política, capaz de descrever as mudanças que estamos vendo, vivenciando e sentindo no mundo.

Esses diferentes panoramas podem ser interconectados em uma rede de atores e relações, como diferentes partes do cenário de uma pintura. Para além dessas regiões categorizadas, ainda sobram alguns relatos esparsos, atores pequenos que não se enquadram nas grandes regiões, precisamos chegar perto, observar os detalhes para ouvi-los: são nossos oligópticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração desse trabalho utilizou uma abordagem cartográfica, na qual os autores, na perspectiva de uma pesquisa-intervenção, criaram categorias através do afeto e do despertar da atenção, utilizando-as como lentes, linhas de força que permitem compreender e criar o antropoceno de acordo com o público do museu.

Dessas linhas de força, destacamos algumas, como a migração, a urbanização e a perda que ocorrem em diversas escalas, e estão imbricadas em uma rede de atores e associações. Com isso, se tornam essenciais para uma compreensão antropológica do efeito das mudanças climáticas no coletivo. Inclusive, é possível fazer uma ponte entre a discussão do acervo, trazida pelos atores participantes através dos relatos, e os debates que estão ocorrendo nos laboratórios e congressos dos cientistas, mostrando potencialidades para superar os resquícios do antigo bicameralismo (Ciência/Natureza vs. Sociedade) e compor um mundo comum. São temas que podem ser utilizados como base para projetos futuros de educação climática.

A partir dessas categorias iniciais, o uso da perspectiva da ANT para criar uma rede através da cartografia de controvérsias se mostrou muito eficiente. O trabalho mapeou controvérsias importantes na formação do antropoceno comum do coletivo: migração, direitos dos não humanos, extinção e urbanização. Dentre essas controvérsias, podemos visualizar alguns atores e associações importantes, que podem ser usados como trilhas para ampliar o debate.

Ao dar voz aos participantes e criar os registros memorialísticos, o museu funciona como uma janela para o antropoceno. Essa janela pode ser usada pelos educadores climá-

ticos como uma avaliação diagnóstica para compreender a realidade dos impactos sociais das mudanças climáticas, na perspectiva das humanidades ambientais.

Uma das maneiras de atingir esse objetivo é através da ANT e da cartografia de controvérsias, que poderiam funcionar como uma avaliação ambiental local, uma ferramenta para mapear atores, controvérsias e associações importantes para cada comunidade.

Assim que essa rede for formada, os museus podem atuar como mediadores, ajudando a transformar a realidade. Baseado na ação educativa e em outras ações realizadas por museus no antropoceno, conclui-se que eles são ideais para mediar transformações que envolvam alteridade (apresentar pontos de vistas distintos ou novas visões de eventos históricos); compor acervos memorialísticos e de ancestralidade; serem espaços democráticos e de discussão de políticas públicas; empoderarem vozes de outros atores e serem um «fiador de veracidade»; e, por fim, serem lugares de criação e imaginação, que permitam construir novos futuros para esses tempos incertos, catastróficos. Desse modo, provendo uma maneira eficiente de superar controvérsias através de uma ecologia política, usando os poderes de consideração e ordenamento para compor um coletivo comum.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

- ALLEN, L. B., e K. CROWLEY, 2017. Moving beyond scientific knowledge: leveraging participation, relevance, and interconnectedness for climate education. *International Journal of Global Warming*. **12**(3/4), 299-312.
- ANDERSON, A., 2010. *Combating climate change through quality education* [Em linha]. Washington, Dc: Center for Universal Education - The Brookings Institution [consult. 2023-11-20]. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/15415_15415brookingspolicybriefclimatecha.pdf.
- ARONOWSKY, L., 2021. Gas Guzzling Gaia, or: A Prehistory of Climate Change Denialism. *Critical Inquiry*. **47**(2), 306-327.
- AZAM, G., 2020. *Carta à Terra – e a Terra responde*. Belo Horizonte: Relicário edições.
- BRAND, S., 2000. *The Clock of the Long Now: Time and Responsibility*. [recurso eletrônico, edição para kindle]. New York NY: Basic Books.
- BRULON, B., 2020. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. **28**, 1-30.
- CHAPMAN, D. A., B. LICKEL, e E. M. MARKOWITZ, 2017. Reassessing emotion in climate change communication. *Nature Climate Change*. **7**(12), 850-852.
- CRUTZEN, P. J., 2010. Anthropocene man. *Nature*. **467**(7317), S10.
- CRUTZEN, P. J., 2002. The “anthropocene”. *Journal de Physique IV (Proceedings)*. **12**(10), 1-5.
- DANOWSKI, D., e E. VIVEIROS DE CASTRO, 2017. *Há mundo por vir?: ensaio sobre os medos e os fins*. 2.ª ed. Florianópolis, Desterro: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental.
- DELEUZE, G., e F. GUATTARI, 2012. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. 2.ª ed. São Paulo: Ed. 34.
- DIAMOND, J. M., 2005. *Colapso como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record.

- DIELE-VIEGAS, L. M., J. HIPÓLITO, e L. FERRANTE, 2021. Scientific denialism threatens Brazil. *Science*. 374(6570), 948-949.
- DUARTE, A., 2013. Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Museologia e Patrimônio*. 6(2), 99-117.
- ENNES, M., et al., 2021. It's about time: perceived barriers to in-service teacher climate change professional development. *Environmental Education Research* [Em linha]. 27(5), 762-778 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504622.2021.1909708>.
- ESCÓSSIA, L., e S. TEDESCO, 2020. Pista 5 O coletivo de forças como plano da existência cartográfica. Em: Eduardo PASSOS, Virgínia KASTRUP, e Liliana da ESCÓSSIA, orgs. *Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 92-108.
- FRIBERG, A., 2021. On the need for (con)temporary utopias: Temporal reflections on the climate rhetoric of environmental youth movements. *Time & Society* [Em linha]. 1(21) [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961463X21998845>.
- GABRIELE, M. C. F. L., 2014. Sociomuseologia. Uma Reflexão sobre a Relação Museus e Sociedade. *Expressa Extensão* [Em linha]. 19(2), 43-53 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/ee.v19i02.4950>.
- GARDNER, C. J., e J. M. BULLOCK, 2021. In the Climate Emergency, Conservation Must Become Survival Ecology. *Frontiers in Conservation Science* [Em linha]. 2 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fcosc.2021.659912>.
- GARDNER, C. J., et al., 2021. From Publications to Public Actions: The Role of Universities in Facilitating Academic Advocacy and Activism in the Climate and Ecological Emergency. *Frontiers in Sustainability* [Em linha]. 2(42) [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/frsus.2021.679019>.
- HARAWAY, D., 2015. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities* [Em linha]. 6(1), 159-165 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/22011919-3615934>.
- HATZISAVVIDOU, S., 2021. 'The climate has always been changing': Sarah Palin, climate change denialism, and American conservatism. *Celebrity Studies* [Em linha]. 12(3), 371-388 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19392397.2019.1667251>.
- JAHREN, H., 2020. *The story of more: how we got to climate change and where to go from here*. [Recurso eletrônico, edição do Kindle]. New York: Vintage Books.
- KASTRUP, V., e E. PASSOS, 2016. Pista do Comum: Cartografar é traçar um plano comum. Em: E. PASSOS, V. KASTRUP, e S. TEDESCO, org. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, pp.15-41.
- KEELING, C. D., 1998. Rewards and Penalties of Monitoring the Earth. *Annual Review of Energy and the Environment* [Em linha]. 23(1), 25-82 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.23.1.25>
- KRENAK, A., 2020. *Ideias para adiar o fim do mundo*. [recurso eletrônico, ebook edição kindle]. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- LATOURE, B., 2020. *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. [recurso eletrônico, ebook edição kindle]. São Paulo: Ubu Editora.
- LATOURE, B., 2019. *Políticas da natureza: Como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Editora UNESP.
- LATOURE, B., 2018. *Down to Earth: Politics in the new climatic regime*. [recurso eletrônico, ebook edição kindle]. Cambridge: Polity Press.

- LATOURE, B., 2012. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador e Bauru: EDUFBA/EDUSC.
- LATOURE, B., 1996. On actor-network theory: A few clarifications. *Soziale Welt* [Em linha]. **47**(4), 369-381 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40878163>.
- LEISEROWITZ, A. A., et al., 2013. Climategate, Public Opinion, and the Loss of Trust. *American Behavioral Scientist* [Em linha]. **57**(6), 818-837 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002764212458272>.
- MARANDINO, M., et al., 2020. *Práticas educativas e formação de públicos de museus: relações entre ciência, sociedade e temas controversos* [Em linha]. São Paulo: FEUSP [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587047041>.
- MASSONDELMOU, V., et al., 2021. IPCC, 2021: Summary for Policymakers. Em: *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Em linha]. Cambridge: Cambridge University Press [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/#FullReport>.
- MCKEOWN, R., e C. HOPKINS, 2010. Rethinking climate change education. *Green Teacher*. **89**, 17-21.
- MERRIMAN, N., 2020. 30 Years after the New Museology: What's Changed? *Prace Etnograficzne* [Em linha]. **48**(2), 173-187 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.4467/22999558.PE.20.014.12639>.
- MICHALSKI, S., 2004. Conservação e Preservação do Acervo. Em: ICOM, org. *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. Paris: ICOM – Conselho Internacional de Museus, pp. 55-98.
- MONROE, M. C., et al. 2019. Identifying effective climate change education strategies: a systematic review of the research. *Environmental Education Research* [Em linha]. **25**(6), 791-812 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504622.2017.1360842>.
- MORATO, A. C. R., 2019. *Museu dos sonhos possíveis* [Em linha] [Brasil]: [Instagram] [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://www.instagram.com/museudossospossoiveis/?igshid=OGQ-5ZDc2ODk2ZA%3D%3D>.
- MUIR, C., WEHNER, K., e J. NEWELL, 2020. *Living with the anthropocene: love, loss and hope in the face of environmental crisis*. [recurso eletrônico]. Sydney: NewSouth Publishing.
- ORESQUES, N., e E. M. CONWAY, 2011. *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. Londres: Bloomsbury Publishing PLC.
- PASSOS, E., e R. B. de BARROS, 2020a. Pista 1 - A cartografia como método de pesquisa-intervenção. Em: E. PASSOS, V. KASTRUP, e L. da ESCÓSSIA, org. *Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 17-31.
- PASSOS, E., e R. B. de BARROS, 2020b. Pista 8 - Por uma política da narrativa. Em: E. PASSOS, V. KASTRUP, e L. da ESCÓSSIA, org. *Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 150-171.
- REAY, D. S., 2011. Climate change education: cutting emissions with a Swiss army knife. *Greenhouse Gas Measurement and Management*. **1**(3-4), 139-141.
- REID, A., 2019. Climate change education and research: possibilities and potentials versus problems and perils? *Environmental Education Research*. **25**(6), 767-790.
- RIPPLE, W. J., et al., 2021. World Scientists' Warning of a Climate Emergency 2021. *BioScience*. **71**(9), 894-898.
- ROBIN, L., 2020. Museums in the Long Now: History in the Geological Age of Humans. *Journal of the Philosophy of History*. **14**(3), 359-381.

- ROBIN, L., 2016. *How do people live in the Anthropocene?* EGU General Assembly Conference Abstracts, EPSC2016-3339.
- ROBIN, L., 2013. Histories for Changing Times: Entering the Anthropocene? *Australian Historical Studies*. **44**(3), 329-340.
- ROBIN, L., e W. STEFFEN, 2007. History for the Anthropocene. *History Compass*. **5**(5), 1694-1719.
- ROBIN, L., et al., 2014. Three galleries of the Anthropocene. *The Anthropocene Review*. **1**(3), 207-224.
- SCHREINER, C., E. K. HENRIKSEN, e P. J. KIRKEBY HANSEN, 2005. Climate Education: Empowering Today's Youth to Meet Tomorrow's Challenges. *Studies in Science Education* [Em linha]. **41**(1), 3-49 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03057260508560213>.
- STEFFEN, W., et al., 2015. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review*. **2**(1), 81-98.
- STEFFEN, W., et al., 2011. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical transactions. Series A, Mathematical, physical, and engineering sciences*. **369**(1938), 842-867.
- STENGERS, I., 2015. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify.
- STEVENSON, R. B., J. NICHOLLS, e H. WHITEHOUSE, 2017. What Is Climate Change Education? *Curriculum Perspectives*. **37**(1), 67-71.
- SUNDQUIST, E. T., e R. F. KEELING, 2009. The Mauna Loa carbon dioxide record: Lessons for long-term Earth observations. Em: Brian J. MCPHERSON, e Eric T. SUNDQUIST, orgs. *Carbon Sequestration and Its Role in the Global Carbon Cycle* [Em linha]. Washington, D. C.: American Geophysical Union, pp. 27-35 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1029/2009GM000913>.
- THORSSON, B., 2020a. Assembling the Anthropocene: How do museums engage with the global environmental crisis through objects, exhibitions and museum work? *Tidskrift for kulturforskning*, **1**.
- THORSSON, B., 2020b. Walking through the Anthropocene. Encountering materialisations of the geological epoch in an exhibition space. *Nordisk Museologi*, **28**(1), 103.
- ZANLORENSSI, G., e L. GOMES, 2020. A população rural e urbana no mundo, segundo a ONU: dos 7,8 bilhões de habitantes do planeta, 43,8% vivem em áreas rurais em 2020. O mundo passou a ser majoritariamente urbano em 2007. *Nexo* [Em linha]. 2020-12-14 [consult. 2021-12-08]. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2020/12/14/A-popula%C3%A7%C3%A3o-rural-e-urbana-no-mundo-segundo-a-ONU>.
- ZUMMO, L. M., e S. DOZIER, 2021. Using epistemic instructional activities to support secondary science teachers' social construction of knowledge of anthropogenic climate change during a professional learning experience. *Journal of Geoscience Education* [Em linha]. **70**(4), 530-545 [consult. 2023-11-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10899995.2021.1986785>.

A PRESERVAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: INTEGRAÇÕES, INTERSEÇÕES E PARTICULARIDADES DISCIPLINARES

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES*

BRUNO FERREIRA LEITE MIRANDA MARTINS**

MARIA LUÍSA RAMOS DE OLIVEIRA SOARES***

INTRODUÇÃO

As relações entre arquivos, bibliotecas e museus são milenares, assim como aquelas entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são seculares (Silva et al. 1999), conforme a institucionalização dessas disciplinas e as práticas dos diversos profissionais que atuam nas instituições. Processos comuns em torno da organização, gestão, recuperação, preservação e promoção do acesso a documentos e informações perpassam os seus fazeres e saberes, expressando interseções, integrações e particularidades.

Este trabalho decorre de discussões realizadas numa tese de doutorado, produzida e orientada pelos mesmos autores deste texto¹. Tem por objetivo analisar possibilidades de soluções metodológicas e conceituais comuns, bem como analisar as especificidades disciplinares das três disciplinas para estudos e práticas no âmbito da preservação. Para tanto, foi desenvolvido numa abordagem teórico-metodológica quanti-qualitativa, mediante uma pesquisa exploratória e descritiva, via revisão de literatura. Tem como objeto parte da literatura produzida no campo da preservação, especialmente algumas obras de referência sobre conservação preventiva e gestão de riscos, a saber: Michalski (2004), Castro (2008), Froner e Rosado (2008), Hollós e Pedersoli Júnior (2009), Pedersoli Júnior (2010), Ribeiro (2012), Tavares (2013), Zúñiga (2005) e Bojanoski (2018).

Compreendemos a preservação como um campo científico a partir de Bourdieu (2004), no qual se inserem e interagem algumas disciplinas científicas, como as supracitadas,

* Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4642-5912>; Email: angelicacunha@unb.br.

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5678-0024>; Email: bruno.leite@unirio.br.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-7710>; Email: kukasoares36@gmail.com.

¹ Referimo-nos à tese intitulada *O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação* (Leite 2021).

mas não exclusivamente. E é a partir desta perspectiva que observaremos as relações de integração, interseção e as suas respectivas particularidades disciplinares para com a preservação em arquivos, bibliotecas e museus.

Partimos da premissa fundamentada a partir da tese supracitada de que a conservação preventiva e a gestão de riscos abarcam conteúdos fundamentais para a formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, ao direcionarem os saberes e os fazeres dos estudantes para perspectivas preventivas, gerenciais, holísticas e metodologicamente eficazes.

1. CONFLUÊNCIAS E PARTICULARIDADES ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Podemos identificar determinadas características que aproximam, e outras que diferenciam as três disciplinas aqui estudadas. Para isso, temos que considerar, principalmente, suas respectivas histórias de sedimentação enquanto disciplinas; seus percursos e (re)construções epistemológicas. É importante, também, ressaltar que tais processos de (re)configuração apresentam-se contínua e não linearmente, entre avanços e recuos históricos, que promovem a manutenção e a transformação de fazeres e saberes.

Acerca das confluências teóricas e práticas entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, devemos considerar as raízes históricas, de acordo com as práticas direcionadas à preservação, à classificação e ao acesso a bens culturais materiais móveis, assim como a apropriação e os diversos usos de noções e conceitos transversais às disciplinas, tais como «memória», «informação», «documento» e «preservação».

Simultaneamente, podemos identificar algumas características que as particularizam, como as razões de produção e preservação de documentos por cada uma dessas disciplinas, conforme o trabalho técnico para com seus respectivos acervos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos), orientado por metodologias específicas (Belloto 2004).

Acrescentando mais uma variável conceitual à nossa análise, usamos o termo relações extradisciplinares, trabalhado por Marques (2007) em sua dissertação, com o objetivo de representar as formas de relações que a Arquivologia desenvolve com outras disciplinas, chamando tais relações de extradisciplinares. Tal perspectiva contempla as características destas relações e como elas proporcionam intercâmbios e influências na configuração disciplinar. Ao observar especificamente as relações da Arquivologia, a autora considerou três aspectos inerentes às suas relações extradisciplinares: os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação nas universidades; a formação e titulação dos docentes dos cursos; e a produção científica sobre arquivos e Arquivologia nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros.

A autora, ao analisar a história da Arquivologia e suas relações extradisciplinares, conclui que o produto de tais combinações, considerando e correlacionando os aspectos supracitados, permitem a compreensão da configuração atual da disciplina no Brasil, possibilitando entender o que pode ser chamado de Arquivologia e quais são suas repercussões: «essas três perspectivas de relações parecem se entrecruzar e delinear a configuração do campo científico da Arquivística no Brasil, conjugando tanto a sua autonomia como disciplina, como as suas relações extradisciplinares» (Marques 2007, p. 142).

Com a contribuição da autora, podemos compreender como as relações extradisciplinares influenciam o delineamento e a conformação das disciplinas, suas fronteiras teórico-epistemológicas a partir de interfaces com conhecimentos produzidos em outras áreas, que perpassam e, por vezes, condicionam as suas relações, por meio de conflitos, alianças e negociações (Bourdieu 2001).

Tais contatos extradisciplinares nos permitem mapear algumas confluências entre diferentes disciplinas e o estabelecimento dos seus limites. Por isso, considerar seus percursos históricos, suas raízes e elaborações epistemológicas são de imprescindível relevância, segundo a «arqueologia dos saberes» proposta por Foucault (2005): os conhecimentos se sedimentam como camadas arqueológicas ao longo do tempo e são articulados no «campo dos acontecimentos discursivos» conforme as relações de poder que o perpassam, definem e condicionam.

As características comuns que aproximam as três instituições — arquivos, bibliotecas e museus (Bellotto 2004) — e, por consequência, as três disciplinas aqui estudadas (Silva et al. 1999) evidenciam as suas relações de cooperação, a exemplo da preservação de documentos. Tais características possibilitam interações com vistas à solução de problemas comuns na preservação de seus acervos, resguardadas as suas particularidades disciplinares de apropriação e aplicabilidade da preservação, de acordo com as suas metodologias próprias.

No âmbito das três disciplinas analisadas, observamos que suas relações são majoritariamente apresentadas por seus próprios autores como interdisciplinares²: relações que permitem negociações, diálogos e trocas para a solução de problemas comuns, mas as mantendo particularizadas enquanto disciplinas. Como mencionamos, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia possuem, em suas respectivas histórias, muitas características que as aproximam e promoveram encontros práticos e teóricos.

No Brasil, por exemplo, os primeiros cursos de formação profissional nessas áreas foram influenciados especialmente por escolas francesas, especificamente pela École Nationale des Chartes e pela École du Louvre.

² Entendemos que as relações entre disciplinas possuem graus diversos de interação conforme a sua intensidade e não devem ser restringidas à interdisciplinaridade, quando levados em conta os estudos da Sociologia da Ciência (Marques 2007).

a École Nationale des Chartes, atualmente com um curso de quatro anos de duração, continua expedindo diploma de arquivista-paleógrafo e vários de seus egressos — os chartistes, como ainda são chamados seus alunos e ex-alunos — fizeram e fazem carreira como conservadores de patrimônio, atuando não somente em arquivos e bibliotecas, mas também em museus importantes da França. Seu currículo lançou as bases da formação científica e influenciou muitos outros cursos afins, na França, na Europa e em todo o mundo. A disciplina classificação de arquivos e bibliotecas (depois classificação de bibliotecas e arquivos) pode ser considerada uma espécie de ponto de partida para os estudos classificatórios não somente de arquivos e bibliotecas, mas também de museus, na medida em que as metodologias técnicas de identificação, classificação e organização de livros e documentos possibilitaram estabelecer parâmetros aplicáveis também aos objetos, como moedas, medalhas, selos sigilográficos, esculturas, pinturas etc. Em síntese, a École Nationale des Chartes foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalham com coleções, não somente dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, como é normalmente reconhecido, mas também para os cursos de arqueologia, história da arte e Museologia, inclusive os da École du Louvre (Sá 2013, p. 37).

Sobre este assunto, na Tabela 1, podemos perceber como disciplinas da École Nationale des Chartes e da École du Louvre influenciaram os primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil, considerando, especialmente, a experiência de 1922 do curso técnico do Museu Histórico Nacional (MHN³).

³ Na Tabela 1, priorizamos a exposição das disciplinas que compõem os cursos no Brasil, ou seja, há disciplinas dos cursos franceses que não foram consideradas, pois não havia disciplina correspondente nos cursos do Brasil.

Tabela 1. Influência da École Nationale des Chartes e da École du Louvre nos primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil

Cursos	École Nationale des Chartes (1869)	Arqueologia École du Louvre (1882)	História da Arte École du Louvre (1920)	Museografia École du Louvre (1927)	Biblioteconomia Biblioteca Nacional (1911)	Diplomática Arquivo Nacional (1911)	Curso técnico MHN (1922)	Curso de museus – MHN (1932)
Disciplinas	-	-	-	-	Numismática	-	Numismática e Sigilografia	Numismática (brasileira) e Sigilografia / Numismática (Parte Geral)
	Paleografia	Epigrafia	-	-	Paleografia	Paleografia	Paleografia e Epigrafia	Epigrafia
	Diplomática	-	-	-	Diplomática	Cronologia e a Crítica Histórica / Tecnologia Diplomática	Cronologia e Diplomática	Cronologia
	Arqueologia da Idade Média	Arqueologia	-	-	-	-	Arqueologia	Arqueologia Aplicada no Brasil
	Bibliografia	-	-	-	Bibliografia	-	Bibliografia	-
	-	-	-	-	Iconografia	-	Iconografia e Cartografia	-
	Classificação de Bibliotecas e Arquivos	-	-	Museografia	-	Regras de Classificação	-	Técnica de Museus
	Instituições Políticas, Administrativas e Jurídicas da França	-	-	-	-	-	Cronologia e a Crítica Histórica	História Política e Administrativa do Brasil
-	História da Arte	História da Arte	-	-	-	-	História da Arte / História Literária	História da Arte (especialmente do Brasil)

Fonte: Reprodução adaptada do «quadro comparativo entre as matrizes francesas e os currículos dos cursos brasileiros» (Sá 2013)

Observamos várias disciplinas comuns aos primeiros cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil, bem como disciplinas de escolas francesas que influenciaram nossa formação nesse período. Há, também, algumas particularidades, como as disciplinas Arqueologia e Bibliografia, contempladas apenas nos cursos brasileiros de Museologia e Biblioteconomia, respectivamente. Tais características detalham e reforçam as afirmações anteriores, a respeito das confluências e especificidades destas áreas, inclusive desde suas primeiras experiências no Brasil.

As aproximações verificadas nos primeiros anos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia no país também remetem à justaposição entre elas, suas práticas e seus profissionais como pode ser constatado nas palavras de Sá (2013, p. 57): «ambiguidade, imprecisão ou mesmo sobreposição de atribuições entre os profissionais que atuavam em arquivos, bibliotecas e museus». Importante lembrar que justaposição mencionada acontecera desde a Antiguidade, quando da sobreposição das funções dos arquivos, das bibliotecas e dos museus (Marques 2011). E, em vários marcos históricos, as referidas confluências ficaram mais evidentes, como no cenário da Revolução Francesa, que repercutiu na concepção de Arquivo, Biblioteca e Museu Nacionais na afirmação de uma nacionalidade e de proteção de um patrimônio nacional (Sá 2013).

Sabemos, contudo, que simultânea e paulatinamente, cada disciplina passou a focalizar em estudos sobre seus respectivos objetos, o que as particularizou enquanto disciplinas, provocando, também, alguns distanciamentos entre elas, inclusive pela demarcação de fronteiras entre elas. Estes movimentos levaram à institucionalização de cada uma delas, com cursos, eventos, periódicos, manuais, metodologias e técnicas próprias (Marques 2011).

Em suma, identificamos interações entre as disciplinas que estudamos, considerando suas predisposições e respeitando as suas particularidades disciplinares, que podem ser estudadas em pesquisas de especialistas de cada uma delas.

2. A PRESERVAÇÃO EM ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

Nesta seção buscamos demonstrar alguns conhecimentos comuns e relevantes para a preservação de arquivos, bibliotecas e museus, considerando, como já exposto, suas respectivas particularidades disciplinares, ou seja, suas formas de apropriação dos conteúdos teóricos e metodológicos. Nesse sentido, abordaremos a conservação preventiva, a preservação de documentos digitais e a gestão de riscos como conhecimentos necessários a arquivistas, bibliotecários e museólogos para a preservação de seus respectivos acervos na contemporaneidade.

Para Bojanoski (2018), ainda que sejam identificadas raízes distantes no tempo de práticas de conservação preventiva, é possível identificar o início de sua sedimentação como uma disciplina autônoma nos anos 1980. Nesse período, segundo ela, as preocupações

associadas ao controle da climatização, principalmente em instituições museológicas, passaram a agregar outras questões, paulatinamente relacionadas à conservação preventiva, sedimentando-a como uma disciplina independente no campo da preservação e aplicável a todos os tipos de bens culturais materiais.

De acordo com Zúñiga (2005), a década de 1990 representa um marco para a mudança de mentalidade no campo da preservação, a partir do estabelecimento da conservação preventiva. Múltiplas causas contribuíram para essa mudança, provocando reflexões em direção à ênfase em abordagens preventivas a fim de evitar a necessidade de práticas interventivas.

Com seu estabelecimento enquanto disciplina e âmbito de atuação, cresce a transversalidade da conservação preventiva e suas formas de aplicação em diversos tipos de patrimônios. Ainda em 1995, o International Council of Museums (ICOM) divulga o texto «A conservação preventiva: uma profunda mudança de mentalidade», de Gaël de Guichen. Para Castro (2008), essa publicação é considerada um referencial para a consolidação de uma nova mentalidade preservacionista.

Bojanoski (2018) afirma que, no início do século XXI, tornou-se mais comum a aplicação da conservação preventiva para além dos espaços museológicos, sendo apropriada por uma extensa variedade de locais, acervos e profissionais. A autora destaca a importância da conservação preventiva ao dizer que «seus avanços são tantos que atualmente é indiscutível que se trata de um campo de conhecimento específico e autônomo dentro da Conservação de bens culturais» (Bojanoski 2018, p. 83).

Froner e Rosado (2008) ressaltam que, hoje, a conservação preventiva promoveu significativa e profunda mudança de mentalidade no campo da preservação: não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem que haja uma política preventiva anterior a essas operações. Assim, o investimento em conservação preventiva não se resume à aplicação de conhecimentos técnicos, passou a ser um compromisso ético das instituições.

Cabe lembrar que, quando abordamos a preservação a partir de uma perspectiva holística, não podemos tratar apenas sobre documentos analógicos, desconsiderando os digitais (ou vice-versa). Ambos podem ser identificados como bens culturais materiais móveis e serem alvo de estratégias de preservação.

Nessa perspectiva, Tavares (2013) apresenta uma simples e eficiente analogia que nos possibilita ter um olhar integrador e amplo sobre o campo da preservação ao considerarmos a preservação digital como sua integrante. Para ela, preservar significa conceber ações ou medidas para proteger, cuidar e manter os documentos em condições de serem acessados. Desse modo, a preservação digital representa os mesmos fins da preservação «tradicional» acrescida das particularidades dos documentos digitais (Tavares 2013, p. 3). Pode, assim, ser identificada como análoga à preservação, considerando as particularidades

dos documentos e objetos digitais para a manutenção de sua inteligibilidade, integridade e autenticidade ao longo do tempo.

Nesse sentido, Ribeiro (2012) ressalta que lidar com a preservação digital demanda o constante controle de riscos e atuação política. A autora busca, por meio de seu estudo, desenvolver métodos de monitoramento e uso da análise de riscos com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos contextos de perigo que envolvem o patrimônio registrado em meios digitais.

Com preocupações similares, Barateiro, Antunes e Borbinha (2009) propõem uma abordagem para a preservação digital, baseada na gestão de riscos para conceber e avaliar/auditar ambientes de preservação digital (repositórios digitais, por exemplo). Tratam das definições de contexto e requisitos para a preservação digital e sobre a identificação de ameaças e vulnerabilidades a que os objetos e documentos digitais podem estar expostos. E apresentam uma relação e classificação de vulnerabilidades e ameaças possíveis, que compreendem:

- **Vulnerabilidades:** dados (falhas de mídia e obsolescência de mídia); infraestrutura (falhas de *hardware*, falhas de comunicação, obsolescência de *hardware* e falhas de serviço de rede); processo (falhas de *software* e obsolescência de *software*).
- **Ameaças:** desastres (naturais e erro operacional humano); ataques (internos e externos); gestão (falhas de organização e econômicas); legislação.

Para esses estudiosos, a preservação digital geralmente faz uso dos conceitos de gerenciamento de riscos para avaliar repositórios e não necessariamente para concebê-los. A auditoria de repositórios digitais baseadas na avaliação de riscos se concentra na identificação, classificação e avaliação dos riscos de acordo com as especificidades contextuais de cada repositório digital (Barateiro, Antunes e Borbinha 2009).

A gestão de riscos pode ser genericamente compreendida como uma metodologia com a finalidade de fornecer suporte à proteção dos recursos humanos, financeiros e materiais frente a consequências negativas de eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de uma organização (Tavares 2013).

De acordo com Pedersoli Júnior (2010), essa metodologia, da forma que é praticada atualmente, tem suas origens nos anos 1960. Inicialmente associada à indústria seguradora, a gestão de riscos é hoje apropriada e utilizada por instituições e empresas privadas de setores da saúde, do meio ambiente, de negócios etc. Ela foi apropriada para a preservação do patrimônio cultural móvel em meados dos anos 1990 e vem despertando um interesse crescente por parte de instituições e profissionais do campo da preservação, pois representa uma contribuição adicional às estratégias de segurança e conservação preventiva, permitindo o estabelecimento de prioridades para ações preventivas, de forma embasada e transparente.

Hollós e Pedersoli Júnior (2009) demonstram a viabilidade e a importância da apropriação da gestão de riscos como metodologia científica para a preservação de documentos. Segundo eles, a formulação de um programa eficaz de preservação pressupõe o conhecimento detalhado sobre o acervo sob guarda de uma determinada organização, seu(s) valor(es), uso(s) e os riscos de deterioração a que o acervo está sujeito. Nesse sentido, a metodologia de gestão de riscos vem sendo adaptada e utilizada para a seleção de prioridades de ação no trabalho de gestão da preservação de acervos. Os autores destacam a relevância da norma técnica australiana e neozelandesa sobre gestão de riscos — a AS/NZS 4360:2004 — como precursora da norma ISO 31000:2009, atualmente substituída pela ISO 31000:2018 (ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas 2018, p. v).

Eles ainda explicam de forma clara e resumida como entendem o processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural, ao apresentarem as etapas do processo em perspectiva sequencial:

- 1) **estabelecer o contexto** em que os riscos serão gerenciados (*explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos*);
- 2) **identificar os riscos** de forma sistemática e abrangente;
- 3) **analisar os riscos** para quantificar sua magnitude (*ou seja, sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado*);
- 4) **avaliar os riscos** para decidir quais deles serão tratados e com que prioridade (*comparando suas magnitudes e incertezas entre si e com critérios previamente estabelecidos, identificando causas e aspectos em comum e considerando-os detalhadamente dentro de seu contexto*);
- 5) **tratar os riscos** identificados como prioridade para reduzi-los a níveis aceitáveis, segundo planejamento desenvolvido para tal e baseado no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento (*em termos de benefício-custo, redução simultânea de riscos múltiplos etc.*) (Hollós e Pedersoli Júnior 2009, p. 77, grifos dos autores).

Como eles mesmos ressaltam, para representar o processo de forma completa, não podemos nos esquecer das etapas contínuas e necessárias que são a consulta e comunicação com todos os atores e as partes interessadas, além do monitoramento e da revisão do próprio processo (Hollós e Pedersoli Júnior 2009).

Michalski (2004) chama a atenção para a utilidade da gestão de riscos como uma metodologia que visa ao longo prazo: ela não deve tratar sobre o(s) próximo(s) ano(s), nem mesmo sobre o tempo de uma vida. É sobre a vida de nossos filhos, de seus filhos, e assim por diante. Afinal, como lembra Ribeiro (2012), riscos sempre estiveram, estão e estarão presentes em toda e qualquer atividade humana. A consciência disso nos levou à procura por medidas para administrar os riscos com o objetivo de reduzir sua frequência e de mitigar a severidade dos danos causados por eles.

É a partir do que apresentamos até aqui que podemos fundamentar a relevância e capilaridade da metodologia de gestão de riscos para a atuação no campo da preservação, direcionando o ensino e as práticas dos profissionais que interagem no campo para uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz.

3. INTEGRAÇÕES, INTERSEÇÕES E PARTICULARIDADES DISCIPLINARES NO ÂMBITO DO ENSINO DA PRESERVAÇÃO

Com a finalidade de apresentar uma proposta de reflexão sobre conhecimentos necessários à preservação de arquivos, bibliotecas e museus, buscamos por conteúdos comuns, que entendemos relevantes à formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, levando-se em conta suas particularidades disciplinares. Com base em nossa pesquisa bibliográfica, propomos que o ensino de preservação nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia considerem que:

- A conservação preventiva e a preservação digital devam ser conteúdos contemplados no ensino de Arquivologia e Biblioteconomia (Beck 2006, pp. 90-91), assim como no de Museologia.
- Sejam atualizados com as diretrizes nacionais e internacionais que focalizam a prevenção e o planejamento da preservação (incluindo aquelas sobre ações responsáveis: corretivas e de restauração/recuperação).
- Mantenham contato, para cooperação no ensino, com organizações públicas, privadas e com profissionais que atuam no campo da preservação.
- Levem em conta a importância do foco na administração da preservação, alinhando seus conteúdos a uma perspectiva holística, gerencial e preventiva, a partir da conservação preventiva aliada à gestão de riscos.
- Considerem a aplicabilidade do ensino de preservação em organizações públicas, privadas e no âmbito pessoal, inclusive como meio de reconhecimento e valorização do campo.

- Planejem e definam como cada disciplina se apropriará dos conteúdos essenciais para estudos e práticas da preservação, a partir das suas especificidades disciplinares.

Essas orientações podem potencializar a cooperação entre as referidas disciplinas, seus profissionais, seus fazeres e saberes, em prol da longevidade dos acervos pelos quais sejam responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os limites de identidade e as fronteiras que demarcam as interfaces entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia — bem como entre os seus objetos de estudo e seus profissionais — vêm sendo construídos desde a Antiguidade e chegam, à contemporaneidade, com inúmeros desafios, particularmente sobre a preservação de documentos em suas diversas dimensões. Suas trajetórias evidenciam problemas e soluções comuns diante desses desafios, favorecidas por suas interseções teórico-epistemológicas que propiciam integrações conceituais e metodológicas em diálogos que (re)formulam estratégias nesse sentido.

Desse modo, a gestão de riscos vem sendo estudada e aplicada, no âmbito da conservação preventiva, em diversas instituições como uma primorosa e profícua estratégia de preservação a longo prazo, tendo em vista a longevidade e a integridade dos documentos. Essa metodologia deve, assim, ser contemplada no ensino e nas práticas de preservação para as disciplinas supracitadas, no escopo de uma perspectiva preventiva, gerencial, holística e eficaz, a ser explorada em novas pesquisas que aprofundem a investigação a seu respeito.

REFERÊNCIAS

- ABNT [ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS], 2018. *NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes*. Rio de Janeiro.
- BARATEIRO, J., G. ANTUNES, e J. BORBINHA, 2009. *Adressing digital preservation: proposals for new perspectives* [Em linha]. Searcy: Harding University, [consult. 2020-04-02]. Disponível em: <http://cs.harding.edu/indp/papers/barateiro7.pdf>.
- BECK, I., 2006. *O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense.
- BELLOTTO, H. L., 2004. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: FGV.
- BOJANOSKI, S. de F., 2018. *Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação*. Tese de Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.
- BOURDIEU, P., 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.

- BOURDIEU, P., 2001. *Science de la science et réflexivité : Cours du Collège de France 2000-2001*. Paris: Raisons d'agir.
- CASTRO, A. A. N. de, 2008. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- FOUCAULT, M., 2005. *A arqueologia do saber*. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves.
- FRONER, Y., e A. ROSADO, 2008. *Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR, EBA, UFMG.
- HOLLÓS, A. C., e J. L. PEDERSOLI JÚNIOR, 2009. Gerenciamento de risco: uma abordagem interdisciplinar. *PontodeAcesso*. 3(1), 72-81.
- LEITE, B. F., 2021. *O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação* [Em linha]. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [consult. 2022-09-27]. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1162>.
- MARQUES, A. A. da C., 2011. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- MARQUES, A. A. da C., 2007. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- MICHALSKI, S., 2004. Care and preservation of collections. Em: P. BOYLAN, ed. *Running a museum: a practical handbook* [Em linha]. Paris: ICOM, pp. 51-89, [consult. 2020-12-14]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf>.
- PEDERSOLI JÚNIOR, J. L., 2010. Entrevista com José Luiz Pedersoli. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Jul.-dez. 23(2), 7-12.
- RIBEIRO, F. do C., 2012. *Análise de risco: uma metodologia a serviço da preservação digital*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco.
- SÁ, I. C. de, 2013. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Jul.-dez. 26(2), 31-58.
- SILVA, A. M. da, et al., 1999. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento.
- TAVARES, A. L. de L., 2013. Gestão de risco: um novo olhar para a preservação digital. Em: *14º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Anais. Florianópolis: UFSC.
- ZÚÑIGA, S. S. G. de, 2005. *Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.



INTEGRAÇÃO E CONVERGÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE INFORMAÇÃO E CULTURA

ORGANIZADORAS
ELISA CERVEIRA
ZENY DUARTE

